



# Anais

## II Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos **SIALAT**

Tema:  
Colonialidade, Poder e Territórios

Edna Maria Ramos de Castro  
Suely Rodrigues Alves  
(Orgs.)

27 a 29 de novembro de 2017  
Universidade Federal do Pará/UFPA  
Belém, Brasil



## **Universidade Federal do Pará - UFPA**

**Reitor:** Emmanuel Zagury Tourinho

**Vice-Reitor:** Gilmar Pereira da Silva

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:** Rômulo Simões Angélica

## **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA**

**Diretor:** Durbens Martins Nascimento

**Diretor Adjunto:** Sílvio José de Lima Figueiredo

## **Editora**

Nirvia Ravena - Editora-Chefe

Lairson Costa - Diretor Executivo

## **Comissão Editorial**

Nirvia Ravena - NAEA/UFPA (Presidente)

Edna Castro - NAEA/UFPA

Flavio Gaitán - UNILA

Gisela Leitão - EUC (Colômbia)

Lucimara Costa - UFAM

Marion Glaser - LCTME (Alemanha)

Monica Aparecida da Rocha Silva - UFT

Peter May - UFRJ

Renato Boschi - IESP/UFRJ

## **Coordenação de Comunicação e Difusão Científica**

Ana Lúcia Prado Reis dos Santos

## **REALIZAÇÃO**



## **PATROCÍNIO**



## **PARCERIAS**





# Anais

## II Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos **SIALAT**

Tema:  
Colonialidade, Poder e Territórios

Edna Maria Ramos de Castro  
Suely Rodrigues Alves  
(Orgs.)

Belém  
NAEA/UFPA  
2017

**Arte da Capa**  
Andréa Pinheiro

**Capa**  
Ione Sena

**Editoração**  
Ione Sena  
Suely Rodrigues Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

---

Seminário Internacional América Latina: política e conflitos contemporâneos – SIALAT (2.: 2017: Belém, PA)  
Anais do II Seminário Internacional América Latina: política e conflitos contemporâneos [recurso eletrônico] / Edna Maria Ramos de Castro, Suely Rodrigues Alves (organizadoras) \_ Belém: NAEA, 2017.

6.0000 páginas  
ISBN: ISBN:978-85-7143-167-6

1. Território – América Latina. 2. Poder regulamentar – América Latina. 3. Conflito social – América Latina. 4. América Latina – Política governamental. I. Castro, Edna Maria Ramos de. II. Alves, Suely Rodrigues. III. Título.

---

CDD 22. ed. 320.12098

## Comissão Científica

Ana Maria Araújo – Universidad de la República – Uruguay  
Andréa Zhouri – GESTA/PPGA/UFMG  
Ana Prado - NAEA/UFPA  
Antônia Nascimento - PPGSS/UFPA  
Assunção José Pureza Amaral - UFPA-Castanhal  
Carmem Izabel Rodrigues – PPGSA/IFCH/UFPA  
Cristina Cancela - PPGHIST/UFPA  
Edna Ramos de Castro – GETTAM/NAEA/UFPA  
Edila Arnaud Moura – PPGSA/IFCH/UFPA  
Eduardo Gudynas – Centro Lati no Americano de Ecologia Social/CLAES – Uruguaiy  
Eliane Cantarino O’Dwyer - UFF  
Emilie Stoll - Museum Nati onal d’Histoire Naturelle - França  
Elenise Scherer - UFAM  
Dalva Mota – CPATU/EMBRAPA  
Delma Pessanha Neves - UFF  
Eunápio do Carmo – CESUPA e GETTAM/NAEA  
Elaide Martins – PPGCOM/UFPA  
Fabiano Bringel - UEPA  
Fabio Castro - PPGCOM/UFPA  
Flávio dos Santos Gomes - UFRJ  
Francilene Rodrigues - PPGSOF/UFRR  
Gilberto Marques - PPGE/ICSA/UFPA  
Helena Lúcia Zagury Tourinho - UNAMA  
Hector Atilio Poggiese - UBA-Argentina  
Izabel Valle - UFAM  
Indira Rocha - ICSA/UFPA  
Jose Vicente Tavares dos Santos – ILEA/UFRGS  
João Márcio Palheta - PPGEIO/UFPA  
James Léon Parra Monsalve - Colômbia  
José Sobreiro Filho - UFPA-Ananindeua  
José Raimundo Trindade - PPGECO  
Juarez Carlos Brito Pezzuti - NAEA/UFPA  
Luzia Álvares – PPGCP/UFPA  
Luis Aragón Vaca – NAEA/UFPA  
Luis Fernando Novoa Garzon – UNIR  
Marcela Vecchione Gonçalves – NAEA/UFPA  
Mirleide Char – NAEA/UFPA  
Maria José Aquino – PPGSA/IFCH/UFPA  
Marcel Hazeu – PPGSS/ICSA/UFPA  
María Ernestina Garreta Chindoy – Colômbia  
Nirvia Ravena – NAEA/UFPA  
Otacílio Amaral Filho - ILC/UFPA  
Paola Bolados Garcia – Instituto de Hist. y Ci. Sociales de la Univ. de Valparaíso, Chile  
Pascale de Robert - IRD – França  
Philippe Plas – Universidade Paris 13, França  
Pierre Salama – Universidade Paris 13, França  
Pedro Staevie – UNILA  
Pierre Teisserenc – Univesite Paris 13, França  
Rodrigo Peixoto – PPGSA/UFPA  
Renan Freitas Pinto – UFAM  
Sara Alonso – Universidade de Barcelona, Espanha  
Saint-Clair Trindade – NAEA/UFPA



Sandra Helena Ribeiro Cruz - ICSA/UFPA  
Simaia das Mercês - NAEA/UFPA  
Sirlei Silveira - UFMT  
Silvio Figueiredo - NAEA/UFPA  
Socorro Amora - ICSA/UFPA  
Solange Gayoso - ICSA/UFPA  
Sabrina Mesquita - ICSA e GETTAM/NAEA/UFPA  
Simy Corrêa - MPF - GETTAM/NAEA/UFPA  
Vera Lúcia Gomes - PPGSS/UFPA  
Violeta Loureiro - PPGSA/UFPA  
Voyner Ravena Cañete - PPGSA/UFPA  
Welson Cardoso - ICSA/UFPA-GETTAM  
Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega - UFRN  
William Santos de Assis - NCADR/UFPA  
Jondison Rodrigues - GETTAM/NAEA  
Jader Gama - GETTAM/NAEA/UFPA  
Rosane de Seixas Brito Araujo - NAEA/UFPA  
Larissa Carreira - GETTAM/NAEA/UFPA  
Marília Lobato - UNIFAP  
Alexandre Lins - PPGDSTU/UFPA  
Raifran Abidimar de Castro - IFMA  
Ireneide Souza Silva - GETTAM/NAEA/UFPA  
Amarildo Ferreira Júnior - UFRR  
Pedro Henryque Loureiro de Bragança - ESTÁCIO FAP - GETTAM/NAEA

#### Comissão Organizadora

Edna Castro – GETTAM/NAEA - Coordenadora  
Eunápio do Carmo – CESUPA – GETTAM/NAEA  
Silvio José de Lima Figueiredo – NAEA/UFPA  
Suely Rodrigues Alves – GETTAM/NAEA  
Jondison Rodrigues – GETTAM/NAEA  
Nirvia Ravena - NAEA/UFPA  
Edila Arnaud Moura - IFCH/UFPA  
Larissa Carreira – GETTAM/NAEA  
Jader Gama – GETTAM/NAEA  
Domingos Ribeiro – GETTAM/NAEA  
Rosane Brito – IFCH – GETTAM/NAEA  
Sabrina Mesquita – ICSA – GETTAM/NAEA  
Marcel Hazeu – ICSA – GETTAM/NAEA  
Welson de Souza Cardoso – ICSA – GETTAM/NAEA  
Rafaela Santos Carneiro - GETTAM/NAEA  
Marília Lobato - UNIFAP - GETTAM/NAEA  
William Rocha – UNAMA – GETTAM/NAEA  
Simy de Almeida Corrêa - GETTAM/NAEA  
Ireneide Silva – PPGDSTU/GETTAM/NAEA

#### Comissão de Apoio

Raissa Nobre Barros - IFCH/UFPA  
Natália Camila Ferreira de Souza - PIBIC - CCS/IFCH/UFPA  
Matheus Ricardo da Silva Lima - PIBIC - CSS/ICSA/UFPA  
Juliana Azevedo Hamoy - Mestranda do PLADES/NAEA/UFPA  
Samyra Milleno Rocha das Mercês - Graduanda/Jornalismo - FEAPA  
Thamara Magalhães - Graduanda/Jornalismo - FEAPA  
Mônica de Melo Medeiros - Graduada pelo ICSA/UFPA  
Maria da Paz Saavedra - Técnica - NAEA/UFPA  
Laurêncio Oliveira - Graduando/Jornalismo - FEAPA

# Introdução



O II Seminário Internacional América Latina: conflitos e políticas contemporâneas/ II 2017 pretende ampliar o debate sobre questões cruciais que tem estado nas preocupações das ciências sociais, e dos movimentos sociais, na América Latina. Trata-se de temas relacionados aos processos políticos do desenvolvimento, aos conflitos e à colonialidade, considerando abordagens críticas e comparativas. Pretende criar um espaço para o debate e a análise de situações comuns que ocorrem em muitos países da América Latina, em especial no Brasil, com base em resultados de pesquisas produzidas em universidades, em institutos de pesquisa, em programas de pós-graduação e outras instituições reconhecidas pela sua excelência acadêmica, mas também integra as análises produzidos pelos movimentos sociais e étnicos, por organizações ativistas que têm contribuído para renovar o campo conceitual e teórico, portanto, o conhecimento, a partir de uma reflexão mais pertinente sobre a prática e as experiências sociais, culturais e políticas de grupos que são marcados por grande diversidade. Espera-se, assim, aprofundar o debate crítico sobre as políticas, os conflitos sociais, o processo histórico de transformação de territórios, as lutas sociais, os movimentos sociais no contexto de conjunturas de crise econômica e política e da globalização de mercados.

Este encontro almeja fomentar uma revisão de saberes cristalizados, estimular a busca de novos esquemas interpretativos, a revisão de conceitos e a produção de leituras críticas através de estudos comparativos e do que nos ensinam os processos insurrecionais que atravessam toda a América Latina. E por isso, o entendimento do Brasil para além dele mesmo, no sentido de gestar olhares críticos sobre as narrativas ocidentais que tem predominado na interpretação da sociedade brasileira. Cabe ainda ressaltar a contribuição do evento para ampliar os interesses de pesquisadores e aumentar a inserção dos programas de pós-graduação nos estudos internacionais, com intercâmbios direcionados à América Latina. Reafirmamos que isso constitui uma lacuna nos centros de formação localizados no Brasil, sobretudo tributários da ciência produzida na Europa e nos Estados Unidos, exigindo um esforço complementar de formação de agendas, como esta proposta pelo II SIALAT ao definir como tema central *Colonialidade, Poder e Territórios*.

A programação do II SIALAT/2017 está composta de várias atividades de caráter científico, tecnológico, político e cultural. Conta-se com as seguintes atividades: Conferência, Mesas Redondas, Grupos de Trabalho (apresentação de Trabalhos Completos e de Pôsteres), Minicursos, Oficinas, Mostra de Filmes da América Latina e Ações Culturais. Essas atividades estão estruturadas pelo eixo temático do evento, buscando manter coerência com o tema abordado.

A relevância do evento também pode ser vista pelo alcance de público. O SIALAT 2015, realizado em novembro de 2015, contou com poucos recursos, entretanto foi registrado aproximadamente 500 participantes. Para o II SIALAT a submissão de trabalhos foi surpreendente, com 1.020 resumos para trabalhos completos e pôsteres recebidos. O público alvo é formado por docentes e discentes de Programas de Pós-Graduação, de Grupos de Pesquisa, de demais professores, pesquisadores, estudantes de graduação, de professores da rede de ensino médio e básico, técnicos, gestores públicos, movimentos sociais, profissionais e interessados em geral nas temáticas abordadas.

Desta forma, este evento propiciará o intercâmbio de ideias, estudos, pesquisas e debates na análise de experiências de pesquisa sobre o Estado, governos e suas políticas, pensamento social no Brasil e na América latina, lutas sociais e organizações da sociedade civil, processos de trabalho, relações de gênero, processos de migração e deslocamentos forçados, imaginário, mídia e poder, mudanças no agrário, transformação do urbano, grupos étnicos, natureza e direitos, cultura e turismo, mineração e grandes obras hidrelétricas, todos eles temas que têm incrementado o intercâmbio acadêmico-científico tomando como referência os próprios programas de pós-graduação que incutem problemas relacionados ao desenvolvimento capitalista - esses temas são priorizados nos treze Grupos de Trabalho.

Um evento como este não se faz sem o apoio de instituições, grupos de pesquisa e pessoas. Inicialmente um agradecimento para a Universidade Federal do Pará através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, essenciais na sua execução. Ao CNPq, à CAPES e a FAPESPA, como agências de financiamento que acreditaram e apoiaram este projeto. Às instituições parceiras com as quais esperamos continuar realizando atividades acadêmicas e políticas, como o CLACSO, a SBS, a ANPUR, o PPGSA/IFCH/UFPA, o ILEA/UFRGS e a UNILA (no seu núcleo sobre a Amazônia). E, em especial a todos que compõem a equipe do Grupo de Pesquisa Estado, Trabalho, Território e Mercados Globalizados (GETTAM), formada por docentes e discentes da pós-graduação do NAEA, de professores do CESUPA e da UNAMA, responsáveis pela organização do II SIALAT 2017.

*Edna Castro*  
Coordenadora do GETTAM/NAEA/UFPA



# Programa

II Seminário Internacional América Latina:  
Políticas e conflitos contemporâneos

**II SIALAT**



# PROGRAMAÇÃO

27 de novembro de 2017, segunda-feira

08h30 às 18h00

**Credenciamento**

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

09h30

**Mesa de Abertura**

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

10h30

**Mesa Redonda 01 – Razão Descolonial e Pensamento Crítico Latinoamericano**

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

**Coordenação:** Nirvia Ravena - NAEA/UFPA

**Expositores:**

Adélia Maria Miglievich Ribeiro- UFES

Carlos Walter Porto-Gonçalves - UFF

Hector Atilio Poggiese – FLACSO, Argentina

Edna Castro - NAEA/UFPA

12h40 às 14h00

Almoço

14h00 às 18h00

**Grupos de Trabalho**

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - Setor Profissional/Campus da UFPA

18h00 às 18h30

**Coffee Break**

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA



18h30 às 20h00

**CONFERÊNCIA DE ABERTURA: La política de los extractivismos sudamericanos: progresistas y conservadores**

**Conferencista: Eduardo Gudynas** - Centro Latino Americano de Ecología Social (Montevideu)

**Local:** Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

20h00 às 21h00

**Lançamento de Livros**

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA



## 28 de novembro de 2017, terça-feira

08h30 às 10h30

### **Mesa Redonda 02 – Conjuntura política, violências e lutas sociais na América Latina**

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

**Coordenação:** Silvio Figueiredo - NAEA/UFPA

**Expositores:**

José Vicente Tavares dos Santos - ILEA/UFRGS

Ana Maria Araujo - Universidad de la República, Uruguay

Marcela Vecchione Gonçalves - NAEA/UFPA

Jacques Rhéaume - UQAM, Canadá

10h40 às 12h40

### **Mesa Redonda 03 - Hidrelétricas no contexto das políticas de grandes obras de infra-estruturas e privatização**

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

**Coordenação:** Luis Aragon Vacca - NAEA/UFPA

**Expositores:**

Philip Martin Fearnside - INPA

Luis Fernando Novoa Garzon – UNIR

Sara Alonso - Universidade Ramon llul-Barcelona, Espanha

Edizângela Alves Barros – MAB

Dion Monteiro – Xingu Vivo

12h40 às 14h00

Almoço

14h00 às 18h00

### **Grupos de Trabalho**

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - Setor Profissional/Campus da UFPA

14h00 às 18h00

### **Minicurso I: Teoría de los extractivismos: conceptos, dinámicas, impactos y derrames.**

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

**Professor:** Eduardo Gudynas – Centro Latino Americano de Ecologia Social (Montevideu)

18h00 às 18h30

### **Coffee Break**

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA



18h30 às 20h30

**Mesa Redonda 04 - Mineração, desastres socioambientais e novas configurações econômicas**

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

**Coordenação:** France Rodrigues - UFRR

**Expositores:**

Paola Bolados - Universidad de Valparaíso, Chile

Ester Limonad - UFRJ

Violeta Loureiro - PPGSA/UFPA

Silvia Molina - CEDLA, Bolívia

Eunicéia Fernandes Rodrigues - Com. de Curuperé – Barcarena Livre

18h30 às 20h30

**Oficinas**

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)

**Oficina 01: Ciência de Dados e Big Data, possibilidades e desafios à pesquisa na área das Ciências Sociais**

Proponente: Jader Gama - Pesquisador do GETTAM e da IPPA (Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia).

Público-alvo: Estudantes de graduação e pós-graduação da área de Ciências Humanas e Computação.

**Oficina 02: TV Digital no Brasil e na Amazônia**

Proponente: Thiago Novaes (UFF)



## 29 de novembro de 2017, quarta-feira

08h30 às 10h30

### **Mesa Redonda 05 - Agriculturas em disputa, territórios sociais e étnicos sob ameaças**

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

**Coordenação:** Edila Moura PPGSA/UFPA

**Expositores:**

Delma Neves - UFF

Dalva Motta - EMBRAPA

Eliane Cantarino O'Dwyer - UFF

Pascal De Robert - IRD/França

10h40 às 12h40

### **Mesa Redonda 06 - África e América Latina: histórias entrecruzadas, subalternidade e resistência**

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

**Coordenação:** Gilmar Pereira da Silva - UFPA

**Expositores:**

Flávio dos Santos Gomes - UFRJ

Zélia Amador de Deus - PPGCOM/UFPA

Ernesto Renan de Freitas Pinto - PPGSC/UFAM

Representante de Movimento Social

12h40 às 14h00

Almoço

14h00 às 18h00

### **Grupos de Trabalho**

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - Setor Profissional/Campus da UFPA

14h00 às 18h00

### **Minicurso II: Psicosociología Clínica**

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

**Professores:** Ana Maria Araujo (Universidad de la República – Uruguay) e Jacques Rhéaume (Université du Québec à Montréal/UQAM)

14h00 às 18h00

### **Minicurso II: Psicosociología Clínica**

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

**Professores:** Ana Maria Araujo (Universidad de la República – Uruguay) e Jacques Rhéaume (Université du Québec à Montréal)



14h00 às 16h00

**Minicurso III:** Traços da Urbanização Recente no Brasil e suas interações com a América do Sul

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

**Professora:** Ester Limonad – UFF- Rj

16h00 às 18h00

**Oficina**

Local: Sala do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)

**Oficina 03: Agitação e propaganda**

Proponente: Érica Souza-MAM

Público-alvo: movimentos sociais e estudantis



## **GRUPOS DE TRABALHO E LOCALIZAÇÃO**

### **GT 01 - Estado, políticas e novas configurações do mercado na América Latina**

**Coordenadores:** Nirvia Ravena (NAEA/UFPA), Marcela Vecchione Gonçalves (NAEA/UFPA), José Raimundo Trindade (PPGECO/UFPA), Rosane de Seixas Brito Araújo (NAEA/UFPA) e Jader Gama (GETTAM/NAEA/UFPA)

**Sala 12 e 13 - NAEA**

### **GT 02 - Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina**

**Coordenadores:** Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Rodrigo Peixoto (PPGSA/UFPA), Pierre Teisserens (Université Paris 13), Flávio dos Santos Gomes (UFRJ), Assunção José Pureza Amaral (UFPA-Castanhal), José Sobreiro Filho (UFPA-Ananindeua) e Raifran Abidimar de Castro (IFMA).

**Sala 15 e 17 - NAEA**

### **GT 03 - Colonialidade e grandes obras de infra-estrutura: hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias**

**Coordenadores:** Luiz Fernando Novoa (UNIR), Sara Alonso (Universidade de Barcelona), Sabrina Mesquita (ICSA e GETTAM/NAEA/UFPA) e Jondison Rodrigues (GETTAM/NAEA).

**Sala Ip 02 - Pavilhão de Aulas do ICSA**

### **GT 04 - Natureza, sociedade e direitos: políticas e conflitos na América Latina e na Pan-Amazônia**

**Coordenadores:** Edila Moura (PPGSA/UFPA), Voyner Canete (PPGSA/UFPA), Juarez Carlos Brito Pezzuti (NAEA/UFPA), Emilie Stoll (Museum National d'Histoire Naturelle), Maria José da Silva Aquino (PPGSA/UFPA) e Maria Ernestina Garreta Chanoy (Colômbia), Simy Correa (GETTAM/NAEA/UFPA).

**Sala Ip 03 e Sala Ip 04 - Pavilhão de Aulas do ICSA**

### **GT 05 - Mineração, desastres e neoextrativismos na América Latina**

**Coordenadores:** Eunápio do Carmo (CESUPA e GETTAM/NAEA/UFPA), Paola Bolados (UV - Chile), Gilberto Marques (PPGE/ICSA/UFPA), Indira Rocha (ICSA/UFPA) e Pedro Henrique Paes Loureiro de Bragança (UNAMA e GETTAM/NAEA/UFPA)

**Sala Ip 05 - Pavilhão de Aulas do ICSA**

### **GT 06 - A Mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa**

**Coordenadores:** Fabio Castro (PPGCOM/UFPA), Ana Prado (NAEA/UFPA), Elaine Martins (PPGCOM/UFPA), Otacílio Amaral Filho (ILC/UFPA) e Larissa Carreira (GETTAM/NAEA/UFPA)

**Sala Ip 06 - Pavilhão de Aulas do ICSA**



**GT 07 – Cidades e transformações do urbano na América Latina**

**Coordenadores:** Saint-Clair Trindade (NAEA/UFPA), Simaia das Mercês (NAEA/UFPA), Philippe Plas (Universidade Paris 13, França), Sandra Helena Ribeiro Cruz (ICSA/UFPA), Helena Lúcia Zagury Tourinho (UNAMA) e Welson Cardoso (ICSA/UFPA-GETTAM).

**Sala Kp 12 e Kp 10 – Pavilhão de Aulas do ICSA**

**GT 08 – Migração, mobilidade e deslocamentos: exclusão social, diferenças culturais e ação política**

**Coordenadores:** Luis Aragon Vacca (NAEA/UFPA), Marcel Hazeu (ICSA/UFPA-GETTAM), Pedro Staevie (UNILA), France Rodrigues (PPGSOF/UFRR) e Solange Gayoso (ICSA/UFPA)

**Sala Hp 12 – Pavilhão de Aulas do ICSA**

**GT 09 – Pensamento social e imaginário na América Latina**

**Coordenadores:** Ana Maria Araújo (Udelar-Uruguai), Renan Freitas Pinto (UFAM), Edna Castro (GETTAM/NAEA/UFPA), Sirlei Silveira (UFMT) e Amarildo Ferreira Júnior (UFRR)

**Local: Mini-auditório do NAEA (Altos)**

**GT 10 – Campesinato e conflitos fundiários na América Latina**

**Coordenadores:** William Santos de Assis (NCADR/UFPA), Delma Pessanha Neves (UFF), Dalva Motta (EMBRAPA), Fabiano Bringel (UEPA) e James Léon Passa Monsalve (Colômbia)

**Sala Hp 11 e Ip 12B – Pavilhão de Aulas do ICSA**

**GT 11 – Gênero, colonialidade e teorias feministas na América Latina**

**Coordenadores:** Luzia Álvares (PPGCP/UFPA), Cristina Cancela (PPGHIST/UFPA), Socorro Amora (ICSA/UFPA)

**Sala Hp 10 – Pavilhão de Aulas do ICSA**

**GT 12 – Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina**

**Coordenadores:** Silvio Figueiredo (NAEA/UFPA), Carmem Izabel Rodrigues (PPGSA/UFPA), Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega (UFRN), Mirleide Char (NAEA/UFPA) e Iraneide Souza Silva (GETTAM/NAEA/UFPA)

**Sala Hp 09 – Pavilhão de Aulas do ICSA**

**GT 13 – Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações, novas formas de dominação?**

**Coordenadores:** Izabel Valle (UFAM), Elenise Scherrer (UFAM), Antônia Nascimento (PPGSS/UFPA), Vera Lúcia Gomes (PPGSS/UFPA), Alexandre Lins (PPGDSTU/UFPA) e Marília Lobato (UNIFAP)

**Local: LAENA - NAEA**



## LANÇAMENTO DE LIVROS E REVISTAS

**Local: Hall de entrada do Centro de Eventos Benedito Nunes - UFPA**

Tráfico de pessoas para exploração sexual

Editora: Lumen Júris, 2017

*Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith*

Bragança: famílias, política e comércio

Editora: Livraria da Física

*Ipojucan Dias Campos (Org.)*

Sociodemografia da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá 2001 a 2011.

Editora: AM: IDSM; Belém: NAEA, 2016

*Edila Arnaud Ferreira Moura, Ana Claudeise Silva do Nascimento, Dávila Suelen de Souza Corrêa, Edna Ferreira Alencar, Isabel Soares de Sousa.*

Garimpagem e Mineração no Norte do Brasil

Editora: EDUA, 2017

*Francilene dos Santos Rodrigues*

Territórios e Conflitos: a relação de empresas de mineração com as comunidades em Barcarena

Editora: NAEA/UFPA – 2017

*Eunapio Dutra do Carmo*

Para além da tradição: casamentos, famílias e relações conjugais

Editora: UEPA & Fonte Editorial

*Ipojucan Dias Campos*

Palavras entre rios e ruas: ensaios sobre Literatura na Amazônia

Editora: FCP- Fundação Cultural do Pará, 2016.

*Maria de Nazaré Barreto Trindade*

Territórios em transformação na Amazônia: Saberes, rupturas e desconstruções

Editora: NAEA/UFPA – 2016

*Edna Maria Ramos de Castro (Org.)*

Obra Contemplada pelo Premio Literário Dalcídio Jurandir

Coleção Encauchados: 1º Vol. Encauchados 20 anos do Acre para o Mundo

2º Vol. Encauchados na visão da Academia

3º Vol. Encauchados Produção científica e Tecnológica Educacional.

Gráfica: Supercoros

*Francisco Samonek; Assunção José Pureza Amaral, Régis Abreu Paiva e Maria Zélia Machado Damasceno*



Cidadania Coletiva - Política da Diferença e o Princípio da Participação

Editora. Juruá

*Homero Chiaraba Gouveia*

Pense Direito: Sujeitos e Atores na Formação da Consciência Jurídica

Editora: Appris

*Fabian Serejo Santana*

Territórios, Ordenamentos e Representações na Amazônia

Editora: GAPTA/UFPA - 2017

*Christian Nunes da Silva, Ricardo Ângelo Pereira de Lima, João Marcio Palheta da Silva.*

Crítica da Economia Política da Dívida Pública e do Sistema de Crédito Capitalista

Editora: CRV

*José Raimundo Trindade*

Postos no Rio Tapajós: o arco do desenvolvimento e da justiça social?

Cartilha – IBASE (RJ) – 2017

*Jondison Cardoso Rodrigues*

Revista Novos Cadernos NAEA: NCN Vol. 19, n. 3; Vol. 20, ns. 1 e 2

A geopolítica de Infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia Brasileira

ActionAid Brasil e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) – 2017

*Diana Aguiar*

História da Amazônia: do período da borracha aos dias atuais - Estudos Amazônicos

Editorial Cultura Brasil

*Violeta Refkalefsky Loureiro.*

Amazônia: temas fundamentais sobre o meio ambiente - Estudos Amazônicos

Editora Cultural Brasil

*Violeta Refkalefsky Loureiro.*

Territórios, Mobilizações e conservação socioambiental

*Maria José da Silva Aquino Teisserenc, Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, Neide Esterici (Orgs.).*

São Luis: EDUFMA, 2016.

Amazônia, Cultura e Cena Política no Brasil

*Sílvio Lima Figueiredo (Orgs.)*

NAEA/UFPA - 2017



# Grupos de Trabalhos

II Seminário Internacional América Latina: Políticas  
e conflitos contemporâneos

**II SIALAT**



# GT 13

## Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações, novas formas de dominação?

### Coordenadores

Izabel Valle (UFAM), Elenise Scherrer (UFAM), Antônia Nascimento (PPGSS/UFPA),  
Vera Lúcia Gomes (PPGSS/UFPA), Alexandre Lins (PPGDSTU/UFPA), Marília Lobato (UNIFAP).

### Debatedor

Armando Lírio (PPGE/UFPA). A confirmar

**Ementa:** O GT se propõe a fazer um balanço do tema trabalho no contexto das novas agendas econômicas na América Latina, em especial, de precarização do trabalho e perda de direitos, bem como o crescimento do desemprego e a mutação do mercado de trabalho. Há interesse em problematizar o tema na perspectiva das ciências sociais numa visão crítica e interdisciplinar, no sentido de estudar as formas de apropriação, dominação e subjetivação envolvidos no debate.



**GT 13 – TRABALHO, MERCADO DE TRABALHO E DESEMPREGO: NOVAS  
REGULAÇÕES, NOVAS FORMAS DE DOMINAÇÃO?**

**Local: LAENA - NAEA**

Dia 27 de novembro de 2017 / segunda-feira

**1ª SESSÃO: EDUCAÇÃO, MUNDO DO TRABALHO E CIDADANIA**

**Horário: 14h00 às 16h00**

Coordenação: Prof<sup>fa</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Antonia Cardoso Nascimento (PPGSS/UFPA)

**Comunicação Oral:**

1. A INCIDÊNCIA DO TRABALHO INFANTIL NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA REDE OFICIAL DE ENSINO DE BELÉM DO PARÁ.

Carlos Alberto Batista Maciel (ICSA/UFPA), Dyandra Jamylle Rosário da Silva (FASS/UFPA), Heráclito Santa Brígida da Silva (FASS/UFPA)

2. TRABALHO INFANTIL: A PERCEPÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS E A CONFIGURAÇÃO DO PETI NO MUNICÍPIO DE MELGAÇO / PA.

Ana Paula Pacheco de Souza (UFPA)

3. O DILEMA DA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL, A PARTIR DA PRODUÇÃO DE PROJETOS DE LEIS, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (1995- 2014)

Wilcléa da Costa Lima, Wanglês da Costa Lima e Eugênia Rosa Cabral

4. A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO E TRABALHO NA ESFERA PRODUTIVA CAPITALISTA.

Mara Rita Duarte de Oliveira (UFPA/Campus de Abaetetuba), Geovanna de Lourdes Alves Ramos (UFG/Regional Goiás) e Jadson Fernando Garcia Gonçalves (UFPA/Campus de Abaetetuba)

5. TRABALHO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NA AMAZÔNIA – REBATIMENTOS POLÍTICOS, SOCIAIS E CULTURAIS ENTRE CAMPONESES OPERÁRIOS.

Lauro Sergio Rodrigues da Silva (NADESA/ICSA/UFPA), Leidiane de Cássia de Sousa Lima (NADESA/ICSA/UFPA), Valquíria Pereira Barros (NADESA/ICSA/UFPA), Juliana Souza da Silva (NADESA/ICSA/UFPA)

6. JUVENTUDE, TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: UMA DISCUSSÃO SOBRE O PROJÓVEM URBANO NO ESTADO DO PARÁ.

Mário J Brasil Xavier (UEPA)

7. A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR NA AMAZÔNIA: A POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO NO PARÁ

Sônia Maria da Silva Campêlo (SEASTER) e Ronaldo Marcos de Lima Araujo (UFPA)

**Pôster:**

1. ANÁLISE DOS DETERMINANTES DO DESEMPREGO DE JOVENS E DA EXCLUSÃO DA EDUCAÇÃO FORMAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS.

Brenner Nepomuceno (UFG), Raphael Teles Oliveira (UFU)



**GT 13 – TRABALHO, MERCADO DE TRABALHO E DESEMPREGO: NOVAS  
REGULAÇÕES, NOVAS FORMAS DE DOMINAÇÃO?**

**Local: LAENA - NAEA**

**2ª SESSÃO: CULTURA, ESPAÇO PÚBLICO E TRABALHO.**

**Horário: 16h00 às 18h00**

**Coordenação:** Profª Drª Elenise Scherrer (UFAM)

**Comunicação Oral:**

1. ESPAÇO PÚBLICO E TRABALHO: A AUSÊNCIA DE INTERLOCUÇÃO ENTRE O COMPLEXO FELIZ LUSITÂNIA E A FEIRA DO AÇAÍ, EM BELÉM (PA)

Eliana Machado Schuber (PPGDSTU/NAEA/UFPA) e Marlon D'Oliveira Castro (PPGDSTU/NAEA/UFPA)

2. DA PEDRA AO MERCADO E DO MERCADO À CIDADE: UMA ETNOGRAFIA DA CIRCULAÇÃO DO PESCADO NO VER-O-PESO EM BELÉM-PA.

Luiz de Jesus Dias Silva (PPGSA/UFPA) e Carmem Izabel Rodrigues (PPGSA/IFCH/UFPA)

3. METAMORFOSES DO TRABALHO NO ESPAÇO RURAL DO MOJU.

João Santos Nahum (GDEA/UFPA), Cleison Bastos dos Santos (GDEA/UFPA)

4. O TRABALHO DAS MULHERES NO CULTIVO DE OSTRAS NA VILA DE NOVA OLINDA, AUGUSTO CORRÊA – PA.

William Santos de Assis (PPGAA/UFPA) e Maria José Brito Pinheiro (PPGAA/UFPA)

5. O (RE)PENSAR DO COMÉRCIO NO CONTEXTO FORMATIVO INDÍGENA: A ETNOMATEMÁTICA FRENTE AS NOVAS FORMAS DE DOMINAÇÃO E SUBALTERNAÇÃO.

Matheus Moreira da Silva (PPGECM/UFG), José Pedro Machado Ribeiro (PPGECM/UFG) e Vanessa Nascimento Silva (PPGECM/UFG)

6. AS METAMORFOSES DO TRABALHO E NO ESPAÇO A PARTIR DA DENDEICULTURA EM TOMÉ-AÇU (PA): ESTUDO DE CASO NA VILA FORQUILHA.

Ana Cláudia Alves de Carvalho (GDEA/UFPA) e João Santos Nahum (GDEA/UFPA)

**Pôster:**

1. ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DA RELAÇÃO DE TRABALHO DOS MIGRANTES NA FRONTEIRA PAN-AMAZÔNICA

Noelline Freire Lemos (UFRR), Francilene dos Santos Rodrigues (PPGSOF-UFRR)

2. A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS RELAÇÕES DO CAMPESINATO: o papel da mulher na (re)produção do modo de vida camponês.

Suzana Rossi Pereira Chaves de Freitas (UFMA/Campus Imperatriz) e Alexandre Peixoto Faria Nogueira (UFMA/Campus Imperatriz).



**GT 13 – TRABALHO, MERCADO DE TRABALHO E DESEMPREGO: NOVAS  
REGULAÇÕES, NOVAS FORMAS DE DOMINAÇÃO?**

**Local: LAENA - NAEA**

Dia 28 de novembro de 2017 / terça-feira

**1ª SESSÃO: TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA E IMPACTOS NO MERCADO DE TRABALHO**

**Horário: 14h00 às 16h00**

**Coordenação:** Profª Drª Vera Lúcia Gomes (PPGSS/UFPA)

**Comunicação Oral:**

1. A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E MERCADO DE TRABALHO: UMA INTERPRETAÇÃO A PARTIR DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA.

Gilberto de Souza Marques (ICSA/UFPA), Andressa Magalhães Lima (ICSA/UFPA)

2. APLICAÇÃO DE ÍNDICE DE QUALIDADE DO EMPREGO FORMAL NO MERCADO DE TRABALHO PARAENSE: UMA ANÁLISE PARA OS GRANDES SETORES DO IBGE.

Luciana Cristina Romeu Sousa (PPGE/UFPA), Mateus de Azevedo Araujo (UFPA)

3. TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SEUS REFLEXOS NA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA HABITACIONAL EM BELÉM/PA.

Roselene de Souza Portela (PPGSS/UFPA), Ethiene da Purificação dos Anjos Santos (UFPA) e Alyne Lima da Silva (UFPA)

4. PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL, SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO E EXTRAÇÃO DO MAIS-VALOR NA ECONOMIA DEPENDENTE SEGUNDO RUY MAURO MARINI

Wendell da Costa Magalhães (ICSA/UFPA) e Gilberto de Souza Marques (ICSA/UFPA)

**Pôster:**

1. A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM BELÉM.

Marcio Nonato da Costa Borges (UFPA)

**2ª SESSÃO: TRABALHADORES E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**

**Horário: 16h00 às 18h00**

**Coordenação:** Alexandre Sócrates Araújo de Almeida Lins (PPGDSTU/NAEA/UFPA)

**Comunicação Oral:**

1. OS CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM BELÉM DO PARÁ: DESAFIOS DA AUTOGESTÃO.

Lucila Jenille Moraes Vilar( PPGDSTU/NAEA/UFPA) e Armin Mathis (NAEA/UFPA)



**GT 13 – TRABALHO, MERCADO DE TRABALHO E DESEMPREGO: NOVAS  
REGULAÇÕES, NOVAS FORMAS DE DOMINAÇÃO?**

**Local: LAENA - NAEA**

2. UM ESTUDO DE CASO DA DIVERGÊNCIA ENTRE O LUGAR SOCIAL E O LUGAR DISCURSIVO-ENUNCIATIVO DE VENDEDORES LOJISTAS DE ARAGUAÍNA-TOCANTINS.

Janderson Henrique Mota de Sousa (UFT) e João de Deus Leite (UFT).

3. A PRISÃO DOS NÃO PRESOS: AGENTES PRISIONAIS, (RE)SIGNIFICAÇÃO PROFISSIONAL E FLUXOS DO CÁRCERE – SÃO LUÍS/MARANHÃO.

Luciana Marques Costa Campos (UFMA) e Hyda Juliana Pavão Quadros (UFMA).

4. OS PEÕES DE TRECHO: NOVOS OUTSIDERS CONTEMPORÂNEOS.

Flávio Alves dos Reis Neto (UFPA).

5. OS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ATUAL MERCADO DE TRABALHO EM BELO HORIZONTE.

Adriana García Martínez (UFMG).

**Pôster:**

1. “DEIXANDO DE SER EMPREGADO PARA GERAR EMPREGO”: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE MICROEMPREENDEDORISMO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO.

Jânio Victor de Matos Duarte (PIBIC/ UFMA) e Jesiniel Martins Pimenta Junior (PIBIC/ UFMA)

2. O CRESCENTE MERCADO INFORMAL DENTRO DOS COLETIVOS EM BELÉM DO PARÁ.

Paloma Luiza Maia de Souza (UFPA), Walter José Brito da Silva Júnior (UFPA).

Dia 29 de novembro de 2017 / quarta-feira

**1ª SESSÃO: TECNOLOGIA, PRODUTIVIDADE E RELAÇÕES DE TRABALHO**

**Horário: 14h00 às 16h00**

**Coordenação:** Prof<sup>a</sup> Msc Marília Gabriela Lobato (UNIFAP)

**Comunicação Oral:**

1. INFORMALIDADE EM TEMPOS DE CONECTIVIDADE: FACEBOOK E WHATSAPP TRANSMUTANDO O ANTIGO.

Guaciara Barbosa de Freitas (UFPA) e Luís Flávio Maia Lima (UFPA)

2. NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA UNIVERSIDADE.

Tássio de Souza Damasceno (UFPA), Denise Machado Cardoso (UFPA) e Lorena Tamyres Trindade da Costa (UFPA)



**GT 13 – TRABALHO, MERCADO DE TRABALHO E DESEMPREGO: NOVAS  
REGULAÇÕES, NOVAS FORMAS DE DOMINAÇÃO?**

**Local: LAENA - NAEA**

3. O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA REFINARIA PREMIUM NO MUNICÍPIO DE BACABEIRA:  
AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SOBRE AS RELAÇÕES DE TRABALHO.

Bianca Sampaio Correa (UEMA/PPDSR) e Zulene Muniz Barbosa (UEMA)

4. ATIVIDADE PESQUEIRA NOS RIOS TOCANTINS E ARAGUAIA A PARTIR DA COMPARAÇÃO DA  
PESCA EM DUAS COLÔNIAS DE PESCADORES NO ESTADO DO TOCANTINS.

Lilyan Rosmery Luizaga de Monteiro (PPGDIRE/UFT) e Adolfo da Silva-Melo (FACIT).

**2ª SESSÃO: DESREGULAMENTAÇÃO, PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E  
ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA**

**Horário: 16h00 às 18h00**

**Coordenação:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Izabel de Medeiros Valle (UFAM)

**Comunicação Oral:**

1. CIDADANIA DESREGULADA: PERSPECTIVAS SOBRE A REFORMA TRABALHISTA.

João Paulo Andrade de Souza (UFBA) e Homero Gouveia Chiaraba (UFBA)

2. TRABALHADOR DESCARTÁVEL: A REFORMA TRABALHISTA E A “DESCORPORIFICAÇÃO” DO  
TRABALHO.

Vivianny Kelly Galvão (SOTEPP/Centro Universitário Tiradentes)

3. TRABALHO E CONSUMO NA CONTEMPORANEIDADE: INÉRCIA E VULNERABILIDADE.

Kleitton Sousa Matos (UFT) e Miguel Pacífico Filho (UFT)

4. RESISTENCIA MAGISTERIAL POR MEJORES CONDICIONES Y REGULACIONES DE TRABAJO.

Pilar Méndez Rivera (DIE) e Universidad Distrital Francisco José de Caldas (Colombia).

**Pôster:**

1. AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA EMPRESA NORSK HYDRO NO COMPLEXO DO ALUMÍNIO  
(BARCARENA-PA): ADOECIMENTO, ACIDENTES E NEGAÇÃO DE DIREITOS.

Sara Daltro Tavares Paiva (UFPA) e Rosiane Silva da Silva (UFPA)

2. TRABALHO FEMININO, PRECARIZAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO: OS NOVOS CONTORNOS DO  
CAPITAL PARA A MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Yândala Krizia Viana Almeida (UNAMA)



# Trabalhos completos

## GT 13

II Seminário Internacional América Latina:  
Políticas e conflitos contemporâneos

**II SIALAT**



## **GT 13 – Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações, novas formas de dominação?**

### **A INCIDÊNCIA DO TRABALHO INFANTIL NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA REDE OFICIAL DE ENSINO DE BELÉM DO PARÁ**

Carlos Alberto Batista Maciel (Universidade Federal do Pará)<sup>1</sup>  
camaciel@globo.com

Dyandra Janylle Rosário da Silva (Universidade Federal do Pará)<sup>2</sup>  
Janylle.ufpa@gmail.com

Heráclito Santa Brígida da Silva (Universidade Federal do Pará)<sup>3</sup>  
Heraclito.ufpa@gmail.com

#### **RESUMO**

O objetivo deste artigo é apresentar e discutir os resultados do projeto de pesquisa intitulado “Diagnóstico Situacional do Trabalho Infantil no Estado do Pará”<sup>4</sup>. Apresenta a discussão conceitual sobre as categorias: Trabalho e Trabalho Infantil e identifica impactos do trabalho precoce na educação de crianças e adolescentes, com idade entre 6 e 15 anos, da rede oficial de ensino da Região Metropolitana de Belém. Foi utilizada a pesquisa bibliográfico-documental e a aplicação de questionários em escolas da rede pública.

Palavras-chave: Trabalho; Trabalho Infantil; Educação; Criança e Adolescente.

#### **1 INTRODUÇÃO**

O trabalho infantil é uma das mais severas expressões da questão social no Brasil e sua manifestação como prática social tem uma existência de longa data.

A investigação deste fenômeno, em decorrência de sua complexidade social, requisita uma abordagem que dê ênfase às contradições existentes nos processos sociais, buscando compreender as determinações presentes no âmbito da vida material, concreta dos sujeitos da amostra. De acordo com Gil (1999, p.32) “[...] a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências”.

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Araraquara – SP, Coordenador do Grupo de Análise de Política Pública e Política Social na Amazônia (GAPSA).

<sup>2</sup> Bacharel em Serviço Social, pela Universidade Federal do Pará.

<sup>3</sup> Bacharel em Serviço Social, pela Universidade Federal do Pará.

<sup>4</sup> A pesquisa foi realizada em parceria do Tribunal Regional do Trabalho – TRT 8ª REGIÃO – PARÁ e Universidade Federal do Pará, por meio do Grupo de Análise Política Pública e Política Social na Amazônia (GAPSA), vinculado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA).



Por se tratar de uma pesquisa inicial sobre a identificação deste fenômeno social nos espaços institucionais das escolas públicas, esta investigação teve um caráter exploratório, uma vez que buscou obter e aprofundar informações sobre o objeto estudado. Foram realizados estudos de literatura acadêmica que aborda o debate teórico sobre o trabalho infantil em livros, artigos, relatórios, monografias, dissertações e teses no intuito de subsidiar tais discussões.

Para a coleta de dados a pesquisa de campo foi efetivada por meio de aplicação de 30.375 questionários nas escolas da rede oficial de ensino da Região Metropolitana de Belém - RMB. Esta etapa foi realizada por uma equipe técnica do Tribunal Regional do Trabalho – TRT 8ª Região.

O referido estudo dispõe de 2 (duas) seções, a primeira se refere a abordagem teórica da categoria trabalho na perspectiva ontológica do ser social. A segunda seção discute sobre a compreensão trabalho infantil como uma forma de exploração pelo trabalho. e terceira seção apresenta os resultados sobre os impactos do trabalho identificados na vida de crianças e adolescentes no âmbito da educação e por fim as considerações finais.

## 2 O TRABALHO COMO UMA CATEGORIA SOCIAL

Segundo Marx, o trabalho é a categoria fundante do ser, o qual constitui-se socialmente. A partir da discussão sobre a categoria trabalho seria possível compreendermos as relações que são constituídas na sociedade. Para Marx (1989, p. 202):

O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. [...] põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de se apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana.

Neste sentido, podemos inferir que o homem ao reconhecer a natureza como uma força inerente a sua existência, a identifica como uma fonte inesgotável de possibilidades, pois, atua nesta transformando-a e modificando-a de acordo com as suas necessidades que vão desde as mais simples, como saciar a fome, até às mais complexas, como se vestir, socializar, locomover, comunicar, relacionar e etc.

Barroco (2010, p. 19), enfatiza que é a partir do trabalho que o homem desenvolve sua consciência tornando-se um ser universal e livre, pois a medida que o homem transforma a natureza ele transforma a si mesmo, já que no seu processo de trabalho o ser molda e constrói sua história, estabelece relações com o outro, adquire novas habilidades e



experiências, ou seja, o trabalho não é somente uma atividade, mas um processo de construção do ser social, o qual passa a construir mediações que possibilitam a ampliação e totalidade de seu domínio sobre a natureza e sobre si mesmo, a fim de supri as suas necessidades.

Lamarão (2008) se fundamenta em Marx para explicar que, segundo ele:

[...] há no trabalho um ato de auto-elaboração ou de auto-objetivação do homem, o ato de exteriorização do homem. É o trabalho como mediação e como objetivação do homem com a natureza, quer dizer: pelo trabalho o homem se exterioriza. (LAMARÃO, 2008, p.44).

Neste sentido Lukács (1979) afirma que:

[...] O trabalho é, antes de tudo, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo. (LUKÁCS, 1979, p. 87 apud BARROCO, 2010, p. 21).

Destarte, podemos inferir que o trabalho é categoria fundante do ser, que possibilita o homem desenvolver suas potencialidades, contribuindo de maneira a se desenvolver como ser social, dotado de racionalidade a qual o difere dos demais animais. É por isso que o homem não se satisfaz apenas com o trabalho propriamente dito, ele sente necessidade de desenvolver outras potencialidades.

É no cerne desta discussão que veremos como uma das mais expressivas refrações da questão social, a exploração do trabalho infanto-juvenil, se apresenta na sociedade e por que ainda persiste até os dias atuais

### 3 O TRABALHO INFANTIL COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Historicamente o trabalho infantil se tornou uma categoria relevante na questão social da infância, isto se deve principalmente as transformações nas relações de trabalho e as lutas dos movimentos sociais e políticos na área dos direitos humanos, que imprimiram novas concepções de infância, nas quais crianças e adolescentes são compreendidos como sujeitos de direitos.

Conforme a definição da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti) do Brasil, trabalho infantil são:

Aquelas atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 anos (dezesseis) anos, ressalvada a



condição de aprendiz a partir dos 14 anos (quatorze) anos, independente da sua condição ocupacional. (BRASIL, 2004, p. 9).

Seguindo esta perspectiva, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, se fundamenta na legislação brasileira para definir esta categoria, de acordo com a Emenda Constitucional 20/98 e a lei que altera as disposições da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, sancionada em 19 de dezembro de 2000, a qual determina que “É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos”. (BRASIL, Lei 10.097/2000, Art. 1º). Partindo dessa premissa a OIT afirma que “trabalho infantil é aquele realizado por crianças e adolescentes que estão abaixo da idade mínima para a entrada no mercado de trabalho, segundo a legislação em vigor no país”. (OIT, 2001, p.13).

No Brasil, segundo Lamarão (2008) o trabalho:

Foi um elemento histórico presente na infância brasileira que foi edificada sobre uma sociedade escravocrata, com consequências sociais expressas na profunda desigualdade que empurrava crianças para o trabalho. Em meio a um contexto de um sistema escolar elitizado e de ações governamentais e religiosas voltadas para o combate à pobreza, a partir da concepção de pobreza como desvio de caráter, o trabalho surge nesse cenário como forma de combater a preguiça, a vadiagem, o mau caráter por meio de uma política higienista e moralizadora. (LAMARÃO, 2008, p. 52).

Pode-se dizer que o trabalho infantil é evidenciado por duas principais características, uma relacionada ao aspecto econômico, entendida aqui, segundo os autores Campos e Alverga (2001, p. 228) como uma justificativa que as famílias e outros setores da sociedade utilizam, com razões de caráter subjetivo, para encorajar e estimular crianças a ingressarem em alguma atividade produtiva, no intuito de complementar ou garantir plenamente a renda familiar, a segunda característica, de cunho moral, é sustentada por uma ilusão de que é preferível a criança trabalhar do que a criança está na rua brincando ou sem fazer nada, pois assim elas não se tornariam preguiçosas e se tornariam pessoas melhores, trabalhadores dignos e de caráter.

#### 4 IMPACTOS E EFEITOS DO TRABALHO INFANTIL SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE ESTUDAM NA REDE DE ENSINO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM-PA



A inserção precoce de crianças e adolescentes no trabalho causa diversas situações prejudiciais à saúde, educação, desenvolvimento, etc, desses sujeitos. As relações de dominação e poder, as condições precárias do ambiente laboral, entre outros, são fatores que desencadeiam uma série de efeitos físicos e emocionais em meninos e meninas que trabalham.

Do ponto de vista dos direitos preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o trabalho infantil expressa uma afronta a condição das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, pois quando crianças e adolescentes são inseridas precocemente no trabalho todas as possibilidades de desenvolvimento intelectual, cognitivo, biológico, físico, ascensão financeira e outras diminuem. Sobre aos rebatimentos do trabalho infantil na educação, Moreira de Carvalho (2008) afirma que:

[...] Crianças e adolescentes ocupados encontram, no trabalho, um significativo obstáculo ao ingresso, à permanência e ao sucesso no sistema educacional. [...] Pertencendo a famílias pobres e com baixo capital e tendo acesso a um ensino público de má qualidade, que não atende às suas necessidades e expectativas, os pequenos trabalhadores, muitas vezes, chegam à escola já cansados, ou não conseguem frequentá-la regularmente em decorrência de suas responsabilidades laborais [...] o que prejudica a aprendizagem e contribui para aumentar as reprovações [...]. (MOREIRA DE CARVALHO, 2008, p. 588,560-562).

Quanto mais cedo se começa a trabalhar, diminui-se a possibilidade de continuar estudando. O labor do dia-a-dia de crianças e adolescente é uma barreira real para o desenvolvimento educacional de meninos e meninas, que acabam abandonando a escola por diversos motivos, seja o cansaço do trabalho, a falta de recursos e incentivos para chegar à escola, a necessidade de trabalhar para sobreviver, a defasagem, entre outros.

Nesta mesma perspectiva, Silva (2009) afirma que crianças e adolescentes que trabalham são vulneráveis a reproduzir o ciclo de pobreza.

[...] no mundo atual, quando a ascensão social só é possível pela alta qualificação, os menores trabalhadores estão fadados a manter-se no mesmo ciclo de pobreza, tendo em vista que a baixa complexidade das atividades e jornadas estafantes impedem qualquer alcance de oportunidade e ganhos educacionais e financeiros. (SILVA, 2009, p.49).

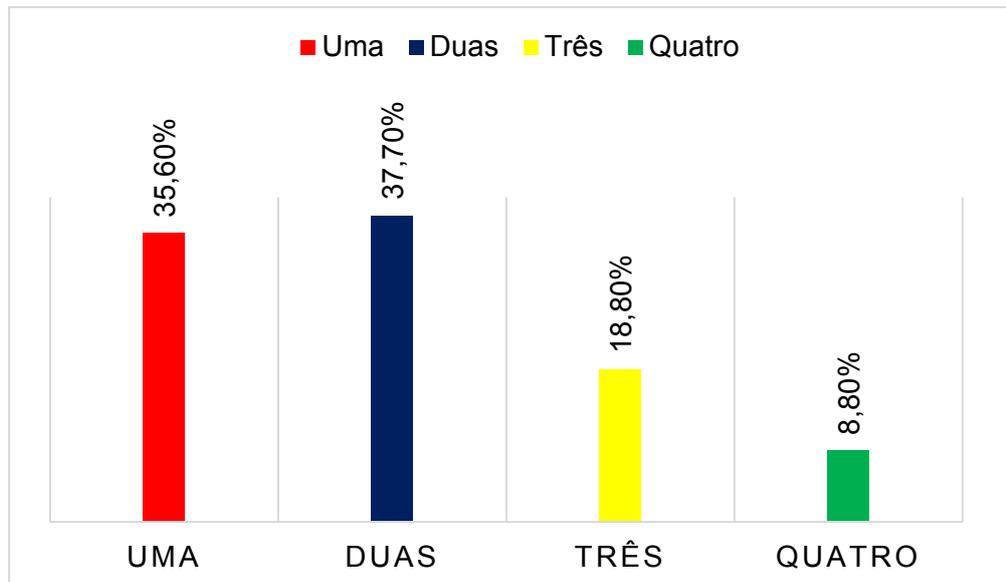
No Estado do Pará o trabalho Infantil se manifesta como uma das mais marcantes expressões da questão social, revelando a realidade inóspita da vida de crianças e adolescentes pobres, submetidos as mais variadas formas de exploração do trabalho. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2015), apontaram que pelo segundo ano



consecutivo, o trabalho infantil aumentou na faixa etária de 5 a 9 anos, os quais foram registrados 79 mil casos, ou seja, 12,3% a mais que em 2014.

Em um cenário de 30.375 (Trinta mil trezentos e setenta e cinco) questionários, aplicados nas escolas, verificou-se um número expressivo de atividades domésticas não remuneradas realizadas pelas crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devidamente matriculados no sistema de ensino da RMB, como pode ser observado no gráfico abaixo:

**Gráfico 1** – Total de crianças que realizam atividades domésticas não remuneradas por número de tarefas



Fonte: Pesquisa de campo (2015-2016). Elaborado pelos autores.

Logo, ao se considerar o fato de, por exemplo, uma criança realizar duas atividades como cozinhar e cuidar de criança/idoso ou lavar e passar roupa é possível inferir a existência do trabalho infantil doméstico, como uma forma particular da exploração da mão de obra infanto-juvenil. Corroborando a “naturalização” do trabalho infantil no âmbito doméstico, uma vez que as próprias crianças e adolescentes não consideraram este serviço como um tipo de trabalho, somente pelo fato de não receberem um pagamento.

Nesta perspectiva, Souza (2014, p. 20), afirma que em sua pesquisa que “os trabalhos não remunerados foram identificados como os maiores focos de atividades perigosas e insalubres encontrados e identificados com maior destaque no Pará”.

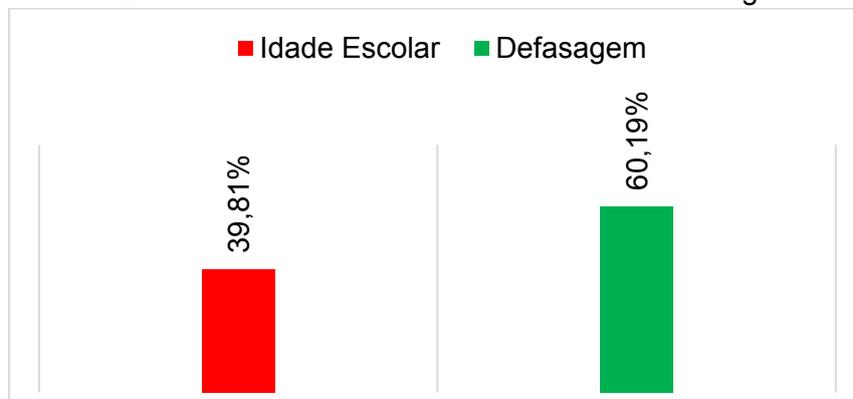
As atividades laborais no âmbito doméstico demandam tempo e esforço que subtraem o tempo para os estudos e o lazer. Nessa perspectiva, a defasagem escolar é um, dentre vários impactos na educação de crianças e adolescentes que trabalham como afirma Moreira de Carvalho:



[...] ocorre uma defasagem escolar significativa, que se soma ao cansaço, ao desestímulo e a um maior envolvimento com o mercado de trabalho e com a ampliação das jornadas, levando muitos a abandonarem o sistema educacional precocemente, com baixos níveis de escolaridade. Contribuindo para antecipar o fim da infância e da adolescência e para uma inserção no mundo do trabalho como adultos [...]. (MOREIRA DE CARVALHO, 2008, p. 588,560-562).

O gráfico a seguir mostra os resultados quantitativos relacionados ao índice de defasagem de crianças e adolescentes da rede oficial de ensino da Região Metropolitana de Belém que, se comparada com o gráfico anterior pode revelar a relação entre quantidade de atividades domésticas e a defasagem escolar. Vejamos:

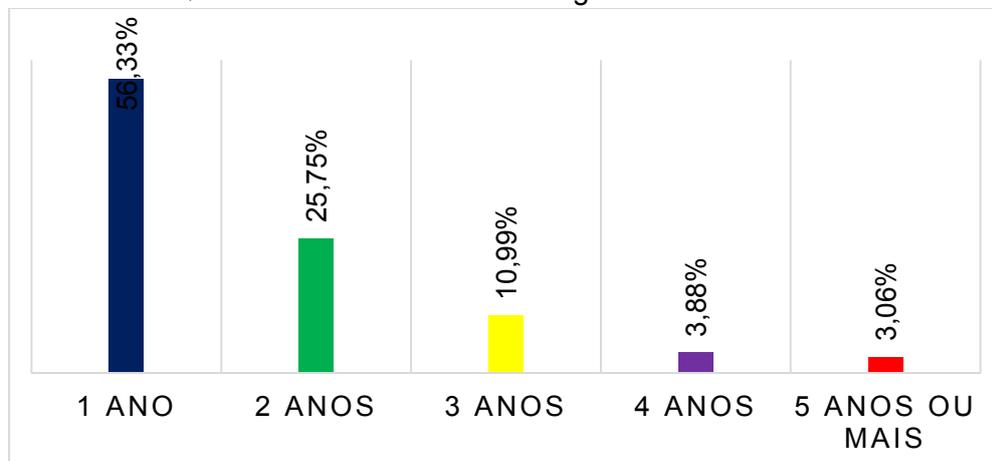
**Gráfico 2 – Total de alunos em idade escolar ou defasagem**



Fonte: Pesquisa de campo (2015-2016). Elaborado pelos autores.

Do total de alunos pesquisados, identificou-se 17.804 alunos em situação de defasagem escolar, dos quais 53,68% tem 2 ou mais anos de defasagem, como demonstra o gráfico a seguir:

**Gráfico 3 – Quantidade de anos de defasagem**



Fonte: Pesquisa de campo (2015-2016). Elaborado pelos autores.



Este cenário demonstra uma fragilidade no processo formativo dos alunos devido a responsabilidade com as atividades laborais, aliadas ao déficit no sistema público de educação, tanto no que se refere aos aspectos estruturais das escolas, quanto as condições de trabalho de professores, gestores e técnicos.

A situação de trabalho infantil associada às condições de ensino reverbera na progressão escolar dos alunos e incide também no processo de aprendizagem e alfabetização. O fato é que, independentemente do ambiente toda criança e/ou adolescente que desenvolve atividades que subtraem o tempo para o estudo, o lazer e a cultura, tende a ter os seus direitos ameaçados. Segundo Vieira (2011):

A responsabilidade de ter de trabalhar e atender às exigências impostas pelo ambiente laboral afeta os desejos naturais das crianças de brincar e de expressar os próprios interesses. Tal efeito é muito prejudicial, uma vez que o ato de brincar proporciona, à criança, a assimilação de conteúdos relacionados a diferentes campos da vida [...] (VIEIRA, 2011, p. 3).

Os dados apresentados nos gráficos acima revelam que, as quantidades de trabalho, a defasagem escolar, bem como, o tempo de defasagem escolar, expõem a incidência do trabalho infantil na rede pública de ensino da Região Metropolitana de Belém, pois, traduzem a não garantia e efetivação dos direitos, incidindo diretamente na progressão escolar de crianças e adolescentes da rede oficial de ensino, e que pode desencadear uma série de outras situações, dentre elas a desistência escolar. Revelam também que as políticas públicas que deveriam garantir a proteção integral a esses sujeitos não cumprem com o seu papel, pois as crianças e os adolescentes que trabalham não estão sendo amparados efetivamente pelas políticas públicas existentes.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho infantil é apresentado como um fenômeno que se caracteriza na contemporaneidade de forma mais acentuada e incide cada vez mais na vida das famílias e em particular na vida das crianças que são expostas à diversas formas de exploração pelo trabalho. Por ser uma expressão da questão social deve ser posto em discussão para que a temática seja cada vez debatida com o intuito de subsidiar a elaboração de políticas, projetos, ações que contribuam para o seu enfrentamento.

A questão da proteção à criança e ao adolescente ganhou, a partir da década de 1980-1990, mecanismos que buscam auxiliar, garantir e efetivar direitos a todas as crianças independentes das suas condições financeiras, religiosas, étnicas, credos, e outros, porém, segundo Costa (2005, p. 81):



Parece evidente que o desafio da sociedade brasileira está em ampliar suas políticas públicas de caráter social, garantindo a todas as suas crianças e adolescentes o conjunto de direitos previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Um Estado social forte, em proporções que nunca chegaram a fazer parte de nossa realidade, teria possibilidade de reverter a trajetória de violência em que se vê inserida nossa juventude.

Neste sentido, é necessário ressaltar a importância de pesquisar sobre tal temática, pois a investigação ajuda-nos a compreender como se dá o processo de exploração da força de trabalho desta massa populacional que são as crianças e a quais interesses esta exploração atende.

Percebe-se, ainda, que a inserção precoce no mundo do trabalho acarreta uma série de efeitos e impactos. No âmbito da educação ocorre um alto índice de defasagem escolar que subtrai as possibilidades de melhores condições de vida para essas crianças e adolescentes, que no labor do dia a dia perdem sua cidadania.

Desta maneira, a erradicação do trabalho infantil se apresenta como um desafio, principalmente no que se refere à desconstrução da “naturalização” que envolve o trabalho infanto-juvenil, perpetuado até os dias de hoje sob valores tradicionais enraizados na sociedade, preservados pelas relações de poder intrínsecas do modo de produção capitalista.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: Ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. Capítulo V – A dialética do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética**: fundamentos sócios históricos. 3ª Edição, São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador**. Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil – 2 ed – Brasília. Ministério do Trabalho e Emprego, 2011. p. 28-345. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default&trackid=sp-006>. Acesso em 16 de Jan de 2017.

\_\_\_\_\_**Lei Nº 10.097, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000**. Disponível, em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil.03/LEIS/L10097.Htm>. Acesso em 16 de Jan de 2017.

\_\_\_\_\_**Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria Nº 356, de 13 de julho de 2004 do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego**. Brasília/TEM, 2004. <http://www.fnpeti.org.br/noticia/829-portaria-n-356-de-13-de-julho-de-2004-do-ministro-de-estado-do-trabalho-e-emprego.html>. Acesso em 16 de Jan. 2017.

CAMPOS, H. R.; ALVERGA, A. R. **Trabalho infantil e ideologia**: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. Rio Grande do Norte, v. 6, n. 2, p. 227-233, 2001.



CFESS. **Serviço Social na Educação**. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: 2001.

COSTA, Ana Paula Motta. Adolescência, violência e sociedade punitiva. *In: Revista Quadrimestral de Serviço Social Ano XXVI* – n. 83 – Cortez, São Paulo. 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Brasília (DF), 2011.

LAMARÃO, Maria Luiza Nobre. **A Constituição das relações sociais de poder no trabalho infanto-juvenil doméstico**: estudo sobre estigma e subalternidade. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. Livro 1. Cap. V. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MASSON, Gisele. **As contribuições do método materialista histórico dialético para a pesquisa sobre políticas educacionais**. - IX ANPED SUL: UEPG, 2012.

MINAYO, Maria C. de Souza. O desafio da pesquisa social. *In: DESLANDES, S. F; GOMES, R.; MINAYO, C. de S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 27. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social *In Pesquisa Social*. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA DE CARVALHO, Inaia Maria. O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO. **Caderno CRH [online]** 2008, 21 (Setembro a Dezembro). Disponível em: <http://www.redalyc.org>. Acesso em: 19 de fev de 2017.

NETO, Wanderlino Nogueira. Por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de criança e adolescentes. *In: Revista Quadrimestral de Serviço Social Ano XXVI* – n. 83 – Cortez, São Paulo. 2005.

OIT. CONVENÇÃO 138. **SOBRE IDADE MÍNIMA PARA ADMISSÃO A EMPREGO**. 1973. Disponível em: [http://www.oit.org.br/sites/all/ipecc/download/coev\\_138pdf](http://www.oit.org.br/sites/all/ipecc/download/coev_138pdf). Acesso em 16 de jan de 2016.

\_\_\_\_\_, CONVENÇÃO Nº 182. **CONVENÇÃO SOBRE PROIBIÇÃO DAS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL E AÇÃO IMEDIATA PARA SUA ELIMINAÇÃO**. 1999. Disponível em: [http://www.oit.org.br/sites/all/ipecc/download/coev\\_182.pdf](http://www.oit.org.br/sites/all/ipecc/download/coev_182.pdf). Acesso em 16 de jan de 2016.

\_\_\_\_\_, **RECOMENDAÇÃO 190. SOBRE PROIBIÇÃO DAS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL E AÇÃO IMEDIATA PARA SUA ELIMINAÇÃO**. 1999. Disponível em: [http://www.oit.org.br/sites/all/ipecc/download/rec\\_190.pdf](http://www.oit.org.br/sites/all/ipecc/download/rec_190.pdf). Acesso em 16 de jan de 2016.

\_\_\_\_\_, **Combatendo o trabalho infantil**: Guia para educadores / IPEC – Brasília: OIT. 2001.: il.



SANT'ANA, R. S. & SILVA, J. F. S. da. O método na teoria social de Marx: e o Serviço Social. **Revista Temporalis**. Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 181-203, jan.jun. 2013.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Os instrumentos e técnicas**: mitos e dilemas na formação Profissional do assistente social no Brasil. – Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

SILVA, Sofia Vilela de Moraes e. Trabalho Infantil: aspectos sociais, históricos e legais. In: **Olhares Plurais – Revista Eletrônica Multidisciplinar**, Vol. 1, Num. 1. Ano 2009. Disponível em: <http://revista.seune.edu.br>. Acesso em 08 de fev de 2017.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 4ª Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

VIEIRA, Maria Guedes. **Trabalho infantil no Brasil**: questões culturais e políticas públicas. 2009. 190 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.



**GT 13 – Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações,  
novas formas de dominação?**

**TRABALHO INFANTIL: A PERCEPÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS E A  
CONFIGURAÇÃO DO PETI NO MUNICÍPIO DE MELGAÇO / PA**

Ana Paula Pacheco de Souza (UFPA)<sup>1</sup>  
space.ana@hotmail.com

**RESUMO**

Na presente pesquisa realizamos uma análise sobre a prática do trabalho infantil no município de Melgaço (Pará), Ilha do Marajó, tomando a percepção das famílias beneficiárias e das ações desenvolvidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) do referido município. Saliencia-se que para compreender as peculiaridades da exploração do trabalho infantil no município se faz necessário discutir as categorias trabalho e infância, abordando sobre a concepção de infância e a inserção da criança no mundo do trabalho. Num segundo momento, tratamos sobre a Política Nacional de Assistência Social e os programas de transferência de renda que o compõe, situando o PETI e o Programa Bolsa Família (PBF). A análise se realiza a partir de um debate sobre as políticas públicas de enfrentamento ao trabalho infantil. Realizou-se pesquisa de campo e levantamento socioeconômico das famílias beneficiárias pelo PETI. O resultado da pesquisa revelou a concepção das famílias beneficiárias diante da atual conjuntura sobre o trabalho infantil e os serviços socioassistenciais, bem como, sobre as perspectivas futuras com relação ao desenvolvimento das crianças e adolescentes usuárias do serviço. Concluiu-se que o trabalho infantil no município de Melgaço – Pará, é uma consequência direta da ausência de proteção e consolidação de direitos sociais, econômicos, culturais e políticos e que nesta atual conjuntura, está intimamente relacionada à população em situação de vulnerabilidade social, extrema pobreza e em alguns casos até a miséria absoluta, buscando encontrar estratégias que visem a sua subsistência, considerando os seus direitos violados.

**Palavras-chave:** Trabalho infantil. PETI. Melgaço.

**1. INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Bacharela em Serviço Social, pela Universidade Federal do Pará - Campus Marajó/Breves



No presente artigo objetivou-se aprofundar os estudos teóricos sobre o tema e pesquisar sobre sua manifestação na cidade de Melgaço, considerando suas especificidades, no que diz respeito às dificuldades geográficas, que o escondem mais ainda. A discussão pela erradicação do trabalho infantil ganhou destaque nos anos 1992/1994, quando o Brasil começou a fazer parte do Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e criou o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Este trabalho justifica-se pela notória importância de se estudar a configuração do PETI, enquanto política pública, que trata o trabalho infantil como crime, responsabilizando o explorador pelo infante que seja encontrando numa situação de vulnerabilidade e de risco. A fim de que possamos compreender a percepção das famílias beneficiárias do PETI sobre o trabalho infantil. Nesta realidade, a educação é um fator condicionante para o desenvolvimento social, psicológico e profissional do indivíduo, ou seja, crianças que são privadas da educação escolar estão condicionadas a possuírem menores chances de desenvolvimento profissional e social.

Objetivou-se com esta pesquisa analisar a compreensão que as famílias beneficiadas pelo PETI têm sobre o trabalho infantil e como ele se configura no município de Melgaço/Pará. O resultado da pesquisa revelou a concepção das famílias beneficiárias diante da atual conjuntura sobre o trabalho infantil e os serviços sócioassistenciais, além disso, evidenciou-se perspectivas futuras com relação ao desenvolvimento das crianças e adolescentes usuárias do serviço.

### **1.1 Políticas públicas de combate ao trabalho infantil**

A Política Nacional de Assistência Social está inscrita na Constituição Federal de 1988 como elemento constitutivo do tripé da Seguridade Social, como dever do Estado e direito do cidadão, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, conjuntamente com as políticas de Saúde e da Previdência Social, formando a “Política de Proteção Social”, que é interligada a outras políticas sociais que visam garantir a promoção e o exercício da cidadania, constituindo o sistema de proteção social brasileiro. Nesse sentido, a Lei Orgânica da Assistência Social (1993) ratifica que:

O Reconhecimento da Assistência Social como política pública, dever do Estado e direito do cidadão que dela necessitar, rompeu, portanto, com paradigmas e concepções conservadoras de caráter benevolente e assistencialista. A Lei Orgânica de Assistência Social- LOAS (Lei nº 8.742/1993) - ratificou e regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição



federal, assegurando a primazia e a responsabilidade do Estado na gestão, financiamento e execução da Política de Assistência Social<sup>2</sup>.

Assim, entende-se que com a instituição das leis e políticas que subsidiam a assistência social se rompe com a visão de assistencialismo e benevolência, pois foi nesse contexto, que o Estado passou a ser responsável direto na gestão dessas políticas, no sentido de financiar e executá-las.

No texto da PNAS (2004) entende-se, que esse novo olhar sobre as capilaridades dos territórios, permitiu uma perspectiva diferente na configuração das políticas sociais e a quem elas são destinadas. A PNAS se apresenta como uma política de inclusão daqueles que estão à margem da sociedade, os chamados “invisíveis”, esquecidos pelo atual modelo econômico excludente, que considera estes cidadãos como casos individuais, sem conseguir construir uma visão de totalidade, onde deveria reconhecer o indivíduo como parte de uma situação social coletiva tendo consciência que sobre ele são exercidas influências diretas e indiretas do meio em que vive.

Em 2002, segundo o Instituto de pesquisas aplicadas - IPEA, os 50%, da população pobre detinham entre si, 14,4 do rendimento, enquanto que somente 1% da população rica, detinha 13,5%. (PNAS, 2004). Ou seja, o valor de toda a riqueza que foi socialmente produzida, não é distribuído igualmente, uma vez que o valor arrecadado por apenas 1% da burguesia, cobre praticamente o valor pertencente aos 50% da classe pauperizada.

A PNAS compreende a Proteção Social Básica que trabalha na prevenção de situações de risco pessoal e social, visando o fortalecimento das potencialidades de famílias e indivíduos.

Na Proteção Social Especial: é trabalhada a proteção de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, baseados na complexidade dos territórios, respeitando as peculiaridades regionais e locais (BRASIL. MDS, 2011), tendo como pólos de referência os CRAS e o CREAS. Sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, este é baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA lei nº 8.069, criado em 13 de Julho de 1990. Majoritariamente, com relação ao trabalho, a Constituição Federal de 1998, proíbe o trabalho, antes dos dezoito anos, estabelecendo o limite mínimo para sua atuação, em dezesseis anos, resguardado na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade.

Por fim, é sabido que a consolidação dos direitos das crianças e adolescentes e a erradicação do trabalho infantil ainda são muito difíceis de efetivar, pois as legislações e os

---

<sup>2</sup> BRASIL, Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília, 1993.



mecanismos estatais necessitam da mobilização da população, para que se possa garantir veemente os direitos de todas as crianças e dos adolescentes.

## 2. TRABALHO INFANTIL: Exploração e luta pela sobrevivência

O trabalho infantil foi bastante visado na conjuntura dos séculos XIX e XX na Inglaterra, para tanto Rodrigues e Brito (2015 pag.22), consideram que este período foi marcado pela excessiva exploração do trabalho infantil, bem como pela luta de pensadores e trabalhadores, que demonstravam um grande descontentamento, com a presença de crianças, jovens e mulheres trabalhando em fábricas, em condições insalubres e desumanas. Tal situação ganhou repercussão na sociedade, preocupando o governo, e a partir desse momento, foram sendo criados mecanismos de defesa e proteção para essas crianças vítimas dessa exploração, como por exemplo, através dos movimentos operários.

Sobre o Trabalho Infantil no contexto Mundial e Brasileiro, Severino (2011), considera que:

[...] a entrada das crianças no mundo do trabalho dos adultos significava a ocupação de lugares sociais a elas destinados, uma vez que sua socialização ocorria na família ou junto a parentes próximos, os quais, pela convivência, buscavam garantir a introjeção de costumes, valores e conhecimentos de acordo com seu grupo social. Nessa linha de raciocínio, infere-se que há uma naturalização da inserção da criança no mundo do trabalho, mas não de qualquer criança, apenas da pobre.

Nesse sentido, o trabalho infantil em muitos casos é entendido como um fator positivo, no entanto, essa aceitação está exclusivamente relacionada à criança pobre. Ao se tratar de trabalho infantil, a compreensão da criança atualmente, é a de sujeito de direitos, em desenvolvimento. Em razão disso, houve uma mobilização no sentido da efetivação desses direitos.

A força motriz do trabalho infantil é a sua naturalização, que por vezes encontra respaldo estatal em alguns casos, incentivando a criação de centros profissionalizantes, justificando ser um meio de prevenção do desvio de conduta, e como meio de solução para os problemas da infância pobre. Porém, os próprios trabalhadores denunciam as condições de trabalho que as crianças enfrentam, passando a pressionar o Estado pela criação de legislações de proteção ao infante, que encontra apoio em outros movimentos sociais, recebendo propostas e políticas de enfrentamento, proteção e combate ao trabalho infantil.

### 2.1 O trabalho infantil no contexto familiar



Atualmente no país, a ideia que se propaga acerca do trabalho infantil, é a de que o melhor caminho a ser seguido por crianças pobres é o do trabalho precoce, formando uma ideologia em que é difundido, um pensamento desumano, desigual e perverso.

Segundo Rodrigues e Brito (2015, p.35) a falta de conhecimento sobre o contexto do mundo do trabalho, aliado às condições precárias do modo de vida subjacentes ao sistema capitalista, foi o responsável por deteriorar o modo de vida populacional, desencadeando o desemprego, e outros problemas sociais, considerando a contradição do modo de produção capitalista, construída pelo modo de acumulação primitiva do capital, e que se apresenta por meio das expressões da “questão social”.

A visão do trabalho infantil como gerador de renda, leva a crer que o crescimento do trabalho infantil, está atribuído a vários fenômenos, dentre eles, o fator econômico, e a transferência de responsabilidades às crianças, consolidando uma realidade de degradação humana, e de aceitação por parte da sociedade entendida como fator positivo, da mesma forma que pela própria família, introduzida pela falta ou baixa escolaridades dos pais e parte da sociedade.

Para Rodrigues e Brito (2015), os fatores econômicos, apresentam-se como motivo fundamental, para a inserção de crianças no mundo do trabalho, aliado à sua condição de representatividade como mão-de-obra barata, passível de controle e interesse aos capitalistas. A família é quem irá moldar parcialmente o comportamento e a subjetividade desses indivíduos, perante a sociedade. Este esquema mostra que a criança sofre um intenso processo de formação sob a forma como a família a trata, influenciando diretamente na forma como ela vai se relacionar com outros grupos sociais.

Como já foi visto, a família é responsável em parte pela forma como irá se construir a identidade do sujeito em formação, assegurando os seus direitos legais, entretanto, essa realidade só é possibilitada se a sua família dispuser de boas condições sociais, políticas e econômicas, para conseguir prover seu sustento, sem isto a criança não consegue receber a proteção de seus direitos.

### 3. O TRABALHO INFANTIL NA PERCEPÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PETI MELGAÇO/PA

Neste momento, aborda-se a percepção que as famílias têm sobre a sua prática. Para tanto, perguntou-se o que as famílias beneficiárias do PETI pensam sobre o trabalho infantil. As respostas foram:



“Olha eu acredito que o trabalho infantil é um absurdo, porque na verdade isso *tá* tirando as crianças das escolas sendo que no momento elas *tão* trabalhando podendo *tá* estudando pra ter um futuro melhor do que os pais tem. Porque se uma criança trabalha é porque os pais não tem uma vida boa também pra proporcionar pra eles.” (Entrevistada 1)

“O trabalho infantil eu acho que é um peso pra criança trabalhar, que não ficou pra criança trabalhar nisso, mas tem muitas crianças que não podem trabalhar de menor, mas pode fazer coisa ruim, coisa que não deve fazer roubar fumar droga, essas coisas pode fazer, mas trabalhar não pode porque o conselho não deixa, o conselho tutelar não deixa é isso que eu penso do trabalho infantil.”(Entrevistada 6)

“O pessoal falou que hoje em dia não pode trabalho infantil, corre risco só que no meu tempo não corria risco, porque era o jeito agora não, uma criança não pode pegar um balde d’água porque já vai morrer e ai... Se não trabalhar pra ajudar um pouco ao menos na casa como é que pode?” (entrevistada 8)

Das entrevistadas, 70% consideram que o trabalho infantil seja algo errado e prejudicial às crianças, e 30% consideram que seja algo positivo. No entanto as famílias que acreditam que o trabalho infantil seja errado fazem suas considerações no sentido de que esta problemática esteja retirando essas crianças da escola, as quais poderiam estar estudando e brincando, podendo ser crianças e lutando para ter um futuro melhor que o dos pais. Argumentam também que em casos que crianças trabalham, essa permissão acontece porque os pais não possuem condições financeiras de proporcionar uma vida boa para eles, há pais que trabalharam durante sua infância e consideravam ser algo ruim, não desejando o mesmo para os seus filhos.

Nos 30% das entrevistadas que consideram o trabalho infantil como algo positivo, duas delas relataram que as crianças trabalharem seria melhor que estar na rua sem fazer nada, justificado pelo pensamento da dignificação que o trabalho acarreta, pois consideram que o fato de crianças trabalharem significa estarem protegidos e livres de ações que possam encaminhá-los a desvios de conduta.

Uma das entrevistadas entende que a publicização do trabalho infantil se demonstra como algo errado, no entanto, considera exageradas as suas delimitações, visto que, quando criança não existia políticas que o proibissem, por isso, aprova a sua realização nos serviços domésticos, entendendo que esta contribuição seja necessária para a manutenção do lar. Diante do cotidiano de vida dessas famílias que são marcadas pelo processo de exclusão, estes relatos denotam uma realidade muito além das suas condições de vida, nos reportamos à reflexão da necessidade de materialização de políticas públicas e sociais, voltadas não somente ao programa PETI, mas também à luta por uma política educacional que conheça a realidade a ser trabalhada, reconhecendo que as expressões da



“questão social” estão em constantes transformações. Neste sentido, Yazbek (2006 p.52) ressalta que:

O Estado, importante alvo das lutas por reconhecimento social dos subalternos e excluídos, configura-se terreno fértil para a expansão de práticas na direção acima referida. Nesse sentido, as políticas sociais assumem o papel de atenuar, através de programas sociais, os desequilíbrios no usufruto da riqueza social entre as diferentes classes sociais, bem como os possíveis conflitos sociais decorrentes das precárias condições de vida a que se encontram submetidas as classes subalternas.

Assim, a classe subalterna marcada pelo processo de exclusão é quem vai determinar o seu reconhecimento social, por meio da conquista de políticas públicas que efetivem os seus direitos, entretanto, tais políticas vêm amenizar os desequilíbrios da riqueza socialmente produzida, e de conflitos que possam ser gerados em vista das cruéis condições de vida que vivenciam a classe subalterna, se consolidando através de programas sociais.

A família como foco da pesquisa, constitui-se como o espaço primário de contradições das relações sociais, considerando ser a proposta do programa, o desenvolvimento da parceria com outros programas, projetos e serviços das demais políticas públicas, como assistência social, educação, saúde, habitação, saneamento, emprego e renda em parceria com a rede de proteção, e a sociedade em geral.

Nesse sentido, observamos que as famílias exercem um papel fundamental na vida das crianças, que é o de participar no processo da sua formação de identidade. Na pesquisa identificou-se a percepção do trabalho infantil como atividade que engrandece a criança, é neste momento que este pensamento é difundido por meio de uma transmissão cultural, e no modo de condução para a vida inteira.

Tendo em vista que o trabalho infantil se apresenta na realidade de Melgaço como condição elevadora da dignidade e percepção atribuída como condição cidadã, consideramos a percepção das famílias beneficiárias do PETI, sobre ele na sua maioria como uma atividade errada, que não deveria ser permitida, mas que em parte é entendida como um instrumento de luta pela sobrevivência, justificado pela falta de informação e formação profissional, dos pais. Muitos acreditam que por terem trabalhado na infância, tal prática não é nada demais, ao contrário, irá proteger a criança de um caminho mal sucedido como ser humano e como profissional.

Por outro lado, há famílias que acreditam que por terem trabalhado na sua infância, estes não querem que seus filhos tenham o mesmo destino, mas sim que estudem e se



profissionalizem, para sair da condição de vulnerabilidade social, almejando perspectivas mais amplas.

Ao analisar os trabalhos desenvolvidos por crianças/e ou adolescentes na cidade de Melgaço, por meio da observação não participante, é necessário que se faça uma ampla reflexão a respeito das condições de vida desses sujeitos, relacionado às indagações no sentido da proteção social a essas crianças e da efetivação dos direitos destes. Considerando que essa realidade é camuflada no município, se sobressaindo nos períodos durante e pós-festas, isto é, a presença de crianças realizando atividades trabalhosas ocorre somente quando há muitas pessoas reunidas em um local, como na festividade de São Miguel Arcanjo, no mês de Setembro, em jogos nos estádios, no carnaval e em festas abertas ao público, evidenciando crianças catando latinhas, vendendo algodão doce, suco gelado e alimentos.

De acordo com a população em situação de trabalho infantil com idade de 10 a 13 anos, o censo IBGE 2010 vem nos afirmar que 2.866 fazem parte desta perspectiva, sendo 1.275 do sexo feminino (48,05%) e 1.592 do sexo masculino (55,95%).

Outra questão bastante debatida sobre a questão norteadora é a taxa de frequência escolar, nesse caso, o município de Melgaço alcança um total de 307 crianças e adolescente na faixa etária de 10 a 13 anos com evasão escolar, ou seja, não frequentam a escola, 123 (40,01%) são do sexo feminino e 184 (59,99%) são do sexo masculino.

Em vista disso, é possível perceber que a percepção das famílias beneficiárias do PETI, sobre trabalho infantil está intimamente ligada a sua trajetória histórica e em como eles vivenciaram essa expressão da “questão social” no decorrer da sua infância. A cidade de Melgaço traz um cenário de fraca mobilização com relação à criminalização da exploração do trabalho infantil, concentrada numa economia voltada para contratos na prefeitura, aposentos e fortemente o benefício do PBF, diante disso, este passa a ser o principal meio de enfrentamento ao trabalho infantil, haja vista o contexto de vulnerabilidade social, das famílias beneficiárias do PETI.

Esses dados informam que das 10 (dez) famílias representadas, 80% (oitenta por cento) são chefiadas por mulheres, esta questão nos indica que a mulher nos últimos anos, passou a ser não somente a dona do lar, mas também a provedora do sustento da família porcentagem referentes às famílias chefiadas por homens de 20% (vinte por cento) denota uma expressão mínima, e corresponde ao trabalho informal, denominada de “bico” que eles desenvolvem isso demonstra as modificações ocorridas no cenário familiar nos últimos anos.



Considerando a atual conjuntura social e política, o trabalho informal se apresenta como uma determinante advinda do desemprego estrutural e da elevada taxa de analfabetismo no município, aliada a outras condições, como a falta de mercado de trabalho na cidade e a inexistência de projetos que viabilizem a recuperação dessas pessoas, que não puderam estudar. Referente à questão da renda familiar os pais/ responsáveis relataram:

“Só o bolsa família na verdade que é de 166 (cento e sessenta e seis reais por mês), mas tem a pensão dos meus filhos também[...] Só que na verdade, assim, é lá bem quando os pais querem dar mesmo, porque eles não pagam direito.” (Entrevistada 1)

“Olha [...] é só bolsa-família mesmo que eu ganho. Só 124 (cento e vinte e quatro reais). E tenho um trabalho que eu ganho 200 (duzentos reais) [...] eu trabalho numa casa de família.” (Entrevistada 2)

“Olha [...] eu ganho um salário mesmo [...] um salário mínimo. Eu sou contratada da câmara municipal. Eu trabalho como [...] serviços gerais que eu trabalho.” (Entrevistada 3)

Portanto, é nítido que a principal renda gira em torno do auxílio do programa Bolsa família, trabalho como domésticas, auxílio de pensões paternas e contrato de trabalho na esfera municipal. Em relação ao PBF, este é designado à mãe, por ser esta quem assume o papel de criação dos filhos, se tornando dessa forma a provedora do lar, porém sendo necessária complementara renda com trabalhos informais, conforme os já citados.

Com relação à perspectiva do atendimento e acompanhamento do PETI realizado pelas instituições com as famílias, as entrevistadas informaram:

“Olha, por um lado é bom porque eles tem aqueles momentos lá com as outras crianças, porque na verdade aqui nessa casa, aqui em casa mesmo mora só eu com eles dois e mais o meu irmão. Não é sempre que eles estão envolvidos com outras crianças, porque criança tu sabe gosta de tá no meio de outras crianças, se divertindo. *Aí* eles tem esse momento lá e pra mim é bom.” (Entrevistada 1).

“Eu acho bom assim por que... Quando chega que ele estuda uma vez na semana só no dia de terça-feira, vai aprender alguma coisa lá e vai se desenvolvendo mais”. (Entrevistada 2)

“Eu acho que é uma coisa boa porque procura sair da rua, não tá procurando coisa ruim na rua porque hoje em dia a situação tá muito difícil pras pessoas aprenderem tá na rua tá procurando fazer coisas erradas como drogas muitas coisas aí essa é uma ocupação que qualquer criança qualquer adolescente merece ter, o meu pensamento é esse qualquer adolescente merece ter uma atividade pra fazer (...) não tá procurando rua, coisas erradas sabe.” (Entrevistada 3)

A partir dos relatos das mães, podemos observar que para essas famílias a inserção das crianças no PETI, foi algo positivo, pois possibilitou a entrada de seus filhos em um novo universo, relacionado à questão da sociabilidade com outras crianças, a proteção



que elas encontram no espaço institucional e o que elas avaliam como a possibilidade de novas descobertas e novos conhecimentos, fazendo com que estas ocupem seu tempo de forma que contribua para o seu desenvolvimento intelectual e social. Sobre a perspectiva de futuro para os seus filhos, observa-se segundo a fala dos entrevistados:

“Olha, na verdade quando eles crescerem um pouco mais, que eu conseguir alguém pra ficar com eles, eu pretendo trabalhar *né*, pra investir mais nos estudos deles, principalmente no meu filho maior que *tá* no terceiro ano e tem uma certa dificuldade. Eu como mãe tento de tudo pra ajudar ele assim [...] pra ele aprender ler, ele não consegue aí eu quero talvez tentar botar ele numa escolinha particular pra ver se ele consegue, porque perto de mãe tu sabe como é *né*? Ele não leva muito a sério a gente. Aí eu pretendo trabalhar meus filhos e quando ficarem maiores terminarem o ensino médio eu vou fazer de tudo pra eles entrarem numa universidade porque eu por enquanto terminei meu estudo em 2009 e até agora *num* deu porque eu não tenho como deixar eles pra trabalhar, eu não tenho quem repare. As vezes quando eu vou buscar um na escola eu deixo o outro em casa, quando eu chego ninguém sabe por onde *tá*, aí eu não posso trabalhar e deixar eles aí. Só que por enquanto ainda não, mas eu pretendo arrumar um bom trabalho pra dar um futuro melhor pra eles.” (Entrevistada 1)

“O futuro do meu filho pelo menos eu queria que ele estudasse pra ele ser um professor *né* é a melhor coisa, fosse um professor fizesse o ensino médio pra mim é a melhor coisa pra mim, trabalhasse também, estudar pra ele ter um emprego pra ele sobreviver... É isso daí que eu desejo na vida.” (Entrevistada 2)

“Eu espero a coisa melhor que tem como terminar os estudos deles ter as coisas deles do trabalho a casa os filhos deles e tudo de bom que eu desejo pros meus filhos tudo de bom mesmo. Que eles tenham (...) pra mim o meu sonho é ver meu filho ser doutor ou um professor ou um educador *né* o meu sonho é esse, os meus filhos serem alguém na vida bem especial todo dia eu peço pra Deus pra isso acontecer, eu tenho duas menina e dois menino e eu desejo tudo de bom pra eles que eles estudem seja alguém na vida deles como um médico um professor, qualquer serviço menos o [...] *tá* na rua na perdição da vida *né* procurando coisas erradas na vida que isso aí não é bom, só desejo coisas boas pros meus filhos.” (Entrevistada 3)

Diante disso, podemos perceber que as famílias buscam um futuro melhor para seus filhos, entretanto, para que tais pensamentos se concretizem, há a necessidade das políticas públicas e sociais se consolidarem e efetivarem os direitos que estas famílias possuem, mas que lhes são negados e violados duramente e cotidianamente. Todavia, entende-se que uma sociedade de classes, constituída das relações de contradições advindas do próprio sistema capitalista, agrega dificuldades a estas famílias, no que concerne a realização de seus objetivos, e o alcance de seus direitos, haja vista a questão dos entraves que a própria rede sócioassistencial de Melgaço apresenta com relação aos atendimentos dessas famílias.



### **3.1 O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL/PETI EM MELGAÇO: possibilidades e desafios**

O programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI está inserido no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV realizado nos CRAS proteção social básica, porém o acompanhamento com as crianças e famílias usuárias do programa, ocorre no CREAS, política de proteção especial. Com relação à sua configuração no município de Melgaço, o programa tem suas diretrizes pautadas em leis municipais, uma delas é a lei nº 635, de 09 de Abril de 2015, que estabelece diretriz para a Política Municipal de prevenção e Combate ao trabalho infantil nas suas piores formas, e dá outras providências. Ela é, também, base do Plano Municipal de Combate ao trabalho Infantil, que ainda está em processo de elaboração; vejamos:

Art. 1º. O poder público Municipal quando da formulação e realização da política Municipal de prevenção e combate ao trabalho infantil em suas piores formas, se pautará pelas seguintes diretrizes, como objetivos e ações, entre outras possíveis e necessárias à prevenção do trabalho infantil, e para a proteção de crianças e adolescentes, inseridos em situação de trabalho infantil, especialmente nas formas consideradas como penosas, insalubres e perigosas.

Em entrevista a esta pesquisa, a assistente social do CRAS Municipal de Melgaço, gerente anterior da proteção social básica no ano de 2015, relata:

“A forma com que chega a demanda no CREAS, e através de observação, busca ativa e denúncias, após essas informações, a equipe do CREAS, realiza a constatação, que se configura através de visita domiciliar, e de convocatória aos pais dessas crianças. Com relação à convocatória, são realizadas três delas. É enviada a primeira, quando não atendida, é realizada a segunda, e ainda não sendo atendida, é realizada a terceira convocatória, e se ainda assim, os responsáveis pelas crianças não atenderem, é realizada então, o instrumental da visita domiciliar. Não conseguindo obter resposta do caso, o mesmo é encaminhado ao ministério público, informando que foi identificado através de busca ativa ou outro instrumental, a presença de focos de trabalho infantil. Há uma dificuldade muito grande de encontrar os endereços da família, pois muitos são conhecidos somente por codinomes, devendo o assistente social, buscar meios de encontrar essas famílias, através de vizinhos e de informações colhidas de porta em porta. Quando identificada a família, é realizado o seu cadastro, para saber se este já tem o Número de Inscrição Social – NIS, para a sua inserção do Cadastro Único do SUAS, para a possível inscrição no programa Bolsa família”.

O perfil das famílias beneficiárias do PETI apresenta baixa escolaridade. São pessoas que recebem o benefício do Programa Bolsa Família. Geralmente não possuem



emprego, sendo que este tripé de fatores seja condição para a permanência de crianças em situação de trabalho infantil, justificado pelo fator da hereditariedade do pensamento que agrega o trabalho infantil, como algo positivo e benéfico para as crianças e adolescentes, presente na frase “o trabalho dignifica o homem”. No entanto, esse conteúdo de dignificar, é para o homem, e não para a criança, que ao contrário, é perceptível que o trabalho danifica a criança. Dependendo do trabalho e da faixa etária, o trabalho pode causar problemas sérios para a criança que está em desenvolvimento. Em alguns casos, causando até mesmo problemas irreversíveis, que se percebem na estrutura física e mental do adulto que se tornou muitas vezes pessoas mutiladas, em decorrência do excesso de trabalho realizado na infância.

Como consequência desses fatores, eles não puderam trabalhar, portanto, são pessoas sem a cobertura previdenciária, uma vez que não contribuíram para ela e sua única saída encontra-se na assistência social, por meio do Benefício de prestação continuada – BPC. As famílias usuárias do PETI, recebem um valor monetário que está vinculado ao Fundo de baixa renda, que é o programa Bolsa Família, ou seja, é acrescentado um valor a mais para as famílias beneficiárias do programa que estão inseridas no PETI.

Portanto, a configuração do PETI se dá por meio da ação conjunta, entre a proteção social básica e a proteção especial, sendo que a participação do CRAS consiste na inclusão das crianças beneficiárias do PETI, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, na realização de atividades sócio-educativas. E a participação do CREAS, consiste no acompanhamento psicossocial das crianças e das famílias que estão inclusas no programa.

Diante do reordenamento do SCFV, o público do PETI foi incluído de forma prioritária em meio a outros públicos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Os profissionais do Conselho Tutelar, agentes de saúde, professores e outros profissionais devem estar qualificados para que sua atuação nas estratégias integradas e de enfrentamento às situações de trabalho infantil que permanecem invisíveis seja eficaz. (MDS, 2014).

Em Melgaço, o CREAS municipal é responsável por fazer a busca ativa nas principais áreas comerciais do bairro Centro e identificar os casos de trabalho infantil. Este trabalho é feito pelas próprias assistentes sociais, ao menos uma vez a cada semana. A busca ativa é um instrumental de estratégia no enfrentamento ao trabalho infantil. É neste momento que a assistente social informa às crianças e adolescentes dos riscos a que estão expostas na prática do trabalho infantil. Após abordagem das crianças e/ou adolescentes é



feito um relatório da busca ativa que deve conter todas as informações obtidas pela assistente social.

No sentido do levantamento da situação social e econômica das famílias, é de fundamental importância que tais informações sejam adquiridas, uma vez que, por meio delas é possível conhecer a sua realidade, os aspectos socioeconômicos, estruturais e sociais que a compreendem. Esta relação de traçar o perfil dessas famílias, permitiu uma melhor compreensão do próprio contexto da criança, desde sua origem as quais estão inseridas no PETI em Melgaço.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa concluiu-se que o trabalho infantil é uma consequência direta da ausência de proteção e consolidação de direitos sociais, econômicos, culturais e políticos e que, nesta atual conjuntura, está intimamente relacionada à população em situação de vulnerabilidade social, extrema pobreza e em alguns casos até a miséria absoluta, resistindo ao cenário devastador das desigualdades sociais advindas do sistema capitalista, buscando encontrar estratégias que visem a sua subsistência, considerando os seus direitos violados, inerentes a sua vida, desenvolvendo meios de sobrevivência, através do trabalho informal contextualizadas pelas suas condições precárias, envolvendo situações de riscos, uma vez que, seus direitos não são garantidos pelo sistema de proteção à criança e ao adolescente, bem como pelo Sistema Brasileiro de Proteção Social.

Enquanto objeto de análise, constatou-se a sua configuração como uma realidade oriunda das relações sociais, da fragilidade de políticas sociais, do contexto cultural, mas principalmente do cenário de vulnerabilidade social, e negligência por parte do Estado na viabilização de políticas que deem suporte e garantia para a retirada das crianças da situação de trabalho infantil de fato, bem como na criação de estratégias que oportunizem uma melhor condição social para essas famílias, seja por meio de programas de transferência de renda, ou por meio do acesso a escolaridade e mercado de trabalho para os pais. Haja vista que são fatores contribuintes e determinantes do trabalho infantil, a centralização de renda e sua má distribuição, o desemprego, bem como a educação de baixa qualidade que envolve todo este processo de desenvolvimento desta expressão da “questão social”.

Portanto, entendemos que o trabalho infantil é uma realidade oriunda das desigualdades sociais, composta por uma sociedade de classes, no que concerne à falta de políticas públicas, que deem suporte a ensino de boa qualidade para os pais e para as



crianças, e geração de emprego e renda, para que estas possam manter os filhos na escola, e prover o sustento da família, superando assim, a condição de trabalho infantil. E que a percepção das famílias beneficiárias sobre a temática se diversificam, considerando o nível de escolaridade de cada família, e a realidade que vivenciaram na infância.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Brasília, 1998.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, de 13 de julho de 1990. Brasília 1990.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social-PNAS/2004**. Brasília 2004.

BRASIL. **Lei Orgânica da assistência social**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Brasília, 1993.

BRASIL. **MDS**. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/janeiro/novo-perfil-do-trabalho-infantil-exige-solucoes-novas-diz-ministra>. Acesso em 10/10/2016.

BRASIL. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)**. Disponível em: [http://www.portaltransparencia.gov.br/aprendamais/documentos/curso\\_peti.pdf](http://www.portaltransparencia.gov.br/aprendamais/documentos/curso_peti.pdf). Acesso em: 01/09/2016.

IBGE, censo 2010. **Amostra do Trabalho Infantil no município de Melgaço**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=150180&idtema=116&search=par%7Cmelgaço|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-trabalho-infantil->

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I** / Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'Anna. – 32<sup>a</sup>ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MELGAÇO. **Diretriz para política Municipal de prevenção e combate ao trabalho infantil em suas piores formas**. Lei nº 635 de 09 de Abril de 2015. Melgaço, 2015.

MELGAÇO. **Plano municipal de enfrentamento e combate ao trabalho infantil**. 2016.



RODRIGUES, Edieme; BRITO, Vaneza. **O impacto do programa de erradicação do trabalho infantil – PETI sobre as famílias beneficiárias no município de breves/região do Marajó**- 2015. 125 f. Monografia (Trabalho de conclusão de Curso em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, Breves, 2015.

SEVERINO. Maria do Perpétuo Socorro R.S. **Trabalho infantil, dispositivos legais de proteção à criança e ao adolescente e de combate ao trabalho infantil: um retrato em preto e branco**. In: COELHO. Maria Ivonete S. [et al.] (Orgs.) Serviço Social e criança e adolescente: a produção de conhecimento na FASSO/UERN (1990-2011). Mossoró, Ed. UERN, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**/Maria Carmelita Yazbek. – 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.



## **GT 13 - Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações, novas formas de dominação?**

### **O DILEMA DA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL, A PARTIR DA PRODUÇÃO DE PROJETOS DE LEIS, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (1995-2014)**

Wilcléa da Costa Lima (UNINASSAU)<sup>1</sup>  
E-mail: Wilclealima@yahoo.com.br  
Wanglês da Costa Lima (UNINASSAU)<sup>2</sup>  
Email: Wangleslima@yahoo.com.br  
Eugênia Rosa Cabral (PPGCP/UFPA)<sup>3</sup>  
E-mail: ercabral@uol.com.br

#### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo analisar o comportamento parlamentar em relação à produção de PLs sobre o trabalho infantil, na Câmara dos Deputados, no período de 1995 a 2014. Contexto, que se propõe a descrever como, em três diferentes contextos históricos e políticos, o problema foi tratado no Brasil. Nesse sentido, a pesquisa procurou, a partir de dados disponíveis no site da Câmara, avaliar a tramitação desses projetos e o empenho do governo brasileiro em cumprir o acordo internacional. Para atingir os objetivos propostos a pesquisa partiu da seguinte hipótese: 1) os partidos de esquerda são os que mais se preocupam com a questão da exploração do trabalho infantil; 2) Os deputados, autores dos projetos de leis, desenvolviam atividades profissionais e/ou cargos públicos com questões referentes e/ou afim a temática do trabalho infantil; 3) As proposições visam à adoção de medidas necessárias à efetiva aplicação dos princípios expressos nas Convenções da OIT. Os resultados refutaram a primeira hipótese, considerando que as propostas sobre a temática independeram do comportamento mais crítico ou conservador de seus propositores, embora os partidos de Direita e de Centro tenham se destacado quanto ao número de proposições. A segunda hipótese foi refutada, pois os autores, não necessariamente tinham trajetória restrita às áreas sociais, pois esta é uma demanda que independe da atuação prévia do parlamentar e a última hipótese se confirma, pois os PLS propostos estavam em conformidade às resoluções internacionais, o que confirma a terceira hipótese.

Palavras- Chave: Trabalho Infantil; Projeto de Lei; Câmara Federal.

#### **1. INTRODUÇÃO**

<sup>1</sup>Mestre em Ciência Política, Programa de Pós-graduação em Ciência Política- PPGCP/UFPA. Graduado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará- UFPA, Brasil. Estudante de Graduação, Bacharelado em Direito, Universidade Maurício de Nassau- UNINASSAU, Brasil.

<sup>2</sup>Mestre em Ciência Política, Programa de Pós-graduação em Ciência Política- PPGCP/UFPA. Graduado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará- UFPA, Brasil. Estudante de Graduação, Bacharelado em Direito, Universidade Maurício de Nassau- UNINASSAU, Brasil.

<sup>3</sup> Doutor em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do RJ/TEC, IUPERJ/TEC, Brasil. Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- IFCH, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federado Pará- PPGCP/UFPA, Brasil.



O combate ao trabalho infantil, historicamente, obteve importantes avanços nos países em desenvolvimento, principalmente no Brasil, em relação a legislações, ações, projetos, programas sociais, políticas públicas e adesão às convenções internacionais com o objetivo de garantir direitos e proteger as crianças e os adolescentes das piores formas de trabalho infantil.

Contudo, dados dos relatórios elaborados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), desde 2000, evidenciam que mesmo diante de avanços e esforços significativos, nacionais e internacionais, em relação à prevenção e resgate de crianças e adolescentes encontrados em situação de trabalho infantil, ainda não são suficientes para alcançar a meta de erradicação, até 2016.

Para compreender a relevância do tema, em termos políticos, inicialmente, descreve-se como, em três diferentes contextos históricos e políticos, o problema foi tratado no Brasil: no primeiro momento, até meados do século XIX, o Estado brasileiro legitimava o trabalho infantil; o segundo momento refere-se ao período em que o Estado passa a reconhecer, ainda que minimamente, o trabalho infantil como um problema que demandava algum tipo de atenção, quando por meio do Decreto nº 1.313, de 1891 regulariza o trabalho dos menores empregados nas fábricas da Capital Federal (SANTOS, 2004); e, posteriormente, o momento quando o Estado brasileiro torna-se signatário de normas internacionais sobre o tema, comprometendo-se com a erradicação do trabalho infantil. Nesse sentido, o presente trabalho analisa o comportamento parlamentar em relação à produção de PLs sobre o trabalho infantil, na Câmara dos Deputados, no período de 1995 a 2014, baseando-se nos dados oficiais disponíveis, a partir dos quais pode-se inferir sobre o empenho do Brasil em cumprir com o acordo internacional de erradicação do trabalho infantil.

Conforme argumenta Alston et al (2006), temas como o abordado neste estudo ocupam lugar inferior na hierarquia da agenda política, devido à heterogeneidade de preferências. Nesse sentido torna-se relevante investigar os fatores que influenciaram o comportamento dos atores políticos, que atuam no âmbito da Câmara dos Deputados, para que o problema do trabalho infantil tenha sido incorporado na agenda política do legislativo federal e tenha havido uma produção legislativa a esse respeito.

## 2. O DILEMA DA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL



Em diferentes épocas e contextos históricos e políticos, a partir de estudos feitos por Ribeiro (1995), Priore (1996), Freyre (2003), Carvalho (2008) e Rizzini (2011) observa-se que no Brasil, desde o fim da escravidão até o início da industrialização, havia a legitimação do trabalho infantil, por parte do Estado. Isso porque o Estado estava preocupado, nesse momento, em garantir a modernização capitalista, conforme argumentos de Santos (2004).

Há de se considerar que, em circunstâncias históricas e sociais específicas, havia uma troca do trabalho infantil pelo conhecimento inerente a uma profissão, comum nas corporações de ofício. No entanto, com a divisão do trabalho própria do modo de produção capitalista vê-se a precarização do trabalho e uma mudança na lógica de utilização do trabalho infantil, desta vez pelo fato desse tipo de mão de obra ter um custo menor e possibilitar mais lucro para o proprietário dos meios de produção, tendo em vista que não havia diferença significativa no resultado da produção, pois a criança produzia tanto quanto o adulto (MARX, 1996).

Conforme destacou Kassouf (2007, p. 323), dados censitários de 1861, na Inglaterra, mostravam um contingente de 37% de meninos e 21% do total de meninas, com idade de 10 a 14 anos, em situação de trabalho. Situação similar foi identificada, em meados do século XIX, em outros países como França, Bélgica e Estados Unidos, onde foram identificadas altas taxas de trabalho infantil.

No caso do Brasil, governantes tomados por convicções liberais se rejeitaram a oferecer uma intervenção protetiva a crianças e adolescentes em situação de trabalho, pois se justificava ser o trabalho uma forma de prevenir o ócio e a marginalidade, conforme destaca Londoño (1996) e Santos (2004). Vê-se, com isso, que na visão do Estado não havia preocupação com possíveis sequelas que esse amadurecimento precoce poderia acarretar para o desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes.

Ao olharmos para história da humanidade e principalmente do Brasil, notaremos que a utilização do trabalho infantil sempre esteve presente. Entre os séculos, XVI e XIX, as crianças e suas famílias, indígenas e africanas, foram submetidas à escravidão, desenvolvendo diversas atividades, dentre elas destacava-se o serviço doméstico e o trabalho na agricultura (FREYRE, 2003; RIBEIRO, 1995).

No final do século XIX e início do Século XX, no Brasil, concomitante ao processo inicial de urbanização e de industrialização, crianças e adolescentes foram afetadas pelas situações de pobreza e de exclusão social. Para Santos (2004, p. 218) trata-se de um período no qual os comandos e as formas de controle social eram de ação contra a vadiagem, especialmente aqueles que não se adequavam ou se contrapunham à lógica de trabalho e da produção capitalista. Segundo descreve a autora: "o menor, em São Paulo,



era iniciado precocemente nas atividades produtivas que o mercado proporcionava, tais como nas fábricas e oficinas, mas também o eram nas atividades ilegais (...)".

Em relação ao conceito menor de idade, Londoño (1996) define como sinônimo de crianças, adolescentes e jovens pobres da cidade, desfavorecidos, seja moral e/ou materialmente, desassistidos tanto pelos pais, tutores, quanto pelo Estado e a Sociedade. Daí o Poder Público, começar a pensar, a partir dessa imagem que foi estabelecida sobre o menor, na criação de mecanismos capazes de proporcionar assistência e proteção a essa infância e como solução para esse problema, pensou-se na escola e no trabalho (LONDOÑO, 1996; RIZZINI, 2011; SANTOS, 2004).

Esse Estado, em determinados períodos, através de suas legislações, mostrou-se incoerente frente aos contextos econômicos e sociais, conforme argumenta Carvalho (2008), principalmente em relação à exploração do trabalho infantil, considerando, por exemplo, o caso das Constituições de 1824 e 1891, que em nada colaborou em termo de amparo à infância. A Constituição Federal de 1924, por sua vez, permitiu a criação do primeiro juizado de Menores no Brasil, através do Decreto 16.272, que entrou em vigor em 1927, com o Código de Menores (LONDOÑO, 1996), revogado com a promulgação da Lei 8.069 de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Com a Constituições de 1934 e 1937 observam-se avanços em relação ao tema, visto que essas Cartas proibiam o trabalho infantil aos menores de 14 anos de idade, o trabalho noturno aos menores de 16 anos e os insalubres para os menores de 18 anos, sem distinção salarial. Com a Constituição de 1946 as regras mudam com a proibição do trabalho antes de a pessoa atingir a idade superior a 18 anos. Contudo, em 1967, há um retrocesso em relação às regras anteriores, pois a idade mínima para admissão no mercado de trabalho diminui para 12 anos a idade.

Considerando aqui o termo infância, a partir do que é definida na legislação nacional, mais especificamente no ECA, que no seu art. 2º, define como sendo considerada criança aquela que possui idade até 12 anos incompletos e adolescentes entre 12 e 18 anos. Mas também, consideramos o que é estabelecido pelo Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do trabalho infantil (2004, p. 09), que determina serem crianças aqueles que estão em idade inferior a 16 anos. Contudo, ressalta que só poderão exercer atividades econômicas e/ou de sobrevivência, em idade inferior a 16 (dezesesseis) anos, se na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos. Critério que permitiu com que adotássemos em nossa análise as idades de 5 a 17 anos.

A despeito da pressão política, nacional e internacional, em favor da criminalização do trabalho infantil, que ocorreu com o processo de industrialização e modernização tardia, no Brasil, a procura por mão de obra barata, levou muitas crianças a assumirem a postura



de adultos em miniatura. Termo este utilizado por Ariès (1981) entre o século XV e XVI para descrever o desconhecimento a infância. No século XX, diante desse tratamento historicamente herdado em relação à infância, houve a criação de instrumentos jurídicos e políticos de enfrentamento ao trabalho infantil, como o ECA em 1990, tendo como amparo a Constituição Federal de 1988, que no caput do artigo 227 evidencia absoluta prioridade aos direitos da criança e adolescentes, destacando o dever comum entre a família, a sociedade e o Estado, os quais devem cumprir, igualmente, o dever à proteção da criança contra qualquer forma de abuso.

O capítulo V do ECA trata do direito à profissionalização, à proteção ao trabalho, à formação técnico-profissional, a qual deverá obedecer o acesso e frequência a escola, atividades compatíveis com o desenvolvimento do adolescente, na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos de idade.

Outras restrições quanto ao uso do trabalho de crianças e adolescentes estão previstas na Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que aponta as piores formas de trabalho infantil, a partir da qual o Brasil se comprometeu, em até 2016, em erradicá-las.

Com base no exposto, vê-se que situações de trabalho infantil sempre existiram, embora em determinados contextos tenham sido compreendidas como sinônimo de ajuda doméstica, como expressão de integração social, que não implicavam em obrigações, disciplina e tempo rigoroso de trabalho. Em outros contextos, a utilização da mão de obra infantil ganhou magnitude, devido a sua utilização ocorrer em larga escala, em diferentes ramos das atividades fabris, em atividades de setores do comércio e em prestações de serviços, ambientes nos quais crianças e adolescentes ficam expostos a condições perigosas, insalubres e danosas ao seu desenvolvimento físico, psíquico e moral (DEGRAFF; FERRO; LEVISON, 2014).

As situações de exploração do trabalho infantil continuam na contemporaneidade, conforme demonstram estudiosos do tema (KASSOUF, 2007; RIZZINI; PILOTTI, 2011). No Brasil do século XXI, a utilização dessa mão de obra ocorre não somente nas indústrias, como nas atividades do setor agropecuário, do comércio e do setor de serviços, incluindo as atividades que são exercidas na ilegalidade e no mercado informal. Essa situação atinge, principalmente, crianças de setores mais empobrecidas da sociedade, que para aumentar o rendimento familiar e garantir a sobrevivência de suas famílias precisam ir para a rua, para as fábricas ou para as fazendas e carvoarias, venderem a sua força de trabalho (ZALUAR, 1994; SCHWARTZMAN, 2001; KASSOUF, 2002; MARIN, 2010; RIZZIINI, 2011; MARIN; SCHNEIDER; VENDRUSCOLO; SILVA, 2012).



Com isso, pode-se inferir que o aparelhamento institucional para a implementação e controle das ações de combate ao trabalho infantil, bem como a pressão exercida pelas organizações nacionais e internacionais resultou na redução do problema, ainda que o cenário atual mostre a persistência de milhões de casos de crianças e adolescentes em situação de trabalho.

### 3. A PRODUÇÃO DE PROJETOS DE LEIS SOBRE TRABALHO INFANTIL

Para entendermos os resultados da atividade legislativa, como a produção de projetos e a sua transformação em lei, torna-se necessário entendermos a realidade interna do poder Legislativo, a partir da relação com o Executivo, pois, ao contrário do que se imagina, o Congresso Nacional, mais especificamente o Legislativo, não é um lugar onde os parlamentares estão livres de controle institucional e destinados a atenderem interesses e preferências pessoais e paroquiais.

Em geral, para explicar o comportamento parlamentar faz-se uma associação deste com fatores prévios e externos ao Congresso Nacional, tais como o momento eleitoral. Mas, estudos mostram que estes fatores pouco influenciam na atuação dos parlamentos no exercício de seus compromissos internos, uma vez que o Legislativo está sob o controle de órgão de direção como, o Colégio de Líderes, que desempenha o papel de colaborador do Executivo ao solicitar e aprovar os pedidos de urgência; em deliberar matérias no próprio colégio de líderes, sem precisar ir a plenário, além de poder compor a Presidência da Mesa da Câmara, e assim, ser responsável pela direção dos trabalhos Legislativos e dos serviços administrativos da Casa (RICCI; LEMOS, 2004; NICOLAU; POWER, 2007).

Assim, a determinação quanto à organização e o funcionamento das atividades internas do Legislativo e sua relação com o poder Executivo, tem como base o modelo centralizado, definido pela Constituição Federal de 1988, desde as Constituições do período autoritário, onde já se determinava a preponderância do Executivo na iniciação Legislativa e a prerrogativa de solicitar o pedido de urgência e a edição de Medidas Provisórias para matérias de seu interesse (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999).

Diante das características de funcionamento da Câmara, outro elemento importante à caracterização do Poder Legislativo é a configuração e o papel das Comissões Permanentes, como nos explica Ricci (2003), embora haja defensores da tese de que as comissões desempenham um papel secundário, por considerarem que cabe somente ao Presidente da República a prerrogativa de apresentar as propostas. Para outros, as Comissões, além de serem detentoras do poder de Iniciação Legislativa, também tem o poder de modificar as propostas, independentemente do grau de importância que cada uma possua na condução do processo Legislativo, pois o que vale àqueles que as integram é a



oportunidade de estarem em um ambiente que lhe proporcionam um poder terminativo, diante das propostas apresentadas.

Assim, as Comissões, ao mesmo tempo, assumem dois papéis; desempenham funções Legislativas para a organização interna do parlamento, através da delegação de poderes aos seus integrantes, para aprovação ou rejeição um Projeto de Lei, sem que estes obrigatoriamente passem pelo Plenário; também são responsáveis por proporcionar poderes formais de desempenho legislativo, como: especialização interna, mesmo existindo rotatividade no cargo; acesso a informações; troca de influencia entre os políticos, etc., que poderá vim contribuir na construção de uma carreira política (RICCI; LEMOS, 2004).

Dessa forma, estamos diante de uma “equação” que não é tão fácil de ser resolvida, pois como nos explica Amorim Neto e Santos (2003), é necessário haver um sistema político eficiente e Deputados dispostos a ter a árdua tarefa de convencer uma maioria de parlamentares para aprovar os seus projetos, além de ter a capacidade de superar os obstáculos burocráticos e legais impostos tanto pela Constituição Federal de 1988, quanto pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Constatamos em nosso estudo que as ‘Comissões de Seguridade Social e Família’, ‘Trabalho, Administração e Serviço Público’ e de ‘Constituição, Justiça e Cidadania’, foram as mais acionadas nos casos dos projetos de lei que tratam do tema em análise. Isso se deve ao conteúdo das propostas sobre o tema em questão, apoiado em uma discussão internacional, que reflete diferentes demandas e interesses em relação ao tema, bem como sugerem medidas diversas na tentativa de erradicar as piores e todas as formas de trabalho infantil. Isso indica que, mesmo diante do sistema organizacional do parlamento, que centraliza a prática legislativa e desfavorece o paroquialismo, não é possível impedir que haja influência entre a conexão eleitoral do Deputado com suas preferências por determinadas comissões, pois o objetivo de compor um cargo em uma comissão específica não é para propor propostas paroquiais e sim para manter os laços com os seus eleitores (RICCI; LEMOS, 2004, p.110).

Com base nessa referência, ao analisarmos os dados relativos à iniciativa legislativa, sobre a matéria trabalho infantil, evidenciamos um baixo número de propostas originárias tanto do Executivo (três proposições), quanto das Comissões (seis proposições).

Em relação à Câmara dos Deputados, esta produziu 72 Projetos do total de 331 dos projetos selecionados no Portal da Câmara. Isso representa, considerando o número de proposições, um sinal evidente de que a Câmara dos Deputados cumpre um papel principal no âmbito dos debates sobre as matérias referentes ao trabalho infantil.

No entanto, ao observarmos o resultado final das propostas, verificou-se que somente uma das propostas de autoria da Câmara, uma do Senado e uma do Executivo



foram transformadas em normas jurídicas. Nos três casos os projetos tramitaram em regime especial, ou seja, a produção legislativa foi resultado dos pedidos de urgência ou prioridade, recursos geralmente utilizados como artifícios previstos na organização dos trabalhos internos da Câmara dos Deputados, em caso de interesse das lideranças partidárias em ver seus projetos transformados em lei (RICCI, 2003).

Em relação aos projetos de autoria do Legislativo (um proposto pela Câmara e outro pelo Senado), que foram transformados em lei, ressalta-se que o uso do regime de urgência ou de prioridade facilitou a tramitação e aprovação final em um tempo hábil de até 36 meses. Ou seja, excepcionalmente, os dois projetos foram aprovados numa mesma legislatura, demonstrando o interesse da maioria em aprovar os projetos de lei propostos, conforme Quadro, a seguir.

Quadro - Projetos de Lei transformados em Leis Ordinárias sobre trabalho infantil, quanto à categoria, autoria, partido político do proponente, a lei e seu conteúdo, tempo e regime de tramitação

Projeto de Lei	Categoria	Autoria	Partido	Lei	Conteúdo	Tempo de Tramitação	Regime de Tramitação
1.889 / 1996	Direitos e Garantias	Câmara	PMDB	9.854 / 1999	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.	36 meses	Urgência
5.994 / 2005	Outros	Senado	PSDB	11.542 / 2007	Institui o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.	24 meses	Prioridade
3.428 / 2008	Outros	Executivo	PT	12.083 / 2009	Criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS	18 meses	Prioridade

Fonte: Base de Dados da Câmara dos Deputados (2016). Elaboração da Autora.

Do total de projetos que foram propostos tanto pelo Executivo, como pela Câmara, Senado e Comissões, vê-se que: das três propostas apresentadas pelo Executivo, uma foi aprovada; uma foi retirada pelo autor e uma foi arquivada, o que não significa segundo Diniz (2005, p.361) ser este resultado o fracasso da agenda presidencial, pois o envio de um projeto pode apenas representar uma estratégia e não um objetivo primordial de seu proponente. Por isso, que não cabe avaliar um governo apenas pelo trâmite de uma proposição.

Com isso, podemos concluir a partir dos Projetos de leis propostos na Câmara dos Deputados, que não necessariamente existe preferência dos Deputados pelas áreas que estão direta ou indiretamente relacionadas ao trabalho infantil, mesmo diante de um contexto de comprometimento junto à comunidade Internacional em erradicar as piores e todas as formas de trabalho infantil no país. E sim em sinalizar uma imagem, conforme Diniz



(2005, p. 342) junto à opinião pública que o Estado tem prioridades e preocupações com a referida questão.

#### 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos pretendidos, confirmar ou refutar as hipóteses deste estudo realizou-se levantamento de dados na página virtual da Câmara dos Deputados referentes à produção legislativa sobre trabalho infantil, o que resultou em um total de 331 projetos de lei.

Para o levantamento de dados no site da Câmara dos Deputados foram consideradas as seguintes variáveis: i) perfil ideológico, social e econômico do proponente do projeto de lei (partido político, profissão e área de atuação); ii) ano de apresentação, justificativas, histórico de movimentação e situação atual dos projetos de lei. Em seguida, foram analisadas as ementas de autoria dos parlamentares, levando em consideração todos os projetos que possuíam relação com a temática.

Após análise do total de 331 projetos levantados, foram selecionados 66 projetos que tratam do tema. Porém, a partir de uma pesquisa realizada no site da Fundação Abrinq<sup>4</sup>, foram encontrados mais seis projetos, de autoria da Câmara, em relação ao tema, os quais foram identificados na base de dados do Portal da Câmara. Após análise das ementas e conteúdos dos referidos projetos, estes foram incluídos na amostra do estudo, totalizando 72 projetos de lei.

Quanto aos procedimentos adotados para a sistematização dos dados da pesquisa, inicialmente foi feito um tratamento estatístico dos dados: número de projetos por autor; partido político do proponente; conteúdo das propostas identificadas; área de interesse; posicionamento dos parlamentares em relação à matéria. Esses critérios serviram para que fosse identificada a atuação do legislativo federal em relação ao cumprimento do acordo internacional que trata do combate das piores formas de trabalho infantil, até 2016 e de todas as formas de trabalho infantil, até 2020.

Para analisarmos os conteúdos dos projetos de lei propostos pela Câmara dos deputados, em relação aos textos instituídos pelas convenções internacionais, adotamos um critério, com base no que Bardin (2009, p. 105) denominou de análise temática, que se caracteriza pela utilização de palavras e fragmentos como unidades de análise. Do uso

---

<sup>4</sup>A Fundação Abrinq funciona como um grupo de pressão na tentativa de fazer efetivar políticas públicas, através de ações, programas e projetos com o objetivo de proteger e garantir os direitos fundamentais, assim como, atuar na tentativa de coibir o trabalho infantil, através de solicitação de audiências públicas e monitoramento de propostas.



deste método resultou a seleção das seguintes categorias: Educação; Assistência Social; Direitos e Garantias; Direito Penal; Isenções e Incentivos, Trabalho e Outros.

Ou seja, a pesquisa utilizou-se de fontes de dados disponíveis tanto de sites de instituições públicas brasileiras, como de sites de instituições multilaterais, como: 1) Portal da Câmara dos Deputados: acompanhamento dos projetos de leis que tratam do tema em estudo; 2) Dados do Perfil parlamentar disponível no Portal da Câmara dos Deputados; 3) Dados do Perfil parlamentar disponível pelo DIAP<sup>5</sup>; 4) Instrumentos jurídicos (Leis e Decretos) referidos nos projetos de lei que integram a amostra da pesquisa, como: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Constituição Federal, de 1988; e as Convenções da Organização Internacional do Trabalho, que tratam do tema em estudo.

Assim, a organização dos dados foi feita mediante a construção de Tabelas, Quadros e Gráficos com a utilização do Programa Excel. Esse recurso metodológico possibilitou a agregação dos dados em categorias de análise, com o objetivo de juntar e cruzar as informações dos projetos de lei (PEREA; MARTÍNEZ; LAGO, 2009, p. 55).

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Tarouco e Madeira (2013 a; b), embora a posição ideológica entre os Partidos Políticos seja apontada por muitos estudiosos sobre o tema como inconsistente, estes verificaram em suas pesquisas, que a ideologia além de persistir ajudando a compreender os mais variados aspectos do sistema partidário, também não deixou de ser considerada pelos eleitores, principalmente na hora de ajudá-los em suas escolhas e avaliações diante da atuação parlamentar frente a determinadas questões. Da mesma forma como a Democracia brasileira que continua funcionando, a partir de bases partidárias e ideológicas, contribuindo para que uma maioria seja eleita para selecionar a elite política que irá formar o Legislativo e o Governo.

Não muito distante Moritz (2008) pondera, também, que embora haja um debate recente sobre o desaparecimento da diferença ideológica entre os partidos políticos, ele acredita na sua manutenção, mesmo admitindo que esta seja uma classificação generalizante e limitada, devido às gradativas mudanças ocorridas desde a sua origem às vésperas da Revolução Francesa. Por isso, utilizou-se dos posicionamentos programáticos dos partidos, a partir das votações nominais ocorridas no Congresso Nacional para que pudesse constatar que os partidos políticos desempenhavam posições distintas em torno de temas políticos, econômicos e sociais.

---

<sup>5</sup> Departamento intersindical de assessoria parlamentar.

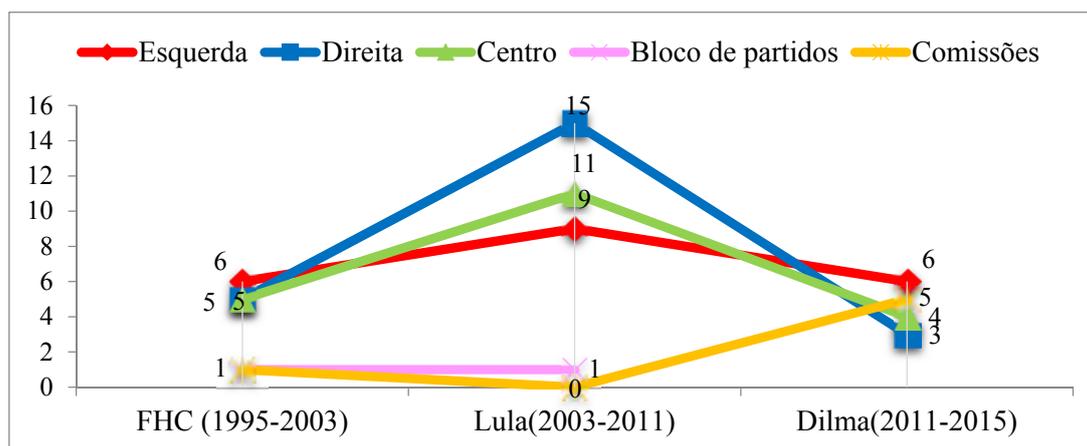


Com isso, partir do que foi exposto, podemos verificar que mais importante do que a posição ideológica do Partido e de seus Parlamentares, estando este no governo ou na oposição, seriam as votações por estes realizadas em Plenário, pois é neste momento que poderemos presenciar o posicionamento dos partidos, através da sinalização dos seus líderes e a atuação disciplinada dos parlamentares, para além de uma estratégia eleitoral ou de documentos programáticos disponibilizados pelos partidos, já que o objetivo é a cooperação do legislativo com o executivo para garantir um governo da maioria (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999).

Diante disso, o presente artigo partiu da seguinte hipótese: 1) os partidos que mais se preocupam com a questão da exploração do trabalho infantil são de esquerda;

De acordo com o Gráfico, a seguir, refutamos essa hipótese, pois verificamos que as propostas sobre a temática referente ao trabalho infantil independeram de um comportamento mais crítico ou conservador de seus propositores, uma vez que todas as matérias estavam conforme as normas e resoluções internacionais.

Gráfico: Relação dos Projetos de Lei por Ideologia, em Relação aos Governos



Fonte: Base de Dados da Câmara dos Deputados (2016). Elaboração da Autora.

Contudo, quanto ao montante de proposições, os partidos de Direita e de Centro destacaram-se, respectivamente, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, nas duas legislaturas, em relação ao número de projetos de leis em matérias relacionadas direta e indiretamente ao trabalho infantil no Brasil.

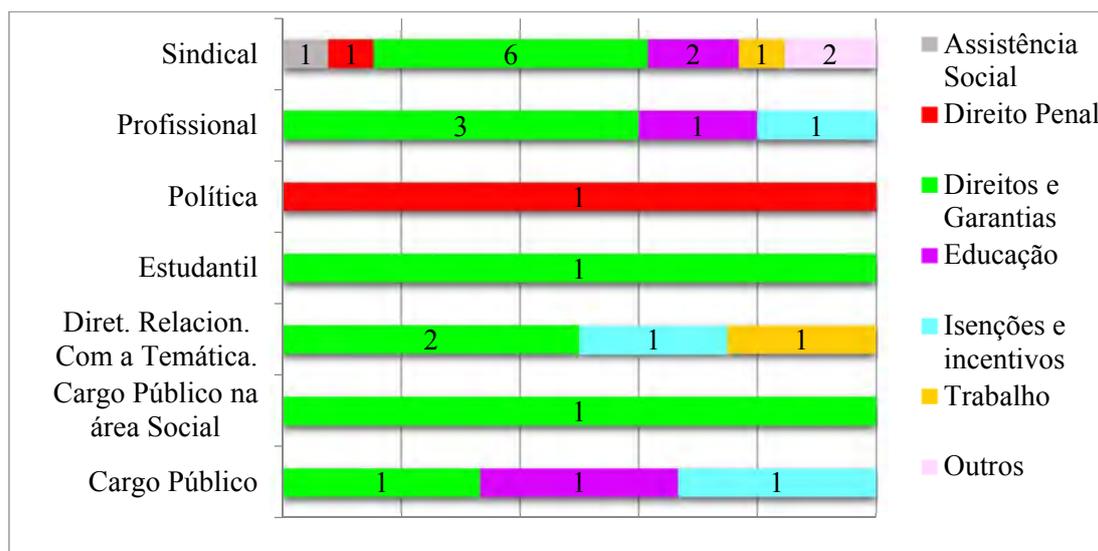


Ao analisarmos o Perfil Profissional dos 46 Deputados Federais, a partir do repertório bibliográfico disponibilizado pela Câmara dos Deputados, identificou-se que 21 desses autores (45,65% do total) declararam habilitação em mais de uma área. Isso significa, segundo estudo realizado por Bonfim (2011), que todas as profissões mencionadas possuem um grau de importância para o currículo do Deputado, principalmente para aqueles que almejam uma carreira política.

Questionamentos sobre a representatividade, a partir dos estudos de Gomes (2012), tornam-se uma reflexão relevante, à medida que contestam o entendimento de que os parlamentares teriam interesses legislativos que buscam, predominantemente, a satisfação de interesses de grupos, em oposição aos amplos interesses da sociedade. Conforme argumenta Martino (2010), a trajetória social, prévia, de um parlamentar pode influenciar na sua atuação no interior do Legislativo, para que tenha interesse sobre determinada temática, a exemplo daqueles que dão destaque, em suas agendas políticas, a questões sociais. Esse argumento foi base para a formulação da nossa segunda hipótese: 2) Os deputados, autores dos projetos de leis, desenvolviam atividades profissionais e/ou cargos públicos com questões referentes e/ou afim a temática do trabalho infantil;

Segundo mostra o gráfico a seguir essa segunda hipótese também foi refutada, pois aos autores, não necessariamente tinham trajetória restrita as áreas sociais, considerando que esta é uma demanda que independe da atuação prévia do parlamentar, pois estes ao serem eleitos passam a visar não só a reeleição como também a permanência no cargo (SANTOS, 1995, a e b).

Gráfico: Proposição dos Parlamentares, segundo a Categoria e a Área de Atuação



Fonte: Base de Dados da Câmara dos Deputados (2016). Elaboração da Autora.



Enquanto que a terceira e última hipótese: As proposições visam à adoção de medidas necessárias à efetiva aplicação dos princípios expressos nas Convenções da OIT. Confirma-se, pois os projetos de lei propostos pelos parlamentares estavam em conformidade às normas e resoluções internacionais.

## 7. CONCLUSÃO

O estudo apontou que embora haja uma considerável produção de projetos de leis sobre o tema, estes não foram suficientes para cumprir o acordo de erradicação do trabalho infantil em 2016, em razão do pouco interesse do Executivo e do Legislativo sobre o tema. Viu-se que o tema fez parte da agenda governamental no período estudado, mas não ocupou lugar relevante nas agendas decisórias dos governos em análise. Do total de 72 proposições que tramitaram no Congresso Nacional, no período, apenas três foram transformadas em normas jurídicas, sendo que o teor das referidas normas não responde ao problema, conforme as diretivas da OIT. Tal fato foi verificado a partir dos conteúdos das leis que foram aprovadas no período, como: as leis que Instituem normas para licitações e contratos da Administração Pública (1.889/96); o dia nacional de combate ao trabalho infantil (5.994/05) e a Criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS (3.428/08).

Talvez, o comportamento do legislativo seja reflexo da grande controvérsia ainda existente na sociedade em relação ao tema, pois ainda existe uma parcela da sociedade que enxerga as atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes, a partir de um caráter cultural relacionado a processos de socialização e aprendizado e de outro, aqueles que consideram este tipo de trabalho associado à exploração. Esse dilema talvez possa ser produto também da herança advinda com o fim da escravidão até o início da industrialização no Brasil, onde havia a legitimação, por parte do Estado, em relação ao trabalho infantil, a fim de, conforme Santos (2004), garantir a modernização capitalista.

Com isso, podemos concluir que para avançar na obtenção de resultados positivos sobre o tema torna-se necessário, primeiramente, haver uma mudança de mentalidade da sociedade em relação à questão, pois pelo que vimos no decorrer deste estudo este é um assunto que ainda gera conflitos nas arenas políticas decisórias, em decorrência da própria heterogeneidade de sua composição (social, político e cultural), que acabou refletindo direta e/ou indiretamente no teor das propostas apresentadas pelos parlamentares.

Referências.



- ALSTON, L.J., MELO, M.A., MUELLER, B. & PEREIRA, C. **Political Institutions, Policymaking Processes and Policy outcomes in Brazil**. Disponível em: <http://www.iadb.org/res/laresnetwork/files/pr225finaldraft.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. **O Segredo Ineficiente Revisto: O que Propõem e o que Aprovam os Deputados Brasileiros**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, 2003, pp. 661 a 698.
- ARIËS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Trad: Dora Flaksman. 2. ed. RJ: Guanabara Koogan. 1981.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10º ed. RJ: Civilização brasileira, 2008.
- DEGRAFF, Deborah S.; FERRO, Andrea R.; LEVISON, Deborah. **Kids at Risk: Children's Employment In Hazardous Occupations in Brazil**. Estud. Econ., São Paulo, vol.44,n.4,p.685-721,out.-dez. 2014.
- DINIZ, Simone. **Interações entre os Poderes Executivo e Legislativo no processo decisório: avaliando sucesso e fracasso presidencial**. Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v.48, n. 1, p. 333-69, 2005.
- FIGUEIREDO, Argelina C.; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48º ed. São Paulo: Global, 2003.
- GOMES, Fábio de B.C. **Cooperação, Liderança e Impasse entre o Legislativo e o Executivo na Produção Legislativa do Congresso Nacional do Brasil**. DADOS- Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 55, nº 4, 2012, pp. 911 a 950.
- PEREA, Eva Anduiza; MARTÍNEZ, Ismael Crespo; LAGO, Mónica Méndez. **Metodología de la Ciencia Política**. Cuadernos Metodológicos. Nº 28. 2.ª edición revisada, 2009.
- PRIORE, Mary Del (org.) **História da Criança no Brasil**. SP: Contexto, 4º ed, 1996. (coleção Caminhos da História).
- MARTINO, Mayla Di (2010). **A profissionalização do Legislativo: um modelo de análise comparada para o caso brasileiro**. Curitiba, Tuiuti: Ciência e Cultura, n. 44. P. 11- 30.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Vols. 1 e 2. São Paulo: Nova Cultural Ltda. 1996.
- MORITZ, Maria Lúcia R. de Freitas. **A Atuação Parlamentar dos Partidos de Esquerda: Legislando para quem e em nome de quem (1995-1999)?** Pensamento Plural, Pelotas n.03, p. 43 – 75, julho- dez. 2008.
- RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RICCI, Paolo e LEMOS, Leany Lemos. **Produção legislativa e preferências eleitorais na Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 19, n. 55, 2004, p. 107-30
- RICCI, Paolo (2003), **O conteúdo da produção legislativa brasileira: leis nacionais ou políticas paroquiais?** Dados, 46 (2): 699-734.
- RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das Políticas públicas para a infância no Brasil**. 3ª Ed, SP: Cortez, 2011.
- RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ª Ed, SP: Cortez, 2011.
- SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. **“Criança e criminalidade no início do século”** In: DEL PRIORE, Mary (org). Histórias das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004. Pg. 211-230.
- SANTOS, Fabiano Guilherme M. dos. **Microfundamentos do Clientelismo Político no Brasil 1959-1963**. Dados, Rio de Janeiro, vol. 38, n. 3, 1995 a.



- \_\_\_\_\_. **Clientelismo como Escolha Racional.** Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, São Paulo, 1995 b.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Trabalho infantil no Brasil.** Brasília: OIT, 2001.
- TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. **Esquerda e Direita no Sistema Partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos.** Revista Debates, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 93-114, maio- ago. 2013 a
- \_\_\_\_\_. **Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil.** Revista de Sociologia e Política. V.12, n.45, p. 149-165. Mar. 2013 b
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Vols. 1 e 2. São Paulo: Nova Cultural Ltda. 1996.
- MARIN, Joele Orlando Bevilaqua. **O agronegócio e o problema do Trabalho Infantil.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, nº 35, p. 189 a 206, fev. 2010.
- MARIN, Joel O. B.; SCHNEIDER, Sérgio; VENDRUSCOLO, Rafaela; SILVA, Carolina B. de C. **O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo- RS.** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 50, n. 4, Brasília, out./dez., 2012.
- NICOLAU, Jairo; POWER, Timothy (Org.). **Instituições Representativas no Brasil: balanço e reformas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007 p 8-171.
- KASSOUF, Ana L. **O que conhecemos sobre o trabalho infantil.** Revista Nova Economia, v. 17, n. 2, Belo Horizonte, maio/agos. 2007, p. 323-350.
- \_\_\_\_\_. **Aspectos socioeconômicos do trabalho infantil no Brasil.** Ministério da Justiça, Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Brasília, 2002.
- LONDOÑO, Fernando Torres. **A Origem do Conceito Menor.** In PRIORE, Mary del (org.). História da Criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1996.
- ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao paraíso.** SP: Editora Escuta, 1994.



**GT 13 - Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações, novas formas de dominação?**

**A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO E TRABALHO NA ESFERA PRODUTIVA CAPITALISTA**

Mara Rita Duarte de Oliveira- UFPA/Campus de Abaetetuba<sup>1</sup>  
Email: [mararitaduarteufpa@gmail.com](mailto:mararitaduarteufpa@gmail.com)

Geovanna de Lourdes Alves Ramos UFG/Regional Goiás<sup>2</sup>  
Email: [geovanna\\_gigia@yahoo.com.br](mailto:geovanna_gigia@yahoo.com.br)

Jadson Fernando Garcia Gonçalves- UFPA/Campus de Abaetetuba<sup>3</sup>  
Email: [jadsonfgoncalves@gmail.com](mailto:jadsonfgoncalves@gmail.com)

**RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo analisar as relações existentes entre educação e trabalho na esfera produtiva capitalista, para realizarmos tal análise optamos por uma pesquisa teórica, utilizando como principal recurso metodológico a compilação da literatura atual no Brasil acerca da temática proposta. Para efeito de elaborarmos nossa análise, tomamos como referência a trajetória da educação escolar, onde verificamos que, em certa medida, ela respondeu às exigências impostas, especialmente no que se refere à qualificação de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Também fazemos uma incursão teórica acerca das metamorfoses dos modelos produtivos capitalista, a organização produtiva e sua relação com a exploração dos trabalhadores. Nesse processo de reestruturação produtiva tentamos compreender a relação estabelecida entre trabalho e educação, e em que medida essas categorias sociais se interpenetram e se articulam no interior da sociedade capitalista contemporânea.

Palavras chaves: Trabalho, Educação, Taylorismo-Fordismo, Toyotismo, Capitalismo Monopolista, Escola.

**1. SEÇÃO**

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora do Programa Pós- Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), Professora do curso de Pedagogia e Educação do Campo do Campus Universitário de Abaetetuba da Universidade Federal do Pará. Coordenadora Institucional do PIBID/Diversidade-UFPA. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Memória, Formação Docente e Tecnologia (GEPeMe/UFPA), Brasil.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com período sanduíche na Universidade de Lisboa/Portugal. Professora Adjunta do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Goiás/Regional Goiás (UFG). Membro do Conselho de Curadores/UFG. Membro da Comissão de Avaliação Institucional/UFG. Membro da CAD- Comissão de Avaliação Docente/UAECH/UFG. Membro do NDE/Núcleo Docente Estruturante/Licenciatura em Educação do Campo, Brasil.

<sup>3</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará. Professor do Campus Universitário de Abaetetuba – Universidade Federal do Pará (UFPA). Diretor da Faculdade de Educação e ciências Sociais (Campus Abaetetuba/UFPA), Coordenador de área do Subprojeto Abaetetuba do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência (PIBID-DIVERSIDADE), Brasil.



## 1.1 INTRODUÇÃO

A sociedade moderna tem exigido da educação a capacidade de responder às transformações históricas e econômicas ocorridas no mundo contemporâneo. Para atender a essas exigências foram estabelecidos projetos educacionais com o propósito de articular e determinar parâmetros, objetivos e princípios que devem ser alcançados pela educação na atualidade e, em especial, pela instituição escolar. Assim, Arroyo afirma que:

Podemos encontrar um dilema que estará presente nas lutas pela educação dos trabalhadores nos últimos séculos: de um lado, defender como bom que todos saibam ler, escrever e contar [...] democratizar a instrução elementar; de outro lado, não permitir que os trabalhadores sejam esclarecidos, mas controlar sua formação para mantê-los ignorantes para serem guiados pela burguesia esclarecida (1995, p. 75).

Os dilemas que surgem ao longo da história da educação são frutos, principalmente, da luta de interesses entre as classes sociais. De um lado, o projeto da classe trabalhadora, que exige mais do que escolarização, ou seja, uma educação que se faça saber-cultura, que possibilite o esclarecimento<sup>4</sup>, a capacidade de pensar, de decidir e de ser sujeito de sua história. De outro lado, o projeto das classes dominantes, que têm como preocupação central a qualificação para o trabalho: ao desvalorizar a condição humana dos sujeitos, limita a oferta da educação para os(as) trabalhadores(as) a fim de se manter no controle social e assegurar seus privilégios.

Tais projetos vêm se materializando mais claramente no espaço escolar. Assim, para efeito de elaborarmos nossa análise, no presente artigo sobre a relação entre a educação e trabalho na esfera produtiva do capitalismo, tomamos como referência a trajetória da educação escolar, onde verificamos que, em certa medida, ela respondeu às exigências impostas, especialmente no que se refere à qualificação de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Entretanto, de um modo geral, o modelo de escolarização implantado no Brasil tem se mostrado incapaz de qualificar trabalhadores(as) dentro dos parâmetros dominantes exigidos, bem como também não tem conseguido garantir os interesses dos movimentos sociais por uma educação para a formação humana.

Para nós, neste momento histórico em que estamos vivendo, se coloca em discussão os projetos hegemônicos de educação para o trabalhador, ao mesmo tempo em

---

<sup>4</sup> O termo esclarecimento no sentido kantiano refere-se à capacidade humana de fazer uso público da razão.



que há também a luta constante na sociedade no tocante ao direito à educação, à democratização do acesso à escola básica, assim como o exercício pleno da cidadania<sup>5</sup>.

## **2. SEÇÕES**

### **2.1 Educação e trabalho: no cenário do capitalismo monopolista**

No sistema de produção capitalista, uma das metas centrais é o aumento da produtividade, maximização do lucro com minimização dos custos, com vistas a aumentar a mais-valia. Nessa perspectiva, o objetivo do modo de produção capitalista sempre foi, e ainda é, a maior expansão do próprio capital, o que leva à maior exploração possível da força de trabalho.

Dentre as várias formas para a obtenção da mais-valia no modo de produção capitalista; tem-se como instrumento, extremamente eficaz, a divisão social do trabalho. Assim, o capitalismo introduziu uma modificação importante na organização do trabalho, evoluindo do tipo de manufatura para formas de cooperação mais complexas; de acordo com as quais se separaram as operações e cada trabalhador passou a realizar tarefas cada vez mais parciais e específicas. Dessa forma, fragmentou-se totalmente o trabalho, alienando o trabalhador que já não tem mais uma visão global do trabalho.

Uma das formas de gestão capitalista usada na divisão social do trabalho foi o taylorismo, que se iniciou no final do século XIX e abrange todo o século XX. No processo de produção taylorista a cada homem um lugar certo na produção, visando aumentar a produtividade, para atender as exigências desse novo paradigma produtivo, o trabalho foi dividido em tarefas elementares de forma a controlar os mínimos movimentos dos trabalhadores. As atividades assim parceladas, extremamente especificadas e simples, negavam o conhecimento do todo ao trabalhador.

À medida que o taylorismo foi sendo implantado em quase todos os países, se desenvolveu uma nova proposta de gestão de produção: linhas de montagem. Esse processo passou a ser denominado fordismo e logo foi incorporado ao taylorismo. Tanto o fordismo quanto o taylorismo foram às formas de produção que marcaram o século XX.

Porém, a adoção desses métodos, taylorismo-fordismo, trouxeram um paradoxo: ao mesmo tempo em que aumentaram a produção e o consumo, trazendo massas de

---

<sup>5</sup> A compreensão de cidadania utilizada no texto parte da perspectiva histórica e humana da apropriação do conhecimento que possibilite a todos a condição crítica de participar como atores sociais da sociedade irrestritamente.



produtos industriais para o trabalhador, tornou também o trabalho mais monótono e repetitivo. Assim, a adoção da organização do trabalho baseado no taylorismo – fordismo permitiu a incorporação dos avanços tecnológicos surgidos no final do século XX, absorvendo um contingente de trabalhadores pouco escolarizados.

Nesse modelo taylorista - fordista, a estrutura ocupacional é representada por um número de trabalhadores qualificados ligados à gerencia do processo, um outro número pequeno em áreas intermediárias e um grande número de trabalhadores que são despojados de conhecimentos mais globais, desempenhando quase sempre atividades rotineiras mecânicas e alienadoras.

Dentro desse contexto, a educação escolar fruto de uma sociedade de práticas sociais de trabalho fragmentadas, contribuiu para inculcar essa divisão parcelada do modelo taylorista, através da hierarquia escolar, no professor autoritário, educação bancária, método de educação bancária, as atividades rotineiras e repetitivas de sala de aula e seus conteúdos curriculares que impossibilitam uma aprendizagem significativa para os educandos.

Assim, o modo de produção taylorista-fordista mostrou-se, ao longo do século, um dos instrumentos mais eficazes para as empresas. Esse cenário começa a sofrer alterações no final da década de 1970 pelo uso da informática, da microeletrônica e das telecomunicações. Com essas transformações entramos em uma nova era da humanidade.

Nesse novo cenário, as alterações nas relações e na organização do trabalho apontam na direção da substituição do paradigma taylorista-fordista por um modelo com características de maior flexibilidade das linhas de produção, menor tempo de fabricação e comercialização. Entra então em cena o Toyotismo.

Porém, a extrema divisão e parcialização do trabalho, passam a ser substituída por um novo modelo de gestão de trabalho o Toyotismo, com atividades integradoras, as quais demandam um perfil de trabalhador que demonstre um conhecimento mais amplo do processo de trabalho; um trabalhador flexível, com capacidade de tomar decisões com habilidades para resolver problemas, enfim um trabalhador chamado de polivalente, na verdade um trabalhador multifuncional. Deixando assim de lado o trabalhador especializado do taylorismo - fordismo e engendrando o tarefeiro.

Os trabalhadores têm que estar prontos a desempenhar novas tarefas e a se moverem pela empresa em rotação, sem delimitação de posto, de tarefa, de lugar no processo de trabalho. Os trabalhadores estão habilitados a ocupar qualquer lugar em qualquer tempo, onde a gerencia possa requerê-los (OLIVEIRA.2004, p.36).

Como demonstra Kuenzer, referindo-se à pedagogia da fábrica.



Se o trabalhador é qualificado, conhece o processo em sua totalidade, conhece a máquina e os princípios que regem seu funcionamento, ou seja, se ele domina a ciência que a máquina incorpora, estabelece-se outro tipo de relação, que lhe permite dirigir o trabalho, e não ser dirigido por ele.

[“...] é pela não democratização do saber sobre o trabalho que se reforça a exploração dos que dominam a ciência (e o capital) pelos quais não a dominam” (1996, p. 194).

Frente a esses novos desafios impostos, há o surgimento de conseqüências dramáticas para o trabalhador com baixo nível de escolaridade, que busca a todo custo os cursos aligeirados oferecidos pela grande massa de centros profissionalizantes, os quais se aproveitam do desespero do trabalhador para entrar ou mesmo se manter no mercado de trabalho; vemos a cada dia um número maior de empresas oferecendo cursos profissionalizantes. Tais cursos dão uma falsa garantia de inserção do trabalhador no mercado de trabalho. Falsa porque no mercado não existe lugar para todos.

Face aos impactos das inovações tecnológicas que afetam o emprego a organização e a gestão do trabalho, começa a se perceber a urgência de reformas em todas as esferas da vida social. É justamente nesse ponto que se faz presente a necessidade de reconstrução de nosso sistema educacional.

A falta de esclarecimento teórico entre a relação educação-trabalho começa com a identificação de educação somente como educação escolar, lugar institucionalizado do processo educativo. No entanto, quando se discute a relação existente entre educação e trabalho; cai se geralmente em dois tipos de questões. De um lado, coloca - se o problema em termos de ensino profissionalizante; de outro lado, se discute a necessidade de aliar ensino humanista com ensino técnico e se critica a dicotomia que teima em se perpetuar.

Assim, a questão deve ser colocada com a inversão dos termos *trabalho e educação* porque é o trabalho a atividade humana fundamental, envolvendo todo o conjunto de relações sociais.

Na década de 1960, a teoria do capital humano trouxe uma concepção de trabalho e educação reduzida ao profissionalismo. Educar para o trabalho, isso é, preparar o trabalhador para atender o mercado de trabalho, apontando a educação como fator determinante para superação dos problemas nacionais.

Nessa aproximação estrutural escola e trabalho, surge então uma concepção de educação para o trabalho, nesse contexto aparece os cursos profissionalizantes ou escola da sociedade capitalista. Para essa escola da sociedade capitalista reserva-se a função de produzir um novo tipo de homem, de ser a escola do trabalho, de reeducar no hábito da



disciplina – disciplina do tempo, da economia, do esforço. Um dos lemas de sua ideologia é o de que: quem se esforça vence na vida.

Embora as práticas que se efetuam na escola são estruturas de práticas sociais que se estabelecem em outras instâncias (produção, política, cultura). Do ponto de vista histórico apenas secundariamente as práticas educativas têm dimensões estruturantes na sociedade. De modo que o avanço na democratização real da escola só se viabiliza mediante o avanço na democratização no plano das demais relações sociais. Assim não se trata de definir as funções sociais da escola, mas de pesquisar quais são as forças sociais que acabam estruturando a escola da maneira como ela existe.

Sendo assim, os modelos de organização do trabalho no taylorismo – fordismo e toyotismo são fortes mecanismos usados pelo capitalismo para alienação do homem. A escola como parte dessas relações sociais também contribui para realimentar essa alienação. Um dos mecanismos fortes usados pela escola é a educação tradicional, que contribui para uma educação alienante, pois ela tem como característica fundamental colocar os aspectos mais significativos para a vida humana na zona da penumbra.

## **2.2 Educação e trabalho: Formação do novo proletariado**

No contexto do capitalismo na atualidade, uma das atribuições fundamentais do Estado nacional diz respeito a sua “**auto-minimização**” em face do livre jogo das leis da oferta e da procura. Deslegitimam-se, pois, uma série de reivindicações e lutas populares no tocante à garantia de direitos, tanto na esfera política, quanto principalmente na esfera sócio-econômica. Representando historicamente os grupos e as classes que se encontram no poder, o Estado dirige parte de suas ações para a manutenção da escola, mais especificamente da Universidade, no sentido de cumprir a meta de garantir sua hegemonia dentro da estrutura social.

Desta maneira, exige-se da educação a capacidade de responder às transformações históricas e econômicas ocorridas no mundo contemporâneo. Para atender a tais exigências, foram estabelecidos projetos educacionais com o intuito de articular e determinar parâmetros, objetivos e princípios. Portanto, os dilemas que surgiram ao longo da história da educação são frutos, basicamente, da luta de interesses entre as classes sociais. Se por um lado, o projeto da classe trabalhadora, exige mais do que a simples escolarização; por outro lado, o projeto das classes dominantes, tem como preocupação central tão somente a qualificação para o trabalho, desprezando-se a condição humana dos sujeitos e limitando a *oferta* da educação, a fim de manter-se no controle social, assegurando seus privilégios.



Na maioria das vezes, porém, tanto numa perspectiva, quanto em outra, os projetos educacionais se materializam *comumente* no espaço escolar. Assim, para efeito de elaborarmos nosso estudo, tomamos como referência a trajetória social da Universidade, onde verificamos que, em certa medida, vem-se respondendo às exigências impostas, especialmente no que se refere à qualificação de mão-de-obra para o mercado de trabalho<sup>6</sup>, uma vez que, que para atender às demandas criadas pelo *modelo produtivo pós-fordista*, uma das responsabilidades da Universidade tem sido estabelecer, no campo educativo, vários projetos educacionais que tenham como base a policognição tecnológica para a formação de trabalhadores(as) dentro de um determinado padrão tecnológico.

Nos últimos anos, grande parte das ações da Universidade se volta para o interior do processo de orientação economicista, o qual trata de estabelecer a relação entre custo e benefício dos estudos (a formação como investimento) (ZABALZA, 2004, p. 08); são desenvolvidas, desta maneira, estratégias bem definidas para o alcance de metas econômicas, tais como a maximização do lucro, a minimização de custos e a formação de profissionais multiquificados e multifuncionais, atendendo-se, assim, às contingências impostas pelos *homens de negócios*<sup>7</sup>, que, de todo o modo, procuram converter os(as) trabalhadores(as) em um tipo de *trabalhador cognitariado*<sup>8</sup>, o qual se (in)forma tão somente para acompanhar o desenvolvimento tecnológico, adequando-se qualificada e funcionalmente ao modelo produtivo neoliberal.

FRIGOTTO observa que: “O campo educativo, e, mais amplamente a formação humana têm se constituído, desde o projeto da burguesia nascente, num campo problemático para definir sua natureza e função” (1997, p. 33). A partir desta afirmação, podemos enfatizar, então, que, se o mundo capitalista requer agora dos(as) trabalhadores(as) o desenvolvimento de todas as suas capacidades físicas e intelectuais para se inserirem no mundo do trabalho, é imprescindível muito mais do que a instrução básica.

Nesta perspectiva, a educação escolar constitui-se, inequivocadamente, em um forte espaço de (re)produção das classes sociais e de suas ideologias, já que as políticas educacionais implementadas pelo Estado concretizam os projetos definidos e articulados com o modelo de “governabilidade”, o que implica na construção do conhecimento social,

---

<sup>6</sup> É interessante frisar, todavia, que, de um modo geral, o modelo de escolarização implantado no Brasil tem se mostrado incapaz de qualificar trabalhadores(as) dentro dos parâmetros dominantes exigidos, bem como também não tem conseguido garantir os interesses dos movimentos sociais por uma educação para a formação humana.

<sup>7</sup> Expressão usada por Frigotto (1997) para designar os atuais capitalistas, entre os quais todos os que atuam no mercado educacional.

<sup>8</sup> Novo proletariado que para manter seu emprego deverá desenvolver suas habilidade intelectuais e físicas visando atender às exigências do mundo do trabalho.



muitas vezes voltado unicamente para a produtividade econômica.

O Sistema educacional instituído acaba por apenas garantir o “*Princípio da Correspondência*” entre o processo educativo e o processo de trabalho, como forma de garantir a cada geração a reprodução das relações e das forças de trabalho. Destarte, o “*Sistema Educacional*” não é uma força independente na transformação da desigualdade ou da natureza do desenvolvimento pessoal. Pois há, “*uma correspondência íntima entre as relações sociais que governam a interação no local de trabalho e as relações sociais do sistema educacional*” (TORRES: 1993, p. 12); relação esta que ocasiona, por sua vez, a correspondência entre a estrutura da escola e a estrutura do trabalho, acentuando o papel da educação nas contradições da produção e no processo de acumulação de capital, bem como na reprodução do “*status quo*” de cada classe, haja vista a função reprodutivista da escola, em todos os diferentes estágios do desenvolvimento histórico do sistema capitalista.

Para compreendermos melhor o processo de reprodução na esfera da sociedade, recorreremos novamente a Torres (1993, p. 70) quando o autor firma que a escola se limita no papel de confirmar e de reforçar o “*habitus*” de classe, ou seja, tem a responsabilidade de legitimar *escolarmente* o que em grande parte já se adquiriu, pelo modo de assimilação e entronização da ideologia vigente, desde o nascimento até a idade adulta; entretanto, é preciso reforçar e garantir que os valores reproduzam-se “naturalmente”. A chamada seleção cultural refere-se ao capital cultural das famílias culturalmente dominantes, que possuem o patrimônio cultural mais próximo da “cultura” inculcada nas pessoas pela escola.

A formação humana, em face de especificidade da crise do capitalismo, articula-se a partir de um modelo que podemos representar da seguinte forma: A reestruturação econômica determina a nova organização do trabalho, bem como a qualificação do(a) trabalhador(a), impondo cada vez mais a necessidade de ampliar a escolarização. Realiza-se, pois, um ciclo de formação que se fundamenta: 1) no saber em trabalho; 2) na formação em trabalho; 3) na policognição tecnológica, i.e., no(a) trabalhador(a) multiquificado(a) e multifuncional e 4) em uma fórmula que podemos representar do seguinte modo: *Qualidade total + Flexibilidade + Criatividade + Trabalho integrado em equipe = Produtividade*.

Em termos de polivalência do(a) trabalhador(a) tem de se levar em conta os seguintes princípios: boa formação geral, lealdade e responsabilidade com capacidade de perceber o fenômeno em processo. No entanto, aqui, não se domina os fundamentos científicos intelectuais subjacentes às diferentes técnicas produtivas modernas. Neste processo, então, a educação escolar e o conhecimento científico são reduzidos a meros fatores de produção e, como era de se esperar, alheios às relações de poder.

Apesar desses diversos mecanismos de reprodução social apresentados por essas políticas no meio educacional, numa tentativa de homogeneizar a educação, desvalorizando



as diferenças históricas e culturais construídas dentro dos processos educativos e que se desencadeiam no interior das relações sociais, não podemos deixar de lembrar o alerta de Arroyo ao afirmar que há uma outra *pedagogia em marcha* (1995:80) e que a história das lutas entre as classes sociais não se limitam à luta pelo poder, mas constituem-se num conjunto de lutas impulsionadoras da história da humanidade que não aguardam passivamente seu destino; ao contrário: articulam-se em torno de suas lutas para garantir direitos e assegurar o respeito a sua dignidade, relativamente a sua participação democrática no meio social.

Deste modo, as classes hegemônicas, através dessas políticas educacionais, se revestem de uma outra roupagem na tentativa de permanecer no controle da oferta da escolarização. Porém, os movimentos sociais, opositores a essas classes e conscientes de seu poder de articulação, empunham bandeiras de lutas por uma educação alternativa que se materialize em uma pedagogia da resistência.

Assim, em defesa da “*Escola Unitária*”, em que se valorize, portanto, a formação omnilateral e a emancipação humana dos(as) trabalhadores(as). Esse *caráter unitário* propõe a ruptura com toda a espécie de dualismo na organização do sistema educacional e o resgate da razão emancipatória na luta cotidiana contra a barbárie para conduzir-nos a uma práxis revolucionária (FRIGOTTO, 1997, p. 72).

### **3. Considerações Finais**

Dentro deste contexto, sabemos que o capitalismo neoliberal apresenta como uma de suas principais características a redução do investimento em políticas social, o livre comércio e jogo do mercado e ainda a diminuição drástica dos direitos dos trabalhadores ao que se refere às conquistas trabalhistas e sociais. Assim o jogo do mercado torna-se o fundamento da política neoliberal no Estado Capitalista, desta forma no modelo neoliberal exige-se da educação escolar um remodelamento de sua condição de instituição formadora para tornar-se um campo específico de preparação de mão-de-obra qualificada para o mercado.

Sabemos que, nos dias atuais, há uma constante e intensa exigência do mundo do trabalho e da vida produtiva<sup>9</sup>, no sentido de que todos os cidadãos tenham pleno domínio sobre as novas tecnologias. Porém é preciso que se reconheça que tais exigências quanto ao domínio técnico para a vida sociocultural e produtiva resultam de uma investida própria das mudanças estruturais ocorridas no mundo do trabalho.

Entretanto, precisamos reconhecer que a utilização dos saberes historicamente acumulados pela humanidade, também pode contribuir de alguma forma, para o

---

<sup>9</sup>Fetichizada pela técnica.



redimensionamento de todo o caráter da educação básica, não apenas no que tange a lógica do mercado, mas sim, também, da própria formação humana, nela essencialmente proposta, a fim de que, ante a essas novas dinâmicas da vida social, possamos discutir, enfrentar e construir novos rumos para a sociedade atual.

Nesta direção, é importante iniciarmos a apropriação e reorganização desses saberes científicos nas diversas áreas do conhecimento para um novo rumo na formação humana dos sujeitos escolares. E que tais saberes possam ser mobilizadores de análises e perspectivas pedagógicas que possam contribuir no processo de formação de profissionais que tenham a possibilidade de construir coletivamente um projeto político comprometido com a realidade sócio-cultural das classes populares no Brasil.

#### 4. Referências

ARROYO, Miguel (Org). *O direito do trabalhador à educação* In: MINAYO, Carlos. Trabalho e Conhecimento: Dilemas na educação do trabalhador. et. al. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 1995. p. 75 a 92

CARNOY, Martin. *Educação, Economia e Estado: base e superestrutura: relações de mediações*. 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 1990.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e formação humana ajuste neoconservador e alternativa democrática* In: GENTILLI, Pablo; SILVA T.T. (org.). *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: Visões Críticas*. Petrópolis (RJ):Vozes, 1997 p.31 a 92

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista*. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. *Educação e Crise do Capitalismo Real*. 5ª ed. – São Paulo, Cortez, 2003.

THEODOR, Adorno. *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

TORRES, Carlos Alberto. *Sociologia Política da Educação*. Trad. Sandra T. Valenzuela. São Paulo: Cortez, 1993.

ZABALZA, Miguel A.O *Ensino Universitário: seu cenário e seus protagonistas*. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artemed, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HARNECKER, Marta. *Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico*. 43ª edição. São Paulo: Global. Editora, 1980.

SACRISTÁN, J. Gimeno. *Escolarização e cultura: Dupla determinação* In: SILVA, Luiz Eron da. *Reestruturação Curricular*. Novos mapas culturais, novas perspectivas. Porto Alegre: Sulina, 1996. p. 34 a 57



SANTOMÉ, Jurjo Torres. *A instituição escolar e a compreensão da realidade: O currículo integrado*. IN: SILVA, Luiz Eron da. *Reestruturação Curricular: novos mapas culturais, novas perspectivas*. Porto Alegre: Sulina, 1996. p. 58 a 74

SILVA, Tomaz Tadeu da. *O que produz e o que reproduz em educação: Ensaio de Sociologia da Educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Pedagogia da Fábrica*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LAURELL, Asa Cristina (org.); *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GENTILLI, Pablo e Silva Tomaz Tadeu da Silva (org). *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: Visões críticas*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GOMES, Carlos Minayo, et.. al. *Trabalho e conhecimento: Dilemas na educação do trabalhador*. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

**GT 13 - Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações,  
novas formas de dominação?****A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR NA AMAZÔNIA: A POLÍTICA DE  
QUALIFICAÇÃO NO PARÁ**

Sônia Maria da Silva Campêlo (SEASTER)<sup>1</sup>  
sonncampelo@gmail.com  
Ronaldo Marcos de Lima Araujo (UFPA)<sup>2</sup>  
rlima@ufpa.br

**RESUMO**

O presente artigo resulta da dissertação de mestrado “O Plano Nacional de Qualificação Profissional no Pará: um estudo a partir da Resolução N° 333/2003 do CODEFAT”, que tem por objetivo analisar as implicações do financiamento, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, na implementação do PLANTEQ no Estado do Pará, pela Secretaria Estadual de Trabalho, no período de 2003 a 2005. Pesquisa documental que prioriza o aspecto qualitativo da investigação e discute a formação do trabalhador paraense, a partir da política de trabalho, emprego e renda, instituída pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A pesquisa revela que os cursos ofertados registraram a elevação da carga horária média para 200h, contudo houve uma redução drástica nos recursos disponibilizados pelo FAT ao PLANTEQ/PA. Contrapõe-se, dessa forma, aos cursos aligeirados, mas que não garantiu a qualificação profissional de um número significativo de trabalhadores da PEA no Estado, o que redundou também na redução dos municípios a serem atendidos. São registros que sugerem limitações e distorções no tratar da política pública de qualificação profissional no estado do Pará, principalmente se levarmos em conta que o Pará é o segundo maior Estado do Brasil em extensão territorial e uma das menores densidades demográficas, o que expressa sua territorialidade amazônica.

Palavras-chaves: Educação profissional, Qualificação profissional, PLANTEQ.

**1. INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação, técnico em educação, integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho e Educação/UFPA.

<sup>2</sup> Doutor, docente do Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho e Educação.



A qualificação profissional é uma temática que tem sido ponto de pauta no Brasil, tanto na esfera governamental quanto no setor empresarial e no âmbito dos movimentos sociais, com destaque nas décadas de 1980 e 1990, com as reformas que se processaram na educação e na formação do trabalhador, vislumbradas também na década de 2000, condicionadas ao ajuste estrutural da ordem mundial.

Essas reformas ratificaram a marca da história da educação brasileira, inclusive a profissional, que, como afirma Saviani (1998 *apud* ARAUJO; RODRIGUES, 2012, p. 158), é marcada pela disputa entre dois projetos principais:

Uma pedagogia pragmática, que busca subordinar a educação aos interesses imediatos da realidade dada, e uma pedagogia da *práxis*, que se orienta para um tipo de formação que se compromete com a construção de um futuro e que busca favorecer processos de ampla qualificação dos trabalhadores.

E, como afirma Costa (2006, p. 137), “assistiu-se, historicamente no país, à segmentação da educação em duas partes distintas”, a educação formal, “com acesso a um conjunto básico de conhecimentos, cada vez mais amplos”, e a educação para o trabalho, com acesso a um “conjunto de informações relevantes para o domínio de seu ofício, sem aprofundamento educativo”.

É nesse campo de disputa que vamos discutir a formação do trabalhador, a partir da política de trabalho, emprego e renda, instituída pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Para tanto, tomamos como objeto de estudo o Plano Territorial de Qualificação Profissional - PLANTEQ, no contexto do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, e sua execução no Estado do Pará, no período de 2003 a 2005, tendo como referência a Resolução Nº 333/2003 do CODEFAT. Como objetivo, delineamos analisar as implicações do financiamento, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, na implementação do Plano Territorial de Qualificação no Estado do Pará, pela Secretaria Estadual de Trabalho no período de 2003 a 2005.

Analisar o Plano nessa dimensão parte da premissa de que a garantia da qualificação profissional, implementada por meio do Plano Nacional de Qualificação, se dá com recursos financeiros do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, gerido pelo CODEFAT e expresso na finalidade da Resolução Nº 333/2003 CODEFAT, que instituiu o PNQ e estabeleceu critérios para transferência de recursos do FAT. E, de acordo com Paz e Oliveira (2012, p. 156), “a constituição do FAT sinaliza uma das dimensões para a consolidação de uma política de Estado, visto que, para que uma política seja considerada de Estado, ela deve ser essencialmente financiada pelo mesmo Estado em sua totalidade”.



A Lei Nº 7.998 (BRASIL, 1990) é um marco institucional na política de trabalho, emprego e renda no Brasil, por regular o Programa Seguro Desemprego e ampliar sua atuação incluindo a qualificação profissional e a intermediação de mão-de-obra, com a finalidade de auxiliar os trabalhadores na busca ou preservação do emprego. A Lei também instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, com recursos oriundos da arrecadação do PIS/PASEP, passando a ser uma fonte permanente de financiamento para o custeio do Programa de Seguro-Desemprego e as demais políticas de trabalho, independente do recurso da União. Com os recursos do FAT se ampliou o atendimento a todos os trabalhadores, independente de sua condição anterior no mercado de trabalho.

Com papel de controle social sobre o FAT, foi criado o Conselho Deliberativo do FAT – CODEFAT, órgão colegiado de representação tripartite e paritária, composto com representantes do governo federal, das confederações empresariais e das centrais de trabalhadores com funções relativas à destinação dos recursos do FAT.

Nessa perspectiva, a política de qualificação profissional foi impulsionada com o FAT e ganhou destaque por conta das mudanças que estavam ocorrendo na economia brasileira, entre elas a reestruturação econômica, com fusões e privatizações, e a produtiva com a reorganização de empresas e de processos de trabalhos. Esse destaque, no entanto, traz um viés negativo por conta de que essas mudanças contribuíram para que o desemprego fosse visto como decorrente do desajuste entre a qualificação do trabalhador e as exigências do novo paradigma industrial, como bem nos coloca Dias (2006, p. 5),

Para a ideologia neoliberal, a questão do emprego não está associada às questões estruturais do capitalismo, mas à formação profissional dos indivíduos, fazendo-os acreditar que o fato de estarem desempregados ou não saberem engendrar formas alternativas de obtenção de renda diz respeito à falta de competência, habilidade ou formação. Esse entendimento despolitiza a questão das mudanças no mundo do trabalho transformando-a em questão pessoal, individual.

No âmbito educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei Nº 9.394 (BRASIL, 1996a), é um marco institucional importante. A LDB dedica um capítulo específico à educação profissional e a aborda enquanto modalidade de educação. Mas, nesse âmbito, vê-se o reforço da dualidade entre educação básica e educação profissional com a edição do Decreto Nº 2.208 de 17 de abril de 1997, outorgado no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Segundo análises de Manfredi (2002, p. 133), o Decreto estabelece “[...] uma separação entre os ensinos médio e profissional, gerando sistemas e redes distintas e contrapondo-se à perspectiva de uma especialização profissional como etapa que ocorreria após a conclusão de uma escola básica unitária.”



Posteriormente, no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, esse decreto é reformado pelo Decreto Nº 5.154 de 23 de julho de 2004, com destaque para o Art. 2º, onde dentre as premissas a serem observadas para a educação profissional destacam-se: articulação de esforços das áreas de educação, do trabalho e emprego e da ciência e tecnologia; a centralidade do trabalho como princípio educativo e indissociabilidade entre teoria e prática.

A Lei Nº 11.741 de 2008 regulamenta a LDB e incorpora normativas do Decreto de 2004. O art. 39 fica assim estabelecido: “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (BRASIL, 2008, [n. p.]).

No parágrafo segundo, se estabelecem os cursos:

- I. De formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
  - II. De educação profissional técnica de nível médio;
  - III. De educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação
- (BRASIL, 2008, [n. p.]).

A LDB, contudo, revela um afastamento entre o MEC e o MTE. Para o MEC a educação profissional técnica de nível médio e para o MTE a qualificação profissional de duração variável e não sujeita a regulamentação curricular.

A dualidade educacional, de acordo com Araujo e Rodrigues (2011, p. 8) se manifesta na constituição de dois “sistemas” de formação de subjetividades e de duas redes diferentes de escolas e que sua origem está “na divisão social do trabalho que separa o trabalho intelectual do trabalho corporal, impondo os limites ao desenvolvimento pleno das capacidades humanas”.

Por sua vez, segundo a lógica de mercado, a qualificação profissional passa a ser a ferramenta indispensável para que o trabalhador enfrente os desafios que as mudanças tecnológicas, organizacionais e gerenciais impõem a economia brasileira.

## 2 A POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO PARÁ

No período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX foi caracterizado pelo apogeu da borracha no Pará e na Região Amazônica e contribuiu para a formação de uma nova força de trabalho eminentemente urbana. Por outro lado, foi uma época marcada pela expansão da rede escolar, dos ensinos primário, secundário e profissional e, segundo Araujo *et al.* (2007, p. 54), “assim como no Brasil, a educação profissional efetivada no Pará teve como marcas que resistem ao tempo a desvalorização social, o preconceito, o assistencialismo e o foco de destrezas para o trabalho manual”.



Na década de 1970, do século passado, o Pará viveu seu período de industrialização com a implantação de grandes projetos na Amazônia, dentre eles o Projeto Carajás, com a exploração do minério e o projeto Trombetas, com a exploração de bauxita. Segundo Araujo *et al.* (2007), esse período é vivido tardiamente e as instituições de ofícios artesanais e manufatureiros passam a conviver com instituições de ensino industrial.

De acordo com os autores, a educação profissional no Pará também manteve-se desvinculada da Educação Básica, negando ao trabalhador uma formação ampla e duradoura restringindo-se a ações pontuais de capacitação em atendimento a demandas específicas do mercado.

Dessa feita, ainda na década de 1970, o governo do Pará criou a Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social – SETEPS, por meio da Lei nº 4.893/1979, para tratar da política de trabalho, sendo um dos eixos a formação do trabalhador, reforçando, em nosso entendimento, essa dicotomia que se apresentava para a educação profissional.

Ainda, em 1994, foi instituída a Comissão de Emprego do Estado do Pará – CEEPA, por meio do Decreto Estadual Nº 2918, de 27 de outubro de 1994, nos termos da Resolução Nº 63/1994 do CODEFAT. A referida Resolução estabelecia dispositivos legais de constituição das Comissões Estaduais e Municipais de Emprego, com vistas ao aprimoramento do Sistema Público de Emprego, as quais eram definidas como instâncias colegiadas, de caráter permanente e deliberativo, compostas por representantes de distintas categorias de trabalhadores, empresários e governo.

Essas deliberações, em 1994, concorreram para dar conta da gestão compartilhada da política pública de trabalho e renda no Estado, em seus eixos: intermediação de mão de obra, seguro desemprego e qualificação profissional, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e, nessa perspectiva, aprimorar o Sistema Público de Emprego.

As ações de qualificação profissional ofertadas no Pará, pela SETEPS, até 1994, foram reorganizadas, em 1995, em torno do Plano Estadual de Educação Profissional do Pará – PEP/PA, instituído naquele ano, com o objetivo de

Implementar ações de educação profissional, para trabalhadores do Estado do Pará, atentando para as especificidades e padrões culturais da região, observando os novos paradigmas da globalização da economia, numa perspectiva de empregabilidade, melhoria da qualidade de vida, desenvolvimento sustentado e autogestão (PARÁ, 1996, p. 13).

O PEP/PA foi elaborado com base nas diretrizes do PLANFOR, em atendimento a chamada nacional do Governo Federal, via Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, a condução descentralizada da política pública de qualificação profissional, voltada a



População Economicamente Ativa – PEA, com recurso do FAT e contrapartida do Governo Estadual.

O Plano se alinhou ao objetivo do Governo do Estado de promover o desenvolvimento econômico-social, através do emprego, do crescimento do produto e da distribuição de renda e reproduziu o discurso que já estava posto nacionalmente para a qualificação do trabalhador, ou seja, contribuir para a consolidação da estabilidade econômica por meio do aumento da oferta de qualificação aos trabalhadores. Assim, capacitá-los para as mudanças tecnológicas, organizacionais e gerenciais que a nova ordem do capital estava impondo.

Situação que nos faz corroborar com o posicionamento de Costa e Abelém (2006, p. 209), em que “Trabalho e Qualificação profissional passam a ser tratados como dois fatores interligados e interdependentes, focos de atenção das políticas públicas”.

Destaca-se, nesse período, que tanto o Governo Federal quanto o Governo Estadual eram conduzidos por representantes do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. De cunho neoliberal, com papel de “formulador e implementador de uma plataforma política unificadora dos setores empresariais, tornando-se um intelectual coletivo da burguesia” (GUIOT, 2010, p. 7). Governos que traziam em si a valorização da eficiência, com a descentralização de recursos, e da eficácia, no alcance de metas. E, como ressaltam Costa e Abelém (2006, p. 209),

[...] esta idéia de descentralização e desconcentração decisória de políticas públicas deve ser observada com certa reserva pela ambiguidade que deixa perceber e que atende a tendências tanto presente nos discursos neoliberal quanto no de setores progressistas apesar de serem distintos.

Segundo Kuenzer (2001), o PLANFOR foi um projeto com base na prioridade de um governo neoliberal na perspectiva da consolidação da estabilidade econômica. Essa afirmação nos leva a Fidalgo (1999), quando afirma que para o Governo Federal a formação profissional era apenas um elemento para conter o desemprego e adiar a pressão para criação de novos postos de trabalho. Aspectos que encontraram eco no Governo Estadual.

No período de 1996 a 2001 o PEP/PA, executado com recursos do FAT, por meio do PLANFOR, apresentou resultados expressivos em termos de eficiência e eficácia. O recurso disponibilizado pelo FAT ao Pará foi cerca de 46 milhões de reais, registrando 258 mil trabalhadores inscritos nos diversos cursos de qualificação, com cobertura nos 143 municípios do Estado, mas que de longe não representa os 20% da PEA do Estado, nem ano a ano e nem para o período, conforme se propôs o PLANFOR.



Por outro lado, os cursos ofertados eram de carga horária reduzida, aligeirados e variavam de 40h a 100h e com conteúdos definidos em três habilidades: básica, específica e de gestão com vistas à empregabilidade do trabalhador.

Segundo Costa e Freitas (2006), foram detectadas fragilidades nas etapas de divulgação, inscrição dos trabalhadores, mobilização da sociedade civil organizada e inobservância dos públicos-alvo do plano, provocando, muitas das vezes um desnível entre os participantes. Agrega-se a esses fatores o referencial metodológico do processo ensino-aprendizagem que estava estruturado para atender as diretrizes nacionais do PLANFOR.

Um dos problemas mais sérios dos cursos do PLANFOR e objeto de muitas discussões e proposições para alteração, que se estende desde a sua implementação até o último ano aqui referido, diz respeito ao tempo de realização dos cursos. É quase unânime entre os treinando, a opinião de que o tempo destinado para a realização dos cursos, ou seja, carga horária, é insuficiente para um aprendizado que propicie o ingresso no mercado de trabalho (COSTA; FREITAS, 2006, p. 242).

E, de acordo com as autoras, a avaliação externa realizada pela UFPA no período 1996-2001 reconheceu a importância da proposta do PLANFOR, pelo significativo número de trabalhadores qualificados, mas que “já precisava de ajustes”, por conta de questões como aqui apresentadas.

## **2.1 O PLANTEQ no Pará: 2003 a 2005**

Em 2003, sob a égide de um novo governo no âmbito federal, conduzido por um representante do Partido dos Trabalhadores, o governo do Pará, por meio da SETEPS, dá continuidade à parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, com vistas a atender a demanda de qualificação profissional do trabalhador paraense. E volta a reproduzir as diretrizes da política nacional de qualificação profissional, agora o estabelecido pela Resolução Nº 333/2003 do CODEFAT.

Contudo, no Pará se manteve no governo um representante do PSDB e a execução do PLANTEQ/PA se alinha as diretrizes desse governo, as quais estavam explicitadas no Programa de Governo e que, posteriormente, foram consignadas no Plano Plurianual 2004-2007, por meio do Programa Oportunidades de Trabalho, Emprego e Renda, vinculado a estratégia de “promover a municipalização do desenvolvimento, com vistas a expandir as oportunidades de trabalho e renda e aumentar a eficiência da rede de proteção social”, na perspectiva de contribuir para a redução da pobreza e desigualdades sociais (PARÁ, 2006, p.2).



O PLANTEQ é um dos mecanismos de implementação do PNQ nos Estados, formulado e implantado em 2003 pelo Ministério do Trabalho e Emprego e, semelhante ao seu antecessor, o PLANFOR, se articula nacionalmente com diretrizes e condução de forma descentralizada. De acordo com Fidalgo e Fidalgo (2005, p. 18), o PNQ se contrapõe ao PLANFOR quando inclui no debate “um novo conceito de formação do trabalhador, o de qualificação social e profissional”.

Na gestão do PLANTEQ/PA, no período 2003-2005, a pesquisa revela uma gestão compartilhada entre Secretaria do Trabalho, Comissão Estadual e Comissões Municipais de Emprego. A SETEPS detém a coordenação do Plano no Estado, a CEEPA homologa o Plano e delibera quanto à prestação de contas e as Comissões Municipais de Emprego – CME’s, em conjunto com a SETEPS e a CEEPA, realizam o planejamento das ações de qualificação profissional nos municípios. A CEEPA e as CME’s também tem uma participação no acompanhamento da execução do Plano. Um modelo de gestão preconizado na dimensão institucional do Plano, no sentido de garantir a efetiva participação e controle social. Modelo que não se distancia do que já ocorria quando da execução do PLANFOR no Pará.

De acordo com o Relatório de execução das ações de qualificação: 2003 a 2005 da SETEPS (PARÁ, 2006), o planejamento do PLANTEQ/PA, para 2003, envolveu cerca de 1.200 entidades representativas dos trabalhadores, empregadores e governo, em 75 municípios do Estado. Esse planejamento resultou em um Plano para atender 10.000 trabalhadores em 75 municípios, com recursos na ordem de 5 milhões de reais. Contudo, o MTE não aprovou o Plano em sua totalidade, que tinha o aval da CEEPA, reduzindo o recurso em torno de 80%, conseqüentemente com redução no número de trabalhadores a ser qualificado.

O Governo Estadual, em 2004, apresentou nova proposta, para qualificar 24.300 trabalhadores em 75 municípios, com 9 milhões de reais. Novamente, a proposta é recusada, restando ao governo do Estado atender apenas 3.057 trabalhadores, em 27 municípios, com 1,4 milhão de reais. E, para 2005, manteve-se o mesmo montante de 2004 (Tabela 1).

**Tabela 1: FAT - Recursos para o PLANTEQ - Pará - 2003-2005**

ANO	VALOR (R\$)	
	Solicitado	Aprovado
2003	5.000.000	972.968



2004	10.000.000	1.407.763
2005	1.407.763	1.407.763
<b>TOTAL</b>	<b>16.407.763</b>	<b>3.788.494</b>

Fonte: Adaptado pela autora a partir de PARÁ, 2006.

Registrando, assim, um investimento pequeno diante de demandas expressas pela População Economicamente Ativa – PEA. Nesse cenário, outro dado a ser considerado é a evolução de emprego no Pará – número de trabalhadores desligados em relação aos admitidos no mesmo período, apresentando variação positiva e expressiva no período 2003 a 2005, com destaque para 2004 com 23,48% de saldo.

Apesar de registrar uma variação positiva de postos de trabalho mantidos, há sempre um indicativo de perda, o que sugere que trabalhadores voltam ao mercado de trabalho na busca de emprego e enfrentam novamente fatores de varias ordens, entre eles: gênero, raça, idade, que ao lado da qualificação e qualidade dos postos de trabalho são determinantes na desigualdade da renda, considerando que esse mercado tem suas “características definidas pelos condicionantes históricos e institucionais do capitalismo” (SENA, 2002 *apud* SÁ *et al.*, 2006, p. 236).

Esse desemprego também concorre para outro mercado, o informal, em que, segundo Sá et al. (2006, p. 240), predominam trabalhadores com baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional, mas que também há uma tendência de expansão de trabalhadores com qualificação profissional que perderam seus postos de trabalho.

Assim, dentre os desafios posto pelo PLANTEQ, no Pará, estava o montante dos recursos destinados pelo FAT, os quais não eram na mesma proporção que os do PLANFOR. Dissonante para um Plano que propôs mudanças que superassem as distorções de seu antecessor.

Com a redução dos recursos, o número de trabalhadores atendidos pelo PLANTEQ/PA reduziu e, conseqüentemente, ocorreu redução na cobertura aos municípios. Mesmo com a novidade que o plano trazia de que a contrapartida do Estado deveria ser “real”, ou seja, em valores correspondentes a, pelo menos, 10% do total aportado pelo Governo Federal, representado em número de trabalhadores a ser qualificado, o acréscimo não foi significativo.

Para o Governo Estadual, o aporte de recursos ficou além da contrapartida, pois a gestão do Plano nos aspectos: planejamento, divulgação, monitoramento, supervisão e certificação passaram a ser de responsabilidade do Estado, diferentemente do PLANFOR



que repassava recurso específico para a gestão e a contrapartida se dava em bens economicamente mensuráveis.

No período 2003 a 2005 foram atendidos 11.470 trabalhadores e utilizados na execução o montante de R\$ 4.755.091,04, sendo R\$ 3.484.091,04 do Governo Federal e R\$ 1.271.003,95 do Governo Estadual, conforme demonstrado na Tabela 2 a seguir.

**Tabela 2 – Recursos e metas - Programado e executado - PlanTeQ - Pará - 2003-2005**

ANO	META				RECURSO					
					FAT			TESOURO DO ESTADO		
	Programado	Executado	%	Nº de Municípios	Programado	Executado	%	Programado	Executado	%
2003	3.700	3.882	104,92	26	972.968,19	972.968,19	100,00	166.296,45	166.296,45	100,00
2004	3.057	4.404	144,06	27	1.407.763,00	1.780.375,00	126,47	190.800,00	190.800,00	100,00
2005	3.075	3.184	103,54	26	1.407.815,00	730.747,85	51,91	210.000,00	913.907,50	435,19
<b>TOTAL</b>	<b>9.832</b>	<b>11.470</b>	<b>116,66</b>		<b>3.788.546,19</b>	<b>3.484.091,04</b>	<b>91,96</b>	<b>567.096,45</b>	<b>1.271.003,95</b>	<b>224,12</b>

Fonte: Adaptado pela autora a partir de Pará (2006).

Apesar do acréscimo de recurso para 2004, em relação a 2003, o recurso de 2005 se manteve no mesmo patamar de 2004. Esse fato nos leva a inferir como mais um indício quanto a não priorização do Governo Federal em investir na formação do trabalhador, por meio do PLANTEQ.

Por outro lado, a meta executada supera a programada, em 4,92%, em 2003, 44,06%, em 2004 e 3,54%, em 2005, com destaque para 2004, execução que teve acréscimo de recurso proveniente de termo aditivo com o MTE, para utilização dos rendimentos do recurso do FAT, na ordem de R\$ 372.612,00, qualificando mais 1.347 trabalhadores.

Em 2005, apesar da superação da meta programada, em termos de execução financeira ocorreu uma inversão. Do recurso do FAT, apenas 51% foram utilizados. Do recurso do Tesouro do Estado foram utilizados, além do programado, o valor de R\$ 703.907,50, justificado pela Secretaria como sendo para cobrir os contratos com as instituições executoras, em virtude do não repasse pelo MTE da segunda parcela do Convênio, mantém a execução das ações de qualificação dos trabalhadores mobilizados, um registro positivo para a execução pelo Estado.

No período foram contemplados 62 municípios pelo PLANTEQ/PA, ou seja, cerca de 40% dos 143 municípios paraenses. Inexpressivo, diante de um território amazônico,



com a maior população da Região Norte e que apresenta riquezas e pobreza regionais, com variedades étnicas, culturais e ocupacionais.

Para definição dos municípios a SETEPS utilizava por parâmetro: o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM); os municípios priorizados na Agenda Mínima do Governo e os com grandes projetos de desenvolvimento.

Dentre os municípios atendidos, destacam-se Marabá – um polo mineral, Altamira - construção da hidrelétrica de Belo Monte e Belém - maior concentração populacional, o que ressalta a prevalência na demanda de mercado. Fator esse, recorrente no planejamento das ações de qualificação profissional para o período, identificado pelos cursos que:

[...] voltaram-se aos setores econômicos considerados em expansão no Estado, entre eles: agricultura, pesca, comércio, serviços, indústria da transformação, turismo e artesanato e construção civil, impulsionando com isso, o desenvolvimento sustentável, gerando mais renda e novas oportunidades de trabalho (PARÁ, 2006, p. 8).

No que se refere à caracterização do público atendido, identificou-se trabalhadores em situação ou em risco de exclusão e discriminação socioeconômica, dentre eles: pessoas com deficiência, mulheres chefes de família, mulheres vítimas de violência, trabalhadores com mais de 40 anos, jovens do primeiro emprego, jovens em medida sócio-educativa e trabalhadores beneficiários de políticas de inclusão social.

### 3 CONSIDERAÇÕES

A implementação do PLANTEQ no Pará, no período 2003 a 2005, traz em si aspectos positivos, e outros, nem tanto.

De forma efetiva foi registrado na execução do PLANTEQ/PA a elevação da carga horária média dos cursos para 200h, um dos aspectos da qualidade pedagógica estabelecida pelo Plano, que traz por pressuposto superar o treinamento operacional, imediatista, segmentado e pragmático.

A participação dos diversos setores da sociedade civil no planejamento, para o levantamento de demandas, também foi um registro positivo. Mas, de contrapartida, as demandas de qualificação profissional apresentadas pelos municípios ficaram sujeitas a cortes, os quais eram feitos, em primeira instância pela SETEPS, por conta do recurso disponibilizado pelo MTE e, posteriormente, pelo próprio MTE quando da deliberação de meta por público prioritário.

A articulação com as demais políticas de trabalho, emprego e renda, em especial com a de intermediação de mão de obra, o que possibilita ao trabalhador ter acesso a um posto de trabalho, se evidencia nos resultados da execução do PLANTEQ/PA para o



período. Com as políticas de inclusão social a SETEPS sinaliza que busca a integração com programas e instituições do Governo Estadual, com vistas a atender a demandas sociais e como forma de potencializar a inclusão pelo trabalho. Porém, quanto à integração e/ou articulação com a política de educação, não há registro da SETEPS com a Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, assim como a SEDUC não tem representante na CEEPA. O que entendemos ser um fator limitador para a estratégia de elevação de escolaridade e contraditório quando consideramos que qualificação profissional, ou formação inicial e continuada, é uma modalidade da educação profissional, assegurada pela LDB.

Do ponto de vista do financiamento, a redução dos recursos disponibilizados pelo FAT foi um complicador e limitador na execução do PLANTEQ/PA, não concorrendo para a ampliação do quantitativo de trabalhadores a ser atendido e da cobertura aos municípios paraenses. Assim, o fator financiamento gerou um impacto negativo na implementação do Plano no Pará. Os recursos do FAT, deliberados pelo MTE, para o PLANTEQ/PA foram insuficientes para atender as demandas levantadas e apresentadas pelos municípios a cada ano.

Na pesquisa, identificamos ainda, que a Secretaria do Trabalho nos anos de 2003, 2004 e 2005, executou, para além do PLANTEQ, uma diversidade de ações governamentais de qualificação profissional, parecendo-nos uma fragmentação no atendimento ao público e deixando claro a demanda com foco no mercado de trabalho. O controle social dessas ações, por meio da CEEPA, também não aparece nesse contexto, o que fragiliza o controle social da política pública em questão.

Como afirma Araujo et al. (2007, p. 101, 102), “Prevaleceu e prevalece uma dispersão no uso e no controle dos recursos, o que reflete uma evidente despotencialização dos recursos, de energia e das efetivas soluções.”.

Assim, o Governo Estadual deixa de formular um Plano de Qualificação Profissional para o Estado, com diretrizes e pressupostos, levando em conta as especificidades do território paraense. Demonstrando as fontes de financiamento, público prioritário, interface com os demais programas de trabalho, emprego e renda, articulação com programas de educação e demais políticas sociais e de desenvolvimento. Dessa feita, não contribuindo para a construção efetiva de uma política pública de qualificação profissional no Pará.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima *et al.* **A educação profissional no Pará**. Belém: EDUFPA, 2007.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson S. (Orgs.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas, SP: Alínea, 2012.



BRASIL. **Lei Nº 7.998**, de 11 de janeiro de 1990. Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. [Não paginado]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7998.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7998.htm). Acesso em: 05 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996a. [Não paginado.] Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 05 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 11.741**, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, DF, 2008. [Não paginado]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm). Acesso em: 05 jan. 2017.

COSTA, Maria José Jackson, ABELÉM, Auriléia. A descentralização de políticas públicas: o caso Planfor/PEQ no Pará. *In*: COSTA, Maria José Jackson (Org.). **Trabalho, educação profissional e empregabilidade**. Belém: EDUFPA, 2006. p. 207-228.

COSTA, Cândida. Do PLANFOR ao PNQ: mundo do trabalho, qualificação profissional e políticas públicas. *In*: OLIVEIRA, Roberto Veras (Org.). **Qualificar para quê? Qualificação para quem? do global ao local: o que se espera da qualificação profissional hoje**. São Paulo: UNITRABALHO; Campina Grande: EDUFCG, 2006. p. 131-150.

COSTA, Maria José Jackson, FREITAS, Marlene Medeiros. Balanço Sintético do plano de qualificação do trabalhador brasileiro – PEQ/PA, período: 1996 a 2001. *In*: COSTA, Maria José (Org.). **Trabalho, educação profissional e empregabilidade**. Belém: EDUFPA, 2006. p. 229-258.

DIAS, Maria do Carmo. Geração de emprego, renda e política de qualificação nacional: elementos para uma análise no Estado do Pará. *In*: Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina, 2., 2006, Londrina. **Anais**. Londrina: UEL, 2006. p. 1-14. Disponível em: [http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais\\_ii.html](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ii.html). Acesso em: 18 nov. 2016.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 63).

FIDALGO, Fernando S. R. **A formação profissional negociada: França e Brasil, anos 90**. São Paulo: A. Garibaldi, 1999.

FIDALGO, Fernando; FIDALGO, Nara. Negociação da educação e da qualificação profissional. *In*: DOMINGUES, R. Marta; LADOSKY, H. Mário; TEIXEIRA, Marilane (Orgs.). **Negociação e contratação coletiva da qualificação socioprofissional nas relações capital-trabalho**. São Paulo: CUT, 2005. p. 15-52.

GUIOT, André Pereira. A construção da ideologia neoliberal no PSDB (1988-1994). *In*: Encontro Regional da ANPUH-RIO, 14., 2010, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: ANPUH; UniRio, 2010. p. 1-10. Disponível em: [http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276606395\\_ARQUIVO\\_AconstrucaodaideologianeoliberalnoPSDB\\_1988-1994\\_.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276606395_ARQUIVO_AconstrucaodaideologianeoliberalnoPSDB_1988-1994_.pdf). Acesso em: 05 jan. 2017.



MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

PARÁ. **Lei Nº 5.839**, de 23 de março de 1994. Altera a Finalidade, as Funções Básicas, a Estrutura Organizacional da Secretária de Estado do Trabalho e Promoção Social - SETEPS, e dá outras providências. Belém, 1994. Disponível em: <http://www.pge.pa.gov.br/sites/default/files/lo5839.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social. **Plano de Educação Profissional do Pará**: síntese. Belém: SETEPS, 1996.

\_\_\_\_\_. Secretaria Executiva de Trabalho e Promoção Social. **Relatório de execução das ações de qualificação**: 2003 a 2005. Belém: UNITRA; SETEPS, 2006.

PAZ, Sandra; OLIVEIRA, Ramon. A educação tecnológica e profissional como programa/política de Estado: análise da política nacional de qualificação profissional do Brasil. In: OLIVEIRA, Ramon (Org.). **Jovens, ensino médio e educação profissional: políticas públicas em debate**. São Paulo: Papirus, 2012. p. 125-164.

SÁ, Maria Elvira Rocha de *et al.* Belém, a cidade mascate: uma leitura sobre os ambulantes da Avenida Presidente Vargas. In: GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques (Org.). **Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas**: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006. p. 232-249.

**GT 13 - Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações,  
novas formas de dominação?****ESPAÇO PÚBLICO E TRABALHO: A AUSÊNCIA DE INTERLOCUÇÃO ENTRE O  
COMPLEXO FELIZ LUSITÂNIA E A FEIRA DO AÇAÍ EM BELEM (PA)**Eliana Machado Schuber (Universidade Federal do Pará)<sup>1</sup>

ems.arquitetura@gmail.com

Marlon D'Oliveira Castro (Universidade Federal do Pará)<sup>2</sup>

marloncastro@ufpa.br

**RESUMO**

Este estudo tem como palco o espaço público na metrópole a partir da análise sobre interpretações dos usos de dois espaços na cidade de Belém (PA) que são turísticos, afetivos, simbólicos e também materiais. Os dois espaços estão entrelaçados geograficamente e são dois elementos históricos e culturais representativos da cidade, mas que possuem atenção no sentido da preservação de sua estrutura física e ordenamento de seus usos pelo poder público totalmente opostos, também na valorização dos seus usos – que possuem diferenciações –, que não convergem ou conversam em nenhuma outra dimensão, sobretudo, na função trabalho, aqui a ponte para análise. Para comprovar a hipótese, foi realizada uma pesquisa qualitativa com trabalhadores dos dois espaços e a interpretação dos dados obtidos realizada a partir de metodologia materialista histórico-dialética apoiada no método regressivo-progressivo para análise do espaço produzido, relacionando assim a reprodução da existência material e o cotidiano dos trabalhadores dos dois espaços. As técnicas utilizadas no estudo foram revisão bibliográfica e realização de entrevistas semiestruturadas com trabalhadores e trabalhadoras atuantes nos dois espaços. Percebe-se que a diferenciação do uso, manutenção ou não da forma e conservação da estrutura refletem nas condições materiais de existência dos trabalhadores, no sentido que sua apropriação e percepção do elemento público se tornam totalmente diferenciados, onde o Complexo Feliz Lusitânia interpretado como espaço abstrato e a Feira do Açaí interpretada como espaço social.

Palavras-chave: espaço público, trabalho, Feira do Açaí, Feliz Lusitânia e Belém.

**1 INTRODUÇÃO**

Pensar o espaço público na metrópole é concebê-la, antes de qualquer coisa, enquanto espaço das diferenças, do encontro, da fruição, das trocas e da ação intencionalmente política. A qualidade da ação humana praticada nos espaços públicos se relaciona diretamente à qualidade da vida nas cidades, pois neles reside a síntese do convívio cidadão e principalmente da co-habitação dentro de uma perspectiva de

<sup>1</sup> Arquiteta e Urbanista. Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local pelo NUMA/UFPA. Discente do PPGDSTU/NAEA/UFPA. Docente do Instituto Federal do Pará.

<sup>2</sup> Geógrafo. Mestre em Geografia pelo PPGEU/UFPA. Discente do PPGDSTU/NAEA/UFPA. Técnico da Universidade Federal do Pará.



diversidade social. Desta maneira, participar da vida da cidade é estar disposto a contemplar, perceber, e atuar nos espaços públicos efetivamente e conscientemente.

A diminuição dos espaços públicos nas cidades colabora para a precarização da vida comum, para o aumento da violência e para a apartação do cidadão da possibilidade de beneficiar-se daquilo que a cidade como construção humana coletiva produz. As singularidades, a diversidade, a multiculturalidade presentes nos espaços públicos são aspectos importantes para a conformação da sociabilidade e o surgimento de pessoas que se reconhecem como cidadãos e que se veem construtores da vida na cidade. Neles, há a necessidade do reconhecimento do outro enquanto sujeito que também tem capacidade de agir e tomar para si a responsabilidade sobre os rumos da cidade.

Neste artigo se busca analisar os espaços públicos a partir de um componente específico: o trabalho. Este elemento é aqui o catalisador do entendimento sobre a materialidade dos espaços públicos da cidade de Belém (PA) a partir de dois dos seus espaços representativos culturalmente, espacialmente vizinhos, totalmente opostos no que tange à sua intencionalidade, função e manutenção de sua estrutura. Em consequência, o significado do trabalho nestes espaços também é díspar e voltado a públicos específicos que não se relacionam mutuamente ou praticamente ignoram a presença de um e outro, apesar de entrelaçados espacialmente.

A metodologia utilizada para a coleta dos dados, análise e construção do texto se baseia no entendimento de que é na materialidade das relações sociais cotidianas, neste caso, permeada pelo trabalho nos espaços públicos (Complexo Feliz Lusitânia e Feira do Açaí) que as compreensões sobre a dimensão pública realmente se constituem. Assim, lança-se mão da abordagem materialista histórico-dialética, derivando desta, procedimentos técnicos para a apreensão do objeto.

O texto se divide da seguinte forma: no primeiro tópico se discute teoricamente *A correlação entre espaço público e trabalho* elencando as conceituações na perspectiva crítica. Em seguida, *O Complexo Feliz Lusitânia*, e *A Feira do Açaí*, são contextualizados e situados na perspectiva do bojo do trabalho, constituindo, respectivamente, o segundo e terceiro tópicos. No quarto, *Proximidade e distanciamento entre espaços coligados: ausência de interlocução* são feitas as discussões baseadas na análise das entrevistas com os sujeitos, seguindo-se às *Considerações finais*.

## 2 A CORRELAÇÃO ENTRE ESPAÇO PÚBLICO E TRABALHO

O espaço social surge com o homem, principalmente a partir das organizações em grupo e conseqüente produção de espaços. Entende-se a cidade como cerne da prática



sócio-espacial que lhe dá forma e conteúdo, resultado de longo processo histórico cumulativo.

O espaço público pode ser caracterizado como aquele no qual o acesso é livre a qualquer cidadão, respeitadas normas comuns e possibilidade de participação sem obstáculos. Desta maneira, uma praça, uma rua, uma feira, uma praia que possuam estes elementos básicos, podem ser caracterizados como espaços públicos.

O grande nó da conceituação reside nas condicionantes postas para que a qualificação do espaço seja efetivamente possível: uso, participação e exercício da liberdade. Tais condicionantes são fundamentais para a co-habitação diversificada, para que neste espaço haja convivência, permanência e conflito; oposição, entendimento e consenso, isto é, haja a possibilidade da prática de relações sociais sem que necessariamente estas sejam reduzidas, mediadas ou conformadas pelo consumo, mas que sejam espaços de encontro de pessoas livres e participativas socialmente em pleno relacionamento dialógico e político.

Podemos relacionar a existência dos espaços públicos à possibilidade de serem vistos como lugares: são espaços compartilhados pela convergência de sentidos a ele atribuídos e a práticas sociais que deles brotam. Magnani *apud* Leite (2004, p.289) diz que “é nos lugares que as pessoas vão encontrar seus iguais, exercitar-se no uso de códigos comuns, apreciar os símbolos escolhidos para marcar diferenças”. Assim, os lugares são fundamentais para a construção da noção de espaço público, pois o tornam inteligíveis.

As acepções mais presentes no trabalho teórico sobre espaço público o relacionam para além da oposição aos espaços privados, para além da qualidade dos seus usos, mas fundamentalmente pelo acesso e pela possibilidade de exercício pleno da atividade política.

Segundo Gomes (2004, p. 25) o espaço público é “o lugar onde se institui o debate, onde os conflitos tomam forma pública, onde podem surgir soluções e compromissos, onde os problemas adquirem visibilidade e reconhecimento”, onde a diversidade de opiniões, faces e visões de mundo tem a possibilidade de diálogo ou mesmo enfrentamento.

O espaço envolve o poder e o poder significa controle e dominação. Como aponta Lefebvre (1973, p. 349), o espaço possui a característica de ser “politicamente instrumental, facilitando, com isso, o controle da sociedade”, mas essa dimensão tende a ser escamoteada, uma vez que “assume uma aparência externa de neutralidade, de insignificância, de destituição semiológica e de vazio (ou ausência)”.

Lefebvre, assim, superou a concepção tradicional do espaço como um receptáculo, mas o compreendeu como sendo também nível de determinação, e confrontou a sua suposta neutralidade com sua função instrumental, destacando a complexidade e as



potencialidades do espaço, pois, na sua realidade atual, possui a possibilidade de um projeto diferente (LEFEBVRE, 1973).

Nesse contexto, o espaço é entendido como um produto, mas não um produto qualquer, nem um objeto, coisa, mercadoria ou a soma delas. Para ele não se trata apenas de um instrumento, mas sim do mais importante dos instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo intercâmbio. O espaço está essencialmente vinculado à reprodução das relações sociais de produção (LEFEBVRE, 1976, p. 34).

Na concepção de Marx (1973, p. 116), o conceito de trabalho pode ser entendido como aquele ligado à “(...) atividade teleológica de transformação da natureza e como síntese inseparável da natureza objetiva, tátil e a natureza subjetiva do homem”. O trabalho constitui o “princípio gerador” do homem e não apenas uma atividade produtiva, mas de constituição de uma natureza objetiva e de um horizonte de apreensão e transformação da realidade. O conceito apresenta dupla dimensão: a de transformação da natureza e de constituição de objetos, estes trazem o momento da objetividade de sua produção.

A concepção de Lefebvre (1991) sobre a ‘produção do espaço’ não implica numa leitura ortodoxa da produção-circulação-consumo, ou mesmo da espacialização do valor. O conceito possui um sentido histórico e sociocultural por conter uma dimensão temporal, comportando a historicidade do conceito de trabalho e uma dimensão espacial definida no momento da objetivação do trabalho concreto e do trabalho abstrato. Apesar de o autor colocar num mesmo plano o espaço social e as relações sociais de produção, não significa que tenha conferido ao espaço um papel transformador, mas sim condicionador e regulador:

As práticas espaciais regulam a vida - não a criam. O espaço não tem poder em ‘si mesmo’, nem o espaço enquanto tal determina as contradições espaciais. Estas são contradições da sociedade - contradições entre uma coisa e outra no interior da sociedade, como por exemplo, entre as forças e as relações de produção - que simplesmente emergem no espaço, ao nível do espaço, e assim engendram as contradições do espaço. (LEFEBVRE, 1991, p. 20).

Em Lefebvre o espaço socialmente produzido assume um papel interativo com as relações sociais de produção. O espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção:

[...] do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos... Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda a produção de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção (LEFEBVRE *apud* CORRÊA, 2007 p.25).

Desta maneira é necessário tomar como referência a reprodução das relações de produção e não a produção no sentido restrito dos economistas que estão baseadas principalmente no consumo. Assim, o espaço da produção definiria a finalidade geral, a



orientação comum a todas às atividades dentro da sociedade neocapitalista. “Trata-se da produção no mais amplo sentido da palavra: produção das relações sociais e reprodução de determinadas relações” (LEFEBVRE, 1973, p.144).

Sintetizando: a produção espacial se realiza de modo a viabilizar o processo de reprodução do capital e desse modo a cidade se apresenta como materialização das condições de produção. O sistema capitalista procura garantir sempre, além da reprodução dos meios de produção, a reprodução das relações sociais de produção, efetivada através da totalidade do espaço, na medida em que compreendem a reprodução do cotidiano em novos e antigos espaços, perpassados por diferentes tempos históricos - simultaneidades.

O espaço público é consequência das transformações na relação espaço/tempo, cenário da realização desigual do poder, das relações desiguais entre classes. A análise urbana perpassa à necessidade de desvendar os conteúdos da “crise da cidade”, percebida pelo aprofundamento de contradições históricas, assim como a produção de outras novas em um “movimento tríadico: persistências/ transformações/ deterioração dos lugares da vida” (CARLOS, 2007, p.27). O uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória.

Milton Santos (1985) considera que o espaço se manifesta por meio da aparência e da essência. O conceito de espaço público extrapola os fixos nele situados, considerando os fluxos que o percorrem ao longo do tempo e na atualidade, o período técnico-científico. O valor do indivíduo está associado ao lugar onde vive, e o acesso aos bens e serviços está condicionado às questões de tempo e dinheiro, determinando que os pobres são “prisioneiros do lugar”, a posição da população no território ocorre, na maioria das vezes, pela associação de forças de mercado e decisões de governo (SANTOS, 1985, p.112).

Para entender a cidade como um modo de vida, para além da visão simplista de um grande objeto, SANTOS (1985, p.114) aponta a necessidade de distinção entre os fixos públicos e os fixos privados. De um lado, a localização dos fixos privados decorrem das leis de mercado (oferta e procura), e por outro, a localização dos fixos públicos se instalam segundo princípios sociais, independentes da necessidade de lucro na operação. Assim ocorre nos “países capitalistas avançados” que buscam a “equidade social e territorial”, principalmente em relação aos serviços essenciais. No entanto, os “outros países capitalistas”, como o autor enquadra o Brasil, não promovem uma justa distribuição desses serviços essenciais, onde: “a localização dos fixos de ordem econômica e social está subordinada à lei do lucro, muito mais que à eficiência social” (SANTOS, 1985, p.114).

O modelo econômico, classificado por SANTOS (1985, p.115) como “segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais” estimula a pobreza gerada pelo modelo territorial. O acesso aos “bens sociais” é restrito pelas leis mercantis que procuram obter



lucro, muito mais que à eficiência social, o que aumenta as desigualdades sociais e o nível de pobreza, uma vez que deveriam ser entregues gratuitamente pelo poder público. Nesse contexto, o autor destaca ainda que “muitos bens produzidos de forma pública e com o dinheiro público são apropriados privativamente”.

Corrêa (1993, p. 9) define o espaço urbano como: “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais”. Assim, o espaço urbano capitalista é apontado como produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço.

Carlos (2001, p. 12) propõe três níveis de análise para a produção do espaço: *dominação política*, *acumulação do capital* e *realização da vida humana*. Estes podem ser claramente lidos no espaço público. A *dominação política* é analisada do ponto de vista das ações do poder municipal e das elites na produção ou não dos espaços públicos, se identificam na defesa dos interesses públicos e privados. A *acumulação de capital* é abordada pelo surgimento de novos produtos imobiliários que aumentam a reprodução e a circulação do capital, em último caso, estimulando a obsolescência de antigas formas e conteúdos, apresentando a cidade ou parte dela na embalagem de um novo produto a ser comprado ou consumido. Finalmente, a esfera da *realização da vida* materializa-se nos espaços públicos que possibilitam práticas cotidianas de lazer, de consumo, de circulação etc.

Na atualidade a denominação de espaço público, principalmente relacionada aos produtos imobiliários criou certa confusão e, de certo modo, desafiam o conceito. Os novos espaços criados pelo capital são falsamente públicos e são muitas vezes caricaturas da vida social, negando ou ocultando as diferenças e os conflitos, tornando a sociabilidade mais segregada, em último caso, negando a existência de conflitos. Para Carlos (2001, p. 36), essas transformações esvaziam o espaço público de seu sentido tradicional de lugar que possibilita as relações sociais, retirando e negando o acontecer do imprevisto, da improvisação, do espontâneo, da convivência, dos encontros, dos conflitos, das rotinas e dos desacordos. As relações sociais passam a ser mediadas por normas e organizadas em função do consumo, representando práticas de exclusão, pois os espaços são vigiados e controlados.

A oposição ou a não interlocução entre os espaços públicos palco deste texto, relaciona-se exatamente a esta característica como veremos adiante. A atuação do estado na transformação de um espaço público requalificando seus usos e o proposital esquecimento de outro – no qual os usos serão pouco regulados – permitem diferenciações



na compreensão da característica de público, principalmente na questão do trabalho se vinculado diretamente a tais espaços.

O método regressivo-progressivo, utilizado nesse artigo como base de análise do espaço produzido, pressupõe uma dupla complexidade da realidade social: horizontal e vertical, das quais se originam os procedimentos metodológicos de identificação e resgate das temporalidades desconstruídas e coexistentes. Inicialmente, a complexidade horizontal é identificada e descrita pelo pesquisador, expressando as diversidades de relações sociais, sem ainda identificar o tempo de cada relação. Em seguida, analisa-se a coexistência das relações sociais que tem datas desiguais, ou seja, épocas específicas, compreendendo a complexidade vertical da vida social. Há ainda o terceiro momento desse método, onde o pesquisador deve ir ao reencontro com o presente, trazendo à tona o “percebido pelo concebido teoricamente e define as condições e possibilidades do vivido” (MARTINS, 1996, p.20-23).

### 3 O COMPLEXO FELIZ LUSITÂNIA – O FORTE DO PRESÉPIO

O Complexo Feliz Lusitânia surgiu do projeto homônimo e foi realizado em etapas diferenciadas que abarcaram reformas, adaptações, transformações espaciais e utilitárias dos prédios remanescentes dos séculos XVII e XVIII em Belém. Foi concebido pela Secretaria Executiva de Cultura do Estado do Pará no final da década de 1990, fazendo parte de uma reestruturação maior que na ótica de seus idealizadores, procurava modernizar espaços tradicionais da cidade, mantendo suas características arquitetônicas o mais próximo ao original, em um artifício decididamente voltado à “venda” da cidade com uma proposta turística e social claramente definida.

Segundo Costa (2005, p.3):

Tal projeto foi audacioso, haja vista, a grandiosidade do mesmo e o número de críticas, positivas ou não, que recebeu pelas implementações feitas nos antigos Palácio Lauro Sodré, atual Museu do Estado do Pará (MEP); Palácio Episcopal, hoje Museu de Arte Sacra (MAS); Forte do Castelo, agora Forte do Presépio; e em todo complexo Feliz Lusitânia. Como resultado, tais modificações foram consideradas como referência em restauração patrimonial pela UNESCO.

A retomada não se faz apenas no que tange à arquitetura, mas também nos discursos sociais sobre patrimônios que passam por uma revitalização. De todas as edificações e monumentos envolvidos no projeto Feliz Lusitânia, vale ressaltar que nenhum despertou a arguição tão ferrenha da sociedade, quanto o Forte do Presépio, quando de sua revitalização.

O Forte do Presépio, em Belém do Pará, até o ano de 2000, foi cristalizado na memória das pessoas como o “Forte do Castelo”, denominação comum ao imaginário social até final do século XX. Desde a década de 1960, funcionou como espaço do Círculo Militar.



A memória recente da sociedade local estava relacionada com esta construção social. O monumento era, então, espaço de diversão e lazer como clube social. Mesmo sendo o marco zero da cidade, o Forte tinha uma significação mais atrelada ao exército e ao uso que lhe era dado por este. Cabe ressaltar que a administração do espaço após a requalificação tornou-se responsabilidade, em um arranjo caracterizado como Parceria Público-Privada, característico do momento “estratégico” no qual os espaços públicos requalificados são repassados a terceiros como forma de diminuir a responsabilidade do estado que nesta perspectiva concede, além da administração, o direito de exploração e uso do espaço público.

Tal reestruturação se relacionou a um contexto internacional maior no qual o planejamento urbano estratégico se tornou pauta do dia, mesmo que criticado por importantes teóricos, consolidou-se como projeto nas principais cidades brasileiras.

O modelo de planejamento estratégico de cidades chega à América Latina, passando a ser adotado em cidades brasileiras, com a formulação de planos estratégicos, desde a década de 1990. Em muitas cidades, porém, o padrão de produção da cidade não se deu de acordo com o modelo adotado internacionalmente, mas desenvolveram uma espécie de empreendedorismo periférico (SILVA, 2012), no qual buscam construir atributos para qualificarem sua inserção no cenário competitivo internacional e regional, através da imitação de outros centros urbanos.

Dentre as críticas feitas a este modelo de planejamento, destaca-se a obra intitulada “A cidade do pensamento único: desmanchando consensos”, na qual Carlos Vainer, Otília Arantes e Ermínia Maricato fazem uma análise exaustiva sobre o planejamento estratégico, suas características e ferramentas. Carlos Vainer (2009) se utiliza de três analogias para explicar criticamente a leitura da cidade a partir da ótica dos defensores do planejamento estratégico de cidades: a cidade-mercadoria, a cidade empresa e a cidade-pátria. A cidade-mercadoria remete à cidade como uma coisa, um objeto de luxo, o qual deve ser preenchido de atributos e embelezado para melhor ser vendido para aproveitamento de uma demanda solvável. De acordo com essa visão, alerta Vainer (2009, p. 83): “a cidade não é apenas uma mercadoria, mas, sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis”.

Dentro desse contexto, para promover a cidade para o exterior (no intuito de atrair “investidores e visitantes solventes” e dinamizar sua economia), é necessário gerar um consenso entre os cidadãos, os quais precisam confiar nos rumos da gestão. Para isso, vale construir grandes obras de caráter monumental, as quais têm a capacidade de gerar um



sentimento de pertencimento, de patriotismo pela cidade, que é também o extermínio da crítica e do debate.

Dada à necessidade de refuncionalizar os espaços, alguns deles foram simplesmente deixados de lado, tal como a Feira do Açaí, que praticamente anexa ao Forte, desempenha uma função não condizente com os auspícios do empreendedorismo periférico, estando assim, em desacordo com a nova funcionalidade proposta para os espaços do Feliz Lusitânia.

Trindade Jr. (2004) observa que a tendência do padrão de urbanização ribeirinha, característico da cidade de Belém, considerando os aspectos naturais e o processo histórico da região, foi rompido pela padronização espacial. Assim, identifica-se uma malha urbana peculiar marcada por descontinuidades socioespaciais, que representa a relação dialética entre a forma metropolina e aspectos da vida social regional. A Feira do Açaí foge das regras da padronização ou de uma estratégia deliberada, configurando um processo de resitencia espacial.

Os espaços públicos urbanos de Belém devem ser trabalhados para além de uma visão homogênea, mesmo frente as semelhanças nos aspectos físicos ou sua proximidades locais, uma vez que guardam em si práticas sócio-espaciais singulares, propondo pensar a cidade através da relação espaço-tempo, capazes de expressar esses modos diferenciados da ação social. Nesse sentido, o processo de produção do espaço urbano está associado por um lado às possibilidades de articulação entre formas de uso e de abstração do espaço e, de outro, pelo conflito de interesses que orientam as ações do Estado.

#### 4 A FEIRA DO AÇAÍ

A cidade de Belém tem sua origem marcada no contexto do Brasil Colônia, na primeira metade do século XVII, inserida no processo de conquista territorial que envolve a inserção de pontos de defesa, povoamento e expansão do cristianismo, que caracterizou a arquitetura das primeiras construções. Inicia-se a conexão comercial intercontinental da cidade, a partir da ligação direta da colônia ultramarina com a metrópole, e exportação de diversos produtos da floresta, atingindo o ápice com a exportação da borracha natural, que alterou profundamente a paisagem da cidade.

A característica de entreposto comercial é conferida à Belém até os dias atuais, e o rio é uma das principais vias de interligação da capital com o interior, com a navegação e as trocas comerciais, conectadas a partir das estruturas portuárias (XIMENES, 2015, p.44). Neste contexto, a Feira do Açaí, localizada nas proximidades da “Ladeira do Castelo”, considerado o embrião da nucleação urbana de Belém, reflete uma das principais marcas da



paisagem urbana amazônica, nessa histórica relação do rio com a cidade. No entanto, sempre foi um espaço marginalizado, “esquecido” pelo poder público, utilizado principalmente pela população de baixa renda, e atividades secundárias. Atualmente, o espaço da Feira do Açaí, é utilizado como entreposto comercial do açaí, e também no embarque/desembarque de pessoas e mercadorias diversas dos vilarejos e municípios próximos a Belém, em especial da região do Arquipélago do Marajó.

A Feira do Açaí, pertence ao Complexo do Ver-o-Peso, cartão postal da cidade e elemento de grande simbolismo no cotidiano da cidade, é aqui o outro espaço público objeto de análise. Apesar de geograficamente estar vizinho ao Forte do Presépio, não foi abarcado pela reestruturação na qual o Forte e os demais prédios contemplados pelo Projeto Feliz Lusitânia.

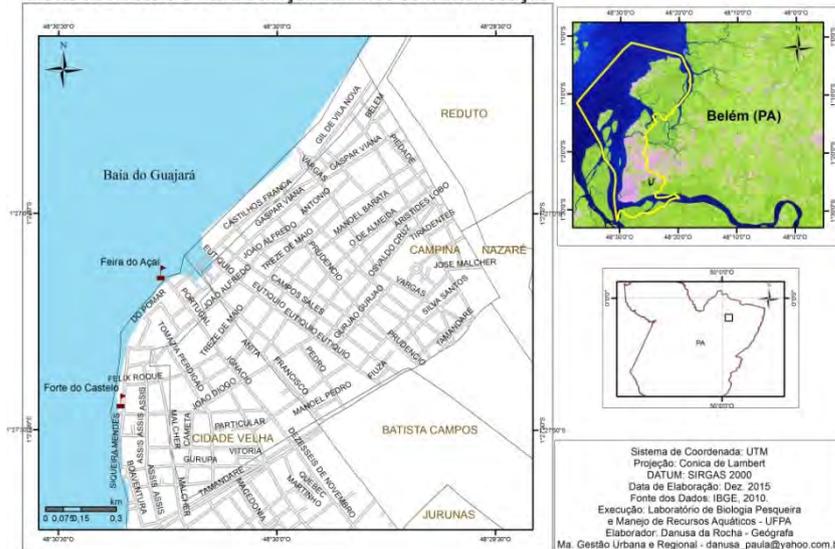
A Feira data do século XVIII e durante os anos de 1970 e 1980 estava intimamente ligada à noite da cidade e sua programação cultural. Shows de música popular, comércio de comidas e bebidas típicas e apresentações teatrais fizeram da Feira um dos principais redutos da boemia belemense nestas décadas, papel que deixou de desempenhar após ser deixada em total abandono, ficando restrita ao comércio de açaí, à atividade de alguns pequenos bares e lanchonetes e embarque e desembarque de pequenos barcos. Atualmente ela contrasta com seu vizinho reestruturado, na qual a funcionalidade, a segurança e a manutenção são totalmente opostos.

É a partir destas observações que a análise das entrevistas se pauta: considerando o elemento trabalho como chave para entendermos a compreensão do significado do conceito de espaço público, a dimensão da estruturação dos espaços na perspectiva da relação do sujeito materialmente dependente desta relação com espaços tão diferentes, mas que são responsáveis pelo sustento de suas famílias e sua reprodução social, além da visão sobre o antagonismo presente nos dois lugares tão próximos fisicamente, mas distantes simbólica, estrutural e materialmente.

Mapa 01: Forte do Presépio (ou Castelo) e a Feira do Açaí.



**Forte do Castelo e Feira do Açaí: vizinhos sem interlocução.**



Fonte: elaborado por Danusa da Rocha, 2015.

## 5 PROXIMIDADE E DISTANCIAMENTO ENTRE ESPAÇOS COLIGADOS: AUSÊNCIA DE INTERLOCUÇÃO

Etimologicamente, o termo *interlocução* pressupõe a existência de sujeitos que se comunicam a partir de situações da realidade social concreta em que se encontram. Originalmente significa diálogo, mas o significado foi estendido a toda forma de interação e comunicação entre os sujeitos. Com base no aporte metodológico e com intenção de nos aproximarmos da problemática, foram realizadas 12 entrevistas semiestruturadas com 12 sujeitos escolhidos por desenvolverem atividades de trabalho nos espaços, sendo metade, trabalhadores da Feira do Açaí e metade composta por trabalhadores ligados ao Complexo Feliz Lusitânia, mas especificamente ao Forte do Presépio. Não temos a presunção de esgotarmos a análise sobre o conteúdo partindo desta amostragem, mas a consideramos representativa dos trabalhadores daqueles espaços (vendedores ambulantes, guardas de segurança privada, taxistas, cozinheiras, proprietários de bar, carregadores, motoristas de transporte de cargas, entre outros). Como critérios para a escolha, foi definido que o entrevistado desenvolvesse atividades de labor há pelo menos um ano ininterruptamente.

Considerando os espaços públicos aqui elencados, e verificando nas falas dos sujeitos que efetivamente trabalham nestes espaços, ratificamos a que as dinâmicas de trabalho são diferentes em vários aspectos. No Forte, há maior controle das atividades informais que são ordenadas pela Secretaria de Economia do Município, como nos disse E1, 53 anos, vendedora de água de côco:

Trabalhamos aqui desde 2001, mais ou menos, e somos autorizados pela SECOM, mas já estávamos trabalhando nas festas do Círculo Militar desde 1990, eu acho. Depois que houve a *reforma*, nós viemos pra cá vender água de côco. Aqui é bem organizado e não pode qualquer pessoa tentar



vender alguma coisa sem ser cadastrado e ter autorização. Nós mesmos ficamos atentos pra qualquer pessoa que venha pra cá... Ano passado tivemos uma capacitação e até curso de inglês e espanhol algumas pessoas fizeram, mas eu não pude porque adoeci. *Grifo nosso.*

Na Feira, por sua vez, o controle das atividades é mais flexível, como frisou E6, 48 anos motorista de caminhão de cargas:

Aqui só não pode entrar com o carro antes das oito horas da manhã por causa da Feira que funciona até esse horário, mas já venho pra cá há uns cinco anos e nunca tive problemas coma SECOM. O único problema que eu tenho nem é aqui. A CTBEL (*atual Semob, Secretaria de Mobilidade Urbana Municipal*) é que não deixa a gente entrar para o Comércio (*bairro*) e por isso a gente estaciona aqui e um veículo menor vem pra apanhar as mercadorias pra levar para a loja. Nunca fui abordado por ninguém fiscalizando aqui na Feira. **Grifos nossos.**

O controle do trabalho nos espaços público se dá na perspectiva posta de duas formas: rígida ou flexível, relacionando o ambiente de acordo com a função estabelecida para o espaço no qual trabalha. O fazer cotidiano se imbrica com a identidade pensada para o espaço que se torna *lócus* da reprodução social do sujeito.

O trabalho descrito por Lefebvre enquanto categoria de análise não se reduz à exploração apenas da natureza objetiva das condições materiais e imateriais da produção em geral, mas a compreensão do que está além da exteriorização da ideologia e da objetivação das formas concretas, o que conduz à compreensão da própria gênese cultural do Homem. O homem histórico, neste caso, resulta do seu próprio trabalho.

No tocante à interpretação ou tentativa de construção do conceito daquilo que vem a ser espaço público na ótica dos trabalhadores, as visões são difusas, mas convergem no aspecto acesso, como disseram E2, 39 anos, carregador e E5, 28 anos, segurança, respectivamente trabalhadores da Feira do Açaí e do Forte do Presépio:

Pra mim o espaço público é isso aqui (*apontando para a Feira*). Todo mundo pode entrar sem pagar. Eu acho que é isso, não é? Se tivesse que pagar, não seria público. *Grifo nosso.*

Eu acho que é o lugar onde as pessoas podem frequentar livremente, sem ter que pedir autorização. Nosso trabalho aqui é observar e não deixar que as pessoas que vêm depredem o patrimônio. Aqui é um espaço público porque todo mundo pode entrar, mas tem as regras, como não pisar na grama ou subir nos canhões. Mas é um lugar público.

Lefebvre *apud* Gottdiener, (2010, p. 129-130) diz que “o espaço tornou-se para o Estado, um instrumento político de importância capital. O Estado usa o espaço de uma forma que assegura seu controle dos lugares, sua hierarquia estrita, a homogeneidade do todo e a segregação das partes. É assim, um espaço controlado administrativamente e mesmo policiado”. A organização ou o *design* espacial, portanto, obedece a uma estrutura de poder.



Os espaços, em nosso caso, obedecem a uma hierarquia clara e objetiva: para a concretização do *design*, a forma disposta é de maior ou menor controle. Na Feira, há a diminuição do controle, uma vez que as atividades desenvolvidas ali são consideradas menos *estratégicas* do ponto de vista do planejamento, já no Forte acontece justamente o inverso, uma vez que o espaço é considerado estrategicamente importante para o alcance dos objetivos pensados com a requalificação.

Sobre a identificação do espaço oposto (trabalhadores da Feira falam sobre o Forte e os do Forte falam sobre suas impressões da Feira) como espaço público, E1, 44 anos taxista e E4, 57 anos, vendedora de balas, têm opiniões bastante interessantes:

Eu faço ponto na Feira há vinte e oito anos aqui e acompanhei as mudanças que aconteceram aqui. Antes de reformarem o Forte tinha festa todo final de semana, mas era mais a molecada que vinha. Depois ficou sendo um lugar que vem mais turista. Lá é tudo organizado, tem segurança... Não dá pra comparar com a Feira que é essa bagunça que você tá vendo. Aqui tem venda de droga, lá não... Aqui vem um tipo de gente, lá vai outro tipo... Aqui trabalha muita gente, tem carregador, vendedor, o pessoal dos barcos. Lá não tem isso. É feito pra turista, né?

Aqui é tudo limpo. Lá na Feira, se o pessoal da prefeitura não limpar todo dia, já viu... Conheço todo mundo daí, mas trabalhar aqui é melhor porque é mais seguro pro cliente e pra nós. Não dá turista lá porque tem muito assalto, tem ponto de droga, o pessoal não vai lá, só quem trabalha mesmo. Eu acho que não é lugar pra turista, é muito sujo... Aqui vem muita gente de escola, aí embaixo não dá. Aqui vem gente com máquina fotográfica, gente mais arrumada, lá se ficar com esse teu celular assim (*gravando a conversa*), vai acabar sendo roubado... *Grifo nosso*.

Ao delimitar as fronteiras que separam os regulares/formais dos irregulares/informais, o modelo de exclusão territorial que define a cidade brasileira é muito mais do que a expressão das desigualdades sociais e de renda, mas da delimitação de espaços especificamente destinados a públicos ou *clientela* distintos pela renda. Em uma cidade dividida entre a porção rica, legal e infraestruturada e a porção pobre, ilegal e precária, a população desfavorável acaba tendo muito pouco acesso às oportunidades econômicas e culturais oferecidas pelo ambiente urbano.

Nos casos da Feira e do Forte, esta separação se dá pela “necessidade” que o poder público tem de concentrar usos diferenciados, e uma *clientela* também diferenciada para cada espaço, que embora coligados, não dialogam e não se relacionam.

Sobre a proximidade dos espaços e a ausência de interlocução, o entrevistado E2 é bem objetivo na afirmação de que não há nenhuma relação:

Não tem nenhuma relação entra a Feira e essa parte de cima. Eu acho até que a prefeitura não faz nada aqui pra acabar com a Feira mesmo... Deixa esse negócio aí... E cuida de onde vai mais gente importante.

A fala do entrevistado é sintomática no sentido que correlaciona o abandono de um espaço e a intenção do poder público em conservar o outro, segundo o sujeito, de dar maior



suporte intencionalmente ao espaço considerado estratégico “... *aonde vai mais gente importante*”. Logicamente que o sujeito ao misturar as atribuições de gerenciamento (do Forte, por uma Organização Social) e administração (da feira pela Secretaria de Economia do Município) desconhece o limite entre um e outro, mas reflete sobre a desconexão ou ausência de interlocução entre os espaços que não convergem e se distanciam totalmente.

Já o entrevistado E4 faz uma conexão importante sobre a reestruturação do espaço e seu uso atual (Forte), ratificando o que Vainer (2009) pressupõem sobre a estruturação ou requalificação de espaços para adaptação da cidade ao cenário global, tornando a cidade mercadoria para atração de visitantes:

As coisas aconteceram aqui porque fazia parte do projeto (*Feliz Lusitânia*). A Feira não fazia parte e acabou ficando desse jeito. Eles (*governo do estado*) queriam que a cidade ficasse bonita e ajeitada pra receber gente de fora. Isso aqui era muito feio, era abandonado também. Mas eu acho que aqui e a Feira não tem relação nenhuma, mas estão muito próximos, né? Só que ninguém faz nada pra melhorar, as próprias pessoas que trabalham na Feira também não ajudam... *Grifos nossos*.

Assim, a qualificação do espaço e o acesso, são, em princípio, indicadores, mas é a possibilidade de participação na vida política com liberdade subjetiva. Segundo Gomes (2004, p. 24), “uma arena de debates”, na qual os sujeitos livres têm possibilidade de dialogar e estão em co-participação”. Não obstante, não se pode ignorar, que a atuação da diversidade sobre o espaço público é desigual e propositalmente articulado, pois coaduna com a lógica do sistema capitalista que o sustenta e vê na desigualdade a pressuposição de sua sobrevivência. O espaço público é fundamentalmente desigual para quem com ele se relaciona intimamente.

O Complexo Feliz Lusitânia foi concebido para ser homogêneo, hierárquico, regulado, valorizar o quantitativo diferenciado, negar as vivências, muito mais como espaço-produto unilateral, se contrapõe ao espaço social (Feira do Açaí) que apesar da precariedade material, mantém as relações horizontais entre sujeitos, por meio do comércio, do uso como porto para embarque e desembarque de pessoas, pelo cotidiano vivaz de ambulantes, feirantes, transeuntes, turistas e trabalhadores e suas formas de apropriação totalmente opostas ao caráter hermético e exclusivista do espaço vizinho fisicamente, concebido como produto, sob outra lógica.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a diferenciação do uso, manutenção ou não da forma e conservação da estrutura refletem nas condições materiais de existência dos trabalhadores,



no sentido que sua apropriação e percepção do elemento público se tornam totalmente diferenciados.

Os trabalhadores compreendem o espaço público pelo viés do acesso, principalmente, sem conexão com atividade ou ação política, pelo menos *a priori*. Compreendem que a atividade laboral que executam faz parte de uma lógica que tem na atração de visitantes ou na prestação de serviços no espaço público, entendidas como atividades importantes, mas relacionadas especificamente aos usos que o espaço público tem, isto é, não estão desatreladas da intencionalidade que o poder público concebeu para estes espaços. Predominado a força do capital na produção do espaço, pendenciando para um espaço homogêneo, quebrado e hierarquizado.

O conflito ou a oposição que se estabelece entre os espaços é identificado pelos sujeitos como resultado da estratégia de requalificação do espaço, ratificando a hipótese inicial do trabalho. O “esquecimento” pelo poder público ganha sentido na lógica do empreendedorismo periférico, para dar vazão à outra atividade inegavelmente importante para a cidade e seus habitantes, mas que não possui o *status* e o *glamour* que a intencionalidade posta para o Forte dentro do Projeto Feliz Lusitânia agregou. A ausência de interlocução representa mais a fundo, e na lógica estratégica, uma complementaridade de funções que apesar de distintas, atendem parcelas diferenciadas da população e executam funções também desiguais.

Também é possível depreender que a desigualdade entre os espaços é, sobretudo, relativa à destinação do uso, no sentido de uma hierarquia espacial e social, conferindo maior importância ao espaço dedicado ao turismo e a seletividade que dele resulta, do que propriamente ao espaço das trocas e circulação que deve ficar escondido, pois estrategicamente não agrega valor à finalidade que o espaço *mais importante* hierarquicamente possui.

## REFERÊNCIAS

- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8. Ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 11-84.
- \_\_\_\_\_. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001, p. 19-44.
- CORREA, R. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1993. p. 01-35.
- \_\_\_\_\_. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 85-124.
- GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2010, p. 37-86.
- COSTA, D. F. Valorização Patrimonial: as relações entre restauração, política e memória social, nas intervenções em monumentos históricos em Belém do Pará. **Anais Encontro da ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História** – Paraná: Londrina, 2005.



- GOMES, P. C. C. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: \_\_\_\_\_. CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2012. p. 19-41.
- HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. Loyola: São Paulo, 1989.
- \_\_\_\_\_. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo, Annablume, 1981.
- LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. (Tradução Roberta Tavares). Blackwell Publishing (EUA), 1973.
- \_\_\_\_\_. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ed. Ática, 1976.
- \_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 1991, p. 103-117.
- \_\_\_\_\_. **A Cidade do Capital**. Tradução: Maria H. R. Ramos; Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LEITE, R.P. Política dos usos: a construção dos lugares no espaço público. In: \_\_\_\_\_. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004, p. 284-319.
- MARTINS, J. S. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, J. S. (org.) **Henri Lefebvre e o retorno a dialética**. São Paulo: Ed. Hucitec. 1996. p.13 – 23.
- SERPA, Ângelo. Acessibilidade. In \_\_\_\_\_. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 09-39.
- SANTOS, M. Território e cidadania. In: \_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1985. p. 111-133.
- SILVA, E. R. O Planejamento Estratégico sem plano: uma análise do empreendedorismo urbano no Brasil. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n.º 2. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, 2012. Pág. 279 a 306.
- SOBARZO, O. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 19, 2006, pp. 93-111.
- SOUZA, M. L. Cidades Fragmentadas, medo generalizado: das « áreas de risco » à « ubiquidade do risco » In: \_\_\_\_\_. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 51-91.
- SOUZA, C. B. G. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. La contribution d'Henri Lefebvre à la réflexion spatiale urbaine de l'Amazonie. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de geografia**, n. 5, 2009.
- TRINDADE JR., S. C. C. Espacialidades e temporalidades na dinâmica das formações urbanas. **Revista cidades**. Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos, V.1, n.2,p. 241-258, jul-dez 2004.
- VAINER, C.; ARANTES, O.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- XIMENES, J. Belém do Pará: cidade e água. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, **Cadernos Metrôpole** v. 33, 2015, p. 41-60.

**GT 13 – Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações,  
novas formas de dominação?****DA PEDRA AO MERCADO E DO MERCADO À CIDADE:  
UMA ETNOGRAFIA DA CIRCULAÇÃO DO PESCADO NO VER-O-PESO EM  
BELÉM-PA<sup>1</sup>**

SILVA, Luiz de Jesus Dias<sup>2</sup>(UFPA)  
(ljesusds@hotmail.com)  
RODRIGUES, Carmem Izabel<sup>3</sup>(UFPA)  
(cir@ufpa.br)

**RESUMO**

Este artigo tem o objetivo de apresentar a circulação do pescado do entreposto pesqueiro do Ver-o-Peso na malha urbana de Belém do Pará, que se realiza contando com redes sociais formadas por pessoas em interação comercial que garantem tal movimentação desde a pesca até o consumidor final. O problema enfrentado é compreender como essa comercialização que foi iniciada ainda no período colonial brasileiro, permanece, presentemente, central no maior mercado popular da cidade e economicamente funcional à própria cidade. A circulação do pescado no Ver-o-Peso assume importância cultural, histórica e econômica para a vida social de Belém. Houve a investigação quanto a origem desse espaço de entreposto pesqueiro no Ver-o-Peso, como lugar de inter-relações e suas especificidades, desde a Pedra do Peixe, onde chega o pescado a ser distribuído na malha urbana de Belém. O fluxo do pescado tem como a fase de início e reinício constante em um ciclo interminável, a preparação da tripulação e suas embarcações pesqueiras para uma nova jornada que, ao tempo em que encerra a venda de uma carga de pescado, a ser distribuído em Belém e outras localidades, finaliza um ciclo, e se inicia de modo concomitante, o preparo da próxima viagem em busca de peixe para venda nesse local, novamente. O pescado distribuído em Belém chega *in natura* aos consumidores finais que o encontram nas feiras, mercados, supermercados e outros pontos de venda da cidade e mais, ainda, nos seus restaurantes diversificados, em forma de pratos regionais preparados aos apreciadores desse cardápio. Rede social é um termo de múltiplos usos e nesta pesquisa, tem o sentido que vai alcançar um conjunto de pessoas que estão envolvidas na comercialização do pescado, incluindo opções de transporte e de logística de circulação na malha urbana da cidade. Para sustentar conceitualmente a pesquisa foram consultados Penteadó (1968, 1973), Barnes (2010), Mauss (2003) e Santos (2008, 2011). Nas considerações finais há uma reflexão quanto à rede de comercialização do pescado e seus aspectos econômicos, sociais, culturais, buscando responder sobre o que faz com que a circulação do pescado em Belém permaneça até a atualidade, com muito vigor, tendo o Ver-o-Peso como centralidade do seu fluxo e a importância de sua permanência, até os dias atuais.

Palavras-chave: Circulação; pescado, redes sociais; Ver-o-Peso; Belém do Pará.

**1. INTRODUÇÃO**

<sup>1</sup> O artigo é um recorte da tese de doutoramento do autor, apresentada no programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia-PPGSA/IFCH-UFPA, intitulada Pedra, redes e malha na circulação do pescado do Ver-o-Peso ao meio urbano de Belém do Pará (2016).

<sup>2</sup>Doutorado em Ciências Sociais-Antropologia (PPGSA-UFPA), docente da FAU/ITEC-UFPA.

<sup>3</sup> Doutorado em Antropologia (PPGA-UFPE), docente da FACS e PPGSA/IFCH-UFPA. Orientadora do primeiro autor.



A comercialização diária, a partir da Pedra do Peixe<sup>4</sup> do Ver-o-Peso faz parte da cadeia produtiva<sup>5</sup> do pescado e da grande rede de circulação que teve sua gênese no período colonial na cidade de Belém do Pará, quando o pescado desembarcado ali era utilizado, inclusive, como meio para pagamento de funcionários públicos e autoridades eclesiais (CRUZ, 1973, p. 277). O aumento de sua produção e desembarque, ao longo do tempo, demonstra sua relevância para o mercado local, desde a fundação da cidade aos dias atuais, indo ao encontro da premissa de que “as cidades são entidades sociais criadas por processos econômicos, sobretudo o comércio” (BECKER, 2013, p. 18).

Os diversos sujeitos desse mercado atuam em um conjunto de espaços coletivos onde história e cultura se interpenetram, transformando práticas e atualizando sentidos, como é possível perceber nas antigas e novas formas de uso do espaço do Mercado de Carne e do Mercado de Peixe do Ver-o-Peso, na variedade de produtos regionais que transbordam sobre a Avenida Boulevard Castilhos França, em pleno centro histórico de Belém do Pará, imprimindo-lhe suas cores, cheiros, sabores e sons, na manutenção do encontro – nas madrugadas – entre o ribeirinho e o urbano na Feira do Açaí e na Pedra do Peixe que, por sua vez, demonstra vitalidade, resistindo contra tentativas de sua extinção como entreposto pesqueiro secular.

Esse entreposto pesqueiro protagoniza e existência de um importante mercado local, e está sujeito às pressões reguladoras do Estado e a diferentes interesses privados. Uma etnografia que evidencie a complexidade e a relevância das práticas e relações existentes na Pedra do Peixe ou, simplesmente, Pedra, pode vir a oferecer aos tomadores de decisão uma importante ferramenta de análise que leve em conta os pontos de vista dos nativos e seus *modus operandi*, muito bem compreendidos e aceitos pela população local.

As pessoas fazem circular o pescado através de redes sociais, aqui consideradas como modelos analíticos para a compreensão das interconexões entre os sujeitos que compõem determinado sistema social (BARNES, 2010, HANNERZ, 2015). As Redes “são as interconexões” (BARNES, 2010) dos sujeitos que buscam colocar o pescado da Pedra em movimento, em circulação.

---

<sup>4</sup> Pedra do peixe, Pedra do Ver-o-Peso ou simplesmente “Pedra” é um espaço na calçada lateral que margeia a doca das embarcações separando-a da rua do mercado de peixe, ao final da Avenida Portugal, que é o ponto de concentração do pescado que chega ou sai para comercialização em Belém (CORRÊA e LEITÃO, 2010: p. 103; SILVA e RODRIGUES, 2012: p. 337).

<sup>5</sup> Cadeia produtiva envolve um conjunto de atividades inter-relacionadas que podem ser separadas, incluindo diferentes aspectos de produção e comercialização por setor (SOUZA JÚNIOR, 2010, p. 25)



A circulação<sup>6</sup> compreende o processo pelo qual o pescado é distribuído, a partir da Pedra, por meio de seus diferentes sujeitos. Essa distribuição comporta as sucessivas trocas comerciais de compra e venda, as remunerações realizadas com o pescado, as cortesias, aparentemente gratuitas, empreendidas no próprio entreposto, no Mercado de Ferro, nos mercados e feiras de bairros, nos supermercados e outros locais da cidade. Mas circulação – originalmente – tem um sentido bem mais extenso, indo além das trocas de mercadorias. Em urbanismo, circulação é mobilidade de pessoas, de transporte nas vias urbanas, de logística, o que não necessariamente vai de encontro à circulação de mercadorias pela malha urbana da cidade, como aqui se trata, mas complementa esse sentido.

A rede social<sup>7</sup> que abrange os sujeitos em torno do pescado é uma abstração que representa o modo como esses atores sociais se conectam para fazerem circular o pescado em Belém. Segundo Barnes, é um conceito útil “na descrição e análise de processos políticos, classes, relação entre um mercado e sua periferia, provisão de serviço e circulação de bens e informações em meio social não estruturado, manutenção de valores e normas pela fofoca, diferenças estruturais entre sociedades tribais, rurais, urbanas e assim por diante” (BARNES, 2010, p. 173).

Assim, esta pesquisa utilizou os conceitos de redes sociais para demonstrar que pessoas se associam para diversas atividades e processos; no caso analisado, para fazer circular o pescado na malha urbana de Belém do Pará, tendo a Pedra como centralidade física e social, essencial para o fluxo da cadeia produtiva do pescado. O trabalho foi dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira parte trata da origem da Pedra e do próprio Ver-o-Peso; a segunda parte trata das Redes Sociais com sua teoria e realidade; a terceira parte traz a pesquisa etnográfica na Pedra do Peixe; nas considerações finais há uma reflexão quanto à rede comercial do pescado, nos seus aspectos legais, econômicos, sociais e culturais, resumindo os aspectos discutidos e analisados ao longo da pesquisa, e a mais provável diretriz que leva à permanência vivaz desse mercado de pescado na cidade, o qual tem a Pedra como centralidade, culminado com proposições, advindas principalmente dos trabalhadores que atuam nessa Rede.

## 2. ORIGEM DA PEDRA DO PEIXE E DO VER-O-PESO

---

<sup>6</sup> Circulação, para Marx (2008, p. 79), é o conjunto dos processos que envolvem o intercâmbio de mercadorias, “a troca social da matéria, isto é, a troca dos produtos particulares dos indivíduos privados [que] cria ao mesmo tempo relações sociais determinadas de produção nas quais os indivíduos entram nessa circulação da matéria”.

<sup>7</sup> Rede social, neste trabalho, segue o conceito estipulado por Barnes, sendo “uma abstração de primeiro grau da realidade e contém a maior parte possível da informação sobre a totalidade da vida social da comunidade à qual corresponde (BARNES, 2010, p. 179).



Historicamente, o Ver-o-Peso nasceu logo após a fundação de Belém, a partir do uso constante da pequena enseada formada na foz do Igarapé do Piri, local onde era praticado o embarque e desembarque de pessoas e especiarias na cidade, na segunda década do século XVII, em plena gênese do domínio colonial português sobre o Norte do Brasil. Havia nesse local um porto de praia, criado espontaneamente pelos habitantes da cidade, em função de sua localização geográfica estratégica, e que inicialmente funcionou informalmente para embarque e desembarque das pessoas e principalmente das drogas do sertão. Em 1625, a representação da administração local do Reino português sentiu a necessidade de ter o domínio sobre todos os produtos que eram trazidos ou levados da cidade, vindo a criar um posto para taxação desses produtos. Nesse ano, “o Senado da Câmara (...) obteve do Governador a doação da renda do Ver-o-Peso, orçada em cento e cinquenta mil réis” (CRUZ, 1973, p. 107), para auxiliar nas despesas correntes<sup>8</sup>.

O complexo Ver-o-Peso iniciou, desse modo, a partir da necessidade de controle tributário pela administração local da Colônia, como um pequeno posto de verificação das mercadorias que saíam da região por via fluvial. Com o passar dos anos foi crescendo e se transformando lentamente, mas com certa complexidade, nesse conjunto de prédios, feiras e mercados, onde diariamente a população se aglomera para satisfação de necessidades específicas em um ambiente de circulação, trocas e outras relações sociais.

Bastou um trapiche construído rusticamente na ribeira, em pleno século XVII, uma balança para taxar os produtos desembarcados ou embarcados e uma população carente de abastecimento e que pouco a pouco foi se apropriando daquele espaço, para dar início ao aglomerado mercantil que resiste vigorosamente nesta segunda década do século XXI. O Ver-o-Peso, originou-se como um porto natural, semelhante às praias de água doce que conhecemos nos dias atuais, e do qual a povoação se apropriou. Segundo Euler Arruda (2003), a concentração de pessoas na margem direita do Igarapé do Piri, permitiu que esse espaço se potencializasse como o principal ancoradouro e conseqüentemente o principal ponto de comercialização; pois

[...] a nova concentração de colonos e comércios fez com que o desembarcadouro da praia do Forte venha a se deslocar para a margem direita do Igarapé do Piri, ficando como ancoradouro principal da cidade

---

<sup>8</sup> Sobre a precisão da data de origem, Cruz (1973, p. 107) afirma que “A casa do Ver-o-Peso, Mesa Fiscal, onde eram pagos os impostos a que estavam sujeitos os gêneros trazidos para a sede da Capitania, foi instituída em Belém no século XVII, em data imprecisa, sendo a renda destinada à Coroa Real”, ratificando o motivo de sua criação e ao mesmo tempo deixando dúvida a exatidão, em termos de data, do seu início. Ao mesmo tempo, o autor apontou o ano de 1625 como o ano no qual a renda do Ver-o-Peso passou a ser utilizada pelo Senado da Câmara local para cobrir as despesas correntes” (CRUZ, Id., Ibid.), ficando essa data como o marco inicial das atividades do Ver-o-Peso. Entretanto os Governos Estadual e Municipal consideram a data de 27 de março de 1627 como sendo o início ou nascimento do Ver-o-Peso e comemoram todo ano o seu aniversário com muita festa na cidade.



durante o século XVII, no espaço entre a Rua dos Mercadores e a desembocadura do Piri com a baía do Guajará (ARRUDA, 2003, p. 63- 64).

O autor aponta que a sociabilidade hoje marcante naquele ponto se assemelha àquela iniciada, ainda, no período colonial. A Rua dos Mercadores a que se refere Arruda é, na atualidade, a Rua João Alfredo, e marca o nascedouro do Ver-o-Peso, porque definiu o espaço do ancoradouro, onde está a Pedra do Peixe, espaço ao qual o autor se refere como criado pela concentração dos colonos e a comercialização local, portanto espaço de sociabilidade.

Esse ancoradouro vem sofrendo mudanças ao longo dos tempos, desde sua origem até os dias atuais, mudando usos e funções em seus diversos setores, nas muitas reformas por que passou ao longo do tempo; porém, desde antes da primeira função administrativa, que foi a taxaço, já existia ali a verdadeira base que resultou nesse grandioso complexo, e sua Pedra do Peixe. A consolidação do entreposto pesqueiro na doca do Ver-o-Peso foi gradativa, até o final do século XVII, quando se iniciou a construção dos primeiros trapiches, ainda rudimentares para facilitar o embarque e desembarque. Segundo Manoel Barata (1973), em 1791 já existia a Ponte da cidade, na realidade um trapiche construído de madeira regional, mas sua oficialização como entreposto pesqueiro data de 28 de setembro de 1839, quando a função do Haver-o-Peso deixou de ser o de arrecadação ou taxaço de produtos, momento em que o trapiche existente passou a ser oficialmente “destinado a ser a ribeira do peixe fresco” (BARATA, 1973, p. 134), função essa que já conta com quase dois séculos de existência oficial. Barata complementa:

A casa e balança do *Haver do Peso*, para cobrança do dízimo dos gêneros de exportação, foi estabelecida na ponte de embarque da *praça* pelo governador, José de Nápoles Tello de Meneses. O antecessor deste governador já havia ordenado o estabelecimento dessa repartição, sem, contudo, ter podido levar avante este projeto, por oposição do Senado da Câmara. A ponte em que estava a balança do *Haver do Peso*, em uma pequena casa de madeira, ficava no espaço compreendido entre a rua da Cadeia (depois Rua dos Mercadores; hoje João Alfredo) e a rua Boa Vista (depois rua da Imperatriz e hoje 15 de Novembro [...]). Daí veio o chamar-se, por corruptela, a esse lugar o Ver-o-Peso, nome que ainda hoje tem, vulgarmente (BARATA, Id., Ibid.).

A ponte a que Barata se refere, provavelmente era como um trapiche rústico, como os que se conhece até os dias de hoje e que é muito encontrado como pequenos portos e ribeiras da Amazônia. O autor afirma que “a ponte era de madeira, e bem extensa; ficava na frente da casa do *Haver do Peso*, ao lado da doca de mesmo nome (p. 134). Mas a casa *Haver-o-Peso* resistiu naquele local até 1847, quando “foi mandada demolir por lei provincial” (p. 68), o historiador lembra que já se faziam oito anos que esse espaço fora destinado exclusivamente ao controle do peixe fresco ou *ribeira do peixe fresco*, mas a casa



de madeira ainda resistia. A partir de que se tornou a ponte a *ribeira do peixe fresco*, esse ponto da cidade, a que Barata se refere, sacramentou sua pré-disposição para ser o entreposto pesqueiro oficial da cidade de Belém, denominado mais tarde Pedra do Peixe.

### 3. REDES SOCIAIS: TEORIA E REALIDADE

O antropólogo britânico Radcliffe-Brown (2013, p. 170), ao definir a estrutura social, como “a rede de relações complexas que cria laços entre os seres humanos”, inaugurou o uso simbólico da expressão e da ideia de “redes e laços, ainda em 1940” (BARNES, 2010, p. 177), prenunciando, visionariamente, a importância que a análise de redes sociais ganharia a partir dos anos 1950 na antropologia social (MAYER, 2010, p. 141). Em um contexto antropológico, rede social é um modelo analítico com o qual procura-se observar, descrever e compreender processos sociais que envolvem conexões que transpassam os limites dos grupos e categorias (BARNES, 2010, p. 163). Para esse autor:

Quer a rede possa ou não ser associada de maneira útil à *estrutura social*, não podemos encontrá-la nem aqui nem ali. Independentemente de qualquer coisa, a rede social é uma abstração de primeiro grau da realidade e contém a maior parte possível da informação sobre a totalidade da vida social da comunidade à qual corresponde. Chamo-a de rede social total (BARNES, 2010, p. 179).

Partindo dessa definição é necessário ter claro que rede social, neste trabalho, é a interpretação ética das relações existentes entre os nativos em um determinado contexto, ou seja, não é uma evidência empírica imediata, mas uma abstração realizada a partir da interpretação de práticas e sentidos ênicos.

A relevância e a multiplicação da análise de redes sociais na antropologia coincidiram com o deslocamento da ênfase de seus estudos, que privilegiaram as sociedades e povos ditos primitivos na primeira metade do século XX, em direção as sociedades complexas ou contextos urbanos das sociedades industriais, a partir do 2º Pós-Guerra. Essa mudança na predominância do espaço de pesquisa fez emergir novos problemas ao método e à teoria antropológica. Ulf Hannerz (2015, p. 179) corrobora com essa perspectiva ao afirmar que “a análise de redes não é apenas uma ferramenta da pesquisa urbana, embora a tendência tenha sido de seu crescimento e importância em virtude do interesse antropológico em sociedades complexas”.

Segundo Clyde Mitchel (1974, p. 279), a partir dos estudos de BARNES (1954) e BOTT (1957), “a ideia de redes sociais se tornou cada vez mais popular entre os antropólogos sociais e sociólogos como uma forma de compreensão do comportamento humano”; a perspectiva inaugurada com esses estudos possibilitou a interpretação da realidade social a partir da articulação de redes, o que permite relativizar as fronteiras dos espaços dentro das ordens locais e globais – que passam a ser vistas como estruturas



complexas e interpenetradas. Essa identificação impõe considerar que nas últimas décadas do século XX, sociedades diversas foram transformadas em contemporâneas de um novo modelo de desenvolvimento organizado e sustentado sob o princípio da circulação tecnológica da informação em escala planetária. Essa nova face do capitalismo, comumente chamada de globalização, foi analisada por Manuel Castells (2013) a partir de uma de suas principais características: organizar a sociedade em rede.

O sentido sociológico de *sociedade em rede* resulta de uma abordagem multidisciplinar que funde abordagens da economia, história, geopolítica, tecnologia da informação, comunicação, urbanismo e ciências sociais, para apontar os delineamentos da complexa estrutura social que será o campo onde o século XXI apresentará a ação de seus atores. As fronteiras institucionais dos Estados nacionais são abaladas por intensos fluxos de informação que ampliam o horizonte de contato entre grupos e atores sociais. Dessa forma, elementos culturais surgem virtualmente à consciência de sujeitos geograficamente distantes. Em um fluxo desigual, diferentes formas de organização da experiência coletiva entram em contato e são remodeladas, incorporando e alterando elementos externos, de acordo com a capacidade de acesso à base tecnológica de navegação nessa rede.

Apesar da ênfase atribuída à revolução tecnológica, baseada nas tecnologias da informação, como vetor de remodelação da base material da sociedade o sociólogo espanhol também aponta um movimento de reagrupamento em direção a elementos identitários primários. Dessa forma, ainda que aparentemente ocorra uma integração cultural planetária, as formas de vida e sociabilidades regionais e locais também se articulam e ganham força gerando movimentos de revalorização.

Seguindo esse raciocínio, pode-se classificar dois sentidos da categoria *redes*: o sentido sociológico, relativo às relações de interdependência entre economias e nações (CASTELLS, 2013), incluindo aí as redes baseadas na tecnologia da informação que lhe dá sustentáculo; e o sentido antropológico, que explica as inter-relações entre os sujeitos (BARNES, 2010). As redes estudadas aqui são aquelas estabelecidas entre indivíduos que se movem, reciprocamente, em relação uns aos outros construindo identidades em meio a razões práticas próprias de sua atividade econômica.

Assim, o conhecimento teórico sobre redes sociais na antropologia é necessário para a construção dos modelos de relações sociais, que foram utilizados na análise das **Redes**, ou mesmo de seus diversos fragmentos (BARNES, 2010, p. 179). Para este autor, a análise de redes sociais fica mais plausível quando considerado uma parte dessa rede social total<sup>9</sup>,

---

<sup>9</sup> Para Barnes (2010, p. 179), rede social total é o modelo de relações sociais que contém a maior parte possível da informação sobre a totalidade da vida da comunidade correspondente.



a qual ele chama de rede parcial<sup>10</sup>. Barnes considera que, para empreender a análise de redes, é importante o conhecimento dos instrumentos analíticos disponíveis (BARNES, 2010, p. 177), entre os quais ele aponta a necessidade de construir um modelo que contenha a representação de pessoas, algumas das quais estão em relacionamentos sociais com algumas outras.

Na construção do modelo, o fato empírico crucial é que toda pessoa real se conecta com outra ou entra em contato com várias outras pessoas. Isso inclui o fato de que, no modelo, as pessoas não formam uma cadeia simples de relações, mas uma Rede. Outro instrumento de análise é um modelo parcial ou total de uma rede, onde aparecem seus elementos, chamados de nós<sup>11</sup> e suas ligações<sup>12</sup>, laços ou conexões. A esse modelo facilitador de análise Stanley Wasserman e Katherine Faust (2009) chamam de sociograma. Através dos modelos de redes parciais, é possível examinar seus elementos ou *nós*, “com base na posição, na forma ou no conteúdo” (BARNES, 2010, p. 180).

A compreensão das Redes de circulação do pescado tem como pressuposto as interações sociais estabelecidas pelos indivíduos para se interconectar nas diferentes etapas desse processo. Essa estrutura de sociabilidade produz entre seus atores “nós” ou laços de relacionamentos distintos das relações institucionalizadas e impessoais comumente estabelecidas entre vendedores e consumidores, ou entre tomadores e prestadores de serviços, cada qual anônimo nos limites dos papéis sociais que desempenham.

As interações existentes nas redes sociais da **Pedra** envolvem processos comunicativos baseados em informações incorporadas (GOFFMAN, 2010), ou seja, no fluxo de mensagens que o emissor comunica através de sua própria atividade corporal e que depende da presença dos corpos dos sujeitos envolvidos no diálogo para sua sustentação e compreensão. Esse tipo de interação simétrica é caracterizado por um rico e contínuo fluxo de informações retroalimentado constantemente enquanto os sujeitos se comunicam, e é condição necessária para a tessitura de redes sociais.

A análise de redes se volta para o entendimento das sociabilidades em uma dimensão que escapa aos modelos analíticos de grupos duradouros ou instituições fundamentadas em conjuntos normativos bem definidos e constantes. De acordo com Mark Granovetter (1973), através da análise de relações interpessoais em redes, torna-se possível interpretar as interações cotidianas e próprias de pequenos grupos com o repertório analítico das ciências sociais. Dessa forma, o estabelecimento de laços entre os diversos

---

<sup>10</sup> Rede parcial para Barnes é qualquer extração de uma rede total, com base em critério que seja aplicável a essa (BARNES, Id., Ibid.).

<sup>11</sup> Nó de uma rede é cada elemento que compõe essa rede e está passível de ligação com outro nó.

<sup>12</sup> Ligação, laços ou conexões de uma rede é a conexão entre os elementos ou nós da rede social.



indivíduos concretos que atuam intencionalmente na circulação do pescado na Pedra não se limita ao campo econômico-comercial, mas avança para estágios que envolvem, principalmente, confiança, alianças, desafios, conflitos e reciprocidade.

A teoria das redes sociais foi aplicada nessas relações para analisar as posições dos atores sociais, a centralidade de sujeitos de categorias específicas, a força de seus laços e formas de suas práticas. As relações sociais na Pedra vão dos laços mais fortes, em função da proximidade entre os atores sociais, às mais amplas, que geram os laços mais fracos. John Barnes (2010) deixa claro as possibilidades de uso dos estudos de redes sociais, tanto em níveis institucionais mais amplos, quanto em grupos locais, que “têm em comum o fato de serem vistos como processos que levam sujeitos e grupos mobilizando seguidores para seus objetivos e ao mesmo tempo influenciam pensamentos e ações de seus adeptos” (BARNES, 2010, p. 171). Usando as contribuições de Barnes, podemos analisar um conjunto de interações entre atores sociais como uma “rede social total” (p. 179) e comparar seus modelos com as interconexões empreendidas pelos atores envolvidos na cadeia produtiva do pescado, que tem a Pedra como elemento fixo e como lugar de sua centralidade, para fazer circular o pescado na Cidade.

#### 4. PEDRA DO PEIXE: UM MERCADO INFORMAL NA MADRUGADA

A feira da madrugada é formada por muitas pessoas, como os *balanceiros Tetéo*, o *peixeiro Francisco* e a *peixeira Pingo*, o *carregador Faísca*, o *comprador Guru*, a vendedora de caixas de *papelão Luiza*, e tantos outros sujeitos que se reúnem em torno da circulação do pescado na Pedra do Peixe; tem similaridades, quanto ao horário<sup>13</sup>, com a “feira do açai”<sup>14</sup>, pois ambas acontecem nas madrugadas belenenses reunindo pessoas e produtos nas inter-relações comerciais, mas também quanto à forma de comercialização de venda direta em ambiente onde muitos sujeitos se conhecem, realizam suas relações comerciais e também de sociabilidade; outra semelhança é quanto à periodicidade: ambas funcionam de segunda feira a sábado. Mas cada uma tem sua especificidade.

Muitas pessoas que participam nesse fluxo vêm de bairros distantes do centro histórico, são *compradores* ou feirantes de outros recantos da cidade que se abastecem, abastecem comerciantes ou consumidores finais, que compram no Ver-o-Peso, que transportam as mercadorias para seu destino específico, em fluxos culturais e fluxos comerciais do pescado. Todos levados por suas necessidades de estar presente nesses

<sup>13</sup> Quanto ao horário, tanto a Feira do Açai como a Feira da Pedra funcionam nas madrugadas porque vendem por atacado aos comerciantes que revendem seus produtos durante o horário comercial.

<sup>14</sup> A Feira do Açai é formada na rua que fica na margem oposta à Pedra e suas adjacências, entre o Forte do Castelo e a doca das embarcações do Ver-o-Peso, é o local, onde desembarca açai, ervas medicinais, farinha, e diversas frutas vindas de cidades do interior do Estado para comercialização.



locais para tais transações, que poderiam ser de simples comercialização, mas que as perpassam e vão além, passando para outro nível de interação onde estão amizade, confiança, aliança e sociabilidade; pois “[...] torna-se fundamental que esses significados de fluxos culturais dialoguem com categorias, mercado, dádiva e reciprocidade de maneira articulada e provocativa com os debates científicos clássicos [...]” (BORGES, 2013, p. 24)”.

Muitos feirantes da cidade se associam para dividir as despesas de transporte, com outros companheiros para irem juntos à Pedra, à feira do açaí ou a outro ponto do Ver-o-Peso, nas madrugadas belenenses<sup>15</sup>. Esse tipo de associação ocorre a partir de vários bairros da cidade e todas essas relações se transformam em amizade, confiança e reciprocidade, apresentando características semelhantes às das dádivas estudadas por Marcel Mauss (2003). No caso da associação observada, há também a necessidade coletiva de juntar forças, economizar, se proteger e, principalmente, comprar.

Na Amazônia, a riqueza hídrica que se interliga em uma imensa bacia, “na qual o Amazonas e seus tributários, a floresta exuberante e a vastidão de seu território, que chega a ocupar 3/5 do território brasileiro” (FURTADO, 1987, p. 24), influenciam toda a região. Belém se beneficia dessa rede hídrica por possuir excelente posição geográfica, como abordou Penteado (1968),

Por não estar localizada às margens do Amazonas, a cidade de Belém, paradoxalmente beneficia-se com esse fato, pois o sistema hidrográfico em que se acha, além de ser relativamente independente do rio-mar, garante-lhe condições de fácil acesso ao oceano e ao continente, graças a peculiaridade que possui (PENTEADO, 1968, p. 87).

A Pedra do Peixe é um pedaço do Ver-o-Peso onde tantas coisas acontecem em tão curto espaço de tempo do dia e “muitos são os assuntos que instigam a abordagem socioantropológica” (LEITÃO, 2010, p. 35) no local. Tais atividades aumentaram bastante, de 1990 até meados de 2010, permitindo pensar a possibilidade de estudar tal fenômeno como uma rede social, pois tudo que acontece por ali se faz pelas interações sociais em que os atores se conectam, tecendo uma rede social total e várias redes sociais parciais, alimentando, há mais de três séculos, um mercado local e regional muito importante, que é o suporte da circulação do pescado.

A etnografia foi realizada com suporte de obras que relatam experiências de campo, tanto quanto as situações comuns que os etnógrafos passam nas suas pesquisas, quanto às experiências inusitadas que podem acontecer, alertando aos pesquisadores sobre as surpresas de cada campo específico, as quais só é possível enfrentar no momento em que

<sup>15</sup> É o caso do Francisco, que vai à Pedra pelo menos três vezes por semana adquirir o produto para vender na Feira da Tavares Bastos; eu já o conhecia e era seu freguês antes de iniciar a pesquisa, porque ele vende peixes grandes, como o filhote (*Brachyplathystomafilamentosum*), a pescada amarela (*Cynoscionacoupa*) e a gurijuba (*AriusLuniscutis*), que eu sempre estou comprando aos sábados com ele (Nota do Autor).



se depara com elas, desde a entrada no campo, a aceitação do pesquisador pelos nativos e as situações cotidianas no seu decorrer. A pesquisa de campo levou em consideração as características de cada setor do campo pesquisado nos aspectos social, cultural, de economia e físico-geográfico, inserido nesse processo e assim o presente estudo visou à descoberta, através da investigação, enfatizando a interpretação em um contexto que prioriza o cotidiano dos atores aí inseridos; buscando retratar a realidade local usando uma variedade de fontes de informação; representando, ainda, os diferentes e conflitantes pontos de vista dos aspectos sociais, econômicos, culturais e de centralidade.

A Rede em torno do pescado na cidade de Belém envolve atores diversos: entre *pescadores* distantes, donos de embarcações e seus *tripulantes*, os profissionais que atuam na Pedra, os *compradores*, os consumidores finais e o Estado, que tenta controlar essa trama; possibilitando assim, as relações estabelecidas entre os diversos atores envolvidos no processo de circulação do pescado na malha urbana de Belém, vindo lá de fora, passando pelo entreposto pesqueiro do Ver-o-Peso, chamado de Pedra. Antes da Pedra, a circulação do pescado envolve uma rede de *tripulantes* e *barqueiros*, de comerciantes que fornecem insumos necessários à pesca, e que muitas vezes são os próprios *marreteiros*<sup>16</sup> ou *balanceiros* do Ver-o-Peso. Esses *pescadores*, para realizarem a captura do pescado das águas marinhas ou estuarinas, passam muitos dias afastados dos seus meios familiares, seus ambientes em terra, enfrentando tormentas e outras tantas dificuldades, como foi primordialmente analisado por Lourdes Furtado (2008):

Pelo profundo conhecimento dos ambientes hídricos em que vivem e pela habilidade em navegação, eles assemelham-se aos Argonautas do Pacífico Ocidental e da legendária Grécia, até mesmo no ritual de se tornar um *pescador*. Sem bússola, orientando-se apenas pelas estrelas, pelo sol, ventos e correntes marinhas, atravessam baías, bordejam litorais, navegam mar afora, desviam-se de obstáculos (como paus, bolas de capim, tronco de árvores), conhecem a integração de bacias hidrográficas e sua respectiva biodiversidade e ciclos biológicos, assim como formas de apropriação e comercialização de seus produtos (2008, p. 44-45).

A rede social total para circulação do pescado – a Rede – é composta de pessoas que se inter-relacionam desde a organização da viagem, antes da pesca, passando pela pesca propriamente dita, pelo transporte até a Pedra, onde há a maior comercialização do pescado, e se estende até ao consumidor final, aqui pensado como o último elo da rede social tecida. Listando as categorias profissionais envolvidas nessa trama, temos *pescadores*, *cozinheiros*, *geladores*, *maquinistas*, *geleiros* ou *barqueiros*, *encarregados*, *viradores*, *balanceiros*, *carregadores*, *compradores*, *embaladores*, *carreteiros*, *motoristas*,

<sup>16</sup> Marreteiro é um termo sinônimo de *balanceiro* ou comerciante da Pedra, mas é usado de modo pejorativo como atravessador, não é aceito pelo *balanceiro*.



taxistas, soldados, revendedores, fiscais, policiais, profissionais de atividades acessórias diversas, ambulantes, ladrões e consumidores.

A grande Rede tecida em torno do pescado pode se iniciar no planejamento da pesca, seguido da aquisição dos insumos necessários à ação de pesca, concomitantemente aos reparos nas máquinas e equipamentos da embarcação e de uso essencial como as redes. O fluxo de produção do pescado consumido em Belém se forma, assim, a partir do planejamento para sua captura, momento em que se providenciam insumos, reparos nos equipamentos, na embarcação e demais preparativos necessários à próxima viagem aos rios e litoral, onde se dá essa captura<sup>17</sup>.

Nas embarcações, os *tripulantes* são os profissionais responsáveis por capturar e por trazer a produção ao Ver-o-Peso onde, de modo sequencial, há a recepção e distribuição do pescado à cidade. Os *tripulantes* confiam no *encarregado* ou no *barqueiro* para que o pescado seja todo vendido em terra, pois seu ganho está atrelado a essa venda e essa confiança. O *balanceiro* é o profissional que trabalha na Pedra, em quem o *barqueiro* confia para realizar a comercialização do seu pescado. Quando se esgota o pescado da embarcação, a prestação de contas é realizada para que os *tripulantes* recebam o que lhes cabe e a partir de então eles iniciarão procedimentos para nova jornada.

A Pedra é o ponto de centralidade no qual *balanceiros*, *viradores*, *carregadores* e *compradores* diversos, bem como outras categorias de trabalhadores se encontram em um limiar entre água e terra. No momento do desembarque do pescado, os *tripulantes* das embarcações encontram-se com os que trabalham na Pedra, os quais recebem e comercializam seu pescado. Após a Pedra estão vários outros atores sociais no fluxo do pescado, e todos os que participam dessas atividades se interconectam uns com os outros, para tal objetivo. Em cada etapa dessas atividades, as pessoas se relacionam para levar pescado à Pedra e fazê-lo circular na Malha, e, portanto, cada ponto desse fluxo pode conter várias redes parciais que formam a Rede, ou seja a rede social total do pescado que vem à Pedra para circular na malha urbana de Belém. Suas interações antes da Pedra, na Pedra e além da Pedra, configuram essa grande rede de interconexões operacionalizadas na circulação do pescado, até chegar ao consumidor final.

---

<sup>17</sup> Os barcos que partem de Belém, após as providências iniciais, seguem rumo a cidade de Vigia, no litoral nordeste paraense, onde completam o abastecimento de combustível e procedem a compra do gelo; em seguida se inicia a viagem, até o local ou ponto da pesca ou captura do pescado, onde os *tripulantes* passam cerca de 10 a 28 dias nessa atividade, até encher as urnas com peixes e gelo ou até acabar o gelo para acondicionar e conservá-lo; após o que há a viagem de volta à Pedra, quando ocorre o desembarque e a comercialização pelos *balanceiros* aos *compradores*, que geralmente são revendedores e fazem o pescado chegar ao consumidor final. Ressalta-se que *tripulantes*, *encarregados*, *barqueiros* e *balanceiros* muito se queixam da diminuição de pescado nos pontos piscosos nos últimos oito ou dez anos. Atualmente os barcos levam 25 dias *lá fora* e por vezes trazem as urnas com a metade da sua capacidade; uma embarcação com capacidade para 20 toneladas consegue trazer 10 toneladas ou 13 toneladas de pescado.



A Rede em torno do pescado é formada por atores específicos, dentro de categorias na divisão do trabalho; a partir do desembarque e comercialização do pescado na Pedra, a rede social se dilui bastante, porque os *carregadores* e *compradores* são diversos, não tem – *a priori* – compromisso de comprar com determinado balanceiro como o *Tetéó*, por exemplo, já que estão ali presentes cerca de cem a cento e cinquenta *balanceiros* vendendo nas proximidades, mas aí está um detalhe importante: alguns *compradores* são fiéis a um determinado *balanceiro*, e isso ocorre porque é criada uma aliança entre eles, que vai além da simples comercialização, e nesse caso os laços ou ligações se fortalecem, havendo “um contrato que é mais geral e mais permanente além do mercado” (MAUSS, 2003, p. 191).

Isso é um detalhe importante, pois, do ponto de vista do sistema capitalista, dominante, deveria haver somente a simples compra e venda de mercadorias (MARX, 2008), mas a “economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais” (POLANYI, 2000, p. 65), e isso pode levar às relações de prestações totais (MAUSS, 2003, p. 193), progredindo para as relações mais intensas de sociabilidade (SIMMEL, 1983, p. 168). Mesmo os sujeitos que não possuem aparentemente laços fortes com determinados atores sociais em posições de prestígio, podem muito bem se relacionar com outros de prestígio semelhante àquele com o qual pouco se relaciona ou possui “laços fracos” (GRANOVETTER, 1973); portanto, há interconexões nas redes sociais que a tornam mais densas, e laços fracos com uns sujeitos implicam em laços fortes com outros.

Relações de reciprocidade são constantes na Pedra. Os sujeitos se relacionam sob um código de honra centrado na palavra. Existe o dar, receber e retribuir (MAUSS, 2003), esse tipo de relação é positiva no sentido de que um ajuda ao outro. No momento em que um sujeito tem necessidade de obter produtos, sem ter o capital a ser pago por isso, ele normalmente é atendido por um amigo ou parceiro, mas isso também pode levar um sujeito a se atolar em dívidas, que ele vai pagar de alguma forma.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço urbano de Belém, do ponto de vista de abastecimento de produtos, abriga um centro comercial representado pelo Ver-o-Peso e seu entorno, além de feiras, mercados municipais e outros pontos fixos nos seus diversos bairros, no espaço intra-urbano, e todos esses espaços estão de algum modo interligados por pessoas envolvidas nesse abastecimento. Para Milton Santos (2008) “[...] a rede urbana tem um papel fundamental na organização do espaço, pois assegura a interação entre fixos e fluxos, isto é, entre a configuração territorial e as relações sociais” (SANTOS, 2008, p. 120).



A demanda para o pescado *in natura*, que embora conservado no gelo, é tido como *peixe fresco* pela população que o adquire, principalmente na Amazônia brasileira, garante a vivacidade dessa rede social; existem especificidades nesse mercado da circulação do pescado que só persistem porque há um contrato social envolvendo a comercialização, mas que passam por alianças formadas a partir dessas relações; surgem as amizades e outros tratos coletivos, que garantem sua continuidade aceita por todos, havendo poucas exceções.

O pescado recebido na Pedra é capturado em regiões costeiras, ao Norte do Pará, foz do rio Amazonas, foz do rio Pará, na região do Salgado e nos rios interiores e estuarinos e lagos, como o lago Arari no Marajó. A maior parte do pescado é adquirida pelos *compradores* para circular na própria cidade de Belém, onde há maior demanda. No entanto, é importante ressaltar que há interesse desse produto para outros mercados, tanto do *hinterland* paraense como em outros estados brasileiros, principalmente do Nordeste.

Pode-se concluir que ocorre *um fato social total* em torno das atividades relativas ao pescado que desembarca na Pedra e que o faz circular pelos pontos de venda em Belém. Pelas características como os atores sociais se relacionam no *modus operandi* do fluxo do pescado, pode-se considerar que essa interação empreendida na Pedra se reproduz ao longo de toda sua existência, desde o início do processo de colonização portuguesa, logo após a fundação da cidade de Belém, até os tempos atuais; essa longevidade só é possível porque os sujeitos envolvidos a fazem existir por meio de redes sociais; tanto as muitas redes parciais formadas por grupos de pessoas em volta de um sujeito que possua muitas ligações, como o *balanceiro* Gouvêa, por exemplo, como também a sua totalidade ou Rede total do pescado de Belém, formada pelo conjunto das redes parciais existentes.

Nesse sentido, a rede social tecida para fazer circular o pescado em Belém, vem se reproduzindo tendo a Pedra como ponto central, através do tempo e das relações de amizade e de parentesco, fazendo com que se renove de geração em geração de atores sociais, os quais vão entrando na Rede, levados por sujeitos que já fazem parte da mesma; expandindo-se em seu fluxo, para a malha urbana da cidade, onde encontra os pontos fixos que garantem sua oferta ao consumidor final, tornando vivaz esse mercado em Belém.

## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Euler Santos. **Porto de Belém do Pará**. Origens, concessão e Contemporaneidade. Dissertação de Mestrado/UFRJ. Rio de Janeiro, IPUR/UFRJ, 2003.
- BARATA, Manoel. **Formação histórica do Pará**. Belém: UFPA, 1973
- BARNES. J.A. **Social Networks**. Cambridge: *Module 26* (1-29), 1972.
- \_\_\_\_\_. Clase y comités em uma comunidade isleña Noruega. In. SANTOS, Fexix Requena. **Análisis de redes sociais**. *Origenes, teoria y aplicaciones*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas – CIS, 2003.



- BARNES. Redes Sociais e Processos Políticos. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos**. São Paulo: UNESP, 2010.
- BECKER, Bertha. **A Urbe Amazônida: A floresta e a cidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- BORGES, Marcos Trindade. **Do porto à mesa: etnografia dos fluxos de comercialização, circulação e consumo de açaí no bairro do Jurunas – Belém/Pa**. Dissertação de Mestrado. PPGCS. Belém: IFCH/PPGCS, 2013.
- BOTT, Elizabeth. **Família e Rede Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976 [1957].
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- CORRÊA, Márcio C. S. LEITÃO, Wilma M. “Pescadores, *Balanceiros*, Vendedores de Café: A comercialização do pescado no Ver-o-Peso”. In: LEITÃO, Wilma Marques. **Ver-o-Peso: Estudos antropológicos no mercado de Belém**. Belém: NAEA/UFPA, 2010.
- CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: UFPA, 1973. v. 1
- FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Curralistas e redeiros de Marudá: Pescadores do litoral do Pará**. Belém: MPEG, 1987.
- \_\_\_\_\_. Sobre os argonautas da Amazônia. O estado da arte dos conhecimentos sobre os pescadores: Uma contribuição aos estudos de antropologia. In: LEITÃO, Wilma M. MAUÉS, Raymundo Heraldo (orgs.) Belém: Edufpa/UFPA, 2008.
- GOFFMAN, Erving. **Comportamento em lugares públicos**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GRANOVETTER, Mark. **The Strength of Weak Ties**. Chicago: American Journal of Sociology, Volume 78, Issue 6, May, 1973, p. 1360 – 1380.
- HANNERZ, Ulf. **Explorando a cidade: em busca de uma antropologia urbana**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- LEITÃO, Wilma Marques. **Ver-o-Peso: Estudos antropológicos no mercado de Belém**. Belém: NAEA/UFPA, 2010.
- MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. vol. 1
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. In MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MAYER, Adrian C. A importância dos quase grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos**. São Paulo: UNESP, 2010.
- MEIRA FILHO. **Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará**. Belém: UFPA, 1975.
- MITCHELL, J. Clyde. “The Concept and Use of Social Networks”. In: MITCHELL, J. Clyde. **Social Networks in Urban Situations: analyses of personal relationships in central African towns**. Manchester: Manchester University Press, 1969.
- \_\_\_\_\_. Social Networks. **Annual Review of Anthropology**, v.3, p. 279-299, 1974.
- PENTEADO, Antônio. **Belém do Pará: estudo da geografia urbana**. Belém: UFPA, 1968.
- \_\_\_\_\_. **O Sistema Portuário de Belém**. Belém: UFPA, 1973.
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: As origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- RADCLIFFE-BROWN, A.R. **Estrutura e função da sociedade primitiva**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Economia Espacial**. São Paulo: USP, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: USP, 2008
- SECON. Secretaria Municipal de Economia - SECON/PMB. Departamento de Feira e Mercados e Portos. **Arquivos sobre pescados. Belém: 2011**.
- SOUZA JUNIOR, Oswaldo Gomes. **A Influência da Cadeia do Pescado no Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Nazaré – Pará**. Dissertação de Mestrado. Taubaté: Universidade de Taubaté, 2010.
- SILVA, Luiz de Jesus Dias; RODRIGUES, Carmem Izabel. “O peixe nosso de cada dia: a rota do pescado a partir da Feira Ver-o-Peso em Belém-Pará”. In: SILVA, Luiz de Jesus Dias da; XIMENES, Juliano Pamplona Ponte (orgs.). **Urbanização e Ambiente: experiências de pesquisa na Amazônia Oriental**. Belém: Paka-Tatu, 2012.
- SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. In: VELHO, O.G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. Republicado como As grandes cidades e a vida do espírito (1903). In: MANA [online] 11(2), 2005 (p. 577-591).
- \_\_\_\_\_. **Questões fundamentais da sociologia**. Indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983
- WASSERMAN, E; FAUST, K. **Social Networks Analysis**. Cambridge: 2009.



## **Grupo de Trabalho – Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações, novas formas de dominação?**

### **METAMORFOSES DO TRABALHO NO ESPAÇO RURAL DO MOJU<sup>1</sup>**

João Santos Nahum (UFPA)<sup>2</sup>

[prof.joaonahum@gmail.com](mailto:prof.joaonahum@gmail.com)

Cleison Bastos dos Santos (SEDUC/PA)<sup>3</sup>

[cleisongeo@gmail.com](mailto:cleisongeo@gmail.com)

#### **RESUMO**

Enfocamos algumas transformações no espaço rural impulsionadas pela dendeicultura na Amazônia paraense no início do século XXI. Objetivamos mostrar a trajetória da condição espacial de sitiante camponês para agricultor do dendê no município de Moju a partir de 2002 com a integração de 150 famílias ao projeto de produção de dendê familiar da Agropalma. Desde então vimos alterações na paisagem, a configuração espacial e a dinâmica social do lugar derivadas da associação do sitiante camponês aos projetos de dendê. Para tanto, revisitamos literatura e legislação concernente ao tema, bem como realizamos trabalho de campo na empresa envolvendo o espaço rural dos municípios de Moju e Acará onde entrevistamos agricultores de dendê, representantes das associações produtoras das comunidades e das empresas integradas a cadeia produtiva, bem como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER), Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Secretaria de Agricultura.

Palavras-chave: camponês, agricultor familiar, dendeicultura, Amazônia.

#### **1. INTRODUÇÃO**

Enfocamos transformações no espaço rural impulsionadas pela dendeicultura na Amazônia paraense no início do século XXI. Objetivamos mostrar a trajetória da condição espacial de sitiante camponês para agricultor do dendê no município de Moju a partir de 2002, exemplificada na integração de 150 famílias ao projeto de produção de dendê familiar da Agropalma. Desde então vimos alterações na paisagem, a configuração espacial e a dinâmica social do lugar derivadas da associação do sitiante camponês aos projetos de dendê. Para tanto, revisitamos literatura e legislação concernentes ao tema, bem como realizamos trabalho de campo no espaço rural dos municípios de Moju e Acará onde entrevistamos agricultores de dendê, representantes das associações produtoras das

---

<sup>1</sup> Texto fruto do projeto Formação territorial e rural da Amazônia.

<sup>2</sup> Doutor em Geografia, docente da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA, coordenador do Grupo de Pesquisas Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário na Amazônia (GDEA).

<sup>3</sup> Mestre em Geografia, docente de Geografia da rede pública de ensino do Pará, coordenador adjunto do coordenador do Grupo de Pesquisas Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário na Amazônia (GDEA). E doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA.



comunidades e das empresas integradas a cadeia produtiva, bem como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER), Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Secretaria de Agricultura.

Na constelação de empresas, contratos e unidades produtoras familiares de dendê, privilegiamos a experiência do Grupo Agropalma, por ser pioneira, com 14 anos de atuação e consistente enraizamento e abrangência no meio rural; sendo protótipo para os projetos de empresas como Marborges S.A, Biopalma S.A e Belém Brasil Bioenergia S.A. Coletamos dados e realizamos entrevistas com vistas a identificar traços da situação geográfica anterior aos projetos de integração do dendê, notadamente do sítio camponês. Igualmente para reconstituir as transformações de sitiante para produtor do dendê. O universo da pesquisa compõe-se de 44 unidades familiares integrantes dos projetos de dendê familiar I e III da comunidade do Arauaí, que estão integradas ao Grupo Agropalma. Pesquisamos 23 famílias na comunidade do Arauaí, 3 na Soledade, 3 no Curuperé, 3 no São José, 3 no São Vicente, 3 em Água Branca, 3 no Apeí e 3 no Sagrado Coração de Jesus.

### **O trabalho camponês**

A comunidade do Arauaí, que está na região do Alto Moju e corresponde a 64% da área do município de Moju, era composta de aproximadamente 100 famílias camponesas. Apesar da caça, da pesca, do extrativismo vegetal e a extração de madeira era o trabalho nos roçados de mandioca que formavam a base da cultura, da dieta e do cultivo agrícola do sítio camponês no alto Moju. Vivia-se nos sítios, manifestação da unicidade entre terra de vida e terra de trabalho, morfologia social de um modo de vida cuja reprodução social não objetiva o lucro e a acumulação do capital. Nele a habitação, o quintal, a casa de farinha, árvores frutíferas, o curral, o poço, o roçado e o trabalho são ritmados pelos ciclos de vida do reino vegetal, mineral e animal, enfim de espaços de vida com finalidades diferentes, distinguindo-se mato, capoeira, chão de roça, pasto, casa de farinha, casa e quintal. A configuração espacial desse lugar expressa um conjunto de saberes e fazeres imprescindíveis à reprodução camponesa, tal como enuncia Woortmann (1981).

A espacialidade camponesa no Arauaí tinha fortes traços do meio natural, onde a ação humana sobre a terra ainda é mediada por objetos técnicos que não permitem edificar sistemas técnicos adrede ao espaço (Santos, 2006); resumia-se a um conjunto de ferramentas extensivas do corpo humano e animal, potencializando a força física do trabalho. No sítio camponês vive-se e trabalha-se no mesmo lugar. Os objetos geográficos da configuração espacial, bem como a divisão familiar do trabalho expressam uma condição espacial onde não há separação entre o viver e o trabalhar.



No sítio era costume comum (Thompson, 2010) atribuir à mulher o governo da casa, ou seja, um movimento inverso, de fora para dentro, trazendo para a casa os produtos da roça transformados em mantimento, em comida para o consumo da família (Woortmann; Woortmann, 1997). Nesse cotidiano as mulheres se revezam entre o trabalho da roça e da casa. Na roça, trabalham nas fases de plantio e na colheita; em casa são responsáveis pelas tarefas domésticas, criação dos filhos e cuidado com a chamada cria miúda, os animais de pequeno porte. Movimentando-se entre os espaços da roça e do lar, a mulher executa ainda um trabalho invisível de inúmeras atividades reconhecidas como ajuda. O trabalho fora da casa é considerado complementar, menos importante, não são consideradas laborais e, sim, complementares. “As tarefas que pertencem ao roçado, quando efetuadas por elementos femininos, perdem o caráter de trabalho” (HEREDIA, 1979, p. 81).

O roçado é a parte da configuração espacial do sítio onde a terra é usada como principal meio de produção e as diferentes atividades são distribuídas pelo pai de família. Executam-se os trabalhos de brocação, derruba, queima, encoivamento, plantio, colheita e, por fim, o processamento nas casas de fabricação de farinha, que consiste em fazer farinha e subprodutos (tucupi e goma para tapioca). No Aruaí ainda hoje são produzidos o roçado de verão e o roçado do inverno para o consumo familiar e venda, numa espécie de poupança a que recorre durante o ano todo. Estruturados em torno da cultura da mandioca, cultiva-se também o arroz, o jerimum, a melancia, o feijão, o milho e a mandioca, dentre outras. No roçado de verão o plantio é realizado de junho a novembro, coincidindo com o período mais seco na região amazônica; no caso do roçado de inverno planta-se no período chuvoso. O trabalho familiar é ritmado pelos ciclos naturais, começa quando a natureza dá sinais do chamado verão ou inverno amazônico.

As capinas, feitas aproximadamente um mês após o plantio, controlavam as ervas daninhas. Depois dessas atividades realiza-se a colheita do arroz e do milho, retiram-se as raízes da mandioca, aproximadamente de acordo com as necessidades de consumo e comercialização. Agrega-se valor à mandica transformando-a em farinha; para tanto o tubérculo é transportado ao retiro por rústicas carroças puxadas por boi, búfalo, cavalo ou nas costas do produtor em um cesto de embira suspenso por alça passada à volta da cabeça, chamado de aturá. No retiro a fabricação de farinha é artesanal. Iniciada a colheita, a mandioca deve ser processada num prazo máximo de 36 horas, por conta da fermentação do tubérculo.

O trabalho na roça era realizado na forma de mutirão, expressão da solidariedade orgânica da condição camponesa na esfera do trabalho e da vida, estratégia de sobrevivência e, ao mesmo tempo, de sociabilidade para reprodução da vida cotidiana,



sobretudo na ausência de políticas de Estado que tenham como ponto de partida e objeto as demandas dos camponeses. Desse modo, a caça, a pesca, a coleta de produtos florestais, o roçado de mandioca consorciado com o milho, o arroz, o jerimum, o retiro, a produção de farinha, o trabalho familiar manual e mútuo constituíam-se nas principais atividades econômicas e formas de reprodução social dos moradores da região do Alto Moju.

No sítio camponês as áreas dos roçados das famílias do Arauaí antes da chegada do projeto de dendê eram em média de 8 a 20 tarefas<sup>4</sup>, correspondendo a 2,4 a 6 hectares. Espaço cultivado em média por um ano e, dependendo da necessidade de cada família, fica em pousio por 4 a 6 anos, para recuperação da fertilidade da terra. **O quadro 1** apresenta uma aproximação do calendário agrícola dos camponeses que trabalham com a lavoura branca. Aqui, restringimo-nos apenas à lavoura branca. Neste não consta o tempo e trabalho dedicados às atividades desenvolvidas com o açaizeiro, o cupuaçuzeiro, dentre outros. Segundo informações dos camponeses, a roça de verão possui características diferentes da roça de inverno.

O roçado de verão é 50% menor que o do inverno. Nele planta-se milho, mas os camponeses priorizam a mandioca. Este roçado, em geral, é feito em capoeira fina, o que diminui a incidência de plantas invasoras. O calendário é flexível, encontramos camponeses que preferem iniciar seu roçado de verão, por exemplo, no mês de abril; outros, no mês de maio. O mesmo ocorre com o plantio de inverno: muitos plantam em dezembro, outros em janeiro. Já a produção da farinha durante o ano todo. Montamos o calendário baseado em informações do trabalho de campo.

**Quadro 1 - Calendário agrícola da lavoura branca-2016.**

Mês	Atividade	
	1º ano	2º ano (¹)
<b>Janeiro</b>		Segunda capina do roçado de verão.
<b>Fevereiro</b>		Primeira capina do roçado de inverno.
<b>Março</b>		
<b>Abril</b>	Broca e derruba-roçado de verão	Tratos culturais do roçado de milho de inverno.
<b>Maio</b>		
<b>Junho</b>	Plantio de milho e mandioca.	Tratos culturais da mandioca de verão.
<b>Julho</b>	Primeira capina	Segunda capina do roçado de inverno
<b>Agosto</b>	Broca- roçado de inverno.	
<b>Setembro</b>	Broca e derruba do roçado de inverno	
<b>Outubro</b>	Tratos culturais do milho; queima do roçado de inverno.	
<b>Novembro</b>	Queima e coivara do roçado de inverno	
<b>Dezembro</b>	Plantio de milho, arroz e mandioca.	Tratos culturais do roçado de inverno.

(1)-Processamento da farinha que se estende por todo ano e consiste de arrancar mandioca/rapagem/molho/trituração/prensagem/peneiragem/torração/empacotamento/comercialização.

<sup>4</sup> Dados da pesquisa, 2014.



Fonte: Dados organizados pelos autores a partir de trabalho de campo.

A unidade produtiva camponesa integra-se ao mercado por meio da produção mercantil simples, representada pelo circuito  $M^a-D-M^o$ , onde a produção da mercadoria genericamente denomina  $M^a$  constitui um meio para se obtenção de D (dinheiro), valor de troca universal, que lhe permite adquirir a mercadoria  $M^o$ . Na composição do preço do produto camponês não entra mais-valia e lucro, pois este não é produzido com base em trabalho assalariado, tampouco seu propósito é a reprodução do capital. Mas o mercado, enquanto esfera da troca de mercadorias é o reino da alienação e da fetichização, onde as relações entre pessoas apresentam-se como relação entre coisas (Marx, 2004). Por conseguinte, a mercadoria adquirida pelo camponês contém preço de mercado, onde, dentre outras coisas, se considera capital fixo, capital variável e lucro. Portanto, a economia camponesa relaciona-se desigualmente com o mercado na medida em que produz a preço de custo e compra à preço de mercado (Vergés, 2011). Acrescente-se o fato que a mercadoria produzida no Aruaí chega ao comércio local e regional por meio dos atravessadores, os popularmente marreteiros. Por conta das distâncias e da precariedade de acesso às localidades rurais da região os atravessadores são os responsáveis pelo escoamento da produção camponesa. Os que não entregam sua produção aos marreteiros escoam-na por meio dos transportes coletivos que passam na vila em direção às feiras da cidade.

### **O trabalho no lote de dendê**

Na Amazônia paraense os primeiros projetos de produção de dendê vinculados com os pequenos agricultores foram elaborados no âmbito do projeto Novo Pará pelo governador Almir Gabriel, em 2000, e pelo interesse do Grupo Agropalma. O projeto Agricultura Familiar com Cultura de Dendê foi pensado de maneira que a família recebesse um lote de 10 hectares, onde seriam introduzidas 160 plantas por hectare, totalizando 1.600 plantas no lote com 10 hectares; e mais dois hectares, destinados um para construção de estrada e outro para plantio de subsistência. Mas a área planejada para a subsistência não foi mais incentivada pela empresa, o que causou desconfiança nos agricultores, porque a família estaria envolvida no preparo dos lotes e o dendê só começa a produzir no terceiro ano. Sendo assim, os produtores não sabiam de onde viria o sustento da família no período de implantação e consolidação do projeto. A desconfiança foi dissipada com o crédito viabilizado pelo Banco da Amazônia. “Foi garantido aos participantes do projeto o valor de dois salários mínimos – no período R\$ 160,00 – a cada dois meses durante os três primeiros



anos, período em que o dendê não produz, como forma de manter o sustento da atividade até o início da produção dos cachos” (PINTO et al., 2009, p. 32).

A palmeira africana foi plantada nos lotes em “sistema solteiro (sem consorciação), utilizando o espaço em triângulo equilátero com 8,5m entre plantas, em solo com textura areno-argilosa, plano e de baixa fertilidade natural” (SANTOS et al., 2014, p. 15-16). Nos projetos atuais, o espaçamento entre as palmeiras é de 9m por 9m, sendo que cada hectare abriga 143 plantas, totalizando 1.430 plantas em 10 hectares. O agricultor do dendê celebra um contrato de parceria com o Grupo Agropalma, também denominados contratos de integração, onde são definidas responsabilidades, direitos e deveres entre dois contratantes (a empresa integrada e o produtor integrado) em condições de igualdade (Belato, 1985).

O Grupo Agropalma participa do projeto comercializando insumos e infraestrutura inicial, bem como assistência técnica; e, por meio de contrato, compromete-se por um período de 25 anos a comprar os frutos frescos colhidos do agricultor, tempo economicamente útil do dendezeiro, fixando o valor em 10% do preço Free On Board (FOB) do óleo bruto no porto de Roterdã. Ainda financia os fertilizantes utilizados pelos agricultores num total de R\$ 7.000,00 ao ano, sendo descontados 25%, desse valor no que o agricultor tem a receber da matéria-prima entregue à empresa; ainda são descontados 25% do valor do cultivo do agricultor para ressarcimento do financiamento bancário, introduzido para reduzir o risco de inadimplência do financiamento. Para o agricultor do dendê o Estado cria a linha de crédito do PRONAF Eco. Segundo dados fornecidos pela Coordenadoria de Sistema de Crédito de Fomento do Banco da Amazônia S/A, de 2013 a 2015, no estado do Pará foram firmados 610 contratos, envolvendo uma área de 5.817,50 hectares, distribuídos por 16 municípios, totalizando os valores de 44.314.854,20 reais.

As responsabilidades dos produtores são basicamente a venda dos frutos produzidos para a empresa durante os 25 anos estabelecidos no contrato; e os tratamentos culturais, ou seja, a gestão do plantio. Os três anos iniciais do plantio exigem cuidados intensivos como, por exemplo, o coroamento (rebaixo) uma vez por ano, que consiste em eliminar a vegetação que circunda a palma, evitando a competição com as mesmas; a podagem, isto é, a retirada de folhas não saudáveis ou danificadas na planta uma vez por ano; a adubação duas vezes ao ano por conta da especificidade do solo amazônico e a aplicação de herbicida uma vez ao ano para as prevenções e os combates das pragas e outras doenças que acometem o dendezeiro (Müller, 1980).

O período de colheita do fruto é em média de 17 dias de trabalho por mês, visto que a palma de dendê produz todos os meses do ano, tendo uma diminuição de produtividade no período do verão. Aos produtores que conseguem boa gestão dos plantios é acrescida 8% sobre o valor pago pela tonelada, como uma espécie de bônus. Os agricultores que



atrasarem a colheita por 60 dias, em mais de 12 meses as atividades de poda e roçagem ou por mais de 30 dias a atividade de adubação, poderão ter seu contrato cancelado (Alves; Cardoso, 2008). O Projeto Agricultura Familiar com Cultura de Dendê está separado das propriedades dos sítios camponeses, assim a jornada de trabalho é dividida entre o manejo dos lotes e o roçado (**Quadro 2**).

**Quadro 2 – Calendário agrícola da lavoura branca e da cultura do dendê**

Mês	Atividade	
	1º ano	2º ano (¹)
<b>Janeiro</b>	Trab. dendê: Adubação, coroamento, fitosanidade, colheita.	Segunda capina do roçado de verão.
<b>Fevereiro</b>	Trab. Dendê: Rebaixo, fitosanidade, colheita.	Primeira capina do roçado de inverno.
<b>Março</b>	Trab. Dendê: fitosanidade e colheita.	
<b>Abril</b>	Ativ. Lavoura: Broca e derruba-roçado de verão; Trab. Dendê: fitosanidade e colheita.	Tratos culturais do roçado de milho de inverno.
<b>Mai</b>	Trab. Dendê: fitosanidade e colheita.	
<b>Junho</b>	Ativ. Lavoura: Plantio de milho e maniva. Trab. Dendê: adubo, coramento, fitosanidade e colheita.	Tratos culturais da mandioca de verão.
<b>Julho</b>	Ativ. Lavoura: Primeira capina Trab. Dendê: poda, fitosanidade e colheita.	Segunda capina do roçado de inverno
<b>Agosto</b>	Ativ. Lavoura: Broca- roçado de inverno. Trab. Dendê: rebaixo, fitosanidade e colheita.	
<b>Setembro</b>	Ativ. Lavoura: Broca e derruba do roçado de inverno Trab. Dendê: fitosanidade e colheita	
<b>Outubro</b>	Ativ. Lavoura: Tratos culturais do milho; queima do roçado de inverno. Trab. Dendê: fitosanidade e colheita	
<b>Novembro</b>	Ativ. Lavoura: Queima e coivara do roçado de inverno Trab. Dendê: fitosanidade e colheita	
<b>Dezembro</b>	Ativ. Lavoura: Plantio de milho, arroz e maniva. Trab. Dendê: adubo, fitosanidade e colheita	Tratos culturais do roçado de inverno.
(1)Processamento da farinha: arrancar mandioca/rapagem/molho/trituração/prensagem/peneiragem/torração/empacotamento/comercialização.		

Fonte: Dados organizados pelos autores a partir de trabalho de campo.

Desde então, dos sitiantes camponeses do Arauá e outras localidades, que viviam em função dos produtos da terra, do roçado da mandioca e, sobretudo, da produção de farinha de mesa, adentraram em uma nova dinâmica, um novo ritmo, ditado agora pela cadeia produtiva do dendê. Nas unidades familiares integradas a distribuição do trabalho e das culturas indica o quanto a dendeicultura alterou a condição camponesa. Constatamos que dos 44 agricultores pesquisados 32% não possuem mais unidade produtiva tal como descrevemos na primeira parte do texto, venderam suas terras e construíram moradia na Vila do Arauá e vivem exclusivamente do trabalho no lote; 25% dos agricultores do dendê possuem propriedades que variam de 10 a 20 hectares; 18% delas estão entre 21 a 30 hectares; 9% com 31 a 40 hectares; 7% têm de 41 a 50 hectares; 3% têm entre 61 a 70



hectares; 2%, com 81 a 90 hectares; 2%, de 121 a 130 hectares; e 2%, com 141 a 150 hectares.

As dimensões da área do roçado variam entre 1 a 4 hectares para 70% dos agricultores do dendê; e de 5 a 8 hectares para 20% deles; 9 a 12 hectares para 3% produtores; e 17 a 20 hectares para 7% dos entrevistados. Estes últimos representam casos raros na comunidade, pois essas dimensões são superiores até mesmo ao tamanho dos roçados que existiam antes da chegada dos projetos (2002-2005), que eram de 8 a 20 hectares. Mas a média das lavouras permanece entre 4 e 8 hectares, ou seja, de 1,2 a 6 tarefas.

A composição de 45% das famílias dos agricultores é de 4 a 6 pessoas; 41% dos entrevistados têm família com 1 a 3 pessoas e 14% deles têm 7 ou mais membros. A maioria das famílias entrevistadas é numerosa (acima de quatro membros). De modo que os projetos de integração do agricultor camponês ao dendê foram pensados no sentido de utilizar mão-de-obra da unidade familiar. A intensidade e diversidade do trabalho logo revelou a necessidade de buscar força de trabalho exterior ao núcleo familiar. Verificamos em trabalho de campo que 70% da força de trabalho utilizada nos roçados dos agricultores provem da família e 30% dos entrevistados contratam força de trabalho do consórcio de mão de obra.

O cumprimento dos contratos de integração, mantendo quantidade e qualidade da produção, não seria possível sem a contratação de força de trabalho extrafamiliar. No entanto, quem se responsabiliza pelo plano de saúde, auxílio transporte, auxílio alimentação, trinta dias de férias, décimo terceiro salário, licença a maternidade e paternidade, descanso semanal, abono família, dentre outros, direitos trabalhistas? A empresa? A unidade produtora? Nenhum nem outro. Mas o consórcio de mão de obra. Espécie de empresa prestadora de serviços para o agricultor do dendê. Assim, a Agropalma não se responsabiliza juridicamente com a força de trabalho do agricultor integrado, bem como de seu contratado. Estamos diante de uma estratégia empresarial para enfrentar o que um diretor de sustentabilidade da Agropalma classifica de “custo Brasil” na produção da palma: a “Legislação trabalhista arcaica e onerosa, difícil de ser cumprida por pequenos produtores” (BRITO, 2014). Afirma o executivo que o custo do trabalhador brasileiro com a palma é de 13.929 US\$ ano, mais caro que um colombiano 10.250; malásio 6.135; papuásio 4.131; ganense 3.520 e que o indonésio 2.686. Um diretor de outra empresa do dendê, por nós entrevistado, reclama “que a empresa ao contratar um trabalhador, por conta dos encargos trabalhistas, arca com o custo é de três” (Entrevistado 1). Assim, por meio do consórcio, a Agropalma aparece como responsável socialmente diante de um mercado mundial. Mercado que exige a observância a vários protocolos ambientais, legais, sociais,



dentre outros, para a empresa adquirir certificações internacionais. Mas a reprodução das relações de produção no dendê é objeto de outro artigo no prelo.

As atividades desenvolvidas nos lotes dos agricultores associados aos Projetos I e III da ADCRA (Associação do Desenvolvimento Comunitário do Ramal Arauaí) distribuem-se ao longo dos 12 meses do ano. Os agricultores integrados ao Grupo Agropalma devem seguir integralmente o calendário anual elaborado pela empresa, que fixa as atividades e os dias das tarefas no lote. Nas palavras de um de nossos entrevistados “o meu horário de trabalho é de 6:30h até as 11:00h, que é o intervalo do almoço, e volto depois das 12:00h até às 14:00h, 15:00h. Eu chego a cortar até 250 cachos até 11:00h [que é a média que o trabalhador tem que cortar], se eu quiser ir para casa eu vou, senão, o resto que eu corto é produção (Entrevistado 2). A jornada e o ritmo de trabalho no dendezal são regidos pelo número de plantas, não é o tempo cronológico, mas a quantificação do trabalho, ou seja, pela quantidade de cachos, podas, pés dentre outros.

Em relação ao calendário de cortes dos cachos, ouvimos relatos de um agricultor do Projeto I assinalando o grau de subordinação daqueles submetidos aos contratos de integração com a agroindústria do dendê. Assim ele diz:

Inicialmente, o corte era feito duas vezes no mês, depois a empresa disse que tinha que ser três vezes no mês, mas como estava acostumado em cortar duas, eu continuei (...), mas o que aconteceu foi que a empresa não aceitou (...) e até hoje ela não me pagou a minha produção, mas ela tem que pagar (Entrevistado 3).

Quanto a força de trabalho no lote de dendê verificamos que dos 44 entrevistados, 4 (ou 9%) contratam regularmente os serviços do consórcio; 22 (ou 50%) delas usam eventualmente os serviços desta empresa; 17 (ou 39%) utilizam exclusivamente mão-de-obra familiar, ainda que periodicamente recorram às trocas de dias de trabalho com vizinhos de lote ou de outro projeto, e uma família (2%) recorre ao trabalho assalariado com carteira assinada fora do consórcio. Portanto, nos lotes com dendê o agricultor necessita de força de trabalho extrafamiliar para dar conta das tarefas diárias.

As ruas 1 e 2 desse projeto concentram o maior número de produtores que contratam os serviços do consórcio, aproximadamente 10 famílias. Essas famílias não têm pessoas suficientes para trabalhar no lote. Em entrevista, um deles relata: “o consórcio foi também criado para ajudar as famílias que possuem, muitas das vezes, apenas um membro trabalhando no lote, o pai” (Entrevistado 4).

Dentre os entrevistados 23 famílias dependem totalmente do consórcio. Isto é, as atividades de poda, rebaixo, adubação, coroamento, corte e carregamento do fruto são executadas pelo consórcio. Tais famílias comportam-se como empresárias do dendê, contratam força de trabalho e não se envolvem diretamente com as tarefas do lote; elas



ainda possuem roçados, terrenos, criações e não perderam o vínculo com a terra. Destas, 13 famílias, segundo informações dos entrevistados, sequer residem mais na região do Alto Moju; não há mais predominância do trabalho e gestão da família na unidade. Sendo assim, não raciocinam mais como camponeses. A terra, desse modo, não é mais voltada para a reprodução da unidade camponesa, mas, sim, para o acúmulo de lucros da empresa. Aqui, não visualizamos mais a presença de um camponês, de uma identidade camponesa ou de uma condição camponesa.

O trabalho no dendê é intenso. No Projeto III, presenciamos forma de trabalho familiar e as trocas de dias de trabalho, hoje, comum nos projetos. Tal como relatado pelos agricultores Antônio e Manoel trocando dias de trabalho. O primeiro trabalhou ajudando o seu parceiro no mês passado. Agora o Sr. Manoel, do lote 106, está retribuindo a ajuda do seu colega. Segundo informações dos agricultores desse projeto, a troca de dias de trabalho acontece por causa das seguintes situações:

- a) Eu troco dia com o meu parceiro, meu vizinho de lote, porque aqui em casa só trabalha no dendê eu e o meu filho (Entrevista 5).
- b) Eu troco dia com meu vizinho de lote porque não tenho condições de pagar o consórcio (Entrevistado, 6).
- c) Trocando dias de trabalho é melhor, porque você não tem gasto, porque você vai lá com o seu parceiro, por exemplo, hoje o trabalho é no lote dele e quando for tal dia é no meu lote e naquele dia ele vai te ajudar e você dá uma comida para ele (Entrevistado 7).

As relações pautadas nos laços de solidariedade, não são mediadas por relações monetárias, não há venda nem compra da força de trabalho, mas fica a obrigação moral de retribuir os serviços prestados pelo parceiro que o auxiliou. Hoje as mulheres quase não desempenham funções nos lotes, de acordo com o que dizem os entrevistados. “Tem quatro anos que a minha mulher só é pra tá cozinhando, fazendo o comer pra dentro de casa, tá fazendo dois anos que ela não vai nem espiar no projeto” (Entrevistado 8). Outro afirma: “A minha mulher só vai ao lote só para repartir o comer. O serviço é pesado, tem cacho que chega a pesar até 12 quilos, é muito pesado para elas, pra gente já é pesado” (Entrevistado 9). A ONG Instituto Peabiru, em parceria com a Agropalma, realizou estudos nos municípios de Moju e Tailândia que mostrou que as mulheres pouco se envolviam ou gerenciavam as atividades produtivas do dendê<sup>5</sup>.

Agricultores entrevistados relataram que as atividades de caça e pesca se tornaram secundárias, pois se especializaram na cultura do dendê. “As pessoas ainda pescam e caçam, mas pescam e caçam não por necessidade, não é como antigamente. (Entrevistado 12). “Eu ainda caço; pescar eu não pesco mais, mas ainda caço uma vez no mês”

---

<sup>5</sup> Fonte: <http://peabiru.org.br/2013/02/07/entrevista-monitoramento-de-indicadores-aponta-caminhos-para-a-agricultura-familiar-na-producao-de-oleo-de-palma/>. Último acesso em 12 de novembro de 2014.



(Entrevistado 13). O Sr. Raimundo Miranda, morador do Arauaí, em conversa com o vizinho Sebastião Nascimento, o Seu Sabá, lembrando o tempo de caçadas com seu buldogue<sup>6</sup> aposentado, nos fala que havia abundância de recursos: “como era espetacular a quantidade de bichos no igarapé [Arauaí] e suas vizinhanças” (Revista Globo Rural, 1998, p. 34).

Os dados coletados indicam que 97,7% dos entrevistados não praticam essas atividades; apenas um agricultor ainda faz a coleta da castanha do Pará para consumo familiar. Ainda se extrai madeira na região do Alto Moju, mas os agricultores têm pouca floresta em suas áreas. A criação de animais de médio e pequeno porte também integra a vida na unidade familiar do dendê, como relata o entrevistado: “alguns anos atrás eu criava muita galinha, para mais de 200, eu vendia aqui mesmo na vila, hoje tenho algumas pelo quintal” (Entrevistado 14).

Nas empresas da região, as mulheres desempenham tarefas no viveiro, na coleta de frutos soltos, as “carroceiras”, e em trabalhos administrativos. Mas nos lotes dos projetos apesar da pouca presença, da “invisibilidade” e das desvantagens físicas, muitas mulheres estão provando que podem exercer atividades consideradas masculinas. “Fico cansada no final da colheita, mas faço o mesmo serviço que meu marido faz, carreo, corto, podo, faço tudo” (Entrevistado 15). Hoje, muitos tratores que carregam a produção são dirigidos por mulheres. Feito o corte e o carregamento, o produtor deverá, antes de depositar no basculante da empresa terceirizada, dizer ao fiscal de campo a quantidade de fruto fresco colhido (CFF) do dia.

Depositada a produção, começa o trabalho da empresa terceirizada responsável pelo transporte dos cachos até o local de pesagem na usina esmagadora da Agropalma. O preço da tonelada cobrada pela empresa é estabelecido pela quilometragem. Como os produtores do Projeto II estão mais longe da fábrica, pagam R\$ 23,00 pela tonelada, os do Projeto I, R\$ 22,00 e do projeto III, R\$ 20,00. Os frutos enviados para processamento são pesados e os produtores recebem pela média do peso da produção do dia, ou seja, como na caixa do basculante vão cachos de vários lotes, o produtor que por ventura tenha cachos pesando em média 10 kg e do seu vizinho pesando 8 kg, o primeiro sai perdendo e o segundo ganha porque a média do peso ficaria em 9 kg.

### **Considerações finais**

---

<sup>6</sup>Tipo de arma utilizada por caçadores que é posta engatilhada na mata e disparada pelo movimento da caça quando passa pelo mecanismo de acionamento.



A adesão de sítiantes camponeses aos projetos de agricultura familiar de dendê desencadeou mudanças na sua condição espacial. Na condição camponesa as necessidades da família determinam o ritmo e intensidade do trabalho no roçado. Igualmente a família comanda e controla o processo produtivo. No lote do dendê, embora exista a presença do trabalho familiar, o comando e o controle da produção, bem como o ritmo do trabalho são determinados pela temporalidade do mercado mundial, que tem na empresa seu representante local. O agricultor integrado ao projeto não tem o uso do território, pois não decide sobre a natureza e a finalidade do trabalho, bem como da reprodução das relações de produção, não decide como e o quê plantar nas entrelinhas do dendê; tampouco pode escolher para quem vender sua produção e a que preço vender, porque estão “presos” pelas normas do contrato, do mercado e da empresa. Nessa condição, os agricultores apenas executam tarefas determinadas pela empresa, assemelhando-se a um trabalhador para o capital sem torná-lo um operário (Wanderley, 1985).

Os projetos de agricultura familiar do dendê manifestam o avanço da cultura com ritmo, finalidade e comando do trabalho dados pela comercialização do óleo de palma nos mercados de commodities. Tais projetos configuram-se como principais fontes de renda e reprodução das famílias, o que levou Nahum; Santos (2015) a sustentar que nos lugares em torno de onde se pratica a monocultura do dendê se reproduz um espaço rural sem camponês; mais que isso, os sítiantes camponeses ao se integrarem aos projetos de agricultura familiar acentuam processos de descampesinização, tornando-se agricultores do dendê.

Muda-se a paisagem, a configuração espacial e a dinâmica social dos sítios camponeses da comunidade do Arauaí e em torno. Esses lugares, tal como outros no município de Moju, eram marcados por sítios enquanto espaços da vida, unidade na diversidade de atividades e trabalho na rotina da roça, vivificada pela família ou mesmo pela solidariedade dos mutirões ritmados pelos ciclos naturais e neles os roçados de mandioca. Tendo por fundamento territorial a precariedade estrutural em que viviam os sítiantes camponeses, o projeto de dendê familiar configura-se como estratégia do Estado brasileiro para que a empresa da dendeicultura use o território, isto é, a área e a força de trabalho, sem que para isso tenha que adquirir terra e assalariar trabalhadores.

Ancorado num discurso de geração de emprego, renda e inclusão social, o projeto amplia a capacidade de consumo dos agricultores. O grande atrativo do projeto é que ele transforma o sítiante camponês em consumidor. Nesta situação emerge a enigmática figura do agricultor integrado à produção de dendê, que não é nem capitalista, pois que a lógica de sua unidade produtiva não é a reprodução do capital, nem é assalariado, posto que não é



força de trabalho contratada pela empresa, tampouco continua camponês, visto que se alterou a natureza do trabalho, e, por conseguinte a paisagem, a configuração espacial, a dinâmicas social, enfim o território usado ou espaço geográfico enquanto quadro da sua vida. Lembrando Chayanov podemos dizer que no lote de dendê o ritmo de trabalho não é definido pela equação trabalho versus necessidade. Longe disso, o calendário agrícola desenvolvido reduz o sitiante camponês à condição de produtor de fruto fresco colhido, matéria-prima sem qualquer valor agregado, atrativa tão somente pela voracidade do mercado de palma, pelas vantagens econômicas e técnicas oferecidas aos agricultores comparadas às demais culturas. Reedita-se um estilo de produção semelhante às cooperativas benéficas ao capital que proliferam na Amazônia.

Tudo começa com o interesse do mercado mundial por um “produto panaceia” para a crise energética. Então empresas são estimuladas por políticas estatais a aproveitar economicamente a área produzindo dendê. A empresa compra individualmente áreas e/ou convida pessoas para aderir ao projeto. A notícia se espalha e toda comunidade passa a se interessar pelas vantagens comparativas do dendê, sobretudo quando ouvem representantes sindicais, vereadores, prefeitos, deputados e até o presidente Luís Inácio Lula da Silva, dentre outros tantos, repetirem que a integração da agricultura familiar à cadeia do dendê é a alternativa de desenvolvimento para o meio rural. A empresa beneficia os frutos frescos colhidos, transformando-os em óleos para indústria de cosméticos, alimentos, medicamentos, combustível dentre outros produtos que ganham o mercado mundial, com valor agregado infinitamente maior que o pago aos produtores. No entanto, o mercado mundial que vive de certificações, exige responsabilidade social e ambiental da empresa para com a comunidade e assim condena a prática de compra individual do dendê. Para não ficar sem sua matéria-prima, a empresa estimula os produtores a formarem cooperativa, instituição que congrega os produtores individuais, representando-os. Estes continuam a produzir e a cooperativa repassa a empresa. Essa subsunção formal do trabalho e do território ao capital se oculta no discurso de geração de emprego, renda e inclusão social.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, R. N. B.; CARDOSO, C.E.L. **Sistemas e custos de produção de mandioca desenvolvidos por pequenos agricultores familiares do município de Moju, Pa.** Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2008. 4 p. (Comunicado Técnico n. 210).
- BRITO, Marcelo. [Diretor Comercial e de sustentabilidade do Grupo Agropalma]. **Por quê o plantio de dendê não avança no Brasil?** Palestra proferida na Conferência Internacional



BiodieselBr, São Paulo – SP, em 05 novembro de 2014. Disponível em <[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/camaras\\_setoriais/Palma\\_de\\_oleo/17RO/App\\_Plantio\\_17RO\\_Palma.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Palma_de_oleo/17RO/App_Plantio_17RO_Palma.pdf)>. Acessado em novembro de 2015.

HEREDIA, Beatriz M. Alásia de. **A Morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARX, Karl. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-58; Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2004

MÜLLER, Antônio A. **A cultura do dendê**. Belém: Embrapa: CPTU. 1980.

NAHUM, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos. Uma interpretação geográfica da dendeicultura na Amazônia paraense. In: **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**. p.309-331, V.11, n.15, jan-jun.2015.

PINTO, Genilson et al, **Avaliação do projeto de agricultura familiar com dendê para fabricação de Biodiesel – Moju/PA**. Belém: Universidade Federal do Pará. 2009, 38f. (Monografia de Especialização em Produção de Biodiesel).

SANTOS, Jair Carvalho et al., Desempenho socioeconômico do sistema produtivo familiar de dendê em Moju, estado do Pará. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2014. 36 p (**Boletim de pesquisa e desenvolvimento**).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Editora Record. 2001

THOMPSON, E.P **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

VERGÉS, Armando Bartra. **Os novos camponeses**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra da Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural. 2011.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cadernos de difusão de tecnologia**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 13-78, jan./abr., 1985.

WOORTMANN, Ellen. O sítio camponês. In: **Anuário Antropológico**. Departamento de Antropologia. Disponível em:

[http://www.dan.hospedagemdesites.ws/images/pdf/anuario\\_antropologico/Separatas1981/anuario81\\_ellenwoortmann.pdf](http://www.dan.hospedagemdesites.ws/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1981/anuario81_ellenwoortmann.pdf) pp.162-203

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília-DF: Ed. da UnB, 1997.



## **GT 13 - Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações, novas formas de dominação?**

### **AS METAMORFOSES DO TRABALHO E NO ESPAÇO A PARTIR DA DENDEICULTURA EM TOMÉ-AÇU (PA): ESTUDO DE CASO NA VILA FORQUILHA.**

Ana Cláudia Alves de Carvalho (PPGEO/UFGA)<sup>1</sup>

[carvalho\\_anaclaudia@yahoo.com.br](mailto:carvalho_anaclaudia@yahoo.com.br)

João Santos Nahum (PPGEO/FGC/UFGA)<sup>2</sup>

[prof.joaonahum@gmail.com](mailto:prof.joaonahum@gmail.com)

#### **RESUMO**

Busca-se ressaltar as metamorfoses ocorridas no lugar tendo como foco a resignificação do trabalho enquanto elo de ligação entre o homem e a natureza, compreendemos que se há mudança no trabalho, há mudanças nas relações entre o homem e a natureza. Para isso, faz-se necessário compreender a natureza do trabalho antes da chegada das empresas; dessa forma, é caracterizado em um primeiro momento a situação geográfica que se estabelecia antes da instalação da Biopalma e da Galp, tendo como foco as relações de produção camponesa, onde no lugar predominava o trabalho como um meio para se obter dinheiro para a compra das demais mercadorias necessárias à sua existência. Em seguida apresentamos as políticas públicas e programas que possibilitaram a instalação das empresas e por fim caracterizamos essa nova situação geográfica, destacando como as relações de trabalho se metamorfoseiam na vila Forquilha, a partir da chegada da dendeicultura em Tomé-açu, e como isso ecoa nas demais dimensões da vida cotidiana dos moradores da vila. Os resultados revelam novas formas de trabalho, a presença do trabalho assalariado, a expansão do setor de comércio e serviços fundando novas oportunidades de emprego e uma diminuição no trabalho produtivo camponês o que transforma o camponês em um assalariado rural. O sistema de parceria existente entre a empresa e o agricultor familiar observado no circuito do capital comercial; e o capital financeiro estabelecendo-se na presença do arrendamento, venda de terras as empresas de dendeicultura, garantem a vila Forquilha uma nova dinâmica social.

Palavras-chave: Trabalho, Vila Forquilha, Metamorfoses, Dendeicultura e Biopalma.

#### **1. INTRODUÇÃO**

<sup>1</sup> Doutoranda em Geografia, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGA, integrante do Grupo de Pesquisa "Dinâmicas Territoriais do Espaço Rural na Amazônia Paraense".

<sup>2</sup> Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGA, Faculdade de Geografia e Cartografia e Coordenador do Grupo de Pesquisa "Dinâmicas Territoriais do Espaço Rural na Amazônia".



De acordo com a ideia de período geográfico de Santos (2006), constatamos o surgimento de um período no Estado do Pará. Iniciando-se ainda na década de 1950, com os primeiros plantios de dendê em fase experimental, o qual chamamos de “Período do dendê” (CARVALHO, 2013). Período este que se desenvolveu tendo como base a produção da monocultura do dendê no Estado, incentivado pelo uso de técnicas avançadas de melhoramento genético de sementes pela Embrapa, amplos Zoneamentos agroecológicos que permitiram a delimitação de diversas áreas aptas ao plantio; assim como inúmeras políticas públicas que mais do que incentivar, foram o fio condutor dos investimentos.

Dentre elas destacamos o Programa Nacional de Uso e Produção do Biodiesel (PNPB), que foi um verdadeiro divisor de águas no desenvolvimento da dendeicultura no Estado. A criação dos “Polos de Produção de Biodiesel”, criados pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário também foi um grande impulsionador da expansão da produção de óleo de palma, com a intenção de favorecer a inclusão dos agricultores familiares na cadeia produtiva do dendê.

Atuam no Estado atualmente desde empresas produtoras de dendê nacionais a internacionais, algumas tendo sua produção voltada ao biodiesel e outras ao ramo alimentício e/ou de cosméticos. Os novos atores ao instalarem-se na região, trazem consigo novos investimentos, criam uma nova configuração territorial aos lugares onde aportam, fazendo nascer diferentes relações que transformam as dinâmicas existentes, fazendo com que a dendeicultura se tornasse um evento (NAHUM; MALCHER, 2012) no Estado.

A vila Forquilha localizada no município de Tomé-açu, nordeste paraense, sofreu metamorfoses com relação ao papel do trabalho, que ecoaram de maneira tão significativa no espaço, extrapolando as relações de trabalho, sobre caindo no modo de vida de seus moradores. Portanto, temos como objetivo geral, analisar as metamorfoses no trabalho agrário na vila Forquilha a partir da chegada da dendeicultura. Para isso, vamos inicialmente caracterizar alguns traços do trabalho rural na vila antes e a partir da vinda da dendeicultura; analisaremos a dendeicultura enquanto um evento em Tomé-açu.

Como metodologia operacional, realizamos revisão bibliográfica acerca da dendeicultura no Pará, sobre a natureza do trabalho no município de Tomé-açu e na vila, para assim construirmos a base de dados necessária ao entendimento da dinâmica espacial do lugar. Levantamento fotográfico, cartográfico com o auxílio de GPS e de imagens de satélite afim de demonstrar a espacialização composta pela vila Forquilha, e os plantios de dendeicultura ao seu redor.

Pesquisa de campo, utilizando perguntas abertas ou semiestruturadas, aplicação de questionários, entrevistamos representantes da empresa Biopalma, do sindicato dos trabalhadores rurais do município, e os moradores da vila Forquilha, dentre eles os



assalariados das empresas de dendeicultura, agricultores familiares que possuem parceria com as empresas na produção do dendê, e comerciantes locais. As pesquisas de campo foram fundamentais na obtenção de informações junto aos atores sociais envolvidos nesta dinâmica.

Temos assim a empresa Biopalma, que chega ao espaço rural do município de Tomé-açu por meio de políticas de incentivo a instalação e produção de biodiesel no Estado do Pará, além delas temos toda a herança problemática da questão agrária paraense. (não se pode elencar tais relações, pois estas são em sua totalidade diversamente dinâmicas, estão em constante metamorfoses). Estamos falando de determinações sociais, um conjunto delas, que moldam e criam uma situação geográfica, antes mesmo que seja percebida pelo homem. Trata-se de intencionalidades que juntas compõem essa tal situação geográfica.

Ao se instalar em Tomé-açu a Biopalma chega trazendo consigo uma nova lógica para o lugar, a vila Forquilha ao receber tal evento irá metamorfosear-se, destacaremos aqui as mudanças relacionadas ao trabalho. Já que a empresa, a partir de sua instalação passa a absorver mão-de-obra local, oriunda da vila Forquilha e de demais comunidades ao seu em torno, para desenvolver sua produção de dendeicultura, transformando a dinâmica do lugar através das metamorfoses no trabalho.

### **1.1 A natureza do trabalho antes da dendeicultura.**

A vila Forquilha surge a partir da chegada de pessoas que vieram em busca de emprego nessas atividades, que eram um atrativo em Tomé-açu, uma vila que se forma tendo ao seu entorno vários tipos de usos do território, pois o ato de caçar, cultivar e extrair faziam parte de suas rotinas em busca da sobrevivência. Sua paisagem tinha como característica ser uma pequena vila, formada por poucas residências, cercadas por fazendas de gado e por plantações de pimenta do reino, dentre eles estão os descendentes dos imigrantes japoneses que contribuíram na construção do município, porém, quanto aos moradores da vila estão as famílias e camponeses que se empregaram em tais fazendas, além dos moradores locais, que já viviam naquela área e foram passando suas terras de geração em geração.

Nesse momento a vila era composta de poucas casas localizadas na rua principal, avenida Francisco Luís (pois só havia essa rua), era habitada por pessoas que trabalhavam nessas fazendas de gado, ou na extração de madeira, ou na pimenta. A vila possuía pequenos comércios que não davam conta de atender a demanda da população. Muitas coisas tinham que ser compradas em Quatro Bocas, ou na sede em Tomé-açu.



Observemos que nesse momento, o trabalho se dava respondendo as necessidades do lugar, onde o lugar reproduz suas próprias características, as fazendas de pimenta e gado empregavam poucas pessoas, a população da vila era pequena, seu comércio refletia isso, devido ao baixo poder de compra da população, aos poucos serviços que eram oferecidos lá, as famílias possuíam seus roçados, o que garantia a eles a alimentação básica.

O território era usado para a reprodução de sua vida, possuíam autonomia por parte de suas atividades econômicas, no que se refere ao que plantar, como e onde vender ou trocar seus excedentes. Aqui o uso da natureza se dava em prol da reprodução da existência, e não para a acumulação. O dinheiro mesmo fazendo parte da vida dos moradores, ainda não era o principal mediador das relações sociais na vila, as relações eram sustentadas através das relações de vizinhança e de parentesco, além da influência das associações e da igreja que já se estabeleciam no lugar.

O trabalho neste momento se dava em torno da agricultura familiar, assim as famílias conseguiam se manter, dentro de um limitado regime alimentar, cultivavam: arroz, feijão, milho, açaí, mandioca, algumas famílias possuíam pequenas criações de aves, tudo para o consumo próprio. Para obter os demais produtos necessários no dia a dia, a família trocava seu excedente ou vendia na feira local para conseguir dinheiro, e assim comprar os artigos de que necessitavam.

As relações tinham como centro a cooperação entre as famílias, trocas de dias de trabalho, acontecendo de um dia o membro de uma família contribuir na limpeza do roçado de um vizinho, na semana seguinte este lhe retribuir a ajuda, colaborando com o trabalho em seu roçado. Além dos mutirões, costume repassado entre as famílias de reunirem-se em prol de uma atividade quase sempre pesada, que não poderia ser realizada apenas por uma pessoa, onde todos concordam em ajudar no trabalho e ao fim confraternizam em um almoço coletivo. As trocas de produtos, de favores, mediadas pelas relações fraternais geradas entre as famílias que viviam próximas umas das outras, é uma forte característica camponesa.

Na vila Forquilha predominava o trabalho como um meio para se obter o dinheiro para a compra das demais mercadorias necessárias à sua existência. A produção era socialmente determinada, isto é, não se produzia por vontade própria, mas sim pela falta de opção e necessidade de se conseguir dinheiro, e a terra como sendo o único meio de produção era utilizada pela família para produzir.

A relação se dava caracterizada ainda por uma relação social de produção camponesa, pois a mercadoria era proveniente da extração, criação, cultivo e produção, da unidade familiar, assim, o excedente era vendido como mercadoria, este se tornando um



meio para obtenção de dinheiro para a reprodução do seu modo de vida. Ou seja, observemos nesse momento como o trabalho influencia na construção e manutenção desse modo de vida familiar. As famílias têm seu trabalho na esfera familiar onde a dedicação e objetivo é apenas um, suprir suas necessidades básicas, comer, beber, vestir, morar, dormir, etc..

Existindo relações de proximidade entre as famílias, no âmbito da vizinhança na utilização dos espaços comuns para atividades como os mutirões, nas caçadas, na pescaria, nos girais de lavar roupa na beira do rio, e nas festividades da comunidade. A vila Forquilha se compreendia em um bom lugar para morar, onde todos se conheciam, já que eram poucos os moradores, todos sabiam quem era filho de quem, onde morava, o que faziam. E assim eles viviam de maneira tranquila, a violência não fazia parte da realidade, eram raros e quase nulos os atos de furto e brigas.

As pequenas tabernas que existiam na vila vendiam artigos básicos e onde o crédito se dava através da confiança que se tinha entre as partes, tudo acontecia tendo por base nos laços de amizade presente entre os envolvidos na relação. Podia-se comprar lá querosene, charque, café, açúcar, arroz, sabão em barra, tudo em pequenas quantidades, a retalho, pois assim custariam pouco.

A produção excedente dos agricultores era levada para a feira, em Tomé-açu ou Quatro Bocas, hoje conhecida como a feira do agricultor, o transporte era feito de barco, ou de canoa, geralmente eles iam em grupos, lá as famílias trocavam suas frutas, farinha, arroz, pimenta do reino, por produtos que não produziam, além de vender parte dessa produção a dinheiro, esse dinheiro seria usado na compra de itens que só podiam ser comprados na cidade.

Quase sempre eram reféns dos preços impostos pelos compradores, e tinham que aceitar, pois não podiam voltar com seus produtos para casa. A circulação do dinheiro na vila era mínimo, já que o dinheiro que eles recebiam pela mercadoria vendida, já ficava no centro, em Tomé-açu, pouco ou nada voltava com eles para a vila.

(...) nós trabalhava com pimenta e cacau e cupuaçu, e roça de mandioca e milho. Trabalhava eu, meu pai e mais dois irmãos, era muito difícil essa época, nessa época meu pai trabalhava todo dia, e a condição eu achava que era menos, eu lembro demais, pra comprar uma bicicleta eu lembro que foi uma luta medonha (...) naquele tempo pra comprar uma bicicleta nós fizemos mais de 20 sacos de farinha pra poder comprar uma bicicleta e hoje se você fizer 10 sacos de farinha você compra uma bicicleta (...) (Entrevistado1).



O entrevistado acima é morador antigo da vila Forquilha e relata as dificuldades vividas por ele e sua família, a quantidade de trabalho que precisava ser realizado para se conseguir adquirir algum bem, isso antes da instalação das empresas de dendeicultura no lugar. O que eles ganhavam ao vender seus produtos era pouco, e só lhes garantia o necessário a sobrevivência. O agricultor só possuía a terra, trabalhava em sua unidade familiar com a ajuda de seus filhos e esposa, trabalhando todos os dias, em um regime pesado para alimentar sua família e suprir suas necessidades mais básicas. Essa era a única forma de se manter lá.

As terras eram aparentemente livres, “sem dono”, qualquer pessoa poderia se apossar, construir sua casa e viver ali, como os demais moradores da vila, não havendo nenhum tipo de documento que lhes concedesse a titulação da terra, portanto não havia mercado de terras. Assim que chegavam na vila Forquilha, (assim também aconteceu nas demais vilas) o agricultor imediatamente já começava a plantar suas frutas, preparar a terra para o seu roçado, já que este seria a garantia da sobrevivência de sua família. Não se tinha a posse da terra, a posse se dava pelo uso.

A unidade familiar era administrada pelo chefe da família, quase sempre o patriarca, para contribuir com a alimentação e diversificação do cardápio alimentar a caça e a coleta de frutos era uma prática comum, já que as comunidades eram cercadas por mata. A unicidade entre a terra, o trabalho e a família é uma forte característica onde desde criança os filhos contribuía no trabalho, seja na roça, no cuidado com os animais, nos afazeres domésticos.

As paisagens vegetais do lugar eram pouco alteradas pois o tipo de agricultura produzida era em pequena escala, o que causava pouco ou nenhum desgaste ambiental, e quando a terra estava cansada eles faziam uma nova roça em outro lugar em quanto o solo usado se recuperava naturalmente, e aquele local pudesse ser utilizado para o cultivo novamente, uma espécie de rodízio no regulamento de tarefas no campo. As propriedades eram pequenas, não existindo cercas, cada um usava a quantidade de terra que era necessária à sua reprodução.

O habitat dos moradores se dava em casas quase sempre de madeira, algumas de barro, com poucos móveis e objetos. Com poucas estradas de acesso ao centro de Tomé-açu, as notícias demoravam a chegar na vila, a comunicação se deu por anos através de bilhetes e recados, dados por um ou outro morador. A expansão e crescimento da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-açu (CAMTA), assim como das culturas produzidas em Tomé-açu, garantiu um processo de crescimento do município, o que lhe possibilitou melhores estradas, a chegada da energia elétrica, do telefone, passando a vila Forquilha a também a usufruir desses benefícios.



Assim como surgiu a vila Forquilha nesse momento, também surgiram outras comunidades como a São Raimundo, Binteua, Vila Socorro, Nova Betel, Castanhalzinho, como sendo as mais antigas, entendemos que tais comunidades se reproduziam se relacionando umas com as outras, onde suas relações de trabalho tinham por base a produção da mandioca, frutas tropicais, pimenta-do-reino, viviam o tempo da natureza, pois não possuíam nenhum tipo de aparato tecnológico para produzir.

### **1.3. Metamorfoses na Vila Forquilha.**

A reorganização espacial da vila se deu devido uma série de fatores que se sobrepuseram a partir da instalação das empresas produtoras de dendeicultura na microrregião de Tomé-açu, a gama de políticas públicas que foram criadas a fim de possibilitar a expansão da cultura, bem como o fluxo migratório em direção a vila. Esse processo se deu envolto em tensões, disputas de terra e de mão-de-obra, acentuando processos que ainda eram embrionários, metamorfoses no espaço e no trabalho que ressignificaram a vila, e assim a vida dos seus moradores.

Atualmente a vila expandiu-se e transformou-se em um distrito, composta por inúmeras outras vilas, o que nos ajuda a ter a dimensão do seu tamanho. Ao chegar lá nos deparamos com a avenida principal chamada Francisco Luís, onde encontramos uma variedade de lojas roupa, calçado, papelaria, material de construção, supermercados, borracharias, restaurantes, lanchonetes, padarias, salão de beleza, farmácia, casa lotérica, cybers, assistência técnica de eletrônicos, que segundo os moradores foi fortemente expandido após a implantação dos projetos de dendeicultura na região. Nos chama atenção à paisagem encontrada lá, pois se difere de outra comunidade rural, ou vila que tenhamos em nossas mentes como referência de uma vila rural, devida a variedade de serviços que podem ser atendidos.

Quando entramos na vila nos deparamos com um espaço rural, cujos objetos geográficos e serviços se estabelecem à medida em que as demandas aparecem, construídos informalmente, com posto de gasolina, hotéis, motéis, oficinas mecânicas, restaurantes, residências não padronizadas, saneamento básico precário, ruas não asfaltadas.

Em relação ao comércio local identificamos três lojas de material de construção, três de móveis e eletrodomésticos, cinco lojas de roupa e calçados, três restaurantes, seguidas de duas oficinas mecânicas, duas lojas de informática, duas farmácias, casa lotérica, salão



de beleza e posto de gasolina, estes são alguns dos estabelecimentos dispostos na avenida principal, isso demonstra o grande boom vivido pelo lugar.

A chegada de mão-de-obra passa a ser incorporada ao trabalho, aquecendo o setor de compra e venda de imóveis, assim como o de alugueis, uma grande demanda de kitsnets vem sendo construída a fim de receber essa mão-de-obra que chega na vila Forquilha. Isso se reflete na abertura de tais lojas de material de construção, que irão atender a essa demanda local.

Assim surge a necessidade de se comprar eletrodomésticos, móveis a fim de mobiliar as novas residências, da mesma maneira esse movimento impacta o consumo, estimulando a abertura de mais lojas de roupa, calçado, acessórios, bem como franquias de venda de motos, celulares. Vemos que agora a vila passa a oferecer serviços que antes só eram possíveis ser acessados em Quatro Bocas ou no centro de Tomé-açu.

Essa expansão no setor de comércio e serviços fez com que o fluxo ao distrito de Quatro Bocas diminuísse, o que também influencia e resulta no fato de que o dinheiro pertencente a população da vila Forquilha, grande parte fica agora na vila mesmo, é injetado no comércio local. O que gera cada vez mais um crescimento, ocasionando pela oferta e especialização dos serviços. Além de trazer maior comodidade aos moradores do lugar que não precisam mais se deslocar.

Observamos que o trabalho na dendeicultura tem um papel importante na economia local, bem como a dependência que o lugar tem da empresa é um fato preocupante, o que nos leva a questionar se a vila manteria tal dinâmica caso a empresa fechasse? O comércio conseguiria absorver a mão-de-obra que atualmente é sustentada pelas empresas? O que aconteceria com esses trabalhadores? O setor de comércio e serviços conseguiria manter sua clientela consumindo a ponto de manter seus estabelecimentos funcionando?

Como podemos observar na imagem 1, a baixo, a rua Francisco Luís, onde se localiza a avenida principal de comércio na vila Forquilha, com vários estabelecimentos comerciais, entre eles o supermercado chamado “Meio Preço”, o de maior referência na vila, e o “Giro Motos”, que oferece serviços de manutenção de motos e a venda de acessórios. Além disso, temos a presença de um ônibus da empresa Biopalma, que faz o transporte dos trabalhadores, das áreas de plantio da empresa até as vilas ao redor. Na vila Forquilha não há um sistema de transporte público que transite pelas ruas, há apenas duas linhas, uma da empresa Calimã e outra da Boa Esperança que passam pela vila uma ou duas vezes por dia. Contudo o transporte alternativo se faz presente, mesmo não sendo legalizado transporta os moradores até Quatro Bocas e o centro de Tomé-açu.

IMAGEM 1- Principal via comercial.



Fonte: GDEA, 2015.

Os três supermercados na mesma avenida indicam a quantidade de pessoas que moram na vila e consomem os seus produtos, pois em um primeiro momento não se compreende como todos eles conseguem se manter em atividade, devido à concorrência, mas ao caminhar entre ruas da vila, nos deparamos com a quantidade de ruas que foram se desenhando na vila, e assim podemos ter a dimensão da quantidade de pessoas que vivem lá.

Porém, alguns elementos da paisagem permanecem intactos e ajudam a compor o aspecto rural da vila, como podemos ver na imagem 2, a praça central, elemento comumente presente em comunidades rurais, próxima a ela a igreja católica, quase sempre esses são os primeiros elementos construídos que dão o sentido de comunidade, com uma área comum, onde as pessoas se reúnem, e a igreja, que funda o sentido de comunidade, ao lugar. A igreja quase sempre tem como nome a padroeira que é homenageada anualmente nas festividades, neste caso, Nossa Senhora da Conceição. A vila Forquilha conta atualmente com a presença de igrejas evangélicas, assembleia de Deus, Universal, que compõem a sua configuração espacial, exercendo seu papel de elo entre as pessoas.

Observamos ainda que algumas moradias preservam plantios e tem nos quintais arvores de médio porte, que esboçam a resistência do lugar as transformações. Algumas propriedades mais afastadas da área comercial da vila Forquilha que possuem seus roçados, aderiram ao sistema de parceria e cultivam dendê. A presença dos postes de energia elétrica, como iluminação pública, casas com sistemas de água encanada, caixas



d'água. As áreas de mata virgem que cada agricultor preserva ainda dão um “ar verde” a paisagem da Vila Forquilha.

IMAGEM 2- A Igreja e a Praça central.

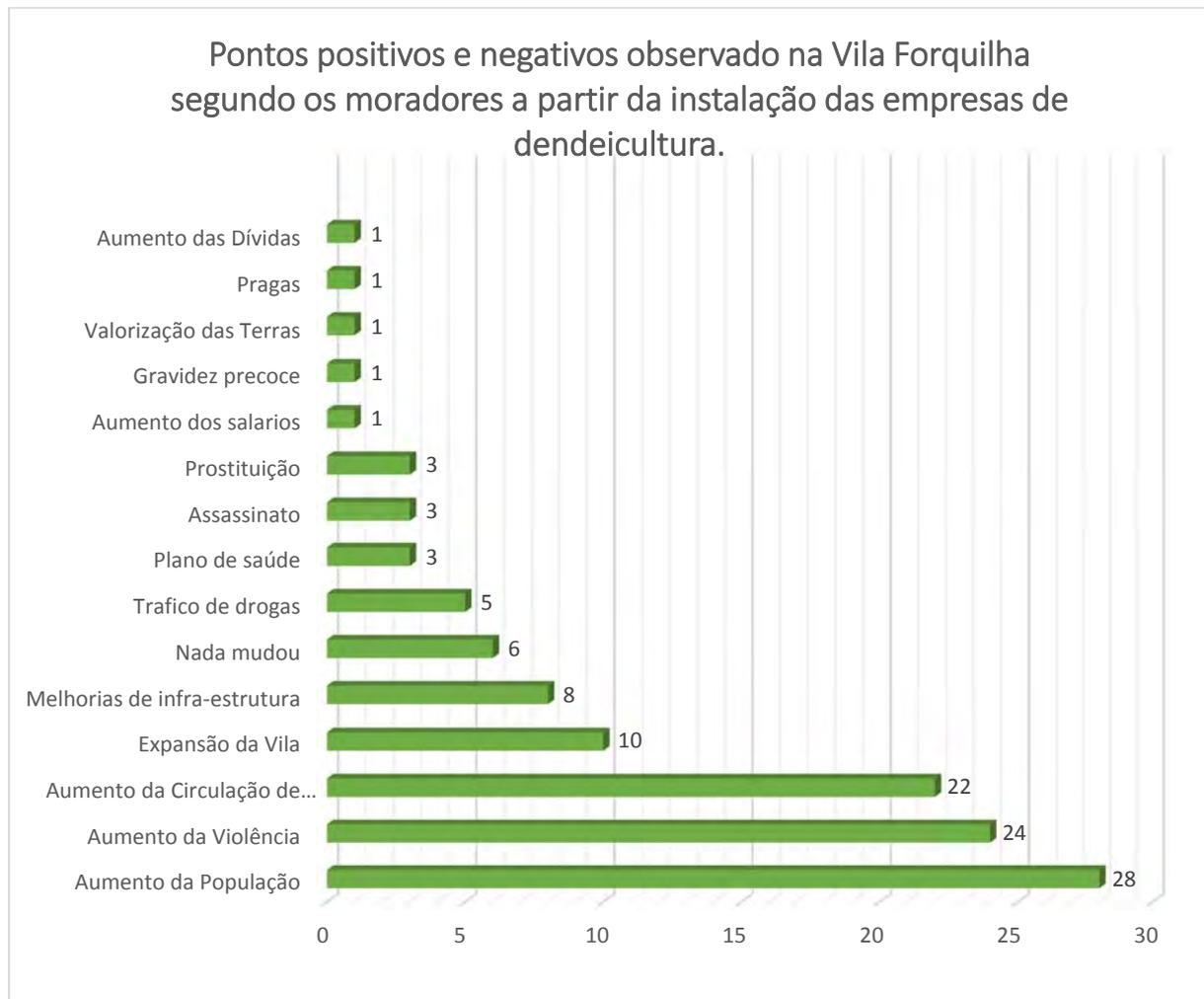


Fonte: GDEA, 2015.

Ao entrevistarmos moradores da vila, aplicamos questionários buscando conhecer um pouco sobre seu perfil socioeconômico, além de suas opiniões a respeito da dinâmica social construída em torno da dendeicultura no lugar, eles elencaram algumas mudanças ocorridas a partir da instalação das empresas, transformações que mais foram visíveis. O gráfico 1 demonstra os aspectos destacados por eles, que vão desde positivas, negativas, às questões ambientais e sociais.

Como podemos observar os itens mais citados entre os entrevistados foi a geração de emprego ocasionado pela instalação da Biopalma e da Belém Bioenergia aos arredores da vila, dando oportunidade aos moradores de se “ficharem”, termo utilizado por eles ao conseguirem um emprego de carteira assinada. Esse foi o ponto que mais chamou a atenção dos moradores entrevistados, e mais se destacou como sendo uma mudança ocasionada pela instalação das empresas. O trabalho assalariado passando a predominar na lógica espacial do lugar, uma lógica nova que como veremos a seguir irá fomentar diversas transformações.

GRÁFICO 1- Pontos positivos e negativos observado pelos moradores da Vila Forquilha a partir da instalação das empresas de dendeicultura.



Fonte: GDEA, 2015.

Outros aspectos destacados foram o aumento da população, da violência, da circulação de dinheiro e a expansão do lugar ocasionando algumas melhorias na infraestrutura. Esse movimento na dinâmica social e na configuração espacial foi observado pelos moradores, entretanto, alguns aspectos negativos também foram evidenciados como o aumento no tráfico de drogas, no número de assassinatos, de gravidez precoce, e na prostituição, fatos que se originam a partir do crescimento desordenado, pode ser constatado pelos moradores da vila.

Os policiais responsáveis por fazer diariamente a ronda na vila Forquilha nos relatam que hoje, vive-se uma situação um pouco mais tranquila, com relação há alguns anos atrás. Assassinatos eram constantes na área, decorrentes de acertos de contas, roubos seguidos de morte, hoje o que mais se vê por lá é o tráfico de drogas, roubo de celulares, furtos, e brigas aos fins de semana em festas que acontecem nos bares.



Segundo eles, o que ocorre é que os indivíduos ao serem demitidos da Biopalma ou abandonarem seus empregos lá, gastam suas indenizações sem planejamento, e ao ficarem sem dinheiro partem para o mundo do crime, praticando o roubo, e às vezes até o tráfico de drogas. A vila Forquilha não possui um posto policial, tem apenas um ponto que serve de descanso aos policiais que fazem ronda, sem ter um posto fixo, a delegacia está localizada em Quatro bocas, a 14ª Companhia, lá são feitas as ocorrências.

Há aqueles que acreditam que nada mudou, e os que percebem um aumento salarial dos trabalhadores, aumento também nas dívidas adquiridas por eles, pois houve aumento no poder de compra destes, que não se planejam financeiramente e acabam se endividando. Assim como uma relevante valorização das terras, que foram vendidas as empresas de dendeicultura, que antes não eram tão valorizadas. Outros moradores destacaram a presença de pragas de animais peçonhentos em suas casas, insetos, que antes não eram vistos por lá. Além disso, foi visto como mudança positiva o fato dos trabalhadores das empresas possuírem como direito um plano de saúde, realidade nunca vivida por eles antes.

## 2. CONCLUSÕES

As considerações feitas aqui são parte de uma pesquisa maior, vinculada ao grupo de pesquisa “Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário na Amazônia” – (GDEA), e de uma dissertação intitulada “As metamorfoses do trabalho e no espaço a partir da dendeicultura em Tomé-açu (PA): estudo de caso na Vila Forquilha”.

Antes da instalação da dendeicultura os moradores da Vila Forquilha viviam de acordo com a dinâmica social do lugar, em suas pequenas propriedades, contendo uma forte ligação com a terra, pois ela era o único meio que possuíam para a reprodução de sua vida. Em suas unidades familiares viviam a partir da agricultura, extração, criação de animais, essas atividades eram um meio, que objetivava suprir suas necessidades, eles sempre se dedicaram também, dadas as devidas proporções a atividades paralelas como o comércio, artesanato e ao trabalho em outras propriedades, no cultivo da pimenta do reino, cacau, arroz.

Após garantir a alimentação de sua família, alguns produtos eram comercializados na cidade, neste caso em Tomé-açu ou em Quatro Bocas, e o dinheiro adquirido era também usado em favor da reprodução do seu modo de vida, neste caso, da unidade familiar inteira. O dinheiro naquele momento, ainda não era o principal mediador das relações sociais, pois a maioria das coisas necessárias a sua sobrevivência não vinham dele, e sim da terra em que viviam, de suas próprias mãos.



Do trabalho na unidade produtiva familiar resultava um circuito da produção e circulação da qual produzia. Isso muda com a chegada das empresas de dendeicultura na vila Forquilha. A diversidade de culturas cultivadas, era um fator chave para se obter êxito na unidade familiar, pois os cultivos se intercalavam, construindo assim um calendário agrícola que lhes garantia a produção o ano inteiro. Além de sempre poder contar com a coleta de frutos e com a criação de animais. Essa multiplicidade de ações se transforma em virtude do trabalho rural individual, o que propicia que o camponês possa adentrar novos campos de trabalho, conforme suas necessidades, e determinações sociais que se apresentam ao seu lugar.

Esse movimento desencadeia uma série de transformações positivas e negativas a vila, que antes tinha seu modo de vida girando em torno da forma de trabalho que possuíam, na maneira com que se utilizavam da terra na unidade familiar. A produção acontecia respondendo as necessidades locais, de uma agricultura voltada a sua reprodução e ao comércio local, as regras locais, as necessidades das famílias que ali moravam. Isso também se transforma com a chegada da dendeicultura. O trabalho passa a atender demandas de fora da vila Forquilha, pois o óleo de palma não é uma necessidade dos moradores da vila, e talvez não seja nem do município ou do Estado. Já que maior parte da sua produção é voltada à exportação para fora do país.

Falar das metamorfoses ocorridas no trabalho rural nos leva a pensar que estas fazem parte de um conjunto maior de mudanças, que acontecem nos eixos econômicos, políticos, sociais e culturais, e que estão inseridos no cotidiano dos moradores da vila e constituem seu modo de vida, moldando suas práticas existenciais, através do habitat, consumo, habitação e deslocamentos diários.

Temos assim, o dendê como um agente de destaque na economia, pois possibilitou o emergir de uma nova fonte de renda, apresentando aos moradores da vila oportunidade de emprego, metamorfoseando o trabalho no lugar, entretanto, isso trouxe mudanças que se desencadeiam e recaem sobre a vida dos indivíduos que lá habitam.

### 3. REFERÊNCIAS

CARVALHO, Ana Cláudia Alves de. **O período do dendê no Estado do Pará**. Belém: UFPA, 2013. (Monografia de Conclusão de Curso).

CRUZ, Manoel de Jesus Masulo. **Territorialidade camponesa na várzea da Amazônia**. /Manoel de Jesus Masulo da Cruz; Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira – São Paulo, 2007. 261 f; 30 cm Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.



- EMBRAPA. **Embrapa Amazônia Oriental e o Agronegócio do Dendê no Pará.** Belém. 2006. Disponível em: <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/394940>>. Acessado em 01/03/2012.
- MULLER, A. A. (Ed.) **A cultura do dendezeiro na Amazônia brasileira.** Belém: Embrapa Amazônia Oriental/Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2000.
- NAHUM, J. S.; BASTOS, C. S. - **Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista eletrônica de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr., 2014.
- NAHUM, J. S.; MALCHER, A. T. C. - **Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na micro-região de Tomé Açu (PA)** -< <http://confins.revues.org/7947>>. Acessado em: 8 de jul. de 2013.
- NAHUM, João Santos (Org). **Dendeicultura e dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia paraense /** - Belém: GAPTA/UFPA, 2014.
- SANTOS, Milton, 1926-2001. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção /** - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).



## **GT 13 - Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações, novas formas de dominação?**

### **A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E MERCADO DE TRABALHO: UMA INTERPRETAÇÃO A PARTIR DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA**

Gilberto de Souza Marques (UFPA)<sup>1</sup>  
[gilsmarques@bol.com.br](mailto:gilsmarques@bol.com.br)

Andressa Magalhães Lima (UFPA)<sup>2</sup>  
[andressa\\_lima10@hotmail.com](mailto:andressa_lima10@hotmail.com)

#### **RESUMO**

A teoria da dependência surgiu em 1960 na tentativa de explicar os fatores para a falta de desenvolvimento nos países latino-americanos. Contrapôs-se à teoria do desenvolvimento, dominante no pensamento econômico. Neste artigo, partimos da análise marxista de Ruy Mauro Marini para compreender como os países dependentes latino-americanos se encontram no mercado mundial. A dependência é entendida como uma situação na qual um país é subordinado à dinâmica de outra nação que se apropria de parte do valor produzido no primeiro, dinamizando sua economia e gerando contradições na periferia. Superexploração do trabalho e subimperialismo são duas categorias destacadas na Teoria Marxista da Dependência. No Brasil, a dependência se evidencia desde os anos de 1930, pelo menos, quando sua economia inicia o processo de industrialização. Diferentemente do que acreditava inicialmente a Cepal, com a industrialização não se quebraram os vínculos com a dependência. Posto isso, o objetivo desse artigo é analisar como ocorre o processo de dependência no Brasil partindo-se do processo da industrialização brasileira. A análise desse processo, tendo algumas breves considerações sobre o mercado de trabalho, é feita a partir de uma revisão literária sobre a perspectiva teórica em questão, apresentando alguns apontamentos sobre a industrialização no Brasil, particularmente do período que se estende da década de 1930 ao final dos anos 1960.

Palavras- chave: dependência; desenvolvimento; industrialização; América Latina.

#### **1. INTRODUÇÃO**

Os países latino-americanos desde os anos de 1930 sofreram grandes modificações de acordo interesses dos países detentores de capital. Após as guerras, sua economia foi inserida no mercado mundial e passou a ser subordinada a ele. Diante dessa situação, surgiram estudos na tentativa de entender o papel da América Latina nesse novo contexto mundial, como a Teoria do Desenvolvimento, a Cepal e a visão da esquerda, com o Partido Comunista.

---

<sup>1</sup> Docente da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Economia, ICSA, UFPA, Brasil.

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Ciências Econômicas, ICSA, UFPA, Brasil.



Não concordando de maneira íntegra com essas teorias, surge a teoria da dependência de perfil marxista. Esta teoria passa a enxergar as diferenças entre os países dependentes e os países desenvolvidos como fruto resultante do processo histórico do capitalismo (ao se disseminar produz desenvolvimento e subdesenvolvimento).

Este presente artigo teve como referencial os fundamentos teóricos de Ruy Mauro Marini, precursor marxista da teoria da dependência. Além de outros autores do mesmo campo teórico, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra.

Marini trata das relações dos países latino-americanos com o capital internacional. Ao serem incluídos na divisão internacional do trabalho fica sob sua responsabilidade a produção e exportação de produtos primários, contribuindo para a acumulação dos países desenvolvidos. Como seus produtos sofrem uma troca desigual no mercado mundial, com o valor dos produtos rebaixados no mercado, compensam essa perda de capital por meio da exploração do trabalho humano (nesse momento, contribuindo para a passagem da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa nos países centrais).

Com a industrialização de alguns países dependentes, novos elementos foram incorporados na dependência, mas ela permaneceu alimentando os vínculos de subordinação destes às economias centrais.

Exposto isso, o objetivo do artigo é analisar a o processo de dependência e industrialização no Brasil, estabelecendo relações com o mercado de trabalho e a existência da superexploração do trabalho. Para isso, recorre-se a teoria marxista da dependência fundamentado, principalmente, no teórico Ruy Mauro Marini para analisar como ocorre a dependência no país a partir do processo de industrialização de 1930 até meados dos anos 1960.

## 2. ANTECEDENTES À TEORIA DA DEPENDÊNCIA

A economia dos países latino-americanos sofreu profundas modificações desde a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a crise de 1929 até a Segunda Guerra Mundial. Subordinada ao capital internacional, sua economia estava voltada para exportação de produtos primários. Com a crise de 1929, parte destes países orientou-se para a industrialização nacional, adotando a política de substituição de importações com apoio do Estado. (SANTOS, 2015; MELLO, 1998).

Nos anos 1950, os países estavam se reorganizando no cenário mundial. Nesse contexto, era necessário o estudo sobre o papel da América Latina na integração ao mercado mundial. Diante disso, surge a Teoria do Desenvolvimento nos países ricos com a “intenção” de explicar e orientar os demais países a alcançar o desenvolvimento, além de



analisar os possíveis impedimentos à modernização latino-americana e determinar os instrumentos de intervenção.

Em 1947 a ONU (Organização das Nações Unidas) cria a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), instalada em Santiago do Chile. A CEPAL buscava explicar as diferenças entre os países desenvolvidos e países subdesenvolvidos e teve grande influência de Raul Prebisch. Com sua teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico, este autor introduziu a noção de centro-periferia e “deterioração dos termos de troca”, na qual descrevia o processo de difusão do progresso técnico na economia mundial e como são distribuídos desigualmente. De acordo com Raul Prebisch, na relação centro-periferia, os países do centro eram aqueles que possuíam alto grau de desenvolvimento capitalista, chegando à fase da industrialização. Já os países periféricos eram aqueles considerados subdesenvolvidos que almejavam chegar ao desenvolvimento pleno.

Para a Cepal, por volta de 1870, é observada uma deterioração dos termos de troca no comércio internacional dos produtos primários. Com a realização das mercadorias no comércio mundial ocorria uma transferência de valor para os países centrais. A partir desse momento se configura a principal causa do subdesenvolvimento, e este só poderia ser superado por meio da industrialização com a promessa de desenvolvimento para os países atrasados. Sendo assim, propôs uma política de substituição de importação. O objetivo era produzir internamente que o era importado, para então superar os obstáculos do desenvolvimento através da industrialização. Começaria com a substituição de importação de produtos de consumo, primeiro destinados a elite e logo depois produtos de consumo durável, já na última fase, uma substituição no setor de maquinarias.

Nessa mesma conjuntura, com algumas diferenças e aproximações em relação à Cepal, temos a esquerda. O Partido Comunista defendia a necessidade de uma revolução democrático-burguesa, com a intenção de romper a opressão imperialista e o desenvolvimento das forças produtivas. Para se efetivar, essa burguesia tinha que contar o apoio do proletário operário, urbano e camponês para romper os laços de dependência, realizar a reforma agrária, ampliar o mercado interno e baixar o custo da produção de alimentos, para enfim, viabilizar a industrialização. (SANTOS, 2015).

A própria Cepal se viu diante de novos desafios como foi o fato de que alguns países latino-americanos terem passado pelo processo de industrialização, instalando setores industriais importantes, mas o subdesenvolvimento e suas contradições permaneciam. Isso levou a Comissão a propor um conjunto de reformas econômicas e sociais (BIELSCHOWSKY, 2000).



As elaborações do pensamento cepalino estiveram sustentadas na teoria keynesiana – em alguns aspectos incorporando elementos da crítica marxista. Apesar disso, e dada a base keynesiana<sup>3</sup> e sua localização institucional (a Comissão era um órgão da ONU), na interpretação da Cepal faltou incorporar uma explicação que tivesse como referência a composição da sociedade em classes sociais (em particular o conflito entre capital e trabalho) e as relações entre as nações a partir de imposições imperialistas, por exemplo. Essa tarefa coube à teoria da dependência, em particular aos autores da vertente marxista, dos quais se destacam Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, entre outros, aos quais podemos acrescentar André Gunder Frank.

### 3. A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

A Teoria da Dependência busca compreender o processo de desenvolvimento na América Latina e as causas para a ocorrência de um subdesenvolvimento, desde o começo da sua industrialização em 1930. Discordava da Teoria do Desenvolvimento na qual acreditava que desenvolvimento e subdesenvolvimento eram etapas de um processo evolutivo comum a todos os países, que caberia cumprir as tarefas e etapas para se chegar ao desenvolvimento. Para os defensores da Teoria da Dependência, o processo histórico do capitalismo produz ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Essa teoria parte da análise de uma economia já conformada a partir dos grandes grupos monopolistas, controlando a economia mundial. Não existe uma única vertente da teoria da dependência, tampouco ficou restrita à América Latina. Santos (2015) cita diversas elaborações oriundas da Leste Europeu, Ásia e África. No caso latino-americano temos a interpretação de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, sustentada nas teorias weberianas e apresentando uma perspectiva mais otimista da dependência, quando comparada aos autores de perfil marxista.

Segundo Marini (2005), para analisar a América Latina é necessário usar aportes teóricos que condizem com suas peculiaridades. Deste modo, caracteriza a região com um capitalismo *sui generis* na qual deve ser contemplado na perspectiva do sistema como um todo, à nível nacional e, principalmente, à nível internacional.

---

<sup>3</sup> A sustentação keynesiana do pensamento da Cepal não impediu que ela conseguisse apresentar uma contribuição ao pensamento econômico e social da América Latina. Fernando Henrique Cardoso (1980) afirma que ainda que suas bases fossem as da teoria econômica assentadas na Europa e EUA, a Cepal utilizou as mesmas para fazer uma leitura própria da realidade latino-americana, buscando explicações de dentro da região (e não simplesmente acatando aquelas que vinham das economias centrais). Por esse fato, Cardoso concluiu que a Comissão conformou uma “originalidade da cópia”. Cópia por recorrer à teoria econômica dominante, mas original por fazer uma leitura própria.



A América Latina surge no contexto da expansão comercial (como colônia produtora de metais preciosos e matérias primas) e se desenvolve conforme a dinâmica do capitalismo internacional. A partir desse momento estabelece relações mercantis com os países centrais que se apropriam de seus excedentes. Nesse sentido, a América Latina surge no contexto da expansão comercial (como colônia produtora de metais preciosos e matérias primas) e se desenvolve conforme a dinâmica do capitalismo internacional. Com a Revolução Industrial na Inglaterra, os novos países (que ganharam independência política no início do século XIX) passaram a exportar produtos primários para a metrópole inglesa em troca de produtos manufaturados que não produziam internamente.

É nesse momento que a América Latina se insere na divisão internacional do trabalho. A produção e exportação de produtos primários ficariam sob a responsabilidade dos países latino-americanos. Para Marini (2005, p.141), é a partir de então que se configura a dependência:

entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, cujo marco as relações de produção de nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.

Segundo Santos (2015), a dependência é uma situação na qual a economia de um país fica condicionada pela economia de outra nação, que a subordina e dela se alimenta. Quem domina se expande e quem se subordina torna-se reflexo dos dominantes.

Logo, foi com a grande indústria que se estabeleceu bases sólidas a divisão internacional do trabalho. Os países dependentes foram de grande importância para esse acontecimento, uma vez que o desenvolvimento industrial requer um grande estoque de produtos agrícolas e os países latino-americanos foram os fornecedores. Além disso, forneceu produtos agropecuários fundamentais para a subsistência da classe operária, permitindo os países industriais se especializar como produtores mundiais de manufaturas.

Deste modo, a América Latina tem a função de atender as demandas da Europa e, conseqüentemente, se insere no mercado mundial capitalista. O desenvolvimento industrial dos países centrais necessitava de grandes quantidades de produtos agrícolas proporcionados pelos países latino-americanos para se fixar como produtores mundiais de manufaturas. Além de fornecer matérias-primas, também contribuíram para o processo de acumulação de capital nos países industriais, pois o fornecimento de alimentos baratos à economia central foi decisivo, na medida em possibilitou rebaixar o valor da força de trabalho da mesma. Permitiu-se, assim, que o eixo da acumulação na economia industrial passe da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa. Isso quer dizer que a acumulação passa a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do



que da própria exploração do trabalho. Contudo, na América Latina esse movimento reflete em uma maior exploração do trabalhador.

Os países centrais ao basear sua produção no aumento da produtividade conseguem reduzir o valor individual de cada mercadoria, uma vez que o trabalhador só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não cria mais valor. Com isso, o capitalista aumenta sua vantagem no mercado competidor e obtém uma mais-valia superior, de acordo com Marini (2005), o capitalista obtém uma mais-valia extraordinária – na qual se converte em lucro extraordinário.

Como os países centrais eram os detentores de tecnologia de ponta e, além disso, produziam produtos manufaturados, os países periféricos encontravam-se atrasados, uma vez que eram produtores de produtos primários e tinham o preço dos produtos rebaixado no mercado, ao contrário dos produtos manufaturados que tinham seus preços elevados. Devido a essa deterioração dos termos de troca, os países centrais enriqueciam a custa dos países periféricos ao transferir seus ganhos de produtividade para as regiões desenvolvidas, como consequência, comprometia sua acumulação de capital.

Essa deterioração é fruto de uma economia primário-exportadora da América Latina determinada pela divisão internacional do trabalho, cuja consequência é a depreciação dos bens primários. Isso acontece porque a região contribui, com a oferta mundial de alimentos, para o aumento da mais-valia relativa nos países industriais através da desvalorização dos bens-salários. Ao vender os produtos manufaturados acima de seu valor e os primários abaixo, há uma transferência de valor para países os industriais.

Outro mecanismo que permite a esses países transferências de valor, ignorando as leis de trocas, é a chamada troca desigual. Nesse caso, as nações consideradas menos desenvolvidas tem que ceder de forma gratuita parte do valor que produzem, principalmente, aos países que lhes vendem mercadorias a um preço de produção mais baixo em função da sua grande produtividade, segundo Marini (2005, p.152):

transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas – o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual.

Segundo Marini, a venda de mercadorias primárias dos países dependentes por um preço inferior a seu valor, significa que parte da mais-valia produzida nestas nações migra para as economias centrais. Estes produtos, no caso em destaque alimentos, contribuem para rebaixar o valor da força de trabalho na economia dominante, possibilitando a passagem da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa – processo já relatado aqui. Com



isso, não se paralisa o processo de inovação tecnológica nos países imperialistas, reforçando a dominação deles sobre os demais.

Independente do mecanismo de transferência de valor, produtividade ou monopólio de produção, há uma compensação dessa perda de valor. Mas essa compensação não ocorre no plano das relações de comércio mundial. A burguesia do país atrasado não se enfrenta com a burguesia dos países centrais. Sendo assim, a compensação teria que ocorrer no plano interno. Como? Aumentando a exploração sobre os trabalhadores.

Posto isso, a consequência da troca desigual é intensificar essa busca por lucro e aguçar os métodos de extração de trabalho excedente por meio de três mecanismos: intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário que garante a subsistência dos trabalhadores. É um modo de produção pautado em uma maior exploração do trabalhador, condizente com a realidade da economia latino-americana com baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas.

Ao negar o trabalhador às condições necessárias para repor o desgaste da força de trabalho (seja por meio de um dispêndio maior da força de trabalho que provoca o seu esgotamento prematuro ou por meio da retirada da possibilidade de consumo para conservar sua força de trabalho), utilizando termos capitalistas, isso corresponde a um trabalho remunerado abaixo de seu valor. Para Marini trata-se da superexploração do trabalho.

A América Latina, desde sua inclusão no mercado mundial, desenvolveu uma economia mercantil de acordo com as relações de produção do mercado mundial. Processo esse que continha grande contradição: ao contribuir nos países centrais com a acumulação de capital fundamentada na capacidade produtiva do trabalho, os países latino-americanos tiveram que realizá-lo por meio da superexploração do trabalhador (aumento da jornada de trabalho, da intensidade, rebaixamento do salário...) como forma de compensar a perda de parte da mais-valia que foi apropriada pela economia dominante. E é nessa contradição que consiste a dependência latino-americana.

O eixo da circulação capitalista está constituído pelos países industriais, cujo centro é o mercado mundial. Como a produção latino-americana não necessita do consumo interno para a sua realização, o trabalhador da economia dependente não participa da fase de realização da produção. Acontece que nos países dependentes há uma separação de duas fases fundamentais do ciclo do capital: produção e circulação de mercadorias.

Diferente do que ocorre nos países centrais, nos países latino-americanos a circulação se separa da produção e se realiza essencialmente no âmbito do mercado externo, logo, o consumo individual do trabalhador não intervém na realização do produto. Em contrapartida, ocorrerá uma maior exploração do trabalho do operário, sem se importar



com o seu desgaste precoce, desde que existam condições para repor a força de trabalho – garantido pelo exército industrial de reserva. Dito isso, Marini (2005, p.164) ressalta que esse ciclo do capital só reforça ainda mais a dependência, ao afirmar que:

A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional.

Esse movimento do capital compromete o ingresso da América Latina no processo de industrialização, ao ter que se firmar com as bases criadas pela economia exportadora. Ao analisar o processo de industrialização, Marini argumenta que em países como Argentina, México, Brasil e outros, não se conformou uma verdadeira economia industrial. A atividade industrial existente nesses países era subordinada à produção e exportação de bens-primários na qual era vital para o processo de acumulação.

Segundo Bamberra (2013), o processo de industrialização na América Latina tem início por volta de 1930, quando ocorre a crise econômica mundial em 1929, na qual adotaram o processo de substituição de importações com o objetivo desenvolver a produção nacional. Após a Segunda Guerra Mundial, ocorre a integração do capitalismo periférico ao capitalismo hegemônico - principalmente dos Estados Unidos (BAMBIRRA, 2013). As indústrias instaladas nesse período, nos países dependentes e coloniais, serviram de apoio ao novo desenvolvimento industrial do pós-guerra ao lado da expansão do capital internacional.

Esses países, na qual se predominava o setor primário-exportador, começaram seu processo de industrialização antes do pós-guerra, portanto estão incluídos nos países do tipo A (países com início antigo de industrialização) de acordo com a divisão proposta por Vânia Bamberra em seu livro “O capitalismo dependente latino-americano”. No total são seis países que estão nessa tipologia: Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia. (BAMBIRRA, 2013).

Nesse sentido, é possível perceber que os países latino-americanos mudavam sua formação socioeconômica de acordo com a necessidade e expansão do capitalismo mundial, como ressalta Vânia Bamberra (2013, p.78):

É assim que o curso do desenvolvimento do capitalismo na América Latina passa de uma *formação socioeconômica dependente colonial-exportadora para uma formação socioeconômica dependente capitalista-exportadora*, até finalmente chegar a uma *formação socioeconômica dependente capitalista-industrial*.



Somente depois da crise da economia capitalista que eixo da acumulação se desloca para a indústria. Nesse momento a esfera alta da circulação passa a ser voltada a para a produção interna e a partir disso a economia exportadora passa a se corrigir; e o capitalismo dependente caminha em direção a uma configuração similar á dos países industriais clássicos. Entretanto, diferente das economias clássicas, as economias latino-americanas não criam sua própria demanda, elas surgem para atender a uma demanda pré-existente e por esse motivo se estruturará em função dos mercados dos países avançados.

Essa orientação ao mercado externo e o baixo nível tecnológico que faz com que o preço de produção seja determinado essencialmente pelos salários, permitindo ao capitalista apropriar-se do excedente de mão-de-obra e pressionar a queda dos salários. Esse movimento faz com que haja uma compressão dos salários cada vez mais para baixo, além de facilitar a acentuação da exploração dos trabalhadores com a intensificação do trabalho e prolongação da jornada de trabalho. Dessa forma, Marini (2005) argumenta que a economia industrial da América Latina continua em situação de dependência e se reproduz com uma acumulação de capital pautada na superexploração do trabalho.

Afora isso, o processo de industrialização na economia dependente ocorreu marcado pela entrada de empresas transnacionais ou da conformação de empresas nacionais diretamente associadas às primeiras. Ainda que utilizando uma tecnologia inferior à da economia central, estas empresas dispõem de meios de produção mais desenvolvidos que a da indústria tipicamente local. Com isso, conseguem, com custo de produção menor, se apropriar de parte da mais-valia de suas concorrentes, obtendo uma mais-valia e lucro extraordinários (MARINI, 2012).

A burguesia local procura recompor sua taxa de lucro aumentando a exploração sobre o trabalhador, rebaixando o valor da força de trabalho abaixo do valor de então, mas isso beneficia novamente a indústria estrangeira. Ainda que a indústria local consiga incorporar uma tecnologia equivalente à da indústria multinacional instalada na economia dependente, esta última tem condições de inserir meios de produção mais desenvolvidos tecnicamente, recompondo a diferenciação (MARINI, 2012).

#### 4. POLÍTICA E ECONOMIA NA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Nos anos 1930 o Brasil sofreu uma crise no sistema de exportações, que tornou evidente a impossibilidade de continuar processando o desenvolvimento industrial dentro das fronteiras semicoloniais. Isso se deveu principalmente a dois motivos: primeiro por conta da crise do comércio exterior, devido à queda dos preços dos produtos exportados e a dificuldade dos Estados Unidos em absorver quantidades crescentes de exportação



brasileira (com a finalidade de alcançar as importações necessárias à industrialização). Segundo, pela concentração de terras, aumentando os preços dos alimentos e limitando a oferta de matérias-primas que a indústria necessitava, impondo barreiras à expansão do mercado interno tal qual a indústria requeria. (MARINI, 1971).

Nesse sentido, 1930 foi ponto chave na transição de uma economia semicolonial (exportação de um produto e atividade expressivamente agrícola) para uma economia diversificada (intenso processo de industrialização). Desde a crise de 1929, intensificou o processo de substituição de importações de bens manufaturados.

Nesse mesmo contexto surgiu o movimento revolucionário de 1930, após a crise cafeeira e a pressão da nova classe industrial, com o interesse de participar do poder. A velha oligarquia latifundiária foi pressionada para romper com o seu monopólio político, instaurando no poder componentes revolucionários direcionados por Getúlio Vargas. Sob a sua liderança, implantou um regime ditatorial em 1937 (Estado Novo) com o apoio da burguesia (através de uma aliança entre a oligarquia e a pequena burguesia direitista). (MARINI, 1971).

Sendo assim, o Estado Novo (1937) simbolizou a consolidação da burguesia no poder, mas em associação aos latifundiários e velhos grupos comerciais e, ainda, buscando um esquema particular de relações com o proletariado. Esse compromisso de 1937 é, na verdade, um reforço de interesses econômicos entre a burguesia e as antigas classes dominantes. Essa complementariedade entre a burguesia industrial e a burguesia agroexportadora foi caracterizada pela geração de excedentes e divisas pelo setor agroexportador que foram drenados para a indústria.

A complementariedade foi tornando-se defasada, uma vez que, o desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro necessitava ir além dos limites que a estrutura agrária fornecia. Chegou ao ápice ao se chocar com os limites das relações com o imperialismo. Quando alcançou esse estágio, o sistema entrou em crise. Para superar, era necessário pensar em uma nova etapa de desenvolvimento.

Com a união cada vez mais intensa do Brasil com o capital internacional (principalmente os Estados Unidos), a burguesia nacional tenta reagir contra isso. Para refrear essas pressões ao governo e com o intuito de ganhar apoio, Vargas mobilizou o proletário urbano. Além disso, o Ministro do Trabalho João Goulart concedeu um aumento de 100% sobre o salário mínimo e convidou as organizações trabalhistas a apoiarem ao governo. Entretanto, sua tentativa não deu certo, Vargas se viu pressionado e logo após, suicidou-se.

A crise política de 1954, sucedida pelo suicídio de Vargas, provocou uma grande mobilização popular. Devido a isso, o governo de Juscelino Kubistchek e João Goulart foi



obrigado a assumir um compromisso para superar a crise. A solução foi abrir as portas da economia brasileira ao capital internacional, principalmente norte-americano, mas com a seguinte condição: a implantação de “um alto grau de integração do seu parque industrial que deveria expandir-se até a montagem de uma indústria base”. (SANTOS, 2015, p.34).

Para isso, o presidente Juscelino Kubistchek no ano de 1956 adotou um programa de desenvolvimento econômico, o chamado Plano de Metas. Esse plano estabelecia incentivos financeiros públicos destinados a setores básicos (energia, transportes, alimentação, indústrias de base<sup>4</sup> e educação, mas o enfoque mais assíduo no setor de energia, transporte e indústria) e favorecia a entrada de capital estrangeiro. Além disso, para dar continuidade ao plano investiu nas obras públicas e na construção civil, motivo que o levou a construir a nova capital Brasília. O plano era concentrado em setores-chaves da economia brasileira, na qual as metas concentravam-se em infraestrutura e substituição de importações com o intuito de superar pontos de estrangulamento interno e externo. (MARINI, 1971; BAER, 2002).

O processo de expansão começou a dar sinais de esgotamento a partir de 1960, fruto da continuada crise política que o país enfrentou após a renúncia de Jânio Quadros à presidência. Nessa época ocorreu a queda do nível das rendas internas, dos preços, dos volumes das exportações e da exportação de lucros, que levou o país a uma crise cambial. Outro fator foi o processo inflacionário, “expressão da luta que libertou a burguesia industrial e financeira dos grupos empresariais rurais, assim como das classes assalariadas”. (MARINI, 1971, p.17).

Nos anos 1950-1960, os países dependentes, incluindo o Brasil, continuaram com a política de substituição de importações, com adoção de tarifas, instrumentos cambiais e de crédito. Sob o comando do capital internacional, muitos produziram mercadorias novas, assim como ocorreu à inclusão de inovações para atender as vontades dos países centrais.

Mas a entrada do capital internacional gerou contradições e questionamento de setores nacionalistas e de trabalhadores redundando em processos revolucionários, em particular contra as oligarquias primário-exportadoras e seus governos (Bolívia, 1952; Equador, 1954; Venezuela, 1958 e Cuba, 1958-1959). Estes processos revolucionários sofreram a oposição brutal do capital internacional e dos EUA, particularmente quando se tentava nacional o setor exportador ou realizar a reforma agrária. (SANTOS, 2015).

Com a hegemonia norte-americana, em 1950, os Estados Unidos tinham a visão que o processo de desenvolvimento precisava de uma elite militar, empresarial e sindical. No Brasil, esse modelo foi imposto com o golpe militar de 1964, que conteve a burguesia nacional no seu projeto de se tornar um poder internacional ou regional. Os militares

---

<sup>4</sup> Esse setor receberia auxílio financeiro do BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.



propuseram uma modernização apoiada na aliança e na integração da burguesia nacional ao capital multinacional, reforçando o caráter dependente e subordinado do país ao capital internacional. Nesse contexto, o regime militar levou a burguesia a abandonar as possibilidades de independência nacional e desenvolvimento com seu próprio aparato tecnológico. (SANTOS, 2015).

Para o novo governo a saída para a crise que o país estava vivenciando era o controle da inflação, modernização dos mercados capitais e na atração do capital estrangeiro. O objetivo era alcançar o equilíbrio da balança de pagamentos, a redistribuição de renda e, por ventura, a redemocratização do capital. Em relação às medidas estruturais, tinha como plano a reforma agrária (logo descartada) e a reorganização do mercado interno de capitais. Ademais, projetava para o futuro a consolidação do parque industrial de bens intermediários de consumo durável e equipamentos, com investimento em tecnologia de ponta capaz de aumentar sua capacidade competitiva, com o intuito de transformar o país em uma potência industrial. (BAER, 2002; MARINI, 1971).

Outra política adotada pelo governo militar foi a política tributária (com enfoque na taxação de salários) e a de contenção de crédito. A partir desse momento, as empresas buscam um maior nível técnico com o intuito de diminuir a mão-de-obra e, por ventura, reduzir seus custos de produção. Levando os capitais nacionais a se unirem com grupos multinacionais. Essa política econômica do governo ajudou largamente as grandes empresas (nacionais, estrangeiras e principalmente aquelas dedicadas à indústria pesada), em contraposição, as pequenas e médias indústrias (produtoras de bens de consumo não duráveis) ficaram em péssima situação devido à retração do consumo. O objetivo era converter o país numa potência industrial. (MARINI, 1971; MARQUES, 2007).

Além disso, o Governo Militar intensificou a luta de classes. Antes a classe média buscava restabelecer um diálogo político entre a burguesia e as massas, entretanto, as relações de classes são dominadas por uma cisão. De um lado a classe dominante - burguesia, empresários estrangeiros e grandes proprietários de terra - e do outro a classe trabalhadora. Fazendo a pequena burguesia assumir posições que vão do radicalismo de extrema esquerda ao neo-fascismo de extrema direita - além da ideia de “redemocratização” lançada pelo Partido Comunista brasileiro. (MARINI, 1971).

Na análise da industrialização brasileira e da entrada do capital internacional, há um aumento do grau de exploração dos trabalhadores, de modo a gerar uma sobretaxa de lucros, como afirma Marini (1971, p.22):

A expansão imperialista da burguesia brasileira tem que se basear em uma maior exploração das massas trabalhadoras nacionais, seja porque necessita de uma produção competitiva para o mercado externo, o que implica em salários baixos e mão-de-obra disponível, isto é, índice elevado



de desemprego, seja porque se processe juntamente com um aumento da penetração dos capitais norte-americanos, o que exige a extração de uma sobretaxa de lucros às custas da classe operária. Essa intensificação da exploração capitalista do povo brasileiro é fator suficiente para intensificar a luta de classes, comprometendo a posição da burguesia.

Concluindo, o Golpe Militar interrompeu o processo de desenvolvimento que o país estava sofrendo desde 1930 e acarretou na depressão da economia brasileira. Com a industrialização, o Brasil teve seu sistema semicolonial prolongado. Ao invés dos militares libertarem o país do imperialismo, o conectaram ainda mais com os Estados Unidos (país imperialista), conduzindo-o ao subimperialismo. Para Marini, essa fase corresponde à impossibilidade de um desenvolvimento autônomo no país, aprofundando ainda mais sua condição de país dependente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os países dependentes foram inseridos na divisão internacional do trabalho, de tal forma que não se vislumbrou a promessa da teoria do desenvolvimento, qual seja, se tornarem nações desenvolvidas. Isso assim se procedeu por causa do fato de que países dominantes se apropriam de riqueza produzida nos países dependentes. Alimentam seu desenvolvimento, mas à custa da reprodução do subdesenvolvimento nos demais.

A industrialização brasileira conseguiu alcançar resultados expressivos em escala mundial. O país saiu da condição de nação agrária no início dos anos 1930 para se apresentar como uma das maiores economias industriais do planeta. Mas essa acelerada industrialização, dadas às relações como se processou, não eliminou os vínculos de dependência do Brasil em relação aos países dominantes. A dependência, então, assumiu novas dimensões, porém renovou-se.

Ademais, percebe-se o processo de industrialização brasileira se reproduz com uma acumulação de capital fundamentada em uma acentuada exploração do trabalhador. Analisar processos contemporâneos da dependência, recorrendo ou não às categorias de superexploração do trabalho e subimperialismo são desafios postos aos que compreendem a importância teórica da teoria marxista da dependência para a interpretação da realidade latino-americana.

## REFERÊNCIAS



BAER, WERNER. **A Economia Brasileira**, 2ª. Ed., São Paulo, Nobel, 2002.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. Ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BIELSCHOLWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na Cepal** (Volume 1). Rio de Janeiro: Record, 2000.

Dos SANTOS, Theotonio. **Teoria da Dependência: Balanços e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, v. 1. Obras escolhidas, 2015.

MARINI, Ruy Mauro. **A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil**. In: Problemas e perspectivas do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Editorial Vesper, dez. 1971.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In: Roberta Traspadini, João Pedro Stédile (orgs). Ruy Mauro Marini – Vida e Obra. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. **O ciclo do capital na economia dependente**. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Estado e desenvolvimento na Amazônia: inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira**. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 315 f. 2007.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**: Livro I: o processo de produção do capital/ Karl Marx [tradução de Ruben Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELLO, João Manuel Cardoso. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1998.



## **GT 13 – TRABALHO, MERCADO DE TRABALHO E DESEMPREGO: NOVAS REGULACIONES, NOVAS FORMAS DE DOMINAÇÃO?**

### **APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE QUALIDADE DO EMPREGO FORMAL NO MERCADO DE TRABALHO PARAENSE: UMA ANÁLISE PARA OS GRANDES SETORES DO IBGE**

Luciana Cristina Romeu de Sousa<sup>1</sup>

[luci\\_romeu@yahoo.com.br](mailto:luci_romeu@yahoo.com.br)

Mateus de Azevedo Araujo<sup>2</sup>

[mateus.a.araujo@gmail.com](mailto:mateus.a.araujo@gmail.com)

#### **RESUMO**

O referido artigo apresenta proposta de índice sintético para avaliar a qualidade do emprego formal no mercado de trabalho regional. O Índice de Qualidade do Emprego Formal Setorial (IQEFS) expressa o nível de qualidade do emprego formal nos cinco grandes setores da economia, de acordo com a classificação proposta pela CNAE/IBGE. Este é composto por quatro indicadores base, estimados a partir de dados secundários do Ministério do Trabalho. São estimados os índices para os 5 grandes setores da economia do Estado do Pará, para os anos de 2000, 2005, 2010 e 2015. Verificou-se que o nível de qualidade do emprego formal no setor industrial tem sido sustentado especialmente por menores taxas de rotatividade. Na avaliação do desempenho do IQEFS e de suas dimensões para o setor agropecuário, segue-se que melhores resultados tem sido sustentado por menores taxas de rotatividade e maior tempo de permanência. O setor de construção civil é em grande medida caracterizado por baixas taxas de remuneração e, especialmente, por altas taxas de rotatividade e curto tempo de permanência no emprego. O IQEFS para o setor de comércio, nos quatro anos analisados, apresentou comportamento bastante regular, com resultado próximo de 0,40, abaixo da média, e pequenas tendências de dispersão. O IQEFS para o setor serviços apresentou resultados com pequena tendência crescente, sob variação de 0,40 em 2000 a 0,44 em 2015. As dimensões de maior contribuição para o melhor resultado do índice nesse setor foram a rotatividade inversa e o tempo de permanência.

Palavras-chaves: Índices Sintéticos, Mercado de Trabalho, Qualidade do Emprego.

#### **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho apresenta aplicação de índice sintético para análise da qualidade do emprego formal nos cinco grandes setores da economia do estado do Pará, de acordo com classificação do IBGE. O Índice de Qualidade do Emprego Formal Setorial (IQEFS) é uma adaptação livre e guarda relação com outros índices sintéticos utilizados na análise econômica e do mercado de trabalho. A qualidade do emprego formal é analisada a partir de quatro dimensões: rotatividade, remuneração média, tempo de permanência e

<sup>1</sup>Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

<sup>2</sup> Estudante do oitavo semestre do curso de graduação em ciências econômicas da Universidade Federal do Pará (UFPA).



escolaridade. Este tem como base dados secundários disponibilizados pelo Ministério do Trabalho, e dizem respeito ao Estado do Pará.

A aplicação do índice procura fazer acompanhamento de tendências metodológicas na análise do mercado de trabalho. De modo preciso, a elaboração e cálculo de índices sintéticos faz parte de movimento presente na ciência econômica e no conjunto da pesquisa científica, como meio de cumprir a demanda analítica frente a oferta e complexidade das informações e dados produzidos.

O presente trabalho está estruturado em cinco sessões de conteúdo, contando com essa introdução. Primeiramente, são revisitados alguns índices de uso comum na análise social e do mercado de trabalho no Brasil. Em seguida, é apresentado a metodologia de cálculo desse índice, com destaque para os procedimentos estatísticos desempenhados. Na sessão de número quatro são apresentados os resultados do índice e de cada dimensão, segundo setor econômico do IBGE. Por fim, são feitas considerações finais.

## 2 USO DE ÍNDICES NO ESTUDO DA ECONOMIA

Diante da crescente complexidade das informações e dados que marcam a fronteira da prática científica, a criação de indicadores de fundo estatístico é instrumento comumente utilizado para responder às crescentes necessidades de análise e mensuração adequada. Tal realidade está presente no desenvolvimento das ciências sociais aplicadas e, em especial, na ciência econômica. Os indicadores surgem como modo de revelar condições e tendências, contribuindo para o desenvolvimento, planejamento e na tomada de decisão (CLARO; CLARO, 2004).

De acordo com Marzall e Almeida (1998), o uso de indicadores objetiva avaliar um dado sistema dentro de uma realidade conceitual, permitindo a simplificação de mecanismos e lógicas atuantes, a quantificação de fenômenos complexos e o alerta para as situações de risco e a prever situações futuras, entre outras capacidades.

Barros *et al.* (2003) argumenta que um índice sintético combina dimensões distintas, atribuindo pesos a cada uma, e objetiva sintetizar o comportamento de vários indicadores parcelares, tornando mais fácil aferir o desenvolvimento do agregado em análise. A aplicabilidade de índices sintéticos repousa, por exemplo, na avaliação do cumprimento de metas, na comparação entre as avaliações de duas realidades distintas e na focalização de programas e investimentos, entre outras possibilidades.

O papel de destaque de indicadores sintéticos na avaliação e análise de uma realidade social se complementa com sua participação na elaboração de políticas públicas e outros instrumentos de intervenção social. Todavia, cabe destaque de perspectiva crítica, que argumenta sobre a arbitrariedade das hipóteses adjacentes em índices sintéticos, a



despeito da rigorosidade estatística e metodológica. A crítica destaca que a sintetização de indicadores sociais em um único índice seria raramente apoiada em alguma teoria consistente (GUIMARÃES, JANNUZZI, 2005).

Entre outras consequências, cabe citar possíveis problemas na relação entre a definição de soluções e a identificação de problemas. De modo preciso, as soluções possivelmente implementadas serão balizadas pelas limitações do diagnóstico e, em última instância, pelas limitações de implementação.

É de especial contribuição breve retrospectiva sobre o uso de indicadores sintéticos dentro da economia. Os objetivos são os de identificar qualidades e dificuldades, dando destaque para as escolhas metodológicas da avaliação. De modo preciso, serão analisados três índices, os quais variam em nível de agregação de seus componentes, mas que guardam relação com a temática destacada.

## **2.1 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH**

O IDH foi elaborado por Amartya Sen e Mahbubul Haq em 1990 e buscava, inicialmente, mensurar o nível de desenvolvimento social de um país através de três dimensões: i) longevidade, mensurada pela esperança de vida da população ao nascer; ii) acesso ao conhecimento, medida pela média dos indicadores anos de escolaridade e anos de escolaridade esperados; e iii) padrão de vida digno: medida pelo indicador renda nacional bruta *per capita* (UNDP, 2010, 2011). Atualmente, é comumente calculado para três unidades geográficas básicas: País, estado e município.

O cálculo de IDH foi pensado em duas etapas, em que a primeira consiste na criação de índices passíveis de comparação para cada dimensão, por meio do procedimento de normalização por amplitude. Nesse processo, os indicadores tem medidas transformadas em valores entre 0 e 1. A segunda etapa refere-se a agregação dos três subíndices.

Atualmente foi formulado um novo IDH, e que foi acrescida uma quarta dimensão. As quatro dimensões do novo IDH são: expectativa de vida ao nascer; taxa de analfabetismo; taxa de matrícula combinada e; renda *per capita*. Assim, o índice agrega, agora, quatro subíndices, Quanto a sua classificação, o IDH é classificado baixo quando seu valor é de 0 a 0,499; médio quando apresenta resultado no intervalo entre 0,5 e 0,799; e alto quando possui resultado entre 0,8 a 1,0 (UNDP, 2010, 2011).

Segundo Sen (1999a) o sucesso do IDH se deve a insistência de Mahbub em criar uma medida que não fosse apenas um complemento do PIB, mas que também servisse para ampliar o interesse do público em outras variáveis analisadas no Relatório de Desenvolvimento Humano. O índice é utilizado por muitos governos como base para



políticas públicas, e impulsionou a elaboração de outras medidas de desenvolvimento humano e pobreza.

## **2.2 Novo índice para o mercado de trabalho urbano no país (SABOIA, 2000).**

Inspirado no IDH, Saboia (2000) elaborou um índice para captar a trajetória do mercado de trabalho. Saboia (2000), leva em consideração nove estatísticas do mercado de trabalho, separadas em três grupos – desemprego, ocupação/informalidade e rendimento. Para cada grupo, foram selecionadas três estatísticas, ponderadas segundo o grau de importância atribuído a cada uma. Em seguida, os três grupos de indicadores<sup>3</sup> são agregados em um indicador-síntese sobre o mercado de trabalho.

No cálculo de cada indicador, calculou-se a média ponderada com peso dois para o indicador básico e peso um para cada indicador complementar. Finalmente, o indicador-síntese do mercado de trabalho foi obtido pela média aritmética dos três indicadores. Tal indicador varia entre zero e um. Seu crescimento significa a melhoria e sua queda a piora do desempenho do mercado de trabalho, especialmente no que se refere à absorção de mão de obra.

Saboia (2000) utiliza a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para as seis regiões metropolitanas (São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife), e faz análise para a década de 1990.

## **2.3 Índice de Qualidade do Emprego Formal no cultivo de café (FILHO; SOUZA, 2012).**

Filho e Sousa (2012) calcularam um Índice de Qualidade do Emprego Formal (IQEF) no cultivo de café nas mesorregiões mineiras, com base nos dados anuais da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho (MTb).

Neste estudo, a mensuração do IQEF consiste no cálculo da média aritmética a partir de cinco indicadores: rotatividade, permanência no emprego, idade, nível de instrução e concentração salarial. O indicador rotatividade refere-se ao mínimo entre o número de admitidos ou desligados, em relação ao número total de empregados. O indicador permanência no emprego foi representado pela proporção de trabalhadores que

---

<sup>3</sup> Grupo 1 – Estatísticas de desemprego: taxa de desemprego (7 dias); percentual de desempregados com 12 meses ou mais sem trabalho; e percentual de chefes de família entre os desempregados. Grupo 2 – Estatísticas de ocupação/informalidade: percentual de ocupados com carteira assinada; percentual de ocupados na indústria (exceto construção civil); e percentual de ocupados com 12 anos ou mais de estudo. Grupo 3 – Estatísticas de rendimento: renda média real; relação entre a renda dos ocupados com 12 anos ou mais de estudo e com até 4 anos de estudo; e relação entre a renda dos empregados com carteira assinada e sem carteira assinada.



permanecem em seus postos de trabalho pelo menos 6 meses. No indicador faixa etária, foi selecionada a porcentagem de empregados com faixa etária entre 17 e 65 anos. O indicador nível de instrução, diz respeito ao percentual de funcionários com pelo menos o primeiro grau completo. Por fim, indicador concentração salarial, adotou-se o percentual de pessoas empregadas que recebem remuneração acima de dois salários mínimos.

Cada indicador no IQEF tem valores normalizados entre 0 e 1, representando, respectivamente, o pior e o melhor resultado. Em seguida é feito a média aritmética das cinco dimensões para se obter o valor do indicador sintético. É com base na adaptação desse índice, descrita na sessão seguinte, que foi calculado o IQEFS para o estado do Pará e setores do IBGE, em que a principal contribuição refere-se a escolha dos indicadores componentes para a análise do mercado de trabalho setorial do estado.

### 3 METODOLOGIA

Como destacado, o Índice de Qualidade do Emprego Formal Setorial (IQEFS) é um índice sintético apropriado para pesquisas descritivas e analíticas que funciona como medida comparativa entre os grandes setores do IBGE (Indústria, Agropecuária, Construção Civil, Comércio e Serviços). As informações referem-se a um conjunto de dados secundários disponibilizados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho.

Este é composto por quatro indicadores base – i) taxa de rotatividade; ii) tempo de permanência no emprego; iii) remuneração média do trabalhador e; iv) escolaridade do trabalhador, em que foi considerado o percentual dos trabalhadores com nível superior completo atuando no setor. Seus valores variam entre 0 e 1, de modo que a maior proximidade da unidade indica melhores níveis de qualidade do emprego formal setorial. Os indicadores, por sua vez, referem-se a cada setor e unidade da federação, no período de análise que corresponde aos anos de 2000, 2005 2010 e 2015.

Os resultados expressam o nível comparado de qualidade do emprego formal em cada setor. Quanto maior a proximidade unidade, maior a qualidade do emprego no setor, sendo o contrário verdadeiro. Em termos formais, a equação (1) expressa o procedimento de cálculo do índice para um setor, segundo a média aritmética simples dos valores normalizado das dimensões que compõe o índice.

$$IQEFS = \frac{RI + ESC + TP + RM}{4} \quad (1)$$

As informações fazem referência a um setor do IBGE, em que *RI* é a rotatividade (inversa) do setor; *ESC* diz respeito ao nível de escolaridade da mão de obra no setor, *TP* é o



tempo de permanência médio do emprego no setor; e  $RM$  é a remuneração média, em valores absolutos.

A dimensão  $RI$  foi obtida através do cálculo da taxa de rotatividade; na dimensão  $ESC$  foi considerado o percentual de trabalhadores que possuem nível superior completo; a dimensão  $TP$  corresponde a média, em meses, do tempo que o trabalhador está no emprego; e a dimensão  $RM$  é a remuneração nominal média (deflacionada, em relação a valores correntes de dezembro de 2015) do trabalhador. O procedimento de normalização dos indicadores é descrito em (2) e (3). As equações descrevem o cálculo da transformação de uma observação  $i$  ( $v^i$ ) de variável  $n$  em um valor normalizado ( $V_n^i$ ), segundo valores mínimos ( $v_{\min}$ ) e máximos ( $v_{\max}$ ) da distribuição.

As dimensões tempo de permanência, remuneração média e escolaridade foram padronizados de modo crescente, em que valores mais elevados são interpretados como positivos. A taxa de rotatividade, variável que mensura o fluxo de admissões seguidas de demissões, por sua vez, foi padronizada de modo contrário. Para aquelas estatísticas cujo crescimento significa melhoria ( $ESC$ ,  $TP$  e  $RM$ ), a normalização é formalizada em (2).

$$V_n^i = \frac{v^i - v_{\min}}{v_{\max} - v_{\min}} \quad (2)$$

Para as estatísticas cujo crescimento significa piora (taxa de rotatividade), a normalização é realizada como em (3). O procedimento transforma a dimensão rotativa em seu contrário, aspecto que foi denominado no texto como rotatividade inversa. Este permite que a interpretação dos valores normalizados dessa variável seja semelhante ao caso das variáveis restantes, em que a proximidade da unidade representa contribuições para a melhoria do IQEFS.

$$V_n^i = \frac{v^i - v_{\max}}{v_{\min} - v_{\max}} \quad (3)$$

## 4 RESULTADOS

Os resultados dos índices serão discutidos por grande setor, em que são dispostos os valores do índice para cada ano analisado. Ademais, para cada período são discutidos os valores dos subíndices componentes desse. Os objetivos de análise tratam da identificação e descrição de tendências, no sentido de permitir discussão e a reflexão sobre possíveis soluções para alguns dos gargalos apresentados.

### 4.1 Indústria<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Valores do IQEFS do setor industrial, por ano e dimensão componente: i) 2000 – IQEFS: 0,22 (Rotatividade Inversa – 0,34; Tempo de Permanência – 0,11; Escolaridade – 0,22; Remuneração Média: 0,21); ii) 2005 – IQEFS: 0,27 (Rotatividade Inversa – 0,45; Tempo de Permanência – 0,22; Escolaridade – 0,19; Remuneração



Nos períodos de análise, o índice para o setor industrial apresentou comportamento crescente até o ano de 2010, ano de maior valor – 0,40 – com pequeno declínio no ano de 2015 – 0,38.

Ao se atentar para o comportamento de cada dimensão, verifica-se que a dimensão rotatividade inversa foi a que mais contribuiu para os melhores resultados agregados, em cada ano. O melhor resultado para essa última ocorreu no ano de 2010 – 0,68 – ano de maior alta do IQEFS da indústria. Em seguida, as dimensões de maior influência no crescimento do índice foram tempo de permanência e remuneração média. Entre os componentes, escolaridade foi a dimensão que apresentou o pior resultado ao longo dos anos, sendo seu maior resultado 0,23. Na figura 1, é possível observar como as dimensões influenciam o resultado para o setor.

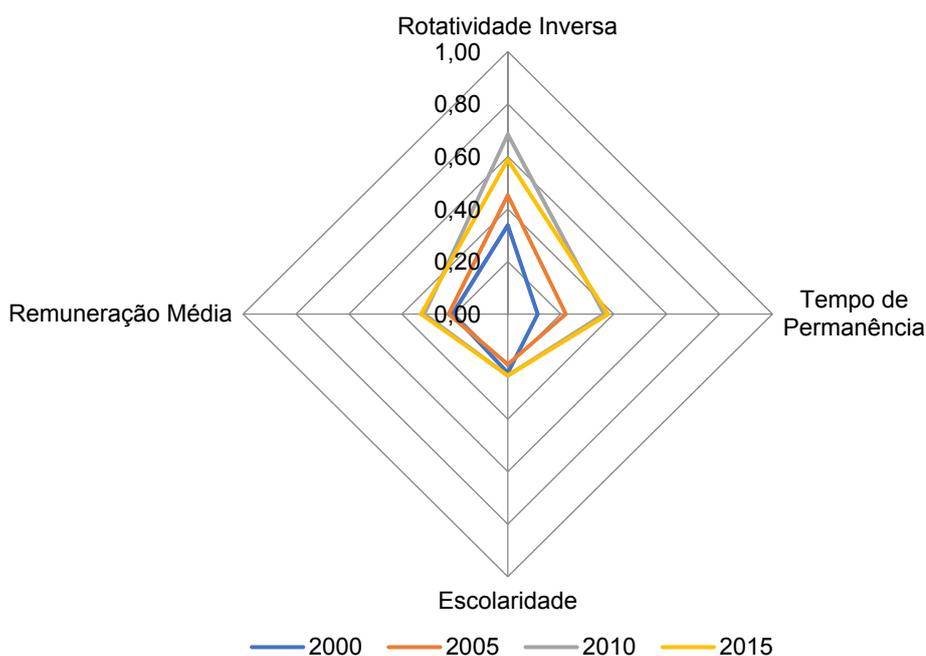
Desse modo, evidencia-se que, o nível de qualidade do emprego formal no setor industrial tem sido sustentado especialmente por menores taxas de rotatividade, um menor fluxo de admissões seguidas de demissões. Essa primeira, em cada ano, ainda apresentou baixas em relação ao período anterior destacado. No entanto, a existência, em todos os anos, de uma parcela pequena de trabalhadores que possuem ensino superior, a qual flutuam em torno de um percentual médio quase constante, acaba por penalizar os resultados do IQEF para o setor industrial.

Figura 1: Dimensões do IQEFS para o Setor Industrial, Pará: 2000; 2005; 2010 e 2015

---

---

Média: 0,22); iii) 2010 – IQEFS: 0,40 (Rotatividade Inversa – 0,68; Tempo de Permanência – 0,36; Escolaridade – 0,23; Remuneração Média: 0,32); iv) 2015 – IQEFS: 0,38 (Rotatividade Inversa – 0,59; Tempo de Permanência – 0,38; Escolaridade – 0,23; Remuneração Média: 0,33).



Fonte: RAIS/MTb. Elaboração da autoria.

#### 4.2 Agropecuária<sup>5</sup>

Para a análise da evolução do IQEFS do setor agropecuário, é necessário fazer um conjunto de ressalvas quanto as informações presentes nas bases de dados do Ministério do Trabalho, especialmente no que se refere as informações contidas no registro da RAIS com referência de ano 2000.

Nesse último, verifica-se que o número de vínculos do setor agropecuário é relativamente pequeno em relação ao de outros anos analisados (cerca de 12.005). Por sua vez, o número de vínculos com ensino superior é bastante elevado (superior a 640). O resultado é um percentual de vínculos com ensino superior também elevado, que se destaca mesmo no comparativo com outros estados que comumente apresentam maior percentual de mão de obra qualificada para o setor, como os de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No entanto, tal evidência torna-se questionável ao se analisar o percentual para anos seguintes. Entre 2000 e 2005, o número de vínculos do setor mais que dobrou (nesse ano foram registrados 28.614 vínculos formais de trabalho), sendo que o número de vínculos com ensino superior completo decresceu em mais de dois terços (184), o que levou a percentuais mais baixos, porém mais realistas e em maior conformidade com o restante

<sup>5</sup> Valores do IQEFS do setor agropecuário, por ano e dimensão componente: i) 2000 – IQEFS: 0,72 (Rotatividade Inversa – 0,78; Tempo de Permanência – 0,50; Escolaridade – 1; Remuneração Média: 0,61); ii) 2005 – IQEFS: 0,12 (Rotatividade Inversa – 0,15; Tempo de Permanência – 0,14; Escolaridade – 0,01; Remuneração Média: 0,16); iii) 2010 – IQEFS: 0,25 (Rotatividade Inversa – 0,52; Tempo de Permanência – 0,15; Escolaridade – 0,12; Remuneração Média: 0,20); iv) 2015 – IQEFS: 0,43 (Rotatividade Inversa – 0,71; Tempo de Permanência – 0,23; Escolaridade – 0,33; Remuneração Média: 0,42).

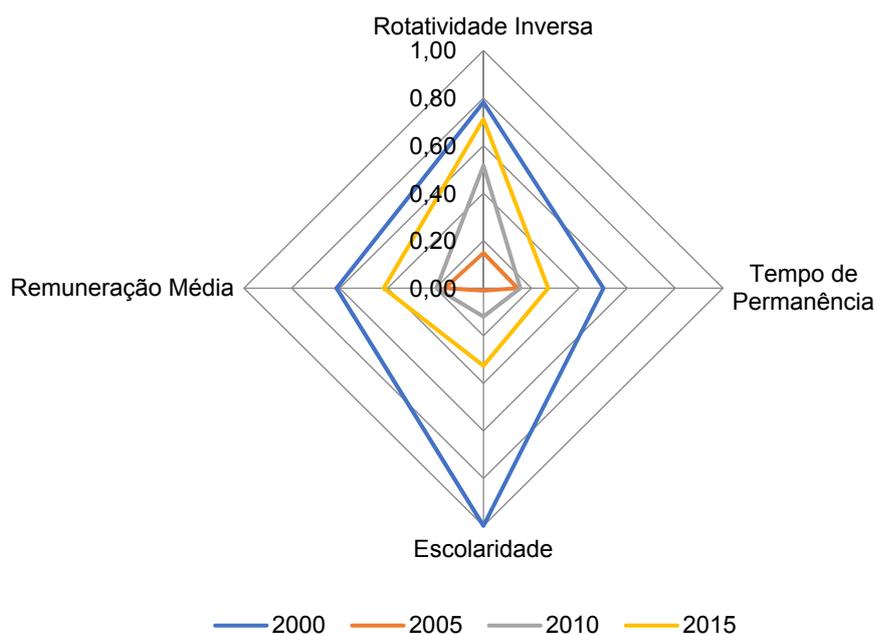


da série. Desse modo, os resultados para o ano de 2000 podem ser considerados inconsistentes, pouco confiáveis e apenas parcialmente corretos.

Tendo em vista as ressalvas anteriores, parte-se para a leitura e avaliação do desempenho do IQEFS e de suas dimensões para o setor e anos selecionados. O maior valor deste foi verificado no ano de 2000, ano de início da série, sendo a dimensão escolaridade a de maior contribuição, a qual, inclusive, apresentou maior resultado para todo o período. Cabe destacar, no entanto, que esse foi o único ano em que essa dimensão apresentou alto valor. Em 2005, seu resultado foi próximo a zero.

A dimensão rotatividade inversa apresentou o melhor resultado também em 2000 – 0,78 – seguido por 2015 – 0,71, sugerindo uma melhora histórica no acompanhamento desse indicador. Por sua vez, as dimensões remuneração média e tempo de permanência tiveram tendência declinante em relação aos anos analisados.

Figura 2: Dimensões do IQEFS para o Setor Agropecuário, Pará: 2000; 2005; 2010 e 2015



Fonte: RAIS/MTb. Elaboração da autoria.

Outro ponto de destaque é o que se refere a mudança de tendência do valor do índice final entre os anos de 2005 e 2010. A partir de 2000 o índice apresentou fortes quedas e, então, voltou a apresentar melhores resultados em 2010. Esse fenômeno pode estar relacionado a situação do mercado internacional no período, especialmente o que se refere ao *boom* dos preços internacionais das *commodities* e a crise econômica internacional de 2008. Nesse contexto, o setor foi o menos afetado pelas consequências da crise. Com câmbio desvalorizado e preços de gêneros primários mais competitivos, o setor foi capaz de crescer nesse período e apresentar melhores resultados para IQEFS.



Na Figura 2, são apresentadas as dimensões do índice: as dimensões rotatividade inversa e escolaridade (essencialmente em 2000), tem grande contribuição para a elevação do índice, enquanto que as dimensões tempo de permanência e remuneração média são as que mais “puxam” o valor do índice para baixo.

#### **4.3 Construção Civil<sup>6</sup>**

O IQEFS do setor de construção civil, para os anos selecionados, apresentou variação entre 0,34 e 0,54, em que seu menor e maior valor ocorreram, respectivamente, nos anos de 2005 – 0,33 – e 2000 – 0,54. O melhor resultado em 2000 foi essencialmente impulsionado pela dimensão taxa de rotatividade, a qual apresentou nesse ano o melhor resultado em toda a série – 0,91.

O setor de construção civil é em grande medida caracterizado por baixas taxas de remuneração e, especialmente, por altas taxas de rotatividades e curto tempo de permanência no emprego. Diante disso, destaca-se que essas duas últimas dimensões são componentes essenciais para a qualidade do emprego formal no setor.

Entretanto, cabe ressaltar que, devido a natureza comparativa do índice, resultados mais expressivos acabam se dispersando na grande variabilidade e heterogeneidade da amostra, especialmente no que se refere a dimensão taxa de rotatividade. Em termos específicos, a existência de resultados extremos em estados como Tocantins e Mato Grosso, os quais apresentam taxas de rotatividade entre 150% e 175%, sugerem resultados amenos para o Estado do Pará, ainda que suas taxas de rotatividade sejam bastante elevadas, entre 78% e 110%.

Diante de tais considerações e nos termos dos resultados do índice expresso na Figura 03, é possível evidenciar a dimensão escolaridade como a que mais contribui para os resultados finais do setor, nos termos de valores mais baixos. Nesse sentido, verifica-se que a grande massa de trabalhadores empregada nesse setor não possui ensino superior completo. Por outro lado, as dimensões remuneração média e rotatividade inversa são as principais responsáveis por deslocar os valores do IQEF em um sentido crescente, atentando para o comentário realizado anteriormente quanto as origens da contribuição positiva dessa última variável.

De modo geral, três das quatro dimensões diminuíram entre os quatro anos analisados, somente a dimensão remuneração média cresceu no último ano – 0,71; sendo,

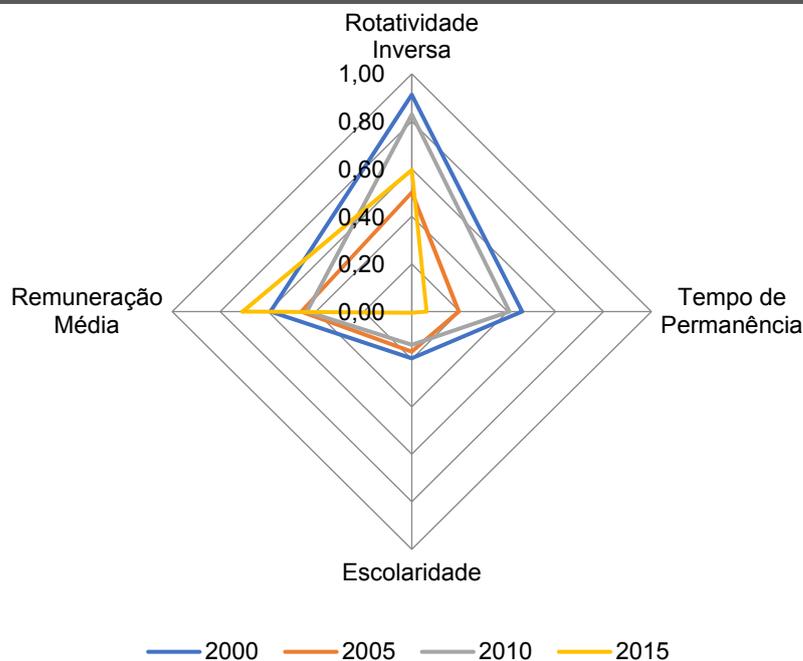
---

<sup>6</sup> Valores do IQEFS do setor da Construção Civil, por ano e dimensão componente: i) 2000 – IQEFS: 0,54 (Rotatividade Inversa – 0,91; Tempo de Permanência – 0,46; Escolaridade – 0,20; Remuneração Média: 0,59); ii) 2005 – IQEFS: 0,33 (Rotatividade Inversa – 0,50; Tempo de Permanência – 0,20; Escolaridade – 0,17; Remuneração Média: 0,46); iii) 2010 – IQEFS: 0,45 (Rotatividade Inversa – 0,83; Tempo de Permanência – 0,41; Escolaridade – 0,14; Remuneração Média: 0,44); iv) 2015 – IQEFS: 0,34 (Rotatividade Inversa – 0,60; Tempo de Permanência – 0,06; Escolaridade – 0,01; Remuneração Média: 0,71).



portanto, a responsável pelo maior valor do índice em 2015. Ainda sim, o efeito final sobre o índice não foi expressivo – 0,34 – o segundo menor valor da série.

Figura 3: Dimensões do IQEF para o Setor Construção Civil, Pará: 2000; 2005; 2010 e 2015



Fonte: RAIS/MTb. Elaboração da autoria.

#### 4.4 Comércio<sup>7</sup>

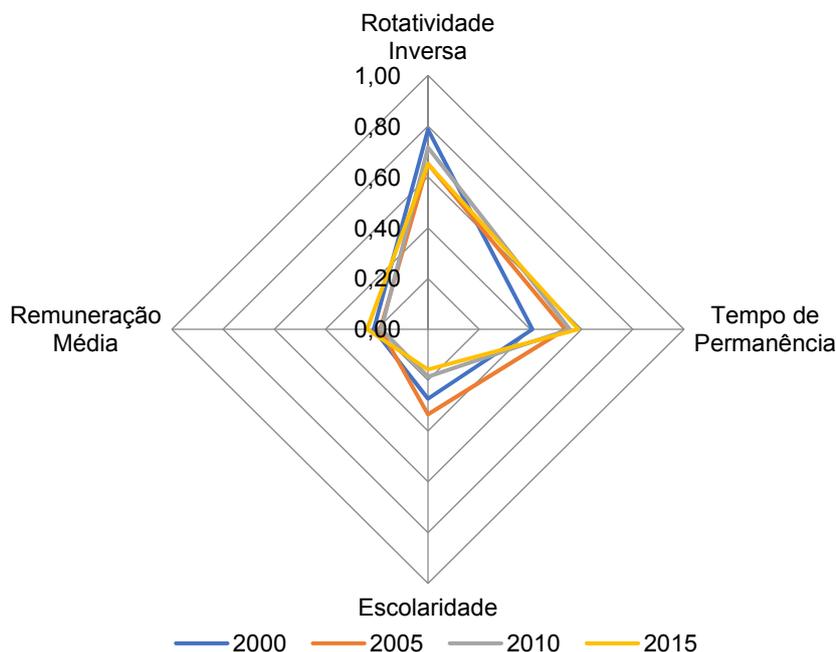
O IQEFS para o setor comércio, nos quatro anos analisados, apresentou comportamento bastante regular, com resultado próximo de 0,40 e pequenas tendências de dispersão, sendo 2005 o ano de maior valor do índice – 0,43. Nesse ano, a dimensão escolaridade foi a que mais contribuiu para seu melhor resultado – 0,33, de observação na Figura 04. De modo geral, as dimensões que mais impulsionaram o crescimento do índice foram rotatividade inversa e tempo de permanência, sendo a primeira com o maior valor em 2000 – 0,79 e a segunda com maior valor em 2015 – 0,59.

Historicamente, foi verificado que a composição do índice sofreu alteração significativa. De modo preciso, sugere-se que a qualidade do emprego formal nesse setor ao longo dos anos analisados é menos garantida por uma menor taxa de rotatividade ou por maior taxa de escolaridade. Em contra partida, a dimensão tempo de permanência passou a sustentar valores mais altos do índice.

<sup>7</sup> Valores do IEQS do setor de comércio, por ano e dimensão componente: i) 2000 – IQEFS: 0,42 (Rotatividade Inversa – 0,79; Tempo de Permanência – 0,41; Escolaridade – 0,27; Remuneração Média: 0,21); ii) 2005 – IQEFS: 0,43 (Rotatividade Inversa – 0,65; Tempo de Permanência – 0,54; Escolaridade – 0,33; Remuneração Média: 0,19); iii) 2010 – IQEFS: 0,41 (Rotatividade Inversa – 0,72; Tempo de Permanência – 0,55; Escolaridade – 0,19; Remuneração Média: 0,18); iv) 2015 – IQEFS: 0,41 (Rotatividade Inversa – 0,65; Tempo de Permanência – 0,59; Escolaridade – 0,16; Remuneração Média: 0,24).



Figura 4: Dimensões do IQEFS para o Setor Comércio, Pará: 2000; 2005; 2010 e 2015



Fonte: RAIS/MTb. Elaboração da autoria.

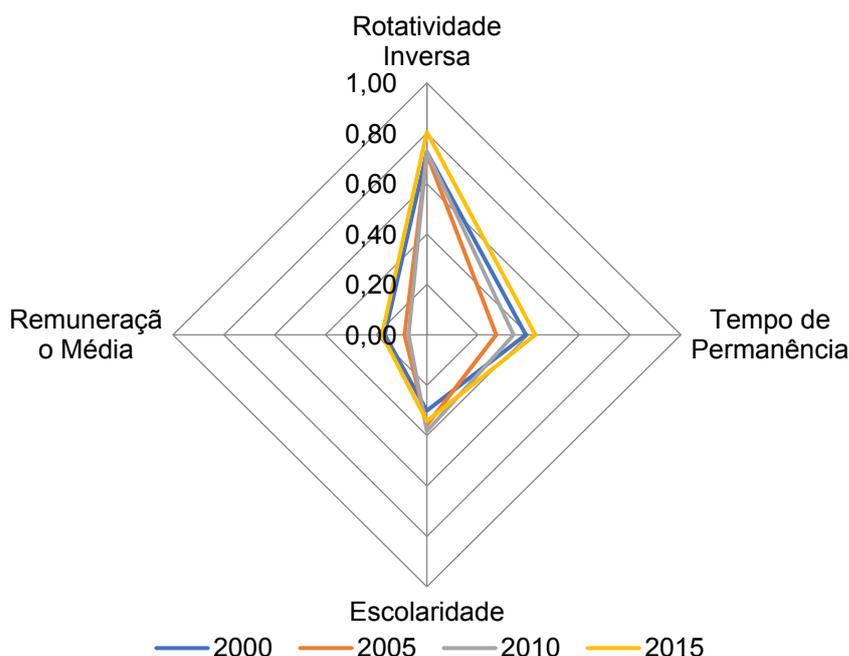
#### 4.5 Serviços<sup>8</sup>

O IQEF para o setor serviços (Figura 05), de modo semelhante ao setor de Comércio, apresentou resultados com pequena tendência crescente, sob variação de 0,40 em 2000 a 0,44 em 2015. Nesse ano, as dimensões de maior contribuição para o resultado mais positivo do índice foram rotatividade inversa e tempo de permanência, obtendo resultados de 0,80 e 0,43, respectivamente.

Nesse momento, é preciso destacar o alto nível de agregação do setor de serviços, o qual abriga um conjunto bastante variado de atividades e ramos, entre serviços de informação e tecnologia até o funcionalismo público. Outro aspecto de destaque é o grande número de trabalhadores formais que atuam no setor, especialmente se comparado aos demais. Tais características, especialmente o que se refere a heterogeneidade do setor, contribuem para leituras menos precisas do índice. Melhores resultados podem ser alcançados após desagregação e mais nível de detalhamento dos vínculos.

Figura 05: Dimensões do IQEF para o Setor Serviços, Pará: 2000; 2005; 2010 e 2015

<sup>8</sup> Valores do IQEFS do setor de serviços, por ano e dimensão componente: i) 2000 – IQEFS: 0,40 (Rotatividade Inversa – 0,73; Tempo de Permanência – 0,39; Escolaridade – 0,30; Remuneração Média: 0,17); ii) 2005 – IQEFS: 0,36 (Rotatividade Inversa – 0,72; Tempo de Permanência – 0,27; Escolaridade – 0,36; Remuneração Média: 0,09); iii) 2010 – IQEFS: 0,38 (Rotatividade Inversa – 0,73; Tempo de Permanência – 0,34; Escolaridade – 0,38; Remuneração Média: 0,07); iv) 2015 – IQEFS: 0,44 (Rotatividade Inversa – 0,80; Tempo de Permanência – 0,43; Escolaridade – 0,34; Remuneração Média: 0,18).



Fonte: RAIS/MTb. Elaboração da autoria.

Um pequeno acréscimo nos valores dos índices de cada dimensão foi verificado ao se comparar os cenários de 2000 e 2015. Os anos de 2005 e 2010, por sua vez, apresentaram menor desempenhos que os anos limites de 2000 e 2005. Portanto, não há tendências históricas lineares de destaque no comportamento das dimensões.

É possível atentar para as dimensões de maior variabilidade de resultados ao longo dos anos, tempo de permanência e remuneração média. Com isso, é possível destacar como componente constante da qualidade do emprego formal nesse setor uma relativa baixa remuneração, ao mesmo tempo que menor rotatividade. Sugere-se que essa última seja garantida pela parcela significativa da administração e do funcionalismo público para o emprego nesse setor.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, foi argumentado sobre as possibilidades do uso de índices sintéticos como meios adequados de análise econômica. Tal metodologia está de acordo com a complexidade de informações que caracterizam a fronteira da pesquisa científica. No caso do estudo sobre o mercado de trabalho, foi verificadas contribuições, para a análise desse mercado em diferentes níveis de agregação, como nível agregado da economia nacional ou a nível de atividade econômica.

A aplicação do Índice de Qualidade do Emprego Formal Setorial para o Estado do Pará objetivou analisar os componentes da qualidade do emprego formal no interior de cada grande setor econômico do estado. A análise do valor absoluto do índice, em cada ano,



permite inferir sobre melhorias, ou perdas, da qualidade do emprego formal. A leitura dos resultados e a análise das dimensões em separado dá sugestões sobre os determinantes desses movimentos.

Verificou-se níveis crescentes de qualidade do emprego formal no interior do setor industrial, em que os principais determinantes referem-se a diminuição da rotatividade do setor, em perspectiva histórica. A análise do setor agropecuário foi penalizada pela falta de confiabilidade nas informações dispostas pelas bases de dados do Ministério do Trabalho, especialmente no ano 2000. Excluído o ano citado, o IQEFS é crescente no setor, em que os principais determinantes são menores taxas de rotatividade e maior remuneração média.

O setor da construção civil é o setor de pior desempenho histórico no estado, em que é possível evidenciar comportamento impreciso ao longo dos anos com queda no valor do índice no comparativo dos anos 2000 e 2015. Esse processo é em grande medida explicado pelos menores níveis comparados de escolaridade no setor.

Os setores de comércio e serviços apresentaram a menor variabilidade entre os cinco setores. Este último ponto faz relação com o número de vínculos no interior dos setores. O setor de comércio apresentou uma pequena queda histórica da qualidade do emprego formal, relacionada a menor escolaridade e maior rotatividade no conjunto de atividades. O setor de serviços, por sua vez, apresentou melhor desempenho, determinados por menor rotatividade e maior tempo de permanência.

No que se refere a continuidade do trabalho, pontos de especial interesse referem-se a procura da correção das distorções de alguns indicadores, especialmente no contexto do setor agropecuário. Outro elemento trata do maior detalhamento na análise das justificativas desses comportamentos. Setores de especial interesse e de grande relação com a dinâmica econômica do estado são: indústria, construção civil e o próprio setor agropecuário.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho contou com o suporte do Ministério do Trabalho do Brasil, no contexto da iniciativa do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho. De modo preciso, a proposta foi desenvolvida no interior do grupo de pesquisa do Observatório Paraense do Mercado de Trabalho (OPAMET). As reflexões apresentadas são de total responsabilidade e iniciativa dos autores desse trabalho.

## REFERÊNCIAS

BARROS, P. A.; CARVALHO, M., FRANCO, S. **Índice de desenvolvimento da família (IDF)**. IPEA: Rio de Janeiro, 2003. (Texto para discussão N° 986).



CLARO, P; CLARO, D. **Desenvolvimento de indicadores para monitoramento da sustentabilidade: o caso do café orgânico.** Revista de Administração, São Paulo, v. 39, nº 1, p. 18-29, jan/fev/mar. 2004.

FILHO, L. A. S.; SOUSA, E. P. **Índice de Qualidade do Emprego Formal no cultivo de café:** comparativo entre as mesorregiões mineiras. ABET v. XI n. 2 de jul/jdez de 2012.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH, **Indicadores Sintéticos e suas aplicações em Políticas Públicas:** uma análise crítica. R. B. Estudos Urbanos e Regionais v. 7, nº 1, maio, 2005.

MARZALL, K.; ALMEIDA, J. **Parâmetros e indicadores de sustentabilidade na agricultura:** limites, potencialidades e significado no contexto do desenvolvimento rural. Extensão Rural. Santa Maria, nº 5, p. 25-38, 1998.

SABOIA, João. **Um novo índice para o mercado de trabalho urbano no Brasil.** R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, 4(1): 123-146, jan./jun. 2000.

SEN, Amartya K. **A Decade of Human Development.** In: First Global Forum on Human Development. New York. 1999a.

UNDP – United Nations Development Programme. **Human Development Report 2010 (20th Anniversary Edition):** The Real Wealth of Nations: Pathways to Development Human. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

\_\_\_\_\_. **Human Development Report 2011: Sustainability and Equity: A Better Future for All.** New York: Palgrave Macmillan, 2011.



## **Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações, novas formas de dominação?**

### **TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SEUS REFLEXOS NA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA HABITACIONAL EM BELÉM/PA**

Roselene de Souza Portela (UFPA)<sup>1</sup>

roselene@ufpa.br

Ethiene da Purificação dos Anjos Santos (UFPA)<sup>2</sup>

ethienesantos.ufpa@gmail.com

Alyne Lima da Silva (UFPA)<sup>3</sup>

alyneufpa@gmail.com

#### **RESUMO**

O artigo propõe uma análise sobre as metamorfoses no mundo do trabalho e seus rebatimentos no trabalho do assistente social na política habitacional em Belém-Pa, mais especificamente na Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB). A pesquisa foi desenvolvida com base no método dialético, tendo como procedimentos metodológicos levantamento bibliográfico, documental e de campo, sendo entrevistados três técnicos sociais/assistentes sociais que atuam no acompanhamento, desenvolvimento e gestão da política habitacional no contexto belenense. Os resultados apontam que o exercício profissional no âmbito da habitação vem sofrendo constantes impactos desencadeados pelas transformações no mundo do trabalho, dentre tais efeitos está sua inserção em um contexto contraditório, do qual, de um lado, efetiva seu trabalho de acordo com os interesses da atual gestão da Secretaria que determina parâmetros para sua intervenção e, de outro, tem que buscar estratégias para uma atuação mais crítica e qualitativa, que viabilize às famílias que residem em situações precárias/áreas de risco o direito à moradia digna. Ademais, constataram-se contínuos entraves e desafios que nesta pesquisa estão/são caracterizados como: limitação e restrição pela gestão que está em vigor, equipe reduzida e excesso de trabalho por conta da grande demanda atendida pela Secretaria, precarização das condições de trabalho, riscam de desemprego por não serem trabalhadores concursados e a dificuldade de garantir o mínimo da política de habitação de interesse social a nível local.

Palavras-chave: Trabalho, Trabalho Técnico Social, Política Habitacional, Serviço Social.

#### **1. INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup>Professora Colaboradora da Pós-Graduação em Serviço Social/PPGSS/UFPA e Vice-Diretora da Faculdade de Serviço Social/FASS/ICSA/UFPA.

<sup>2</sup>Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, bolsista de Iniciação Científica CNPq.

<sup>3</sup>Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, bolsista de Iniciação Científica CNPq.



O presente trabalho é resultado do projeto de pesquisa: “Política habitacional de interesse social e trabalho social em Belém”, cujo estudo permitiu analisar as possibilidades e desafios da atuação profissional do assistente social na política habitacional.

Nesse sentido, propõe-se um debate crítico acerca dos eixos que norteiam o trabalho técnico social e as limitações encontradas para seu desenvolvimento no contexto da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), no município de Belém-PA.

Para construção deste artigo, os aportes metodológicos utilizados foram pesquisa bibliográfica, documental e de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com assistentes sociais atuantes nos programas/projetos habitacionais executados pela Secretaria Municipal de Habitação em Belém.

Esta investigação possibilitou uma considerável reflexão sobre as contradições existentes no processo de trabalho dos assistentes sociais na política de habitação. Além disso, permitiu a visualização/constatação de dificuldades enfrentadas por eles na concessão de direitos aos sujeitos sociais na referida política.

## 2. TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL

O trabalho é uma categoria fundamental, no referencial dialético crítico, para a compreensão da sociabilidade humana, de modo geral, e do Serviço Social. Marx (1988), ao analisar o modo de produção capitalista e as suas correspondentes relações de produção e de circulação, com a finalidade de descobrir e elucidar a lei econômica que movimenta a sociedade moderna, desenvolveu sua teoria social tomando o trabalho como processo histórico fundante da sociabilidade.

De acordo com Netto e Braz (2006), o homem age teleologicamente; transforma suas necessidades e formas de satisfação em novas perguntas; autoconstrói-se como um ser de projetos; torna-se autoconsciente, como sujeito construtor de si mesmo e da história.

Nesse sentido, o trabalho tem um caráter coletivo, o que o torna social. A atividade de trabalho realizada socialmente, por sua vez, produz interação humana. O trabalho, pois, implica uma interação no marco da sociedade, que afeta os seus sujeitos e a sua organização.

Para Lukács (1979), o trabalho é o momento exclusivamente humano, que caracteriza a passagem, o salto ontológico, de uma particular espécie existente na natureza para um novo ser, o ser social. É a partir do trabalho que o homem inicia o seu processo de humanização, de constituição enquanto gênero humano. Trata-se da interação entre homem e natureza, quando o homem, a sociedade, interage com a natureza para produzir e reproduzir sua existência.



Assim, é com o processo de trabalho que passamos a nos constituir como seres humanos para criar a sociabilidade e a nos criarmos como seres humanos, como pessoas, como indivíduos. Vale ainda ressaltar que o ser social dispõe da capacidade de sociabilização. Assim, o trabalho implica sociabilidade. Desta feita, apreendeu-se o significado ontológico-social do trabalho como constitutivo do ser social.

Dessa maneira, o ser social é mais que trabalho, visto que quanto mais se desenvolve, as suas objetivações transcendem o universo do trabalho. Isso se explica pela práxis, categoria que inclui o trabalho e as demais objetivações humanas. É a práxis que possibilita captar a riqueza do ser social desenvolvido.

Iamamoto (2007) refere que cada processo de trabalho envolve: uma matéria prima – objeto – sobre o qual atua o sujeito; a própria ação do sujeito, ou o trabalho propriamente dito; e os meios ou instrumentos necessários ao exercício do trabalho.

Marx (1988) define o processo de trabalho – em sua forma mais elementar – como uma maneira do homem se relacionar com a natureza com o fim único de produzir valores de uso de acordo com as necessidades humanas. Assim, através do trabalho, o capital se valoriza a partir da produção de mercadorias – valores de uso, que têm como função a satisfação de coisas de qualquer natureza essenciais à vida do homem.

Desta forma, se compreende que as transformações ocorridas no modo de produção e nas relações de trabalho têm importância fundamental para a compreensão do movimento histórico que determina as relações entre os homens, com particularidades econômicas, sociais, políticas e culturais em cada contexto histórico.

Atualmente, vivenciamos o modo de produção capitalista, que, com seu marco na Revolução Industrial, o trabalho passou a ser cada vez mais centrado na indústria, o homem transferiu o trabalho artesanal para a indústria mecanizada. Neste seguimento, a revolução industrial atingiu seu apogeu no século XIX, transformando e revolucionando o mundo do trabalho e proporcionando ao capital condição de expansão e de hegemonia do processo produtivo. Essa sociedade capitalista compreende um sistema econômico em que os meios de produção são de propriedade privada, o trabalho desempenha o papel de uma mercadoria adquirida através da remuneração estabelecida em contratos e regulada pelo mercado. É a separação absoluta entre assalariados e patrões, determinada pela produção em massa e em série, pelos aperfeiçoamentos técnicos constantes e pela conquista de mercados (ANTUNES, 2007).

Se a revolução industrial atingiu seu apogeu no século XIX, no século seguinte se deparou com a crise da acumulação do capital que teve seu início nos anos de 1970, enfatizando-se na década de 1990, com os processos de reestruturação produtiva e de ajustes estruturais, devido à queda das taxas de lucro do capital, à globalização econômica



e à desregulamentação da economia mundial, que desencadeou inúmeras consequências, sobretudo no mundo de trabalho e nas relações entre Estado e sociedade.

De acordo com Harvey (2005), essa crise resultou de um conjunto de fatores que levaram a financeirização e a mundialização do capital, a partir do processo de recolonização, no qual os EUA portam-se como o guardião dos interesses do capitalismo e principal Estado imperialista, especialmente por seu poder bélico e por sua forte industrialização com empresas espalhadas por todo o mundo. Nesse cenário, observou-se um processo de acumulação baseado na centralização dos monopólios, por meio de seus investimentos no exterior, pela ofensiva colonizadora e pela exploração da classe trabalhadora, com a concentração e centralização do capital, aumentando o nível de pobreza e desigualdades no mundo, polarização entre países pobres e ricos, trazendo impactos aos movimentos de resistência ao capitalismo.

Nesse sentido, pode-se dizer que, no Brasil, nas últimas décadas, as relações sociais e de trabalho sofreram profundas modificações, principalmente no que diz respeito às privatizações, um dos motivos responsáveis pelo alargamento do desemprego, do contrato temporário e conseqüentemente do aumento da desigualdade e da exclusão social.

Portanto, a transformação societária capitalista ampliou a complexidade das relações de trabalho estabelecida. Segundo Antunes (2007), os novos padrões de organização e gerenciamento, oriundas das transformações no mundo do trabalho, tiveram a substituição dos padrões rígidos Taylorista/Fordista por padrões mais flexíveis como o Toyotismo, que propõe a flexibilização da produção, opera com estoque mínimo se adaptando a atender com rapidez às novas exigências do mercado, implicando na flexibilização e na eliminação dos direitos trabalhistas. Essa forma de produção flexibilizada subordina os processos sociais à retórica do ideário neoliberal, com efeitos no âmbito da produção e da reprodução das relações sociais.

Behring (2000) ressalta que o Estado, mais uma vez, é o sujeito principal que irá transferir recursos, antes voltados ao provimento de políticas sociais, para os interesses do capital, sobretudo o financeiro.

Esse processo alterou a demanda de trabalho do assistente social, seus os processos de trabalho e as condições em que se realizam, nos quais os assistentes sociais ingressam enquanto profissionais assalariados. Esse quadro apresentou novos desafios às profissões e o Serviço Social enquanto profissão, também se ressentiu da necessidade de responder às demandas, novas e tradicionais, que se configuraram em um contexto de grande dinâmica e complexidade.

O Serviço Social, segundo Iamamoto (2007), é uma especialização do trabalho, uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho. A sua atuação se dá na



reprodução da força de trabalho, na produção e reprodução da vida social, na medida em que contribui na formação de subjetividade e na vida material, por meio de benefícios, políticas sociais, serviços sociais que respondem às necessidades humanas. Assim, a prática do assistente social é reconhecida como trabalho e o exercício profissional inscrito em um processo de trabalho, o que requer instrumentalidade.

No Serviço Social, a instrumentalidade é definida a partir de três dimensões que orientam suas práticas: as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Representam, assim, a mediação utilizada na previa-ideação dos sujeitos profissionais para a objetivação de suas ações, que passam a ser compreendidas não “mais como dotadas de subjetividade individual, mas como particularidades que vinculam as ações dos diversos sujeitos profissionais” (GUERRA, 2000, p. 35).

Portanto, as alterações no mundo do trabalho, com reflexos na organização do Estado e nas políticas sociais, desafiam os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias de descentralização das políticas públicas. “Possibilidades novas de trabalho se apresentam e necessitam ser apropriadas, decifradas e desenvolvidas; se os assistentes sociais não o fizerem, outros farão, absorvendo progressivamente espaços ocupacionais até então a eles reservados” (IAMAMOTO, 2011, p. 48).

De acordo com Pereira (2011), é a partir da introdução de políticas públicas em diferentes segmentos da sociedade, que parcela dos direitos sociais passaram a ser efetivados e parte das demandas atendidas. É com a finalidade de abrir possibilidades de acesso aos direitos básicos aos usuários e de resolver circunstâncias que envolvem assuntos ligados à coletividade - que o Assistente Social vai atuar junto a setores públicos (pertencentes ao Estado) responsáveis na concessão das políticas públicas.

É no planejamento, desenvolvimento e viabilização de políticas sociais que o Serviço Social defronta-se com o dever de conceder em seu processo de trabalho, serviços que priorizem a acessibilidade dos sujeitos sociais a programas e/ou projetos que concedam ao público usuário a garantia de direitos. Nesse sentido, se pretende dá ênfase a sua intervenção profissional no âmbito da política habitacional.

Sendo assim, a inserção do Assistente Social na esfera da política habitacional, está ligada ao enfrentamento das expressões da “questão social”. Deste modo, o exercício profissional está comprometido com a superação de contradições existentes na área urbana, com o encaminhamento da política em si e com a elaboração de alternativas que possibilitem a garantia dos direitos sociais à população e a participação popular em discussões sobre o direito à moradia digna (COSTA, 2010).



Atualmente, o Estado exige a inserção do profissional de Serviço Social no âmbito da política habitacional, geralmente os profissionais atuam no interior de programas e projetos de caráter habitacional que destinam-se a população de baixo poder aquisitivo. Estima-se que na área urbana o assistente social deve priorizar intervenções direcionadas à classe trabalhadora, além disso, para execução de suas ações no âmbito da política de habitação de interesse social, a categoria efetiva suas ações a partir do Trabalho Técnico Social (TTS), que é considerado um “importante instrumento de mediação entre a população e as instituições públicas e possui uma relevante contribuição na medida em que essa ação assume sua dimensão política para fazer face aos desafios do nosso tempo” (SANTOS, 2013, p. 39).

O trabalho social [...] é um componente essencial da política habitacional e urbana. Configura-se como processo de trabalho em territórios determinados, que efetiva um amplo leque de ações, permeado por uma perspectiva socioeducativa e política, pautado nos valores democráticos e de justiça social. O horizonte do trabalho é a melhoria da qualidade de vida das pessoas, a defesa dos direitos sociais, o acesso à cidade, à moradia, aos serviços públicos e o incentivo e fortalecimento da participação e organização autônoma da população (SANTANA; SÁ, 2011, p. 70).

Assim, cabe elencar o processo de trabalho do assistente social no espaço urbano, tal como os entraves e estratégias que permeiam a atuação da categoria na concessão da política habitacional. Sendo assim, o assistente social no processo de viabilização destas políticas, consolida suas ações por TTS, neste contexto, o profissional elabora, acompanha, executa projetos e programas de cunho habitacional com o propósito de conceder infraestrutura e acessibilidade dos usuários aos serviços públicos.

### 3. TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NA HABITAÇÃO

Para se entender o direcionamento do Trabalho Técnico Social (TTS), é preciso realizar um resgate histórico acerca de sua trajetória, de acordo com o Ministério das Cidades (2010), foi a partir do período que compete aos anos de 1968-1986, que o TTS passou a constituir programas e projetos na condição de política de governo. Nesta época, possuía um cunho organizativo ao qual a atuação da equipe responsável caracterizava-se pela administração de centros comunitários.

Por conseguinte, o Ministério das Cidades (2010) designa a década de 1960 como um período que inseriu a interdisciplinaridade na constituição das equipes técnicas de execução do trabalho social. Neste momento, o quadro técnico passou a ser formado por profissionais especializados na área de humanas, geralmente as profissões que compõem e



encaminham o TTS são do campo do Serviço Social, da Psicologia, da Sociologia, dentre outros.

Cabe ressaltar que, em 1975, o TTS foi determinado enquanto elemento imprescindível no direcionamento das políticas habitacionais destinadas à população de baixa renda. Neste mesmo período, encaminha suas ações com o objetivo de estimular o debate acerca dos direitos, em especial o da moradia digna, além disso, passa a incentivar a participação dos cidadãos em assuntos de seu interesse.

No período de 1980, o TTS passou a ser elemento obrigatório em programas/projetos direcionados a famílias de baixo poder aquisitivo, além disso, o Ministério das Cidades (2010) esclarece que as equipes técnicas responsáveis pela execução do TTS enfrentaram um cenário marcado por reivindicações populares.

Tendo em vista realizar intervenções urbanísticas por meio de programas/projetos de cunho habitacional, que promova o processo de transformação social no cotidiano das cidades e na vida da população beneficiária, o Ministério das Cidades, em 2003, estabeleceu o trabalho social como componente obrigatório nos programas habitacionais.

Tal imprescindibilidade do trabalho técnico social decorre de sua funcionalidade na esfera da habitação, uma vez que deve desenvolver mecanismos que viabilizem a participação e o controle dos sujeitos sociais no processo de planejamento, decisão e manutenção dos serviços – com o propósito de se executar um trabalho que atenda as reais necessidades dos usuários.

De acordo com Vasconcelos et al (2014, p. 37), o Trabalho Social

[...] tem por objetivo proporcionar a execução de um conjunto de ações de caráter informativo e educativo junto aos beneficiários, que promova o exercício da participação cidadã, favoreça a organização da população e a gestão comunitária dos espaços comuns, na perspectiva de contribuir para o fortalecimento e melhoria da qualidade de vida das famílias, e a sustentabilidade dos empreendimentos.

Em relação à estrutura que conduz a sistematização do trabalho técnico social Vasconcelos et al. (2014, p. 38) aponta cinco eixos fundamentais: a mobilização e comunicação; a participação comunitária e o desenvolvimento sócio organizativo; o empreendedorismo; a educação; remoção e reassentamento. Para concretização deste processo, é necessário que haja um quadro técnico à frente das ações, além disso, a composição da equipe deve dispor de profissionais especializados na área social, geralmente as profissões que compõem e encaminham o trabalho social são da área do Serviço Social, da Psicologia, da Sociologia, dentre outros.



Em Belém, no âmbito da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), na execução do trabalho social (e de seus respectivos eixos norteadores), os assistentes sociais encaminham suas ações de acordo com a compreensão/análise das especificidades de cada localidade a qual vão exercer sua função. Para mais, tais técnicos buscam identificar a(s) problemática(s) que aflige(m) os usuários, posteriormente, tendem a elaborar, desenvolver e executar programas/projetos que resolvam as demandas apresentadas pela população beneficiária da política.

O Regimento Interno da Secretaria de Habitação (2004, p.14) reforça desígnios ao trabalho social a partir de normativas que apontam um conjunto de ações que devem ser executadas, dentre elas estão programação, coordenação, execução e controle das atividades referentes aos estudos e pesquisas socioeconômicas do desenvolvimento comunitário; a articulação com órgãos federais, estaduais e municipais na perspectiva de se firmar ações conjuntas entre as esferas para aplicação de recursos públicos; encaminhamento de relatórios e documentos, e o respectivo controle sob os mesmos.

Sendo assim, é importante frisar que a materialização do trabalho social deve ser encaminhada a partir de um olhar crítico da equipe técnica perante a realidade social, tal compreensão crítica permite uma estrutura diferenciada no momento da mediação entre os interesses da população participe dos programas/projetos e da atual gestão da instituição (neste caso a SEHAB).

É neste contexto de efetivação do trabalho social que se buscou compreender o trabalho do assistente social no âmbito da habitação, assim como evidenciar as possibilidades e os desafios da atuação profissional na concessão da referida política no âmbito da Secretaria Municipal de Habitação.

#### 4. DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA URBANA

A trajetória do trabalho social no âmbito da habitação possui uma considerável contribuição de profissionais da área do Serviço Social, isto é, produto da colaboração da categoria no processo de planejamento e viabilização da política urbana e habitacional. Desse modo, cabe evidenciar o processo de trabalho do assistente Social no espaço urbano enquanto uma estratégia de instauração e desenvolvimento da política em si e de mediação entre interesses coletivos divergentes.

Assim, sua intervenção deve está firmada em princípios que possibilitem à classe trabalhadora – sua emancipação, o acesso aos seus direitos e o engajamento político por meio do incentivo à participação popular, se estas prerrogativas forem cumpridas, poder-se-



á amenizar um dos objetos centrais de investigação e intervenção profissional – as expressões da “questão social”.

Porém, é diante de um cenário alicerçado na lógica capitalista, concentradora, excludente, que o assistente social se depara com desafios no âmbito de intervenção – em relação a execução do trabalho social, a prática profissional perpassa por contradições, pois por um lado vivencia situações de sujeição (já que o Estado é o principal empregador de sua força de trabalho) e por outro de autonomia (ao qual se direciona para elaboração de estratégias para mediação das relações estabelecidas entre instituições estatais e população usuária das políticas públicas).

Nesse sentido, a profissão se depara historicamente com uma via de mão dupla, pois ao ter a esfera estatal como principal órgão empregador, em determinados momentos se vê sujeita a dá retorno aos anseios/perspectivas da instituição contratante. Apesar disso, e dependendo do posicionamento do assistente social que está inserido neste processo, lamamoto (2007) destaca que a categoria pode exercer sua técnica e habilidades a favor de um projeto político alternativo, mas para efetivá-lo, o profissional deve seguir um direcionamento que priorize as necessidades da classe trabalhadora.

Em relação à esta discussão, e em detrimento do surgimento de inquietações sobre a mesma, procurou-se compreender a percepção da categoria sobre o trabalho realizado no âmbito da Secretaria Municipal de Belém. Para alcançar tal perspectiva, foram realizadas três (03) entrevistas semiestruturadas com assistentes sociais que desenvolvem o trabalho social na SEHAB.

Cabe evidenciar que anterior a esta fase da pesquisa de campo, realizou-se levantamento de bibliografias e de documentos da área para melhor eficácia na elaboração do roteiro de entrevista e, posteriormente, para a análise dos dados – sendo assim, dentre as perguntas bases aos assistentes sociais entrevistados, estão: A política habitacional à nível local é implementada na íntegra?; Quais os limites e os desafios dessa atuação?; Quais as possibilidades do trabalho do assistente Social na Política habitacional (e em relação a efetivação/garantia de direitos)? Percebeu-se que esses profissionais, reconhecem a importância de sua prática, uma vez que se intitulam componentes fundamentais para o encaminhamento dos serviços ofertados.

No entanto, se vêem limitados na concessão dos direitos e esses limites estão intrinsecamente ligados à gestão atual (que estabelece os parâmetros das ações) e que acabam implicando na implementação da política. A respeito da dificuldade de efetivação da política na íntegra, um dos entrevistados aponta:



Como trabalhamos com gestão, temos que trabalhar como a gestão atual que não está de acordo com o plano de fato. A atuação é limitada, a gente acaba ficando assim, a gente trabalha com as ferramentas que tem, tentando realizar uma pequena mudança para as famílias beneficiadas pelos programas [...] (Assistente Social 02 da SEHAB, 2017).

Em semelhante questionamento, outro profissional se posicionou: “tem a questão da gestão, porque a gente [assistente social] tem uma opinião, mas às vezes ela não é aceita pela gestão” (Assistente Social 03 da SEHAB, 2017). Diante destas argumentações, é possível visualizar que o profissional exerce “sua prática” dentro de uma lógica dominante, marcado por ordens burocráticas do Estado e, que ao se deparar com tal sujeição, tende a enfrentar entraves na busca por alternativas que superem estes paradigmas, para que de fato haja a efetivação das políticas sociais, e conseqüentemente, disponha aos cidadãos a garantia de direitos.

A pesquisa buscou ainda investigar de que forma os desafios/limitações se apresentam à profissão, por unanimidade os três profissionais indicaram: a restrição da prática pela gestão que está em vigor; a equipe reduzida; o excesso de trabalho por conta da grande demanda que chega até a Secretaria; precarização das condições de trabalho; e a dificuldade de garantir o mínimo da política de habitação de interesse social a nível local.

Outro ponto analisado estava relacionado às possibilidades do trabalho do assistente social na política habitacional. Ao serem indagados sobre esta condição os técnicos frisaram que no cenário atual elas existem, mas que ainda são poucas e que é preciso buscar alternativas que modifiquem tal situação.

Segundo a categoria, uma das estratégias para se expandir as possibilidades de sua intervenção é dar-lhes condições para efetivação de um trabalho técnico social com qualidade, dentre as solicitações estão: o aumento da equipe; a redução das demandas diárias; a autonomia no processo de trabalho; e um aparelhamento (estrutural e financeiro) que viabilizem programas/projetos habitacionais que tenham comprometimento em garantir o acesso das famílias de baixa renda à moradia adequada.

Diante do exposto, observou-se que o trabalho técnico social na área urbana é primordial para o encaminhamento da política habitacional, além disso, é uma prerrogativa obrigatória na condução de programas/projetos no campo da habitação.

Cabe ressaltar que o papel do Serviço Social na execução do trabalho técnico social não se restringe somente à mediação de interesses antagônicos, mas engloba um conjunto de ações que perpassam as dimensões que constituem a profissão, e que são refletidas nos espaços de intervenção profissional, no caso da habitação – em programas e projetos de provisão habitacional e de urbanização.



## 5. CONCLUSÃO

De início, procurou-se compreender a história do trabalho enquanto categoria marcada por diversas transformações ao longo dos diferentes modos de produção, em seguida analisou-se o exercício profissional do assistente social a partir do trabalho técnico social no âmbito da habitação.

Analisou-se o Trabalho Técnico Social desenvolvido pela Secretaria Municipal de Habitação no município de Belém/PA enquanto elemento primordial no processo de implementação e viabilização da política de habitação de interesse social, uma vez que deve contribuir para o andamento da política habitacional à nível municipal.

Atualmente, é obrigatória a inserção do profissional de Serviço Social no âmbito da política habitacional, bem como nas equipes de Trabalho Técnico Social – neste contexto os profissionais atuam no interior de programas e projetos de caráter habitacional que destinam-se a população de baixo poder aquisitivo.

Estima-se que na área urbana o assistente social deve priorizar intervenções direcionadas à classe trabalhadora, além disso, para execução de suas ações no âmbito da política de habitação de interesse social, a categoria efetiva suas ações a partir do Trabalho Técnico Social, que é considerado um importante instrumento de mediação entre a população usuária e as instituições públicas.

Ao analisar as entrevistas, conclui-se que o exercício profissional no campo habitacional vem sofrendo rebatimentos provocados pela reestruturação no âmbito do trabalho, dentre tais efeitos está sua inserção em um contexto paradoxal, ao qual de um lado, efetiva seu fazer profissional conforme os interesses do órgão empregador, e por outro lado dispõe-se em atender as demandas dos cidadãos de acordo com valores e princípios éticos que norteiam a profissão.

Além disso, com base nos depoimentos dos assistentes sociais entrevistados verificamos que a categoria enfrenta contínuos desafios no seu fazer profissional, uma vez que caracterizam-o como limitado e restrito pela gestão que está em vigor – outros pontos constatados que dificultam a intervenção são: equipe reduzida, o excesso de trabalho por conta da grande demanda que chega até a Secretaria, precarização das condições de trabalho, risco de desemprego por não serem trabalhadores concursados e a dificuldade de garantir o mínimo da política de habitação de interesse social a nível local.

Dessa maneira, ficou evidente que os assistentes sociais no interior da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) enfrentam constantes desafios no cotidiano profissional, isto decorre de uma série de implicações presentes no contexto da secretaria, que precisam ser superadas a partir de estratégias que concedam possibilidades para uma prática



profissional mais satisfatória/eficaz e para implementação de políticas públicas por meio de programas e/ou projetos que abranjam os direitos dos cidadãos e garantam benefícios à eles (neste caso, população beneficiária).

Assim, conclui-se que é necessário debater junto à categoria fatores/elementos que superem tais desafios postos à profissão na contemporaneidade, bem como refletir sobre o trabalho social desenvolvido pelo assistente social, e se este está na perspectiva de estimular a participação e o controle democrático da população, o qual é característica do Trabalho Social, ou se está a serviço do atendimento dos projetos urbanísticos (sujeito ao domínio do capital), sem considerar a participação dos sujeitos sociais, dentro da dinâmica da produção habitacional na cidade de Belém-PA, para mais é preciso construir estratégias profissionais que superem trabalho ao assistente social no que diz respeito à viabilização de políticas públicas no contexto urbano

#### REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2007.

BARBOSA. Kássia Cristina U. Soares. **Reflexões sobre o Trabalho Social na Habitação**. V Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, Universidade Federal do Maranhão, UFMA, 2011.

BEHRING, E. R. Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social**. Política Social. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 3, 2000.

BELÉM. **Relatório de Desenvolvimento da Política Habitacional do Município de Belém**. Belém, 2003. Acervo da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB).

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de. **Decreto nº 45.673/2004 - PMB** de 17 de Agosto de 2004. Regimento Interno da Secretaria Municipal de Habitação. Belém, 2004.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Trabalho Técnico Social – Portal da Amazônia/Orla Sub-bacia 01/ Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**. Secretaria Municipal de Habitação. Prefeitura Municipal de Belém (PMB). Belém, 2007.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Habitação/ Instituto Amazônico de Planejamento e Gestão Urbana e Ambiental. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Belém**. Belém, 2012.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Habitação. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social**. Belém, 2014. Acervo da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB).

BRASIL. **Curso à Distância Trabalho Social em Habitação**. Ministério das Cidades. Brasília. 2010.



\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades / Aliança de cidades / PAZ, R. D. O.; TABOADA, K. J. (org.) **Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social**. 2. ed. Brasília, 2010b.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Atuação de assistentes sociais na Política Urbana subsídios para reflexão**. Brasília, 2016.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. Os serviços na contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços. In: MOTA, Ana Elizabete. (org.). **A nova fábrica de consensos**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GONÇALVES, M<sup>a</sup>. da Conceição Vasconcelos et al. **O Trabalho Social e a Política Habitacional**. Sociedade em Debate, Pelotas, 13 (2): 175-190, jul.- dez./2007.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social. In: **Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais**. Módulo 4. CFESS/ABEPSS-UNB. 2000.

HADDAD, Tatiana; PETILO, Kássia; SCHEFFER, Sandra. **O Trabalho Social em Habitação como um campo de atuação do Assistente Social**. In: Anais da IX Jornada de Estágio de Serviço Social: formação e prática profissional do Serviço Social. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2013.

HARVEY, David. **Produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/06.pdf>. Acesso em março de 2017.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. v. 1. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Natália Coelho de. **Desafios ao trabalho social na habitação e o debate acerca da sustentabilidade dos empreendimentos do programa minha casa minha vida (PMCMV)**. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, Universidade Federal do Maranhão, UFMA, 2015.



OLIVEIRA, Simone S. de; SOUZA, Rafaela Diniz; Santos, Ethiene. **Formação e intervenção profissional do assistente social na contemporaneidade: reflexões sobre instrumentalidade e identidade.** Anais do Seminário Nacional Serviço Social e Pesquisa Social na Amazônia: desafiando os limites. Belém: UFPA, 2016. Disponível em: [http://docs.wixstatic.com/ugd/cfd7\\_578c20556e174bef8dd11781d72e2010.pdf](http://docs.wixstatic.com/ugd/cfd7_578c20556e174bef8dd11781d72e2010.pdf). Acesso em março de 2017.

PEREIRA, Potyara. A. P. **Política Social: temas & questões.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PORTELA, Roselene de Souza. **Políticas habitacionais em Cidades Amazônicas: Belém e São Luís na perspectiva comparativa.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

ROCHA, Danuza Labanca. **O Trabalho Social no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): Atribuições para o Serviço Social nos Projetos de Infraestrutura Urbana.** V Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, Universidade Federal do Maranhão, UFMA, 2011.

SANTANA, Joana Valente; SÁ, M. Elvira Rocha (orgs.). **Políticas públicas e lutas sociais na Amazônia: enfoque sobre planejamento, gestão e territorialidade.** ICSA/UFPA. Belém, 2011.

SANTOS, Rita de Cássia Barbosa. **Trabalho Social e Política Habitacional: entre concepções e discursos.** 2013. Dissertação de mestrado – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

SILVA, Francismary de Amorim. **A política social no setor habitacional: o debate sobre a participação e o controle social na contramão do sistema capitalista.** V Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, Universidade Federal do Maranhão, UFMA, 2011.

SOUZA, Alessandra Kelma de. **Vila Da Barca, Das Palafitas ao Conjunto Habitacional: análise sobre a (im)permanência dos moradores na área - Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2011.**

VASCONCELOS, Eliza Maria Almeida; ALVES, Edivania Santos; CRUZ, Sandra Helena; SÁ, Maria Elvira Rocha. **Política de Habitação de Interesse Social: projeto técnico-social.** Belém: ICSA/UFPA, 2014.

**GT 13 - Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações,  
novas formas de dominação?****PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL, SUPEREXPLORAÇÃO DO  
TRABALHO E EXTRAÇÃO DO MAIS-VALOR NA ECONOMIA DEPENDENTE  
SEGUNDO RUY MAURO MARINI**

Wendell da Costa Magalhães (UFPA)<sup>1</sup>  
wendell10magal@hotmail.com  
Gilberto de Souza Marques(UFPA)<sup>2</sup>  
gilsmarques@bol.com.br

**RESUMO**

O trabalho visa elucidar o desenvolvimento da categoria teórica intitulada *padrão de reprodução do capital* em Ruy Mauro Marini – um dos principais autores da versão marxista do que se convencionou chamar Teoria da Dependência – e de como tal categoria se relaciona e está amparada no que Marini designa por *superexploração do trabalho* e no fenômeno da extração do mais-valor descoberto e desenvolvido da melhor forma na obra magna *O Capital* de Karl Marx. Para isso, recorre-se à revisão bibliográfica dos principais textos de Ruy Mauro Marini que versam sobre tal temática, como é o caso de seu clássico *Dialética da Dependência* (1973), de *O ciclo do capital na economia dependente* (1979) e em seu *Sobre el patrón de reproducción de capital en Chile* (1982) com o fim de se fazer uma síntese teórica que avance no desenvolvimento da categoria *padrão de reprodução do capital* e se vislumbre a possibilidade ou não do seu uso na análise dos novos fenômenos do capitalismo contemporâneo. Tal empreitada se sugere pelo grau de atualidade que se reconhece na Teoria Marxista da Dependência no que tange ao estudo do capitalismo contemporâneo, e pela adequabilidade das categorias e conceitos que ela oferece para análise de economias dependentes, como a latino-americana, já que isso constitui o seu próprio sentido de ter surgido em meados da década de 1960 com o avanço do capital internacional nessa região.

Palavras-chave: Padrão de reprodução do capital, superexploração do trabalho, mais-valor, ciclo do capital, dependência.

**1. INTRODUÇÃO**

Ruy Mauro Marini, como um dos principais autores da versão marxista da Teoria da Dependência, ao empreender o exercício teórico que dá fruto a sua obra a respeito do

---

<sup>1</sup>Mestrando em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE-UFPA) e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Pará.

<sup>2</sup>Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, docente da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará.



capitalismo dependente, nos fornece uma das mais brilhantes maneiras de pensar a conformação da lei geral do capitalismo em espaço específico e contexto histórico determinado. No caso aqui em questão, nos referimos à América Latina, desde sua integração ao mercado mundial como economia exportadora, passando por sua industrialização e conformando uma nova realidade que a submete ao capitalismo mundializado que se expande a partir dos monopólios e das multinacionais, logo após a Segunda Guerra Mundial.

Marini esclarece esse movimento histórico na sua obra *Dialética da Dependência* (1973), que complementada pelo *Ciclo do Capital na Economia Dependente* (1979) e por seu *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital* (1979), fornecem meios de desenvolver uma nova forma de pensar o capitalismo dependente levando em conta os problemas atuais. Esse trabalho, buscando dar os primeiros passos nessa tarefa, procurou percrustar, a partir dos textos mencionado, as bases para a elaboração de uma categoria que se reputa de suma importância para se estabelecer a mediação entre as leis mais gerais de desenvolvimento do modo de produção capitalista, tal como se encontra na teoria do valor em Marx, e a conformação dessas leis em tempo e espaço determinado. Estamos nos referindo à categoria *padrão de reprodução do capital*. Categoria esta que se faz menção no trabalho *Sobre el patrón de reproducción de capital em Chile* (1982) de Marini, porém pouco trabalhada, só a encontramos melhor desenvolvida nos trabalhos mais recentes de Jaime Osorio.

Ao desvelar as bases conceituais para o futuro trabalho de tal categoria, esse trabalho se concentra em perfazer o percurso teórico que Marini, por sua vez, fez até dar início aos textos que a mencionam e tentam trabalhá-la mais efetivamente. Portanto, cabe ter em mente que o que aqui se apresenta é o início de uma empreitada que ainda carece de melhor desenvolvimento para se apresentar como uma alternativa teórico-metodológica de fato, mas que em seu início, já se revela de grandes potencialidades.

Nesse sentido, primeiramente buscamos deixar claro o método utilizado por Marini na elaboração do que ele intitulou como *dialética da dependência* e como o movimento que a conforma tem como central a categoria *superexploração do trabalho*, conferindo as bases para o processo de formação da chamada economia exportadora, logo após a integração desta ao mercado mundial. Na seção seguinte, nos concentramos em desvelar o conceito de ciclo do capital e como ele se conforma no contexto da economia exportadora e, posteriormente, no contexto da economia dependente industrializada, até dá lugar ao momento em que essa economia passa a sofrer interferência direta do capital estrangeiro. Por fim, buscamos sintetizar a relação e o amparo do ciclo do capital na economia dependente no fenômeno próprio da superexploração do trabalho e como o trato desses



assuntos nos permite fixar as bases para o desenvolvimento da categoria *padrão de reprodução do capital*, sugerindo-lhe possíveis formas de aplicação. Esperamos ter cumprido, minimamente, com a tarefa que aqui nos impomos.

## 2. A DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA E A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Antes de tudo, a respeito do nascimento da Teoria da Dependência, cabe pontuar que no contexto em que ela surge, havia a necessidade de

(...) uma revisão profunda no enfoque da nossa [América Latina] história, procurando mostrar que as relações escravistas e servis foram estabelecidas pelo capital comercial, que se combinou posteriormente com os interesses do capital industrial moderno, que necessitava de matérias-primas e de produtos agrícolas a preços baixos. Gerou-se então um tipo de servilismo e de escravismo modernos, muito diferente do escravismo clássico ou do regime servil feudal. Era necessária uma rediscussão profunda sobre o passado pretensamente feudal da região.” (DOS SANTOS, 2015, p.78).

Ruy Mauro Marini, se incumbindo dessa tarefa, sintetiza esse fenômeno ao desenvolver a concepção de uma “economia exportadora”, presente em seu *Dialética da Dependência* (1973), e que se ampara na explicação de como essa economia, que caracteriza a da América Latina, primeiramente se integra ao mercado mundial e assim desenvolve o fenômeno da troca desigual, detectado pela teoria cepalina a partir da concepção da deterioração dos termos de intercâmbio, mas que tem seu segredo explicado, para além da superfície, na transferência de valor que se opera entre economias com diferentes graus de industrialização. Nesse sentido é que Marini se pauta na perspectiva marxista para explicar tal fenômeno, pois é só a partir da visualização de como a lei do valor – tal qual se encontra desenvolvida na obra de Marx – se faz presente em economias dependentes as subordinando a sua lógica, que se faz possível captar a essência do problema que se sugere.

Fazer isso envolve, automaticamente, descartar a visão da América Latina como possuidora de um passado feudal para pôr no lugar a perspectiva de que a economia latino-americana é fruto do desenvolvimento do capital comercial, que se funde posteriormente com o industrial, da Europa. Na obra de Marini (2011a), portanto, a América Latina surge, primeiramente, como exportadora de metais preciosos e gêneros exóticos devido à expansão comercial europeia promovida no séc. XVI. Contribui, assim, com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que promovem o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa; sustentam o sistema manufatureiro europeu; e propiciam a criação da grande indústria.



A Revolução Industrial, que ocorre concomitante às independências políticas ocorridas na América Latina no início do séc. XIX, é que dá surgimento a essa grande indústria que tem seu berço na Inglaterra e, conseqüentemente, faz com que a América Latina entre na divisão internacional do trabalho (DIT) como produtora e exportadora de bens primários, consumidora de manufaturas e fazedora de dívidas, a partir do momento que obtêm um excedente comercial, por meio das exportações, suficiente para fazer e arcar com somas cada vez maiores dessas dívidas.

Segundo Marini, é dessa sua posição na DIT e das implicações que dela decorrem, que configura-se a dependência: “[...] entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.” (MARINI, 2011a, p. 134-135).

Mas o fundamental de se apreender a partir da integração da economia dependente ao mercado mundial, segundo Marini, posto que configura a essência mesmo da dependência, é que:

as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais valia absoluta para a de mais valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. (MARINI, 2011a, p. 138).

Ou seja, a América Latina não se limita a fornecer matérias-primas para os países desenvolvidos. Mais que isso, ela proporciona que as economias centrais desenvolvam tecnologia suficiente para ampliarem sua produção com foco no aumento de sua capacidade produtiva, ou seja, com o aumento de sua mais-valia relativa, em vez da simples exploração do trabalhador, que lhe extrai mais-valia absoluta. Essa última tarefa ficará a cargo dos países dependentes que, por meio de suas típicas tarefas, estendem e/ou intensificam a jornada de trabalho, e remuneram o trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho. Nisso consiste uma maior exploração do trabalhador, a que Marini chamará de superexploração do trabalho, categoria explicitada melhor mais adiante.

Cabe explicar, com base na lei do valor, como exatamente esse mecanismo que integra a economia dependente à divisão internacional do trabalho se opera, fazendo surgir o fenômeno da troca desigual. Já vimos que “[...] mediante a incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento



da mais-valia relativa nos países industriais.” (MARINI, 2011a, p. 140). Mas, a medida que essa mais-valia relativa se converte em um montante maior de capital constante, decresce a taxa de lucro com o crescimento dessa mais-valia, já que aumenta a composição-valor do capital, o que implica dizer que a integração da América Latina na DIT, via exportação de alimentos e matérias-primas industriais, provoca contradições no sistema capitalista mundial, pois afeta o motor central do investimento capitalista que é a taxa de lucro. Essas contradições vem a ser contraposta por diversos procedimentos que, de um ponto de vista estritamente produtivo, “[...] se orientam tanto no sentido de incrementar ainda mais a mais-valia, no intuito de compensar a queda da taxa de lucro, quanto no sentido de induzir uma baixa paralela no valor do capital constante, com o propósito de impedir que o declínio se apresente.” (MARINI, 2011a, p. 141). Ou seja, o fornecimento de matérias primas industriais, em larga escala, ao baratear o capital constante que é composto, em parte, por essas matérias-primas, atua como contratendência à queda da taxa de lucro.

Face à deterioração dos termos de intercâmbio em desfavor das economias dependentes, incluindo as latino-americanas, Marini indaga a respeito do porquê assim ocorrer, já que, claramente, o fenômeno da produtividade não era o responsável por desvalorizar seus produtos e, assim, depreciá-los, pois, nesses países, a produtividade era a que mais caminhava a passos lentos. Além disso, cabe a questão do motivo desse fenômeno dos preços baixos dos produtos oriundos das economias dependentes não ter desestimulado a incorporação da América Latina na economia internacional.

Descartando as explicações simplistas que não enxergam a verdadeira natureza da questão que se encontra na base econômica, tais transferências, na visão de Marini, se dão pela permissão que o desenvolvimento das relações mercantis concede ao capital de burlar a lei do valor, mesmo que a partir da aplicação delas, por vezes. Isso se dá na fixação dos preços de mercado e dos preços de produção das mercadorias. Alguns mecanismos operam no interior de uma mesma esfera de produção de manufaturados e matérias-primas, e outros se dão em distintas esferas que se inter-relacionam. Foca-se nestes últimos por ilustrarem a transgressão das leis de troca:

[...] transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas - o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. (MARINI, 2011a, p. 145).



Ou seja, a transferência de valor se dá pela via do monopólio das manufaturas por parte das nações industriais e pela maior produtividade dessas mesmas nações. Quando prepondera esse último caso, a transferência de valor ocorre duplamente. É só a partir desse fenômeno que Marini visualiza e coloca como central em sua obra a categoria “superexploração do trabalho”, pois esta se configura como mecanismo de compensação utilizado pelas classes dirigentes da economia dependente para fazer frente às transferências de valor que as desfavorecem, resultado da troca desigual no mercado internacional.

Sendo assim, a superexploração do trabalho pode ser considerada como uma forma que as classes altas da economia dependente têm de aceitar a perda de mais-valia para o exterior, por meio das relações de mercado, como fato inevitável e buscando a solução do problema no âmbito da produção interna. Ela se dá, assim, por meio da junção de três mecanismos que, em síntese, fazem com que o trabalho seja remunerado abaixo de seu valor nessa economia. Esses mecanismos são: o aumento da intensidade do trabalho; o aumento da jornada de trabalho; e a redução do consumo do operário para além do seu limite normal, proporcionando que o fundo de consumo necessário do operário converta-se em fundo de acumulação de capital. Juntos, esses mecanismos caracterizam a economia dependente através da maior extração de mais-valia de sua força de trabalho, sem o incremento de sua capacidade produtiva.

A digressão feita até aqui serve para destacar como a conformação da chamada economia exportadora se faz calcada e, por isso, supõe o fenômeno da superexploração do trabalho. Isso é importante na medida que, num primeiro momento, o que cabe destacar é que *Dialética da Dependência* analisa, antes de tudo, “[...] em que condições a América Latina havia-se integrado ao mercado mundial e como essa integração: a) funcionara para a economia capitalista mundial e b) alterara a economia latino-americana.” (MARINI, 2011b, p. 86).

Ou seja, o que se é fundamental num primeiro momento do texto é:

[...] fixar a pauta em que há de ser conduzido este estudo, pauta que corresponde ao movimento real da formação do capitalismo dependente: da circulação à produção, da vinculação ao mercado mundial ao impacto que isso acarreta sobre a organização interna do trabalho, para voltar então a recolocar o problema da circulação. Porque é próprio do capital criar seu próprio modo de circulação, e/ou disso depende a reprodução ampliada em escala mundial do modo de produção capitalista [...] (MARINI, 2011a, p. 154).

Nesse contexto, a economia exportadora é vista como



[...] o processo e o resultado de uma transição ao capitalismo e como a forma que assume esse capitalismo, no marco de uma determinada divisão internacional do trabalho. [...] as transferências de valor que daí advinham não podiam ser vistas como uma anomalia ou um estorvo, mas, antes, como consequência da legalidade própria do mercado mundial e como um acicate ao desenvolvimento da produção capitalista latino-americana, sobre a base de duas premissas: a abundância de recursos naturais e superexploração do trabalho (que pressupunha abundância de mão de obra). (MARINI, 2011b, p. 86-87).

A industrialização que se efetiva posteriormente, responsável por mudar o caráter da economia dependente no momento que faz da indústria seu principal eixo de acumulação, se dará cheia de contradições e de maneira própria nessa economia, posto que baseada nas duas premissas apontadas acima.

Elaborada essa síntese de parte de um dos trabalhos mais importantes de Ruy Mauro Marini, o seu *Dialética da Dependência*, sobretudo no que diz respeito ao significado do conceito de “economia exportadora” e sua relação íntima e dependente com a categoria “superexploração do trabalho”, cabe adentrarmos nos temas que Marini introduz nas seções finais dessa obra (a industrialização, seus efeitos e o ciclo do capital, principalmente) e que só terão um trato mais maduro anos depois, quando Marini se encontra no México, e que pode ser visualizado em obras como *O ciclo do capital na economia dependente* (1979) e *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital* (1979), este considerado pelo próprio Marini “[...]um complemento indispensável a *Dialéctica de la dependencia*, na medida em que expressa o resultado das investigações, que eu [Marini] começara no Chile, sobre o efeito da superexploração do trabalho na fixação da mais-valia extraordinária.” (MARINI, 2011b, p. 112).

Aliás, no momento em que se fazem presentes essas novas temáticas, já deixando de ser mera economia exportadora, a América Latina se converte em um centro produtor de capital por tendência geral do próprio capital em formar por todos os lugares as bases de sua circulação, os centros produtores desta e, assim, assimilá-los. Nesse sentido, “Compreender a especificidade do ciclo do capital na economia dependente latino-americana significa, portanto, iluminar o fundamento mesmo de sua dependência em relação à economia capitalista mundial.” (MARINI, 2011a, p. 154). Pois é a esta tarefa que nos voltamos mais especificamente a partir de então.

### 3. O CICLO DO CAPITAL NA ECONOMIA DEPENDENTE

O ciclo do capital e suas formas é dado pelo seguinte circuito: D – M... P... M' - D'. Nesse sentido, identificamos suas três fases como circulação, produção e circulação. Na primeira fase da circulação, que Marini (2012) chama de C<sup>1</sup>, se estuda o capital sob a forma



dinheiro que se troca por meios de produção e força de trabalho. Em sua segunda fase, que corresponde à acumulação e à produção, o capital já se encontra na forma de meios de produção e força de trabalho para realizar seu processo de valorização por meio da exploração dessa força. Por fim, sua terceira fase, que é ao mesmo tempo a segunda fase da circulação (ou  $C^2$ ), o capital já se encontra sob a forma de mercadorias contendo seu valor inicial mais o mais-valor gerado na fase da produção mediante a exploração, e precisa se realizar vendendo-se e transformando-se na sua forma dinheiro, que representa uma magnitude superior ao dinheiro investido no início do ciclo. É sob essa concepção teórica, derivada do Livro II d' *O Capital* de Marx, que Marini opera sua análise do ciclo do capital na economia dependente (Marini, 2012).

### **3.1 O ciclo do capital na economia exportadora**

Cabe pontuar a diferença de como se dá o ciclo do capital nas economias industriais e como este se dá na chamada economia exportadora. Aqui se lança mão do chamado duplo caráter do trabalho (ou seja, a posição do trabalhador como produtor e consumidor) para ilustrar como sua contradição se resolve na economia industrial e na economia exportadora dependente, acabando por engendrar ciclos do capital que se diferenciam, fazendo da economia dependente possuidora de um ciclo do capital próprio que nada mais representa que a conformação da lei geral capitalista em espaço e tempo específico e determinado.

Enquanto na economia industrial, a fratura entre produção e circulação, derivada do duplo caráter do trabalho, é remediada com o barateamento das mercadorias destinadas aos trabalhadores, fato possibilitado pelo aumento da capacidade produtiva nessa economia que se orienta pela busca da mais-valia relativa, na economia dependente e exportadora, que já nasce orientada para satisfazer o mercado externo, a fratura entre produção e circulação se faz brutal, dado que para realizar as mercadorias produzidas por essa economia, não precisa-se do consumo provindo dos trabalhadores, o que torna a superexploração do trabalho sem barreiras provindas da circulação. Aliado ao fato da mão de obra abundante (exemplificada pela oferta de mão de obra indígena no México e nos fluxos migratórios europeus, que eram produtos do avançar tecnológico em sua sociedade até o início do século XX), tem-se, então, o contexto ideal para a superexploração do trabalho.

A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um



ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada à dependência em que se encontra frente à economia internacional. (MARINI, 2011a, p. 157).

Como efeito da superexploração do trabalho, a economia dependente exportadora apresenta uma cisão no mercado interno em que suas classes altas buscam satisfazer-se via importação, dada a incompatibilidade da produção interna (voltada essencialmente para o exterior) com o perfil de consumo dessas classes que acumulavam tamanha soma de lucros, frutos da superexploração. Enquanto isso, as classes exploradas devem contentar-se com a produção interna restringida e que não paga o valor de sua força de trabalho. Logo, destaca Marini:

A harmonia que se estabelece, no nível do mercado mundial, entre a exploração de matérias-primas e alimentos, por parte da América Latina, e a importação de bens de consumo manufaturados europeus, encobre a dilaceração da economia latino-americana, expressa pela cisão do consumo individual total em duas esferas contrapostas. (MARINI, 2011a, p. 158).

### **3.2 O ciclo do capital com a industrialização**

Em Marini (2011), a industrialização de economias dependentes se mostra, substancialmente, produto da interrupção do antigo ciclo do capital nessas economias, que refletia diretamente o ciclo do capital na economia mundial, para engendrar um novo ciclo, modificado e com relativo grau de autonomia, que, ao ter seus impactos na esfera da produção, altera a circulação e conforma um padrão novo de reprodução do capital na economia dependente. O importante a assinalar, entretanto, é que esse novo padrão de reprodução do capital continua a se pautar na superexploração do trabalho, mesmo após deixar de qualificar a economia dependente como economia exportadora e passando a designá-la como industrializada, dado que, a partir desse momento, faz da indústria seu principal eixo de acumulação.

O processo de industrialização, por sua vez, se inicia no período entreguerras com a impossibilidade da América Latina continuar a produzir para a exportação e abastecer com manufaturados as classes que vivem de mais-valia, tal qual a situação, que a qualificava como mera economia exportadora, possibilitava. O resultado imediato disso é o redirecionamento do consumo das classes altas para a indústria interna, passando esta, então, a ter todo o incentivo para desenvolver-se.

Marini resume esse processo no seguinte trecho de *Dialética da Dependência*:

Partindo então do modo de circulação que caracterizara a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do



trabalho. Em consequência, reproduz também o modo de circulação que corresponde a esse tipo de acumulação, ainda que de maneira modificada: já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial o que opera, mas a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia, separação que, ao não ser contraposta pelos fatores que atuam na economia capitalista clássica, adquire um caráter muito mais radical. (MARINI, 2011a, p. 164).

Dois pontos aqui merecem destaque. Primeiramente, a separação que menciona Marini entre esfera alta e esfera baixa da circulação; e depois, os fatores que atuam na economia capitalista clássica que, contrapondo-se a essa separação, a limitam e fazem com que o seu processo de industrialização difira do da economia dependente. A compreensão melhor destes dois pontos que aqui destacamos é crucial para o entendimento do ciclo do capital na economia dependente já em processo de industrialização.

No que diz respeito à separação entre baixa e alta esfera, justamente por, na economia capitalista clássica, ela está calcada no aumento da capacidade produtiva, este fenômeno se faz possível de ser contornável, cabendo pontuar que ele primeiro se efetiva porque o aumento da capacidade produtiva é produto do aumento da mais-valia relativa que faz o valor da força do trabalho baixar pelo barateamento dos seus meios de reprodução. Este mecanismo, da feita que aumenta a taxa de mais-valia, aumenta o consumo das classes altas que vivem da apropriação dessa mais-valia. Ou seja, no terreno da circulação, percebe-se um aumento da alta esfera de consumo em contraste com a redução proporcional, em relação à apropriação do total do valor produzido, das esferas mais baixas e eis que se expõe a fratura, a que se refere Marini, entre as diferentes esferas da circulação do capital, ao menos no que se refere à economia clássica.

Entretanto, a própria lógica desse mecanismo acaba por resolver suas contradições, primeiramente com o fato de que o aumento da alta esfera de consumo se realiza com o barateamento dos meios de reprodução da força de trabalho, o que significa que não diminui o consumo das classes inferiores em termos absolutos, mas somente em termos relativos ao das classes mais altas, indicando que a ligação entre essas duas esferas é distendida, mas não se rompe. Por sua vez, ajudam na resolução das contradições geradas por essa distensão a forma limitada com que se amplia o mercado mundial fruto da dificuldade em comercializar bens de luxo ou supérfluos entre nações industriais que competem no mercado internacional, e com nações que têm deprimida a demanda por esses bens, já que possuem a renda muito concentrada, fruto da superexploração do trabalho em seu território. Essa limitação básica tem como resultado a necessidade de tornar estes bens supérfluos, ou de luxo, em bens populares, o que faz com que aumente o salário real e os trabalhadores passem a consumir mais.



Por outro lado, no que se refere à economia dependente, que se industrializa a partir das bases criadas pela economia exportadora, a fratura das suas esferas de consumo, nesse contexto, prossegue a partir da fratura que já se tinha engendrada pelo ciclo do capital na economia exportadora. Nesse sentido, a industrialização da América Latina, como economia dependente, se efetiva não preocupada com o consumo de seus trabalhadores, mas preocupada em atender uma demanda existente provinda das classes altas que, como já assinalado, no entreguerras, se via impossibilitada de importar.

Aproveitando-se, então, das altas rendas acumuladas pela economia exportadora, a industrialização é capaz, por um bom tempo, de contar com uma demanda cativa que dispensa a preocupação com os salários dos trabalhadores, posto que sua produção é independente desses salários de dois modos: primeiro, pelo fato de que, ao não compor o consumo do trabalhador, o seu valor não determina o valor da força de trabalho e, logo, não determina também a taxa de mais-valia relacionada a este último, desestimulando o capitalista de investir na produtividade de trabalho com o fim de reduzir o valor dos bens que compõem essa produção, sendo-lhe mais atrativa a superexploração; em segundo lugar, a produção faz-se independente dos salários e conduzem à superexploração, novamente, por conta deste mecanismo não constituir-se em empecilho a sua circulação, posto que a produção se destina às altas esferas de consumo e não aos trabalhadores.

### **3.3 O ciclo do capital diante do “novo anel da espiral”**

Explicado, então, com base na perspectiva traçada por Marini em *Dialética da Dependência*, os fatores determinantes para a conformação desse novo ciclo próprio da economia dependente, que sofre os efeitos da industrialização, mas não deixa de pautar-se na superexploração do trabalho, cabe tecer algumas palavras sobre a nova fase da dependência, que Marini vê como “o novo anel da espiral”, e que é produto da interferência direta da tecnologia estrangeira nas economias latino-americanas como forma de aumentar a capacidade produtiva do trabalho num momento em que, nessas economias, a demanda igualava-se à oferta e surgia a necessidade de popularizar o consumo das manufaturas. Os efeitos disso sobre o ciclo do capital e sobre a produção que se calca na superexploração, constituem os problemas mais atuais e pertinentes que devem se levar em conta para o desenvolvimento de uma categoria como “padrão de reprodução do capital” e para a análise do capitalismo contemporâneo com base na Teoria Marxista da Dependência.

A recorrência ao capital estrangeiro, na impossibilidade de se sustentar na mera troca comercial, se dará com base no financiamento de investimentos diretos na indústria, facilitados pela grande concentração de capital no exterior, fruto do reestabelecimento da economia mundial a partir do pós-segunda guerra, e que procurava se reproduzir de alguma



forma, dada sua abundância, em territórios externos. Sua maior concentração, nesse momento, encontrava-se nos Estados Unidos, que passava a ser a nação hegemônica no planeta, deixando os países da Europa e o Japão para trás em termos de produção de capital, sobretudo máquinas e equipamentos.

Entretanto, o que mais importa assinalar aqui, para efeito de esclarecimento do que ocorre com o ciclo do capital na economia dependente, são as implicações da introdução desse capital que se acumulara no estrangeiro, caracterizado por um novo padrão tecnológico, na América Latina. Nas sociedades que se fundamentam na exploração da força de trabalho, tal como já apontara Marx em *O Capital* e que Marini aqui o corrobora, o efeito imediato do desenvolvimento tecnológico se evidencia com a economia de força de trabalho, diminuindo a quantidade de trabalhadores empregados na esfera produtiva e, em contrapartida, aumentando as camadas sociais não produtivas. O destaque dado por Marini será, entretanto, para o fato de que tais efeitos aparecem modificados pelas condições de produção próprias do capitalismo dependente.

Pautando-se na maior exploração do trabalhador, na economia dependente, o progresso técnico intensifica o ritmo de trabalho do operário, eleva sua produtividade e, simultaneamente, sustenta a tendência a remunerá-lo abaixo do valor de sua força de trabalho, ou seja, a continuar superexplorando-o. Isso é possibilitado pelo fato de que tais aumentos de produtividade se concentram em bens que, mesmo já convertidos em bens de consumo popular nas economias capitalistas centrais, continuam a serem destinados exclusivamente para as esferas altas da circulação, não constituindo bens responsáveis pelo valor da força de trabalho na produção. Nesse sentido, o aumento dos lucros nessa economia se pauta não no aumento da taxa de mais-valia, para o qual a diminuição do valor da força de trabalho é fundamental, mas no aumento da massa de mais-valia, no que contribui o aumento da superexploração do trabalhador.

Eis que, diante dessa situação, o ciclo do capital na economia dependente se vê com problemas de realizar-se internamente, posto que uma massa cada vez maior de produtos, devido aos ganhos de produtividade proporcionados pela introdução do capital estrangeiro, não se volta para a grande massa de trabalhadores que o produzem, já que se caracterizam por serem bens supérfluos. Segundo Marini (2011), a saída que se apresentou para isso foi a intervenção do Estado por meio da ampliação do aparato burocrático, das subvenções aos produtores e do financiamento ao consumo supérfluo, assim como a intervenção em mecanismos de inflação, com o propósito de transferir poder de compra da esfera baixa para a esfera alta da circulação.

Sintetizando os resultados desse processo, diz Marini:



A produção baseada na superexploração do trabalho voltou a engendrar assim o modo de circulação que lhe corresponde, ao mesmo tempo em que divorciava o aparato produtivo das necessidades de consumo das massas. A estratificação desse aparato no que se costuma chamar “indústrias dinâmicas” (setores produtores de bens supérfluos e de bens de capital que se destinam principalmente para estes) e “indústrias tradicionais” está refletindo a adequação da estrutura de produção à estrutura de circulação própria do capitalismo dependente. (MARINI, 2011a, p.170).

A contradição básica que esse processo engendra só está limitada pelos próprios limites da superexploração do trabalho, que agravando o problema da realização do ciclo do capital, não pode ser de todo contrabalançada pelos mecanismos de transferência de renda expostos até aqui, o que cria a necessidade da economia voltar-se para o estrangeiro, reconstruindo a velha economia exportadora que caracterizará o fenômeno do subimperialismo, porém este não será objeto desse trabalho.

#### 4. PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL, O CICLO DO CAPITAL E A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Segundo Osorio (2012),

“A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), integrando o processo de valorização (incremento do valor e do dinheiro investido) e sua encarnação em valores de uso específicos (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as contradições que esses processos geram.” (OSORIO, 2012, p. 40-41).

É a partir dessa noção que se compreende a assertiva de Osorio (2012) ao dizer que o estudo e desenvolvimento dessa categoria, no que diz respeito a obra de Marx, deve se basear no estudo do ciclo do capital e nos esquemas de reprodução, desenvolvidos no Livro II d’*O Capital*. Na obra de Marini, no entanto, sua contribuição ao possível uso dessa categoria, para além de seu *Dialética da Dependência*, pode ser vista em seu *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital* (1979), ao realizar o estudo dos esquemas de reprodução do capital e os efeitos que a mudança na jornada, na intensidade e na produtividade do trabalho, dentro desses esquemas, causam sobre a relação valor de uso-valor e sobre a distribuição; em seu *Ciclo do capital na economia dependente* (1979), em que analisa o movimento da economia dependente no contexto do ciclo do capital dinheiro;



e em seu *Sobre el patrón de reproducción de capital en Chile* (1982) escrito em 1980, para fins de discussão com companheiros exilados em Cuba e publicado na publicação não periódica *Cuadernos de Cidamo*, dois anos depois. (MARINI, 2011b).

O que se retira desses escritos, de forma diretiva, capaz de conformar a noção de padrão de reprodução do capital a partir da relação que se estabelece entre o ciclo do capital e a superexploração do trabalho é que, na medida em que a circulação explica a produção e esta volta a explicar a nova circulação que engendra, o método utilizado por Marini é coerente com o percurso histórico que faz a economia dependente no desenvolvimento das leis capitalistas em seu território. Pois, o divórcio que aí se verifica entre produção e circulação, e as formas particulares que assume tal divórcio com o desenvolvimento mesmo do capitalismo dependente, é produto da superexploração do trabalho que agrava esse divórcio, levando, quando da configuração da economia industrial, essa economia a graves problemas de realização de seu ciclo (MARINI, 2011c).

Ao operar, portanto, a análise do ciclo do capital na economia dependente, diferenciando suas respectivas fases (circulação, produção e circulação), cremos que a diretriz para a conformação da noção de *padrão de reprodução do capital* dada por Marini, inicialmente, através da análise desse ciclo está de acordo com a proposição de Osorio que indica que se considere:

[...] a procedência do dinheiro que se investe (estatal, privado nacional ou privado estrangeiro); o tipo de máquinas e ferramentas que se empregam; os mercados em que se adquire; o nível de preparação requerido da força de trabalho; as formas de organização da produção (linhas de montagem, círculos de qualidade, trabalho domiciliar etc.); os valores de uso que se produzem; a quais mercados correspondem (bens-salário, bens suntuários ou bens de capital); as economias a que se dirigem os produtos; a mais-valia, o lucro e sua repartição (quanto regressa às matrizes como lucro, quanto é pago por tecnologias e patentes, quanto fica na economia local etc.); entre outros pontos relevantes. (OSORIO, 2012, p. 46-47).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feito o exercício teórico de identificar as bases dos conceitos e categorias necessárias para o desenvolvimento da categoria teórica intitulada padrão de reprodução do capital segundo a concepção de Ruy Mauro Marini, aponta-se para a necessidade de posteriores trabalhos que sigam trabalhando o desenvolvimento dessa categoria a partir dessa perspectiva, levando em conta sempre os novos determinantes da realidade atual e nunca perdendo de vista que, para obtermos conhecimento de qualquer realidade social dada, tendo em vista que ela está sempre em processo de transformação, requer-se a constante reconstrução da teoria a luz do contexto histórico vivenciado.

Nesse sentido, a tarefa fundamental que não só a proposta teórica de Ruy Mauro, mas a Teoria Marxista da Dependência vem a cumprir é a de determinar a legalidade



específica pela qual se rege a economia dependente, como espaço de conformação peculiar das leis de desenvolvimento do capital. Dessa forma, ela nos permite entender a simultaneidade do desenvolvimento e da dependência no sistema capitalista, sendo de inestimável contribuição o pensar dialético desse processo que Marini, em particular, nos legou, desenvolvendo inclusive novos conceitos e categorias para desbravar tal realidade. Seguir esse legado de Marini, no desenvolver de novas categorias, sobretudo de mediação, como a de *padrão de reprodução do capital*, é uma tarefa que requer grande demorado esforço, mas, ao mesmo tempo, se faz imprescindível para entender as novas problemáticas que nos assolam para, quiçá, propor soluções que as satisfaçam.

## REFERÊNCIAS

DOS SANTOS, Theotonio. Teoria da Dependência: Balanços e perspectivas. Florianópolis: Editora Insular, 2015.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011a, p. 131-172.

\_\_\_\_\_. Memória: por Ruy Mauro Marini. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011b, p. 55-128.

\_\_\_\_\_. O Ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. p. 21-35.

\_\_\_\_\_. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. *Cuadernos Políticos*, México D. F., Ediciones Era, n. 20, 1979.

\_\_\_\_\_. Sobre el patrón de reproducción de capital em Chile. *Cuadernos de Cidamo*. México D. F., n. 7, 1982.

\_\_\_\_\_. Sobre a dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011c, p. 173-185.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. p. 37-86.

**GT 13 – Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações,  
novas formas de dominação?****OS CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM BELÉM DO PARÁ: DESAFIOS DA  
AUTOGESTÃO**Lucila Jenille Moraes Vilar (Universidade Federal do Pará)<sup>1</sup>[lucilajenille@gmail.com](mailto:lucilajenille@gmail.com)Armin Mathis (Universidade Federal do Pará)<sup>2</sup>[armin.mathis@gmail.com](mailto:armin.mathis@gmail.com)**RESUMO**

Esse artigo aborda a questão dos resíduos sólidos, fazendo um breve panorama latino americano, brasileiro e local em que destacamos a Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), o Movimento Nacional dos Catadores (MNCR) como elementos histórico-sociais de mudanças de paradigmas e apresentamos o contexto da cidade de Belém e suas três Redes de Catadores: Cata Pará, Recicla Pará e CentPará. Analisamos de que maneira catadores de resíduos sólidos da cidade de Belém compreendem os esforços de auto-organização em diálogo com políticas públicas voltadas à inclusão social. As reflexões apresentadas têm como referencial teórico o conceito *dehabitus*, de Pierre Bourdieu, como uma ferramenta teórica que permite analisar a interface entre fatores externos e a subjetividade do catador e pode ser entendido como um sistema em contínua atualização.

**Palavras-chaves:** Resíduos Sólidos; Catadores; Políticas Públicas.**1. INTRODUÇÃO**

A gestão dos resíduos sólidos afeta diretamente os 2,5 milhões de habitantes da Região Metropolitana de Belém (RMB). O maior polo urbano do Estado do Pará produz cerca de 2.500 mil quilos de lixo por dia. À luz da lei 12.305/10 a gestão de resíduos sólidos apresenta lacunas, sobretudo no que diz respeito ao tratamento de resíduos recicláveis, entre eles se destacam a integração proativa dos catadores nas cadeias produtivas de reciclagem dos resíduos, envolvendo um setor social que, pelas necessidades de sua própria sobrevivência, está dando uma contribuição relevante para a remoção do lixo de Belém e precisa ser valorizado enquanto categoria profissional.

---

<sup>1</sup>Graduada em Comunicação Social (UFPA), doutoranda no Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA).

<sup>2</sup>Professor associado da Universidade Federal do Pará (PPGDSTU/NAEA/UFPA).



Para Dias (2016), a base legal da gestão pública de resíduos sólidos na contemporaneidade, em países desenvolvidos, pode ser atribuída a *Englishlegislation* do século 1919, que apresentou o conceito de retirada do resíduo como uma tarefa do poder público. Esse passo inicial teve como motivação o crescimento do movimento de adaptação urbana, que associava a falta de gestão do que era descartado pela população a propagação de doenças.

Já a falta de planejamento e organização dos centros urbanos predomina em quase todos os contextos pós-coloniais<sup>3</sup>. Os indivíduos que estão à margem do acesso à educação, ficam sem qualificação profissional e tem como opção o subemprego. Com o aumento do mercado de resíduos sólidos, o trabalho com o que é descartado acaba tornando-se uma alternativa de produção de renda. Para Buch (2015) existem profissões e atividades profissionais que podem valorizar ou desvalorizar a pessoa no meio social em que vive:

As pessoas passam a ser nomeadas ou identificadas pela profissão que possuem: professor, advogado, médico, engenheiro, dentista e outros. Algumas atividades são mais valorizadas e outras menos, a ponto de serem condenadas, repudiadas e julgadas silenciosamente ou abertamente, como se fossem especificamente profissões para pessoas sem qualificação, profissões de baixa valorização; entre essas profissões está a do catador de material reciclável, que em sua função de remexer no lixo para procurar o reciclável, leva algumas pessoas a sentirem repugnância por essa atividade, chegando ao preconceito por essa profissão. (BUCH, p. 69, 2015)

Nesse sentido, as pessoas que sobrevivem da coleta, separação, classificação e venda de materiais que são encontrados no lixo, mas que pode retornar ao ciclo produtivo, são tidas no meio social como indivíduos “inferiores”, pois são vistos como “sem qualificação”. Além disso as condições insalubres do ambiente de trabalho contribuem para a estigmatização da categoria. A indiferença que a sociedade tem com o lixo é associada às pessoas que trabalham profissionalmente com o lixo, e têm sua imagem ligada à pobreza, sujeira e miséria (BUCH, p. 76, 2015).

Fazendo uma comparação simples entre países com uma taxa de desenvolvimento econômico maior e os tidos como subdesenvolvidos ou

---

<sup>3</sup> As bases para os estudos pós-coloniais se estabelecem entre 1950 e 1975, justamente em um relevante momento de descolonização política no cenário internacional, também quando irrompe a guerra fria. Um argumento em comum dos autores pós-coloniais é o seguinte: se houve uma descolonização político institucional, a mesma não foi acompanhada pela descolonização das relações sociais (CRUZ, p. 63, 2013).



emergentes, podemos perceber que a questão do manejo do resíduo sólido é tratada de maneira diferenciada. Para Hoornweg & Bhada-Tata (2012), a composição e a taxa de geração dos resíduos sólidos é resultado de uma série de variáveis. Podemos destacar a condição sócio-econômica da população, o grau de industrialização da região, a sua localização geográfica, as fontes de energia e o clima. Geralmente, quanto maior o poder econômico e o grau de urbanização, maior a quantidade de resíduos sólidos produzidos e quanto menor a renda da população, maior o percentual de matéria orgânica na composição dos resíduos.

Por exemplo, o Brasil, Turquia e Botsuana, que possuem uma renda per capita da ordem de US\$4.630, US\$3.160 e US\$3.260, respectivamente, produzem 57,4%, 69% e 93% de matéria orgânica em seus resíduos sólidos, enquanto que países tidos como desenvolvidos, como Estados Unidos e Japão, possuindo uma renda per capita da ordem de US\$29.240 e US\$32.350 respectivamente, produzem 23,8% e 42,3% de matéria orgânica em seus resíduos (CABRAL, 2010).

O tipo de tratamento dado aos resíduos sólidos também está ligado aos fatores que citamos anteriormente, pois a utilização de aterros e lixões como mecanismo de tratamento e disposição final do resíduo é adotada por 95,8 % dos municípios brasileiros (IBGE, 2002). Em contrapartida, países com desenvolvimento econômico maior, como Holanda, Japão e Cingapura, utilizam a incineração como método preferencial de tratamento de seus resíduos, dispondo nos aterros somente as cinzas originadas no processo. “Essa opção de tratamento custa de 6 a 7 vezes mais que o uso dos aterros sanitários, em função da complexidade do sistema e do custo de tratamento dos gases gerados, entretanto reduz o volume de lixo em até 90%” (CABRAL, p.3, 2002), que acaba aumentando o tempo de vida útil dos aterros.

### **1.1 Tipos de resíduos**

Consideram-se resíduos sólidos os materiais descartados que sobram de um processo de produção ou de consumo. A Norma NBR 10004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas indica que:

Resíduos sólidos: Resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial,



agrícola, de serviços de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviável em face à melhor tecnologia disponível.

Já a Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos no país, estabelece no artigo 3º, inciso XVI:

Resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível. Dessa forma, podemos verificar que a denominação de Resíduos Sólidos pode abranger substâncias nos três estados da matéria: sólido, líquido e gasoso.

Podemos perceber que o resíduo sólido vai além de uma compreensão simplista de plástico, vidro e papelão e debater suas características ajuda a conhecer e pensar melhor seu tratamento e destinação. O Brasil tenta combater dois entraves ambientais das cidades brasileiras: a disposição inadequada do lixo urbano e a ausência de programas de coleta seletiva.

A Lei n.º 12.305/10, regulamentada pelo Decreto n.º 7.404/10, estabelece o novo marco regulatório para a área de resíduos sólidos, que em seu Artigo 6º, inciso VIII, aponta “o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um *bem econômico* e de *valor social*, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania”. O fato de dar ao resíduo sólido o *status* de bem econômico para Coletti (2015, pp. 34-35) pode ser considerado um dos aspectos mais significativos no que se refere à questão do gerenciamento de resíduos com a finalidade de geração de trabalho e renda “para parcelas da sociedade até então marginalizadas e mesmo para a cadeia da reciclagem, que envolve grandes empresas”.

Outro aspecto importante da Lei é pontuado no Art. 7º em que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos:

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos: [...]XII - integração dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. (Lei Federal n.º 12.305, de 2010).



Mas de quem seria a responsabilidade dessa *gestão compartilhada*? Segundo Coletti (2005, p.32), a responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos precisa ser compreendida e implementada de maneira individual e de maneira coletiva, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana. Outro aspecto importante que deve ser levado em consideração é que a gestão compartilhada segue também normas estabelecidas pelos órgãos oficiais como o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO).

## 1.2 Contexto Brasileiro

É comum associarmos a palavra *lixo* a *resíduos sólidos*, como sinônimos. Contudo, diferenciá-los é o primeiro passo para compreendermos a importância do tratamento adequado aos resíduos na construção da sociedade contemporânea. Grimberg (2007, p.11) explica que, “quando misturados, restos de alimentos, embalagens descartadas e objetos inservíveis tornam-se lixo, que deve ter como destino ambientalmente adequado o aterro sanitário”. Contudo, esses mesmos materiais, ao serem separados dos outros resíduos (secos), transformam-se em itens que podem ser reciclados. Existe ainda o rejeito, que são os materiais que não têm mais vida útil na cadeia da reciclagem. Por isso, chamar de *lixo* para toda a matéria que sobra da relação produção-consumo não é pertinente:

Estudos indicam que 90% dos resíduos urbanos gerados são passíveis de reaproveitamento – 60% são resíduos orgânicos e podem se compostados e 38% são papéis, vidros, metais, plásticos e embalagens que podem se tornar produtos reciclados. Marcar estas diferenças é de suma importância para a construção de um paradigma de gestão sustentável de resíduos sólidos. (GRIMBERG, p. 11, 2007)

Nos últimos cinquenta anos o Brasil se transformou de um país agrário em um país urbano, concentrando, em 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), cerca de 85% de sua população em áreas urbanas. Para o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2012), o crescimento das cidades brasileiras não foi acompanhado pela infraestrutura e de serviços urbanos, entre eles os serviços públicos de saneamento básico, que incluem o abastecimento de água



potável; a coleta e tratamento de esgoto sanitário; a estrutura para a drenagem urbana e o sistema de gestão e manejo dos resíduos sólidos. Além disso, a economia nacional cresceu, no entanto, a capacidade de gestão dos entraves ocasionados pelo aumento vertiginoso e desorganizado das populações humanas nas cidades não incrementou.

A aprovação do Estatuto das Cidades, em 2001, foi um marco regulatório da gestão urbana que pensou em leis sobre saneamento básico e resíduos sólidos, além disso, regulamentou os artigos 182e 183 da Constituição Federal e estabeleceu as condições para uma reforma urbana nas cidades brasileiras. Atualmente,

O Brasil conta com um arcabouço legal que estabelece diretrizes para a gestão dos resíduos sólidos, por meio da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), e para a prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos por meio da Lei Federal de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007). Também conta, desde 2005, com a Lei de Consórcios Públicos (Lei nº 11.107/2005) que permite estabilizar relações de cooperação federativa para a prestação desses serviços. Diretrizes e metas sobre resíduos sólidos também estão presentes no Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) recentemente concluído. (MMA, 2012, p.17)

Nesse contexto complexo da gestão de resíduos sólidos no país, que envolve das instâncias municipais ao governo federal, passando pela iniciativa privada e os indivíduos existe a figura do *catador*. O PNRS destaca a função do trabalho desenvolvido pelos catadores na manutenção da cadeia da reciclagem, em que Programas de coleta seletiva, em parceria com cooperativas e associações de catadores, podem gerar a valorização do trabalho do catador, promovendo a cidadania e a inclusão social. Segundo estudos realizados pelo Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), são estimados 600 mil catadores no Brasil. Cerca de 10% do total estão organizados. Grupos ligados ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e organizados na forma de *Redes*<sup>4</sup> de comercialização têm conseguido um bom nível de organização – hoje são cerca de 30 no país. Estas redes passaram por processo de capacitação financiado por

---

<sup>4</sup> Ao se organizarem em forma de Redes, os catadores e catadoras, utilizam como base o conceito de economia solidária cunhado pelo economista Paul Singer (2002) que pode ser compreendida como outro modo de produção, cujos princípios são a propriedade coletiva e o direito à liberdade individual, onde as cooperativas e empresas autogeridas são as unidades básicas de sustentação. De acordo com o Ministério de Trabalho, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) a economia solidária tem como características: Cooperação, Autogestão, Dimensão econômica e Solidariedade.



órgãos ligados ao Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC)<sup>5</sup>.

### 1.3 Contexto belenense

Na Região Metropolitana de Belém, o município de Belém do Pará possui uma população estimada em 1.393.399 habitantes (IBGE, 2016) e produz, em média, 1.4 toneladas de resíduos sólidos urbanos por dia (SESAN, 2011). De acordo com Gomes (2010), em 1992 foi implantado o projeto “Complexo de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Belém”, o qual era composto por uma usina de incineração de resíduos de alto risco destinada a queima de lixo hospitalar, uma usina de reciclagem e compostagem e de um aterro sanitário que, na época, não foi efetivado:

Em 1992 foi implantado o projeto “Complexo de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Belém”, o qual era composto por uma usina de incineração de resíduos de alto risco destinada a queima de lixo hospitalar, uma usina de reciclagem e compostagem e de um aterro sanitário que, na época, não foi efetivado. Com a contínua descarga descontrolada de resíduos no local somada a desativação da usina de incineração houve o surgimento do lixão a céu aberto, que foi ganhando proporções cada vez maiores ao longo da década de 1990, causando contaminação do solo, da água, bem como a proliferação de doenças, pela presença de diversos vetores. Durante esta década houve o aumento da produção de lixo na RMB, refletindo o aumento do consumo de materiais potencialmente recicláveis. A primeira intervenção na área após esse período ocorre em 1998, quando é realizado pela FUNPAPA um diagnóstico social dos catadores de lixo que atuavam no Aurá. (GOMES, p.106, 2010).

O aterro sanitário do Aurá estava localizado em Santana do Aurá, distrito administrativo do Entroncamento (DAENT), da cidade de Belém, a qual está dividida em distritos. Ponte (2006) fez uma pesquisa antropológica com as crianças que moravam próximo ao lixão e percebeu que o ambiente insalubre em que os catadores desenvolviam seu trabalho era algo chocante e desumano, em que “os diversos cheiros exalando parecem revelar o cotidiano e a luta incansável das pessoas para sobreviver” (p. 28), e “cheiro de podridão, decomposição, mistura-se

---

<sup>5</sup> Com o CIISC foi instituído o Programa Pró-Catador que pretende integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. O Comitê é coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, é composto por integrantes dos ministérios do Meio Ambiente; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Trabalho e Emprego; Previdência e Assistência Social; Educação; Saúde; Cidades; Turismo; Minas e Energia; Fazenda; Ciência e Tecnologia, e Planejamento, Orçamento e Gestão; da Secretaria do Patrimônio da União; Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Fundação Banco do Brasil; Eletrobras; Casa Civil da Presidência da República; Caixa Econômica Federal; Petrobras; Fundação Nacional de Saúde; do Parque Tecnológico de Itaipu e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.



com a combustão de gases, dando-nos a impressão de que aquele espaço não pode ser habitado por gente” (p.28), na estrada que dava acesso ao lixão do Aurá, as montanhas de resíduos eram a expressão visual da imponência “do lixo que exerce um lugar imperativo no cotidiano familiar” (p.29).

No dia 5 de julho de 2015 o lixão do Aurá teve suas atividades encerradas. O espaço recebia cerca de 22 toneladas de resíduos provenientes dos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba. A desativação do espaço cumpriu a determinação da Lei Nacional de Resíduos Sólidos<sup>6</sup> (nº 12.305/2010), que exige ainda que todas as administrações públicas municipais, independente do seu porte e localização, devem construir aterros sanitários adequados para receber os resíduos produzidos pelos cidadãos. No dia 25 do mesmo mês, Belém passou a depositar o lixo em um aterro sanitário construído pela empresa Guamá Tratamento de Resíduos, na Alça Viária, em Marituba. A empresa é do grupo Solví, um dos maiores grupos de tratamento de resíduos da América Latina. O acordo foi firmado entre a Prefeitura de Belém e representantes da empresa.

Após o fechamento do lixão do Aurá, os mais de mil catadores que sobreviviam diretamente da coleta se viram desamparados e buscaram no associativismo e cooperativismo uma maneira de juntar esforços para fortalecer a categoria e lutar por melhorias de trabalho<sup>7</sup>. Atualmente existe, ainda, os catadores que trabalham de maneira individual e autônoma, mas a maioria está organizada, embora a organização ainda não atende as exigências formais. Em Belém, existem três Redes de catadores: Cata Pará, Recicla Pará e CentPará, cada uma tem ramificações para outros municípios do Estado. No contexto da cidade de Belém, temos as seguintes Associações e Cooperativas:

- Rede Recicla Pará: Associação de Catadores da Coleta Seletiva de Belém (ACCSB); Associação de Recicladores das Águas Lindas (ARAL); Cooperativa de Catadores da Pedreira (COOCAPE); Cooperativa de Trabalho

<sup>6</sup> A Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal 12.305 e regulamentada pelo Decreto 7.404, ambos de dezembro de 2010, reúne o conjunto de objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotadas pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Municípios ou particulares, visando a Gestão Integrada e o Gerenciamento Ambientalmente Adequado dos Resíduos Sólidos.

<sup>7</sup> Podemos citar alguns estudos que foram feitos antes do fechamento do Aurá, como a dissertação da Flávia Gomes, de 2010, que falou sobre a política pública municipal de resíduo sólido e a sua incidência sobre os catadores de lixo do Aurá. E também a dissertação de Vanderlúcia Ponte, de 2006, que fez uma análise antropológica da socialização das crianças no contexto social das famílias no trabalho do lixo no Aurá.



dos Profissionais do Aurá (COOTPA); Cooperativa de Coletores de Materiais Filhos do Sol (FILHOS DO SOL).

- Rede Cata Pará: Associação de Catadores da Associação do Aurá (ASCA); Associação de Catadores do Distrito de Outeiro (ASCADOUT); Cooperativa de Catadores Urbanos (CATAURBE); Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis Visão Pioneira de Icoaraci (COCAVIP); Associação de Catadoras da Bacia do Uma (ASCAUNA).
- CentPará: Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis (CONCAVES); Cooperativa de Catadores do Bem (COOPERBEM).

Esses empreendimentos de catadores da cidade dialogam diretamente com o MNCR e atualmente, tem como representante no Movimento Nacional a catadora Maria Trindade de Araújo, presidente da Rede Recicla Pará, que afirmou:

Meu trabalho contribui para a construção de uma Amazônia mais sustentável, pois hoje, através das retiradas de materiais recicláveis, conseguimos impedir que esses materiais sejam destinados a lixões ou até mesmo jogados nas ruas. Além disto, esses materiais são separados e destinados a empresas competentes, fazendo assim a logística reversa, ajudando com que menos matéria prima seja tirada da natureza (MARIA TRINDADE, entrevista concedida em 20 de maio de 2016)

Cada associação e cooperativa da cidade têm um número variado de participantes, além de uma alta rotatividade, fragmentação e disputas entre as Redes por maior representatividade local. A atuação dos catadores é importante, pois eles atuam diretamente com a coleta dos resíduos sólidos, e suas atividades acabam aumentando o tempo de vida útil dos aterros sanitários, contribuindo também para diminuir a emissão de gases de efeito estufa.

## 2. O *HABITUS* DO CATADOR

O conceito de *habitus*<sup>8</sup> cunhado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1987) permite perceber características de determinado grupo social, de experiências

---

<sup>8</sup> É uma noção filosófica antiga, originária no pensamento de Aristóteles e na escolástica medieval, que foi recuperada e retrabalhada depois da década de 1960 pelo sociólogo Pierre Bourdieu para forjar uma teoria disposicional da ação capaz de reintroduzir na antropologia estruturalista a capacidade inventiva dos agentes, sem com isso retroceder ao intelectualismo cartesiano que enviesa as abordagens subjetivistas da conduta social, do behaviorismo ao interacionismo simbólico, passando pela teoria da ação racional. A noção tem um papel central no esforço realizado durante uma vida inteira por Bourdieu (2002 [1972], 1990 [1980], 2004 [2000])<sup>1</sup> para construir uma “economia das práticas generalizada” capaz de subsumir a economia, historicizando e, por aí, pluralizando as categorias que esta última toma como invariantes (tais como interesse, capital, mercado



individuas, na contemporaneidade. Além disso, propicia o diálogo entre duas realidades distintas, ou seja, é condição e produto da existência e funcionamento:

Princípio de uma autonomia real em relação às determinações imediatas da “situação”, o *habitus* não é por isto uma espécie de essência a-histórica, cuja existência seria o seu desenvolvimento, enfim destino definido uma vez por todas. Os ajustamentos que são incessantemente impostos pelas necessidades de adaptação às situações novas e imprevistas podem determinar transformações duráveis do *habitus*, mas dentro de certos limites: entre outras razões porque o *habitus* define a percepção da situação que o determina. (BOURDIEU, 1987, p. 106).

Em sua análise sobre o conceito de Bourdieu, Setton (2002, p. 65), inferiu que esse aparato teórico busca romper com as interpretações deterministas e unidimensionais das práticas. Quer recuperar a noção ativa dos sujeitos como produtos da história de todo campo social e de experiências acumuladas no curso de uma trajetória individual. Os *habitus* individuais, produtos da socialização, são constituídos em condições sociais específicas, por diferentes sistemas de disposições produzidos em condicionamentos e trajetórias diferentes, em espaços distintos como a família, a escola, o trabalho, os grupos de amigos e/ ou a cultura de massa.

Tendo como referência que a distribuição do capital acontece de maneira não igual nos campos sociais e essa desigualdade gera disputas de poder entre os que recebem mais benefícios e os que recebem menos, é possível afirmar que de um lado existe um grupo que domina e outro que é dominado. Em relação ao contexto social dos catadores de resíduos sólidos, em especial na cidade de Belém, temos que levar em conta que os catadores, em sua esmagadora maioria, iniciaram as suas atividades a partir de uma condição de altíssima vulnerabilidade social. Como é o caso de Maria do Socorro Dos Santos Ribeiro, presidente da Associação de Catadores da Coleta Seletiva de Belém (ACCSB):

A rotina de trabalho, nos fizemos uma casinha num lugar que não pudesse ser afetada nem pelo trator e nem pelos carros. Aí nos ia na segunda-feira e só vinha no domingo de manhã. Nos catava papelão, plástico, papel, plástico duro. Quando chegava no sábado a gente saía de cima do lixão, tomava nosso banho na sucata, pegávamos nosso dinheiro e vínhamos embora pra casa. Em 2003, antes de sair de cima do lixão, nos pegava em

---

e racionalidade) e especificando quer as condições sociais da emergência dos atores econômicos e sistemas de troca quer o modo concreto como estes se encontram, propulsionam ou contrariam uns aos outros. (WACQUANT, p.64, 2007)



torno de 500 a 1000 reais. Eu e o meu marido. Por semana. O material de cima do lixo era mais pesado que o material da coleta seletiva, lá o material é impuro. O meu trabalho sempre foi catação. Eu gosto do meu trabalho. Tenho três desejos: que a nossa **Educação Ambiental** fosse **mais aprimorada**, que nos **catadores fossem mais reconhecidos** e que nos, **da categoria catador, fosse mais unido**. Porque até hoje nos não pensa na categoria, nos pensa em si próprio. Cada um pensa eu sou dono disso, daquilo. Nos não se damo as mãos. (MARIA DO SOCORRO, entrevista concedida em 27 de julho de 2017).

Maria do Socorro há 14 anos vive da catação e da coleta porta a porta. Em sua fala é possível perceber três situações que, para a entrevistada, não contribuem para um cenário mais favorável para a categoria. A primeira é o não fortalecimento da vertente da Educação Ambiental, que poderia ser trabalhada pelos catadores e assim contextualizada dentro de uma proposta de minimização de resíduos, pautada no princípio dos 3 Rs (redução no desperdício, reutilização de produtos e reciclagem de materiais). A segunda situação pontuada pela catadora é a necessidade de reconhecimento social da categoria como um agente que contribui socialmente para a construção de contextos mais sustentáveis. E a última é a necessidade de união da categoria, que, por ter um histórico de marginalização socioeconômica, acaba vendo o outro catador como concorrente e não como parceiro. Trata-se de um dilema que faz com que, no interior das entidades dos próprios catadores, estejam se reproduzindo os vícios que caracterizam as vigentes relações sociais da sociedade brasileira, dificultando significativamente a construção de uma cultura dialógica em torno de projetos minimamente sustentáveis do ponto de vista social e econômico.

Os catadores no campo da economia dos resíduos sólidos estão no lado do grupo dominado pelo capital e eles sabem disso, por isso tentam se organizar politicamente em Movimentos, como o Movimento Nacional dos Catadores (MNCR), e economicamente em associações, cooperativas, redes e centrais, pois sabem que quanto mais isolados estiverem têm menos chances de conquistar direitos e espaço no ambiente de embate. Contudo o cenário atual demonstra que, mesmo com os esforços, a categoria não consegue sair da posição menos favorecida nas cadeias de reciclagem dos resíduos.

## **Conclusões**



Pensar a questão dos resíduos sólidos de maneira local é um exercício que deve ser praticado partindo de um contexto mais global, pois ajuda a compreender e comparar ações que são praticadas em países com maior poder aquisitivo, os mais pobres e emergentes. Pensar, inicialmente, de maneira coletiva é importante para que não tenhamos a impressão de que estamos sozinhos, uma vez que a realidade dos contextos desfavorecidos por processos históricos gera a insuficiência de subsídios básicos para uma caminhada, minimamente, sustentável.

Contudo, devemos ter cuidado, ao tomarmos os modelos “desenvolvidos” ou “ideais” como padrões que devem ser seguidos, pois ao medirmos nossa cultura tendo como base o que é exterior estamos ignorando, ou menosprezando, que o processo de formação histórico-social não foi e não é igual entre a Europa e a América Latina, por exemplo. Nesse processo individual, que dialoga com o coletivo, a busca e construção de identidade própria são tão violentas e destruidoras para os latino-americanos como foram e são para os europeus. Pensar a questão dos resíduos sólidos, a partir de esquemas alheios, só fortalece o sentimento de solidão e distanciamento que sentimos, pois o ideal soa como algo inalcançável. Nesse artigo percebemos que o país tem leis e subsídios teóricos bem construídos, além de um movimento de catadores que busca o reconhecimento da categoria, mas ainda não conseguiu implementar uma política de resíduos sólidos que supra, de maneira digna, a necessidade de todos os atores sociais envolvidos.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10004 - Resíduos sólidos: classificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BUCH, Helena. E. R. Catadores de retornáveis (lixo) e (in)visibilidade social: dimensões psicossociais e educativas. Tese. Universidade Federal do Paraná. 2015.

CABRAL, Eduardo. Gestão de Resíduos Sólidos. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará (IFCE). Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão Ambiental

(PGTGA). [http://www.deecc.ufc.br/Download/Gestao\\_de\\_Residuos\\_Solidos\\_PGTGA/CONSIDERACOES SOBRE RESIDUOS SOLIDOS.pdf](http://www.deecc.ufc.br/Download/Gestao_de_Residuos_Solidos_PGTGA/CONSIDERACOES SOBRE RESIDUOS SOLIDOS.pdf) Acesso em 05 de outubro de 2016.



CATAFORTE: Fortalecimento de Associativismo e Cooperativismo dos catadores de materiais recicláveis. Anexo I. CATAFORTE – Negócios Sustentáveis em redes Solidárias. Distrito Federal. 2010.

COLETTI, Guilherme Luis. Análise do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de Ourinhos/SP à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305. Mestrado. Universidade Federal de São Carlos. 2015.

DIAS, Sonia Maria. Waste pickers and cities. Environment & Urbanization Copyright © 2016 International Institute for Environment and Development (IIED).1–16.DOI: 10.1177/0956247816657302 . 2016.

GOMES, Flávia F. A política pública municipal de resíduo sólido: sua incidência sobre os catadores de lixo do aterro sanitário do Aurá em Belém. Dissertação. Universidade Federal do Pará. 2010.

GRIMBERG, Elisabeth Coleta seletiva com inclusão social: Fórum Lixo e Cidadania na Cidade de São Paulo. Experiência e desafios. -- São Paulo: Instituto Pólis, 2007.

HOORNWEG D.; BHADA-TATA, P. 2012. What a Waste: A Global Review of Solid Waste Management. World Bank.

Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm) Acessado em 15 de junho de 2016.

LIMA, Paulo C. V. O Catador é legal: Um guia na luta pelos direitos dos Catadores de Materiais Recicláveis. Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS). Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG). 2013.

MMA (2012) Ministério do Meio Ambiente. ICLEI – Brasil. Planos de gestão de resíduos sólidos: manual de orientação. Brasília, Disponível em [http://www.mma.gov.br/estruturas/182/arquivos/manual\\_de\\_residuos\\_solidos3003\\_182.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/182/arquivos/manual_de_residuos_solidos3003_182.pdf) . Acessado em 8 de julho de 2016. ISBN: 978-85-99093-21-4.

PONTE, Vanderlúcia da Silva. Análise antropológica da socialização das crianças no contexto social das famílias no trabalho do lixo no Aurá. Dissertação. Universidade Federal do Pará. 2006.



SÁEZ, Alejandrina; URDANETA G., JOHENI A. Manejo de residuos sólidos en América Latina y el Caribe Omnia, vol. 20, núm. 3, septiembre-diciembre, ,pp. 121-135 Universidad del Zulia Maracaibo, Venezuela . 2014.

SINGER, P., 2002, Introdução à economia solidária. São Paulo, Editora Abramo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. PROGRAMA INTERDISCIPLINAR TRÓPICO EM MOVIMENTO. Projeto Incubação para fortalecimento de cooperativas e associações de catadores e catadoras de materiais recicláveis e reutilizáveis – em municípios do Pará. 2015.

**GT 13 – Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações,  
novas formas de dominação?****UM ESTUDO DE CASO DA DIVERGÊNCIA ENTRE O LUGAR SOCIAL E O LUGAR  
DISCURSIVO-ENUNCIATIVO DE VENDEDORES LOJISTAS DE ARAGUAÍNA –  
TOCANTINS**

Janderson Henrique Mota de Sousa (UFT)<sup>1</sup>  
henrique.janderson@gmail.com  
João de Deus Leite (UFT)<sup>2</sup>  
joadedeusleite@hotmail.com

**RESUMO**

O presente artigo buscou analisar o modo como alguns vendedores lojistas da cidade de Araguaína – Tocantins, enunciam sobre as relações de trabalho a que estão inseridos. Partiremos da perspectiva teórica de que, ao enunciar, os vendedores produzem uma tomada de posição que acaba marcando um jogo enunciativo entre subjetividade e intersubjetividade na linguagem. Esse jogo é responsável para que algum tipo de experiência humana se dê por meio da linguagem; trata-se da experiência humana que se marca nas relações de trabalho. Pautado no caráter intersubjetivo da linguagem, que pressupõe a existência do outro e de algum tipo de relação no mundo, vamos apostar na perspectiva de que a pós-modernidade, postulada por Bauman (2014), imprime efeitos às relações de trabalho. Um desses efeitos pode ser pensado, por exemplo, a partir da ideia de disjunção enunciativa do lugar social e do lugar discursivo-enunciativo dos vendedores lojistas. Iremos mostrar que, pela conjuntura histórica e social, esses vendedores precisam ocupar o lugar social, até pelas questões financeiras, contudo, pela conjuntura subjetiva e intersubjetiva, eles se inscrevem em outro lugar discursivo-enunciativo. Essa disjunção é passível de ser concebida como produtora de vulnerabilidade discursivo-enunciativa, já que ela evidencia efeitos de insegurança, incerteza, falta de garantias, de modo a indicar uma rarefação do laço social na situação laboral. Faremos incursões em Bauman (2014), em La Taille (2009) e em Castel (2015). Também faremos incursões em Benveniste (1958). O método de análise se orientou pelo batimento entre descrição-interpretação da materialidade oriunda das entrevistas realizadas com os vendedores.

Palavras-chave: Trabalho, Posição discursivo-enunciativa, Vulnerabilidades.

**1. INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Estudante do Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire), curso de mestrado, bacharel em Administração pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) e especialista em Consultoria Empresarial pela UNOPAR.

<sup>2</sup> Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), professor na Universidade Federal do Tocantins (UFT) / Câmpus Araguaína, integrante do Grupo de Pesquisa em Linguagem e Subjetividade (GELS).



Ancorados nas teorizações de Benveniste (2005[1958]), vamos partir da definição de que a linguagem é definidora do homem. É que esta, por seu poder simbólico, ensina-nos que a condição do homem é ser de linguagem. É na e pela linguagem que ele se refere e é referido, marcando uma relação com o outro. Sendo assim, a linguagem é o lugar do (des)encontro discursivo-enunciativo com o outro, com a historicidade.

A partir dessa definição, neste artigo, vamos analisar e problematizar o modo como alguns vendedores lojistas da cidade de Araguaína – Tocantins, assumem um lugar de fala para enunciar sobre as relações de trabalho a que estão expostos. Trata-se de pensar, acima de tudo, no modo como eles ocupam o lugar social e o lugar discursivo-enunciativo. O primeiro se refere ao papel social e à projecção imaginária que é produzida sobre esse lugar. O segundo já diz respeito à maneira como cada um exerce o lugar social, tendo por base que a linguagem subjetiva cada um de modo singular.

Exercer o lugar social significa que é preciso enunciar, e essa enunciação deixa flagrantemente aspectos da definição de homem. A enunciação produz, em seu valor distintivo e valor antropológico, o homem cada vez novo a partir do instante em que ele fala. O valor distintivo está relacionado à perspectiva de que o homem precisa se apropriar da língua, preenchendo as formas linguísticas no processo de conversão daquela em discurso. É que, por meio da língua, o homem produz um sistema de referência interna à enunciação, o que evidencia que há um movimento de atividade do locutor no manejo da língua. Esse manejo não está destacado do mundo, mas não se reduz a ele. Não se trata de pensar mais em referência atrelada ao mundo, mas, sim, fruto do exercício do locutor na língua. Há um processo de semantização da língua, que se especifica pelo fato de que alguém enuncia. O valor antropológico consiste no fato de que a língua produz o homem a cada vez que ele enuncia, localizando-o no tempo e no espaço, que se atualizam na e pela língua.

A cada tempo histórico, a definição de homem ganha contornos discursivo-enunciativos específicos. Se traçarmos um cotejo entre a modernidade e a pós-modernidade, até pela configuração da sociedade, é possível dizer dos aspectos específicos. Na esteira de Bauman (2014), de La Taille (2009) e de Castel (2015), podemos destacar que o período pós-moderno é marcado, mormente, pela fragmentação e pela dispersão de sentidos. Isso porque não há mais a pretensa coesão entre “parte” e “todo”; a pós-modernidade faz acentuar a clivagem entre “parte” e “todo”.

Para dizermos do foco deste artigo, a pós-modernidade traz implicações para as relações laborais. É que, nesse processo de dispersão próprio das relações pós-modernas, alguns efeitos se acirram, tais como: incerteza, insegurança e falta de garantias (Cf. BAUMAN, 2014). A depender de quem estiver envolvido, esses efeitos se inscrevem, na enunciação, de modo singular. Pode ser o caso, por exemplo, da produção de



vulnerabilidades sociais. Nesse sentido, considerando a perspectiva dos lugares social e discursivo-enunciativo, vamos mostrar teórico-analiticamente que as duas vendedoras lojistas entrevistadas deixam flagrar, em suas enunciações faladas, uma divergência entre o lugar social e o lugar discursivo-enunciativo. A essa divergência, estamos denominando de vulnerabilidade discursivo-enunciativa, pois aquele que enuncia se vê desamparado diante da situação que vivência.

Para bancar a perspectiva dessa divergência de lugares, filiamo-nos às teorizações de Benveniste (2005[1958]), buscando estabelecer um diálogo teórico com Bauman (2014), com La Taille (2009) e com Castel (2015). Não se trata de incluir as teorias de um autor no outro. Partimos da ideia de que o diálogo epistemológico é possível, tendo por base uma questão motivadora e articuladora. No caso deste artigo, a questão está circunscrita ao fato de que há um jogo intersubjetivo que constitui as vendedoras entrevistadas no processo de assunção ao lugar social e ao lugar discursivo-enunciativo.

Por meio de um roteiro com perguntas abertas, elas foram levadas a enunciar sobre as relações de trabalho que elas vivenciam em uma empresa de confecção de Araguaína-Tocantins. O local de trabalho é localizado na principal avenida comercial da cidade. A entrevista foi realizada na Universidade Federal do Tocantins/Câmpus Araguaína. Uma vez feita a entrevista, procedemos à transcrição fonética dos áudios. Nas análises, as enunciações transcritas serão apresentadas em formato de recorte discursivo (RD), de modo a fazermos o batimento entre (1) descrição e (2) interpretação da materialidade. Nesse caso, o método em que nos pautamos se refere ao método materialista, pois partiremos das respostas das entrevistas para construir espaços de interpretação, dado o objetivo a que nos propusemos neste artigo, a saber: analisar e problematizar o modo como elas enunciam sobre as relações de trabalho a que elas estão submetidas.

## 2. PÓS-MODERNIDADE E O AMBIENTO LABORAL: DAS IMPLICAÇÕES E DE SEUS EFEITOS

Vivemos em uma sociedade pós-moderna, segundo Zygmunt Bauman (2014). O sociólogo polonês, em sua vasta teorização, discorre sobre as relações sociais da sociedade atual em detrimento das que passaram. Ele faz uma análise crítica das relações pós-modernas, e como essas relações impactam diretamente e indiretamente a sociedade. Essa teorização produzida por ele perpassa vários aspectos sociais e morais que condizem aos comportamentos sociais hoje vigentes.

Falar em sociedade pós-moderna requer entender que existe uma diferença que marca a transição entre uma sociedade e outra. La Taille (2009) aborda, o pensamento de



Bauman, ao explicar que a sociedade moderna compreendia que o todo tinha pleno domínio sobre a parte. Na contramão desse pensamento, a sociedade pós-moderna inverteu essa concepção de mundo. Hoje, a parte tem pleno domínio sobre o todo.

Fazendo uma breve reflexão do exposto anteriormente, é evidente o entendimento de que ainda se mantém obscura a caracterização das sociedades. A sociedade anterior abordava as questões que lhe eram peculiares, segundo o pensamento inferido do todo para a parte. Esse pensamento significa a perspectiva de que o conjunto total teria um valor superior ao individual. “Na modernidade, o todo domina a parte; na pós-modernidade, a parte desintegra o todo” (LA TAILLE, 2009, p.28)

Em outras palavras, recorreremos à seguinte analogia hipotética de uma situação vivenciada entre músicos para ilustrar o referido pensamento. Há algum tempo na sociedade moderna, ao se pensar em música, vinha à cabeça um tripé: letra, melodia e ritmo. Esse tripé constituiria um todo, coeso e coerente. Na sociedade pós-moderna, é perceptível uma quebra neste tripé. Mata-se um destes, em prol de uma estética malfeita, no entanto, de fácil assimilação perante à grande massa popular. Ignora-se um destes em prol de músicas, em sua maioria, com uma melodia ou com letra com uma qualidade técnica e criativa extremamente pobre.

Uma característica da sociedade pós-moderna é a necessidade extrema de mostrar o tempo todo que somos felizes (LA TAILLE, 2009). Não podemos permitir que outros nos vejam infelizes, sentindo dor. Ancorar nessas características em mundo tão midiático na qual as redes sociais ditam tendências de felicidades a cada momento é pedir para ser excluído. Hoje, não há espaço para pessoas assim. Em nenhum âmbito, a sociedade está aberta para ouvir ou para presenciar tal atitude. Como efeito dessa não abertura, somos bombardeados a todo momento, com imagem de pessoas felizes, em seus lares felizes, em ambientes de trabalho felizes e sem problemas.

Bauman (2014) teoriza a existência de um problema “sinistro” e ao mesmo tempo “doloroso” na pós-modernidade. Esse problema vem composto de três premissas básicas: incerteza, insegurança e falta de garantias. Para dizer do foco deste artigo, essas premissas ficam mais nítidas e evidentes, quando olhamos o cenário laboral ao qual os vendedores lojistas estão inseridos. A única certeza de que se pode ter hoje é que nada é certo, nada é seguro e nada oferece mais garantias. Aquelas garantias que existiam, amanhã podem não existir mais. Incerteza, insegurança e falta de garantias revelam aspectos de vulnerabilidades sociais, que, neste contexto, podem ser entendidos como exposição a riscos de qualquer natureza.

Acerca de uma questão conceitual sobre vulnerabilidade, Janczura (2012, p. 301) compreende que a vulnerabilidade “identifica a condição dos indivíduos” em uma sociedade



permeada de riscos. Essas condições são respostas negativas às consequências que decorrem das suscetibilidades ou das predisposições de cada indivíduo em uma sociedade (JANCZURA, 2012). A partir dessa noção de vulnerabilidade empregada pela autora, é possível compreendermos que vulnerabilidade é a condição dos indivíduos mediante à exposição de riscos advindos do seio social e tecnológico.

Na mesma linha de raciocínio exposta por Janczura (2012), Miguel (2015, p. 04) entende vulnerabilidade como “[...] exposição a riscos e baixa capacidade material, simbólica e comportamental de famílias e pessoas para enfrentar e superar os desafios com que se defrontam”. Mais uma vez, traçou-se uma linha de raciocínio que direciona a empregabilidade do conceito geral de vulnerabilidade como exposição a riscos advindos da sociedade. Quer sejam riscos atrelados a fatores sociais, quer sejam em decorrência de tecnologias.

Fazendo um paralelo sobre o entendimento de vulnerabilidade e o problema “sinistro e doloroso” de Bauman (2014), imaginemos a situação dos vendedores lojistas. Eles ficam, em geral, na entrada das lojas esperando os clientes passarem e entrarem. Atrelado àquela situação, todos os dias convivem com a incerteza do mercado e, como estão na linha de frente das lojas, precisam mostrar resultados. Essas rotinas, de forma constante e atrelada a esses padrões de elevadas cobranças no ambiente laboral, tendem, de certa maneira, a levar esse vendedor a constantes ressignificações das variáveis que lhes são inerentes.

Uma forma nítida da exposição a riscos e de fator da vulnerabilidade social dessa classe profissional citada se nota por meio da intensa rotina de trabalho e da flexibilização laboral a que são submetidos. Eles caem em uma dicotomia organizacional, a saber: ou trabalham de forma como preconizam essas organizações, submetidos a intensas cargas horárias e a pressões para batimento das metas, ou são expurgados do sistema. Assim, saindo da condição de vulneráveis, no entanto, incluídos, para algo além da vulnerabilidade: a exclusão social. La Taille (2009, p. 34) afirma uma consequência da pós-modernidade que resvala sobre o trabalho, quando as relações são invertidas. Consideremos as palavras do autor:

Hoje, o problema é anterior: não ser excluído, estar no mercado. É notável que a exclusão tem algo de cruel: enquanto o pobre, apesar de pobre, tem utilidade social, o excluído não tem. O rico precisa do pobre, ninguém precisa do excluído.

As três premissas preconizadas por Bauman (2014) e esse fator de exclusão descrito por La Taille (2009) revelam indícios de um sofrimento que se pode configurar em uma futura patologia. Em um pensamento similar, Dejours *et al* (2009) postula sobre o sofrimento



nas organizações de trabalho, e como este sentimento pode transformar-se em sofrimento patológico<sup>3</sup>. Segundo o autor, o sofrimento aparece quando os meios de liberdade ligados à transformação, à gestão e ao aperfeiçoamento começam a esgotar-se, restando, portanto, pressões fixas, rígidas, inflexíveis.

Essas consequências causam sensações de aborrecimento, de medo, de sentimentos de impotências perante às situações, demonstrando, assim, um sofrimento residual e desequilibrante ao aparelho mental e psíquico do sujeito, que tem por tendência, então, a empurrar lenta e gradualmente, de forma brutal, a uma descompensação mental ou psicossomática, gerando, neste indivíduo, doenças, em virtude do sofrimento patológico.

Negar hoje que o ambiente laboral advindo da pós-modernidade não é produtor de vulnerabilidades e de sofrimento patológico é jogar por terra tudo que foi teorizado e analisado por grandes pensadores da nossa sociedade, como, por exemplo, Robert Castel (2015) e Dejours (2009). Castel (2015), ao observar nossa sociedade, não pôde deixar de averiguar o rumo que esta tomou. A forma como a nossa sociedade se estruturou é uma forma terrível e cruel, demonstra, assim, escancaradamente a fratura social que vivemos.

Essa fratura social que Castel (2015) expõe decorre da conjuntura social e das configurações inerentes ao mundo do trabalho, como grande integrador. Essa fratura social tem relação direta com a insegurança, com a incerteza e com a falta de garantias, gerado pela ausência ou pela indisponibilidade do Estado. Quando o Estado falha em prover segurança, certeza e garantias, a coesão social fratura-se. Esta fratura é o ponto de clivagem entre uma sociedade estável e uma sociedade instável, ou seja, o clivo é o ponto de transição que desestabiliza a coesão social.

A pós-modernidade como está configurada produz vulnerabilidades na situação laboral. Exemplo claro são as zonas de transição postuladas por Castel (2015). Existem três zonas de transição, segundo tal teórico. Uma zona de integração, que garante aos seus inseridos uma posição elevada e privilegiada na sociedade. Uma zona de vulnerabilidade, que tem por finalidade dar aos trabalhadores acesso a uma integração social irrisória. Por fim, a zona de desfiliação, que comporta todos os “supranumerários”, ou seja, as pessoas que ficam à margem da sociedade.

Fazendo uma incursão um pouco mais profunda nas zonas, podemos perceber a roupagem da sociedade atual e a sua constituição. A primeira zona, que é a de integração, comporta a seus integrantes o melhor que o mundo pode oferecer. Um exemplo disso:

---

<sup>3</sup> Sofrimento patológico é uma espécie de resíduo não compensado, que tem por tendência destruir lentamente o equilíbrio psíquico do sujeito, empurrando-o para uma lenta e brutal destruição orgânica (DEJOURS, 2009).



saúde, educação, lazer, moradia, trabalho de alta qualificação e remuneração elevada, isso tudo atrelado a outras condições sociais do mais alto padrão. Os integrantes dessa zona estão nas camadas mais influentes da sociedade, pois têm acesso privilegiado a todos esses serviços essenciais à vida. Essa zona comporta a menor parte dos habitantes do planeta.

A segunda zona é a de vulnerabilidade. Esta zona comporta a maior parte da população. Aqui, preconiza-se uma inclusão por meio do trabalho precário. Essa inclusão permite o usufruto de serviços sociais que, em tese, deveriam garantir a coesão social. Serviços como saúde, como seguridade social, como consumo. Acerca das garantias, Castel (2015, p. 416) afirma que “[...] a classe operária vive a participação na subordinação: o consumo (mas de massa), a instrução (mas primária), o lazer (mas popular), a habitação (mas a habitação popular)”. O problema, nesta zona, é quando o sistema social começa a fraturar, levando grande parte desses indivíduos à zona de desfiliação.

A terceira e última zona é a de desfiliação. Essa zona vem na contramão da zona de vulnerabilidade, pois, ainda que estejam vulneráveis na segunda zona, seus integrantes permanecem precariamente incluídos. Aqui, na desfiliação, eles perdem os vínculos sociais. Gradualmente, ficam cada vez mais desassistidos pela Administração Pública que passam a ver os integrantes dessa zona como “supranumerários”, escória do mundo, e, infelizmente, como vagabundos marginais.

A pós-modernidade, como se pode notar por meio de suas configurações, é produtora de riscos que inferem vulnerabilidades em diversas situações sociais. Dentre essas situações, destaca-se, nesta seção, o impacto sobre o ambiente laboral. Este ambiente, como portador de significação, pode impactar diretamente na vida dos trabalhadores, produzindo situações laborais que desencadearão vivências de prazer e de sofrimento. E essas vivências carregam em si uma relação com divergência entre o lugar social e o lugar discursivo-enunciativo.

### 3. LINGUAGEM E SUBJETIVIDADE: ENTRE O LUGAR SOCIAL E O LUGAR DISCURSIVO-ENUNCIATIVO

Nesta seção, inscritos nas teorizações de Benveniste (2005[1958]), vamos apresentar a definição de linguagem que nos interessa neste artigo. Com base na definição, salientaremos a perspectiva de que a linguagem em uso implica falar em “subjetividade” e em “intersubjetividade”, as quais acabam por marcar um lugar discursivo-enunciativo. Não estamos nos referindo ao indivíduo de carne e osso no mundo. Ao contrário, trata-se de posições na linguagem; são lugares discursivo-enunciativos.

Benveniste (2005[1958]) propõe, no âmbito dos estudos da linguagem, a perspectiva de que toda língua tem uma dimensão enunciativa, isto é, toda língua é passível de



emprego e ação. Pelo viés enunciativo, interessa a língua no uso concreto. Desse modo, a definição de linguagem proposta por Benveniste (2005[1958]) nega a ideia de que ela teria sido construída pelo homem. A linguagem não é um instrumento fabricado pelo homem. Ao contrário, a linguagem é anterior ao homem, sendo este definido por ela.

Nesse sentido, Benveniste (2005[1958]) é partidário da ideia de que a linguagem é uma herança cultural fruto de uma historicidade que se marca em tempos e em espaços específicos. A linguagem significa o mundo para o homem de maneira a colocar este em relação com outros homens. A linguagem responde pelo saber que é (com)partilhado. Nessa medida, a linguagem não produz uma subjetividade solepsista, isto é, fechada em si mesma. O conceito de linguagem ponderado por Benveniste (2005[1958]) barra essa perspectiva. Consideremos, a seguir, as próprias palavras de Benveniste (2005[1958], p. 285):

A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou. Inclino-nos sempre para a imaginação ingênua de um período original, em que um homem completo descobriria um semelhante igualmente completo e, entre eles, pouco a pouco, se elaboraria a linguagem. Isso é pura ficção. Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.

De posse dessas palavras, e considerando a perspectiva de que a linguagem é marcada e é constituída por uma historicidade, é possível afirmar que a “definição de homem” é dada pelas experiências que são habilitadas pela historicidade na e pela linguagem. A intersubjetividade, para Benveniste (2005[1958]), consiste no fato de que a relação com o outro é sempre pressuposta e necessária. A própria linguagem, em seu funcionamento, abre espaço para o aspecto dialógico com o outro; é “um homem falando com outro homem” (BENVENISTE, 2005[1958], p. 285) que encontramos no mundo. A linguagem, como herança, implica pensar nos saberes que são passados de um para outro, marcando uma contingência dessa passagem, bem como uma contingência dessa recepção.

Já derivando as teorizações de Benveniste (2005[1958]) para pensarmos na natureza deste trabalho, seria pertinente nos perguntar: Que “definição de homem” ensinamos a sociedade pós-moderna? É que, como já ressaltamos na seção anterior, o funcionamento simbólico da linguagem, na pós-modernidade, coloca em xeque a primazia dos referenciais, até então consistentes na sociedade moderna. As experiências de



linguagem passaram a ser outras, de tal maneira que o mundo passou a ser significado de outro modo.

Para dizermos do foco deste artigo, as relações de trabalho passaram a se configurar de outra maneira, implicando outros modos de enunciar. A incursão na teoria de Benveniste nos possibilita marcar uma diferença entre o lugar social e o lugar discursivo-enunciativo. Enquanto o primeiro diz respeito ao papel social e à projeção imaginária que se produz sobre esse lugar, o segundo se refere ao modo como tal lugar é ocupado em termos discursivo-enunciativos. É que, ao enunciar, aquele que fala agencia as formas da língua, em emprego e uso, convertendo-as em discurso. Essa conversão produz o homem, como sujeito, a cada instância enunciativa.

Sendo assim, o lugar discursivo-enunciativo é fruto dessa produção do homem cada vez novo, mobilizando dois valores. O valor distintivo concerne ao fato de que o homem, no emprego e uso da língua, ao manejar as formas linguísticas, produz uma conversão cognoscível e exprimível, instaurando um eventual interlocutor. O valor antropológico está em função justamente da produção do homem cada vez único e novo. Nessa medida, a língua, em seu valor enunciativo, coloca o homem no tempo e no espaço de modo singular.

Como já destacamos nesta seção, o lugar discursivo-enunciativo conta com a dimensão da subjetividade, que, na teoria benvenistiana, diz respeito à capacidade do locutor para se propor como sujeito; e com a dimensão da intersubjetividade, que, nessa teoria em questão, assume a feição de que o outro é pressuposto. Nesse sentido, como vamos mostrar, analiticamente, os participantes entrevistados que são vendedores lojistas em Araguaína-Tocantins vivenciam a complexidade da divergência entre lugar social e lugar discursivo-enunciativo. Essa divergência, que pressupõe o colocar-se na enunciação de modo cada vez novo e singular, acaba por gerar a situação que estamos denominando de “vulnerabilidade discursivo-enunciativa”, evidenciando um efeito de desamparo do sujeito.

#### 4. VULNERABILIDADE DISCURSIVO-ENUNCIATIVA: DA VULNERABILIDADE DISCURSIVO-ENUNCIATIVA AO EFEITO DE DESAMPARO

Nesta seção, vamos focar o modo como alguns vendedores lojistas da cidade de Araguaína – Tocantins, enunciam sobre as relações de trabalho que eles vivenciam no dia a dia. É que, do ponto de vista do lugar social, eles são colocados como vendedores lojistas, contudo, como mostraremos, as enunciações faladas deixam flagrar um lugar discursivo-enunciativo que difere do lugar social. Para dimensionar essa disjunção de lugares, iremos nos basear na materialidade linguística das enunciações, particularizando as relações de



adjetivação e de adverbialização que ocorrem, quando os participantes da pesquisa são levados a enunciar.

Esta análise está centrada em enunciações faladas de duas participantes de pesquisa. Elas trabalham, na mesma empresa, há um ano e nove meses. A primeira participante, cujo nome fictício é Rosa, tem vinte e dois de idade. Já a segunda participante, com nome fictício de Begônia, tem vinte e quatro anos de idade. A empresa onde elas trabalharam é do ramo de confecção, funcionando em horário comercial, que vai das 08h00min às 18h00min., com duas horas de almoço, conforme prevê a legislação trabalhista brasileira. A entrevista com elas se deu no dia 01 de setembro de 2016 na Universidade Federal do Tocantins/Câmpus de Araguaína – unidade Cimba. Os áudios foram gravados e, posteriormente, foi realizada a transcrição fonética deles.

Para procedermos às análises propriamente ditas, apresentaremos alguns recortes discursivos, buscando produzir uma descrição da materialidade, e, em seguida, um movimento de interpretação dos elementos descritos. O primeiro recorte discursivo (RD01) expressa o início da entrevista. Consideremos, a seguir, o recorte:

**RD01****Entrevistador: Me contem como foi o dia de vocês?**

Begônia: Um trabalho exausto.

Rosa: Péssimo.

A locutora Begônia, ao ser impelida a enunciar sobre o seu dia de trabalho, produz o enunciado “um trabalho exausto”. A partir desse enunciado, a locutora predica o trabalho por meio do adjetivo “exausto”. Já a locutora Rosa produz o enunciado “péssimo”, o qual também é um adjetivo. Tanto um adjetivo, quanto o outro trazem em si uma carga semântica negativa em relação ao dia. Se considerarmos o dia, como um fluxo contínuo que comporta vários acontecimentos nas diferentes esferas sociais, vamos perceber que elas achatam o dia ao momento vivenciado no trabalho. E, na resposta, da locutora Begônia, já aparece a menção ao trabalho, seguindo do adjetivo “exausto”, expressando a sua avaliação sobre o dia. A locutora Rosa, já predica o dia, sem especificar o que seria “péssimo”.

No fluxo da entrevista, foi perguntado sobre a rotina delas na empresa em que trabalhavam. Vejamos, a seguir, o recorte discursivo com as respostas obtidas:

**RD02****Entrevistador: Já que estamos falando de trabalho, me contem a rotina de vocês dentro da empresa.**

Begônia: A gente chega, tem os afazeres do dia né?! Ai vai atender os clientes. Muita pressão também. Quem trabalha sobre pressão tem que bater meta.

Rosa: Bater meta!!!

Begônia: O gerente em cima de você, tem que bater meta. É aquela coisa.

Rosa: Tem que bater meta, arrumar a seção e ainda tem que estar sorrindo.

**Entrevistador: Mesmo que o mundo caia tem que estar sorrindo.**

Begônia: Mesmo que caia tem que estar sorrindo pro cliente.



A locutora Begônia salienta que, na empresa, há os afazeres previstos para o dia. Ela se refere aos serviços como organizar a loja, limpando e ordenando os produtos nas seções. Após esse procedimento, passa-se ao atendimento dos eventuais clientes, segundo a locutora. Após fazer menção a esse atendimento, a locutora passa a fazer referência à pressão a que ela está exposta. Por meio da relação de adverbialização “muita pressão”, ela marca um aspecto constitutivo de lugar social de vendedor lojista. Outro aspecto constitutivo desse lugar que aparece na enunciação falada dela é a necessidade de “bater meta”. No caso das duas, o “bater meta” se refere à necessidade de elas conseguirem vender produtos, perfazendo, mensalmente, o valor total de dezoito mil reais. Em um mês com trinta dias, tendo apenas quatro domingos, elas teriam de fazer um saldo de venda de seiscentos e noventa e dois reais e trinta e um centavos, por exemplo. Há uma meta mensal e uma meta a cada dia.

A locutora Rosa, em seu movimento interlocutivo, ressalta a ideia do “bater meta” para fazer menção à rotina. A locutora Begônia passa a destacar o papel que o gerente exerce na tarefa de “bater meta”. Segundo a locutora, ele fica monitorando os vendedores no sentido de cobrar que a meta seja atingida. Para usarmos os termos da locutora, o gerente fica “em cima de você”. A locutora Rosa, em seu movimento interlocutivo, ressalta as tarefas que compõe a rotina: “tem que bater meta”, e “arrumar a seção”. Após fazer referência a essas tarefas, ela menciona a necessidade de ter de sorrir durante a rotina. Trata-se de mais um aspecto constitutivo do lugar social de vendedor, pois, como foi apregoadado pelo discurso do *marketing* pessoal e do *marketing* corporativo, o comportamento do vendedor individual e grupal faz a diferença.

Nesse momento da entrevista, produzimos uma intervenção, por meio do seguinte enunciado: “mesmo que o mundo caia tem que estar sorrindo”. Nesse enunciado, não marcamos o sorrindo “para quem”. A locutora Begônia, em um movimento de (re)dizer o enunciado, passa a marcar o lugar de “para quem”. No caso, para o cliente.

No fluxo da entrevista, precisamente na quinta pergunta endereçada a elas, demandamos a menção sobre como é a relação entre funcionários e a gerência da loja. No próximo recorte discursivo, apresentamos o jogo de interlocução em torno dessa pergunta:

**RD03****Entrevistador: E o relacionamento entre os funcionários e a gerência como se dá?**

Rosa: Atualmente não é bom não. Porque os novos gerentes que tá lá na loja são assim não pensa no funcionário. Tipo assim, quer só o melhor pra loja e não pensa. O funcionário é o último a ser visto.

Begônia: O último pensamento da loja, da empresa, é o funcionário.



Rosa: Eles não quer saber de nada, do que você está passando, não quer saber da sua vida pessoal. Tipo assim, só serviço e pronto.

A locutora Rosa passa a salientar, por meio da relação de adjetivação e de adverbialização “não é bom não”, a perspectiva de que, nos dias atuais, a relação entre funcionários e gerência não é boa. Ela produz o argumento de que os gerentes atuais não precisam do funcionário. Ela continua a sua enunciação especificando que os gerentes querem o melhor para a loja e não pensam nos funcionários. A locutora, tendo a sintaxe como subterfúgio, ressalta a ideia de que “o funcionário é o último a ser visto”, para usarmos os termos dela. A locutora Rosa, enlaçada pela enunciação da outra locutora, ressalta a ideia de que o funcionário é sem importância no âmbito das relações produzidas na loja. Assumindo o movimento de interlocução, a locutora Rosa passa a destacar que os gerentes não querem saber do que se passa no campo do individual, enfocando tão somente o desempenho profissional.

No decorrer da entrevista, mais precisamente na sétima pergunta, demandamos que elas enunciassem sobre o fato de haver ou não incentivo dos novos gestores em relação ao desenvolvimento pessoal dos funcionários na loja. Consideremos o próximo recorte discursivo em que aparece a resposta da locutora Begônia:

**RD04**

**Entrevistador: Os gestores novos incentivam o desenvolvimento pessoal de vocês dentro da loja?**

Begônia: Nenhum, daí você acorda pensando: tenho que ir praquele inferno hoje! Ai você trabalha pro relógio, contando 24 minutos, pra ver se dá a hora de ir pro almoço pelo menos pra não ficar olhando pra cara do gerente.

A locutora Begônia, de imediato, responde que não há nenhum incentivo da parte dos novos gestores acerca do desenvolvimento pessoal na empresa. A locutora passa a fazer menção a uma situação em que ela se vê incluída, qual seja: acordar sob a pressão de ter de ir trabalhar na empresa. Em sua enunciação, ela nomeia o contexto da empresa como “inferno”. Ela destaca que, exposta a esse contexto, ela trabalha contando as horas para que o expediente passe e para que chegue logo a hora do almoço. Nesse ponto, ela marca a ideia de que a hora passando logo e ela indo para o almoço são motivos para não se ficar em contato com o gerente. Para usarmos os termos da locutora, seria dizer: “pra não ficar olhando para cara do gerente”.

Chama-nos a atenção, neste momento da pergunta, o silenciamento da locutora Rosa. Ela não profere nenhum enunciado. Esse silêncio significa, porque, uma vez interpelada pela situação, ela se vê impelida a silenciar-se. Na locutora Begônia, a interpelação da pergunta levou-a a enunciar sentidos, que, inclusive, trazem consigo as marcas de mal-estar, de certo horror para com a relação de trabalho na empresa. A



disjunção entre lugar social e lugar discursivo-enunciativo mostra-se, neste ponto, de modo mais aparente.

No fluxo da entrevista, elas foram levadas a produzir uma avaliação sobre o ambiente de trabalho. Vejamos o recorte discursivo em que aparece o jogo de interlocução transcrito:

**RD05****Entrevistador: Como vocês classificariam o ambiente de trabalho?**

Begônia: Ruim.

Rosa: Péssimo.

**Entrevistador: Porque vocês classificariam ele péssimo?**

Rosa: Eu classificaria péssimo, porque lá agora está tendo “puxação de saco”, na mesma hora a gerencia já está sabendo, você não pode falar nada. Você tem que chegar ficar no seu lugar, quieto e pronto.

Begônia: Não pode nem conversar com seu colega de serviço, nem com..... Eles se irritam de ver até você conversando com outra pessoa.

A locutora Begônia produz a relação de adjetivação “ruim”, enquanto a locutora Rosa produz a relação “péssimo”, para avaliar o ambiente em que elas trabalham. A partir do enunciado da locutora Rosa, inclusive o redizendo em nossa enunciação, endereçamos a elas uma pergunta pedindo os motivos de tais classificações. A locutora Rosa passa a destacar que é “péssimo” pelo fato de haver “fofocas” na empresa. É que, segundo ela, muitas conversas que são ditas acabam chegando aos ouvidos dos gerentes. Isso porque, com a nova gerência, tem tido o que ela denominou de “puxação de saco”. Ela termina o seu turno de interlocução fazendo alusão a nova postura que é permanecer no lugar quieta. Para usarmos os termos da locutora, seria dizer: “você tem que chegar e ficar no seu lugar, quieto e pronto”.

A locutora Rosa ressalta que, no ambiente de trabalho, não é possível conversar com os colegas de serviço. Nesse momento, ela produz uma hesitação não mencionando com que mais não se pode conversar na empresa. A locutora destaca que eles, no caso trata-se dos “gerentes novos”, ficam irritados ao verem os vendedores conversando com as outras pessoas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo, inscritos na teoria da enunciação de Benveniste (2005[1958]), e produzindo diálogos com teóricos como Bauman (2014), La Taille (2009) e Castel (2009), problematizamos a divergência entre o lugar social e o lugar discursivo-enunciativo que se deflagra em enunciações faladas de vendedores lojistas de Araguaína-Tocantins. Consideramos que a cada momento de enunciação, dado o fato de se converter a língua em discurso, as locutoras que tiveram as enunciações enfocadas se colocam como



sujeito de linguagem. Antropologicamente, a cada momento que enunciam, elas se colocam em um tempo e em um espaço discursivo-enunciativo.

Na esteira de Benveniste (2005[1958]), vimos que a própria linguagem nos ensina a definição de homem. Se a linguagem é a faculdade de simbolizar, e é inerente à condição humana, o homem se define a partir de suas simbolizações produzidas. O homem se produz, também, exatamente no instante em que enuncia; exatamente no instante em que ele se refere e é referido na e pela linguagem. No instante em que o outro é discursivizado. Para dizermos do foco deste artigo, estamos lidando com enunciações faladas que mostram a complexidade do que se é assumir o lugar social e o lugar discursivo-enunciativo de modo discrepante. Não se trata de uma assunção ao bel-prazer das locutoras. Ao contrário disso, há uma contingência histórica e social que as colocam nesse lugar da tensão, do desamparo. Elas, discursivamente, deixam flagrar uma identificação com outros aspectos que, não, com a situação discursiva laboral a que estão expostas.

Esse lugar de tensão e de desamparo expressa aquilo que estamos chamando, neste artigo, de vulnerabilidade discursivo-enunciativa, pois o vínculo social, na situação laboral, é marcado por uma dupla questão. A primeira de ordem macro diz respeito ao tempo histórico a que estamos. Trata-se do tempo da insegurança, da incerteza e da falta de garantias, como ressaltou Bauman (2014), pois há a gestão e a produção social da dispersão de sentidos. A segunda questão de ordem micro se refere ao modo como cada um é afetado, isto é, como o tempo histórico ganha corporiedade na definição de alguém. A vulnerabilidade discursivo-enunciativa diz da condição daquele que enuncia, de suas experiências humanas na e pela linguagem, tendo por base o modo como esta subjetiva o mundo para aquele que enuncia.

Por fim, podemos destacar que as locutoras, inscritas no lugar da tensão e do desamparo, são constituídos pelo sistema de normas que regulam o processo de interação na situação discursiva do trabalho. Elas (com)partilham intersubjetivamente sentidos, o que expressa a força de coesão do sistema de normas, contudo são sentidos que trazem consigo uma dissociação entre lugares. As adjetivações e as adverbilizações que ocorrem nas enunciações dão corpo ao horror e ao mal-estar que as afetam.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Cegueira moral**: a perda da sensibilidade na modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- BENVENISTE, Émile [1958]. Da subjetividade na linguagem. *In*: BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.



DEJOURS, Cristophe; ADOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Cristian. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação de prazer, sofrimento e trabalho. Tradutores: Maria Irene Stocco Betiol... et al. – ed. – 10. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 301 - 308, ago./dez. 2012. Disponível em:  
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/12173>>. Acesso em 24 de julho de 2017.

LA TAILLE, Yves de. **Formação ética**: do tédio ao respeito de si. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MIGUEL, Renata. As reflexões de Robert Castel sobre os conceitos de “risco e “vulnerabilidade social”. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Anais JOINP. São Luís: 2015.



## **GT 13 – Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações, novas formas de dominação?**

### **“CÁRCERE OPCIONAL”: AGENTES PRISIONAIS, FORMAS DE SIGNIFICAÇÃO PROFISSIONAL E FLUXOS PENITENCIÁRIOS – SÃO LUÍS/MARANHÃO**

Luciana Marques Costa Campos (UFMA)<sup>1</sup>  
e-mail: lmcccb@hotmail.com

Hyda Juliana Pavão Quadros (UFMA)<sup>2</sup>  
e-mail: hydajuliana@hotmail.com

#### **RESUMO**

As unidades penais possuem seus próprios códigos, linguagem, ícones, normas e mercados, apesar e a partir das regras estabelecidas pelo Estado. Agentes penitenciários fazem parte da engrenagem das ações oficiais, sendo contratados por concurso público, com plano de carreira definido, e passando por constantes treinamentos. Alguns alegam que o emprego é, ou seria, temporário; outros que preferiram nele continuar. Através da ideia de que eles vivem uma espécie de “cárcere opcional”, busco examinar as justificativas dos agentes para essa escolha, implicando na adesão a um estilo de vida de assumido risco de morte, manuseio de armas de fogo, judicialização dos limites das relações entre si e com os aprisionados, interações formais e informais. O método é o de entrevistas estruturadas e abertas, individuais e em grupo, com agentes que aceitaram participar da pesquisa. Através dessas conversas, trato os agentes como interlocutores, uma vez que eles passam a organizar suas próprias experiências, expressando questionamentos já existentes, e elaborando outros novos, além de autoavaliações de suas ações, escolhas e de alguns de seus colegas. Desse modo, questiona-se: como o fenômeno de prisionização contribui para os fluxos e trocas, (i)materiais, dentro das unidades prisionais em São Luís? Os resultados obtidos parcialmente convergem para o cenário da vivência dos interlocutores nesses espaços oficiais de reclusão, sendo indicada a percepção de que a prisionização seria facilitadora e balizadora do comércio de bens materiais e imateriais dentro das unidades penais, onde os indivíduos constroem suas formas de significação da vida.

Palavras-chave: Agentes penitenciários, cárcere opcional, prisionização.

#### **1. INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Estudante do 9º período de graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão, integrante do Grupo de Pesquisa FLUTUA (Fluxos e Temporalidades em Universos Antropológicos), graduada em Pedagogia pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF);

<sup>2</sup> Estudante do 9º período de graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão, integrante do Grupo de Pesquisa FLUTUA (Fluxos e Temporalidades em Universos Antropológicos).



A literatura nacional é de certo acordo quanto à raridade de estudos brasileiros sobre prisões e agentes penitenciários. Com o regime ditatorial político implantado no Brasil de 1964 a 1985, esse tema ganha corpo quando “os níveis de encarceramento chamavam atenção mais pela qualidade do que pela quantidade dos encarcerados” (NASCIMENTO, *in* GARLAND, 2008, p.15). Assim, o sistema carcerário passou por diversas alterações até os dias atuais, dependendo da política preponderante, o qual estipula regras, direitos e deveres, princípios embaixadores do ordenamento, entre outros, onde se trata da vida de um ser humano que cometeu um erro, um descumprimento a regra da época e tempo determinado.

De acordo com dados da Assembleia Legislativa do Maranhão, o Estado tem 05 mil presos para apenas 348 agentes<sup>3</sup>. Fato que fere as normas do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), que diz o seguinte: para cada 05 presos tem que haver um agente penitenciário<sup>4</sup>. E, aqui no Maranhão, para cada 11 presos há um agente, ou seja, um déficit de mais 100%. Tal percepção da desvalorização pessoal e profissional que experimentam pode estar diretamente ligada às condições objetivas do seu cotidiano de trabalho e da natureza da relação funcional que têm com o sistema penitenciário e com o governo do Estado. Não são baixos os riscos para os Agentes Penitenciários, pois são sérias e graves as consequências do constante perigo de morte, do medo de fuga, do risco de desordem e da possibilidade de ser tomado de refém. Para esses profissionais existe um processo de realimentação diária do medo e da insegurança em seu ambiente de trabalho.

No Estado do Maranhão, o Sistema Prisional é gerido pela Secretaria Adjunta de Administração Penitenciária da Secretaria de Estado da Segurança Cidadã, reorganizada pelo Decreto nº 22.914 de 02 de janeiro de 2007.

A estrutura organizacional do Sistema Penitenciário do Estado é definida da seguinte forma: Secretaria de Estado de Segurança Cidadã; Secretaria Adjunta de Administração Penitenciária; Superintendência de Estabelecimentos Penais.

Propõe-se aqui uma pesquisa sobre o trabalho dos agentes penitenciários através de suas interlocuções, manifestando suas impressões sobre vivências em temporalidade, compreendendo como o fenômeno da prisionalização contribui de modo real para a circulação, fluxos e trocas nas Unidades Penais em São Luís do Maranhão, tendo em vista que a vivência dos interlocutores, agentes penitenciários servidores do Estado do Maranhão, nesses espaços de reclusão aponta para a prisionalização como facilitadora e

<sup>3</sup> Este dado consta de dados da Assembleia Legislativa do Maranhão. Disponível em: [www.al.ma.gov.br/noticiasBlankt.php?id=25859](http://www.al.ma.gov.br/noticiasBlankt.php?id=25859).

<sup>4</sup> Dados de relação quantitativa entre agentes penitenciário e presos. Disponível em : <http://www.escola.penitenciaria.gov.br/apostilas/08.1Rotina,%20Proc.%20Operacionais%20e%20Apreens.%20Mat%20Proibidos.pdf>



balizadora do comércio de bens materiais e imateriais dentro das unidades penais onde os indivíduos se identificam culturalmente.

As mudanças características do processo carcerário não atingem somente os apenados, mas também, os trabalhadores do sistema penitenciário, que ao ingressarem no sistema são submetidos ao mesmo processo de adaptação - de prisionalização. Os Agentes Penitenciários do Maranhão (servidores públicos estaduais), no cenário do sistema carcerário, têm a função/ atribuições específicas de ordem, disciplina, custódia e vigilância a detentos nas unidades prisionais (compondo escolta armada em condução para audiências judiciais, atendimento hospitalar, velório, revistas pessoais, veículos que adentram a unidade, materiais e celas, movimentações para canteiros de trabalho, escola, assistência social e jurídica). No Estado, especificamente nas unidades prisionais de São Luís, com tantas funções diárias, vigorosas e, ao mesmo tempo, delicadas, exercer tais atividades por muito tempo pode acarretar em uma espécie de assimilação da cultura prisional pelos indivíduos por meio de um processo descrito como "prisonização", "prisionização" ou institucionalização.

O conceito de "prisonização" foi introduzido pela primeira vez em 1940 pelo autor norte-americano Donald Clemmer em seu livro *A Comunidade Prisão*. Clemmer definiu o fenômeno como o processo de "prisonização" na prisão "como a assumir em maior ou menor grau de folclore, costumes e cultura geral da penitenciária." (CLEMMER, 1958, p. 299, tradução nossa)<sup>5</sup>. Ele caracterizou o processo de prisonização em termos semelhantes aos utilizados pelos primeiros sociólogos para capturar processos de socialização e assimilação nas comunidades em geral. Assim como todos assimilam as normas, costumes e leis da sociedade livre, os internos e demais participantes da comunidade local devem assimilar para a comunidade autossuficiente de uma prisão. Nasce um "código interno", o qual é considerado inaceitável no mundo livre, mas pode ser encorajador, recompensador e até salutar no interior das muralhas da instituição.

O primeiro efeito da prisão é a prisionalização do indivíduo. A prisionalização é forma pela qual é imposta coercitivamente ao preso a (sub)cultura carcerária. Na verdade, pode-se dizer que se trata de um processo de aprendizagem constituído numa "dessocialização" do ser humano. O interno se adapta às formas de vida e os costumes impostos pelos próprios internos do estabelecimento penal, pois não tem outra alternativa. Esse conjunto de regras na verdade é um sistema normativo autônomo de uma elite não legitimada que coexiste paralelamente ao sistema oficial de valores.

---

<sup>5</sup> "the taking on in greater or lesser degree of the folkways, mores, customs, and general culture of the penitentiary" (CLEMMER, 1958, p. 299)



Muitas vezes, tem-se a falsa ideia de que um apenado de bom comportamento seja um homem regenerado e pronto a retornar ao convívio social. No entanto, trata-se apenas de um homem “prisonalizado”, que foi disciplinado a conviver com as regras impostas pela (sub)cultura do ambiente da prisão, como meio de se manter vivo e a não sofrer os castigos disciplinares relativos ao descumprimento deste código de conduta e, por fim, para poder ser aceito no grupo. O homem que até então nunca convivera numa prisão, acaba se amoldando a ela e ao perfil dos encarcerados contumazes tornando-se assim fruto do meio onde vive, devido à influência causada pelos fatores da prisionalização. Quanto maior for o tempo de reclusão tão maior será o grau de prisionalização do réu, o que tornará ainda mais obstaculosa a sua reabilitação.

## 2. PRISIONIZAÇÃO E ESTIGMA

O fenômeno foi estudado por sociólogos, psicólogos, psiquiatras, entre outros, e revela a forma como as pessoas são moldadas e transformadas pelo ambiente institucional em que vivem/trabalham (BITENCOURT, 1993; THOMPSON, 1998). Pela prisionalização é que são assimilados as tradições, valores, atitudes e costumes impostos pela situação carcerária como uma forma natural de adaptação ou até mesmo de sobrevivência ao sistema prisional. Com o passar do tempo, as experiências vivenciadas no complexo carcerário tornam-se naturais por serem internalizadas, silenciosamente. Esse processo atenua o sofrimento do interno e dos demais trabalhadores da instituição, funcionando como um mecanismo de defesa que possibilita aos sujeitos acostumarem-se com as condições de vida que lhe são impostas, seja por reclusão ou trabalho. Assim, “as experiências emocionais singulares, sentidas e vividas por um ator social específico, são produtos relacionais entre os indivíduos e a cultura e sociedade” (KOURY, 2009, p. 9). Os modos relacionais são formulados e adaptados à medida da convivência no sistema carcerário. A diferença entre o mundo livre e o mundo prisional torna questionável a função da estrutura prisional, uma vez que os valores e a rotina do recluso no estabelecimento penitenciário são completamente diferentes dos da sociedade liberta. Adaptar-se à cadeia significa, em regra, adquirir as qualificações e atitudes locais.

De acordo com resultado de diálogos com agentes penitenciários incluídos no Sistema Penal de São Luís, percebe-se que são vítimas de discriminação e preconceito, talvez por isso alguns deles consigam compreender melhor a discriminação e o preconceito também existente em relação aos aprisionados, os estigmatizados. A assimilação da ideologia (no tocante a pensamento, ideia e/ou inculcação) pelo estigmatizado reduz o nível



de identidade real do sujeito, pois ele vivencia um processo de não aceitação, no qual se cria um mecanismo de defesa em que todos os acontecimentos ruins são projetados ao seu atributo físico ou psíquico específico (GOFFMAN, 1963, p.13). Mesmo no direito do cenário de liberdade, o agente penitenciário não encontra alternativas de se dissociar da imagem do trabalho. Sua identidade é configurada a partir da formação de uma representação social de um indivíduo que “segura a cadeia”, “toma conta de ladrão”, “bate cadeados”. O estigma causa um problema de identidade social virtual, pois a criação de rótulos inferioriza um indivíduo ou um grupo e subjuga-o de forma depreciativa, proporcionando autoafirmação dos demais, os não inseridos nesse universo penitenciário, os de visão externa. Considerando que “um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (GOFFMAN, 1963, p. 13), no caso tanto dos presos quanto dos agentes penitenciários, o estigma é “uma linguagem de relações, e não apenas de atributos” (GOFFMAN, 1963, p. 13). As consequências do interno e do agente penitenciário dentro de uma penitenciária não se restringem ao ambiente carcerário. Há a formação dos estereótipos calcificados na sociedade. Desse modo,

“As emoções são pensamentos, de alguma maneira “sentidos” em rubores, pulsações, movimentos do fígado, mente, coração estômago, pele. São pensamentos incorporados pensamentos permeados pela percepção de que “estou envolvido” (ROSALDO, 1984 apud COELHO; REZENDE, 2011, p. 16).”

Os procedimentos de segurança são levados para fora dos muros da penitenciária e passam a tomar parte da rotina diária. Mesmo liberto, o agente penitenciário ainda é vítima de pré-conceitos sociais, que tornam diferente a convivência com o mundo externo às unidades penais. A vida é examinada, tornando a convivência perturbadora, submetendo o sujeito a alterações de valores e perda de sua identidade moral.

Alguns elementos são afirmados por Adorno (1998), quando este nos esclarece que:

“[...] Certamente, o despreparo e a formação direta no mundo da violência, baixos salários, péssimas condições de trabalho, inexistência de carreiras que permitam ascensão na escala funcional, número insuficientes de pessoal comparativamente ao tamanho da população prisional, regime de trabalho estafante e estimulante do descontrole emocional, contribuem para perpetuar e recrudescer esse círculo de violência que envolve o apenado e o agente penitenciário. (ADORNO, 1998, p 1023).”

Esses fatores, isoladamente e em conjunto, impactam direta e negativamente no trabalho do agente prisional, pois, em função do seu contato próximo com os aprisionados, ora são considerados vítimas, ora são considerados algozes de todo esse processo sem que a sua percepção dessa questão seja conhecida ou mesmo levada em consideração. O



desconhecimento das pessoas em geral em relação ao trabalho do agente produz pré-julgamentos negativos que fazem com que os agentes sejam quase sempre percebidos como corruptos ou torturadores. Trabalhando numa atmosfera de violência e intimidação, combinada com as condições degradantes de detenção, os Agentes Penitenciários frequentemente estão vulneráveis ao ataque e tomada de reféns por prisioneiros, especialmente quando entram nos blocos carcerários o que os coloca em risco de serem mortos nessas circunstâncias – a linha tênue da vida em detrimento da profissão.

As unidades penais são universos distintos, peculiares e que, apesar das normas estabelecidas pelo Estado, possuem seus próprios códigos e ícones. Para Sahlins, os estudos sobre cultura devem permear o fenômeno da “organização da experiência e da ação humana por meios simbólicos” (SAHLINS, 2004, p.41). As pessoas, relações e coisas que compõem essa experiência humana de cárcere expressam-se como valores e significados atribuídos socialmente. É preciso reconhecer a existência de uma cultura carcerária, marcada pela diversidade e organizada: cultura onde se produzem o valor e o significado em sociedade havendo, assim, a organização da experiência e ação das pessoas através de meios simbólicos, o que fornece um sentido às ações dos indivíduos em coletividade.

### 3. FLUXOS E TROCAS

Por esses canais de identificação são facilitados os fluxos e as trocas pertinentes/convenientes para cada indivíduo incluído no processo. Essa circulação não é só material: pode implicar prestações de valores, assim como maior ou menor alienabilidade do que é trocado (MAUSS, 1974, p.41). A troca e os fluxos são contratos. Mas há outros momentos em que essas práticas, funcionalisticamente, supõem-se como a reforçar realidades pré-existentes, ou “também um meio de fortalecer o contrato” (MAUSS, 1974, p. 40). Um cigarro pode valer, um dia de “proteção”, a “proteção” constante em tempo de permanência (não tem preço!), vale a palavra e a fidelidade inquestionável ao protetor: um comércio de fortunas! Mauss mostra que “o que, no presente recebido e trocado, cria uma obrigação, é o fato de que a coisa recebida não é inerte”. Nesse sistema, “o doador tem uma ascendência sobre o beneficiário” (MAUSS, 1974, p. 54). As trocas são voluntárias e/ou (geralmente) obrigatórias, interessadas, mas também simultaneamente úteis e simbólicas, na manutenção das relações entre todos os indivíduos dentro das unidades penais dos Complexos penitenciários de São Luís.

### 4. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA



Para o desenvolvimento do trabalho com os agentes penitenciários inseridos e integrantes do Sistema Penitenciário de São Luís/MA, opta-se pela aplicação de questionário fechado que auxilia na obtenção de dados quantitativos da pesquisa, pois, segundo (ficou um tantinho confuso na parte dos dados) Antonio Carlos Gil (2008), ele é um instrumento de coleta de informação, utilizado numa sondagem.

A técnica de entrevista aberta também está utilizada, atendendo às finalidades exploratórias, a partir da introdução do tema, dando entrevistado/interlocutor a liberdade para discorrer e responder às perguntas dentro de uma conversação informal. Conforme Minayo (1993), a interferência do entrevistador deve ser a mínima possível, este deve assumir uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode interromper a fala do informante. Mas, para se obter uma narrativa natural muitas vezes não é interessante fazer uma pergunta direta, mas sim fazer com que o pesquisado relembre parte de sua vida. Para tanto o pesquisador pode muito bem ir suscitando a memória do pesquisado (BOURDIEU, 1999). Esse método está sendo aplicado com o intuito de obter o maior número possível de informações e detalhamentos sobre a ideia que os agentes penitenciários têm sobre prisionização e conhecimento acerca dos fluxos e trocas materiais ou imateriais, vivências e atividades, ocorridos dentro das unidades penais em São Luís do Maranhão.

Para acesso a mais informações, será realizada, posteriormente, consulta em fontes primárias (livros de ata, de ocorrência e portarias). Pretende-se através dessa pesquisa fazer uma reflexão, fazendo comparativos com a fala dos interlocutores (agentes penitenciários), tornando possível reconhecer a real tessitura quanto ao fenômeno de prisionização e a sua influência para a facilitação de trocas e fluxos dentro das unidades penais de São Luís/MA.

## 5. CONCLUSÃO

Com efeito, de acordo com apreciação de algumas falas dos interlocutores que participam desta pesquisa, a falta de pessoal aumenta a probabilidade de que os agentes penitenciários recorram à força excessiva e arbitrária, aos maus-tratos como meio de manter o controle sobre os aprisionados e ao mesmo tempo aumenta os riscos aos quais estes passam a estar submetidos em função da possibilidade de represália por parte dos presos. Esse contato direto e cotidiano gera consequências extremamente danosas para a integridade física e mental tanto dos detentos quanto dos agentes prisionais. Além do mais,



o preconceito que estes profissionais sofrem é uma barreira mais sólida que os largos muros feitos de concreto da prisão. Ou seja, os agentes prisionais têm uma imagem dissociada no convívio social.

Nos espaços de reclusão, a prisionalização facilita e baliza o comércio de bens materiais e imateriais dentro das unidades penais onde os indivíduos se identificam culturalmente. É possível afirmar que o número e a qualidade dos agentes prisionais estão diretamente relacionados à perda de parte do controle dos estabelecimentos e também afetam as condições de detenção e o tratamento dado aos internos.

As pesquisas em andamento requerem identificar como o fenômeno de prisionalização contribui, de modo real, para a circulação e dinâmica, fluxos e trocas dentro das unidades prisionais em São Luís/MA, de acordo com a vivência e a fala dos interlocutores nesses espaços de reclusão, tendo em vista a balização do comércio de bens (i)materiais dentro das unidades penais onde os indivíduos se identificam culturalmente.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Prisões, violência e direitos humanos no Brasil. In: Pinheiro, Paulo Sérgio e Guimarães, Samuel Pinheiro. (orgs.). Direitos humanos no Século XXI. Brasília. Instituto de Pesquisa e Relações Internacionais: Fundação Alexandre Gusmão, 1998, p. 1005-1030.

BITENCOURT, C. Falência da Pena de Prisão: Causas e Alternativas. São Paulo: Ed Revistas dos Tribunais LTDA, 1993.

CLEMMER, Donald. The Prison Community. 2. ed. Nova Iorque: Holt, Rinehart And Winston, 1958.

COELHO, M. C.; REZENDE, C. B. (org.). Cultura e sentimentos: ensaio em Antropologia das emoções. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2011.

GARLAND, D. A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GOFFMAN, E. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1963.

KOURY, M. G. P. Emoções, sociedade e cultura: a categoria de análise emoções como objeto de investigação na sociologia. Curitiba: Editora CRV, 2009.

MAUSS, M. 1974. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In : \_\_\_\_\_. Sociologia e Antropologia. v. II. São Paulo : Edusp.

SAHLINS, Marshall. Cultura na Prática. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.



THOMPSON, A. A Questão Penitenciária. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1998.

#### REFERENCIAS A CONSULTAR

Becker, Howard S. [1963]. Outsiders. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar. 232pp. 2008.

BIONDI, Karina. Junto e misturado: uma etnografia do PCC, São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2010, 245pp.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

KANT DE LIMA, Roberto. Direitos Civis, Estado de Direito e cultura policial a formação policial em questão. Republicação. Revista Preleção, v. 1, p. 67-87, 2007.

MISSE, Michel. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. Contemporaneidade e Educação, Rio de Janeiro, v. 1, p. 93-116, 1997.

\_\_\_\_\_. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. Contemporaneidade e Educação, Rio de Janeiro, v. 1, p. 93-116, 1997.

\_\_\_\_\_. Cinco Teses Equivocadas Sobre A Criminalidade Urbana No Brasil. ESTUDOS, v. 91, p. 23-40, 1995.

\_\_\_\_\_. Crime e Pobreza: Velhos Enfoques, Novos Problemas. In: Glaucia Villas Boas; Marco Antonio Gonçalves. (Org.). O BRASIL NA VIRADA DO SECULO - O DEBATE DOS CIENTISTAS SOCIAIS. 1ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumar, 1995, p. 79-89.

\_\_\_\_\_. O final da cadeia. Interpretações da violência no Rio. In: Guilherme Castelo Branco; Luis Felipe Baeta Neves. (Org.). Michel Foucault: da arqueologia do saber à estética da existência. 1ed. Rio de Janeiro: Nau, 1998.

\_\_\_\_\_. Sobre a Construção Social do Crime no Brasil: Esboços de uma Interpretação. In: Michel Misse. (Org.). Acusados e Acusadores: Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008, v. , p. 13-32.

SILVA, Luís Antonio Machado da. Criminalidade Violenta: Por uma Nova Perspectiva de Análise. Revista de Sociologia e Política, UFPR - Curitiba, n.13, p. 45-58, 1999.



## **GT 13 - Trabalho, Mercado de Trabalho e Desemprego: Novas Regulações, Novas Formas de Dominação.**

### **OS PEÕES DE TRECHO: NOVOS OUTSIDERS CONTEMPORÂNEOS**

Flávio Alves dos Reis Neto (UFPA)<sup>1</sup>  
flavioantropologo@yahoo.com.br

#### **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo central analisar a visão pejorativa que a sociedade tem dos chamados “peões de trecho”, que são os trabalhadores vítimas do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, que saem de suas casas, muitos ainda jovens, a procura de um trabalho que possa lhes propiciar uma melhor condição de vida, mas que acabam caindo nas mãos dos gatos, sendo enganados, e que com vergonha do logro sofrido, acabam não voltando mais para casa, ficando vagando de pensão em pensão, a espera de um novo gato que lhes comprem das mãos do dono da pensão, sem nunca sair desta roda de exploração. Para levar adiante esta empreitada utilizarei o conceito de “Outsiders”, que foi utilizado por Norbert Elias e John Scotson (2000) em seu já clássico trabalho desenvolvido a partir da sociologia das relações de poder, na comunidade de Winston Parva, na Inglaterra, onde os “outsiders” eram vistos como pessoas inferiores, pelo seu modo de agir e também por serem pessoas de fora, desenraizados, sem um elo mais forte com a comunidade mais antiga do lugar.

Palavras-chave: Trabalho escravo – Peões de trecho – Outsiders.

#### **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem como objetivo central analisar a visão pejorativa e preconceituosa, que a sociedade brasileira tem contra os chamados “peões de trecho”. Os peões de trecho são aqueles trabalhadores rurais vítimas do trabalho escravo contemporâneo, que a muito tempo saíram de seus locais de nascimento, abandonaram a família, na ilusão de conseguir um bom dinheiro, foram enganados pelos gatos, e com vergonha, preferem não voltar mais para casa, tendo agora como sua casa as pensões e hotéis peoneiros das cidades amazônicas. Para levar adiante este empreendimento, utilizarei o conceito de “outsiders”, usado por Norbert Elias e John Scottson (2000), quando da sua pesquisa de campo, na comunidade de Winston Parva, na Inglaterra, onde os outsiders

---

<sup>1</sup> Estudante do curso de doutorado do programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, mestre em Sociologia pelo mesmo programa e bacharel e licenciado em Ciências Sociais também pela UFPA.



eram vistos como pessoas inferiores, perigosas, levando em conta seu modo de agir, de se comportar em ambientes públicos, e principalmente por serem pessoas de fora, desenraizados, sem um elo mais forte de parentesco com os moradores mais antigos comunidade local.

## 2. O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL.

O trabalho escravo contemporâneo no Brasil é uma realidade; o mesmo pode ser encontrado tanto no espaço rural quanto no espaço urbano, a mesma vem sendo denunciada desde a década de 70 do século passado. As primeiras denúncias partiram de membros da Igreja Católica no Brasil, enfrentado os militares que comandavam a nação por meio de um golpe de estado perpetrado em 1964. O bispo da prelazia de São Félix do Araguaia, Pedro Casaldáliga, em uma carta pastoral intitulada “Uma Igreja em conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social” (1971), denunciava a existência de trabalhadores rurais submetidos à moderna escravidão, naquela nova fronteira agrícola que estava sendo aberta.

O Estado brasileiro é signatário das principais convenções e tratados internacionais que reprimem o trabalho escravo.

Em 1930 a OIT<sup>2</sup> promulgou a convenção Nº 29, que define em seu artigo 2º:

“1. Para fins desta convenção, a expressão “trabalho forçado ou obrigatório” compreenderá todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob ameaça de sanção e para a qual não se tenha oferecido espontaneamente.”<sup>3</sup>

A expressão usada pela OIT é “trabalho forçado ou degradante”, que para a organização compreende que é “todo trabalho ou serviço exigido com ameaça de sanção”, pois esta sanção pode ser de caráter físico, com uso da violência, como o espancamento, ou então, psicológico, que é a imposição de uma dívida fraudulenta, na qual o trabalhador sinta a obrigação moral de quitar à mesma, reforçando, mesmo sendo ilegal. Em 1957 a OIT promulgou outra convenção com o sentido de proibir o trabalho forçado ou obrigatório, mais uma vez o Brasil assinou esta convenção que foi intitulada de convenção Nº 105 de 1957,

---

<sup>2</sup> A OIT foi criada em 1919, como parte do Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial. Fundou-se sobre a convicção primordial de que a paz universal e permanente somente pode estar baseada na justiça social. É a única das agências do Sistema das Nações Unidas com uma estrutura tripartite, composta de representantes de governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores. A OIT é responsável pela formulação e aplicação das normas internacionais do trabalho (convenções e recomendações). As convenções, uma vez ratificadas por decisão soberana de um país, passam a fazer parte de seu ordenamento jurídico. O Brasil está entre os membros fundadores da OIT e participa da Conferência Internacional do Trabalho desde sua primeira reunião. [www.oit.org.br](http://www.oit.org.br): Acessado em 08/08/2017

<sup>3</sup> ([www.oit.org.br/sites/all/forced\\_labour/oit/convencoes/conv\\_29.pdf](http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/oit/convencoes/conv_29.pdf)) Acessado em 16/08/2017.



que proibia toda forma de trabalho forçado principalmente para o desenvolvimento econômico.

O Estado brasileiro é também signatário da “Convenção Suplementar sobre Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura” de 1956 da Organização das Nações Unidas (ONU), que explicita em seu texto:

### **SEÇÃO I**

#### *Instituições e práticas análogas à escravidão*

##### Artigo 1º

Cada um dos Estados Partes a presente Convenção tomará todas as medidas, legislativas e de outra natureza que sejam viáveis e necessárias, para obter progressivamente logo que possível a abolição completa ou o abandono das instituições e práticas seguintes onde quer ainda subsistam, enquadram-se ou não na definição de escravidão que figura no artigo primeiro da Convenção sobre a escravidão assinada em Genebra, em 25 de setembro de 1926:

a) A servidão por dívidas, isto é, o estado ou a condição resultante do fato de que um devedor se haja comprometido a fornecer, em garantia de uma dívida, seus serviços pessoais ou os de alguém sobre o qual tenha autoridade, se o valor desses serviços não for equitativamente avaliado no ato da liquidação de dívida ou se a duração desses serviços não for limitada nem sua natureza definida;

b) a servidão isto é, a condição de qualquer um que seja obrigado pela lei, pelo costume ou por um acordo, a viver e trabalhar numa terra pertencente à outra pessoa e a fornecer a essa outra pessoa, contra remuneração ou gratuitamente, determinados serviços, sem poder mudar sua condição.

c) Toda instituição ou prática em virtude da qual:

I - Uma mulher é, sem que tenha o direito de recusa prometida ou dada em casamento, mediante remuneração em dinheiro ou espécie entregue a seus pais, tutor, família ou a qualquer outra pessoa ou grupo de pessoas;

II - O marido de uma mulher, a família ou o clã deste tem o direito de cedê-la a um terceiro, a título oneroso ou não;

III - A mulher pode, por morte do marido ser transmitida por sucessão a outra pessoa;

d) Toda instituição ou prática em virtude da qual uma criança ou um adolescente de menos de dezoito anos é entregue, quer por seu pais ou um deles, quer por seu tutor, a um terceiro, mediante remuneração ou sem ela, com o fim da exploração da pessoa ou do trabalho da referida criança ou adolescente.<sup>4</sup>

Esta convenção é mais abrangente, trata não só da escravidão por dívida como da servidão e demais formas; enfoca a prostituição que está ligada com o trabalho escravo e com o tráfico de seres humanos, além de tratar da exploração da força de trabalho infanto-juvenil. Como podemos perceber, atualmente várias destas formas de exploração do trabalhador estão presente na sociedade brasileira, como o trabalho escravo tendo como o argumento da imobilização do trabalhador uma suposta dívida.

<sup>4</sup> UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Biblioteca Virtual de Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/> Acesso 16 mai. 2017



A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu título I dos princípios fundamentais garante a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, desta forma encontramos na Carta Magna da nação os princípios elementares que proíbem as formas degradantes e desumanas de trabalho, que atentem contra este princípio.

O trabalho escravo contemporâneo é considerado um crime pelo Estado brasileiro, pois o mesmo se encontra qualificado no artigo 149 do Código Penal Brasileiro (Brasil, 1940: 33-34) que foi reformulado em 2003 pela lei 10.803/2003 tendo a seguinte redação:

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão da dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa além da pena correspondente à violência.

§1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador; com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – contra criança ou adolescente;

II – por meio de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

A permanência de formas análogas à escravidão sobreviveu no Brasil, mesmo após a extinção da escravidão oficial e legalizada. Com o intuito de tentar combater a mesma, o ordenamento jurídico brasileiro a qualificou como crime.

### 3. O CONCEITO DE TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS.

O problema do trabalho escravo contemporâneo, no espaço rural brasileiro vem chamando a atenção dos pesquisadores das ciências sociais desde a década de 80 do século passado. Existem vários estudos publicados sobre o tema, tanto no Brasil como no mundo, visto que o trabalho escravo contemporâneo é um fenômeno que atinge vários países ao redor do globo terrestre. Partindo destes estudos, verificarei como os cientistas sociais conceituam o trabalho escravo contemporâneo.

Bales (2001) pesquisou a moderna escravidão em todos os continentes, visitando vários países que, em suas leis, dizem não existir escravidão, mas não foi isso que o pesquisador encontrou. Para Kevin Bales a moderna escravidão se caracteriza pelos altos ganhos econômicos que são propiciados ao proprietário dos meios de produção e pelo



pequeno custo na manutenção dos trabalhadores escravizados. Como cita o autor (2001:12):

A escravatura é um negócio em ascensão e o número de escravos está a crescer. Há pessoas que enriquecem usando escravos. E quando já não precisam dos seus escravos, limitam-se a pôr essas pessoas de parte. Esta é a nova escravatura, que se centra nos grandes lucros e nas vidas baratas. Não se trata de possuir pessoas no sentido tradicional da antiga escravatura, mas de controlá-las completamente. As pessoas tornam-se instrumentos completamente descartáveis para fazer dinheiro.

O autor mostra como se diferencia a antiga escravidão da moderna escravidão, ou seja, a questão da posse. Bales (2001:15) explica melhor nesta parte:

Podíamos pensar que a escravatura é uma questão de posse, mas isso depende daquilo que entendemos por posse. No passado, a escravatura implicava que uma pessoa possuía legalmente outra pessoa, mas a escravatura moderna é diferente. Hoje, a escravatura é ilegal em toda a parte, e já não há posse legal de seres humanos. Quando as pessoas compram escravos hoje não pedem um recibo nem títulos de propriedade, mas adquirem o controlo – e usam a violência para manter esse controlo. Os escravocratas têm todos os benefícios da propriedade sem as responsabilidades legais. Na verdade, para os escravocratas, não ter a posse legal é uma melhoria, porque obtêm o controlo total sem qualquer responsabilidade por aquilo que possuem.

A característica principal do trabalho escravo contemporâneo, como cita o autor é não ter a posse legal do escravo, como acontecia na escravidão antiga. Na escravidão antiga o escravo era um investimento alto, que precisava ser bem cuidado, alimentado e vestido, gerando despesas durante todo o período que aquele escravo existisse, enquanto que na escravidão atual, o escravizador não se preocupa com estes detalhes, pois tudo que a pessoa submetida à condição de escravo consome é descontado do seu salário, ou seja, os lucros em comparação com a antiga escravidão são infinitamente maiores. Podemos comparar o trabalhador que é atualmente submetido à condição análoga a de escravo com uma laranja, que sugamos seu líquido, no caso do obreiro sua força de trabalho, e descartamos o bagaço, ou seja, quando este não tem mais forças para desenvolver as atividades físicas que o trabalho requer é simplesmente ignorado, deixado em qualquer lugar, sem dinheiro e nenhuma proteção.

Outra característica do trabalho escravo contemporâneo, é que esta não tem cor, como a escravidão antiga, e principalmente à praticada nas Américas, ela se caracteriza pela pobreza e miséria econômica e social que existe em todos os lugares do mundo.

Le Breton (2002:221), que pesquisou sobre o trabalho escravo contemporâneo no meio rural brasileiro conceitua o mesmo sendo:



Insidioso, escondido, o mal da escravidão moderna – às vezes qualificado como “escravidão branca” – floresce no terreno da violência e da ganância. Suas vítimas são temporárias e descartáveis. Custando nada, não têm valor algum, não geram nenhum laço entre mestre e escravo.

Para a autora a principal característica do trabalho escravo contemporâneo, que a mesma chama também de “escravidão branca”, é a violência praticada contra as suas vítimas, que são obrigadas a permanecer, mesmo contra sua vontade no local de labuta, e a ganância de alguns proprietários rurais, que recorrem ao trabalho escravo, tendo em vista o aumento de seus lucros. Podemos destacar também, o curto período em que o “escravo” fica na propriedade realizando o trabalho para o qual foi contratado e, caso sofra algum acidente de trabalho, ou então, ficando enfermo devido ao meio em que desenvolve a atividade, é simplesmente descartado para não gerar custos para o seu patrão. Em um estudo da OIT (2004), um fiscal do trabalho relata que quando encontra um trabalhador sem um dedo, ou então cego de um olho, o mesmo procura saber quanto o patrão lhe pagou pela parte do corpo que foi perdida, e os mesmos relatam que os valores não ultrapassam a quantia de R\$ 100, 00, um verdadeiro crime contra a dignidade da pessoa humana.

Para Alison Sutton (1994:22), a dívida é um componente fundamental, se não o mais importante para a manutenção do trabalhador na condição de escravo. A autora expõe esta condição:

O principal instrumento de escravização no Brasil de hoje é o endividamento – a imobilização física de trabalhadores em fazendas, até que terminem de saldar dívidas a que ficaram submetidos através de fraude e pelas próprias condições de contratação do trabalho. Trabalhadores de regiões atingidas pela recessão ou pela seca são aliciados por contratos verbais, e depois levados em caminhões que os transportam a milhares de quilômetros de distância, para trabalhar em condições perigosas. Ao chegar ao destino, os salários atraentes que lhes haviam sido prometidos são reduzidos, e depois confiscados para pagar o custo do transporte, da alimentação e até dos instrumentos de trabalho. Normalmente os trabalhadores não têm acesso aos cálculos dos encargos debitados em seu nome, e não recebem dinheiro vivo. Com o passar do tempo, a dívida dos trabalhadores vai ficando maior, de tal modo que não lhes é possível ir embora. A identidade e a carteira de trabalho freqüentemente são retidas para que os trabalhadores não escapem. A intimidação e a força física são comuns para evitar fugas.

A coerção simbólica da dívida tem um peso muito grande para estes trabalhadores, pois entendem, dentro de sua ética, que têm a obrigação de pagá-la, mesmo ferindo a legislação trabalhista que proíbe cobrar dos empregados os equipamentos necessários para realizar determinado serviço. Não devemos deixar de citar que a violência física contra os trabalhadores é também uma realidade, visto que geralmente estes trabalhadores são vigiados por pessoas portando ostensivamente armas de fogo, que tem o intuito de intimidá-lo para que não reclamem seus direitos ou fujam do local onde estão sendo submetidos à



escavidão. Outra ilegalidade que a autora cita é a apreensão ilegal dos documentos dos empregados, visto que sem estes documentos básicos, no Brasil ninguém consegue ser atendido pelas instituições públicas, tornando desta maneira mais difícil que este trabalhador denuncie a sua condição de escravo.

Esterci (1994:44), que realiza pesquisas sobre a questão do trabalho escravo contemporâneo no meio rural brasileiro, principalmente na região amazônica, define o trabalho escravo contemporâneo da seguinte forma:

Escavidão tornou-se, pode-se dizer, uma categoria eminentemente política; faz parte de um campo de lutas, e é utilizada para designar toda sorte de trabalho não-livre, de exacerbação da exploração e da desigualdade entre os homens. Muitas vezes, sob a designação de escavidão, o que se vê mais enfaticamente denunciado são maus-tratos, condições de trabalho, de remuneração, de transporte, de alimentação e de alojamento não condizentes com as leis e os costumes.

Determinadas relações de exploração são de tal modo ultrajantes que escavidão passou a denunciar a desigualdade no limite da desumanização; espécie de metáfora do inaceitável, expressão de um sentimento de indignação que, afortunadamente, sob esta forma afeta segmentos mais amplos do que os obviamente envolvidos na luta pelos direitos.

As situações em que são encontrados os trabalhadores rurais, pelos órgãos responsáveis pelo combate ao trabalho escravo contemporâneo, são desumanas, sendo que o gado tem um melhor tratamento que estes trabalhadores; a remuneração que viriam a receber é confiscada pelo patrão, tendo os mesmos que trabalhar para pagar uma dívida fraudulenta que é imposta, sem ao menos saber como a mesma se originou. Estes fatos, para autora, são cruciais para se configurar o trabalho escravo, como cita a mesma em sua definição sobre o problema.

Figueira (2004: 34-35) que estuda a temática do trabalho escravo contemporâneo no Brasil e principalmente na Amazônia destaca que:

Quando utilizam a categoria trabalho escravo para a região, entidades e funcionários públicos se referem a um modelo de trabalho temporário sob coerção, com o pretexto da dívida, existente com muita regularidade em empresas agropecuárias, principalmente desde os anos 1960. Essa modalidade de trabalho em geral se manifesta quando as fazendas estão derrubando as árvores para plantar capim e erguendo, recuperando ou protegendo cercas e pastos ou executando diversas dessas atividades simultaneamente.

Para realizar o trabalho, o fazendeiro em geral alicia, diretamente ou através de terceiros, pessoas de outros municípios ou mesmo de fora do estado. Uma vez transportados até os imóveis, os recrutados são informados de que só poderão sair após pagar o “abono” recebido no ato do recrutamento e os gastos com o transporte, a hospedagem e a alimentação efetuada no transcurso da viagem. A dívida aumenta, pois eles devem adquirir sua alimentação e os instrumentos de trabalho de uma cantina na própria fazenda, onde os preços são incompatíveis com a remuneração prevista.



Além da dívida, que o trabalhador acredita ter a obrigação moral e simbólica de pagar (do contrário não vai poder sair daquela fazenda), a enorme distância que separa o lugar onde desenvolve seu trabalho e seu lugar de moradia ajudam a mantê-lo preso ali. Outra característica do trabalho escravo na Amazônia é que vai buscar trabalhadores em outras regiões do país, principalmente no nordeste do Brasil, com destaque para os estados do Maranhão e Piauí, por se tratar de regiões marcadas secularmente pelas grandes desigualdades sociais e também pelo clima inóspito com secas periódicas.

Outro estudioso dos problemas sociais, no meio rural brasileiro, Martins (1999:162), conceitua o trabalho escravo contemporâneo como:

No caso brasileiro, a escravidão não se manifesta direta e principalmente em más condições de vida ou em salários baixos ou insuficientes. O núcleo dessa relação escravista está na violência em que se baseia, nos mecanismos de coerção física e às vezes também nos mecanismos de coerção moral utilizados por fazendeiros e capatazes para subjugar o trabalhador. Adicionalmente, ela surge quando o trabalhador, por não receber o salário que lhe é devido e por estar trabalhando em local que representa confinamento (caso da mata nas extensas fazendas da Amazônia), fica materialmente subjugado ao patrão e impossibilitado de exercer seu direito de homem livre e igual, que está no direito de ir e vir, direito de sair de um emprego e ir para outro. Isso não quer dizer, obviamente, que todos os casos em que o trabalhador não recebe seu salário sejam casos de escravidão. O pesquisador deve estar atento ao seu ingrediente principal, que é a coerção física e moral que cerceia a livre opção e a livre ação do trabalhador.

O entendimento do autor, sobre o que seja o trabalho escravo contemporâneo, se caracteriza principalmente na coerção física e moral que é imposta a este trabalhador. É comum nos relatos de trabalhadores rurais que fugiram, ou então, foram resgatados por órgãos governamentais de combate ao trabalho escravo, a menção de jagunços ou pistoleiros travestidos de fiscais das empresas agropecuárias, que empunhando ostensivamente armas intimidam os trabalhadores, ao qual inconformados com a situação precária em que estão trabalhando, manifestam seu desejo de sair. Também não podemos esquecer a coerção moral, que para Martins (1999:162) se caracteriza pela “palavra empenhada”, que representa o acordo entre o “Gato”<sup>5</sup> é o trabalhador que recebe um adiantamento em dinheiro. O não cumprimento deste acordo pelo trabalhador é visto como um roubo pelo gato e também pelo próprio trabalhador no seu código moral.

---

<sup>5</sup> Gato: empreiteiro contratado para desflorestamento, feitura e conservação de pastos e cercas ou outros serviços para fazendeiros e empresas agropecuárias na Amazônia. Muitas vezes anda armado, trabalha com parentes e com uma rede de “fiscais”, e são acusados de diversos crimes, inclusive homicídios. Em geral os mais violentos gozam de prestígio, são considerados eficientes e podem prestar serviços por anos consecutivos para as maiores empresas. (FIGUEIRA, 2004:17)



Cabe aqui salientar, a violência física que é empregada contra aqueles trabalhadores, que contestam as condições precárias de trabalho, que naquele momento estão sendo submetidos, serve para disciplinar e dar exemplo do que pode acontecer contra quem ousar contestar o poder do aliciador de mão-de-obra. Assassínatos e torturas físicas, são expedientes comuns, a serem usados contra os trabalhadores que ousam fugir do trabalho escravo contemporâneo, como podemos ver a escravidão contemporânea, usa todos os meios que estão a seu alcance, para que não tenha seus lucros afetados por algum trabalhador não contente com a situação.

#### 4. OS PEÕES DE TRECHO: OUTSIDERS CONTEMPORÂNEOS.

A partir deste tópico iremos analisar a visão pejorativa e preconceituosa, que a sociedade brasileira nutre contra os chamados “peões de trecho”. Figueira (2004:18) conceitua os mesmos como:

Trabalhador fora de seu lugar de origem, desligado das antigas relações familiares sem construir novas, trabalha sucessivamente em fazendas atrelado a um ou a diversos empreiteiros. Entre uma empreita e outra cria débitos em pensões e cabarés, mantendo-se preso à rede de endividamento e ao trabalho coercitivo. Em geral é analfabeto, sem qualificação profissional e tem problemas de alcoolismo.

O peão de trecho, é um desenraizado, geralmente saiu ainda muito jovem de casa; os motivos podem ser diversos, desde uma briga com os pais, ou então, levado pelo sonho de ganhar uma bom dinheiro nas fazendas da região amazônica, mas ao chegar no local em que vai desenvolver a atividade para o qual foi contratado, verifica que a situação é totalmente diferente, caiu na armadilha armada pelo gato, com vergonha do logro sofrido, não retorna para casa, e vai vivendo uma vida de pensão em pensão, sendo comprado pelos empreiteiros, preso a uma teia e exploração, que quase nunca conseguiu se livrar. Este desenraizamento social, como muito bem especifica Costa (2008), faz com que aumente a vulnerabilidade deste trabalhador, visto que a sua grande maioria são de analfabetos, tornando o mesmo um não cidadão, sem importância social e qualquer valor político.

Le Breton (2002:114), que também desenvolveu pesquisas sobre o trabalho escravo contemporâneo, na Amazônia, conceituou o peão de trecho como:

O peão de trecho pode sonhar com uma volta triunfante ao lar, mas, na verdade, nunca mais voltará para casa. Ele cortou os vínculos e partiu em busca de aventura. Poderá vir a constituir uma família ou duas ao longo do caminho, mas é mais comum que fique solteiro a vida toda. O peão do trecho típico é jovem, solteiro, sem qualificação analfabeto – um andarilho. Tem poucos amigos, não tem endereço fixo e é muito chegado a bebida e a mulheres. Seu código de honra – praticamente tudo o que ele tem para lhe lembrar de que é um homem – diz que não fugirá de suas dívidas e trabalhará até o fim para saldá-las. Se conseguir juntar algum dinheiro, esbanjará tudo e ficará gloriosamente bêbado, perpetuando assim o mito de que peão do trecho não vale nada. Seus relacionamentos se restringem a



outros peões – embora ele nunca possa confiar neles totalmente -, às mulheres donas de bares e pensões e às prostitutas. Em alguns casos, ele desenvolve certo relacionamento com o gato, que paga suas dívidas, encontra trabalho para ele e ocasionalmente o tira da prisão.

A principal companhia de um peão de trecho, como podemos apreender a partir da leitura, desta e da citação anterior é a bebida alcoólica, ao qual o mesmo se entrega com toda a ânsia, também vemos que o mesmo nunca possui um endereço fixo, sendo um andarilho, andando de pensão em pensão, de fazenda em fazenda, na tentativa de conseguir um trabalho que lhe der alguma renda. São em sua grande maioria analfabetos, sendo assim desconhecem seus direitos mais elementares, sendo assim facilmente enganados, e acima de tudo é um solitário, costuma não constituir família, se constitui abandona logo.

As características de um peão de trecho fazem com que os mesmos sejam vistos sempre com desconfiança pelos moradores da cidade, onde o mesmo chega em busca de emprego, assim como os moradores mais antigos de Wiston Parva nutriam um preconceito contra os moradores recém-chegados.

Em seu celebre estudo Norbert Elias e John Scotson (2000) descobriram que os moradores mais antigos, ou seja, os estabelecidos, aqueles que habitavam a mais tempo o lugar, e por isso tinham uma coesão social mais forte, estigmatizavam os moradores mais recentes, ou seja, os outsiders, qualificando os mesmo com a delinquência, a violência e a desintegração.

Nobert Elias e John Scotson (2000:20) classificavam os estabelecidos como aqueles que encarnavam os valores da tradição e da boa sociedade, um grupo coeso e que “Recusavam-se a manter qualquer contato social com eles, exceto o exigido por suas atividades profissionais; juntavam-nos todos num mesmo saco, como pessoas de uma espécie inferior”. Havia claramente uma estigmatização com aqueles que não faziam parte da boa sociedade, os mesmos, tanto os estabelecidos como os outsiders, se negavam, havia uma barreira bem nítida, demonstrando que a mesma não podia ser rompida, pois aquele que rompesse a mesma, principalmente se pertencesse ao grupo dos estabelecidos, sofreria a punição.

Alguns estudiosos, que se debruçam sobre a questão do trabalho escravo contemporâneo, como Figueira (2004), Esterci (1987), Breton (2002) e Barroso (1992), relatam em seus estudos o preconceito e o estigma que os peões de trecho sofrem nas cidades, onde os mesmos estão de passagem, esperando pelo gato, para serem contratados para uma outra empreita. Figueira (2004) demonstra a desconfiança e o preconceito que se tem contra os peões de trecho:



(...) os habitantes mais antigos do sul do Pará tratavam os “peões” recentes ali com reticência e suspeição (...). Por serem novos ali, os trabalhadores que chegavam deixavam de ser iguais, eram diferentes e recebiam os qualificativos de “beberrões”, “perigosos”, “brigões”, “sujos”, “preguiçosos” e “desonestos”. O preconceito se reforçava porque alguns dos trabalhadores, não tendo para onde ir, procuravam a zona de prostituição, onde bebiam, encontravam companhia e, ocasionalmente, brigavam.

Aqui podemos fazer uma comparação com os estabelecidos de Wiston Parva, que se achavam superiores em relação aos outros moradores, pelo fato de habitarem o local a mais tempo, terem laços de amizade mais forte, que garantia uma coesão do grupo, pois quando os autores da pesquisa, Elias e Scotson (2000) debruçaram a sua análise sobre os rendimentos financeiros dos estabelecidos, perceberam que não existia uma grande diferença, ganhavam igual, ou ligeiramente superior aos outsiders; e levando agora a nossa observação sobre o que foi citado acima pelo autor, temos quase a mesma percepção, pois muitos dos moradores antigos que discriminam, os peões de trecho, não tem um rendimento estável, muitos também se aventuram em épocas que não estão trabalhando em suas pequenas nas empreitadas, aliciados pelos gatos, com isso percebemos que aqui temos um preconceito enraizado, qualificando estes trabalhadores de fora com adjetivos desmerecedores, pelo simples fato de ali, os mesmos serem estrangeiros dentro de sua própria pátria. Esterci (1987:167-176) que empreendeu pesquisas sobre o trabalho escravo contemporâneo na região do Araguaia no Mato Grosso, também cita o desprezo que os moradores mais antigos da região tinham contra os peões de trecho, que os mesmos carregavam a mesma sina de desagregação e desprestígio que as prostitutas, e eram considerados uma ameaça para as famílias.

O preconceito e a falta de humanidade para com estes trabalhadores são tão grande, que Figueira (2009) relata o seguinte caso:

(...) a polícia, no município de Redenção, ao ser comunicada que um trabalhador havia sido assassinado na fuga do trabalho escravo, recolheu e sepultou o morto. Apesar de ter encontrado os documentos da vítima junto ao corpo, no registro de óbito consta a palavra “Cachorro”. Assim a humanidade do trabalhador não só era na prática desdenhada, pelas violências físicas sofridas, mas simbolicamente representada atrás da ocultação da identidade e da transmutação de gente para cachorro.

Que violência maior pode sofrer um ser humano, que tem a sua condição de ser humano negada? Pois este trabalhador sofreu, e teve como agente um representante legítimo do Estado, encarregado de garantir a ordem e proteger a humanidade deste trabalhador, mas como não havia ninguém para interceder por este trabalhador, que em vida foi vítima do trabalho escravo contemporâneo, depois de morto, pouco importava a sua



condição social. Mas em algum lugar, uma mãe ou um pai, esperavam ansiosos a volta deste filho coisa, que infelizmente nunca vai acontecer.

Essa é a rotina cruel dos peões de trecho, que a qualquer momento podem perder a sua vida, pois são sempre vistos como pessoas perigosas, que a qualquer momento podem cometer o mal, uma visão destorcida destes trabalhadores que saíram de suas casas e abandonaram as suas famílias, com o único objetivo de conseguir uma melhor condição de vida.

#### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Não podemos negar, no Brasil a existência do trabalho escravo contemporâneo, seja no meio urbano, quanto no meio rural, e esta forma de exploração do homem pelo homem, tem seus atores sociais bem definidos, como podemos verificar no decorrer deste trabalho, e sem dúvida, o peão de trecho é o ator mais explorado. O mesmo é vítima da violência física e também da simbólica, pois este trabalhador sofre com as agressões sofridas pelos pistoleiros, que pode resultar em sua morte, como também sofre do preconceito e da discriminação de uma significativa parcela da população brasileira, que ver estes homens como marginais, fugitivos da cadeia e outros predicados dados aos mesmos, que podem ser encontrados ao longo do texto.

Estes trabalhadores rurais, que saíram de suas casas, alguns a bastante tempo, atrás do sonho de encontrar um trabalho, que lhes der uma remuneração para que possam viver com decência, são alvos de empresários rurais inescrupulosos, que se apropriam do único bem que os mesmos têm, que é a sua força de trabalho, sugando toda a vitalidade destes trabalhadores, e por fim quando não conseguem mais executar o trabalho são descartados a sua própria sorte.

#### REFERÊNCIAS

BALES, K. **Gente descartável: a nova escravatura na economia global**. Tradução de António Pescada. Lisboa: Editorial Caminho, 2001.

BARROZO, João Carlos. **Exploração e Escravidão nas Agropecuárias da Amazônia Mato Grossense**. Dissertação. Campinas, São Paulo 1992.

BRASIL. **Código Penal brasileiro, 1940**. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009a.

CASALDÁLIGA, P. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. São Félix do Araguaia: [s. n.], 1971.

ELIAS e SCOTSON, Norbert e John L. **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução, Vera Ribeiro;



tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Sussekind; apresentação e revisão técnica, Federico Neiburg – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

ESTERCI, N. **Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa.** Petrópolis: Vozes.1987.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando Fora da Própria Sombra: A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004.

LE BRETON, Binka. **Vidas Roubadas: A escravidão moderna na Amazônia brasileira.** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MARTINS, José de Souza. A Escravidão nos Dias de Hoje e as Ciladas da Interpretação. In: **Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Edições Loyola, 1999.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil.** Brasília, DF, 2011.



## **GT 13 – Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações, novas formas de dominação?**

### **OS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM BELO HORIZONTE: TRAJETÓRIAS E MERCADO DE TRABALHO**

Adriana García-Martínez<sup>1</sup>  
(Universidade Federal de Minas Gerais)  
E-mail: adigmah@hotmail.com

#### **RESUMO**

O setor de construção civil está passando por mudanças associadas às demandas de modernização do setor, mas também se encontra em um período de recessão, relacionado com a situação econômica e laboral do país. Situações que geram um novo panorama laboral para os trabalhadores desta indústria, ao se priorizar a qualificação da mão de obra para obter uma vaga de emprego formal, que também estão diminuindo; pelo que, os trabalhadores têm que enfrentar maiores dificuldades para se manterem no mercado de trabalho. Diante este contexto se busca abordar como se conjuntam esses processos na vida dos operários analisando as suas trajetórias de trabalho; pois, é um recurso que permite conjuntar elementos micro e macrosociais de uma população específica, imersa no mundo do trabalho da construção civil.

Para realizar essa abordagem, tem se priorizado o enfoque qualitativo e o uso de entrevistas semiestruturadas na coleta dos dados, procurando para a mostra pessoas que possuem diferentes idades, e que se empregam nas atuais construções na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Neste documento se apresentam avanços da pesquisa de doutorado, onde é feita uma reconstrução das trajetórias dos trabalhadores entrevistados, informação que será discutida com aportes da sociologia do trabalho, especificamente da proposta da construção da identidade profissional de Claude Dubar. Assim, as trajetórias de trabalho serão abordadas como um processo em que se permitirá visualizar ao trabalhador em sua condição laboral e social, evidenciando os desafios e alternativas pelas que passam para se manter empregado no atual contexto de emprego do país e, especificamente, na construção civil.

Palavras-chaves: Trabalhadores da construção civil, trajetórias de trabalho, Belo Horizonte

#### **1. INTRODUÇÃO**

Expor a situação laboral dos trabalhadores da construção civil fazendo uso do recurso metodológico de trajetórias permite indagar sobre a relação que tem a origem e condição social com o se inserir a um mercado de trabalho específico; também evidencia as dinâmicas

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia



de emprego que existem nesse setor e os desafios que enfrentam os trabalhadores no novo contexto do setor industrial da construção. A população da que se fala aqui é a conformada pelos trabalhadores que realizam atividades correspondentes da estrutura laboral que vai desde ajudantes gerais até mestres de obras.

Em nossa cotidianidade ao observar as pessoas que trabalham na construção civil é notável que existe uma situação social que lhes antecede ao emprego que possuem. Pelo qual se parte do suposto que existem certos setores da população que pela origem rural, a condição de pobreza, o baixo nível de estudos, o desemprego e a passar pela experiência migratória lhes levam a aceitar realizar uma atividade que demanda um excessivo uso da força física; embora exista um aprendizado da atividade que realizam, predominando o que se obtém na prática e ao interior do canteiro de obras. Ademais, as pessoas que se inserem no mercado de trabalho da construção civil assumem ser contratados temporalmente, enfrentar a exploração da força de trabalho, estar em risco de sofrer um acidente e se adaptar a deslocar-se laboral e espacialmente continuamente.

Autores como Germidis (1974), Ferreira (1976), Sousa (1983), González (s/d), Mauro (1986), Conolly (1988), Padilla (1992), Bueno (1994), Cuevas (2004) e Reis (2008) evidenciam que os trabalhadores da construção civil têm uma estreita relação com uma origem rural, com as atividades agrícolas – que antecedem o trabalho na construção civil – com a migração e por ter uma limitada trajetória escolar. Os mesmos autores destacam que a construção civil tem sido o principal setor no qual se empregam imigrantes de origem rural, destacando a presença de camponeses pobres e indígenas, para o caso de países da América Latina de língua hispânica; assim como, de pessoas das regiões mais pobres do Brasil, como as que migram do Nordeste para as principais cidades do país.

Recentemente, autores como Vargas (2005), Larralde (2011), Costa (2013), Ziri6n (2013), Del 6guila (2014) exp6em a continuidade do perfil migrat6rio dos trabalhadores da construção civil, mas, fazem menç6o a novas modalidades de mobilidade espacial, como a internacional, a circular e a temporal. Tamb6m se reconhecem novos grupos de pessoas que est6o procurando na construção civil uma opç6o de trabalho, como 6 o caso das mulheres (De SOUZA, 2011) e dos jovens (SEXIAS, *et.al.*, 2016) que t6m mais estudos que os antigos trabalhadores. Essa situaç6o evidencia que, mais que mudanç6as no perfil do trabalhador da construção civil, est6o-se inserindo a este mercado de trabalho pessoas que se encontram em uma situaç6o socialmente desfavor6vel e com limitadas oportunidades de emprego.

Embora a construção civil continue sendo uma opç6o de emprego para certos grupos sociais, que a consideram uma oportunidade laboral melhor que em outros espaç6os – como na agricultura, nas f6bricas (CUEVAS, 2004) e no trabalho dom6stico (De SOUZA, 2011) –



têm que enfrentar as condições de exploração e precariedade laboral, próprias desta indústria. Das distintas situações que derivam da precariedade laboral a temporalidade da contratação é a que interessa evidenciar e discutir ao indagar nas trajetórias de quem se emprega na construção civil; reconhecendo que esta indústria se caracteriza por ter um processo de produção temporal e continuamente se deslocando, pois, o produto, ou seja, a construção é o que fica fixo. Diante desta dinâmica que os trabalhadores são contratados por períodos específicos, que ao termino têm que estar constantemente procurando se inserir no mercado de trabalho, o que implica: aceitando mudar o posto de trabalho, a forma de contratação, ter estadias de trabalho em outras cidades e até fazer cursos para poder corresponder às novas demandas de profissionalização que estão surgindo na construção civil.

Ao indagar sobre o setor, para autores como a Germidis (1974), Ferreira (1976), Mauro (1986), Conolly (1988) e Bueno (1994) a construção civil teve um papel, se destacado no desenvolvimento econômico e urbano, ao menos, nos países de América Latina e, especialmente, durante o período que corresponde ao Estado de Bem-estar Social. Portanto, está indústria contribuiu com a geração de empregos, aproveitando os importantes fluxos migratórios do campo às cidades mais importantes de cada país, que disponibilizavam força de trabalho. Mas, atualmente, a construção civil tem um papel menos ativo e importante nas economias nacionais, a relação que existe entre governo e construção civil também vem mudando, além de ter maior participação do investimento privado que do público nas empresas e nas construções, afeitando as vagas de emprego disponíveis.

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) reporta que desde 2007 o setor vem apresentando uma desaceleração no seu crescimento, sendo que em 2011 “houve uma desaceleração expressiva do crescimento setorial” (2014, p. 4); houve incremento em 2013, mas, em seguida, nova queda. Para a CBIC, essa situação se deve tanto ao contexto econômico do país quanto à falta de qualificação dos trabalhadores. O anterior gera como consequência a redução de vagas de trabalho, por exemplo, no ano de 2014 os postos de trabalho ocupados eram de 2.690.796 e no ano de 2015 se reduz para 2.285.344 trabalhadores com carteira assinada.

Para confrontar a recessão e melhorar o desenvolvimento da indústria se prioriza a contratação de mão de obra qualificada e com maior instrução formal, porque o trabalhador com esse perfil:

... está mais bem preparado para desempenhar sua função no canteiro de obras, absorver as normas técnicas do setor, participar de programas de treinamento e se adequar às novas tecnologias e processos produtivos. Portanto, o avanço da educação formal dos profissionais da construção tenderia propiciar elevação da produtividade do trabalho, e mais que isso, da produtividade total do setor (CBIC, 2014, p. 20).



Assim mesmo, o novo perfil do trabalhador a construção civil também se adapta às mudanças que estão surgindo na indústria relacionadas ao projeto de modernização, que vem se implementando com a inserção do modelo taylorista e especialmente com a incorporação das normas ISO 9001 (Organização Internacional para a Padronização, em português) nos processos de construção (analisados por BUENO, 1994; COSTA, 2013). Portanto, na perspectiva da CBIC ter mais profissionais contratados e melhorar a produtividade do trabalhador será a medida de desenvolvimento da construção civil.

Em conjunto, pode-se constatar um novo panorama na construção civil, com diminuição das vagas de emprego e com aumento de requisitos, antes não existentes, para as pessoas serem contratadas. Assim, este panorama se mostra desafiante para as pessoas que diante a certas condições sociais procuram na construção civil uma opção de trabalho. Ademais para os trabalhadores que se formam na prática e que se apoiam nas relações sociais – entre colegas e parentes – para se inserir e se manter no mercado de trabalho, tal como tradicionalmente funcionava, conforme indica Bueno (1994), também se limitam suas opções de ser contratado pelas empresas que se regulam pelas Normas ISO 9001.

Contudo, diante desse atual contexto na construção civil – com menos vagas de emprego, com novas demandas para a contratação dos operários e com processos mais modernos – não há garantia de melhorias nas condições nem estabilidade no mercado de trabalho, pois a flexibilidade laboral que invade o mundo do trabalho “formaliza” as distintas formas de contratação e de emprego na construção civil (analisadas por Costa, 2013). Assim, velhas e novas formas de contratação se misturam com outras práticas legais/ilegais, formais/informais, tradicionais/modernas (ambiguidades observadas por Bueno, 1994; Costa, 2013 e Ziri6n, 2013) que influenciam na perman6ncia laboral desta popula76o de trabalhadores, como se evidenciar6 na abordagem das trajet6rias dos trabalhadores entrevistados.

## 2. AS TRAJET6RIAS DOS TRABALHADORES DA CONSTRU76O CIVIL EM BELO HORIZONTE

A regi6o sudeste do Brasil tem um destaque na participa76o da ind6stria da constru76o no pa6s (ver tabela 1), especialmente pelas atividades desenvolvidas nas cidades de S6o Paulo e Rio de Janeiro, al6m da participa76o das cidades de Belo Horizonte e Vit6ria. Nessa mesma regi6o Belo Horizonte 6 a terceira cidade com maior atividade na ind6stria da



construção, onde atualmente existem 113, 934 trabalhadores com carteira de trabalho assinada (seguem a RAIS 2015-MET<sup>2</sup>).

Tabela 1. Pessoal ocupado por regiões

	<b>Pessoal ocupado no 2014</b>	<b>Pessoal ocupado no 2015</b>
<b>Brasil</b>	2 690 796	2 285 344
<b>Norte</b>	207 426	160 565
<b>Nordeste</b>	616 639	499 966
<b>Sudeste</b>	1 281 728	1 082 412
<b>Sul</b>	373 606	340 001
<b>Centro-oeste</b>	211 397	175 400

Fonte: Banco de Dados da CBIC, 2017.

Na história de Belo Horizonte o movimento operário de 1979 foi um acontecimento que participaram ativamente os trabalhadores da construção civil, como resultado dessa greve foi criado o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Marreta. Este sindicato colaborou para a formação da Escola Popular Oricílio Martins Gonçalves (EPOMG), nome do operário da construção morto na greve de 1979, homenageado desta forma. Alguns trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte, independentemente de ser sindicalizados ou não, assistem aulas nessa escola; sejam de alfabetização, cursos post alfabetização e de leitura de projetos arquitetônicos. É com esta população de trabalhadores que se iniciaram as entrevistas para a pesquisa de doutorado.

Na tarefa de abordar as trajetórias dos trabalhadores da construção civil considera-se que esse objeto de estudo é um processo que têm um ponto de partida, mas que se configuram em distintos momentos e direções pela influência de aspectos micro e macrosociais. Portanto consideram-se três categorias para indagar esse processo, que são: a) o setor da construção civil (analisando suas características e seu papel no desenvolvimento nacional, as mudanças no seu processo produtivo, as particularidades desse mercado de trabalho e sua relação com a profissionalização e com a mobilidade laboral que os trabalhadores afrontam); b) o perfil e a(s) experiência(s) do/a trabalhador/a da construção civil (indagando quem são as pessoas que trabalham na construção civil, reconhecendo seu lugar de origem, sua condição social, sua inserção na construção civil, o cargo atual e os cargos anteriores e a aprendizagem da profissão; c) as trajetórias, que ajudaram a entender o que é ser trabalhador da construção civil, a influência da vida laboral com a vida pessoal-familiar,

<sup>2</sup> [http://www.cbicdados.com.br/media/anexos/2.1\\_Sala\\_de\\_Imprensa\\_5.pdf](http://www.cbicdados.com.br/media/anexos/2.1_Sala_de_Imprensa_5.pdf) [12/08/2017]



suas estratégias e suas possibilidades para se manterem no mercado de trabalho e suas expectativas de vida – levando em conta a questão geracional da população entrevistada.

Na tentativa de indagar nas trajetórias dos trabalhadores de interesse e desde a perspectiva anterior se apresenta um avanço desta tarefa, fazendo uso de quatro entrevistas realizadas. Os quatro entrevistados têm em comum: serem originários do interior do estado de Minas Gerais, terem uma experiência migratória campo-cidade, terem pouco estudo antes de entrara na construção civil, mas realizando cursos na área da construção ao longo de suas vidas; todos eles são casados e três deles moram na região metropolitana de Belo Horizonte. Para conhecer melhor suas trajetórias se apresenta a tabela 2, onde é apresentada suas inserções e continuidades laborais na construção civil.

Tabela 2. Trajetórias de quatro trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte

	<b>Trabalhador 1</b>	<b>Trabalhador 2</b>	<b>Trabalhador 3</b>	<b>Trabalhador 4</b>
<b>Idade</b>	49 anos	59 anos	52 anos	44 anos
<b>Ingresso na construção civil</b>	Aos 17 anos de idade, ao chegar em Belo Horizonte, começando a trabalhar com ajudante de pedreiro.	Tinha 17 anos de idade quando começo sua profissionalização na alvenaria em Belo Horizonte.	Começou a trabalhar como ajudante de pedreiro desde criança com o pai.	Tinha 17 anos quando emigrou e chegou a trabalhar na construção civil em Belo Horizonte, por meio de um convite.
<b>Experiência de trabalho na construção civil</b>	Começou a trabalhar na construção civil como servente de pedreiro, os primeiros três meses não tinha carteira assinada. Na construção da universidade Milton Campos obtém a carteira de trabalho. Posteriormente, foi contratado como ajudante de carpintaria. Volta a trabalhar como servente. Em 1997 fez um curso de encarregado de obra e conseguiu trabalho com carteira assinada, para ele “aí a coisa começou a fluir”. Posteriormente foi contratado como encarregado de obra. Viveu uma temporada como trabalhador autônomo. No ano de 2007, por uma indicação, começou a trabalhar como encarregado.	Em 1975 começa a trabalhar como ajudante de pedreiro. Em 1977 é promovido como pedreiro ou oficial de alvenaria. Em 1979 foi promovido como encarregado de obra. Em 1987 viajou para o interior de Goiás onde realiza atividade de pedreiro no inteiro de uma fazenda. Em 1990 retorna para BH e se reincorpora na construção civil, trabalhando de pedreiro e posteriormente como encarregado de obra. Os contratos que obteve no geral duraram em média 4 anos e sempre trabalhou com carteira assinada. Nesse tempo teve uma experiência de trabalho que o levou a se aproximar ao sindicato, que foi o trabalhar em uma empresa que, ao	Aos quinze anos obteve a carteira assinada, mas trabalhando como <i>office boy</i> . De 1982 a 1985 foi trabalhar em São Paulo em atividades de escritório. Em 1985 voltou para BH e começou a trabalhar como pedreiro, ficando desempregado após um ano e meio. Voltou a trabalhar em um escritório, onde teve trabalho por 20 anos, depois ficou desempregado novamente. De 2013 a 2016 trabalhou na área de saneamento, passando por duas empresas e sendo empregado com ajudante de almoxarife. No mesmo ano de 2016 ingressou na construção civil,	Na década de 1990 começa na construção civil como servente de pedreiro. Depois de oito meses começa a operar uma máquina. Em 2005 foi trabalhar na Bahia como pedreiro. Voltou para Belo Horizonte e em pouco tempo mudou de empresa. A nova empresa se dedicava a construir bancos da Caixa Federal, pelo que trabalhava no inteiro de Minas Gerias como pedreiro. Em 2014 foi contratado por outra empresa, e o enviam a trabalhar em São Paulo, na região do Triângulo Mineiro, Rio de Janeiro, no interior de Minas, Porto



	<p>Posteriormente a empresa fechou e ficou desempregado. Trabalhou com um gato (intermediário laboral). Em dezembro de 2016 foi chamado por uma empresa para trabalhar como encarregado, mas um engenheiro o indicou para ser mestre de obra, aproveitando que tinha feito um curso para esse cargo e outro curso de leitura de projetos arquitetônicos.</p>	<p>morrer o dono, o demitiram e não pagaram o correspondente porque a empresa declarou falência. Até hoje se mantém com trabalhador aderido ao Sindicato Marreta.</p>	<p>pela recomendação de um vizinho, trabalhando como servente (ajudante geral), até hoje dia e no mesmo canteiro de obra, localizado em Belo Horizonte.</p>	<p>Alegre e de novo interior de Minas". Nas distintas cidades nas quais trabalhou a empresa alugava casas para os trabalhadores, quartos de hotel e pousadas. Saiu da empresa e foi contratado por outra que o mandou trabalhar no Rio de Janeiro. Ao voltar para BH foi despedido e começou a trabalhar de forma autônoma. Ele tem experiência sindical, fez trabalho voluntário no Sindicato Marreta, posteriormente chegou a ser diretor do mesmo sindicato.</p>
--	--	---	---	---

A informação anterior permite observar que nestes quatro trabalhadores a inserção na construção civil foi quando jovens, tendo que aprender a atividade na prática, alternando cargos na estrutura laboral da construção civil, além de se permitirem sustentar os conhecimentos obtidos na sua experiência laboral no momento de ter uma melhor oportunidade de trabalho. Embora, as recomendações de superiores tivesse forte influência, tanto para se manter empregados, como para ascender na estrutura laboral da construção civil, como se apresenta no trabalhador 1 e 2. Para o trabalhador 3 o trabalho na construção civil ajudando ao seu pai foi uma forma de melhorar a condição de vida familiar, posteriormente ele fez sua carreira laboral em um âmbito diferente, mas conforme vai sendo demitido e experimentado o desemprego volta para a construção civil. A trajetória deste trabalhador mostra que esta indústria é uma alternativa em situações na que não se tem uma outra opção laboral, e na que se podem aproveitar as irregularidades na contratação pela idade, por exemplo; também expõe como a utilidade das recomendações de conhecidos servem para ingressar e ter um trabalho, que vai ser mais uma forma de sobrevivência que um meio para melhorar de vida. No caso do trabalhador 4, o desemprego vai estar presente na sua trajetória e por muito tempo tendo opção de ser contratado por diferentes empresas, embora tenha que estar mudando de cidade constantemente. Chegar na condição de trabalhador autônomo e ser requerido pela última empresa que o demitiu mostra como na



construção civil as formas de contratação provocam rupturas na “estabilidade” dos trabalhadores e aumentando os graus de exploração e incerteza no emprego.

Ao indagara sobre a situação atual de cada trabalhador, as falas dos entrevistados evidenciam as formas que estão experimentando ser trabalhador da construção civil hoje em dia, nas que se conjuntam as experiências passadas, a consolidação ou não de uma “estabilidade laboral”, associada também à idade que têm, como se expõe na tabela 3.

Tabela 3. Condição atual da trajetória de trabalho

	<b>Trabalhador 1</b>	<b>Trabalhador 2</b>	<b>Trabalhador 3</b>	<b>Trabalhador 4</b>
<b>Estadia atual de trabalho e expectativas na trajetória</b>	Desde dezembro do 2016 está trabalhando como mestre de obras, com carteira assinada. “Tenho vontade de formar uma empresa para elaborar projetos e executar obras de outros. É um sonho ainda, não sei se vai se concretizar”.	Atualmente está trabalhando em atividades de manutenção em um prédio de 132 apartamentos, sendo encarregado de obra. Entre as expectativas que tem está a de ter boa saúde para continuar trabalhando. Depois de aposentar gostaria de “lançar um disco de sertanejo em 2019, continuar aprendendo e fazer mais cursos, investir em uma microempresa de caminhões para alugar com as empresas construtoras”, ou ainda ser comerciante.	Neste momento trabalha como ajudante geral ou servente. Por ter esse posto, começou a trabalhar uma hora antes que os trabalhadores que fazem outra atividade. Nesta etapa laboral para o entrevistado a construção civil lhe permite ter um salário. Nesse meio laboral ele gostaria de ter uma melhor oportunidade, mas como almoxarife ou administrativo.	Nesse momento estava fazendo manutenção em um banco da Caixa Econômica, sendo contratado como pedreiro autônomo pela mesma empresa que o demitiu. Para este trabalhador a situação laboral pela que tem passado o leva a pensar que “você trabalha a vida inteira e fica do mesmo jeito, necessidade é o que força a gente a trabalhar no setor”. Além de considerar que “o canteiro de obras é uma prisão, um lugar péssimo”.
<b>Resumo da trajetória</b>	“Eu penso que sempre vou ser transferido para outra obra. Hoje minha vida está toda em obra”. “Na construção civil aprende muito, aprende com os outros, é bem legal, eu vejo as pessoas discriminar, mas é bem legal”. “Consegui ter o que eu planejei” (casa, carro, pagar os estudos dos filhos). “A construção me permitiu ter progresso”.	“Tenho 42 anos na construção civil e me considero um bom profissional”. Ele chegou a fazer duas casas próprias, “consegui porque levei a sério o trabalho”.	“A gente não pode esperar”. “Estamos esperando sempre melhorar”. “Eu tenho emprego”. “O que aparece a gente pega”. “O importante é trabalhar”.	“Depois que trabalhei de pedreiro, deram a oportunidade e aí eu continuo até hoje”. “Agora trabalho por conta própria, ganhou um pouquinho mais”. “Eu trabalho empreitado, serviço empreitado, aí, o salário é outro, na verdade não é salário, você fecha o pacote, aí faz por tanto, aí, um valor simbólico”. “Eu ficaria assim se tivesse serviço direto, para mim seria ótimo, mas pela situação, se não tiver, melhor com carteira assinada”.



--	--	--	--	--

Com as informações anteriores se observa as diferenças que existem em uma mesma população de trabalhadores, tendo os que conseguiram consolidar uma trajetória laboral na construção civil, e os que estando dentro desta indústria em uma situação com maior desvantagem. Situação derivada, seja, pela idade e por ter poucas possibilidades de ascender na estrutura laboral ou de ter outro emprego, assim como, por ter a necessidade de aceitar formas de contratação que não garantam uma continuidade no emprego. No entanto, para falar de uma estabilidade laboral nesta indústria tem que se reconhecer que a contratação temporal sempre vai estar presente, gerando rotatividade e/ou mobilidade laboral, pois, como se evidencia nas entrevistas, eles têm passado por uma intensa periodicidade de contratações que os levou a serem empregados por diferentes empresas, a mudar de cargo de trabalho, e a se deslocar pela cidade de Belo Horizonte e pelo país, como se apresenta no trabalhador 4. Por tanto, essa mobilidade laboral é um dos temas de interesse a discutir nas trajetórias destes trabalhadores, apresentando em seguida um avanço.

### 3. A TEMPORALIDADE DA CONTRATAÇÃO E A PROFISSIONALIZAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DA TRAJETÓRIA DE TRABALHO

Na construção civil a temporalidade da contratação é uma situação com que os trabalhadores se confrontam; pois esses tipos de contratos, embora, estejam associados à flexibilidade laboral que impera na atualidade, na construção civil se particularizam pelas características do processo produtivo desta indústria. O setor da construção tem um processo produtivo temporal e móvel, no qual o produto é fixo enquanto a força de trabalho se desloca. Além disso, o processo de construção depende de vários fatores. A bibliografia que resgata características da construção civil indica que se trata de uma indústria particular por ser impulsada ou afetada por: (i) questões climáticas, políticas, entre outras (GERMIDIS, 1974); (ii) por se sustentar no sistema de ofícios e não conseguir incluir em seus processos os modelos de produção implementados em outras indústrias (BUENO, 1994); (iii) pela destacada rotatividade (REIS, 2008; ZIRIÓN, 2013) da força de trabalho, entre outras características.

Embora a construção civil esteja passando por um processo de modernização continua se caracterizando pelo uso intensivo da força de trabalho, que se relaciona com a rotatividade e mobilidade laboral dos trabalhadores. Situações que se agudizam para os trabalhadores sem ou com pouco estudo e não qualificados para determinadas atividades. Mas em geral, os trabalhadores da construção civil experimentam um tipo de *nomadismo industrial*, ao se



deslocar a depender do projeto de trabalho que for disponibilizado (RIBEIRO, 1992). Assim, “muitos dos trabalhadores vivem um processo de transumância permanente, se movem do campo à cidade e depois, no vasto território da grade urbe, continuam seu peregrinar de canteiro em canteiro” (BUENO, 1994, p.79). Para Ziri6n (2013) a temporalidade pela qual os trabalhadores s6o requeridos gera a "mobilidade da m6o de obra" e, como consequ6ncia, h6 "pouca visualiza76o do sujeito" (p. 237). Partindo do fato que o trabalhador da constru76o civil n6o 6 indispens6vel do in6cio ao fim de uma constru76o, recorrentemente ter6o que procurar um novo espa7o de trabalho e, 6s vezes, com diferentes formas de contrata76o. Assim, os trabalhadores da constru76o civil "devem estar abertos 6 mudan7a, assumir riscos e perigos f6sicos dentro do trabalho e tomar decis6es na negocia76o do contrato para ficarem em uma constru76o ou para procurarem trabalho em outro lugar", portanto, "um trabalhador da constru76o deve ser flex6vel, adapt6vel e conform6vel" (Ibid., p. 255-256).

Esses aspectos s6o parte da realidade dos trabalhadores entrevistados, assim como de outros, pois, Da Silva e Nunes (2013) e Seixas (2016) destacam que no Brasil a rotatividade que existe no mercado de trabalho da constru76o civil 6 uma condi76o que se soma 6 condi76o social do trabalhador, pois 6 um sujeito do trabalho prec6rio – existindo entre os trabalhadores da constru76o civil alguns ainda mais vulner6veis que outros para enfrentar a mobilidade laboral e o desemprego. Haidar (2010) observa que esses trabalhadores tamb6m passam pelo desafio de se qualificar como trabalhadores competentes para se manterem no mercado de trabalho. E de acordo com Ferreira (2012) t6m que substituir o aprendizado pr6tico pela escolariza76o, como cursos de forma76o na 6rea, por exemplo; assim, a forma76o pr6tica do trabalhador obtida no canteiro de obras deixa de ser suficiente, influenciando na sua trajet6ria e na mobilidade profissional.

Diante a este panorama temos que, para os trabalhadores da constru76o civil n6o 6 suficiente ter disponibilidade para aceitar ser for7a de trabalho de uma atividade prec6ria, mas tamb6m de aceitar as formas de uso de sua for7a, das distintas modalidades para ser contratado e de ter que incrementar o conhecimento adquirido na pr6tica no interior do canteiro de obras, para passar a realizar cursos de qualifica76o em uma 6rea de trabalho especifica. Assim, o trabalhador 6 pressionado para se adequar 6s novas modalidades de aprendizado, de contrata76o e de profissionaliza76o, como se percebe nas trajet6rias expostas anteriormente.

Ao detectar que os trabalhadores entrevistados realizaram algum curso correspondente 6 6rea de trabalho e de atividades superiores se aprecia que eles tentam se encaixar 6s novas demanda desta ind6stria. Situa76o que evidencia que a profissionaliza76o dos trabalhadores, al6m de tronar-se necess6ria, ter6o novas formas para constituir a



identidade profissional, sendo um processo pessoal em diálogo com as estruturas de trabalho, retomando os aportes de Dubar (2005, 2012). Em continuidade com este autor, as mudanças no mundo do trabalho vão ter reflexos na identidade profissional, pois está tem que corresponder aos novos parâmetros do mercado de trabalho; assim, o trabalhador ao ser identificado por terceiros (mandos superiores e colegas) pode se ‘manter contratado e realizando que coincide com a identidade profissional que representa.

A identidade profissional, para Dubar (2005), tornou-se um bem, mas que passa por mudanças diante as modificações que surgem no âmbito do trabalho e do emprego. Portanto, na trajetória profissional há um processo de construção, desconstrução e reconstrução, no qual a pessoa deve aprender a tornar-se ator para constituir a identidade que o vincula a formas de identificação pessoal, socialmente reconhecidas e que dão sentido, direção e significado à trajetória. Assim, no estudo das trajetórias profissionais Dubar considera importante reconhecer a centralidade do trabalho na vida da pessoa, tendo implicações em distintos âmbitos da mesma, porque o trabalho não se reduz a “uma simples troca econômica (tempo contra salário) nem a uma simples dimensão “estatutária”, exterior à subjetividade” (Id.; p. XXII).

Pensando na população de interesse, temos que as identidades profissionais estão associadas aos saberes, competências e imagens que os indivíduos expressam em sistemas de ação. Articulações que “estruturam o espaço das posições sociais (alto/baixo, mas também dentro/fora do emprego) e a temporalidade das trajetórias sociais (estabilidade/mobilidade, mas também de continuidade/ruptura) ” (Id.; p. 156). Portanto, no processo contínuo da conformação das trajetórias também estão envolvidas as categorias micro e macrosociais, assim como o tempo diacrônico.

Ao resgatar as mudanças que se vem suscitando na construção civil os trabalhadores entrevistados destacaram que: atualmente para ser contratados lhes pedem saber ler e escrever, como mínimo, pois está começando a ser uma demanda ter ensino médio e de ter cursos; no interior do canteiro de obras há banheiro, refeitório, as empresas proporcionam uniforme de trabalho; a construção civil é mais segura na atualidade, além de ser supervisionado que menores de idade não trabalhem nesses espaços. Também, mudou o tamanho dos prédios a construir, o material que se utiliza, há inserção de máquinas e novas ferramentas que ajudam a realizar as atividades de forma mais rápida e eficiente. Para estes trabalhadores as mudanças indicadas começaram a surgir a partir na segunda metade da década de 1990, sendo, muitas delas, um logro conquistado pelas ações de protesto dos mesmos trabalhadores da construção e pelo Sindicato Marreta. Além de destacar que a situação laboral nesta indústria é complicada pelo contexto no que se encontra o país, porque “a crise,



a política de porcarias e a reforma trabalhista” estão gerando “desemprego e risco de trabalhar sem carteira assinada”.

Mediante os argumentos dos trabalhadores entrevistados se aprecia como eles relacionam as novas características da indústria com a situação atual do país, fazendo uma comparação do que vivenciaram anteriormente. Reflexões que mostram como no longo das suas trajetórias se cruzam uma série de situações que interferem na sua inserção e manutenção no mercado de trabalho da construção civil, assim como, a possível continuidade de serem empregados, mas com diferentes oportunidades, formas de contratação e cargos a desenvolver. Portanto, ao tentar cumprir com os novos requerimentos da indústria não lhes salva de enfrentar a mobilidade laboral, nem de ter uma “estabilidade” de trabalho a longo prazo.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto é um avanço de pesquisa, apresenta reflexões e informações que apresentam um panorama parcial da situação social e laboral dos trabalhadores da construção civil em Belo Horizonte. No entanto, se permite observar com se relacionam diferentes processos nas trajetórias de trabalho da população de interesse, evidenciando que existe uma condição social que antecede ao ingresso na construção civil e uma vez estando dentro dessa indústria tem que se adaptar às particularidades do aprendizado da atividade e desse mundo do trabalho. As trajetórias expostas mostraram que entre estes trabalhadores se geram diferenças, tanto pela possibilidade de ascender na estrutura laboral quanto para se manter trabalhando com carteira assinada, o que formaliza uma estabilidade no mercado de trabalho, ainda sendo temporalmente. Assim, as quatro trajetórias expressam as desigualdades que existem no mesmo contingente de trabalhadores e, se tomamos como referência a idade dos entrevistados, para os trabalhadores mais novos o panorama laboral na construção civil está impondo novas demandas às que nem todos poderão corresponder, situação que os colocará em condições mais difíceis para serem contratados ou tendo só a possibilidade de ter contratos informais, ou virando trabalhadores subcontratados ou terceirizados.

#### 5. REFERÊNCIAS

BUENO, Carmén. *Flor de Andamio. Los oficios de la construcción de vivienda em la Ciudad de México*. México, 1994.



- CONOLLY, Priscila. "Productividad y relaciones laborales em la industria de la construcción". Revista *Vivienda*, Vol. 13, Núm. 1, México, enero/junio de 1988, pp. 82-99.1988.
- COSTA, Luciano R. *Trabalhadores em construção: mercado de trabalho, redes sociais e qualificações na construção civil*. Curitiba, PR: CRV, 2013.
- CUEVAS, Mario F. *Estudio exploratório sobre la motivación del albañil*. México: Tesis para obtener el grado de maestro en ingeniería con especialidad en administración de la construcción. Universidad Iberoamericana, 2004. , 2004.
- DE SOUZA, G. Sâmia. *Vida, trabalho e saúde de mulheres da construção civil da Grande Vitória-ES*. Tese para obter o grau de Mestre em Políticas Públicas e de Desenvolvimento Local. EMESCAM, Vitória, 2011.
- DEL ÁGUILA, Álvaro. *A través de la yerba mate: etnicidad y racionalidad económica entre los trabajadores rurales paraguayos en la industria de la construcción de Buenos Aires*. Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología (Enero-Abril) 2014.
- DUBAR, Claude. *A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais*. Martin Fontes, 2005.
- \_\_\_\_\_ *A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional*. Cadernos de pesquisa. V.42, n. 146, maio/agosto 2012.
- FERREIRA, Carlos Ernesto. *Construção Civil e Criação de Empregos*. Rio de Janeiro, Brasil: FVG-Fundação Getulio Vargas, 1976.
- GERMIDIS A. Dimitri. *El trabajo y las relaciones laborales en la industria mexicana de la construcción*. El Colegio de México. 1974.
- GONZALES Bravo, Arendo. *Los albañiles en Cuenca* . Cuenca, Ecuador: Instituto de investigaciones sociales de la Universidad de Cuenca. Serie Soporte, No.3, sd.
- LARRADE, C. Adriana. *La configuración socio-espacial del trabajo rural y las relaciones campo-ciudad. Dos localidades del centro de México*. Miguel Ángel Porrúa, Universidad Autónoma Metropolitana-Cuajimalpa, 2011.
- MAURO, Amalia. *Albañiles campesinos. Migración temporal de los obreros de la construcción*. Quito, Ciudad. Ecuador. 1986.
- PADILLA, Dieste Cristina. *Los trabajadores eventuales de la insdustria de la construcción en Jalisco: 3 casos*. Guadalajara, México: Cuadernos de Difusión Científica, 28., 1992.
- REIS JÚNIOR, R. *Cidade, trabalho e memória: os trabalhadores da construção de Brasília (1956-1960)*. Tese para obter o título de Mestre em Ciências Sociais. PUC Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- RIBEIRO, GUSTAVO LINS. "Bichos–de–Obra. Fragmentação e Reconstrução de Identidades". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* no. 18: 30–40. 1992.



SEXIAS, Renato de M; Valente, Pedro S.; RIOS, Matheus M.; SANTANA, Wylliam B.; MAUÉSM Luís M. *Perfil do trabalhador da construção civil na cidade de Belém*. XVI Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído: Desafios e Perspectivas da Internacionalização da Construção. São Paulo, 21 a 23 de setembro de 2016.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. *Construtores de Brasília : estudo de operários e sua participação política*. Petropolis: Vozes, 1983.

VARGAS, Patricia. *Bolivianos, paraguayos y argentinos en la obra. Identidades étnico-nacionales entre los trabajadores de la construcción*. Editorial Antropofagia. 2005.

ZIRIÓN, P. Antonio. *La construcción del habitar. Transformación del espacio y cultura albañil en la ciudad de México a principios del siglo XXI*. Biblioteca de Alteridades, Universidad Autónoma Metropolitana- Iztapalapa, 2013.

CBIC Projetos (2014) <http://www.cbicdados.com.br/media/anexos/070.pdf>  
15/05/2017.



## **GT 13 – Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações, novas formas de dominação?**

### **INFORMALIDADE EM TEMPOS DE CONECTIVIDADE: FACEBOOK E WHATSAPP TRANSMUTANDO O ANTIGO**

Guaciara Barbosa de Freitas (Universidade Federal do Pará)<sup>1</sup>  
guacifreitas@yahoo.com.br

Luís Flávio Maia Lima (Universidade Federal do Pará)<sup>2</sup>  
lufla2@yahoo.com.br

#### **RESUMO**

O artigo toma a informalidade como fenômeno representativo no campo social e econômico, investigando como ela tem se apropriado das ferramentas e possibilidades das tecnologias da comunicação digital em rede, enquanto mecanismo de oferta de mercadorias e serviços. Objetivamos focalizar aspectos distintivos da informalidade, para além do conhecido vendedor ambulante, identificando e analisando tipos de práticas de trabalho informal que se (re)organizam e/ou são potencializados por suas articulações com redes sociais e aplicativos conectados à internet. Para analisar esse movimento, mapeamos algumas dessas práticas, inicialmente por meio de observações de caráter netnográfico, as quais levaram à identificação de sujeitos-trabalhadores informais, que divulgam produtos, serviços e realizam transações comerciais, através da rede social Facebook. Em seguida, realizamos uma sondagem com envio de formulários online aos sujeitos selecionados. A partir da concepção de Milton Santos (2004), sobre os dois circuitos da economia, compreendemos a informalidade como um circuito com regras próprias, que está fora do canal formal de negócios, porém, estruturalmente interligada à lógica produtiva formal. Ao incorporarmos a questão comunicacional à informalidade, notamos sinais de mudanças no âmbito do trabalho e do mercado informal. Em tempos de desemprego, percebemos práticas transmutando-se em decorrência dessa conectividade, que alia um saber fazer próprio do ofício em questão, com o aprendizado de um saber fazer comunicacional, a fim de utilizar recursos da comunicação midiática – antes em nível de acesso restrito a sistemas formais –, como aliados dos negócios informais, sobretudo com a ampliação do uso de dispositivos móveis.

Palavras-chave: Trabalho Informal, Conectividade, Facebook, Whatsapp, Transmutação

#### **1. INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências da Comunicação, professora do Programa de Pós-Graduação Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior (UFPA), bolsista Pós-Doc (PNPD/Capes) vinculada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (UFPA).

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará, Mestre e Bacharel em Economia, economista/analista no governo do Estado, professor em nível de ensino superior.



*“Se a vida humana necessita do trabalho humano e de seu potencial emancipador, ela deve recusar o trabalho que aliena e infelicitiza o ser social.” Ricardo Antunes.*

Nos anos 1970 foi intenso o movimento do capital no sentido de reestruturar-se em escala global, para recuperar seu padrão de acumulação e repor a hegemonia que vinha perdendo no espaço produtivo, em função das greves e lutas sociais desencadeadas nos anos 1960, principalmente na Europa Ocidental. A crise do capitalismo na virada para os anos 70 do século XX, ensejou a adoção de novos padrões no regime de acumulação do modelo fordista ao flexível, marcado por características como a fragmentação e a terceirização. Foi nesse contexto de reestruturação que o capital em escala global, passou a redesenhar “novas e velhas modalidades de trabalho – o trabalho precário” (ANTUNES, 2009, p.233). No âmbito acadêmico, ganhou espaço a tese do fim da centralidade estrutural do trabalho.

Já nos anos de 1990, o reconhecimento de um contemporâneo identificado como sociedade da informação (Castells,1999), ajudou a fortalecer perspectivas pós-industriais sobre a metamorfose do trabalho. Tomando como referência a trilogia A era da informação, de Manuel Castells, Antunes (2009) critica os argumentos forjados sob o amparo do paradigma informacional, explicando que tais visadas já não previam o fim da centralidade do trabalho para a geração de valor ou de sociabilidade, mas anunciavam a substituição do trabalho degradado “pelo avanço tecnocientífico – em especial, pela internet –, pela difusão de empregos qualificados com forte autonomia no trabalho” (ANTUNES; BRAGA, 2009, p.8).

O avanço da microeletrônica, da desregulamentação das atividades financeiras e das tecnologias da informação, aliado ao neoliberalismo, implicou na adoção de parâmetros produtivos que ampliaram o uso das tecnologias da informação e da comunicação, fato que se rebateu de diversas formas na questão do trabalho, seja assalariado ou não, mas que não acarretou em uma morfologia do trabalho fundada em criatividade, autonomia e inovação científica, tampouco tornou o trabalho complexo acessível a todos.

Nos anos 2000, essas transformações se acentuaram e favoreceram aspectos da precarização do trabalho: o enfraquecimento da relação capital-trabalho, o aumento do desemprego e o surgimento de diversas formas de ocupação, que emergem do desemprego estrutural e conjuntural. Dentre essas formas de ocupação, a informalidade se configura como um dos principais caminhos de ocupação, apesar dos sentidos de marginalidade que pesam sobre ela e de certa invisibilidade a qual é relegada pelas vias oficiais.

Por outro lado, apesar das desigualdades de acesso à internet, é inegável a participação das tecnologias de comunicação digital em rede na ambientação da sociedade contemporânea, o que implica reconhecer sua penetração em muitas dimensões do viver do



ser humano nos tempos atuais, inclusive no trabalho e não apenas de modalidades de trabalho formal.

No Brasil, os dados da pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2016, divulgada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação – Cetic.br, indicam que 54% dos domicílios no país possuem acesso à internet, sendo que 98% dos lares com acesso estão na classe A e 23% nas classes D, E. A discrepância se repete quando se refere às regiões: no Sudeste 64% (18,8 milhões de domicílios) estavam conectados, na região Norte, eram 46% (2,4 milhões de domicílios). Isso não significa que pessoas das classes D,E e da região Norte, não estejam conectadas. A pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br sobre o acesso de usuários, realizada em 2016, demonstra que na região Norte, 94% acessam à internet pelo celular. Ainda na região Norte, 41% dos usuários haviam feito pesquisas sobre preços de produtos e serviços na internet, enquanto apenas 15% dos usuários divulgaram ou venderam produtos ou serviços. Sobre o tipo de uso na região Norte, 73% das classes D, E usou redes sociais, enquanto 83% enviou mensagens pelos aplicativos de mensagem instantânea. Na classe A, esses percentuais são de 79% e 98%, respectivamente.

A constituição de tal cenário instigou-nos a fazer um exercício exploratório de caráter netnográfico, com o propósito de identificar práticas de trabalho informal, em articulação com as redes sociais e aplicativos de mensagem instantânea para celular. A inquietação que nos move gira em torno de como o trabalho informal tem se apropriado das ferramentas e possibilidades das tecnologias da informação e comunicação digital conectada em rede mundial. Escolhemos observar na rede social Facebook, especificamente nos grupos que reúnem membros que ofertam produtos e/ou serviços. Imersos nos grupos, após autorização de entrada concedida aos nossos perfis, identificamos expressiva articulação com o aplicativo (app) Whatsapp, sobretudo para a efetiva conclusão dos negócios. A seguir, no item dois do presente artigo, traçamos um breve panorama sobre a informalidade. No terceiro tópico, relacionamos as concepções de Milton Santos sobre circuito inferior e superior às possibilidades comunicacionais midiáticas e de uso da internet a tracejar um tipo específico de informalidade, que denominamos “info-informal”. No ponto quatro, detalhamos os procedimentos metodológicos utilizados e apresentamos algumas considerações sobre o perfil do info-informal, que mapeamos.

## 2. DANDO SÓ UMA OLHADINHA: INFORMALIDADE, DA FORMAÇÃO AOS NÚMEROS.



A dinâmica do capitalismo enseja, devido a constante incorporação dos avanços técnicos, o aumento da produtividade e a redução dos postos de trabalho, o que determina a superpopulação relativa e, nesta, o exército industrial de reserva (Marx, 2014), onde encontra-se o trabalhador informal.

A lógica mundial do capitalismo e sua forma de atuação moldam as diversas maneiras de inserção social e econômica dos países à dinâmica do capital. No Brasil, o processo de desenvolvimento das forças produtivas registra diferentes fases, nas quais a integração brasileira ao capitalismo global obedece às regras vigentes em cada uma delas, passando por variados estágios econômicos. Também o trabalho informal no país se configura de acordo com o momento histórico, portanto, apresenta características próprias de cada época. Assim, por exemplo, no período imperial parte do trabalho livre era desempenhado pelo trabalhador informal, conforme observa Mott:

Pelo visto, esta divisão étnica entre comércio estabelecido, privilégio dos portugueses e luso-brasileiros e o comércio ambulante, manipulado por gentes de cor, foi um padrão que se desenvolveu **nas cidades** de norte a sul do país. (MOTT, 1976, p. 87 – grifo nosso)

No século XX o Brasil supera o regime escravocrata e assume, gradativamente, o assalariamento como rendimento. Ao mesmo tempo, cria condições para o capitalismo se desenvolver em um novo patamar, calcado num ambiente industrial, urbano e com massa de consumo, principalmente, com uma base proletária.

Assim, pouco a pouco a informalidade no Brasil conforma-se em outras bases, modeladas pelas novas condições econômicas, as quais a fixaram em um ambiente urbano e a envolveram com uma espécie manto de invisibilidade, quando se trata de mostrá-la como fenômeno social e produtivo, bem como de incluí-la nos levantamentos estatísticos, o que, de certo modo, ainda hoje se mantém. Apesar disso, o debate sobre a informalidade ganhou espaço no Brasil e no mundo, onde prevalecia o olhar da economia neoclássica, que a classificava como subemprego, ao considerar o trabalhador informal como aquele que não estaria qualificado ao emprego formal.

Em meados dos anos 1970, sob o incentivo da Organização Internacional do Trabalho, o antropólogo inglês Keith Hart (1973) cunhou o termo “informalidade”. Antes de Hart, em 1971, o antropólogo e sociólogo brasileiro Luiz Machado Silva, classificou a informalidade como fenômeno, em sua dissertação de mestrado sobre a formação do trabalho no Rio de Janeiro, mas não obteve o reconhecimento mundial de sua autorialidade sobre o termo.

Portanto, desde os 1970 ganha força o debate intelectual no Brasil, na América Latina e no mundo sobre como caracterizar a informalidade e como apreendê-la



quantitativamente, o que representou um esforço importante, para qualificar o entendimento e avançar nos estudos sobre o fenômeno, clareando e permitindo enxergá-lo – embora a invisibilidade se mantenha –, (Tavares (2004), Cacciamali (1982), Barbosa (2009), Soto (1987),).

Os diversos conceitos formulados a partir do debate sobre a informalidade revelam a riqueza e a diversidade de interpretações a respeito do fenômeno. Entretanto, destacamos que parte das análises segue um viés ideológico do capital, ao focalizar a questão em um modo de inserir o trabalho informal sob a tutela do capitalismo, ou seja, sem abordá-la como um problema decorrente sistema, mas como algo natural, que funciona como um celeiro de oportunidades, sob o olhar da livre iniciativa.

Contrapomo-nos a essa visão ao entendermos que a informalidade possui um caráter estrutural e orgânico ao capitalismo, em razão da concentração dos meios de produção sob o capital e do resultado dos avanços técnicos. Além da superpopulação relativa como elemento de manobra, para conter a taxa de salários, a informalidade funciona como um canal de circulação de mercadorias e de transferência de renda ao capital, através do consumo viabilizado, em última instância, por essa população de trabalhadores, a qual estando à margem do trabalho assalariado, desenvolve suas atividades informais em paralelo ao capitalismo, movendo uma parcela expressiva da economia.

Assim, ao longo das últimas cinco décadas, no Brasil a informalidade assume uma proporção significativa na sociedade brasileira, isto é, com um papel social e produtivo relevante ante as condições de pobreza e desigualdade. Nesse contexto, a importância do trabalho informal – com suas diversas consequências – na sociedade brasileira pode ser mensurada por alguns números. Os dados da antiga Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (Pnad) para a última década do século XX, nos anos 1990, revelam que a taxa da informalidade chegou a taxa de 60,7% da força de trabalho ocupada neste período.

Na primeira década dos anos 2000 há um recuo da taxa de informalidade em razão do crescimento econômico brasileiro e, conseqüentemente, da geração de empregos formais, onde a taxa diminui para 50,4% em 2009. Índices segundo os quais, apesar da inflexão, o trabalho informal destaca-se como responsável por metade das ocupações no Brasil.

Já em 2017, com base na nova metodologia de pesquisa introduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pnad Contínua, com trimestre (março/abril/maio) encerrado em maio de 2017, aponta que a taxa de informalidade neste período era da ordem de 45,10%, muito próximo da metade da força de trabalho ocupado. Esses números sinalizam a representatividade da informalidade tanto no campo social, quanto econômico no país, demonstrando tratar-se de um tema importante de ser estudado,



face ao processo de precarização e de perda de direitos trabalhistas, bem como do desemprego, que torna a informalidade como uma saída (ou entrada?) alternativa.

### 3. BOTANDO BANCA NA INFOVIA<sup>3</sup>: O INFORMAL E A COMUNICAÇÃO DIGITAL

Conforme explicitamos acima, compreendemos a informalidade como estrutural ao capitalismo. Nesse sistema, apesar de ser marginalizada, ela mantém relações e trocas por meio da circulação de produto e renda com o capital, através de um canal que funciona com característica próprias. Trata-se de um mercado organizado de acordo com regras específicas, perfazendo um circuito distinto da lógica formal do capital.

Para a compreensão do universo das atividades informais, à margem e parcialmente autônomo, evocamos a conceituação de “circuito inferior”, de Milton Santos (2004). O autor caracteriza circuito inferior como o local onde se desenvolve a pequena produção – em diversas e distintas atividades – num dado espaço, no qual os empreendimentos são integrados, geram impactos na área e atendem franjas de mercado, em razão do nível de renda do público alvo. Nesse circuito, o capital investido e a tecnologia utilizada são reduzidos, por causa do pequeno porte da atividade, que proporciona também um baixo nível de emprego e de organização. A partir da matriz analítica de Santos (2004) consideramos que a informalidade é um dos componentes do circuito inferior, mas ressaltamos que na do autor também foram incluídas as micro e pequenas unidades econômicas reguladas. concepção

O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não-capital intensivo, pelos serviços não-modernos fornecidos “a varejo” e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão. (SANTOS,2004, p.40)

As diversas crises conjunturais e estruturais do capital a partir dos anos 1970, também desencadearam transformações no seu *modus operandi*, bem como delinearão medidas para reverter o quadro agudo em que se encontrava, dentre as quais: o avanço da microeletrônica e da automação, o Estado Mínimo, a lenta e gradual desregulamentação dos direitos trabalhistas, que impactam o mundo do trabalho – como a recente lei n 13.467/17, no Brasil. Medidas como essas ocasionaram o aumento do desemprego, a precarização e a necessidade de inserção do trabalhador em outras formas de ocupação, como no mercado informal.

Simultaneamente a esse processo, entre os idos de 1970 e os atuais 2017, a redução dos custos de equipamentos, processamento e conexões (WOFF, 2017) dos pacotes de transmissão de dados, ajudaram a conformar mudanças expressivas na

---

<sup>3</sup> Aqui utilizamos a palavra em seu sentido mais elementar, sem discuti-la conceitualmente, apenas com o intuito de fazer um trocadilho com as vias físicas do espaço urbano, as ruas. Em sentido literal, trata-se da base física de linhas digitas, por onde trafegam dados das redes eletrônicas, sem estar concentrada em um centro.



ambiência onde as pessoas experienciam seus modos de ser e viver, que nos anos 1990 e 2000 era tratada como um mundo paralelo ao real, um mundo virtual, no qual as pessoas necessitavam “entrar”. Naquela época ainda se falava e ouvia-se a expressão “entrar na internet”, algo incabível nas mentes e bocas dos nativos digitais dos anos 2010. Sem nos determos nas desigualdades de acesso relativas a classes sociais, gerações e regiões, é inegável que atualmente, estar conectado em rede mundial digital não significa estar indisponível para um mundo real, imerso em uma outra dimensão. Ao contrário, o estar *online full time* (em tempo integral) elevou a níveis pouco imaginados anteriormente, uma expectativa de disponibilidade constante, para as pessoas atenderem às mais diversas demandas da realidade, inclusive (talvez, principalmente), às do mundo do trabalho.

Quando se trata de mercado de trabalho, os estudos das áreas econômica e sociológica costumam focar questões relativas ao chamado e-commerce, às classes profissionais emergidas e/ou degradadas no bojo do acelerado e intenso processo de digitalização e conectividade ou ainda a extensão do tempo de trabalho do humano conectado.

As práticas do comércio eletrônico mobilizam aparatos de estruturas formalizadas do mercado: tratam-se de negociações feitas por empresas regularizadas, com bases físicas ou não, mas com condições para manter suportes profissionais de informática, custear provedores de hospedagem de site, assessorias de comunicação para cuidarem da imagem do negócio na rede etc. De igual modo, as investigações que abordam categorias de trabalhadores na interface com as conexões digitais dizem respeito, frequentemente, ao mercado de trabalho formal.

Ocorre que uma das marcas da revolução digital contemporânea, foi libertar a internet dos fixos computadores pessoais e transferi-la para os dispositivos móveis. No Brasil, que ocupa a quarta colocação entre países que mais vendem smartphones no mundo, essa transferência se deu massivamente para o celular: em 2016, num contexto de crise e diminuição das vendas em relação a 2015, foram comercializados 48,4 milhões de aparelhos (CONVERGÊNCIA DIGITAL, 2017). Esse movimento, muitas vezes interpretado somente como estímulo ao consumo, desdobrou-se em um fenômeno, que se não subverte, ao menos extrapola a prescrição de uso do capital.

Com a popularização da internet sem computadores, empregados domésticos, ambulantes, empregados em serviços gerais, na construção civil etc., passaram empregar tempos “ociosos”, como os de longos trajetos no deslocamento trabalho-casa, em conexões. Tornaram-se “usuários” integrantes de plataformas, programas e aplicativos (Facebook, Twitter, Instagram, You Tube, Whatsapp), que postam, compartilham, lêem, comentam, produzem, sobem e descem arquivos multimídia. Em última instância, isso representou uma



espécie de dessacralização do saber fazer comunicação midiática, antes concentrado sob os domínios institucionais, formais e dos grandes conglomerados de comunicação. Para além de uma discussão sobre educação para os meios, é fato que o “homem ordinário” dos tempos de agora, mesmo que pertencente a outras gerações, não espera mais os cliques do fotógrafo profissional, por exemplo, tornando-se ele próprio o especialista nos registros de si mesmo, em *selfies* feitas à exaustão. Do mesmo modo, para criar e manter perfis nas redes sociais, registrar opiniões as pessoas comuns seguiram a levada, sem submeter-se ao rigor de normas formais de escritas: um universo mais informal e aparentemente mais acessível, parece ter sido descortinado também pelos mais pobres e não especialistas pelas vias oficiais de formação.

Sem seguirmos uma onda excessivamente entusiasmada com as supostas possibilidades de subversão ao sistema, reconhecemos que tais sintomas de transformação revelam a força do “proceso a través del cual la tecnología há pasado de ser tenida por um mero instrumento a convertirse em razón, en una dimensión constitutiva de nuestras culturas y nuestras sociedades” (MARTÍN-BARBERO, 2004, p.23). No Brasil, observamos os que usos e apropriações, principalmente nas chamadas mídias sociais, alcançaram o mercado de trabalho informal, ainda que o tenham configurados com outros traços: adequações de linguagem, exploração de outros dispositivos, que não a banca na rua ou qualquer outro ponto fixo; acionamento de novas estratégias de exibição do produto e de outros modos para concretizar a venda etc. Tal processo implica em transmutações na forma da informalidade, há uma inovação que amplia o escopo de sua atuação, dando-lhe novas condições e novos ganhos.

Além de algumas características, como o baixo capital, o reduzido nível tecnológico, a gestão familiar, a busca pela renda e não pelo lucro como fator de sobrevivência, ao se apropriar da comunicação digital em rede, a informalidade transmuta-se ao tipo que denominamos “info-informal”, que para nós, é o trabalhador com atividade não regularizada pelos organismos oficiais, que passa a atuar também em rede mundial digital, ofertando produtos e serviços, utilizando predominantemente seus perfis pessoais em redes sociais de plataformas digitais<sup>4</sup>.

#### 4. QUE NEGÓCIO É ESSE?! CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERFIL DO INFO-INFORMAL

---

<sup>4</sup> Não nos aprofundamos na conceituação sobre mídias e redes sociais. Partimos da definição de que as redes sociais digitais, que estão contidas nas mídias sociais, são formadas por “um conjunto das pessoas você conhece e que reconhecem você, em diferentes graus de profundidade, e com as quais você pode estabelecer algum contato” (GOMES, 2014, p.22).



Com o objetivo de identificar práticas associadas a atividades econômicas informais, utilizamos o modelo de recuperação por palavras-chave disponível na plataforma de redes sociais que selecionamos, o Facebook. Inserimos as palavras “classificados” e “vendas” na caixa de pesquisa a partir de nossos próprios perfis na rede social. Os resultados não foram filtrados por nenhum critério e foram gerados pela plataforma a partir de nossa localização espacial de conexão. A partir das indicações oriundas das palavras-chave, escolhemos os grupos que possuíam o selo “popularidade” da rede social, que estavam baseados em Belém e que detinham maior concentração de membros em sua categoria. Assim, concentramos a netnografia<sup>5</sup> nos grupos<sup>6</sup> Classificados Belém do Pará (76 mil membros ativos, em média dez publicações diárias) e Vendas Online Belém (125.768 membros ativos, em média 25 publicações diárias)<sup>7</sup>. Para analisarmos as práticas de comercialização, selecionamos perfis que tivessem no mínimo quatro meses de permanência nos grupos e dez postagens de itens anunciados pelo membro.

É preciso considerar alguns pontos que balizaram o levantamento dos dados: i) o tamanho do universo; ii) a diversidade e a heterogeneidade; iii) identificação e qualificação do informante dada as características do mundo digital; iv) dificuldade de acesso às informações das operadoras de telecomunicações; v) uso de técnicas estatísticas em bases probabilísticas com uso de amostra, fatores que, em conjunto, impõe dificuldades para o trabalho.

As informações da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) de 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontam que na Região Metropolitana de Belém (RMB) o número de pessoas com acesso à internet alcançava aproximadamente 1.235.000. Com base na pesquisa, uma amostra probabilística com erro de 3%, a quantidade de entrevistado alcançava cerca de 1.100, número elevado para as restrições elencadas.

A confluência desses fatores obrigou adoção de alternativas para obter informações sobre o universo digital. Assim, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas

---

<sup>5</sup> A etnografia é um método consagrado pela Antropologia para o estudo da cultura de grupos sociais. O reconhecimento da imersão da internet nas sociedades contemporâneas, requereu a adequação de práticas do método etnográfico para essa ambiência, inicialmente (1990) designada como ciberespaço. O termo não é o único empregado para designar esse procedimento metodológico, há também autores que utilizam etnografia virtual, online ou digital. Cf. ZANINI, Débora. Etnografia em Mídia Sociais. In: SILVA, Tarcízio; STABILE, Max (Orgs.). In: Monitoramento e pesquisa em mídias sociais: metodologias, aplicações e inovações. São Paulo: Uva Limão, 2016.

<sup>6</sup> Os grupos são comunidades que reúnem membros com interesses específicos em comum. No Facebook há três tipos de grupo: público (qualquer pessoa pode ver o grupo e suas publicações), fechado (qualquer pessoa pode encontrar o grupo e ver quem está nele, mas somente os membros poder ver as publicações) e secreto (somente os membros podem encontrar o grupo e ver suas publicações). Os grupos observados nessa exploratória são do tipo fechado, por isso, para observar as publicações, tivemos de solicitar entrada nos mesmos, a partir de nossos perfis pessoais na referida rede social.

<sup>7</sup> Os dados citados são informados pela plataforma.



Empresas (Sebrae) publicou o trabalho “Como elaborar uma pesquisa de mercado” (2013) que disponibilizou, com base numa metodologia própria de ordem probabilística, direcionada a pequena atividade econômica, diversos tamanhos de amostra estatística.

Considerando que o informal é uma atividade econômica, optamos por utilizar o estudo do Sebrae e adotamos uma amostra de noventa e seis (96) informantes, com margem de erro de 10%, de corte interseccional (coleta num dado período de tempo) e com reposição ante a recusa.

Com base nesses critérios, escolhemos os possíveis informantes e enviamos para 130 pessoas (35% acima do número amostral de 96) já prevendo a recusa do informante. A mensagem-convite para participarem da pesquisa e o link do formulário online, formulado na plataforma Googleforms, foi remetida a partir dos perfis dos pesquisadores, via inbox, aos perfis dos selecionados.

Se na interação corpo a corpo a desconfiança e a recusa são inerentes à pesquisa de campo, maior parece ser no ambiente digital, pois, obtivemos apenas quatro respondentes e a festejada interação do mundo digital não se confirmou nesse caso.

#### **4.1. Face to face para vender**

De imediato, a imersão na análise das postagens indicou, em ambos os grupos, a existência de oferta praticada sem regularidade, por parte de membros que classificamos como “vendedor esporádico”: ou é aquele que posta várias vezes o mesmo item, na tentativa de vendê-lo, ou é aquele que utiliza a rede para desapegar (palavra que costumam empregar) de tudo aquilo que não usa mais: do smartphone à cestinha do gato. A linguagem dessas postagens também sinaliza o tipo: enfatiza a qualidade do produto ofertado, explicita o motivo da venda e frequentemente não informa o preço definitivo, deixando aberta a possibilidade de negociação. Tais perfis não foram caracterizados como info-informal.

Ressaltamos que a prática do info-informal se delinea de forma distinta e rica em relação a informalidade que conhecemos, porém, há elementos que aproximam ambas nas suas funções enquanto atividade econômica. Nesse sentido, em relação às funções comenta Tavares (2004) que a introdução de inovações e técnicas pelo capital determinam a reorganização do trabalho, porém se mantém a lógica de valorização do valor do mesmo. Neste caso a inclusão das ferramentas comunicacionais funcionam como instrumento de negócios da info-informalidade, mas também contribui para o processo de valorização do capital através da circulação de mercadorias e de suas vendas.

Dentre os 130 perfis analisados, a maioria das ofertas de bens e serviços é feita por mulheres. A identificação do sexo é possível em virtude de uma das características da info-informalidade na rede: o predomínio da exposição da imagem pessoal de quem vende. Se é



fato que o informal se expõe na interação face a face com o cliente, observamos que resiste, na rede, esse traço da personalização. Assim, a imagem que reveste a maioria dos perfis observados, mostra a pessoa que vende. Em alguns casos, também a foto de capa mostra o anunciante em situações que guardam relação com suas vidas privadas e não com os produtos e/ou serviços ofertados, embora também haja casos de cruzamento da imagem pessoal no perfil, com a imagem do produto/serviço na foto de capa. Em menor número, estão os informais que assumem o papel exclusivamente empresarial, caracterizando seus perfis com logomarcas e fotos dos produtos, conforme quadro abaixo.

**Quadro I: Identificação do perfil**

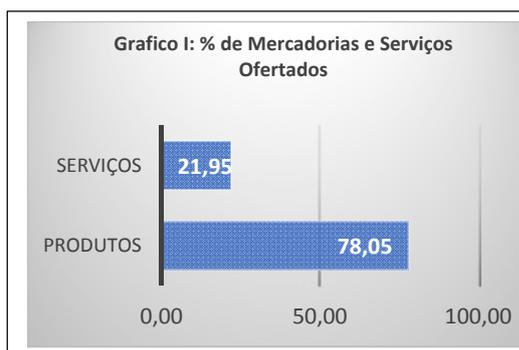
Sexo	%
Feminino	49,59
Masculino	45,53
Nome Empresarial	4,88
Total	100,00

**Fonte:** pesquisa de campo – Out./2017.

Mas é partir da avaliação da oferta de produtos e serviços que se observa a lógica da valorização do capital através da informalidade via circulação dos bens e suas vendas. Nesse sentido, cerca de 78,05% das ofertas são de mercadorias e os serviços remontam à taxa de 21,95%. Quando se desagrega os tipos de bens ofertados na rede, percebe-se que parte dos mesmos são relacionados aos empreendimentos de grande capital, muitos transnacionais, como roupas de marcas, celulares, calçados, tablets, cosméticos etc. Ou seja, há uma relação direta do capital com o trabalho info-informal.

Dos produtos ofertados os que são relacionados ao grande capital respondem por aproximadamente 54% das ofertas e os demais bens com 46,15%, onde encontra-se mercadorias que são objeto de transformação para o mercado por parte do trabalhador, como comidas, kit festa, artesanato e manufaturados, como móveis em MDF.

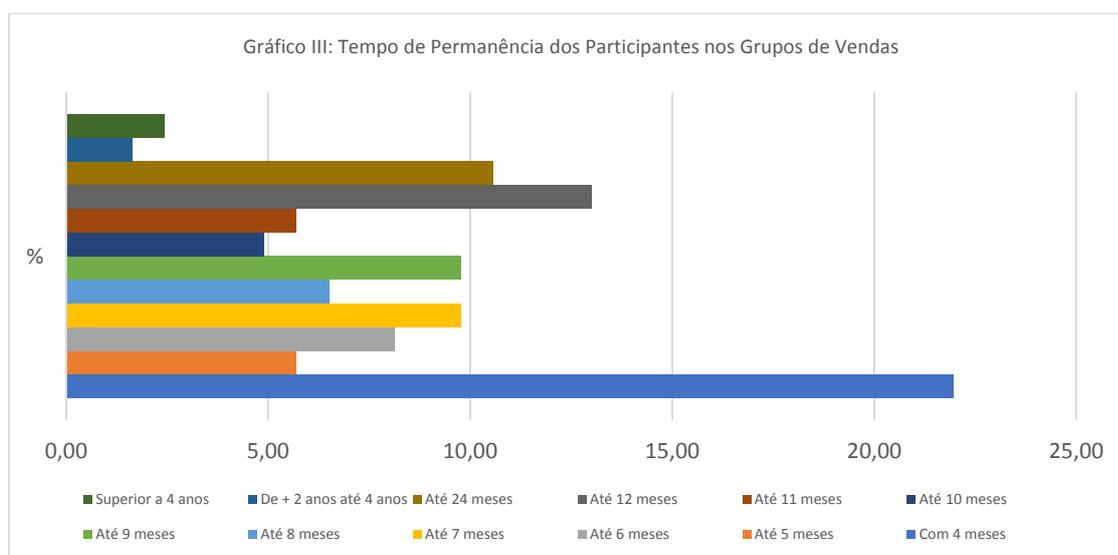
No caso dos primeiros, isto é, dos info-informais que ofertam produtos vinculados ao grande capital mantendo uma relação direta, Tavares (2004) observa a existência de uma relação de subordinação, enquanto Krein e Proni (2010) classificam este trabalhador informal de “autônomo precarizado”. Aqui há uma similaridade com vendedor ambulante porta à porta (de catálogos, de sorvete etc) e com o camelô.





**Fonte:** pesquisa de campo – Out./2017

Outro dado importante refere-se ao tempo de permanência nos grupos de vendas, onde a grande maioria está no intervalo que vai de quatro a 12 meses, que representam cerca de 85,37%, taxa que sinaliza uma alternativa recente. Por ser um ambiente gratuito há um elevado grau de concorrência, pois todos concorrem entre si, movimento esse próximo ao camelo de rua.



**Fonte:** pesquisa de campo – Out./2017.

Nesta linha, os dados do Quadro II revelam que na oferta do produto, aproximadamente cerca de 68% dos info-informais detalham o preço das mercadorias e serviços, mas apenas 17,07% detalham a forma de pagamento (dinheiro, crédito, parcelamento, débito) e sinalizam na publicação os caminhos para concretização do negócio. Nesses casos, o interessado é orientado a entrar em contato direto para obter a informação, e a efetivação da venda é feita via app de mensagem instantânea Whatsapp, no campo privado, distante dos olhos da concorrência. Em quase 80,49% das postagens observadas, os membros informam o número do telefone com a indicação do app. Em vários casos, são enfáticos: “chama no Whats”, “manda mensagem para o número .... e te coloco no grupo whatsapp”, “só chama no whatsapp se tiver interessado em comprar. Não adiciono ninguém na lista de contatos”.

**Quadro II:** Perfil das Páginas do Info-Informal quanto ao Detalhamento de Preço e Forma de Pagamento, Linguagem Comercial, Uso de Imagem Pessoal e de Whatsapp na Divulgação dos Produtos e Serviços em %.

Variável	Detalhamento	Linguagem	Imagem	Imagem	Usa
----------	--------------	-----------	--------	--------	-----



Observações	Preço	Forma de Pagamento	Comercial	Pessoal	Comercial	WhastApp
Não	31,71	82,93	31,71	23,58	76,42	19,51
Sim	68,29	17,07	68,29	76,42	23,58	80,49
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

**Fonte:** pesquisa de campo – out/2017

O produto e o preço funcionam como elemento de aproximação entre o comprador e o vendedor, mas é na forma de pagamento que se inicia, de fato, a tratativa para o fechamento do negócio, neste caso, diretamente e fora do contexto aberto do Facebook. A utilização do Whatsapp representa a transferência do ambiente aberto para o fechado como estratégia de comercialização, onde é possível, na relação comprador – vendedor, uma alternativa que atenda ambas as partes, num jogo de mascate.

Esse movimento do fechamento negócio no fluxo Face – Whatsapp – Face adapta a venda direta e negociada do camelô e/ou vendedor porta a porta. Uma outra inferência é que o Facebook é uma plataforma digital importante para a publicização do produto ou serviço, mas na estratégia do info-informal, funciona com a complementariedade do Whatsapp. Nesse sentido, as mídias sociais são ativadas em conjunto até a efetividade do negócio, quando passam a ser físicos a mercadoria, o comprador e o vendedor.

É necessário não somente acompanhar a dinâmica, como avaliar, por dentro, a lógica dos “info-informais”, enquanto atores que, familiarizados com os usos e apropriações das linguagens das redes e funcionalidades dos dispositivos móveis conectados, assumem traçam novas feições para o mercado informal. Supomos que em muitos dos casos, os info-informais são fruto do desemprego, das condições de trabalho degradadas, mas ainda não podemos afirmar se a info-informalidade representa uma apropriação da tecnologia, que dribla o sistema e converte as plataformas digitais conectadas em plataformas de libertação, ou se vemos delinear-se novos caminhos à precarização.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. De “setor” para “economia informal”: aventuras e desaventuras de um conceito. USP. São Paulo.2009. in [http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/texto\\_sem\\_2009\\_barbosa.pdf](http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/texto_sem_2009_barbosa.pdf).

Acessado em 18/04/2017.



CTic – Portal de Dados. TIC Domicílios: Usuários. Usuários de internet que realizaram pesquisa de preços de produtos ou serviços na internet nos últimos 12 meses. Disponível em:

[http://data.cetic.br/cetic/explore?idPesquisa=TIC\\_DOM&idUnidadeAnalise=Usuarios&ano=2016](http://data.cetic.br/cetic/explore?idPesquisa=TIC_DOM&idUnidadeAnalise=Usuarios&ano=2016). Acesso em: 23/08/2017.

CTic – Portal de Dados. TIC Domicílios: Usuários. Usuários de internet - indicador ampliado. Disponível em:  
[http://data.cetic.br/cetic/explore?idPesquisa=TIC\\_DOM&idUnidadeAnalise=Usuarios&ano=2016](http://data.cetic.br/cetic/explore?idPesquisa=TIC_DOM&idUnidadeAnalise=Usuarios&ano=2016). Acesso em: 23/08/2017.

CTic – Portal de Dados. TIC Domicílios: Usuários. Usuários de internet por atividade realizada (Cruzamentos- Região Norte, Classes sociais). Disponível em:  
[http://data.cetic.br/cetic/explore?idPesquisa=TIC\\_DOM&idUnidadeAnalise=Usuarios&ano=2016](http://data.cetic.br/cetic/explore?idPesquisa=TIC_DOM&idUnidadeAnalise=Usuarios&ano=2016). Acesso em: 23/08/2017

CACCIAMALI, Maria Cristina. Um estudo sobre o setor informal urbano. Tese de doutorado apresentada a Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo. São Paulo.1982. In [www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde...120930/.../MariaCCacciamaliTese.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde...120930/.../MariaCCacciamaliTese.pdf). Acessado em 15/02/2017.

CONVERGÊNCIA DIGITAL. Crise fez Brasil vender 2,8 milhões de celulares a menos em 2016. 24/03/2017. Disponível em:  
[http://www.convergenciadigital.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=site&infoid=44813&sid=17#.We\\_fKHZv\\_IV](http://www.convergenciadigital.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=site&infoid=44813&sid=17#.We_fKHZv_IV). Acesso em: 15/09/2017.

GOMES, Wilson. A política na timeline: crônicas de comunicação e política em redes digitais. Salvador: EDUFBA, 2014.

HART, Keit. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. Journal of Modern African Studies 11 (1973)

MARTÍN-BARBERO. Razón Técnica y Razón política: espacios/tiempos no pensados. Revista Latino Americana de Ciencias de la Comunicación. ALAIC, jul/dec.2004. p.22-37.

KREIN, José Dari. PRONI, Marcelo Weishaupt. Economia informal: aspectos conceituais e teóricos. Série Trabalho Decente no Brasil n° 4. Organização Internacional do Trabalho – Escritório Brasil. Brasília. 2010.

MARX, Karl. O capital. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

MOTT, Luiz R.B. Subsídios a história do pequeno comércio no Brasil. Revista de História n° 105 – 1 Trimestre de 1976. São Paulo. 1976. In <http://revhistoria.usp.br/index.php/br/edicoes/163-rh-105>. Acessado em 15/05/2017.

SANTOS, Miltom. O espaço dividido. São Paulo. Edusp. 2004.

SEBRAE. Como elaborar uma pesquisa de mercado. Sebrae. Minas Gerais. 2013. In: <https://www.sebraemg.com.br/atendimento/bibliotecadigital/documento/Cartilha-Manual-ou-Livro/Como-elaborar-uma-Pesquisa-de-Mercado>. Acessado: 23/05/2017.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Maio de 1971. In <http://www.museunacional.ufrj.br/dir/acervo.html>. Acessado em 10/12/2017.

SOTO, Hernando de. Economia Subterrânea: uma análise da realidade peruana. Rio de Janeiro: Editora Globo,1987.

TAVARES, Maria Augusta. Os fios (in)visíveis da produção capitalista. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

WOFF, Martin. As mudanças na economia mundial em sete gráficos. In: Jornal Valor Econômico, 21/07/ 2017, p.A11.

ZANINI, Débora. Etnografia em Mídia Sociais. In: SILVA, Tarcízio; STABILE, Max (Orgs.).In: Monitoramento e pesquisa em mídias sociais: metodologias, aplicações e inovações. São Paulo: Uva Limão, 2016.



## **GT 13 – Trabalho, Mercado de Trabalho e Desemprego: Novas Regulações, Novas Formas de Dominação?**

### **NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA UNIVERSIDADE**

Autor: Tássio de Souza Damasceno (UFPA)<sup>1</sup>  
e-mail: tassiosouzadamasceno@gmail.com

Co-autora: Denise Machado Cardoso (UFPA)<sup>2</sup>  
e-mail: denise@ufpa.com.br

Co-autora: Lorena Tamyres Trindade da Costa (UFPA)<sup>3</sup>  
e-mail: lotamyres.19@gmail.com

#### **RESUMO**

É inegável a presença cada vez maior de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) em diversos setores da sociedade. No campo da educação, a partir da adoção das políticas neoliberais para as Instituições de Ensino Superior baseadas em um forte discurso modernizador da educação, muito se fala dos benefícios do uso dessas ferramentas para potencializar a aprendizagem, por outro lado pouco se discute sobre os efeitos da inserção dessas tecnologias na rotina de trabalho dos docentes nas universidades. A partir do olhar da Sociologia Contemporânea aliada ao diálogo com outras áreas importantes do conhecimento como a Antropologia e a Comunicação, este trabalho tem como objetivo: mostrar como vem ocorrendo o processo de introdução dessas novas tecnologias na universidade e como isso contribui diretamente para o processo de intensificação do trabalho docente na atualidade. A metodologia utilizada para alcançar o objetivo exposto nesse trabalho é constituída pela pesquisa bibliográfica, a netnografia e entrevistas semiestruturadas com docentes. A partir do estudo do caso específico do curso de ciências sociais na UFPA, pretendo colaborar para a construção de um panorama mais geral de discussões acerca de NTIC no ensino superior presencial e suas consequências para o trabalho docente, considerando as dificuldades e vantagens encontradas no processo de inserção e adaptação a essas novas tecnologias.

Palavras-chaves: Novas Tecnologias, Educação, Intensificação do Trabalho Docente.

#### **1. INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), bacharel e licenciado em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia, pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia, professora da Universidade Federal do Pará (UFPA).

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), bacharel e licenciada em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia, pela Universidade Federal do Pará (UFPA)



Uma das maiores características da contemporaneidade sem dúvidas é a presença cada vez maior de tecnologias de informação e comunicação (TIC)<sup>4</sup> em vários setores da nossa sociedade. Nas últimas décadas com a difusão da internet e a rapidez das inovações tecnológicas houve um processo crescente do uso dessas novas tecnologias por parte dos indivíduos para exercerem diversas atividades do dia-a-dia (se comunicar, estudar, trabalhar, comprar). A integração dessas tecnologias digitais no nosso cotidiano vem contribuindo diretamente para um processo de resignificação/remodelação de muitos dos nossos hábitos, valores e costumes – criando novas formas de sociabilidade, reconfigurando a cultura contemporânea.

Deste conjunto de descrição, se destaca com grande evidência os estudos realizados por Manuel Castells (2016), apresentando em seu livro “Sociedade em rede” uma importante contribuição para o debate sobre a morfologia social das sociedades de tecnologia avançada neste século. Na sociedade em rede, a informação e o conhecimento tornam-se matérias-primas essenciais para o processo de desenvolvimento capitalista. A partir desse contexto de valorização da informação e do conhecimento aliada a uma série de políticas neoliberais para a educação, as Instituições de Ensino Superior (IES) passam a ser vistas como locais de extrema importância para o desenvolvimento de novas tecnologias, de produção de conhecimento científico, além é claro, de formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho (HARVEY, 2004; VESCE, 2008).

Ao longo dos últimos anos, a inserção de TIC nos ambientes acadêmicos vem reconfigurando esses espaços, os processos de trabalho, de sociabilidades e de troca de saberes e conhecimento entre os indivíduos. Em relação ao trabalho docente, essas ferramentas têm gerado consequências diretas na execução de seus trabalhos. Passa-se a cobrar melhor formação técnica e pedagógica dos professores, além de renovação nos métodos e práticas de ensino desses profissionais para que eles estejam aptos/preparados para lidar com essa nova realidade da sociedade.

Se por um lado, as TIC potencializam o processo de educação e de construção do conhecimento, por outro, essas novas tecnologias aliada a lógica capitalista da produtividade que vem adentrando as universidades, acelera o tempo de trabalho do docente, exerce maior controle sobre o seu trabalho, atribui mais funções para ele desempenhar, tudo isso acaba contribuindo de forma direta para um processo de

---

<sup>4</sup> Tecnologias de Informação e Comunicação, chamadas abreviadamente de “TIC”, são todas as tecnologias que interferem e mediam os processos de informação e conhecimento entre os seres humanos. No caso deste trabalho, o que chamamos de “TIC” são as novas tecnologias digitais e informáticas (computadores, notebooks, tablets, aparelhos celulares) que tem como uma das várias funções que possuem, o acesso á internet.



precarização e intensificação do trabalho docente. Muito se ressalta a importância dos docentes estarem atualizados e conectados o tempo inteiro, mas pouco é abordado sobre as cobranças cada vez maiores que esses sujeitos sofrem no dia-a-dia dentro da academia e das consequências de estar conectado ao ciberespaço por intermédio das TIC o tempo inteiro.

Tendo esses fatores em mente, este artigo tem como objetivo: mostrar como vem ocorrendo o processo de introdução dessas novas tecnologias na universidade e como isso contribui diretamente para o processo de intensificação do trabalho docente na atualidade.

## 2. NOVAS TECNOLOGIAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E AS UNIVERSIDADES

Quando se trata de novas tecnologias, diversas abordagens são dadas com enfoques diversos. Dentre essas, se destacam as obras de Manuel Castells e Pierre Lévy, na qual ambos os autores trazem uma importante contribuição para a compreensão da sociedade contemporânea permeada pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Castells (2016) aborda o conceito de “Informacionalismo” mostrando desdobramentos dos aspectos econômicos e sociais desse novo paradigma que tem como base as tecnologias da informação. Já Lévy (2010) nos traz o conceito de “Cibercultura” onde através de uma abordagem mais antropológica, mostra como a interconexão mediada pelas novas tecnologias configura o ciberespaço<sup>5</sup>, que por sua vez, traz reflexos diretos para a vida dos indivíduos remodelando muitas das nossas práticas sociais e culturais.

Em “A sociedade em rede”, Castells (2016) nos mostra

[...] o surgimento de uma nova estrutura social, manifestada sobre várias formas conforme a diversidade de culturas e instituições em todo o planeta. Essa nova estrutura social está associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção, no final do século XX (CASTELLS, 2016, p. 72).

---

<sup>5</sup> Pierre Lévy classifica o Ciberespaço da seguinte forma: “O Ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”. (LÉVY, 2010, p. 17)



Alguns teóricos da área da comunicação também falam de um novo estágio da cibercultura neste início de século, um processo de evolução que se caracteriza com a popularização da internet móvel e das novas tecnologias que possibilitam que os indivíduos estejam ainda mais conectados, já que agora não precisam ficar fixos em um local para adentrar o ciberespaço. Essa nova fase da cibercultura provoca profundas mudanças na configuração do espaço e do tempo e é classificada como a “Era da Conexão” ou “Cultura da Mobilidade” (SANTAELLA, 2008; LEMOS, 2009).

A cultura da mobilidade entrelaça questões tecnológicas, sociais, antropológicas. Para a comunicação, a mobilidade é central já que comunicar é fazer mover signos, mensagens, informações, sendo toda mídia (dispositivos, ambientes e processos) estratégias para transportar mensagens afetando nossa relação com o espaço e o tempo (LEMOS, 2009, p. 28).

Essas mudanças refletem uma “[...] hipercomplexidade cultural e comunicacional das sociedades contemporâneas [...]” (SANTAELLA, 2008, p. 95). Estamos cada vez mais inseridos no ciberespaço, cada vez mais nos organizando em rede, trabalhando com o auxílio de novas tecnologias, ampliando nosso poder de comunicação e de acesso à informação e conhecimento. Isso por sua vez gera uma variedade de implicações positivas e negativas para diversas áreas da sociedade.

Segundo Vesce (2008), todo esse processo de “[...] mudanças [...] interferem diretamente nas várias instâncias sociais e nas Universidades de maneira especial por serem contextos de formação profissional e difusão de saberes e fazeres” (p. 2131). O capitalismo flexível e suas exigências de reestruturação mercadológicas acabaram exigindo também uma grande reestruturação educacional. Em meio a tudo isso, qual é o atual papel das Universidades nesse contexto?

Segundo Harvey (2004):

O acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve importância na luta competitiva; mas também aqui, podemos ver uma renovação de interesse e de ênfase, já que, num mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades e de sistemas de produção flexíveis (em oposição ao mundo relativamente estável do fordismo padronizado), o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica,



implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva (p. 151).

Dessa forma, as instituições de ensino superior são vistas como verdadeiras empresas que seguem as lógicas do mercado no qual o conhecimento é tratado como um produto, uma mercadoria. Elas passam a serem organizadas e geridas com uma série de técnicas e valores empresariais, elas se tornaram núcleos fundamentais para esse processo do desenvolvimento capitalista. O conhecimento virou um produto de alto valor no mercado, sendo vendido para quem pagar mais. As universidades tornam-se “[...] guardiões do conhecimento e da sabedoria para produtores subordinados de conhecimento a soldo do capital corporativo” (HARVEY, 2004, p. 151).

[...] a educação passa a ser ressaltada como um elemento estratégico para o momento atual de desenvolvimento capitalista, vários organismos internacionais (BID, Bird, Unesco, Unicef) tem trabalhado no sentido de definição e estabelecimento de critérios e diretrizes políticas no plano educacional mais voltados [...], para os países considerados em desenvolvimento [...]. (FIDALGO; FIDALGO, 2009, p. 92).

Esses organismos internacionais vêm regendo reformas na educação, principalmente em países da América latina. A adoção das políticas neoliberais pelos governos latino-americanos, não aconteceram ao mesmo tempo e nem da mesma forma. No Brasil, mais especificamente, a introdução delas começaram a acontecer de forma sistemática a partir da década de 90.

Para Vesce (2008), as políticas neoliberais para a educação tem dois objetivos: o primeiro é de preparar mão-de-obra qualificada para ser inserida no mercado de trabalho, e o segundo é de transmitir os ideais neoliberais para os indivíduos. “Deste modo o processo educativo absorve a ideologia de organização social proveniente do modelo neoliberal como a busca da qualidade, a competição e o individualismo” (VESCE, 2008, p. 2137).

Através de um discurso modernizador articulado por organismos internacionais e a grande mídia (jornais impressos, televisão, rádio), muitos governos começaram a assumir a responsabilidade de introduzir novas tecnologias nos espaços de ensino (FIDALGO; FIDALGO, 2009). O problema é que isto está se dando de forma quantitativa, sem se



atentar para os aspectos qualitativos desse processo. Dessa forma, as políticas de incentivo a modernização da educação, na maior parte das vezes, são baseadas apenas na introdução de TIC dentro dos espaços educacionais (sala de aula, sala de informática), sem se atentar que, para existir um verdadeiro salto qualitativo na educação é preciso agir conjuntamente com os profissionais da educação e qualificá-los, fornecendo formação técnica e pedagógica atualizada, para que eles estejam preparados para utilizar essas ferramentas e decidir a melhor forma de inseri-las no processo de ensino (KENSKI, 1999; LÉVY, 2010).

Essas reestruturações no trabalho docente visam o aumento da produtividade. Diversos órgãos avaliadores e reguladores da educação, através de uma série de diretrizes, vêm impondo uma espécie de ditadura da produtividade, onde é priorizada uma cultura do desempenho, de resultados finais, em detrimento de um processo educativo mais amplo, crítico e reflexivo. (FIDALGO; FIDALGO, 2009). A partir desse panorama iremos abordar como essa lógica produtivista que coloniza a educação na atualidade aliada à presença cada vez maior das novas tecnologias, vem afetando a figura do docente na execução de seu trabalho diário.

### 3. O PRODUTIVISMO ACADÊMICO E A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

A partir do momento em que as Universidades passam a ser organizadas por meio de uma lógica de mercado, o trabalho do professor sofre uma série de mudanças que visam o aumento da produtividade e da flexibilização. Para atender as demandas de produtividade, faz-se necessário um intenso uso das novas tecnologias e da intensificação das jornadas de trabalho dos docentes. Nesse contexto, também há uma preferência por processos ditos flexíveis, ou seja, contratos temporários, subcontratação, trabalhos de meio período, terceirização, etc. (BAUMAN, 2001; 2013). Outra mudança significativa encontra-se na preferência de modelo de professor da atualidade: este deve ser polivalente, flexível, multifuncional.

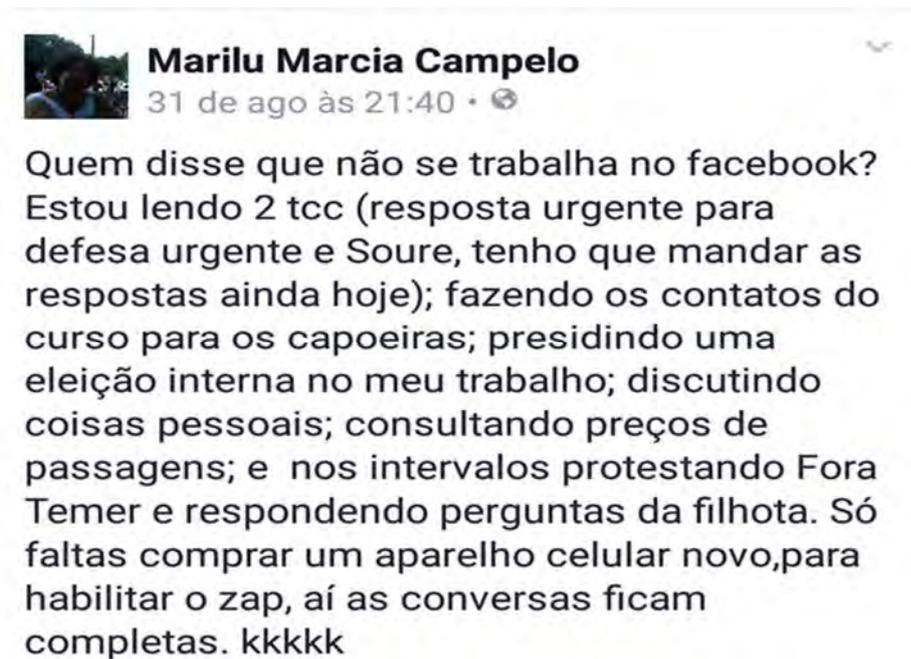
Devido às cobranças para aumentar a produtividade, esses profissionais se veem cada vez mais pressionados para alcançar os índices necessários para obter o financiamento para suas pesquisas, publicar mais, orientar o maior número possível de alunos, etc. Assim, as TIC surgem teoricamente para auxiliar e facilitar esse trabalho. Para seduzir os trabalhadores a se submeterem a essas mudanças, o capitalismo vale-se do



discurso tecnológico e da flexibilidade espaçotemporal que as novas tecnologias possibilitam para atrair os docentes a aceitar passivamente essas novas configurações na sua rotina de trabalho. Dessa forma, as tecnologias digitais ofertam a possibilidade dos professores realizarem pesquisas, escreverem trabalhos, orientarem seus alunos de forma online. Tudo isso sem precisar deslocar-se de um local para outro, gastando o mínimo de tempo possível.

As promessas que as novas tecnologias digitais trazem maior qualidade de vida individual e social, de flexibilização do espaço e do tempo, de autonomia na escolha do horário e local para realizar parte do seu trabalho, e “de aumento do tempo livre, de mais tempo para convivência familiar” (Fidalgo e Mill, 2009, p. 209), na maior parte das vezes acabam não se materializando, pois na realidade, o que surge é a intensificação do trabalho docente, processo esse, que afeta diretamente não só a rotina de trabalho desse profissional, como também a sua vida individual/pessoal.

Figura 1 – postagem de docente em rede social.



Fonte: Imagem recolhida de rede social durante o período de realização da etnografia<sup>6</sup> da pesquisa.

<sup>6</sup> A netnografia é uma metodologia específica para estudos da Internet. Ela é um método interpretativo e investigativo para analisar o comportamento cultural dos indivíduos em comunidades on-line (AMARAL; NATAL; VIANA, 2008).



Precariedade é a palavra que melhor define o mundo do trabalho e da educação na contemporaneidade. Essa precariedade se materializa de diversas formas, entre elas, o progresso tecnológico aliado ao esforço de racionalização, que tendem a intensificar ainda mais as jornadas de trabalho. (BAUMAN, 2001). A intensificação do trabalho docente se caracteriza no aumento das tarefas desempenhadas por esses profissionais, na aceleração do ritmo de trabalho e do controle do seu trabalho por meio das novas tecnologias.

O trabalho do professor, à semelhança do que tem ocorrido no campo das organizações, vem recebendo as consequências do processo de reestruturação do setor produtivo e da diminuição do papel do Estado. Entre elas, destaca-se a adoção do paradigma da gestão flexível, que propaga a necessidade da formação de profissionais competentes, flexíveis e polivalentes (FIDALGO; OLIVEIRA; FIDALGO, 2009, pp. 16 – 17).

Autores como Lemos (2011) e Fidalgo e Fidalgo (2009), ressaltam as consequências do fato das universidades se submeterem a processos avaliativos de instituições financiadoras de pesquisa que pregam a concorrência e a meritocracia. Para alcançar os critérios e níveis avaliativos tidos como excelentes, os docentes acaba se submetendo a uma lógica de mercado onde somente o mais forte (nesse caso, o mais produtivo) sobrevive e abocanha a maior parte dos recursos financeiros ocasionando assim, uma verdadeira guerra de interesses e disputas dentro do universo acadêmico entre esses sujeitos. Nesse luta para quem receberá mais recursos, a cooperação entre os cursos e as instituições acabam ficando de lado, e muitas vezes, simplesmente não existe.

Prega-se que a figura do trabalhador ideal é o profissional polivalente (que desempenha diversas funções), que saiba atuar em diversas frentes, que esteja se aperfeiçoando constantemente e que saiba utilizar as novas tecnologias de informação e comunicação (BAUMAN, 2001). A partir disso, observamos que nas universidades os docentes frequentemente desempenham cada vez mais funções além das já tradicionais funções atribuídas a eles, há também um crescimento cada vez maior de docentes encarregados de funções administrativas.

Com o passar dos tempos e com o surgimento de novas condições de trabalho – massificação dos estudantes, divisão de conteúdos, incorporação de novas tecnologias, associação do trabalho em sala de aula com o acompanhamento do aprendizado em empresas –, as funções docentes passaram por um processo de ampliação e complexificação. Hoje,



oficialmente, as universidades públicas atribuem aos professores quatro funções: o ensino, a pesquisa, a administração e a extensão. (LEMOS, 2011, pp. 105 – 106).

Devido á sobrecarga de trabalho e as cobranças por produtividade imposta a esses profissionais, eles se veem cada vez mais forçados a trabalhar fora do seu horário normal de trabalho para dar conta de tudo. Isso acaba causando um grande desgaste físico e emocional para esses trabalhadores, assim como também acarreta uma série de conflitos e dificuldades nas relações familiares. “É nesse quadro que as novas formas e instrumentos de trabalho invadem as casas dos professores, trabalhadores das 24 horas do dia [...]” (FIDALGO; FIDALGO, 2009, p. 106).

Em meio a isso tudo, a relação entre o professor e o aluno acaba ficando permeada por uma série de tensões e contradições porque as demandas institucionais da atualidade acabam exigindo que o professor priorize outras funções em detrimento do exercício de lecionar. O professor acaba sendo orientado mais para a pesquisa do que para o ensino, já que agora o sinônimo de um bom profissional é aquele que possui títulos em detrimento do exercício de lecionar. Isso acaba sendo percebido pelos alunos que por sua vez, cobram mais dedicação do professor, fato que acarreta mais pressão para o desempenho do trabalho desse profissional (LEMOS, 2011).

Fica claro que mudanças na forma de lecionar, nos conteúdos e um novo redimensionamento das metodologias utilizadas em sala de aula precisam ser atualizadas, mas também fica evidente que o problema não é apenas esse. É preciso de alguma forma lutar contra o processo imposto pelas políticas neoliberais que vem colonizando as universidades, que por sua vez pressionam os docentes a se submeterem a condições de trabalho cada vez mais precárias, mais intensas. Esse acúmulo de funções, esse profissional polivalente exigido na atualidade, tem gerado um professor alienado, onde a sua autonomia encontra-se cada vez nebulosa.

#### 4. O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA): A IMPLANTAÇÃO DO SIGAA E AS MUDANÇAS NO TRABALHO DOS DOCENTES

A UFPA vem nos últimos anos realizando uma série de mudanças na sua estrutura física e administrativa como objetivo de preparar a instituição para esse novo paradigma informacional pelo qual a sociedade e as instituições vêm passando. Criação de site oficial,



instalação de pontos de wifi espalhados pelo campus, ampliação de velocidade da internet, treinamento de funcionários, e por fim, implantação de um novo sistema para gerir as atividades acadêmicas da instituição.

Em meio a esse contexto, em 2014 o Sistema de Informações para Ensino (SIE), ferramenta online que era utilizada na UFPA desde 2006, saiu do ar para a entrada do módulo de graduação do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). O SIGAA é centrado numa base de dados integrada, onde todos os sistemas compartilham uma base de dados comum, evitando, dessa forma, a replicação de dados, a redundância e a inconsistência na informação. Isso otimiza a coleta de dados para a tomada de decisões estratégicas pela Administração Superior (CENTRO DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO, 2014). Além é claro, de trazer uma série de mudanças na rotina de professores e alunos.

O SIGAA é uma tecnologia *Web*. Ou seja, o sistema pode ser acessado de qualquer lugar e de qualquer dispositivo que possua acesso à internet (Notebook, Smartphone, Tablet, etc) (CENTRO DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO, 2014). Além de atender as necessidades burocráticas da instituição, o SIGAA traz outras possibilidades: ele pode ser utilizado por alunos e professores como um ambiente virtual de ensino e aprendizado. Um local aonde alunos e professores interagem por meio de fóruns de discussão onde é possível trocar informações, tirar dúvidas e compartilhar materiais.

Esses ambientes dinamizam o trabalho do docente. De forma interativa, o professor ensina e aprende. Nesses espaços, a função do professor é assumir um papel de mediador nesses fóruns de discussão, incentivando e propondo leituras para os alunos, auxiliando na construção de um conhecimento coletivo (LÉVY, 2010; MACHADO, 2013).

Foram entrevistados 8 docentes do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA). As entrevistas foram realizadas com o objetivo de descobrir qual é a opinião desses profissionais em relação à implantação do SIGAA e como ele interferiu de forma direta na rotina de trabalho desses docentes trazendo uma série de desdobramentos que precisam ser investigados.

As entrevistas foram organizadas de forma semiestruturada e realizadas no “bloco A” do curso de Ciências Sociais da UFPA e no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) do qual a faculdade de Ciências Sociais faz parte. As dificuldades encontradas para a realização das entrevistas com um maior número de docentes se justifica, pois muitos deles alegaram falta de tempo/indisponibilidade para conceder as entrevistas, o que de certa



forma acaba reforçando ainda mais a hipótese de que o trabalho docente está cada vez mais intensificado.

Mais abaixo, trago os resultados dessas entrevistas. Esses resultados apresentam uma grande importância, pois deixam claro as implicações que a modernização da Instituição com a introdução de novas tecnologias e novas formas de controle sobre o trabalho docente vem trazendo diversas consequências para a rotina de trabalho dos docentes, entre elas o processo de intensificação do trabalho.

Inicialmente foi perguntado aos docentes entrevistados, qual é a opinião deles sobre o novo sistema (SIGAA) adotado pela instituição para gerir as atividades acadêmicas: 62% dos docentes entrevistados tem uma boa opinião referente ao SIGAA e já 38% dos docentes possuem uma opinião ruim em relação ao novo sistema.

Os que acham que o novo sistema é bom ressaltam as várias utilidades que o SIGAA possui. Esse sistema se apresenta como uma plataforma dinâmica, com diversos recursos. De acordo com o relato de um dos docentes durante a entrevista, o SIGAA “[...] é uma plataforma dinâmica e interessante, mas falta a cultura do uso” (informação verbal)<sup>7</sup>. Essa “cultura do uso”, a qual o docente se refere, seria o “costume”, o fato da comunidade acadêmica ainda está se familiarizando com o novo sistema e ainda não utilizá-lo de forma a explorar todas as suas possibilidades.

O SIGAA possui uma vasta gama de utilidades entre as quais, ele pode ser usado inclusive como um ambiente virtual de aprendizagem. Por exemplo, existe no sistema, a opção de qualquer aluno ou professor criar um fórum, no qual esses sujeitos podem debater algum tema ou esclarecer qualquer dúvida dos alunos, neste ambiente virtual. Os entrevistados que possuem uma boa opinião em relação ao SIGAA, justificaram sua opinião ressaltando essa variedade de utilidades do sistema para outros fins, além dos burocráticos (lançamento de conceitos, abertura de turmas, realização de matrículas, etc).

Já os 38% de docentes que possuem uma opinião ruim em relação ao novo sistema, em sua maioria, concordam que o SIGAA possui muitas utilidades, mas apontam para outros fatores que impede que ele seja utilizado em toda sua potencialidade. Esses fatores apontados por eles vão desde problemas técnicos do sistema até a falta de treinamento básico dos professores para aprender a utilizá-lo da melhor forma.

---

<sup>7</sup> Informação fornecida por docente durante entrevista realizada em Setembro de 2016.



Assim, foi perguntado aos professores de que forma a implantação do SIGAA impactou na rotina de trabalho deles. As respostas foram extremamente divididas: Metade dos entrevistados (50%) disseram que a implantação do SIGAA teve um impacto positivo no seu trabalho. Já a outra metade (50%) relatou que o SIGAA modificou sua rotina de trabalho de forma negativa.

Alguns dos entrevistados confessaram que no momento em que foram comunicados sobre a implantação de um novo sistema na instituição no qual o próprio professor poderia lançar os conceitos diretamente no sistema, justificar as faltas, criar salas de aulas virtuais, entre outras possibilidades, houve um sentimento de otimismo por parte desses profissionais que seriam beneficiados com essas mudanças. Além disso, o fato do sistema ser *web*, ou seja: poder ser acessado de qualquer computador que possua acesso à Internet e um navegador, em qualquer lugar; não sendo mais necessário estar na UFPA para acessar o sistema. Para os professores isso significaria mais facilidade em relação a algumas burocracias da instituição. Isso significaria poder realizar esse trabalho a partir do conforto de casa ou de qualquer outra lugar fora do ambiente de trabalho.

Já para outros docentes, esse aumento de tarefas burocráticas, modificou a rotina deles negativamente. Eles relatam que, o aumento de funções como as que apenas o docente pode lançar o conceito dos alunos, fechar turmas às quais eles estão vinculados, entre outras coisas; é uma falsa autonomia dada ao professor. Isso seria uma forma de atribuir ainda mais trabalho para a rotina desses trabalhadores, jogando a responsabilidade de tarefas que eram exclusivas da administração da faculdade, para as “costas” desses profissionais.

O fato do sistema poder ser acessado de qualquer lugar ou aparelho que possua internet, representa um alargamento na rotina de trabalho desse profissional. A carga horária de trabalho do professor cresce, rompe as fronteiras do seu ambiente de trabalho e invade o seu momento de lazer, o seu descanso, sua casa. Em suma, é mais trabalho para o professor, que agora realiza algumas atividades em casa aonde teoricamente seria o seu local de descanso e lazer após um dia todo trabalhando em sala de aula ou dentro de um escritório. Além desses problemas, outro ponto para o qual os professores apontaram, foi a falta de treinamento. Eles alegam que a instituição não qualificou seus docentes, não lhes forneceu treinamento básico para utilizarem o novo sistema.

A partir daí, foi perguntado aos professores se eles possuíam conhecimento acerca de algum curso que a instituição tenha ofertado para qualificar seus profissionais para utilizarem o SIGAA. As respostas foram as seguintes: Cerca de 25% dos docentes afirmou



que a UFPA oferta curso para a qualificação dos servidores da instituição, com o objetivo de treiná-los pra utilizar o novo sistema. Mas segundo a maioria desses entrevistados, os cursos ofertados têm como público-alvo os técnicos administrativos e docentes que atuam na área administrativa. Já os outros 75% dos entrevistados, disseram que não sabem da existência de nenhum curso de treinamento básico para utilizar o SIGAA. Segundo eles, faltou mais comunicação entre o comando da instituição e o restante da comunidade acadêmica em relação á implantação do SIGAA. Faltou treinamento básico não só para quem atua na área administrativa, mas também para os docentes que lecionam nas salas de aula e que com essas mudanças de sistema da instituição, tiveram como consequência mais acúmulo de funções para desempenhar na sua rotina de trabalho, nesse caso, mais tarefas administrativas.

## 5. CONCLUSÃO

As transformações tecnológicas vividas pelos sujeitos na contemporaneidade representam não só a inserção de equipamentos e técnicas, mas também se manifestam na forma como os indivíduos estão vivendo e trabalhando essas transformações em suas relações cotidianas. Desse modo, as novas tecnologias estão presentes na nossa vida, no nosso trabalho e na nossa constituição como ser social.

A partir do momento em que a informação e o conhecimento começam a ser vistas como extremamente importantes para o desenvolvimento do capitalismo, as universidades passam a sofrer uma série de reestruturações orientadas por organismos internacionais com o objetivo de aumentar a produção científica e tecnológica dentro da academia. Assim, esses espaços de ensino passam a ser orientados e geridos através de uma lógica empresarial onde é priorizada a flexibilização das atividades e a produtividade.

Para aumentar a produtividade faz-se uso intenso de novas tecnologias e da intensificação das jornadas de trabalho. Nesse contexto, através de um discurso modernizador da educação articulado por organismos internacionais e a grande mídia os docentes acabam sendo seduzidos pelas promessas de flexibilidade espaçotemporal que as novas tecnologias possuem. O mundo do trabalho e da educação na atualidade impõe que os profissionais exerçam diversas funções, se mantenham em constante processo de aprendizado para acompanhar o avanço tecnológico. A partir disso, observamos uma sobrecarga de funções atribuídas aos docentes, onde sua rotina de trabalho que engloba o



ensino, a pesquisa e a extensão, agora, também sofre cada vez mais com o aumento de funções administrativas.

Em linhas gerais, a partir das entrevistas com os docentes do curso de Ciências Sociais, é possível constatar que a implantação do SIGAA na UFPA exemplifica um processo de precarização e intensificação do trabalho sofrido por professores em várias outras universidades espalhadas pelo país, pois o SIGAA já existe em outras instituições. Num primeiro momento, o SIGAA parece ser benéfico para o trabalho dos professores, mas com o decorrer do tempo, é possível constatar como esse sistema de gestão se mostrou nocivo para o dia-dia de trabalho dos docentes.

Em suma, o processo de intensificação do trabalho docente se caracteriza no aumento das tarefas desempenhadas por esses profissionais, na aceleração do ritmo de trabalho e do controle do seu trabalho por meio das novas tecnologias. É preciso de alguma forma lutar contra o processo imposto pelas políticas neoliberais que vem colonizando as universidades, que por sua vez pressionam os docentes a se submeterem a condições de trabalho cada vez mais precárias, mais intensas. Esse acúmulo de funções, esse profissional polivalente exigido na atualidade, tem gerado um professor alienado, onde a sua autonomia encontra-se cada vez mais incerta.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Lucina. **Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital**. In: Sessões do imaginário, Cinema, Cibercultura, Tecnologias da Imagem. Porto Alegre, número 20, dezembro de 2008, Famecos – PUCRS.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **Sobre Educação e Juventude: conversas com Ricardo Mazzeo/Zygmunt Bauman**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 17ª edição, 2016.

CENTRO DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO. **UFPA implanta Sistema SIGAA na Graduação**. Disponível em: <https://ww2.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=9024>. Acesso em: 09/09/2017.



COSTA, Lorena. **“Professor sem feice é uma desgraça!”**: a relação entre docente e discente e suas extensões nas redes sociais online. 2015. 35f. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais)-Curso de graduação em Ciências Sociais. UFPA. 2015.

FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M; Fidalgo, Nara Luciene Rocha. **A Intensificação do Trabalho Docente**: tecnologias e produtividade. Campinas, SP: Papirus, 2009.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 13ª edição, 2004.

KENSKI, Vani Moreira. **Novas tecnologias, o redimensionamento do espaço e do tempo e os impactos no trabalho docente**. Informática Educativa, vol 12, 1999.

LEMOS, André. **Cultura da Mobilidade**. Revista FAMECOS, Porto Alegre, nº 40, 2009.

LEMOS, Denise. **Trabalho Docente nas Universidades Federais**: tensões e contradições. CADERNO CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 103-118, 2011.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: editora 34, 3ª edição, 2010.

MACHADO, Monike Caroline Zirke. **As tecnologias de informação e comunicação e os impactos na formação docente**. Revista do Difere, v3, n.5, jun/2013.

SANTAELLA, Lucia. **Mídias locativas**: a internet móvel de lugares e coisas. Revista FAMECOS, Porto Alegre, nº 35, 2008.

VESCE, Gabriela Eyng Possolli. **As Mudanças no Mundo do Trabalho e o Discurso sobre Tecnologia no Contexto Universitário**. EDUCERE, 2008. Disponível em: [http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/569\\_400.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/569_400.pdf). Acesso em: 06/9/2017.



**GT 13 - Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações,  
novas formas de dominação?**

**O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA REFINARIA PREMIUM NO MUNICÍPIO DE  
BACABEIRA: AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SOBRE AS RELAÇÕES DE  
TRABALHO.**

Bianca Sampaio Correa<sup>1</sup>(UEMA)  
[biancasampaio-c@hotmail.com](mailto:biancasampaio-c@hotmail.com)

Zulene Muniz Barbosa<sup>2</sup>(UEMA)  
[zulene.mb@uol.com.br](mailto:zulene.mb@uol.com.br)

**RESUMO:**

Este artigo examina o processo de implantação da Refinaria Premium I no Município de Bacabeira e seus impactos socioeconômicos em comunidades rurais do entorno em particular, a comunidade de Santa Quitéria. Compreende-se que este cenário se compõe como desdobramento da dinâmica de concepções que têm orientado a economia contemporânea que articula diversas territorialidades no plano transnacional, nacional, regional e local.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Impactos socioeconômicos; comunidades rurais.

**1. INTRODUÇÃO**

O Maranhão está inserido na rota da modernização industrial do norte do país desde a década de 1980 com a instalação de grandes empreendimentos econômicos desenvolvidos no bojo do Projeto Grande Carajás (PGC) – projetos mínero-metalúrgicos, agropecuários e de reflorestamento, com os seus pólos industriais instalados, a princípio, nos seguintes municípios maranhenses: Rosário, Santa Inês, Açailândia e Imperatriz. O enfoque desta dimensão regional do desenvolvimento explicita os diferentes estágios do processo de desenvolvimento no Maranhão.

A estratégia de modernização que acompanhou historicamente os modelos de desenvolvimento nesta região se inscreveu nos marcos de um modelo caracterizado pela crescente internacionalização da economia brasileira através da exportação de produtos primários. A consequência verificada é uma realidade



contraditória, pois, por um lado vê-se a dinâmica econômica dos grandes projetos e, por outro, os baixos índices de desenvolvimento social e humano.

Segundo dados do IMESC (2005), o PIB per capita do Estado do Maranhão no ano de 2011 foi de R\$ 7.852,71, o do Nordeste foi R\$ 9.561,41 enquanto que o Brasil alcançou R\$ 21.535,65. Comparando com a posição do PIB per capita no Ranking dos estados nordestino, o Maranhão recuperou em 2011 a 26ª posição. Entretanto é possível perceber o paradoxo entre o potencial econômico e desigualdades sociais no Estado. Neste sentido, de acordo com o IPEA (2002) tem havido um forte aumento da heterogeneidade econômica e social inter e intra-regional com o surgimento de áreas com pretensão de se constituírem pólos dinâmicos – as chamadas ilhas de produtividades -- independente do desempenho agregado da economia regional e do grau de articulação com áreas dinâmicas da economia do país.

Assim, como desdobramento desta dinâmica, o governo do Estado (entre 2009-2014) retoma a, mesma, política desenvolvimentista com a instalação de novos empreendimentos econômicos, dentre os quais se destaca a Refinaria Premium. A perspectiva de implantação da Refinaria se articula com o extraordinário desenvolvimento do capitalismo no Maranhão através de processos produtivos apresentados como sendo de desenvolvimento e cujos efeitos se fazem sentir pela alteração do modo de vida de populações locais e fortes alterações ambientais. Esse processo tem gerado segundo Horácio Antunes ( ) no confronto com lógicas diferenciadas de ocupação e uso de territórios e recursos e levando a processo conflituos.

## 2. ECONOMIA DE ENCLAVES

O Maranhão nas últimas três décadas tem recebido pesados investimentos, atualizando a política desenvolvimentista na qual tem se inserido desde a segunda metade dos anos 1950. Em 1964 com a institucionalização do governo militar, toma



posse no Maranhão José Sarney (1965) que adotou um programa econômico para o Maranhão integrado às necessidades da expansão do capital monopolista. Jose Sarney iniciou seu governo realizando uma reforma administrativa para "modernizar" e desenvolver o Estado do Maranhão. Esse processo implicou na venda de terras públicas. Segundo Asselin (1982) os métodos e processo de aquisição de terras eram os seguintes: compra de antigos proprietários, requisição de terras devolutas aos governos estaduais e grilagem. Nessa época a Belém- Brasília tornou-se o palco de atuação dos grileiros.

Dentre os seus principais projetos do governo Sarney, pode ser destacado a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA), o Porto do Itaqui, a rodovia São Luís/Teresina e a "modernização" do setor agrícola, priorizando os grandes projetos agropecuários e criando um arcabouço jurídico para orientar a ocupação das terras, de modo a facilitar a ação dos grileiros (COSTA, 1997, GONÇALVES, 2000).

Nos anos 1980, no âmbito do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), outra forma de inserção do Maranhão na dinâmica do capital internacional foi o Programa Grande Carajás, cujo principal objetivo foi atrair investimentos de grandes empresas multinacionais (Barbosa, 2006). O regime especial de concessão (incentivos financeiros e tributários) compreendia todos os empreendimentos a serem desenvolvidos nos Estados do Pará, Goiás, Tocantins e Maranhão, para a exploração do potencial de riquezas minerais nessa região da Amazônia Oriental. Como consequência diversos conflitos sociais e ambientais, principalmente, na micro-região do chamado corredor de exportação de minério de ferro, envolvendo pequenos produtores, posseiros e grupos industriais. No caso mais específico do desenvolvimento industrial do Maranhão os autores como Mesquita (2011) apontam a mudança no padrão de acumulação, e em especial, entre os anos de 1970 e 1985.

Segundo Mesquita (2011) é interessante ressaltar, que a década de 1980 representa um marco importante para a economia do Maranhão, porque abandona um padrão de desenvolvimento anterior baseado nas atividades primárias pré-capitalista e empreendimentos comerciais e industriais com baixíssima



produtividade, por outro padrão baseado em grandes empresas capitalista. Esse processo continuou nos anos 1990.

Nos anos 1990, outro viés da inserção do Maranhão foi a expansão do agronegócio que se tornou um agravante para a questão agrária, considerando o contexto histórico de expropriação e exploração vivido pelos trabalhadores camponeses no estado. Seguindo este viés, identificamos a realidade do estado como uma particularidade da questão agrária brasileira. Os impactos da entrada do Maranhão na rota do capital mundial conduzido pela oligarquia Sarney incidiram sobremaneira no campo, complexificando a questão agrária.

Nesse movimento, foram dinamizados e ampliados os investimentos de capital para a expansão e modernização da produção no campo, visando, sobretudo, a exportação para o mercado externo. Nesta mesma década aparecem outras atividades econômicas como a produção de grãos no Sul e Nordeste do estado além das monoculturas de eucalipto (MESQUITA, 2009).

Cabe salientar que neste período a implantação de empreendimentos como a Suzano, dá lugar a imensas áreas verdes de eucaliptos, seguida da exploração da força de trabalho de um grande contingente de trabalhadores com baixa qualificação. Estes acabam por se submeter a uma realidade degradante de trabalho, muitas vezes análoga à escravidão. Todavia, em virtude da necessidade de expandir seus espaços de exploração, grandes empresas que atuam no estado vêm ampliando os investimentos no agronegócio de modo que tanto a soja quanto o eucalipto já deixaram a área da Amazônia Maranhense e estão se espalhando por outras regiões do estado.

Diante desse cenário é possível perceber que o Maranhão, desde os anos 1970 passou por diversos surtos industriais - a opção foi o desenvolvimento centrado nos grandes projetos e na modernização industrial. Entretanto, esses empreendimentos embora tenham sido foram apresentados pelo governo de Roseana Sarney como projetos indutores de desenvolvimento, os graves problemas econômicos e sociais do estado permaneceram sem solução.

### 3. O MUNICÍPIO DE BACABEIRA E O CONTEXTO DO EMPREENDIMENTO

Conforme dados do IBGE (2010), aproximadamente 70% do território de Bacabeira, corresponde ao Campo de Perizes com área caracterizada por um solo sem suporte e resistência para construção, não sendo propício ao processo de ocupação humana. Nesse



sentido, a duplicação da BR 135 vem sendo trabalhada para receber a camada asfáltica favorável ao deslocamento e fluxo de mercadoria para a circulação do capital. Estas condições tornam Bacabeira um dos mais promissores polos de investimento, negócios e oportunidades. Foi justamente estas condições o fator chave da escolha do local para a implantação da Refinaria Premium I da Petrobrás. Vale salientar que mesmo com o processo de implantação (e a dinâmica que isso gerou) Bacabeira quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) não teve grandes alterações, pois segundo dados do censo de 2010, o valor do IDH do município é de 0,629.

O Município de Bacabeira está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,285), seguida por Longevidade e por Renda. Bacabeira ocupa a 3501ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 3500 (62,89%) municípios estão em situação melhor e 2.065 (37,11%) municípios estão em situação igual ou pior.

Em relação aos 217 outros municípios de Maranhão, Bacabeira ocupa a 23ª posição, sendo que 22 (10,14%) municípios estão em situação melhor e 195 (89,86%) municípios estão em situação pior ou igual. Contudo, Bacabeira revela potencial pela sua localização estratégica por suas riquezas naturais e, também, em termos de área necessária para desapropriação ainda não legalizadas e registradas, como é o caso de Santa Quitéria e de Salva Terra, ambos povoados sofreram diretamente os impactos desde o início da obra.

Quanto aos aspectos demográficos segundo os dados censitários no ano de 2010, publicado no Diário oficial da União, a população de Bacabeira está estimada em 14.965, sendo composta de 7.542 do sexo masculino e 7.423 feminina, muito embora esta se concentre majoritariamente na área rural, com um total de 11.641 de habitantes. O gráfico abaixo mostra o total da população urbana e rural de Bacabeira.



## População de Bacabeira- MA

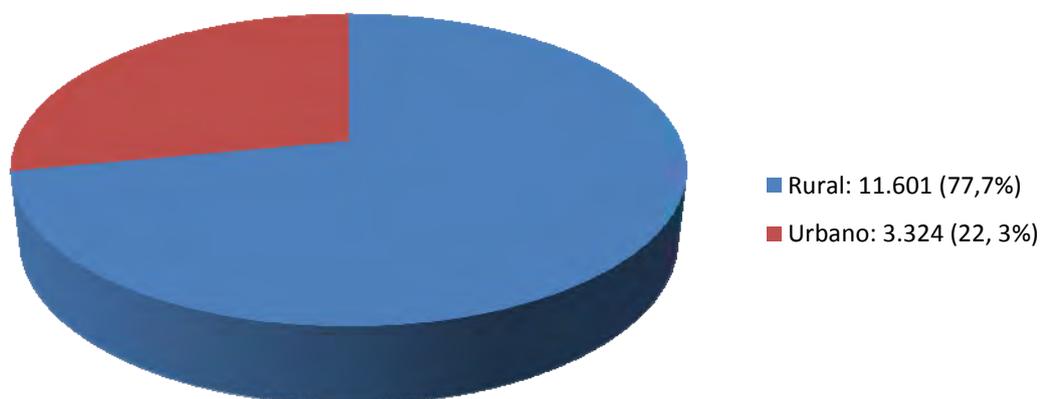


Gráfico 1: População urbana e rural de Bacabeira

Fonte: IBGE, censo 2010 apud Silva.

Estes dados revelam a partir das atividades econômicas, que 77,7% da população bacabeirense ainda se concentra no setor primário, principalmente na pesca agricultura (roçado no quintal) e criação de pequenos animais (porco, galinha) e em pequena proporção o gado. Observa-se também a inserção de uma modesta força de trabalho no setor da indústria devido a existência, no município, de um polo cerâmico, de produção de ferro gusa e pedra britada visando a implantação da refinaria de petróleo.

### 3.1 Os impactos sob a ótica dos moradores de Santa Quitéria.

O povoado de Santa Quitéria localiza-se na antiga Ma-404, atualmente a BR-404, sob o domínio do DNIT, no KM- 4, portanto, em frente a construção da Refinaria Premium I. Santa Quitéria foi uma das comunidades rurais mais afetadas pelo empreendimento da Petrobrás pela própria localização, pois situada na porta de entrada, ou seja, no olho do furacão petrolífero. Entretanto, tão logo foi iniciada a obra da refinaria em 2010, iniciou-se, também, a resistência dos moradores organizados na associação de Moradores que lutam pelo direito de permanecer na terra, como lugar de reprodução dos seus moradores. O processo de desapropriação (que gerou a organização da comunidade) começou em agosto de 1998, quando, o advogado José Valmir Moura, popularmente conhecido por “Biril”, entrou com uma ação na Justiça com o pedido de reintegração de posse, alegando ser o legítimo proprietário das terras desse povoado. Outro impacto deu-se em decorrência do próprio processo de implantação da Refinaria pois implicou na mudança do modo de vida e trabalho



dos moradores. Assim, desde que surgiu o conflito pela disputa das terras, cerca de 80% da área plantada do povoado de Santa Quitéria foi destruída a mando do suposto dono. Alguns moradores ainda permanecem em locais menores se comparado com a área que foi destruída e outros ficaram sem suas atividades, como por exemplo, o cultivo da agricultura familiar.

Neste contexto, considerando o trabalho como meio de sustento de homens e mulheres da comunidade, pode-se afirmar que o trabalho sedimenta e dar sentido as formas de vivencias da comunidade. Sergio Lessa (2010), parafraseando Marx vai dizer que o trabalho como atividade humana é uma categoria fundante do mundo dos homens. É a vida social, o meio, as relações construídas que determinam o ser e não a ideia deste sobre a sociedade.

Vale ressaltar que após várias roças terem sido queimadas a mando do suposto dono, diminuiu o trabalho na lavoura e piscicultura. Esse fato pode ser constatado na tabela abaixo, a partir dos dados coletados em pesquisa de campo.

Tabela 1- Tipo de atividade desenvolvida pelos trabalhadores de Santa Quitéria

Desempregado	9%
Empregada Doméstica	5%
Autônomo	4%
Secretaria	2%
Ajudante de Pedreiro	2%



---

Pesca e Agricultura

1%

---

Fonte: coleta de campo: questionário aplicado em abril de 2015

Percebe-se que 9% dos moradores estão desempregados e que 1% exercem as atividades relacionadas à pesca e à agricultura. Sem dúvidas, com a entrada do desse empreendimento não só as condições de trabalho foram alteradas, mas também a própria condição de existência, destes, na comunidade constituída historicamente, por uma identidade cultural de pertencimento. Com o ataque aos seus locais de trabalho muitos trabalhadores ficaram sem ter como exercer suas principais atividades. Segundo Silva (2013), em entrevista realizada em 2013, cerca de 56% dos trabalhadores, da comunidade, desempenhavam suas atividades em unidade de produção familiar. Ou seja, na agricultura, criação de pequenos animais e na pesca.

Após três anos do processo de implantação de um projeto anunciado pelo governo do estado instalou-se a crise do empreendimento da Petrobras e vários fatores convergiram. Como aponta Diniz (2015), O cenário operacional-financeiro em que esteve plantado o projeto da refinaria Premium I, nunca foi além de um projeto em estudo de viabilidade. E, segundo este autor em meio a complicações político-administrativas e o agravamento de crise recorrentes com reduções no preço do barril de petróleo no mercado internacional instalou-se a crise e a paralisia. Ou seja, o projeto que chegou a custar US\$ 112, em meados de 2014 atingiu o seu mais baixo nível, sendo, pois, inviabilizado. A solução imediata foi retirada do projeto da refinaria Premium I e de seu portfólio de investimentos como perdas fundamentais para o exercício de 2014.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Diniz (2015) a realidade que se desenhava desde 2010 sobre o investimento da Petrobrás em Bacabeira, no Estado do Maranhão se revelou: a refinaria Premium I, nunca passou de um projeto em avaliação, por isso não foi implementado. Vale ressaltar que independentemente da instalação ou não da refinaria Premium, grandes empreendimentos implantados nos municípios maranhenses na sua grande maioria não alteraram o quadro da pobreza regional e local e os indicadores socioeconômicos locais confirmam. Por si só estes empreendimentos ao se instalarem geram externalidades negativas iniciais com impactos ambientais, desapropriações, custos sociais, com pouco efeito multiplicador para as economias subdesenvolvidas, quando ali se localizam.

## REFERÊNCIAS



ALMEIDA, Lúcio Flávio de. **Ideologia nacional e nacionalismo**. 2ed. , São Paulo: EDUC, 2014.

ARCANGELIS, Alberto. **O mito da terra: uma análise da colonização da pré Amazônia maranhense**. Coleção Ciências Sociais, Série Questão Agrária. São Luís: UFMA, 1987.

ASSELIM, Victor. **Grilagem, corrupção e violência em terra de Carajás**. Petrópolis: Vozes, 1987.

BERCOVICI, Gilberto. **Constituição econômica e desenvolvimento uma leitura a partir da constituição de 1988**. São Paulo: Malheiros editores, 2005.

BARBOSA, Zulene Muniz. **Maranhão, Brasil: Lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo**. São Luís: UEMA, 2006.

BARBOSA, Zulene Muniz. **As “temporalidades” da Política no Maranhão**. Professora da Universidade Estadual do Maranhão doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP e membro do NEILS. Disponível em: <http://www.pucsp.br/>. Acesso em: 30/07/2014.

BARBOSA, Zulene Muniz e ALMEIDA, Desni Lopes. **A rota dos grandes projetos no maranhão: a dinâmica entre o local, regional e o transnacional**. GEPAL, 2013.

BARBOSA, Zulene Muniz. **Novas formas de acumulação do capital no espaço regional: a experiência do Maranhão**. ANPUH. São Paulo, 2011.

CASTRO, Edna. **Tradição e Modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia**. Novos Cadernos NAEA volume 2, nº 1, 1999.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento – Brasil: JK-JQ**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed.,. 1978.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **A ideologia persistente do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 2013.

DINIZ, Péricles Carvalho. **A Refinaria Premium I no município de Bacabeira: perspectivas e impactos socioeconômicos de um projeto de enclave no Maranhão a partir de 2010**. São Luís, 2015.

DOS SANTOS, Theotônio. **A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico**. 2000.

Documento: **O maranhão na nova década**

FEITOSA, Raimundo Moacir M. **O processo socioeconômico do Maranhão**. 1994.

FIORI, José Luís. **A esquerda e o desenvolvimentismo**. 2006.



FONSECA, Graziano Leal. **A falácia do desenvolvimento e o discurso desenvolvimentista como uma estratégia das forças hegemônicas no Brasil**. Niterói-RJ: PPGSD-UFF, 2012.

FONSECA, Pedro. **Nacionalismo e economia: o segundo governo Vargas**. In: História econômica do Brasil contemporâneo. São Paulo, 2002.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Paz e Terra, 3ªed. 1974.

HARVEY, Davi. **O Novo imperialismo: acumulação por desapossamento (parte II)**. 2005

JUNIOR, Teixeira. **O estado e o desenvolvimento: uma revisão da teoria do desenvolvimento/subdesenvolvimento de Celso Furtado**. 2006.

JR, Armando Boito. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. São Paulo, 2012.

LESSA, Sérgio. **O Método**. Fortaleza: UFC, Mímeo, 2001.

MARCUSO, Eduardo. **Artigo Diálogos entre Milton Santos e Celso Furtado: Uma Aproximação de Pensadores do Brasil**. UNESP/Campus, Rio Claro.

MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de, HANSEN, Dean Lee. **Desenvolvimento regional e local: novas e velhas questões**. São Cristóvão: Editora UFS; 2007.

MESQUITA, Benjamin. **O desenvolvimento desigual da Agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar**. São Luís, editora UFMA, 2011.

LUNA, Regina Célia M. **A terra era liberta: um estudo sobre a luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré – Ma**. São Luís: UFMA, 1985.

**Produto Interno Bruto do Estado do Maranhão: período 2007 a 2011** /Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. V.1 (2005) – . São Luís: IMESC, 2005 – .

PINHEIRO, José César de Freitas. **Companhia Vale do Rio Doce: o engasgo dos neoliberais**. Belo Horizonte, 1996.

**GT 13 – TRABALHO, MERCADO DE TRABALHO E DESEMPREGO: NOVAS  
REGULAÇÕES, NOVAS FORMAS DE DOMINAÇÃO?****ATIVIDADE PESQUEIRA NOS RIOS TOCANTINS E ARAGUAIA A PARTIR DA  
COMPARAÇÃO DA PESCA EM DUAS COLONIAS DE PESCADORES NO  
ESTADO DO TOCANTINS**Lilyan Rosmery Luizaga de Monteiro (UFT)<sup>1</sup>  
[luizaga@uft.edu.br](mailto:luizaga@uft.edu.br)Adolfo da Silva-Melo (FACIT)<sup>2</sup>  
[adolfoants@yahoo.com.br](mailto:adolfoants@yahoo.com.br)**RESUMO**

A região dos rios Tocantins e Araguaia têm sido definida como prioritária pela Agência Nacional de Águas (ANA) devido aos empreendimentos e conflitos sociais na região. São necessárias pesquisas de base tanto dos sistemas biológicos de peixes quanto da interação entre pescador e o rio. A pesca artesanal se caracteriza pela utilização de mão de obra familiar e embarcações simples. Para valorizar esta atividade objetivou-se relatar as atividades pesqueiras nas colônias de pescadores Z15 do município de Babaçulândia, e na Z09 de Peixelândia no município de Couto Magalhães, com a comparação de parâmetros de produtividade, diversidade da pesca e tempo de dedicação ao labor, por visitas in loco entre os anos 2014 e 2015. Foi encontrada uma participação maior de mulheres pescadoras em Couto Magalhães, indicando o envolvimento familiar nesta atividade de comercialização e subsistência, esforço que contrasta com as condições precárias de trabalho da Colônia. Já no município de Babaçulândia existe uma parcela de pescadores que foram localizados em reassentamentos, outros ainda continuam com a atividade na Colônia Z15, de infraestrutura moderna e localizada no centro da cidade de Babaçulândia. Foi detectada a falta de auxílio para o pescador na transferência do produto de pesca. Sobre a produtividade de peixes, a média de 27 espécies foi identificada entre os dados da Colônia Z9, já em Babaçulândia foram 20. Isto mostra que ainda tem uma boa variabilidade de espécies, porém, a sobrepesca de algumas, como curimatá, curvina e Tucunaré pode comprometer a produtividade futura da pesca artesanal.

**Palavras-chave:** Pescadores artesanais, Bacia hidrográfica, Produtividade.

**1. INTRODUÇÃO**

A pesca, em suas mais variadas esferas, é considerada como uma das atividades mais antigas surgida pela necessidade de sobrevivência da época primitiva até os dias atuais (DIEGUES, 2004). No Brasil, a pesca artesanal, é compreendida como meio de captura de peixes sem auxílio de matérias tecnológicos, é o setor que envolve cerca de

<sup>1</sup> Doutora em Sanidade Animal, integrante do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDIRE), Universidade Federal do Tocantins, Brasil.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Biológicas, integrante do curso de Odontologia, Faculdade de Ciências do Tocantins, Brasil.



700.000 pescadores das regiões costeira e ribeirinhas, representados por 400 colônias distribuídos entre as 23 Federações Estaduais (BORGHETTI, 2000).

As alterações ambientais e a exploração por sobrepesca são duas vertentes que estão ligadas ao cenário ameaçador em que se encontra a pesca no geral, contudo, as atividades estão restritas ao limite imposto pelo meio ambiente, relacionado por vezes ao baixo esforço de pesca e incertezas de clima, tempo, viabilidade de peixes, entre outros fatores que alteram as estratégias utilizadas e as viagens em busca do pescado (BEGOSSI, 1992).

A região dos rios Tocantins e Araguaia têm sido definida como prioritária pela Agência Nacional de Águas (ANA) devido aos empreendimentos e conflitos sociais na região, pois além de seu potencial como produtora de água e energia elétrica, nota-se a falta de pesquisa de base quanto a comunidades de peixes para obtenção de dados sobre biologia, ecologia, distribuição, migração, reprodução e alimentação, além de sua relação com os ribeirinhos. O MMA (2006) indica que existem muitas lacunas de conhecimento, principalmente no baixo Araguaia (entre a Ilha do Bananal e a confluência com o Tocantins) e bacia do Tocantins (Lajeado e a confluência com o rio Araguaia).

Na complexidade da atividade pesqueira, segundo Silva (2009), existiria uma espacialização da pesca entre o rio e a terra, sendo o primeiro o fator de segurança social do pescador, mas uma vez capturado o peixe ele entrega a produção na colônia, que deveria se ocupar com atividades em torno da comercialização. A falta de valorização desta atividade, além das pressões capitalistas, podem desestimular a continuidade desta tradição, o que segundo Diegues e Arruda (2001) pode derivar em mudanças radicais.

São necessários trabalhos de pesquisa que destaquem os conhecimentos tradicionais e as habilidades que os pescadores artesanais têm, para compreender a dinâmica de vida que gira em torno a esta atividade, muitas vezes sendo a principal fonte de renda familiar e a única alternativa de sobrevivência dessas comunidades, onde os valores socioeconômicos têm um significado diferente, pois na maioria das vezes a atividade acaba envolvendo a família e os conhecimentos são repassados de geração a geração.

Assim, foi conduzido o trabalho com objetivo de relatar as atividades pesqueiras nas colônias de pescadores Z15 de Babaçulândia, e na Z09 de Peixelândia no município de Couto Magalhães, com a comparação de parâmetros de produtividade, diversidade da pesca e tempo de dedicação ao labor, como um aporte na valorização de suas atividades e reconhecimento do esforço dedicado a esta atividade.

## 2, FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA



O artigo oitavo da Constituição Federal considera a liberdade de conformar uma associação profissional ou sindical, sendo única e definida como representativa dos trabalhadores. Assim, a Lei nº 11.699 de 13 de junho de 2008 (BRASIL, 2008) reconhece as Colônias de Pescadores, Federações Estaduais e Confederação Nacional dos pescadores como órgãos dos trabalhadores do setor artesanal da pesca. Ainda, pela Lei de criação do ministério da pesca, Lei nº 11.958 de 26 de junho de 2009 compete a este o fomento da produção pesqueira e aquícola e a normatização e fiscalização das atividades pesqueira, onde foi instituído também o RPG (Registro Geral de Atividade Pesqueira) como instrumento de legalização da atividade pesqueira entre outros pontos (Brasil, 2009).

Conforme definido pela Lei nº 11.959/2009, a cooperativa tem como perfil de cooperados apenas os pescadores artesanais, ou seja, apenas aqueles que praticam a pesca “de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte”.

A pesca artesanal se diferencia da pesca industrial pela rusticidade no exercício da profissão, pouco mecanizada e com embarcações de pequeno porte e pouca autonomia de deslocamento, sendo elas muitas vezes canoas construídas por eles, como as usadas por quase todos os pescadores de Conceição do Araguaia/PA, canoa com motor conhecida como rabêta, como descrito por Silva, Oliveira e Nunes (2007).

Segundo os achados de Santos, Soares e Barros (2015), eles apresentam habilidades para enfrentar perigos as adversidades da natureza, muitas vezes causadas pelo próprio homem e são detentores de conhecimentos específicos sobre a dinâmica da vida dos peixes, artefato de pesca a sobre o respeito ao período de defeso.

Segundo Dias-Neto (2015) os investimentos governamentais não têm sido suficiente para melhorar as condições sociais dos pescadores artesanais, que estariam entre os mais esquecidos do Brasil, com pouco investimento para vencer a baixa escolaridade que facilitaria o acesso a utilização de tecnologias mais modernas, que não aquelas repassadas historicamente de pais para filhos. Os mesmos autores ainda lembram que a importância da pesca extrativista não é a geração de divisas do país, mas sua característica de ser a melhor, ou às vezes a única, fonte de alimento de qualidade principalmente para as populações mais carentes.

Muitos autores utilizam o termo “bacia hidrográfica” como sinônimo de ecossistema no seu conceito mais abrangente. Pires et al. (2002) indicam que a bacia hidrográfica estaria composta de uma região de terra firme e uma de Planície, onde pode ter uma depressão com águas que escoam em superfície na forma de rios e suas áreas alagáveis.



A bacia hidrográfica do Tocantins-Araguaia, com uma área de 967.059 km<sup>2</sup> cobre parte dos territórios dos estados de Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal, Maranhão, Pará e Tocantins. Aquino, et al. (2005) indicam que a bacia está formada por dois grandes sistemas fluviais: o Tocantins e o Araguaia, com seus 800.000 km<sup>2</sup> é considerada a quarta maior bacia de drenagem da América do Sul, e abarca dois grandes biomas no Brasil: a floresta Amazônica ao Norte e o Cerrado brasileiro ao Sul.

O rio Tocantins tem recebido grandes e pequenos empreendimentos governamentais e particulares ao longo de seu curso. Voltado ao município de Babaçulândia, um desses investimentos afetou drasticamente a referida cidade e a vida dos pescadores. Assim, a complexidade da organização das relações dos ribeirinhos do rio Tocantins exige a discussão do manejo dos recursos hídricos, visando à preservação ambiental dos grupos que aqui criam seus meios de existência (BORGO, 2007). Já o rio Araguaia com 2.600 km de extensão é o principal afluente do rio Tocantins, abriga a maior ilha fluvial do mundo – a Ilha do Bananal – com 350 km de comprimento e 80 km de largura (PORTAL BRASIL, 2009).

A Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia faz parte do programa MAB (man and the Biosphere Programme) da UNESCO (UNESCO, 2017) que tem por objetivo melhorar as relações entre a sociedade e seu ambiente, combinando as ciências sociais e naturais na procura do desenvolvimento sustentável. Pelo que tem se elaborado o planejamento estratégico para o período de 2005-2020.

### 3. MATERIAL E MÉTODOS

#### 3.1. Delineamento da pesquisa

Foram realizadas visitas técnicas, para entendimento da logística da comercialização dos peixes, tanto na Colônia Z15 de Babaçulândia, quanto na Z09 de Couto Magalhães. O estudo aqui apresentado é inicialmente descritivo com a utilização de questionários, após aproximação formal com o responsável da colônia, foram disponibilizados os dados de produtividade dos anos 2014 e 2015.

Posteriormente, foi aplicado o método de pesquisa documental, onde metadados provenientes das Colônias, relativos à produtividade de pesca de dois anos, foram organizados e analisados.

Foram obtidos dados apresentados no Portal da Transparência sobre os favorecidos com o seguro-defeso, o que nos permitiu realizar análise comparativa quantitativa entre os valores apresentados no Município de Babaçulândia e o de Couto Magalhães. Segundo RODRIGUES (2011) O Portal da Transparência é uma iniciativa da Controladoria Geral da



União (CGU) que tem entre seus objetivos o combate à corrupção através da divulgação dos gastos e transferências do Governo Federal.

### **3.2. Local de estudo**

Para compreender as necessidades que estes pecadores têm, assim como o esforço braçal utilizado, é importante também fazer referência ao surgimento histórico dos locais de estudo.

#### **3.2.1. DESCRIÇÃO HISTÓRICA DO LOCAL DE ESTUDO – Peixelândia (Couto Magalhães)**

O distrito de Peixelândia, um dos oito bairros do Município de Couto Magalhães, encontra-se à margem direita do rio Araguaia, local onde se encontra a Colônia de pescadores Z09 da COLPESCOM, este bairro é habitado por cerca de 238 pessoas, a maior parte dos adultos teriam como função principal a pesca. Possui uma população estimada para 2017 de 5.529 habitantes e uma área territorial de 1.585,786 km<sup>2</sup> (DA SILVA, 2009; IBGE 2015).

A Colônia dos pescadores profissionais do município de Couto Magalhães -TO é uma associação Privada fundada em 11 de junho de 2001. Sua atividade principal é a de defesa de direitos sociais. Segundo Da Silva (2009), a falta de assistência na intermediação do produto de pesca tem determinado como única alternativa o desembarque no porto do atravessador que comercializa o produto, pois 75% de toda produção iria para as cidades Conceição do Araguaia, no estado do Pará, e Colinas do Tocantins, Colméia, Guaraí, Araguaína e Palmas, no Tocantins.

#### **3.2.2. DESCRIÇÃO HISTÓRICA DO LOCAL DE ESTUDO – Babaçulândia**

Babaçulândia está localizada às margens do Rio Tocantins, deve o seu nome pela exploração rudimentar do babaçu. Com desenvolvimento lento, também se dedicaram à criação de gado e lavouras, melhorando somente com a inauguração da rodovia GO-388, que dá acesso à BR-153 (IBGE, 2014).

O período entre 2005 a 2011 apresenta pouca importância na economia quando comparado aos demais setores. Porém, os serviços da administração pública tem mostrado crescimento constante, sendo o principal setor na economia de Babaçulândia (CARNEIRO et al., 2014).

O município de Babaçulândia possui aproximadamente cerca de 1.788 km<sup>2</sup> de área. com população estimada em cerca de 10.744 habitantes, ao leste se encontra o rio Tocantins, figura 9, (IBGE, 2016). Está localizada às margens do Rio Tocantins, deve o seu



nome à exploração rudimentar do babaçu. Seu desenvolvimento melhorou com a inauguração da rodovia GO-388, que dá acesso à BR-153 (IBGE, 2014).

O período entre 2005 a 2011 apresenta pouca importância na economia quando comparado aos demais setores. Porém, os serviços da administração pública têm mostrado crescimento constante, sendo o principal setor na economia de Babaçulândia. A colônia de pescadores Z-15 é uma Associação Privada de Babaculândia - TO fundada em 13 de maio de 2004. Sua atividade principal é Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais. A Colônia possui sede com salão equipado com televisor, DVD, e microcomputador com acesso disponibilidade à Internet.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Colônia Z-09 de Couto Magalhães iniciou suas atividades com 12 pessoas e posteriormente foram agregando mais interessados, sendo que em 2007 já contabilizava 63 pescadores, sendo 55 eram homens (87,30%) e 08 eram mulheres (12,70%) (DA SILVA, 2009) (Fig. 1). Foi observado que a Colônia tem auxiliado na venda dos peixes, realizando coleta uma ou duas vezes por semana e venda para o atravessador. Na Colônia, o produto é pesado e registrado a quantidade de peixe, às vezes nomeando-os pela denominação comum ou somente agrupando-os como peixes de 1ª, 2ª e 3ª, estes dados são registrados por anotação manual quase improvisada (Fig. 1), pois não contam com computador.



Figura 1. . A – Frente da Colônia Z09 - Peixelândia, Couto Magalhães. B- Frente da Colônia Z15 --Babaçulândia.

Por meio dos dados encontrados no Portal da CGU (2017), do total de 306 pescadores cadastrados e ativos, 200 (65.4%) pertencem à Colônia Z15 do município de Babaçulândia que exploram os recursos pesqueiros do Rio Tocantins, e 106 (34.6%) à Colônia Z09 que exploram o Rio Araguaia (Tabela 1).

Também são apresentadas as diferenças em gênero dos pescadores artesanais, sendo proporcionalmente parecida a percentagem de homens e mulheres que se dedicam a



esta atividade no rio Araguáia, Colônia Z9, 47,2% para as mulheres e 53,8% para os homens. Já os pescadores da Colônia Z15 apresentam uma distribuição de 70% de homens e 30% de mulheres pescadoras profissionais.

ANO	PEIXELÂNDIA			BABAÇULÂNDIA		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
2011	36	23	59	113	21	134
2012	17	06	23	08	04	12
2013	11	06	17	15	05	20
2014	20	13	33	18	23	41
2015	01	05	06	11	03	14
2016	08	04	12	12	07	19
2017	01	01	02	01	05	06
<b>Total</b>	<b>94</b>	<b>58</b>	<b>152</b>	<b>178</b>	<b>68</b>	<b>246</b>
<b>Saíram</b>	<b>38</b>	<b>08</b>	<b>46</b>	<b>38</b>	<b>08</b>	<b>46</b>
<b>Ativos</b>	<b>56</b>	<b>50</b>	<b>106</b>	<b>140</b>	<b>60</b>	<b>200</b>

Quando comparamos o tempo de pescador profissional com licença de pesca concedida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura para receber o seguro defeso da pesca artesanal, a maior parte dos pescadores da Colônia Z9 do município de Couto Magalhães, distrito de Peixelândia, tem carteira entre 4 a 6 anos, diferente dos pescadores da Colônia Z15, onde a maioria corresponde a aqueles mais antigos (Fig. 2). Uma possível explicação pode ser no sentido da pesca, considerada como única fonte de subsistência para os pescadores de Couto Magalhães, onde o capitalismo entra com passos muito lentos, priorizando a cultura da pesca recebida de geração em geração, sobre normas de habilitação de pesca, normas que tem o objetivo de preservar as comunidades de peixes nos períodos susceptíveis para a continuidade da espécie, como a época de reprodução e os tamanhos mínimos permitidos para serem comercializados.

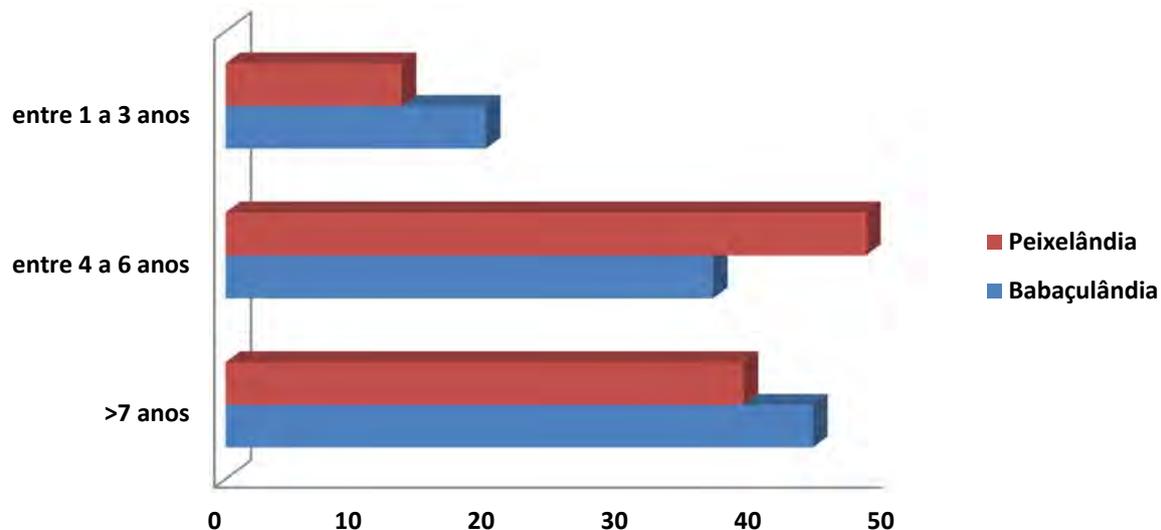


Figura 2. Tempo de pescador profissional com licença de pesca concedida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (%) no Município de Babaçulândia e distrito de Peixelândia.

Já os pescadores de Babaçulândia, com uma realidade diferente, tiveram que se adaptar às novas condições de pesca e muitas vezes mudar até os equipamentos de pesca apropriados para a pesca em ambientes lênticos, e muitos outros ainda tiveram que mudar de atividade, pois como colocado por Ferreira, et al. (2014) a visão mercantilista dos empreendedores do setor hidrelétrico não consideram o valor simbólico desse bens, comprometendo, no futuro, a qualidade de vida de aqueles que não conseguiriam se adaptar a uma situação socioeconômica diferente.

Segundo notícias publicadas por Marinho (2011), se tinha o conhecimento da intenção de estabelecer uma indústria de criação de espécies exóticas, como a tilápia, em tanques-rede, ao que o especialista em Ecologia da UFT Fernando Mayer Pelilice adverte sobre os riscos de converter um pescador em produtor empresário, o que não poderia dar certo principalmente quando se consideram as tecnologias sociais e os conhecimentos tradicionais que fazem parte de este setor. Por outro lado, as últimas notícias publicadas por Caldas (2017) faz menção sobre o termo de cooperação técnica entre o Naturatins e a Embrapa para cooperativa de trabalho, prestação de serviços, assistência técnica e extensão rural sobre a pesca artesanal no rio Araguaia, nas Colônias de Pescadores de Araguacema e Couto Magalhães.

Quanto à assistência técnica e extensão rural, se entende que existirá uma intervenção sobre os saberes culturais dos pescadores, reforçando as dúvidas do Professor Fernando. São necessárias pesquisas em educação ambiental com os pescadores artesanais que respeitem a sua cultura e suas inter-relações socioambientais, como sugerido por Pereira (2008), a mesma que cabalmente diz "...o desenvolvimento de uma proposta de Educação Ambiental é bem mais complexo e profundo do que falar em



problemas ambientais em decorrência do progresso...”, seria mais uma reflexão das condições impostas pelos sistemas às comunidades, para o resgate cultural de seus conhecimentos.

A pesar da dificuldade de participação da mulher, pela sua dupla função, observamos a participação, geralmente junto ao companheiro, nas atividades de pesca. A participação delas na Colônia de pescadores Z 9 é maior que na Colônia Z15, 47,2% e 30% respectivamente. No futuro, é necessário constatar se esta função da mulher na pesca artesanal é reconhecida na família e na própria Colônia, pois segundo Leitão, (2010), existem relatos sobre a condição subalterna das mulheres e seu baixo poder de atuação nas decisões, além da convivência com usuários de droga, álcool e violência, entre outros.

São necessárias práticas educativas que envolvam diretamente aos pescadores e ribeirinhos, com a compreensão das questões ambientais e dos cidadãos, respeitados suas diferenças culturais e conhecimentos locais, como defendido por OLIVEIRA (2002). Neste sentido, tem se visto algumas iniciativas por parte das Colônias, como o último curso de aproveitamento do pescado realizado por técnicos da Ruraltins, realizado em setembro de 2017 para membros da colônia Z15, com intuito de incentivar o consumo e aproveitamento das espécies de peixe de menor valor de mercado, Brito (2017).

O curimatã *Prochilodus lineatus* (Valenciennes, 1847) é a espécie mais popular e abundante na região amazônica, sendo uma das mais pescadas, como mostrado na Figura 4, a relevante na alimentação e economia do país. Mampará *Hypophthalmus marginatus* (Valenciennes, 1840) *H. edentatus* (Spix & Agassiz, 1829) também tem uma aceitação favorável no mercado, como filé congelado, pelo que pode estar sofrendo a sobrepesca.

### Espécies mais relatadas nas Colônias Z9 e Z15

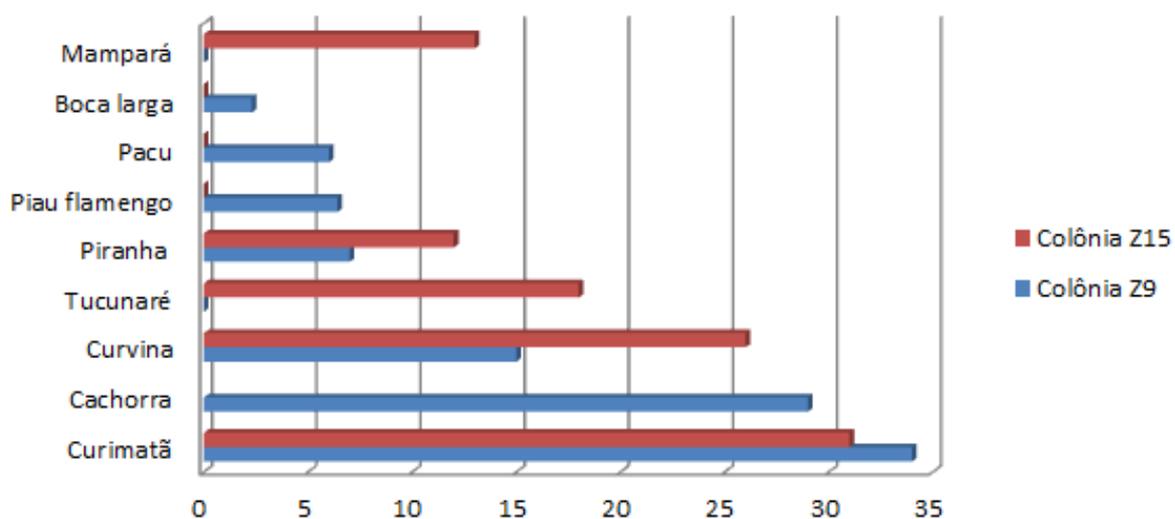


Figura 33. Espécies mais relatadas nas Colônias Z9 e Z15



A Pescada-do-Piauí *Plagioscion squamosissimus* (Heckel, 1840) conhecida também como curvina (BARBOSA e FERRAZ, 2008) é capturada principalmente com redes de emalhe e linha de mão. Os autores ressaltam de que a corvina é introduzida em outras bacias, principalmente em açudes e reservatórios de hidroelétricas, com isso, pode acontecer o aumento da pesca desta espécie. Segundo Franco (2013) o Piau-Açu pertence a uma família com 12 gêneros e aproximadamente 140 espécies, sendo considerado um dos mais diversificados grupos nos mercados do Norte.

O tucunaré, da família Cichlidae, é carnívoro e de costume sedentária, são originários da Bacia Amazônica, sendo muito procurado para a pesca esportiva, mas também utilizada para controle de espécies prolíficas, como a tilápia. Por outro lado Barbosa e Ferraz (2008) ressaltam os impactos negativos que a introdução de tucunarés pode produzir nas espécies autóctones. Porém, 84% dos pescadores artesanais de Conceição do Araguaia entrevistados por Silva, Oliveira e Nunes (2007) indicaram que esta seria uma das espécies mais exploradas comercialmente e que teria uma diminuição de 84%.

Quando consideramos a afirmação de PIRES et al. (2002) sobre a ligação existente entre a produtividade pesqueira e a produtividade biológica nas áreas de alagamento, onde são encontradas grandes quantidades de nutrientes por funcionar como um filtro biológico que garante a qualidade do recurso aquático, servindo como área de abrigo, alimentação e reprodução de muitas espécies, e pela sua função reguladora das enchentes e vazantes do rio principal, existe a necessidade de proteção não somente do rio principal mas também das áreas alagáveis, pois segundo os mesmos autores a sustentação de populações ribeirinhas e da pesca artesanal podem ficar comprometidas se não são tomadas medidas para a conservação e manutenção das condições naturais destas áreas alagáveis.

PIRES et al. (2002) menciona a pesca desordenada e predatória como um dos fatores que podem determinar a perda de biodiversidade e a diminuição da produtividade por perda nos estoques pesqueiros e perda de espécies importantes. Por outro lado, indicam que a pesca profissional e recreacional pode ser a principal fonte de renda de alguns municípios, por isso, são essenciais estratégias que considerem limites de exploração e proteção das bacias hidrográficas.

Se a diversidade biológica pode ser utilizada como um bom indicador da qualidade dos habitats, como indicado por CETRA (2002) podemos afirmar que o rio Araguaia, na altura do município de Couto Magalhães, apresenta uma maior diversidade, o que significa que a variedade e extensão das características naturais, como dimensão espacial, tem amortecido, por enquanto, os efeitos negativos causados pelas ações principalmente antrópicas sobre estes ambientes, já no rio Tocantins, na altura do município de Babaçulândia, foi encontrada menor diversidade entre as espécies de peixes capturados



pelos membros da Colônia Z-15, sendo algumas intensivamente exploradas, como o tucunaré e curimatã, espécie relativamente sedentárias que podem ter migrações de alguns quilômetros e que acontece principalmente nas cheias, sendo presa fácil de pescadores.

Existem diferenças históricas entre as comunidades de pescadores tradicionais dos rios Araguaia e Tocantins, ambas estão regidas pelas mesmas normativas federais e estaduais, São necessárias infraestrutura mínima e ações que facilitem as atividades das Colônias de pescadores, especificamente os pescadores da Colônia Z9 não têm o básico para funcionar de forma organizada, como material de escritório, computador e ainda uma câmara fria que facilite o comercio, pois, por visitas *in loco*, foi constatado que a câmara fria desta colônia encontra-se quebrada faz vários meses. O estatuto da Colônia de pescadores teria como finalidade proporcionar condições para o beneficiamento dos produtos pesqueiros aos seus associados, mas foi constatado a falta de equipamentos adequados, como câmara fria ou fábrica de gelo, além de outros benefícios que garantam a qualidade do produto. É de se esperar que esta falta de assistência tenha como consequência a desvalorização e redução da comercialização dos produtos da pesca.

Já em Babaçulândia, a Colônia sequer tem uma câmara fria, com isso o pescador se vê obrigado à venda diretamente para o consumidor ou atravessador, muitas vezes num preço menor que o justo, para não perder o produto da pesca.

Estas considerações reforçam a intenção de fortalecer a sustentabilidade ambiental nessas comunidades ribeirinhas, como população tradicional que depende dos recursos naturais presentes nos rios Araguaia e Tocantins, reconhecendo que são os pescadores que determinam o aspecto cultural pela sua prática, pelo que podemos afirmar que existem diferenças no significado da pesca entre os pescadores destas duas colônias, identificando maior independência e força de trabalho entre os pescadores de Couto Magalhães, por dedicar mais dias à atividade pesqueira, entre três a quatro dias contínuos no rio, com a ciência que o troco econômico depende do seu esforço físico, enfrentando muitas vezes os perigos de uma paisagem mais selvagem.

No caso dos pescadores de Babaçulândia, muitas vezes tiveram que reaprender novas habilidades pela imposição da mudança social em reassentamento. É necessário identificar as peculiaridades de cada Colônia de pescadores artesanais e determinar a sua vulnerabilidade para poder propor estratégias que fortaleçam esta atividade que, a pesar das dificuldades, ainda persiste entre as pessoas simples que moram na vera dos rios Tocantins e Araguaia.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ALMEIDA JÚNIOR, W. A.; FREITAS, W.A.A.; Turismo e barragens: o caso de Babaçulândia. Grupo de discussão nº 4. Seminário Latino Americano de políticas públicas e Turismo. 2016.

AQUINO, S.; STEVAUX, J.C.; LATRUBESSE, E.M. Regime hidrológico e aspectos do comportamento morfohidráulico do rio Araguaia. **Rev.Bras. Geomorfol.**, Uberlândia, v. 6, n. 2. p. 29-41, 2005.

BARBOSA, J.M. & FERRAZ, K.S. (2008). Sistematização de Nomes Vulgares de Peixes Comerciais do Brasil: 1. Espécies Dulciaquícolas. **REPesca**, 3(3): 64-75

BEGOSSI, A. Fishing Actives and Strategies at Búgios Island (Brazil). IN: Fisheries Resource Utilization and Policy. Athens,Greece. 1992.

BORGHETTI, J. R. 2000. Estimativa da pesca e aqüicultura de água doce e marinha. Brasília, DF: Instituto de Pesca/APTA/SAA. p. 8-14. (Série Relatório Técnico, n. 3).

BORGO, J. D. H. Água e sociedade: diagnóstico do uso socioeconômico e ambiental do rio Tocantins em Marabá -PA. 2007, 143 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia) –Faculdade de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Pará, Marabá, 2008.

BRASIL. Lei nº 11.699, de 13 de junho de 2008. Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8o da Constituição Federal e revoga dispositivo do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967. Publicado no DOU 16.06. 2008.

BRASIL, Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras. Diário Oficial da União. 2009

BRITO, L. Babaçulândia recebe curso sobre aproveitamento de pescado. Portal Tocantins [online]. Disponível em: <http://to.gov.br/noticia/2017/9/25/babaculandia-recebe-curso-sobre-aproveitamento-de-pescado/>. Acesso em: out. 2017.

CALDAS, T. 2017. Educação Ambiental do Naturatins encerra semestre com saldo positivo de ações. Notícias [online]. Disponível em: <http://naturatins.to.gov.br/noticia/2017/7/14/educacao-ambiental-do-naturatins-encerra-semester-com-saldo-positivo-de-acoess/>. Acesso em: Out. 2017.

CARNEIRO, F.F.; PESSOA, V.M.; SOARES, R.A. Análise de Contexto-Babaçulândia – TO. OBTEIA. Brasília. 19 f. 2014.



CETRA, M. Uso do índice de integridade biótica no gerenciamento de bacia hidrográfica. : In Schiavetti, A. (org.). Conceitos de bacias hidrográficas: teorias e aplicações/ Editores Ilhéus, Ba: Editus, 2002.293p.:il.

CNEC. Estudos de Viabilidade da UHE Estreito: Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, 2001. 267 p.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO - CGU. Portal da Transparência do Governo Federal, Pescador artesanal por Estado/município. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/defeso/defesoListaFavorecidosPorMunicipio.asp?UF=TO&codMunicipio=170300&Pagina=22>. Acesso em: 28 sep. 2017.

DA SILVA, J.N. GESTÃO LOCAL E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS NO MUNICÍPIO DE COUTO DE MAGALHÃES (TO), REGIÃO DO MÉDIO RIO ARAGUAIA. 2009. 81 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em ciências do ambiente e sustentabilidade na Amazônia-PPG/CASA. Manaus. 2009.

Dias-Neto, J. & J.F.O. Dias. 2015. O uso da biodiversidade aquática no Brasil: com foco na pesca. Brasília, Ibama, 288 pp.

DIEGUES, A. C. 2004. A pesca construindo sociedades : Leituras em antropologia marítima e pesqueira. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 315p

FERREIRA, D.T.; MARQUES, E.E.; BUENAFUENTE, S.M.; SOUZA, L.B.; GRISON, M.G.; LIMA, A.M. Perdas simbólicas e os atingidos por barragens: o caso da Usina Hidrelétrica de Estreito, Brasil. Desenvolvimento e Meio Ambiente. V.30, n.1. Paraná, Brasil. 2014.

FRANCO, J. F. M. Peixes da bacia do rio Teles Pires. <http://www.ultimaarcadenoe.com.br/wpcontent/uploads/2013/05/Peixes-do-rio-Teles-Pires-JF-Franco-2013.pdf>.

IBGE. CIDADES. 2016. Portal disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=170600>. Acesso: 18 de out. 2017.

IBGE .Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Divisão Regional. Disponível em :<[http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=170300&search=tocantins|baba\\_culandia](http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=170300&search=tocantins|baba_culandia)> Acesso em: 22 Set. 2016

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. 30 anos do registro da pesca para as mulheres. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2010.

Lima, F. C. T. 2004. *Brycon gouldingi*, a new species from the rio Tocantins drainage, Brazil (Ostariophysi: Characiformes: Characidae), with a key to the species in the basin. Ichthyological Exploration of Freshwaters, 15(3): 279-287.



MARINHO, L. Usina acaba com pesca no Tocantins. Reportagem. Associação O Eco. [online]. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/reportagens/24977-usina-acaba-com-pesca-no-tocantins/>. Acesso em out. 2011.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE –MMA. Caderno da Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. – Brasília: MMA, 2006. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/161/\\_publicacao/161\\_publicacao02032011035943.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/161/_publicacao/161_publicacao02032011035943.pdf)

OLIVEIRA, H.T. Potencialidades do uso educativo do conceito de bacia hidrográfica em programas de educação ambiental: In Schiavetti, A. (org.). Conceitos de bacias hidrográficas: teorias e aplicações/ Editores Ilhéus, Ba: Editus, 2002.293p.:il

PEREIRA, M.O.R. Educação ambiental com pescadores artesanais: um convite à participação. Práxis Educativa, Ponta Grossa, PR. V.3, n.1. p. 73-80, 2008.

PIRES, J.S.R.; SANTOS, J.E. & DEL PRETTE, M.E. A utilização do conceito de Bacia Hidrográfica para a conservação dos recursos naturais. : In Schiavetti, A. (org.). Conceitos de bacias hidrográficas: teorias e aplicações/ Editores Ilhéus, Ba: Editus, 2002.293p.:il.

PORTAL BRASIL. Meio Ambiente: Rios e bacias do Brasil formam uma das maiores redes fluviais do mundo. 2009. Publicação [online]. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2009/10/rios-e-bacias-do-brasil-formam-uma-das-maiores-redes-fluviais-do-mundo>. Acesso em: Out. 2017.

RODRIGUES, S.L. (2011). Mídia, Informação e Transparência construindo a Cidadania Contra a Corrupção no Maranhão. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho da II Conferência Sul-Americana e VII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã.

SANTOS, K.P.P.; SOARES, R.R.; BARROS, R.F.M. Atividade pesqueira e construção de embarcações na colônia de pescadores Z-18 do município de União/PI, Brasil. HOLOS. Instituto Federal de Rio Grande do Norte. V.6 n. 31. 2015

SILVA, M. da C.; OLIVEIRA, A.S.; NUNES, G. de Q. Caracterização socioeconômica da pesca artesanal no município de conceição do Araguaia, estado do Pará. Amazônia. Ciência e Desenvolvimento. Belém, v. 2, n. 4. p. 37-51. 2007.

SILVA, A.F. Pesca artesanal: seu significado cultural. **Ateliê Geográfico**. Goiânia. V.3,n.1. 2009. P 142-159.



.UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). Man and the Biosphere Programme. (MAB). Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/man-and-biosphere-programme/> . Acesso em: Out 2017.



## **GT 13 - Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações, novas formas de dominação?**

### **CIDADANIA DESREGULADA: PERSPECTIVAS SOBRE A CONTRA-REFORMA TRABALHISTA DO GOVERNO TEMER**

João Paulo Andrade de Souza (Universidade Federal da Bahia)<sup>1</sup>  
jpandrade.s@gmail.com

Homero Gouveia Chiaraba (Universidade Federal da Bahia)<sup>2</sup>  
chiaraba.homero@gmail.com

#### **RESUMO**

A recente reforma trabalhista efetivada pelo governo Temer evidencia uma mudança estrutural na organização da cidadania brasileira no contexto da agenda econômica. Partindo da cidadania regulada (SANTOS, 1979) como modelo de compreensão do fenômeno no Brasil, o estudo problematiza as “flexibilizações” dos direitos trabalhistas através de um diálogo com a obra “A nova razão do mundo” (DARDOT E LAVAL, 2015), quando demonstra que a agenda neoliberal ressignificou a atuação estatal intervencionista. A lei nº 13.467/2017 marca a mudança de um paradigma explicativo da cidadania brasileira, o que chamamos de “cidadania desregulada”, a consolidação de uma nova governamentalidade. A estratégia de investigação adapta o método de dramatização de Deleuze (1967). São utilizadas ferramentas da análise semiótica para investigar a estratégia discursiva e o efeito criado (ou não) no receptor. Concebe-se o direito como tecnologia linguística, um conjunto de técnicas racionalmente orientadas para a busca de eficiência na gestão do corpo político; enquanto linguagem, um discurso dotado de intencionalidade e sentido que se revelam pela análise de categorias. A análise esbarra na precarização do trabalho, perda de direitos, relação de poderes entre os empregadores e os empregados, imposto sindical, crise econômica, desemprego, trabalho informal, Justiça do Trabalho e parlamentares-empresários com o intuito de compreender como as linhas de forças neoliberais impactam na dinâmica das transformações da cidadania, da regulação social e dos próprios sentidos da democracia.

Palavras-chave: Cidadania, Neoliberalismo, Governamentalidade, Trabalho.

#### **1. INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Bacharel em Comunicação Social, pela Universidade Federal de Sergipe, estudante de graduação em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.

<sup>2</sup> Doutorando em Direito, pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia, professor substituto na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.



O escopo deste trabalho é a análise dos impactos da reforma trabalhista implantada pela lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 no campo da cidadania brasileira, considerada no contexto da agenda econômica do governo brasileiro. O argumento neste estudo é que a recente reforma trabalhista efetivada pelo governo Temer evidencia uma mudança estrutural na organização da cidadania brasileira. O ponto de partida é o modelo da cidadania regulada (SANTOS, 1979) como modelo de compreensão do fenômeno no Brasil. Atravessando o estado da arte da questão, o estudo problematiza as ditas “flexibilizações” dos direitos trabalhistas proporcionada por essa lei. A partir deste ponto, estabelece-se um diálogo entre o autor referenciado e a obra “A nova razão do mundo” (DARDOT E LAVAL, 2015), especificamente no ponto onde demonstram os autores que a agenda neoliberal, longe de implicar na saída do Estado da ordem econômica, ressignificou sua atuação intervencionista. Defende-se a tese de que a reforma trabalhista marca a mudança de um paradigma explicativo da cidadania brasileira a partir da ideia de cidadania regulada, para o que chamamos de “cidadania desregulada”. Para sustentar esta ideia, atua-se no campo da governamentalidade, considerada esta enquanto “as táticas de governo que, a cada instante, permitem definir o que deve ser do âmbito do Estado e o que não deve, o que é público e o que é privado, o que é estatal e o que não é não-estatal” (FOUCAULT, 2008, p. 145).

A estratégia de investigação adapta o método de dramatização de Deleuze (1967), depositando o esforço da pesquisa em responder quatro perguntas: reforma trabalhista porque, quando, para quê e para quem? Para responder estas perguntas são utilizadas a estratégia da análise semiótica do texto da lei, da exposição de motivos apresentada em seu projeto e nos debates parlamentares de sua tramitação. Esta consiste em três níveis de análise do texto: o nível discursivo, o nível narrativo e o nível fundamental. Através do estudo dos signos, investigar a estratégia discursiva e o efeito criado (ou não) no receptor. Epistemologicamente, concebe-se o direito como tecnologia linguística. Enquanto tecnologia, este é um conjunto de técnicas racionalmente orientadas para a busca de eficiência na gestão do corpo político; enquanto linguagem, um discurso dotado de intencionalidade e sentido que se revelam pela análise de categorias como a vontade do legislador, o contexto social de elaboração da norma, as questões que se propõe a resolver, a efetividade pretendida e a produção de sentido dentro das relações. A análise esbarra na precarização do trabalho, perda de direitos, relação de poderes entre os empregadores e os empregados, imposto sindical, crise econômica, desemprego, trabalho informal, Justiça do Trabalho e parlamentares-empresários com o intuito de compreender melhor como as linhas de forças neoliberais impactam na dinâmica das transformações da cidadania, da regulação social e dos próprios sentidos da democracia. Ao final do estudo pretende-se estabelecer



uma relação entre governamentalidade e a produção da cidadania em uma determinada sociedade.

### **1.1 Cidadania e governamentalidade: uma relação a ser explorada**

A cidadania no presente estudo é tida como um fenômeno complexo, estudada por diversas áreas do saber social que tendem a definir, conceituar e identificar seus atributos de forma enviesada. Isto é, um historiador tende a explicar a cidadania enquanto um fenômeno histórico, enquanto um jurista enquanto um status jurídico reconhecido pelo Estado. Bobbio (2004) fala em uma cidadania global, advinda da declaração Universal dos Direitos humano. Habermas (2004) fala em modelos normativos de cidadania em disputa pelas tradições liberais e republicanas. Viroli em diálogo com Norberto Bobbio (2007) vai além e identifica ainda uma tradição democrática, que opor-se-ia tanto aos republicanos quanto aos liberais.

Diversas qualidades também são observadas relacionadas à cidadania, tal qual as cidadanias entrincheirada e insurgente de Holston (2013), cidadania ativa de Benevides (1991), a cidadania tutelada identificada por Gohn (2011), que se aproxima da cidadania regulada de Santos (1973), sem deixar de mencionar o cidadão de papel utilizado por Dimenstein (2006) para explicar ao público jovem a discrepância encontrada entre os Direitos declarados nos documentos normativos e a dura realidade social enfrentada por grupos historicamente marginalizados, em especial no que tange à garantia, proteção e efetivação de Direitos. Tampouco deve se deixar de citar a cidadania universal de Bobbio (2004) e a clássica fórmula arendtiana do “Direito a ter Direitos” (LAFER, 1997). Valem nota ainda as considerações de Jellinek (1973) que define a cidadania a partir de um conjunto de posições jurídicas ocupadas pelo indivíduo perante o Estado, e que serve de base para o desenvolvimento da teoria dos Direitos fundamentais como Direitos subjetivos por Alexy (2010).

Enquanto conceito a cidadania varia seu entendimento ao longo do tempo e do espaço, assumindo diversas significações, formas e conteúdo de acordo com a sociedade a qual se analisa. Assim é possível se falar em uma cidadania inglesa, uma cidadania norte-americana, bem como uma cidadania brasileira (CARVALHO, 2001).

Comparando as diferentes tradições teóricas das quais estabelecem-se os saberes construídos sobre a cidadania, percebe-se dois vieses de atuação. Um onde a cidadania apresenta-se processo histórico-social, ou seja, a cidadania não é algo que se tem, mas algo que se faz em sociedade, assim, com um viés mais explicativo, voltado à análise de dados empíricos e fontes primárias; mas também a cidadania, ou a tentativa de conceituar-



se a cidadania pode ser percebida como um discurso sobre a cidadania (MATOS, 2013), com temáticas políticas, normativas (em sentido jurídico) e ontológicas.

Ao confrontar as diferentes concepções e vieses de estudo acerca da cidadania Reis (1997) identifica quatro aspectos comuns cruciais às diferentes perspectivas teóricas que se propõe à temática:

E, apesar de muitas divergências, é possível identificar não apenas as raízes históricas comuns a diferentes tradições teóricas, mas também algumas comunalidades cruciais entre perspectivas teóricas diferentes. Elas compartilham alguma coisa. Nesse sentido, identifico quatro aspectos da noção de cidadania, comuns a diferentes perspectivas, a diferentes abordagens. Primeiro, o referencial histórico: as raízes históricas do conceito são comuns a todas as tradições teóricas. Segundo, a referência imediata que o conceito faz à idéia de inclusão versus exclusão. Terceiro, a dualidade, ou, melhor dizendo, a tensão permanente entre uma visão de cidadania como status e uma visão de cidadania como identidade. Finalmente, parece existir outra tensão recorrente entre a idéia de virtude cívica e Direito ou prerrogativa. Essas duas dimensões são contempladas com maior ou menor ênfase por todas as diferentes tradições que lidam com a idéia de cidadania. (REIS, 1997, p.12)

No presente estudo o campo de análise focaliza as dimensões que correspondem à política e à tensão entre o pensamento liberal e republicano da cidadania. Mais precisamente, como as disputas em torno da cidadania se refletem na regulação do trabalho. Para além disto, busca-se neste estudo apontar um possível campo de investigação sobre o fenômeno da cidadania, que passa pela análise da governamentalidade em sua produção.

Sobre a relação entre cidadania e governamentalidade, encontra-se trabalhos que exploram essa possibilidade em áreas diversas, como na educação, na saúde coletiva e na geografia. Bernardes e Quinhones (2009) exploram na governamentalidade a relação entre produção de saúde como potência de vida. Em Bernardes, Pelliccioli e Guareschi (2010), esta relação é aprofundada, indicando a relação entre o trabalho na saúde e a cidadania, na medida que “a produção em saúde opera como a cidadania como possibilidade de vida, como potência de vida” (idem, p.12). Ferreira, Padilha e Starosky (2010) por sua vez explora a governamentalidade como campo de estudos da cidadania, analisando as práticas e conceitos de cidadania e liberdade, enfocando as reformas psiquiátricas de Brasil e Itália.

Em outros campos de estudo, aponta-se Gallo (2012), que se utiliza da governamentalidade para analisar a Lei de Diretrizes e Bases, em busca da compreensão da racionalidade política que leva à aprovação da obrigatoriedade do ensino de Filosofia naquele diploma. A relação entre cidadania e educação, traçada no discurso oficial torna-se objeto de investigação daquele estudo. Tal relação também é explorada por Reigota (2006,



2008), desta vez no âmbito da educação ambiental. Ainda no campo da educação Trindade (2014) explora as relações entre governamentalidade e cidadania nas políticas de acesso à estudantes surdos; César (2010) e Klaus (2011) relacionam a governamentalidade e cidadania no terreno da gestão escolar.

No debate acerca da cidadania e direito também é possível encontrar alguns trabalhos que já tematizam a cidadania a partir da governamentalidade. Aponta-se Bernardes e Guarechi (2008), Machado Filho (2008), Malcher e Deluchey (2017), Delgado (2017), Rodrigues e Alameida (2017), Da Silva e Louzada (2017), entre outros. Não se encontrou, no entanto, trabalhos que explorassem a relação entre governamentalidade, cidadania e direitos trabalhistas. Neste trabalho, este é o ponto que se pretende explorar.

## 2. CIDADANIA REGULADA: A GOVERNAMENTABILIDADE VARGUISTA NA CIDADANIA BRASILEIRA

Esta noção está diretamente empregada quando tratamos da cidadania brasileira e de uma governamentalidade da regulação. Concepção posta por volta dos anos 30, após a ocorrência do movimento armado, que depôs o presidente da república eleito Washington Luís, o conhecido Golpe de 30 (ou Revolução de 30) que alçou Getúlio Vargas ao cargo. Tudo isso em meio a uma crise econômica de escala mundial no contexto da quebra da Bolsa de Nova Iorque ocorrida em outubro de 1929, o que esmagou a economia cafeeira do Brasil. Santos (1979) afirma que a elite governamental pós-30 orientou-se pela acumulação e pela diferenciação da estrutura econômica do país. Para isso, o Estado deveria interferir na ordem da acumulação e reestruturá-la com o intuito de construir uma diferenciação industrial no país. O Estado Varguista era Nacional-Desenvolvimentista com um forte recorte de classe, o que gerou a cidadania regulada baseada na matriz desse modelo. O conceito de cidadania é o responsável pelo entendimento da passagem da esfera da acumulação - ações para aumento da oferta de bens e serviços disponíveis - para a esfera da equidade - ideal de redução ou extinção dos desequilíbrios sociais. Um conceito de cidadania regulada que estava implícito na prática política do governo revolucionário.

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todas aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. (SANTOS, 1979, p. 75)



O paradigma varguista para a cidadania brasileira era calcado na ideia da regulação do trabalho. A “criação” de novas profissões e ocupações juntamente com o aumento de direitos associados a essas profissões, expandia a cidadania a outros membros. “A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei (SANTOS, 1979).” Aquele cuja ocupação a lei não reconhece, não se constitui em cidadão.

Advém daí a noção de marginalidade, trabalho informal, subemprego, emprego instável, entre outras. O que gerou uma espécie de corrida de diversos setores para a regulamentação de suas ocupações pelo Estado. Com isso, houve um espaço ideológico criado a partir da interferência do Estado na vida econômica. Ao passo que ocorreram mudanças referentes a férias, trabalho de menores e trabalho feminino, houve mudanças também na legislação de sindicalização. Os sindicatos precisavam de registro junto ao Ministério do Trabalho e eram negados férias, convenções coletivas de trabalho e a possibilidade de apresentar reclamações trabalhistas a trabalhadores não-sindicalizados, incluindo os trabalhadores cujas ocupações não eram regulamentadas pelo Estado.

A implementação da carteira de trabalho juntamente com a regulamentação das profissões e o sindicato público circundam a noção de cidadania, onde uma subjetividade de classe está fortemente presente na figura da carteira de trabalho como uma “certidão de nascimento cívico”. Toda essa reestruturação condiciona o sistema de desigualdades entre aqueles que têm uma profissão regulada, os que não têm e entre as diferentes categorias profissionais. Isso dá-se através da consolidação de uma oligarquia política que controlava o Ministério do Trabalho e uma oligarquia sindical que controlava os organismos operários, segundo Santos (1979).

Depreende-se disso a compreensão de que este modelo de cidadania corresponde à construção de um determinado modelo de Estado historicamente determinado, construído à luz de um ideário nacional-desenvolvimentista. Poucas foram as mudanças que impactaram nessa cidadania regulada, o que proporcionou sua continuidade.

Esse modelo de Estado começa a ser revisto ao longo dos anos 1990, através das reformas neoliberais. Essas reformas imprimem ao Estado uma nova racionalidade, embora haja a manutenção da cidadania regulada. Essa nova razão é a razão neoliberal advinda da doutrina político-econômica correspondente que prega liberdade de comércio, pouca intervenção do governo no mercado de trabalho, política de privatização de empresas estatais, livre circulação de capitais internacionais, abertura para a entrada de multinacionais, adoção de medidas contra o protecionismo econômico, medidas de redução de serviços públicos, controle de gastos públicos e menores investimentos em políticas



assistencialistas. Esta teoria econômica propunha também que uma forma ideal para melhorar a economia seria a redução dos preços e dos salários.

Nesse cenário, tem papel principal a Constituição Federal de 1988 e os novos atores sociais que surgiram a partir dela. Movimentos sociais como o movimento feminista, o negro, o gay e o operário são alguns desses atores sociais. Com isso, está em pauta uma subjetividade identitária, onde não mais a carteira de trabalho confere a cidadania, mas sim a identidade do indivíduo enquanto cidadão, enquanto grupo identitário localizado no meio.

Na perspectiva posta, o Estado age como um mediador entre os indivíduos e o mercado, mas este mediador tem a tarefa de garantir a consubstanciação de uma dominação basicamente transversal entre os diversos atores sociais. Dominação esta que usa a arma da governamentalidade. Há uma tentativa de superação ao longo dos últimos 20 anos das proposições postas na década de 30, uma desconstrução do modelo varguista que chamamos de reforma.

### 3. CONTRA-REFORMA DA CIDADANIA REGULADA

A reforma trabalhista operada em 2017 é mais uma etapa neste processo de desconstrução do paradigma da cidadania regulada. Como esquema de interpretação deste movimento recorre-se à Dardot e Laval (2016), a fim de compreender as tendências que têm norteado a reforma em questão e os possíveis impactos no campo da cidadania brasileira. Partindo da noção de neoliberalismo como a nova razão do mundo, os autores afirmam que esse “conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”, é a questão central, responsável pelo desencadeamento das ações (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 17).

Entendendo governamentalidade como “múltiplas formas dessa atividade pela qual homens, que podem ou não pertencer a um governo, buscam conduzir a conduta de outros homens, isto é, governá-los”; esse novo modo de governo neoliberal perpassa pela perspectiva da liberdade. “Governar não é governar contra a liberdade ou a despeito da liberdade, mas governar pela liberdade, isto é, agir ativamente no espaço de liberdade dos indivíduos para que estes venham a conformar-se por si mesmos a certas normas” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 18, 19).

O âmago da problematização aqui empreendida são as alterações realizadas na legislação trabalhista, que constituem o cerne da reforma e a ideia de desregulação contígua. A reforma trabalhista altera mais de 100 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e entra em vigor após decorridos cento e vinte dias de sua publicação oficial. As principais alterações sofridas pela legislação versam sobre responsabilidade empresarial,



férias, jornada, equiparação salarial, pagamentos de natureza indenizatória, rescisão do contrato de trabalho, solução de conflitos, dano extrapatrimonial, processo do trabalho e terceirização. Destaquemos aqui a questão sindical e as mudanças ocorridas nos acordos e convenções coletivas, trata-se da possibilidade trazida pela legislação do negociado prevalecer ao legislado. A questão da liberdade negocial circunda a alteração e sua significância diante do conjunto da cidadania brasileira historicamente associada ao trabalho.

A lei nº 13.467/2017 traz a possibilidade de negociação individual de aspectos importantes da relação de trabalho sem assistência sindical, ou seja, permite que a negociação patrão/empregado prevaleça sobre a CLT quando tratar de organização da jornada de trabalho; banco de horas individual; intervalo intrajornada; plano de cargos, salários e funções; regulamento empresarial; representante dos trabalhadores no local de trabalho independentemente dos sindicatos; teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente; remuneração por produtividade, gorjetas e remuneração por desempenho individual; modalidade de registro de jornada de trabalho; troca do dia de feriado; enquadramento do grau de insalubridade; prorrogação de jornada em ambientes insalubres sem licença prévia do Ministério do Trabalho; prêmio de incentivo em bens ou serviços e participação nos lucros ou resultados da empresa. Questões determinantes em que os trabalhadores, muitas vezes, estão suscetíveis a pressão dos empregadores.

A outra mudança versa sobre os sindicatos. O imposto sindical deixa de ser obrigatório, com isso, será descontado do salário apenas de quem autorizar. O trabalhador poderá escolher se deseja ou não contribuir, o que pode vir a enfraquecer a estrutura sindical por falta de financiamento e atingir, sobretudo, os pequenos sindicatos mais dependentes da contribuição. Antes, a contribuição para os sindicatos era feita uma vez ao ano, obrigatoriamente, tanto para funcionários de empresas quanto para autônomos e liberais, havendo o desconto corresponde a um dia de salário de todos os trabalhadores, filiados ou não aos sindicatos.

O número de trabalhadores em sindicatos tende a encolher e essa mudança ocasionada pela reforma é capaz de gerar grande prejuízo para os trabalhadores, já que essas entidades oferecem serviços necessários, como de advocacia. Essa falta ameaça o papel dos sindicalismo como um movimento necessário para organizar e representar os interesses dos trabalhadores. Além da extinção do imposto, essas entidades serão afetadas pela não obrigatoriedade de que as rescisões contratuais sejam homologadas nos sindicatos. Sendo feitas diretamente com os empregadores, pode ocasionar aumento no número de fraudes no pagamento das verbas rescisórias.



O cenário posto de intensificação e aprofundamento das reformas neoliberais é, na verdade, de contra-reforma, pois o governo de Michel Temer adota a governamentalidade neoliberal, no sentido de que essa alteração na lei busca restaurar a ideia de justiça elitista estamental. Ao invés de regular, ela desregula o Estado e, conseqüentemente, a cidadania, pois as técnicas de controle e de disciplina estão se transformando. A transformação fundamental é que no estado varguista, o Estado era mais eficiente na dominação; e agora, a iniciativa privada que é mais eficiente, segundo o princípio universal da concorrência.

A suposta autonomia negocial nos leva a analisar os institutos e evidenciar o aumento das técnicas da administração, do capital, de controle por parte das grandes corporações que dominam o mercado. Essa, porventura, é uma reação da iniciativa privada aos acontecimentos dos últimos anos, onde o Estado estava mais na mão do povo, se comparado a antes. O capital busca livrar-se das amarras postas pelo Estado e do seu poder. Movimento que não é percebido, em suma, pela esquerda brasileira devido dificuldades de compreender a situação e a criação de barreiras para o diálogo, decerto o provável caminho para uma suplantação.

A partir da percepção no que tange à autonomia negocial e ao enfraquecimento dos sindicatos, o texto da lei corta direitos, faz concessões e termina com um golpe final. Utilizando técnica comum na ciência da comunicação com um claro efeito visado, a medida buscou mostra-se necessária, benéfica, revigorante e atualizadora dos contextos de trabalho vividos no país, como um marco para o crescimento econômico do Brasil.

É notório que o governo Temer está moderado por uma legitimidade pelo medo. O medo que ronda os trabalhadores devido a insegurança causada pela crise econômica e o medo da ruptura da ordem frente a recente recuperação. Explora-se a ideia de que as alterações na legislação trabalhista marcam um possível ponto de mutação, onde o paradigma da cidadania regulada é substituído pelo paradigma da cidadania desregulada – governar pela liberdade. Em uma camada mais profunda de reflexão, o conceito de governamentalidade – como a reforma implica em uma transformação na maneira como o governo se dá no mundo estatal com novas formas de controle e mais eficiente – nos fornece um reforço na ideia do direito enquanto técnica de controle social. Esse controle social também é calcado em uma subjetividade.

A construção de uma nova subjetividade, o que chamamos de “subjetivação contábil e financeira”, que nada mais é do que a forma mais bem-acabada de subjetivação capitalista. Trata-se, na verdade, de produzir uma relação do sujeito individual com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, numa relação do sujeito com ele mesmo como um “capital humano” que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor



que deve valorizar-se cada vez mais (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 31).

Essa subjetividade é própria de um Estado capitalista neoliberal, tomado no sentido de uma lógica normativa global. Não se trata apenas de um sistema normativo capaz de orientar internamente a prática efetiva dos governos, das empresas e das pessoas, mas uma forma de nossa existência. Forma essa calcada na individualização das relações sociais e no fim das solidariedades coletivas. Essa racionalidade orienta a conduta para consigo e para com o outro.

O governamentalidade neoliberal enquanto estratégia geral, utiliza diferentes métodos, mas todos eles buscam enfraquecer as instituições e os direitos conquistados pelo movimento operário, utilizando a crença da generalização da concorrência para mercantilizar a vida. A reforma trabalhista é justificada em razão da “limitação do Estado em nome do mercado, sublinhando o papel da liberdade econômica na eficácia da máquina econômica e no prosseguimento do processo de mercado” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 134).

#### 4. CONSIDERAÇÕES

A reforma trabalhista, em suma, expressa a universalização da norma da concorrência, atingindo empresas, instituições e os indivíduos em sua relação consigo mesmos. A governamentalidade empresarial prevalece no plano da ação do governo Temer e prolonga-se no governo de si do indivíduo-empresa. Nessa conjuntura, o Estado empreendedor deve, como os atores privados, conduzir indiretamente os indivíduos a conduzir-se como empreendedores. Essa lógica exposta por Dardot e Laval e praticada pelo governo brasileiro, mostra que o modo de governamentalidade própria do neoliberalismo cobre o conjunto das técnicas de governo que ultrapassam a estrita ação do Estado. O sujeito neoliberal está pautado nessa governamentalidade.

Dardot e Laval afirmam que a racionalidade neoliberal opera uma desativação, um esvaziamento da democracia através da diluição do direito público em benefício do direito privado, da conformação das ações públicas aos critérios da rentabilidade e da produtividade, da depreciação simbólica da lei como ato próprio do Legislativo, do fortalecimento do Executivo, da tendência dos poderes de polícia a isentar-se de todo controle judicial e da promoção do “cidadão-consumidor” encarregado de arbitrar entre “ofertas políticas” concorrentes. Todos esses sintomas podem ser vistos no cenário



brasileiro das reformas. Uma mudança legislativa conduzida pelo Executivo, pautada na técnica, onde o cidadão vira o homem empreendedor em benefício do mercado com as regras postas pelo mercado através da liberalidade dos patrões e autonomia negocial.

Essa racionalidade que encontra eco em clichês como “Não fale em crise, trabalhe” e “Trabalhe mais, ganhe mais” atenta contra a lógica democrática da cidadania social e reforça desigualdades sociais e de acesso a emprego, saúde e educação. Quando o desempenho é o único critério de uma política e não importa outras variáveis, há uma completa inutilização prática das categorias fundamentadoras da democracia. A democracia é reduzida a um procedimento de seleção de dirigentes que devem ser julgados apenas pelo seu resultado prático e não pelos valores que o fundamentam (DARDOT e LAVAL, 2016). Essa circunstância revela o grau de desregulação da cidadania.

## REFERÊNCIAS

BERNARDES, Anita Guazzelli; DE FÁTIMA GUARESCHI, Neuza Maria. Direito à vida: cidadania e soberania. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 20, n. 1, p. 149-164, 2008.

CANDIOTTO, Cesar. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. *Filosofia Unisinos*, v. 11, n. 1, 2010.

CARDOSO, Adalberto. Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do estado de bem-estar numa sociedade estruturalmente desigual. *DADOS-Revista de Ciências Sociais*, v. 53, n. 4, 2010.

CARVALHO, Marina Helena Meira. A construção de uma era: Vargas e a formulação do desenvolvimentismo. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 27, n. 53, p. 219-222, 2014.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. (Des) governos...: biopolítica, governamentalidade e educação contemporânea. *ETD-Educação Temática Digital*, v. 12, n. 1, p. 224-241, 2010.

CORCINI LOPES, Maura. Políticas de inclusão e governamentalidade. *Educação & Realidade*, v. 34, n. 2, 2009.

DA SILVA, Maria Izabel Costa; LOUZADA, Ana Paula Figueiredo. Pronatec como procedimento de in/exclusão da governamentalidade neoliberal. *Revista Diálogo Educacional*, v. 16, n. 47, p. 209-230, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.



DE OLIVEIRA, Rachel Barros. A cidadania a partir de 1930 e sua relação com as categorias profissionais: uma leitura sobre o emprego doméstico. REDD–Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, v. 2, n. 1, 2009.

DE SOUSA GADELHA COSTA, Sylvio. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. Educação & Realidade, v. 34, n. 2, 2009.

DUARTE, André. Foucault e a governamentalidade: genealogia do liberalismo e do Estado Moderno. Foucault. Filosofia e política, p. 53-69, 2013

FOUCAULT, Michel. La gubernamentalidad. Espacios de poder, p. 9-26, 1991.

HONORATO, César. O Estado Novo e a Assistência Social. Revista História e Cidadania–XIX Simpósio Nacional de História–ANPUH–MG em, v. 1, p. 1998, 1997.

KLAUS, Viviane. Desenvolvimento e governamentalidade (neo)liberal: da administração à gestão educacional. 2011. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MACHADO FILHO, Roberto Dalledone. Estado de direito, cidadania e subjetividade. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2008.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, Antônio Costa. O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Editora Record, 2007.

MOREIRA, Marcelo Sevaybricker. A apropriação crítica da teoria poliárquica no pensamento político de Wanderley Guilherme dos Santos. CSOnline-REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, n. 9, 2010.

PRZEWORSKI, Adam. Reforma do Estado. Responsabilidade Política e Intervenção Econômica, 1996.

SALLUM, Brasílio. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 52, 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A práxis liberal e a cidadania regulada. Décadas de espanto e uma apologia democrática. Rio de Janeiro: Rocco, p. 63-114, 1998.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. Editora Campus, 1979.

TENÓRIO, Fernando Guilherme; COSTA, Frederico Lustosa da. Bases conceituais e metodológicas para o estudo da participação cidadã na gestão pública: entre práticas e representações sociais. 1999.

**GT 13 – Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações,  
novas formas de dominação?****TRABALHADOR DESCARTÁVEL: A REFFORMA TRABALHISTA E A  
“DESCORPORIFICAÇÃO” DO TRABALHO**

Vivianny Kelly Galvão (UNIT-AL)<sup>1</sup>  
viviannygalvao@hotmail.com

**RESUMO**

A crise do modelo econômico global adentrou no espaço das relações de trabalho. A mudança do ritmo de trabalho, a alta competitividade e o medo do desemprego são fatores que contextualizam o ambiente de trabalho. Dentre os principais fatores que devem ser levados em consideração ao analisar estas relações estão a descorporificação do trabalho e a marginalização social decorrente do desemprego. Comumente se apontava para toda a gama de direitos trabalhistas salvaguardados no texto constitucional como normas garantidoras de relações de trabalho mais equilibradas, em outras palavras, reconhecedoras da situação de hipossuficiência do trabalhador. A reforma trabalhista, baseada na relação negocial entre empregador e empregado descaracterizou o direito ao trabalho? O objetivo da pesquisa é analisar se a recente reforma trabalhista descaracteriza do direito ao trabalho e, conseqüentemente, todo o sistema criado para sua proteção. A visão de trabalho descorporificado e a nova lógica normativa trazida pela reforma trabalhista lançam o direito do trabalho ao campo das relações regidas pelo direito civil. A metodologia utilizada foi principalmente qualitativa, com método de abordagem indutivo.

Palavras-chave: Reforma trabalhista, Direito ao trabalho, Direitos humanos, Descorporificação.

**1. INTRODUÇÃO**

O ambiente de trabalho torna-se cada vez mais competitivo. A relação entre o capital e o trabalho pode nos dizer o porquê. Por meio de discursos de cooperação e de trabalho em equipe, consultores organizacionais acabam por perpetuar elementos antagônicos: a necessidade da cooperação em equipe e a competição pela aquisição e manutenção de um posto de trabalho. O capital e o trabalho são sujeitos historicamente desiguais, um paradoxo. Essa hiper competitividade é em si mesma uma forma de violência, é uma guerra pela conquista de um espaço e conforme afirma Christophe Dejours em *A banalização da*

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Jurídicas (UFPB), professora de direito internacional e direitos humanos, professora do Mestrado em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas – SOTEPP da UNIT-AL, integrante do Grupo de Pesquisa ODIn – Observatório de democracia e interdisciplinaridades.



*injustiça social*, “onde o fundamental não é o equipamento militar, mas o desenvolvimento da competitividade, em que o fim pode justificar os meios, mediante um atropelamento da ética, da própria dignidade humana<sup>2</sup>”.

Um breve estudo das formas de integração econômica é um ponto pelo qual deve passar qualquer exame que pretenda verificar as condições atuais de trabalho. Karl Polanyi afirma que a organização do trabalho se alterou com a organização do sistema de mercado e o desenvolvimento deste sistema alterou também a organização da sociedade<sup>3</sup>.

Há quatro princípios de integração econômica<sup>4</sup>: a) o de mercado, onde ocorre o encontro entre a oferta e a procura de bens e serviços tendo como fim a troca, sendo ajustadas por meio do preço, que utilizada a moeda como forma geral de equivalência; b) o de redistribuição, na qual a produção é direcionada a uma autoridade central, incumbida de armazená-la e posteriormente distribuí-la; c) o de reciprocidade, em que uma pessoa oferece qualquer coisa a outra pessoa e esta retribui qualquer coisa à primeira e esta oferta de “dádivas” tem um importante efeito social, pois tem por fundamento que os objetos não são dissociados de quem os oferece, representando essencialmente um comportamento social e d) o da domesticidade, que consiste na produção para consumo próprio, é a produção e o armazenamento para satisfazer as necessidades de determinado grupo.

Atualmente, vivemos em um modelo de integração econômica pelo mercado. A economia, apenas recentemente, passou a ser controlada e regulada por mercados. Isso difere das formas anteriores de integração que eram reguladas pelas relações sociais. Até o fim da Idade Média, os mercados não desempenharam nenhum papel relevante no sistema econômico<sup>5</sup>.

O tipo de integração regida pelo princípio de mercado tem efeitos profundos na organização de toda a sociedade. É ele que criou o mercado, relegando à sociedade uma função de mero auxiliar, ou seja, a sociedade humana tornou-se num acessório do sistema econômico<sup>6</sup>.

O trabalho, a terra e o capital são uma parte fundamental do sistema econômico e tem de ser organizados em mercados. Apesar disso, Karl Polanyi alerta para a ficção do

<sup>2</sup> HELOANI, José Roberto Montes. Assédio moral: um ensaio sobre a expropriação da dignidade do trabalhador. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v3n1/v3n1a12.pdf>> Acesso em: 11 jan. 2017.

<sup>3</sup> SANTOS, Antônio Bob. **Necessidade de uma economia solidária: a visão de Karl Polanyi sobre os mercados**. Disponível em: <<http://129.3.20.41/econ-wp/dev/papers/0402/0402004.pdf>> Acesso em: 19 jul. 2017.

<sup>4</sup> POLANYI, Karl. **A grande transformação, as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 60.

<sup>5</sup> SANTOS, Antônio Bob. **Necessidade de uma economia solidária: a visão de Karl Polanyi sobre os mercados**. Disponível em: <<http://129.3.20.41/econ-wp/dev/papers/0402/0402004.pdf>> Acesso em: 19 jul. 2017.

<sup>6</sup> POLANYI, Karl. **A grande transformação, as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 87.



tratamento do trabalho como “mercadoria”<sup>7</sup>. O trabalho não pode ser mercadoria – pelo menos não como as outras – devido à impossibilidade de ser vendido ou comprado dissociado de seus portadores. É o trabalho *encorpado*, isto é, trabalho que não podia ser movido sem mover os corpos dos trabalhadores<sup>8</sup>. Esse modelo supõe que, para supervisionar e direcionar o trabalho de acordo com os planos era preciso uma administração dos trabalhadores e para “controlar o processo de trabalho era preciso controlar os trabalhadores. Esse requisito colocou o capital e o trabalho face a face e, para o bem ou para o mal, os manteve juntos”<sup>9</sup>.

A mudança para um modelo mais democrático e para uma política representativa, no final do século XVIII, resultou na transição dos mercados regulados para mercados autorreguláveis o que também gerou uma transformação completa na estrutura da sociedade. Há uma íntima ligação entre os elementos trabalho, economia e sociedade. E foi com base no discurso econômico que o Congresso Nacional Brasileiro aprovou em julho de 2017 o projeto de lei reforma trabalhista. Essas alterações colocam o Brasil no caminho da descartabilidade do trabalhador e, conseqüentemente, no rol dos violadores dos direitos humanos?

### 1.1 “A” reforma

A reforma legislativa que alterou a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas está prevista para entrar em vigor em novembro de 2017. As mais de cem mudanças geraram entre acadêmicos e profissionais da área trabalhista e processual inúmeros questionamentos, dentre eles, é possível mencionar que o tom “modernizador” da reforma foi recebido como uma cópia europeizada de aspectos bem distantes da realidade do ambiente de trabalho brasileiro. Trata-se do trabalho intermitente ou “contratos de zero horas” em que os trabalhadores são contratados por jornada ou hora de serviço.

De modo geral a reforma modificou a dinâmica das relações de trabalho ao colocar os acordos coletivos prevalentes à lei ao mesmo tempo em que retira a obrigatoriedade da contribuição sindical<sup>10</sup>. Como interpretar essa proposta liberdade para negociar com o empregador?

<sup>7</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Traduzida por Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 140.

<sup>8</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Traduzida por Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 140.

<sup>9</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Traduzida por Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 140.

<sup>10</sup> Exemplos: férias parceladas em três vezes; demissão em comum acordo; demissão em massa com dispensa de autorização; possibilidade de redução de intervalo do almoço; banco de horas negociado individualmente;



## 1.2 Medo à liberdade negocial

Ao pensar nos traços do ser humano moderno, constatamos que, com a consagração da liberdade, emergiram algumas questões que nos ajudam a compreender o ambiente de trabalho moderno. Segundo Erich Fromm<sup>11</sup>, a liberdade conquistada deu início ao processo de individualização, isto é, à conscientização de si e, conseqüentemente, de sua finitude. O ser humano viu-se entre uma dicotomia irresolúvel – vida/morte. O temor de jamais ter tempo suficiente para concretizar todas as ambições de vida gera uma sensação de impotência. São conflitos existenciais inerentes à condição humana.

O ser humano luta por sua liberdade e, quando a conquista, não sabe o que fazer com ela. O ser humano moderno, emancipado dos grilhões da sociedade pré-individualista, não alcançou a liberdade, na acepção positiva de realização das suas potencialidades intelectuais, emocionais e sensoriais<sup>12</sup>. A liberdade não é algo metafísico. Cita como exemplo o nazismo que provou que os indivíduos, em geral, historicamente, abandonaram o duro esforço da liberdade, preferindo os mecanismos de fuga da alienação.

Para encontrar um caminho saudável para esse conflito, o indivíduo deve reconhecer a relevância do outro nos vínculos de cooperação e solidariedade. Todavia, a busca pelo sucesso financeiro e a liberdade material conquistada tornaram os indivíduos cada vez mais isolados uns dos outros<sup>13</sup>. Não bastasse isso, a sociedade moderna gerou uma indústria de artifícios da felicidade de consumo e estímulos para o rápido alívio psicológico da condição humana. Embora o consumo seja próprio da vida, pois precisa-se comer, vestir, trocar valores de uso econômico e outros, há uma tendência compulsiva ao consumo, que tem o único objetivo de aliviar a ansiedade, a insegurança ou mesmo o desespero, subjacentes à nossa época<sup>14</sup>. A “liquidez” da sociedade contemporânea procura soluções, com possibilidades de satisfação, ainda que ao preço da violência, da neurose e servidão voluntária<sup>15</sup>.

Por isso, há dois rumos possíveis para a liberdade. O primeiro é a liberdade em sentido regressivo. Nela há um desejo inconsciente de eliminar a consciência de nós mesmo e das nossas qualidades humanas intrínsecas a serem desenvolvidas, fugindo às responsabilidades e esforços do crescimento e da liberdade. Anestesiemos os conflitos internos da mente. Para sedar nossa consciência, podemos criar ideologias, socialmente

---

exclusão de certas atividades no âmbito da empresa como parte da jornada de trabalho (as horas de alimentação, higiene pessoal, troca de uniforme, estudo etc.)

<sup>11</sup> FROMM, E. **O Medo à Liberdade**. Tradução de Octávio Alves Velho. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

<sup>12</sup> FROMM, E. **O Medo à Liberdade**. Tradução de Octávio Alves Velho. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

<sup>13</sup> Disponível em: <[http://www.filosofia.com.br/vi\\_classic.php?id=9](http://www.filosofia.com.br/vi_classic.php?id=9)> Acesso em: 26 jul. 2017.

<sup>14</sup> Disponível em: <[http://www.filosofia.com.br/vi\\_classic.php?id=9](http://www.filosofia.com.br/vi_classic.php?id=9)> Acesso em: 26 jul. 2017.

<sup>15</sup> FROMM, E. **O Medo à Liberdade**. Tradução de Octávio Alves Velho. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.



aceitas, e prazeres narcisistas que recalquem a angústia ontológica do sentimento de solidão. Além de evitarem a percepção racional, também falseiam uma relação harmônica e integradora com o mundo.

A segunda alternativa de solução às dicotomias da situação humana é a progressiva. É a luta pelo desenvolvimento de todas as faculdades humanas, em potência no indivíduo. Isso implica no reconhecimento da humanidade universal dentro de cada um e dentro das limitações impostas pelas leis exteriores à nossa subjetividade. Fazendo uma análise da sociedade industrial<sup>16</sup>, Erich Fromm observa que ela se caracteriza pelo comportamento social consumista e pelo sistema patriarcalista autoritário, reclamando uma necessidade ética urgente de mudanças nas determinações socioeconômicas<sup>17</sup>. Esse modelo de sociedade molda as relações de trabalho e o ambiente no qual se insere o trabalhador. Isto aliado às constatações feitas por Fromm, no que tange à liberdade, mostra que não é incomum observa um homem que por meio de seu emprego, busque independência financeira, mas prefere deixar todo seu poder de atuar naquele espaço, sua liberdade de interagir naquele ambiente, nas mãos de alguma autoridade. É a preferência do medo à liberdade.

A sociedade de consumo, fortemente criticada pelos autores citados, traz em si um disfarce ideológico. Se por um lado ela prega que o mundo não é mercadoria, por outro, ela exerce uma dominação pela instantaneidade. É o que Zygmunt Bauman chama de modernidade líquida. Se antes o trabalho era incorporado ao trabalhador, agora ele está sendo descorporificado. É inquestionável que o homem precisa comer, beber, dormir, vestir-se, proteger-se dos perigos etc. Para que isso se realize, ele deve trabalhar e produzir. Conforme demonstrado, esse trabalho é moldado pela forma de integração econômica.

Na sociedade líquida, constatada por Bauman, o trabalho sofreu uma grande transformação e é o exato oposto do trabalho descrito por Polanyi. Trata-se da “descorporificação” do tipo de trabalho humano ao qual estamos acostumados. Hoje, o capital viaja rápido e leve. Essa leveza e mobilidade se tornam as fontes mais importantes de incerteza para os demais elementos da economia. No capitalismo leve, a palavra de ordem é manter a “mão-de-obra” afastada ou, melhor ainda, forçá-la a sair. Assim, laços econômicos outrora duradouros são substituídos por encontros breves. Surge um novo paradigma: “maior não quer dizer mais eficiente”<sup>18</sup>.

As empresas começam a “enxugar” seus quadros. Diante desta situação, o estado

<sup>16</sup> Disponível em: <[http://www.filosofia.com.br/vi\\_classic.php?id=9](http://www.filosofia.com.br/vi_classic.php?id=9)> Acesso em: 26 jul. 2017.

<sup>17</sup> FROMM, E. **O Medo à Liberdade**. Tradução de Octávio Alves Velho. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

<sup>18</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Traduzida por Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 139-140.



moral e a motivação dos trabalhadores caem vertiginosamente. E, no lugar de vibrarem com a manutenção dos empregos, os trabalhadores que sobrevivem “aos cortes” somente esperam pelo novo golpe de foice<sup>19</sup>. O papel do trabalho é enfraquecido. Ele, que antes dava duração ao transitório, já não consegue oferecer uma base segura, em torno da qual os indivíduos se envolvem e fixam autodeterminações, identidades e projetos de vida.

Diante deste cenário, onde o trabalhador é facilmente “descartado”, e o medo da imprestabilidade para o trabalho está sempre presente, os direitos humanos dos trabalhadores exercem uma importante função. Eles vêm para equilibrar relações de trabalho desiguais, discriminatórias e injustas. Garantem aos trabalhadores um ambiente salubre, isto é, livre dos abusos patronais, das críticas desmedidas e injustificáveis, do assédio sexual, das pressões constantes, compõe os direitos humanos de proteção ao trabalhador. Enfim, asseguram-lhes um ambiente onde possam trabalhar com dignidade.

Esse cenário foi descrito por Viviane Forrester como um engodo magistral logo nas primeiras linhas do livro “O horror econômico”<sup>20</sup>. Isto porque, a visão atual do trabalho (ou emprego, como prefere) invoca um sistema falido, em razão do elevado índice de desemprego, sob o argumento de proteger a “coesão social”. Ele incute a ideia de que é preciso merecer viver, mostrando-se útil à sociedade. Nos contundentes termos da autora, útil “significa quase sempre ‘rentável’, isto é, lucrativo ao lucro. Numa palavra, ‘empregável’ (‘explorável’ seria de mau gosto!)”. Assim, o trabalho é visto como uma forma de legitimação da própria existência, ao menos para a maioria da população que não está munida de poderes, propriedades e privilégios<sup>21</sup>.

Diante dessa armadilha ideológica, das patologias do ambiente de trabalho do século XXI, o assédio moral é a principal violência contra os direitos humanos do trabalhador, conforme será demonstrado nos capítulos seguintes. Além de ferir sua integridade moral e, conseqüentemente, um leque de direitos inerentes à personalidade (intimidade, honra, imagem, integridade física etc.), ele agrava (ou origina) o temor do desemprego.

O psicoterror impede que o ser humano se desenvolva com dignidade no ambiente de trabalho, pois compromete a saúde física, mental e, muitas vezes, a capacidade de exercer novamente alguma atividade produtiva. E a incapacidade de ser produtivo é, conforme o contexto apresentado, ser inútil à sociedade e, portanto, desmerecedor do direito à existência. A preocupação com o quadro exposto reforça o papel do Estado na proteção dos direitos dos trabalhadores, reconhecendo-os no plano supraestatal e

<sup>19</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Traduzida por Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 139-140.

<sup>20</sup> FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Traduzido por Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1997, p. 8.

<sup>21</sup> FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Traduzido por Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1997, p. 13.



garantindo-os<sup>22</sup> nos textos constitucionais e infraconstitucionais.

## 2. O RECONHECIMENTO SUPRAESTATAL DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

A maior felicidade para o maior número de pessoas. Esse pensamento de Jeremy Bentham retrata bem os ideais das democracias liberais<sup>23</sup>. Em estudos sobre o tema, Sérgio Buarque de Holanda revela que os ideais do liberalismo político estão em contraste com o convívio humano baseado em valores cordiais, já que todo afeto entre os homens se funda inevitavelmente em preferências. Ele acredita que “amar alguém é amá-lo mais do que a outros”. Por isso, o Estado se opõe à ordem natural. Mais adiante conclui que essa oposição deve resolver-se em um contraponto para que o quadro social seja coerente<sup>24</sup>. Apesar de fomentados na Europa, no século XVIII, os valores liberais ajudam a compreender o caminho que Estado brasileiro vem trilhando para consolidar-se como uma democracia liberal.

Se é próprio da natureza humana eleger seus preferidos e garantir a eles felicidade e que o Estado determina a máxima felicidade ao maior número de pessoas, faz-se necessário um contraponto que solucione a seguinte contradição: egoísmo individual x solidariedade estatal. Caso contrário, surge o paradoxo de um Estado incoerente com sua sociedade. O Estado é caracterizado como uma sociedade politicamente organizada, uma comunidade constituída por uma ordem coercitiva – o Direito. Logo, o desacordo é inconcebível.

Então, uma questão emerge: onde buscar esse contraponto capaz de harmonizar os sistemas e de dar solução ao contraste apresentado? A resposta está em algo superior ao próprio Estado, logo, superior à sua Constituição<sup>25</sup>, que imponha sua observância e, ao mesmo tempo, represente os seres humanos considerados individual ou coletivamente. São os direitos humanos.

---

<sup>22</sup> Garantir no sentido de disponibilizar e aplicar todo um arsenal de medidas protetivas (repressivas e preventivas).

<sup>23</sup> O termo “liberalismo” é utilizado segundo as considerações do John Rawls que “*partindo de uma concepção política de sociedade, o liberalismo político descreve cidadãos e povos por meio das concepções políticas que especificam a sua natureza, uma concepção de cidadãos em um caso, de povos atuando por meio dos seus governos em outro. Os povos liberais têm três características básicas: um governo constitucional razoavelmente justo, que serve os seus interesses fundamentais; cidadãos unidos pelo que Mill denominou ‘afinidades comuns’; e, finalmente, uma natureza moral.*” (RAWLS, John. **Direito dos povos**. Traduzido por Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.30).

<sup>24</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia de letras, 2008, p. 184-188.

<sup>25</sup> “*Constitución = la concreta situación de conjunto de la unidad política y ordenación social de un cierto Estado. [...] El Estado no tiene una Constitución <<según la que>> se forma y funciona la voluntad estatal, sino que el Estado es Constitución, es decir, una situación presente del ser, un status de unidad y ordenación. El Estado cesaría de existir si cesara esta Constitución, es decir, esta unidad y ordenación. Su Constitución es su <<alma>>, su vida concreta y su existencia individual*” (SCHMITT, Carl. **Teoría de la Constitución**. Madrid: Alianza Universidad Textos, 1992, p. 30).



Um breve exame histórico mostra que os modelos democráticos de Estado (liberal, social e constitucional) possuem um vínculo estreito com a evolução dos direitos humanos, divididos em dimensões<sup>26</sup>. Assim, está nos direitos humanos o contraponto ideal para a reflexão que Sérgio Buarque de Holanda deixou inconclusa.

## 2.1 O Estado e os direitos dos trabalhadores

O impacto da industrialização e as doutrinas socialistas alimentaram um amplo processo reivindicatório a partir da segunda metade do século XX. Esse movimento contou com a maciça adesão dos operários do ocidente europeu. Havia a ameaça de uma ruptura violenta com o Estado Liberal que já não satisfazia aos anseios sociais. Garantir a liberdade era insuficiente, diante das desigualdades nas relações humanas, decorrentes do desamparo de algumas categorias. A burguesia, hesitando na expansão dos ideais pregados pela Revolução Russa, adotou mecanismos que afastassem os trabalhadores da opção revolucionária, criando, então, o Estado Social. Suas principais características são: intervenção do Estado na economia, aplicação do princípio da igualdade material e realização da justiça social<sup>27</sup>.

No seio do Estado Providência, filho direto da crise de 1929 (Grande Depressão), surgiram os chamados direitos positivos. São ações concernentes a prestações sociais estatais, que revelaram uma transição das liberdades formais abstratas para as liberdades materiais concretas. O Estado incorpora, por conseguinte, um caráter positivo, em detrimento da mera abstenção própria do modelo liberal. No Estado Liberal protege-se a sociedade do Estado, com base na idéia de inibição, já no Estado Social protege-se a sociedade por meio do Estado, por meio da idéia de ação, em forma de prestações sociais. O foco de atenção desloca-se, portanto, do indivíduo para o grupo social.

Neste contexto, ganham relevo os chamados direitos fundamentais de segunda dimensão (sociais, culturais e econômicos), principalmente durante o período do segundo pós-guerra mundial, quando adquiriram foros constitucionais. Revelam a mudança do Estado Liberal para o Estado Social, compatibilizando o capitalismo como forma de produção e a consecução do bem-estar social, elemento típico do chamado *Welfare State*. Constituem direitos sociais, entre outros, o direito à saúde, à educação, à proteção da família e do trabalhador.

---

<sup>26</sup> Tradicionalmente, chamamos de gerações os grupos de direitos fundamentais que se constitucionalizaram em épocas distintas em virtude de determinados acontecimentos históricos. Contudo, o reconhecimento progressivo de novos direitos tem um caráter de processo cumulativo, de complementaridade e não de alternância, de tal sorte que o uso da expressão dimensão mostra-se mais adequada que o de geração. Cf. BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 5. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

<sup>27</sup> BRANDÃO, Adelino (org.). **Os direitos humanos**: antologia de textos históricos. São Paulo: Landy, 2001, p. 37-39 e 91-96.



Conforme se vê, os trabalhadores tiveram uma importante participação nas mudanças ocorridas no modelo estatal, pois as condições impostas a eles pelo modelo industrial de produção eram degradantes. Em 1948, foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que é considerada o principal anúncio do reconhecimento dos direitos de liberdade, juntamente com os direitos sociais. Pela primeira vez, falava-se da limitação do poder do Estado *pari passu* com o poder de exigir dele (e mesmo contra ele) o bem-estar e a igualdade nas relações humanas. Também foi o primeiro acordo que contou com um substancial apoio dos Estados, elegendo como destinatários todos os homens e não somente alguns cidadãos deste ou daquele Estado.

Assim, os direitos sociais, enquanto dimensão dos direitos fundamentais do homem, devem ser compreendidos como prestações estatais. Como direitos interligados ao direito de igualdade, sem embargo da inter-relação com o direito à liberdade. A proteção ao trabalhador ganhou destaque no Estado Providência, em prol da sobrevivência do modelo econômico capitalista.

## **2.2 A proteção da integridade moral do trabalhador**

Depois do momento em que os direitos humanos foram reconhecidos no plano supraestatal, os Estados iniciaram o processo de proteção desses direitos. Sobre a etapa, constatou Cançado Trindade:

A proteção dos direitos humanos ocupa reconhecidamente uma posição central na agenda internacional nesta passagem de século. Os múltiplos instrumentos internacionais no presente domínio, revelando uma unidade fundamental de concepção e propósito, têm partido da premissa de que os direitos protegidos são inerentes e superiores ao Estado e a todas as formas de organização política. Por conseguinte, estes instrumentos têm sido postos em operação no entendimento de que as iniciativas de proteção de tais direitos não se exauram – não podem se exaurir – na ação do Estado<sup>28</sup>.

Os sistemas de reconhecimento e proteção dos direitos humanos podem atuar em âmbito universal ou regional. Quanto à proteção da integridade moral dos seres humanos no ambiente de trabalho, encontraremos regulamentação em tratados internacionais sobre direitos humanos dos dois tipos de sistema e, em geral, ligados aos direitos das mulheres, já que estas não consideradas as maiores vítimas do assédio moral. Apesar dos escassos tratados sobre o tema, uma vez que a comunidade internacional ainda está dimensionando a violência moral nas relações de trabalho, alguns acordos se destacam.

<sup>28</sup> TRINTADE, Cançado. **A consolidação da capacidade processual dos indivíduos na evolução da proteção internacional dos direitos humanos: quadro atual e perspectivas na passagem do século.** Seminário Direitos Humanos no Século XXI, 10 e 11 de setembro de 1998, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre Gusmão, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/ipri>> Acesso em: 7 maio 2017.



O sistema universal caracteriza-se pela proteção da integridade moral do trabalhador no âmbito das Nações Unidas, com regras e órgãos próprios. Junto à ONU funcionam: a) Comissões que desempenham um importante papel na proteção dos direitos das mulheres, no ambiente de trabalho, como a Comissão sobre a Condição da Mulher; b) Órgãos estabelecidos por convenções internacionais, como Comitê contra a Discriminação da Mulher e c) Órgãos especializados, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>29</sup>. Os principais tratados sobre o tema são a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1980).

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, aprofundando-se nos problemas das mulheres inseridas no mercado de trabalho, estipulou que a expressão “discriminação contra a mulher” é toda exclusão ou restrição baseada no “sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais” nos campos em que ela atuar (político, econômico, social, cultural, civil etc.).

Entre as ações possíveis, o tratado exemplifica a aplicação de sanções para demissões por causa da gravidez ou de gozo do direito a um período de dispensa do trabalho por ocasião da maternidade, bem como a discriminação nas demissões fundada no estado matrimonial; a concessão do direito a um período de dispensa do trabalho por ocasião da maternidade pago, com a garantia da manutenção do emprego anterior, dos direitos de antiguidade e das vantagens sociais; o fornecimento dos serviços sociais de apoio necessários para permitir aos pais conciliar as obrigações familiares com as responsabilidades profissionais e a participação na vida pública, em particular favorecendo a criação e o desenvolvimento de uma rede de estabelecimentos de guarda de crianças; e a proteção especial às mulheres grávidas em trabalho comprovadamente nocivo.

A Organização Internacional do Trabalho também exerce importante papel na proteção à integridade moral dos trabalhadores. O Programa de Condições de Trabalho da OIT executa estudos e cooperação técnica para promover políticas e práticas que gerem melhoria progressiva das condições de trabalho e respeito à dignidade dos trabalhadores. A OIT, em parceria com os governos, promove a integração de métodos e práticas que visam incorporar indicadores de produtividade e qualidade com indicadores de segurança e saúde e condições gerais de trabalho. Atualmente, a Organização promove um estudo sobre as

---

<sup>29</sup> PRONER, Carol. **Os direitos humanos e seus paradoxos: análise do sistema americano de proteção**. Porto Alegre: Fabris, 2002, p. 85-87.



condições de trabalho. Para defini-las, os pesquisadores analisam a experiência de trabalho em cada povo. Eles verificaram que em muitos países os trabalhadores artesanais, informais urbanos, agrícolas, de pequenas lojas locais, vendedores e domésticos estão fora do âmbito da legislação protetora. Outros trabalhadores são privados de uma proteção eficaz por causa de deficiências na aplicação da lei laboral. Isto é particularmente verdadeiro para os trabalhadores das pequenas empresas, que representam mais de noventa por cento das empresas em muitos países, com uma alta proporção de mulheres trabalhadoras<sup>30</sup>.

O sistema americano (regional), com âmbito na Organização dos Estados Americanos (OEA), tem na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e na Convenção Americana dos Direitos Humanos seus principais documentos sobre direitos humanos<sup>31</sup>. Aponte-se o Protocolo de San Salvador, do qual o Brasil é signatário desde 1999. A reforma trabalhista ao retroceder nos direitos dos trabalhadores traduz-se em violação ao art. 7º que dispõe acerca do reconhecimento de condições justas, equitativas e satisfatórias no trabalho.

Estes são os principais documentos que reconheceram o direito à integridade moral do trabalhador. Ao avançar, fica cada vez mais clara a ligação entre o reconhecimento do direito à integridade moral, conseqüentemente, os direitos inerentes à personalidade do trabalhador, a preocupação com a mulher no ambiente de trabalho.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a partir da Constituição de 1934, sob o título “Da Ordem Econômica e Social”, o trabalhador passou a ser protegido em sede constitucional. O título IV, artigo 121, da referida Carta Constitucional estabeleceu que a lei promoveria o amparo da produção e estabeleceria as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do país.

Ela elegeu como diretrizes à legislação do trabalho os seguintes preceitos: a) proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil; b) salário mínimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador; c) trabalho diário não excedente de oito horas, reduzíveis, mas só prorrogáveis nos casos previstos em lei; d) proibição de trabalho a menores de 14 anos; de trabalho noturno a menores de 16 e em indústrias

<sup>30</sup> Disponível em: < <http://www.oitbrasil.org.br/> > Acesso em: 3 ago 2017.

<sup>31</sup> PRONER, Carol. Os direitos humanos e seus paradoxos: análise do sistema americano de proteção. Porto Alegre: Fabris, 2002, p. 84.



insalubres, a menores de 18 anos e a mulheres; e) repouso hebdomadário, de preferência aos domingos; f) férias anuais remuneradas; g) indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa; h) assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurando a esta descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego, e instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte; i) regulamentação do exercício de todas as profissões; j) reconhecimento das convenções coletivas, de trabalho. O constituinte pontuou no disposto no § 1º, do artigo 121, a não exclusão de outros direitos que melhorassem as condições do trabalhador.

As constituições subsequentes<sup>32</sup> mantiveram, essencialmente, essa preocupação com os direitos dos trabalhadores e as melhorias nas suas condições sociais. Em 1943, foi criada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio. Na CLT estão as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho e as normas de direito material e processual relacionadas ao direito trabalhista.

Dentre os principais direitos regulamentados pela CLT estavam: a) carteira de trabalho assinada desde o primeiro dia de serviço; b) exames médicos de admissão e demissão; c) repouso semanal remunerado (1 folga por semana); d) salário pago até o 5º dia útil do mês; e) primeira parcela do 13º salário paga até 30/11, segunda parcela até 20/12; f) férias de 30 dias com acréscimo de 1/3 do salário; g) vale-transporte com desconto máximo de 6% do salário; h) licença-maternidade de 120 ou 180 dias, com garantia de emprego até 5 meses depois do parto; i) licença paternidade de 5 dias corridos; j) FGTS: depósito de 8% do salário em conta bancária a favor do empregado; l) horas-extras pagas com acréscimo de 50% do valor da hora normal; m) garantia de 12 meses em casos de acidente; n) adicional noturno para quem trabalha de 22 as 5 horas; o) faltas ao trabalho nos casos de casamento (3 dias), doação de sangue (1 dia/ano), alistamento eleitoral (2 dias), morte de parente próximo (2 dias), testemunho na Justiça do Trabalho (no dia), doença comprovada por atestado médico; p) aviso prévio de 30 dias, em caso de demissão e q) seguro-desemprego.

O que se percebe é que os principais problemas decorrentes do trabalho “descorporificado” são sentidos pelo Brasil, embora essa teoria tenha como base a perspectiva europeia de emprego. Desse modo, todo o aparato normativo erguido em torno

---

<sup>32</sup> Constituição Federal de 1937, “Da Ordem Econômica”, no artigo 136; Constituição Federal de 1946, Título V, “Da Ordem Econômica e Social”, no artigo 157; Constituição Federal de 1967, Título III, “Da Ordem Econômica e Social”, no artigo 158; Constituição Federal de 1967 (Emendada), no artigo 165 e Constituição Federal de 1988, Título II, “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, Capítulo II “Dos Direitos Sociais”, no artigo 7º.



da proteção do trabalhador coloca-se face à face com uma crise social de dimensão global. Esse diagnóstico impõe ao Direito uma renovação acerca dos parâmetros usados na regulamentação do trabalho, o que não aconteceu na reforma trabalhista aprovada pelo Congresso.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Traduzida por Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 5. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

BRANDÃO, Adelino (org.). **Os direitos humanos**: antologia de textos históricos. São Paulo: Landy, 2001.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Traduzido por Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1997.

FROMM, E. **O Medo à Liberdade**. Tradução de Octávio Alves Velho. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

HELOANI, José Roberto Montes. Assédio moral: um ensaio sobre a expropriação da dignidade do trabalhador. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v3n1/v3n1a12.pdf>> Acesso em: 11 jan. 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia de letras, 2008.

POLANYI, Karl. **A grande transformação, as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PRONER, Carol. **Os direitos humanos e seus paradoxos: análise do sistema americano de proteção**. Porto Alegre: Fabris, 2002.

RAWLS, John. **Direito dos povos**. Traduzido por Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, Antônio Bob. **Necessidade de uma economia solidária: a visão de Karl Polanyi sobre os mercados**. Disponível em: <<http://129.3.20.41/econ-wp/dev/papers/0402/0402004.pdf>> Acesso em: 19 jul. 2017.

SCHMITT, Carl. **Teoría de la Constitución**. Madrid: Alianza Universidad Textos, 1992.



TRINTADE, Cançado. **A consolidação da capacidade processual dos indivíduos na evolução da proteção internacional dos direitos humanos: quadro atual e perspectivas na passagem do século.** Seminário Direitos Humanos no Século XXI, 10 e 11 de setembro de 1998, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre Gusmão, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/ipri>> Acesso em: 7 maio 2017.

**GT 13 – TRABALHO, MERCADO DE TRABALHO E DESEMPREGO: novas regulações, novas formas de dominação?****TRABALHO E CONSUMO NA CONTEMPORANEIDADE:  
INÉRCIA E VULNERABILIDADE**

Kleiton Sousa Matos<sup>1</sup> (UFT)  
kmdireito@hotmail.com  
Miguel Pacífico Filho<sup>2</sup> (UFT)  
miguilim@uft.com.br

**Resumo**

A relação entre salário e mobilidade na escala social é o pressuposto maior da sociedade salarial de Robert Castel, na qual, por força da cultura consumista, o trabalhador é levado a comprar e a consumir aquilo que transcende suas necessidades vitais. Uma vida orientada ao consumo é o ponto de encontro entre o pensamento desse autor e o de Bauman, quando esse tece reflexões acerca da sociedade de consumidores, aquela na qual seus membros são interpelados unicamente na condição de consumidores e, por isso, o desempenho consumista é assumido como parâmetro de estratificação, critério adotado para inclusão ou exclusão social. Estimulados pelos desejos e expectativas desencadeados pelo objeto de consumo, os trabalhadores chegam ao extremo de acreditar que o único meio de se manterem socialmente significativos é o acesso à aquisição e ao consumo de mercadorias. Isso considerado, este texto objetiva, a partir de pontos de aproximação entre o pensamento desses dois autores, tematizar o estado de vulnerabilidade no qual se encontram os trabalhadores em função de seus esforços serem despendidos em favor de práticas irrefletidas de consumo. Esses indivíduos, na busca incessante pelo acúmulo de bens e de riqueza, que à lógica do capitalismo assegura a realização pessoal - e, principalmente, social - acabam por desconsiderar agressões a direitos conquistados a duras penas.

**Palavras-chaves:** salário, consumo, trabalhador, inércia, vulnerabilidade.

**1. INTRODUÇÃO**

Uma vida orientada para o consumo é o ponto de confluência entre o pensamento de Robert Castel e o de Zygmunt Bauman. A sociedade de consumidores, segundo Bauman (2008), é aquela na qual seus membros são interpelados unicamente na condição de consumidores e, por isso, o desempenho consumista é assumido como parâmetro de estratificação, critério adotado para inclusão ou exclusão social. Essa relação entre salário e mobilidade na escala social é o pressuposto maior da sociedade salarial de Robert Castel, na qual, por força da cultura consumista, o trabalhador é levado a comprar e a consumir

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da Universidade Federal do Tocantins, UFT, Brasil.

<sup>2</sup> Doutor, Professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da Universidade Federal do Tocantins, UFT, Brasil.



aquilo que transcende suas necessidades vitais. Estimulados pelos desejos e expectativas desencadeados pelo objeto de consumo, esses sujeitos chegam ao extremo de acreditar que não existe cidadania fora do mundo do consumismo, imaginando ser esse o único meio da manutenção de sua significação social.

Cada vez mais o trabalho tem assumido o papel de centralidade nas relações, apresentando hegemonia nos campos econômico, psicológico, cultural e simbólico. Além disso, “no contexto do capitalismo mundializado, dado pela transnacionalização do capital e de seu sistema produtivo, a configuração do mundo do trabalho é cada vez mais transnacional” (ANTUNES, 2003, p. 234), o que tem favorecido a elevação do salário à condição de instrumento de garantia e de direitos sociais aos cidadãos e de acesso a bens de consumo e a serviços produzidos.

Nessa conformidade, o Brasil, principalmente no último triênio, tem assistido um verdadeiro retrocesso à proteção social que o Estado se responsabilizou a destinar aos seus assalariados. Direitos e garantias fundamentais, sobretudo aqueles de cunho social, tem sido vilipendiados às claras. Entretanto, essa violação estatal não tem sofrido a devida resistência por parte dos trabalhadores, que, por estarem focados no consumismo, têm sido incapazes de mobilizar ações comuns e sistemáticas que possam impor efetiva resistência à aprovação de projetos ora em pauta no Legislativo federal brasileiro. Exemplos práticos dessa inércia podem ser extraídos da Proposta de Emenda à Constituição n.º 287/2016, que dificulta e retarda, entre outros, a aposentadoria do cidadão, e do Projeto de Lei Complementar n.º 38/2017, que, embora intencionasse claramente estancar garantias trabalhistas antes conquistadas, transformou-se na lei federal n.º 13.467/2017, que entrará em vigência no início de novembro de 2017.

Nessa ótica, o presente artigo, resultado de discussões nas disciplinas cursadas pelo discente no Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da Universidade Federal do Tocantins (UFT)<sup>3</sup>, objetiva tematizar, por meio de uma revisão bibliográfica de *status* qualitativo, o estado de vulnerabilidade a que estão submetidos os trabalhadores do Brasil, em função de seus esforços serem despendidos exclusivamente em favor de práticas irrefletidas de consumo. Para tanto, o texto divide-se, considerando-se a presente introdução, nas seguintes seções: *Vida para o consumo, Trabalho como móvel central e filiação social do ser humano, Dialogicidade e confluência entre os pensamentos de Bauman e Castel: vulnerabilidade e inércia* e, ao fim, as considerações finais.

## 2 VIDA PARA O CONSUMO

---

<sup>3</sup> 1.ª Turma do Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e dinâmicas Regionais da Universidade Federal do Tocantins.



Em “Capitalismo parasitário”, Bauman (2010) revisita considerações de Pierre Bourdieu para pontuar que a cultura se submete à sedução, e não à regulamentação; vive de relações públicas, e não de controle policial; norteia-se pela criação de novas necessidades/desejos/exigências, e não pela coerção. A sociedade pós-moderna, ou sociedade da modernidade líquida, como prefere chamá-la o primeiro autor, é uma *sociedade de consumidores*, por ele tematizada no livro “A vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria” (2008).

Por toda a história da humanidade, as atividades de consumo ou correlatas – como a distribuição de objetos de consumo – têm contribuído para a constituição de formas diversas de vida e de padrões de relações inter-humanas. Há que estabelecer, entretanto, que consumo e consumismo são práticas que não se confundem. Enquanto o primeiro define-se basicamente como uma característica e uma ocupação próprias dos seres humanos em sua condição de indivíduos, o consumismo apresenta-se comum atributo da sociedade (BAUMAN, 2008). Conforme o autor,

para que uma sociedade adquira esse tributo, a capacidade individual de querer, desejar e almejar deve ser, tal como a capacidade de trabalho na sociedade de produtores, destacada (alienada) dos indivíduos e reciclada numa força externa que coloca a sociedade de consumidores em movimento e a mentem em curso como uma forma de convívio humano (BAUMAN, 2008, p. 41 – destaque do autor).

A sociedade de produtores da qual fala o autor consistiu no modelo societário da fase “sólida” da modernidade, orientado à segurança. Havia, nesse sentido, um insaciável desejo por um ambiente “confiável, ordenado, regular, transparente e, como prova disso, resistente ao tempo e seguro” (BAUMAN, 2008).

Nessa era, amplos volumes de bens espaçosos, pesados, obstinados e imóveis auguravam um futuro seguro, que prometia um suprimento constante de conforto, poder e respeitos pessoais. A posse de um grande volume de bens implicava ou insinuava uma existência segura, imune aos futuros caprichos do destino (BAUMAN, 2008, p. 42).

Em face das incertezas do futuro, emergia como principal propósito e maior valor a segurança em longo prazo, o que resultava em uma ausência de preocupação com o imediato consumo dos bens adquiridos. Antes, esses deveriam ser protegidos da depreciação ou dispersão, assegurando-se, desse modo, a sua integridade.

Assim caracterizada, a sociedade sólido-moderna organizava-se em torno do papel do produtor, havendo preocupação com um mínimo com o qual o indivíduo pudesse manter-se vivo e um máximo que lhe assegurasse sonhos, desejos (BAUMAN, 2001). O principal cuidado era, portanto, “com a *conformidade*: manter-se seguramente entre a linha inferior e o limite superior – manter-se no mesmo nível (tão alto ou baixo, conforme o caso) do vizinho” (BAUMAN, 2001, p. 91 – destaques do autor). Mas essa sociedade moderna que



aposta “na prudência e na segurança e, sobretudo, na segurança durável em longo prazo”, não é exatamente aquela que entra no século XX (BAUMAN, p. 2001). E isso resulta de duas mudanças.

A primeira é o colapso gradual e o rápido declínio da antiga ilusão moderna: da crença de que há um fim do caminho em que andamos, um telos alcançável da mudança histórica, um Estado de perfeição a ser atingido amanhã, no próximo ano ou no próximo milênio, algum tipo de sociedade boa, de sociedade justa [...] (BAUMAN, 2001, p. 37).

A segunda mudança consiste naquilo que o autor define como “desregulamentação privatização das tarefas e deveres modernizantes”. Significa dizer que

O que costumava ser considerado uma tarefa para a razão humana, vista como dotação e propriedade coletiva da espécie humana, foi fragmentado (‘individualizado’), atribuído às vísceras e energia individuais e deixado à administração dos indivíduos e seus recursos. Ainda que a ideia de aperfeiçoamento (ou de toda modernização adicional do status quo) pela ação legislativa da sociedade como um todo não tenha sido completamente abandonada, a ênfase (juntamente, o que é importante, com o peso da responsabilidade) se trasladou decisivamente para a autoafirmação do indivíduo (BAUMAN, 2001, p. 38 – destaque do autor).

A passagem da fase “sólida” da modernidade para a “líquida” representa uma condição de aceleração da decomposição e dissolução das organizações sociais cujas estruturas limitam as escolhas individuais, asseguram a repetição de rotinas e estabelecem padrões de comportamento aceitável. Esse processo de desconstrução demanda um tempo muito mais rápido do que aquele exigido para reorganização e restabelecimento dessas estruturas, esclarece Bauman (2008). Houve, com isso, uma realocação do discurso ético/político que advogava a construção de uma “sociedade justa e boa”, com um sonho de perfeição a ser atingido, para os ‘direitos humanos’, ou seja, o foco daquele discurso voltou-se “ao direito de os indivíduos permanecerem diferentes e de escolherem à vontade seus próprios modelos de felicidade e de modo de vida adequado” (BAUMAN, 2001, p. 38).

O autor pontua que a transição da sociedade “sólida” de produtores para a sociedade “líquida” de consumidores representa o deslocamento da fonte primária de acumulação de capital, antes ancorada na indústria, para o mercado de consumo (BAUMAN, 2008). Nesse contexto, “o consumo assume o papel-chave que na sociedade de produtores era exercido pelo trabalho” (BAUMAN, 2008, p. 41). Estava estabelecido o consumismo, uma espécie de “arranjo social resultante da reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos rotineiros” (BAUMAN, 2008, p. 41). Para atender a todas as necessidades, impulsos, compulsões e vícios, a economia consumista, base da sociedade de consumidores, deve se basear no excesso e no *desperdício*. Entretanto,

além de ser um excesso e um desperdício econômico, o consumismo também é, por essa razão, uma **economia do engano**. Ele aposta



na **irracionalidade** dos consumidores, e não em suas estimativas sóbrias e bem informadas; estimula **emoções consumistas** e não cultiva a **razão**. Tal como ocorre com o excesso e o desperdício, o engano não é um sinal de problema na economia de consumo. Pelo contrário, é sintoma de sua boa saúde e de que está firme sobre os trilhos, é a marca distintiva do único regime sob o qual a sociedade de consumidores é capaz de assegurar sua sobrevivência (BAUMAN, 2008, p. 65 – destaques do autor).

Não é por acaso que o autor afirma que a *síndrome consumista* envolve velocidade, excesso e desperdício. Há, nesse sentido, por força da instabilidade dos desejos e da insaciabilidade das necessidades, uma pressa em adquirir, juntar, descartar e substituir. Não se trata mais de desejar o sapato, a roupa, o televisor, o fogão ou o armário imprescindíveis e suficientes a uma vida social digna; quer-se alçar para uma vida de luxo e de efemeridade jamais vistos. Desse modo, a sociedade de consumidores tem prosperidade na eterna não satisfação de seus membros.

Uma vida orientada ao consumo é o ponto de encontro entre o pensamento de Bauman (2008) e o de Robert Castel (1995), quando esse autor tece reflexões acerca da sociedade salarial, na qual o salário é assumido como parâmetro de estratificação, critério adotado para inclusão ou exclusão social. Assim, se na sociedade de consumidores o indivíduo acredita que precisa consumir para continuar vivendo, na sociedade salarial o indivíduo acredita que a existência do trabalho limita-se à aquisição de bens de consumo e, em consequência, à busca de posições de destaque no corpo social.

### 3 TRABALHO COMO MÓVEL CENTRAL E FILIAÇÃO SOCIAL DO SER HUMANO

Há dois grandes tipos de proteção: a *proteção civil*, que se expressa pela garantia das liberdades fundamentais e pela segurança dos bens das pessoas no âmbito de um Estado de direito, e a *proteção social*, que “cobre” os indivíduos de forma a evitar a decadência social, nesse caso protegendo-os de riscos que possam degradar sua situação, como as doenças, os acidentes e uma velhice sem recursos (CASTEL, 2005).

Forçoso reconhecer, entretanto, que uma sociedade que se configure perpassada pela proteção não está imune à insegurança que tem caracterizado a sociedade pós-moderna. Não significa, aqui, falar em ausência ou escassez das proteções acima referidas, mas em uma condição que define “um universo social que se organizou em torno de uma busca sem fim de proteções, ou de uma busca tresloucada de segurança” (CASTEL, 2005, p. 08). Nesse sentido, sentir-se seguro implica o controle de todos os riscos da vida, e o trabalho é assumido pelo corpo social como um dos elementos-chave na busca e manutenção dessa estabilidade.

Há alguns anos, o trabalho tem apresentado caráter de centralidade nas sociedades contemporâneas, constituindo-se em referência dominante nas relações que



perpassam o âmbito econômico, alcançando aquelas de ordem psicológica, cultural e simbólica. Reforçando essa visão, Natividade e Coutinho expressam que “o trabalho ocupa lugar central na organização social e pode ser considerado um regulador da vida em sociedade, pois é com base nele que o sujeito planeja e organiza os outros aspectos de sua vida” (NATIVIDADE; COUTINHO, 2012, p. 430). Correto afirmar, portanto, que o sujeito se define por meio do trabalho, visto ser esse o instrumento que, para ele, atua “como um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social” (CASTEL, 1995, p. 24), ou seja, o trabalho confere inserção e mobilidade social aos indivíduos.

Se remontarmos à sociedade industrial, veremos que três são as formas dominantes de cristalização das relações de trabalho: condição proletária, condição operária, condição salarial. A condição proletária, própria do início da industrialização, significa uma situação de exclusão do proletário em face do corpo social. Nesse sentido, o proletário é “um elo essencial no processo de industrialização nascente, mas está condenado a trabalhar para se reproduzir e acampa na sociedade sem se encaixar” (CASTEL, 1995, p. 415). Há, aqui, uma ausência de garantias legais na situação de trabalho, manifesta por uma renda que assegura a precária subsistência do trabalhador e de sua família, aos quais não é permitido investir no consumo.

A condição operária constitui-se nova relação salarial. Nela, o salário não mais significa uma retribuição relativa a dada tarefa. Assegurando direitos e permitindo acesso a subvenções ex-trabalho - doenças, acidentes, aposentadoria -, a classe operária pode, por essa condição, investir em consumo, habitação, instrução e lazer. Entretanto,

ao mesmo tempo, esboça-se uma estratificação mais complexa do que a oposição dominantes-dominados que compreende zonas interseqüentes através das quais a classe operária vive a participação na subordinação: o consumo (mas de massa), a instrução (mas primária), o lazer (mas popular), a habitação (mas a habitação popular) etc. (CASTEL, 1995, p. 416).

A condição salarial significou a generalização da condição de assalariado. Há Assalariados “burgueses”, funcionários, quadros, profissões intermediárias, setor terciário. Ainda que o operariado se perceba cercado e subordinado à salarização da sociedade,

cada um se compara a todos, mas também se distingue de todos; a escala social comporta uma graduação crescente em que os assalariados dependuram sua identidade, sublinhando a diferença em relação ao escalão inferior e aspirando ao estrato superior (CASTEL, 1995, p. 417).

Sob a égide de um Estado que promete estender seus serviços e suas proteções a quem o merecer, a sociedade salarial:

[...] parece arrebatada por um irresistível movimento de promoção: acumulação de bens e de riquezas, criação de novas posições e de oportunidades inéditas, ampliação dos direitos e das garantias, multiplicação das seguridades e das proteções (CASTEL, 1995, p. 417).



Em decorrência, instituiu-se uma quase mitologização do indivíduo. É ele agora o grande trabalhador, eficaz, dinâmico, merecedor, pelo trabalho, da proteção do Estado. Os que a essa não têm acesso estão fora do circuito social. Por essa razão, a “questão social é então, exatamente, a tomada de consciência de que essa fratura central, posta em cena através das descrições do pauperismo, pode levar à dissociação do conjunto da sociedade” (CASTEL, 1995, p. 415).

Desse modo, o trabalho, agora não mais pensado enquanto relação técnica de produção, é assumido como um suporte privilegiado à inscrição do indivíduo na estrutura social. Em termos outros, há “uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que ‘cobrem’ um indivíduo diante dos acasos da existência” (CASTEL, 1995, p. 24). Ora, se a associação trabalho estável - inserção relacional converge à integração da sociedade, sua ausência cria condições ao estabelecimento da vulnerabilidade social, ou seja, “uma zona intermediária, instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade” (CASTEL, 1995, p. 26).

A nova condição salarial acabou por representar, a um só tempo, liberdade e fragilidade, visto que na sociedade salarial a questão impõe-se pelo livre acesso ao trabalho como questão central. Em decorrência, tem-se o que o autor define como *vulnerabilidade de massa*.

Como seu núcleo se constitui pelo enfraquecimento das formas de política social, ou pelo seu encolhimento, pelo crescimento do desemprego e da precarização, pela impossibilidade de acesso livre aos postos assalariados de trabalho, sua personificação se faz não pelo vagabundo, mas pelo desemprego e pelos desempregados, os novos ‘desfiliaados’ sem lugar, categorias que se construíram como contraponto e reverso da situação configurada a partir do trabalho como imperativo (CASTEL, 1995, p. 15).

Entretanto, ao contrário do que muitos supunham, a modernidade liberal não foi capaz de promover o equilíbrio entre a oferta e a procura de trabalho, entre a produção e o consumo, impondo fim ao subemprego e, desse modo, reduzindo a miséria de massa, como bem assinala o autor. Instaure-se, em função disso, um estado de quase-permanência de insegurança nos indivíduos, na medida em que o sujeito da sociedade de consumidores percebe o trabalho como condição primeira à aquisição e ao acúmulo de bens de consumo.

Significa dizer que, na sociedade “líquido-moderna”, o trabalho, a um só tempo, liberta e aprisiona o indivíduo. Por um lado, torna-o livre ao lhe permitir acesso aos bens e riquezas, que, de um modo ou de outro, colocam-no em trânsito na mobilidade social. Isso impõe ao trabalhador envidar esforços desmedidos com vistas a entrar e/ou permanecer na condição salarial, aquela que amplia direitos e garantias.



Por outro lado, o eterno receio de ser lançado às amarras da vulnerabilidade de massa, ou seja, tornar-se um desfilhado, faz do trabalhador um sujeito alheio – por isso inerte – às instabilidades constitutivas da pós-modernidade, que se caracteriza pela instabilidade das relações. Essa instabilidade inevitavelmente alcança as relações em âmbito do trabalho. Vivendo para o trabalho e trabalhando para o consumo, como veremos na próxima seção, o trabalhador ignora ações que põem em risco garantias e direitos mais elementares.

#### 4 DIALOGICIDADE E CONFLUÊNCIA ENTRE OS PENSAMENTOS DE BAUMAN E CASTEL: INÉRCIA E VULNERABILIDADE

O trabalhador, submetido à lógica de que o capitalismo assegura a realização pessoal e, principalmente, social, se desemboca na busca incessante pelo acúmulo de bens e de riqueza, acabando por desconsiderar agressões a direitos conquistados a duras penas. Quando não retira direitos que os trabalhadores conquistaram a duras penas, o Estado brasileiro se mostra cada vez menos capaz de desempenhar a função de manter o equilíbrio social, provocando “[...] uma mobilidade generalizada das relações de trabalho, das carreiras profissionais e das proteções ligadas ao estatuto do emprego” (CASTEL, 1995, p.45).

Como acentuam Marandola Jr. e Hogan (2006, p. 34),

no Brasil, mesmo num cenário macroeconômico menos volúvel do que nos anos 1980 e início dos 1990, há um constante cerceamento de direitos e, em muitos campos, retrocessos nos ganhos sociais. Parece que os pobres estão mais pobres, mesmo que os ricos não estejam necessariamente mais ricos e a faixa média de renda permaneça colecionando perdas sociais e de poder aquisitivo nos últimos anos.

Embora se reconheça que, há alguns anos, para além de atitude historicamente omissa, tenha o Estado brasileiro “perdido o poder de agir e se mantido na direção de um espaço global politicamente descontrolado” (BAUMAN, 2007, p. 8), principalmente em função da escancarada exclusão de clássicas garantias sociais e mitigação da proteção social a que se obrigou constitucional e socialmente, grande parte dos trabalhadores vive (ou sobrevive) na *conditio* de meros telespectadores da situação, comportando-se como um “estrangeiro”. Não bastasse a passividade que o tem acompanhado o ultimamente, o trabalhador dá sinais que adotou a inércia como sua mais nova herdeira.

Cabe ilustrar, nesse sentido, a ausência, por parte dos trabalhadores brasileiros, de ações sistemáticas capazes de impor efetiva resistência à aprovação de projetos e leis federais em pauta no Legislativo brasileiro, muitos dos quais pretendem implantar (registre-se, alguns já implantaram) um verdadeiro retrocesso em termos de garantias e direitos



sociais conquistados no decorrer de longos anos. O Projeto de Lei Complementar Federal (PLC) n.º 38/2017 exemplifica suficientemente essa situação.

O referido projeto, embora claramente intencionasse estancar garantias trabalhistas imprescindíveis, foi aprovado e sancionado pela Presidência da República como Lei federal n.º 13.467/2017<sup>4</sup> e entrará em vigência no início de novembro deste ano. Entre as diversas incongruências da novel legislação, chamam a atenção, principalmente, dispositivos que permitem o fim do cômputo das horas *in itinere*, a imposição de regime de trabalho intermitente, a limitação de indenização do trabalhador<sup>5</sup> e a prevalência da negociação sobre a legislação.

Entretanto, apesar da patente violação a direitos adquiridos, a lei não sofreu a devida resistência por parte dos trabalhadores nacionais. Ao contrário, sob uma inércia que remete a um acentuado desconhecimento das implicações advindas de sua aprovação, esses indivíduos conceberam o PLC n.º 38/2017 como mais um dos dissabores cotidiano. Mas tal desconhecimento não é de todo culpado pelo fato de terem se conformado aos pressupostos da nova lei. Não é essa a questão. O que se quer evidenciar é que, na sociedade de consumidores, o “agora”, como nos alerta Bauman (2008), sobrepõe-se às ameaças do futuro. E o pior é que “tudo isso ocorre num ambiente de descrédito da maioria da população em relação às instituições tradicionais de representação de interesses, agora incluindo os sindicatos” (CARDOSO, 2015, p. 508).

O “agora” significa para o indivíduo, à ótica do consumismo, possibilidade de acumular bens, mover-se em busca de sua felicidade, e o trabalho, nesse contexto, assegura esse estado de felicidade momentâneo. Direcionando sua atenção às práticas de consumo, os trabalhadores não se ativeram ao fato de que a pretensa “reforma” representa, na verdade, uma porta de entrada à zona de vulnerabilidade de massa (CASTEL, 1995), cujo interior é permeado pelo desemprego, o trabalho desmantelamento da própria proteção social. Em outras palavras, ignoram que muitos deles terão reduzidos o acesso ao que hoje pode ser prometido pelo salário, como o consumo, a habitação, o lazer, elementos próprios da sociedade salarial.

Ainda que haja afirmação de ter havido efetiva percepção coletiva acerca dos riscos acima apontados, pode-se dizer que ela se traduziu em manifestações isoladas, por isso mesmo, inócuas. Durante a propositura e discussões do PLC n.º 38/2017, não se ouviram quaisquer rumores que indicassem um combate social real contra a aprovação da aludida legislação, nem mesmo por parte de classes representativas do trabalhador. Tem-se, então,

<sup>4</sup> Publicada no Diário Oficial da União datado de 14/07.

<sup>5</sup> A nova lei trabalhista, por exemplo, permite que empregados vítimas do mesmo dano, em situações inequivocamente semelhantes, tenham reparações completamente distintas, em razão tão somente do último salário contratual recebido. Noutra norte, dos Códigos Civil e de Defesa do Consumidor se infere inexistir valor máximo de indenização, que depende da natureza e proporcionalidade do dano causado.



por evidente, uma inércia quase que generalizada quanto à aprovação da referida reforma, o que não causa estranheza na sociedade de consumidores, haja vista, que, preocupados com o que imaginam trazer-lhes a “felicidade”, os sujeitos perdem a capacidade de participação nas demandas políticas do país e, em consequência, do próprio exercício da cidadania.

Some-se ao Projeto de Lei Complementar (PLC) n.º 38/2017, a Proposta de Emenda Constitucional n.º 287/2016, que propõe, entre outros, a aposentadoria tardia do trabalhador. Insta esclarecer que a Constituição Federal, em seu artigo 6.º, concebe a previdência social um direito social. No art. 194 da mesma Carta, se expressa que “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 2015, n. p.). Como ilustrado, a Constituição Federal de 1988, dita cidadã e democrática, abarcou a previdência social como uma garantia social estendida a todos os brasileiros, conforme destaca Nolasco (2012),

[...] foi concebida num momento histórico de ampliação de direitos, do Estado de Bem-Estar Social, que chegava ao Brasil com atraso. Nesse sentido, a seguridade teve grande relevância, ocupando um espaço mais amplo que nas Constituições anteriores. Tratou-se de inserir na Carta Maior os direitos antes previstos em legislação ordinária, como uma espécie de garantia permanente e concebe a seguridade como um conjunto de políticas incluindo-se previdência, assistência e saúde. E assim, externa como principais diretrizes: a universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; irredutibilidade no valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento; caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (NOLASCO, 2012, p. 4).

Depois da definição do atual sistema previdenciário brasileiro, duas reformas constitucionais (EC 20/1998 e EC 41/2003) foram realizadas (TAFNER, 2012), ambas sido consideradas uma evolução do ponto de vista social, porque uma delas definiu e regulamentou o Plano de Benefícios da Previdência Social (por meio da Lei n.º 8.213, de 24/7/1991), e a outra logrou definir que, no Brasil, a assistência social representa direito do cidadão e dever do Estado (Lei n.º 8.742, de 7/12/1993)<sup>6</sup>.

Por isso, acaso a “reforma da Previdência” seja aprovada da maneira como está proposta, muitos trabalhadores necessitarão, para ter direito ao valor total do benefício decorrente da aposentadoria futura, no mínimo 49 anos de contribuição, isto é, muito tempo acima do que é necessário pelas atuais regras previdenciárias. .

---

<sup>6</sup> Denominada Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).



Há que se ponderar que, depois dos 45 anos, as dificuldades de empregabilidade do trabalhador se acirram. Isso considerado, Bulla e Kaefer afirmam:

Pela grande concorrência no mercado de trabalho exige-se, cada vez mais, um determinado perfil, considerado adequado. As empresas estão cada vez mais exigentes, esperando sujeitos muito qualificados, que demonstrem capacidade de responder às suas expectativas e exigências (BULLA; KAEFER, 2003, p. 158).

Depreende-se, da afirmação, que a partir de determinada idade o trabalhador sofre a perda de sua capacidade laboral plena, o que o impedirá de se manter trabalhando até conseguir alcançar o período de contribuição ou etário exigido.

Pior será o caso das pessoas com alguma limitação, cuja expectativa de vida é inferior à população com deficiência. Tais sujeitos, em razão do desgaste funcional precoce, obtiveram o direito à aposentadoria especial antecipada, por meio da Emenda Constitucional 47/2005, que alterou os artigos 40 e 201 da CF. A PEC 287/2016 propõe a alteração da aposentadoria especial dos trabalhadores com deficiência, servidores e segurados, desconsiderando sua razão de existir e deturpando sua efetividade quanto a evitar a aposentadoria por invalidez de quem trabalhou e efetuou sua contribuição previdenciária até o máximo de tempo possível para sua condição funcional.

Emite Paulo Tafner (2012) esclarece:

A previdência social é uma instituição fundamental para uma sociedade, não apenas pela natureza de sua função, mas também porque ela é interdependente de outras importantes instituições, como o mercado de trabalho. Quando a sua gestão vai mal, ela drena recursos de outras importantes atividades do Estado, influencia negativamente o mercado de trabalho e impõe limites ao crescimento econômico, tão necessário para a produção de riqueza suficiente para todos (TAFNER, 2012, p. 155).

A previdência social consubstancia, pois, uma conquista brasileira, no sentido haver emprestado ao instituto a natureza de proteção social. Nessa perspectiva, “realizar a reforma da Previdência Social é uma medida necessária, mas de grande complexidade, principalmente porque incide sobre direitos e interesses de todos os setores da sociedade” (BULLA; KAEFER, 2003, p. 163), entretanto, as novas regras que pretende o projeto implantar desconsideram anos de contribuição da massa trabalhadora do país.

Importa assinalar, por oportuno, que a reforma da previdência brasileira, nos moldes que proposta, transmite um propósito capitalista típico de governos antidemocráticos, que intenciona que o sujeito empregue sua força de trabalho e produza por cada vez mais tempo, mas que usufrua da aposentadoria pelo menor tempo possível. Privilegia-se, assim, o foco “enviesado” voltado à lucratividade estatal, em detrimento do aspecto humanizado que deveria fixar os rumos de toda e qualquer mudança de norma previdenciária.



A generalizada apatia, além de transmitir a presunção de que a retirada de direitos não represente limitações à proteção dispensada pelo Estado, tem levado o trabalhador ao pseudomundo da normalidade. “[...] Achamos que a questão da liberdade, por exemplo, está concluída e resolvida da melhor maneira possível; de qualquer forma, não sentimos necessidade (de novo, salvo irritações menores e fortuitas) de ir para as ruas protestar e exigir maior liberdade do que já temos ou achamos ter” (BAUMAN, 2000, p. 09 – destaque do autor).

Mas, como a luta social se desenrola em longos períodos de tempo e as vitórias são a obra de um ator social que vence o tempo (ANDRADE, 2017), esse estado de inércia traz gravosos prejuízos aos trabalhadores, primordialmente a perda da força, da coesão e da unificação do grupo social para a conquista de novas garantias e para a manutenção daquelas consolidadas ao longo dos anos.

Segundo Ulrich Beck (1997), em termos políticos, a chamada “modernização da modernização” tem como consequências inseguranças de toda uma sociedade, de difícil delimitação, envolvendo lutas entre diferentes facções. Entretanto, a verdadeira luta tem perdido resistência e cedido sua poltrona para a passividade (quicá omissão) social. Diante de iniciativas retrógradas do poder público, “as únicas queixas ventiladas em público são um punhado de agonias e ansiedades pessoais que, no entanto, não se tornam questões públicas” (BAUMAN, 2000, p. 10). Restam, portanto, efêmeros e fortuitos questionamentos políticos de miúdas parcelas sociais, que se esvaem por falta de energia e unicidade no enfrentamento de problemáticas que dizem respeito a toda a coletividade.

Nessa perspectiva, há que se ter em mente ser o grau de vulnerabilização do sujeito ou grupo social afetado o que determina sua capacidade de responder aos riscos e de reconstituir depois da ocorrência dele. Nesse sentido, a favor do consumismo pairam os veículos midiáticos, os quais acabam por influenciar o comportamento das pessoas e, com isso, delimitar suas preferências no mercado de consumo.

Segundo Pinheiro (2012)

O que agrava ainda mais a situação é que somos o sujeito ativo em meio a toda esta situação por mais que sejamos influenciados pela propaganda somos nós mesmos que nos deixamos iludir e ser conquistados por elas, nós é que vamos ao seu encontro (PINHEIRO, 2012, p. 10).

Não por acaso, a situação é mais crítica nas populações de trabalhadores que apresentam maior vulnerabilidade social, cuja falta de condições culturais, educacionais e políticas, conferem-lhes menor capacidade de resposta defronte situações de adversidades, impedindo-os de bem defender seus direitos e até de exercício de cidadania mais básicas.

Portanto, vulneralizado pelas circunstâncias presentes do consumismo, o trabalhador não se percebe que está condenado a trabalhar por toda a vida e que pode, ao final dela,



deixar de usufruir da devida contraprestação estatal. Já não há, como na sociedade de produtores, a preocupação com o futuro, com a vida em longo prazo. O agora, movido pela pressa, cede de forma irrefletida “ao impulso de adquirir e juntar”, justificado pela necessidade de descartar e substituir (BAUMAN, 2008, p. 50). Infelizmente, em nome desse “agora”, o sujeito desconsidera o amanhã, ainda que ciente de que o futuro poderá estar imbricado a uma velhice com direitos cerceados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora se coloquem obscurecidas pela premissa de que o homem tem a faculdade de escolher onde, em qual tipo de trabalho atuar e o que consumir, as relações sociais podem ser analisadas com base nas relações de trabalho e consumo. Nessa perspectiva, inviável olhar a prática de consumo como “um fazer” autônomo, sem sentido e inerte, eis que dependente da forma de enquadramento individual que o homem assume no mercado laboral – e da própria organização coletiva de trabalho na qual está inserido.

Isso posto, viver para o trabalho e trabalhar para o consumo tem sido a condição primeira do homem pós-moderno. Por um lado, garantias e direitos, portanto proteção, são conferidos aos sujeitos pelo Estado em função de sua “condição salarial”. Ou seja, o salário – expressão essencial do trabalho - assegura o acesso aos bens e riquezas e, por isso, mobilidade no corpo social. Por outro, em nome desse acesso e dessa mobilidade, a razão de ser do trabalho passa a materializar-se por práticas irrefletidas de consumo, que caracterizam o consumismo, visto que o acúmulo e o descarte de bens constituem-se em uma das formas efetivas de identificar quem é quem na sociedade líquido-moderna.

Envolto no círculo vicioso trabalho/consumo, e tendo como objetivo nele centralizar-se, o trabalhador acaba por voltar as costas à realidade à qual pertence, não reconhecendo que essa postura o coloca em vulnerabilidade face à fluidez das relações, no caso em tela, as próprias relações de trabalho. Nesse sentido, necessário é que esse indivíduo compreenda que o próprio Estado desenvolve ações capazes de limitar e até mesmo cercear garantias e direitos que constituem tanto a proteção civil quanto a proteção social. Necessário, sobretudo, reconhecer que se instaurou uma inércia generalizada cuja saída depende, em essência, do entendimento de que a felicidade prometida pelo consumismo é inatingível e que dias melhores dependem do conjunto de decepções hoje tomadas.

Inegável é que até mesmo mitigar a influência que ora o consumismo exerce sobre os indivíduos não constitui tarefa fácil, mas em tudo há que se dá o primeiro passo. E firme.

## REFERÊNCIAS



ANDRADE, Ion de. **Dimensionando o retrocesso, o tempo e as forças em disputa, por Ion de Andrade**. Publicado em: 12/08/2017. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/blog/ion-de-andrade/dimensionando-o-retrocesso-o-tempo-e-as-forcas-em-disputa>. Acesso em: 18/10/2017;

ANTUNES, Ricardo. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. **Trab. educ. saúde** [online]. v. 1, n. 2, p. 229-237, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n2/04.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017.

BAUMAN, Z. **Capitalismo Parasitário**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2010.

\_\_\_\_\_. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2008.

\_\_\_\_\_. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

\_\_\_\_\_. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

\_\_\_\_\_. **Tempos líquidos**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BECK, U. (1997). "A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva". In: BECK, U.; GIDDENS, A. e LASH, S. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo, Ed. Unesp.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2015.

BULLA, Leonia Capaverde; KAEFER, Carin Otilia. Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado. **Revista Virtual Textos & Contextos**. Nº 2, ano II, dez. 2003. Disponível em: [http://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8023/2/Trabalho\\_e\\_aposentadoria\\_as\\_repercussoes\\_sociais\\_na\\_vida\\_do\\_idoso\\_aposentado.pdf](http://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8023/2/Trabalho_e_aposentadoria_as_repercussoes_sociais_na_vida_do_idoso_aposentado.pdf). Acesso em: 18 out. 2017.

CARDOSO, A. M. Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. **Cad. CRH** [online]. v. 28, n. 75, p. 493-510, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v28n75/0103-4979-ccrh-28-75-0493.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017.

CASTEL, R. **A insegurança social**: o que é ser protegido? Petrópolis: vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARANDOLA Jr. E.; HOGAN, D. J. As dimensões da vulnerabilidade. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan./mar. 2006. Disponível em: [http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n01/v20n01\\_03.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n01/v20n01_03.pdf). Acesso em: 20 out. 2017.

NATIVIDADE, Michelle Regina da. COUTINHO, M. C. O trabalho na sociedade contemporânea: os sentidos atribuídos pelas crianças. **Psicologia e Sociedade**. v. 24, n. 2, maio/ago. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/APA003/Downloads/P&S-2012-1076.pdf>. Acesso em: 09 out. 2017.

NOLASCO, Lincoln. **Evolução histórica da previdência social no Brasil e no mundo**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 98, mar. 2012. Disponível em: <http://www.ambito->



juridico.com.br/site/?n\_link=revista\_artigos\_leitura&artigo\_id=11335&revista\_caderno=20>.  
Acesso em: 11 out. 2017.

PINHEIRO, Douglas Humberto. **A propaganda televisiva:** o consumo resultante da propaganda direcionada. 2012. Disponível em: [http://artigos.netsaber.com.br/resumo\\_artigo\\_75233/artigo\\_sobre\\_a-propaganda-televisiva---o-consumo-resultante-da-propaganda-direcionada](http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_75233/artigo_sobre_a-propaganda-televisiva---o-consumo-resultante-da-propaganda-direcionada)>. Acesso em: 18 out. 2017.

TAFNER, Paulo. Desafios e reformas da previdência social brasileira. **REVISTA USP**, São Paulo, n.93, p. 137-156, março/abril/maio 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/45008/48621>>. Acesso em: 17 out. 2017



# II SIALAT BELÉM 2017

Belém - Pará - Brasil

## REALIZAÇÃO



## PATROCÍNIO



## PARCERIAS

